EB70-MC-10.335



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES

Manual de Campanha

BATALHÕES DE INFANTARIA

1ª Edição
2023

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

EB70-MC-10.335



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES

Manual de Campanha

BATALHÕES DE INFANTARIA

1ª Edição
2023

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

PORTARIA - COTER/C Ex Nº 340, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023
EB: 64322.005527/2023-75

Aprova o Manual de Campanha EB70-MC-10.335 Batalhões de Infantaria, 1ª edição, 2023, e dá outras providências.

O **COMANDANTE DE OPERAÇÕES TERRESTRES**, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do artigo 16 das Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre – SIDOMT (EB10-IG-01.005), 6ª edição, aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 1.676, de 25 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Campanha EB70-MC-10.335 Batalhões de Infantaria, 1ª edição, 2023, que com esta baixa.

Art. 2º Revogar o Manual de Campanha C 7-20 Batalhões de Infantaria, 3ª edição, aprovado pela Portaria nº 018-EME, de 21 de março de 2003.

Art. 3º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex ESTEVAM CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA
Comandante de Operações Terrestres

(Publicado no Boletim do Exército nº 48, de 1º de dezembro de 2023)

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

FOLHA REGISTRO DE MODIFICAÇÕES (FRM)

NÚMERO DE ORDEM	ATO DE APROVAÇÃO	PÁGINAS AFETADAS	DATA

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

ÍNDICE DE ASSUNTOS

CAPÍTULO XI – APOIO AO COMBATE

CAPÍTULO XII – LOGÍSTICA

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1 FINALIDADE

1.1.1 Este manual tem por finalidade apresentar uma orientação doutrinária para o emprego das unidades de infantaria do Exército Brasileiro (EB), considerando o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) e os preceitos doutrinários constantes das publicações desses sistemas.

1.2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.2.1 A doutrina apresentada destina-se aos batalhões de infantaria (BI) de todas as naturezas descritas neste manual. As peculiaridades de cada natureza de unidade de infantaria e aquelas decorrentes do ambiente serão tratadas em manuais específicos.

1.2.2 Este manual deve ser utilizado com outros documentos doutrinários, particularmente, aqueles específicos dos diversos escalões da arma, dos apoios ao combate e os que regulam as operações especiais e de segurança.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

CAPÍTULO II

O BATALHÃO DE INFANTARIA

2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1.1 O batalhão de infantaria (BI), qualquer que seja o seu tipo e natureza, é uma tropa de valor unidade (U) apta a realizar o combate aproximado, utilizando-se de meios de transportes terrestres, aéreos ou aquáticos para o seu deslocamento, com capacidade de operar em terreno restritivo e em condições climáticas ou meteorológicas adversas.

2.2 CONCEITOS BÁSICOS

2.2.1 GENERALIDADES

2.2.1.1 O BI pode ser empregado nas três operações básicas: ofensiva, defensiva e de cooperação e coordenação com agências.

2.2.2 NAS OPERAÇÕES OFENSIVAS

2.2.2.1 Nas operações ofensivas (Op Ofs), deve cerrar sobre o inimigo para destruí-lo ou capturá-lo, utilizando-se, para isso, do fogo, do movimento e do combate aproximado. Por meio do fogo, procura neutralizar o adversário, permitindo o movimento. Pela combinação do fogo e do movimento, coloca-se nas melhores condições em relação às defesas inimigas. Finalmente, pelo combate aproximado, lança-se violentamente sobre o adversário, a fim de, pelo assalto, ultimar a sua destruição ou capturá-lo, caracterizando o cumprimento da missão.

2.2.3 NAS OPERAÇÕES DEFENSIVAS

2.2.3.1 Nas operações defensivas (Op Def), o BI deve manter o terreno, impedindo, resistindo ou repelindo o ataque inimigo, por meio do fogo e do combate aproximado, e expulsando-o ou destruindo-o pelo contra-ataque.

2.2.4 NAS OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS (OCCA)

2.2.4.1 Participa de operações, normalmente, em situação de não guerra, em apoio aos órgãos ou instituições (governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais), definidos genericamente como agências. O emprego é episódico e limitado no espaço e tempo.

2.2.5 A descrição detalhada do emprego do BI nas operações básicas pode ser consultada no manual de campanha (MC) *A Infantaria nas Operações*.

2.3 TIPOS E NATUREZAS DE BATALHÕES DE INFANTARIA

2.3.1 O tipo de uma unidade diz respeito à organização e à dotação de material, em particular, os meios de combate orgânicos, que influenciam diretamente no preparo e no emprego. A natureza diz respeito a como uma unidade é organizada para combater em ambiente operacional prioritário e à sua especificidade e doutrina de emprego.

2.3.2 OS BI QUANTO AO TIPO E À NATUREZA CONFORME SUAS CAPACIDADES

2.3.2.1 Os BI do tipo leve são de natureza aeromóvel (Amv), motorizada (Mtz), paraquedista (Pqdt), de montanha (Mth), de fronteira (Fron) e de selva (Sl). Os Btl do tipo médio são de natureza mecanizada (Mec), e os do tipo pesado, de natureza blindada (Bld).

2.3.2.2 Os conceitos, as possibilidades e as limitações de cada natureza da infantaria estão descritas no MC *A Infantaria nas Operações*.

2.4 CARACTERÍSTICAS DE EMPREGO

2.4.1 Por ser uma unidade tática básica, pode operar isoladamente, enquadrado em uma brigada (Bda) ou diretamente subordinado à divisão de exército (DE) ou corpo de exército (C Ex).

2.4.2 O BI combate, prioritariamente, com seus meios orgânicos, estando em condições de (ECD) combater a pé.

2.5 ORGANIZAÇÃO DOS BATALHÕES DE INFANTARIA

2.5.1 Os BI, em regra, possuem a mesma estrutura organizacional, sendo constituídos por 3 (três) companhias de fuzileiros (Cia Fuz) e 1 (uma) companhia de comando e apoio (CCAp). Como exceção, há os batalhões de infantaria blindados (BIB), por serem organizados com 4 (quatro) companhias de fuzileiros blindados (Cia Fuz Bld).

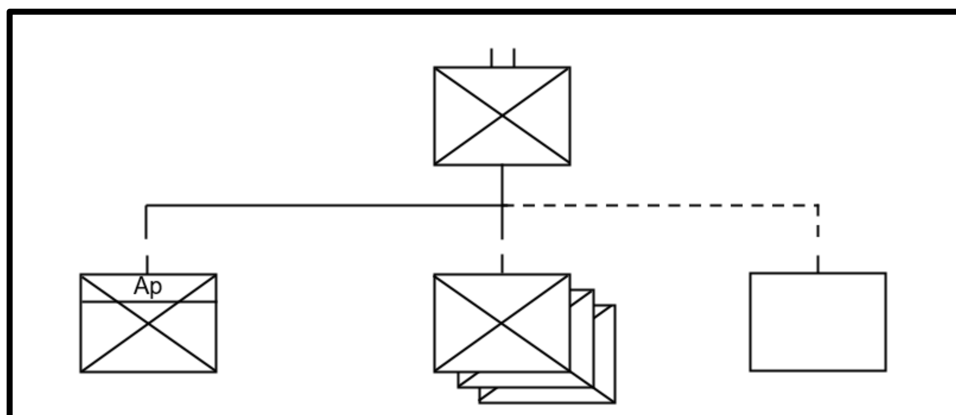


Fig 2-1 – Estrutura organizacional do Batalhão de Infantaria

2.5.2 Os BI, quanto à natureza, diferenciam-se pelo seu quadro de organização (QO) em virtude da vocação para o emprego prioritário em distintos ambientes operacionais.

2.5.3 A companhia de fuzileiros (Cia Fuz) é constituída por 1 (uma) seção de comando (Seç Cmdo), 3 (três) pelotões de fuzileiros (Pel Fuz) e 1 (um) pelotão de apoio (Pel Ap).

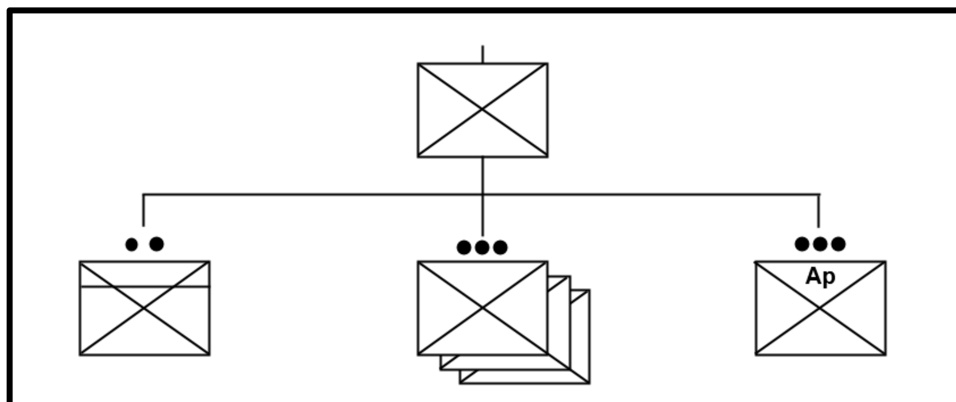


Fig 2-2 – Estrutura da Companhia de Fuzileiros

2.5.4 A CCAp é constituída pelo comando (Cmt e SCmt), 1 (um) pelotão de comando (Pel Cmdo), 1 (um) pelotão de comunicações (Pel Com), 1 (um) pelotão de saúde (Pel S), 1 (um) pelotão de suprimento (Pel Sup), 1 (um) pelotão de manutenção e transporte (Pel Mnt Trnp), 1 (um) pelotão de morteiros (Pel Mrt) e 1 (um) pelotão anticarro (Pel AC).

2.5.4.1 A CCAp tem atribuições referentes:
a) aos meios de comando e controle (C²);
b) ao posto de comando;
c) à área de trens; e
d) ao enquadramento das frações de apoio de fogo orgânico do batalhão.

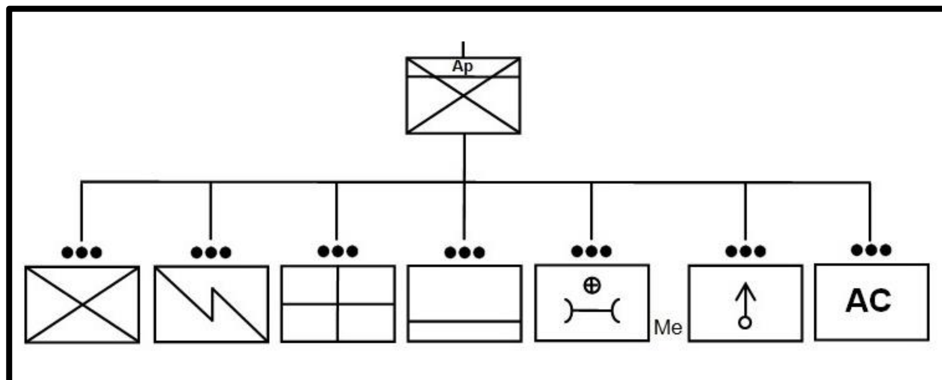


Fig 2-3 – Estrutura da Companhia de Comando e Apoio

2.5.4.2 As peculiaridades das CCAp nos diversos quadros de cargos (QC) são apresentadas a seguir.
a) Batalhão de Infantaria Paraquedista (BI Pqdt) – o Pel Cmdo possui 1 (um) grupo de autodefesa antiaéreo (Gp Auto DAAe).
b) Batalhão de Infantaria Aeromóvel (BI Amv) – existe 1 (um) pelotão de reconhecimento (Pel Rec) em substituição à turma de reconhecimento (Tu Rec) e o Pel Cmdo também possui 1 (um) Gp Auto DAAe.
c) Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) – o Pel Cmdo possui 1 (um) grupo de autodefesa antiaérea (Gp Auto DAAe) e o Pel Mnt Trnp tem 1 (uma) Seç de embarcações.
d) Batalhão de Infantaria de Fronteira (BI Fron) – existe 1 (uma) Seç de embarcações no Pel Mnt Trnp.
e) Batalhão de Infantaria Blindado (BIB) – existe 1 (um) pelotão de exploradores (Pel Exp), em substituição à Tu Rec, e os Pel Sup e de Mnt Trnp possuem um reforço de elementos voltados ao apoio logístico.
f) Batalhão de Infantaria de Montanha (BI Mth) – existe 1 (um) Pel Rec, composto por elementos com cursos de montanhismo, em substituição à Tu Rec. Esse pelotão destina-se a preparar rotas de infiltração em área montanhosa.
g) Batalhão de Infantaria Mecanizado (BI Mec) – existe 1 (um) Pel Exp, em substituição à Tu Rec, como também há 1 (um) pelotão de morteiro pesado (Pel Mrt P), em substituição ao pelotão de morteiro médio (Pel Mrt Me). Os Pel Sup e de Mnt possuem reforços de elementos voltados ao apoio logístico. Além disso, existe mais 1 (um) pelotão de apoio de fogo (Pel Ap F).
h) Batalhão de Infantaria Motorizado (BI Mtz) – existe 1 (um) Pel Mrt P em substituição ao Pel Mrt Me.

2.5.4.3 O detalhamento sobre as missões atribuídas aos pelotões dessas subunidades (SU) pode ser encontrado nos seguintes manuais e instruções provisórias (IP):
a) MC *Companhia de Comando e Apoio*;
b) IP *Batalhão de Infantaria Leve*;
c) IP *Batalhão de Infantaria de Selva*;
d) MC *Forças-Tarefas Blindadas*; e
e) MC *Batalhão de Infantaria Mecanizado*.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

CAPÍTULO III

COMANDO E CONTROLE

3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

3.1.1 A função de combate comando e controle (C^2) é um processo por meio do qual as atividades da unidade são planejadas, coordenadas, sincronizadas e conduzidas para o cumprimento da missão. Esse processo abrange pessoal, equipamento, comunicações, instalações e procedimentos necessários para obter e analisar as informações para planejar, expedir ordens e planos e para supervisionar a execução das operações.

3.2 COMANDO E CONTROLE

3.2.1 O C^2 buscará ser mais ágil e eficiente que o do inimigo. Esse sistema deve permitir que o comandante (Cmt) e seu estado-maior (EM) recebam e processem informações que possibilitem a elaboração de ordens e, dessa forma, a tropa possa reagir com mais rapidez que seu oponente.

3.2.2 COMPONENTES DO COMANDO E CONTROLE

3.2.2.1 O C^2 envolve três componentes imprescindíveis e interdependentes:
a) a autoridade, legitimamente investida, da qual emanam as decisões que materializam o exercício do comando e para a qual fluem as informações necessárias ao exercício do controle;
b) o processo decisório, fundamentado no arcabouço doutrinário, que permite a formulação de ordens e estabelece o fluxo de informações necessário ao seu cumprimento; e
c) a estrutura, que inclui pessoal, instalações, equipamentos e tecnologias necessárias ao exercício da atividade de C^2.

3.3 RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS

3.3.1 COMANDANTE DA UNIDADE

3.3.1.1 O Cmt, no que diz respeito ao emprego da sua unidade em operações, possui as seguintes atribuições:
a) realizar planejamentos, tomando decisões oportunas, emitindo ordens eficientes e exercendo a supervisão e o comando;

b) conhecer o emprego tático e técnico, as possibilidades e limitações de todos os elementos orgânicos, bem como dos elementos das armas e dos serviços que possam reforçar o batalhão ou integrá-lo, quando constituir uma força-tarefa;
c) exercer a autoridade e estabelecer diretrizes, missões e normas para o batalhão;
d) zelar pelo eficiente funcionamento da cadeia de comando, atribuindo grau suficiente de autoridade aos subordinados para que possam realizar suas tarefas;
e) certificar-se de que suas determinações estão sendo executadas, por intermédio de visitas e inspeções realizadas por si ou por seu EM, combinadas com ações complementares, devendo, entretanto, permitir que seus subordinados tenham liberdade de ação para implementar suas ordens;
f) zelar pela eficiência combativa da unidade, por meio de uma contínua avaliação das manifestações de liderança, iniciativa, moral, espírito de corpo, disciplina e proficiência;
g) assegurar o bem-estar dos comandados, zelando pelo seu conforto físico, fomentando a confiança e o respeito aos chefes, estimulando o espírito de corpo e cultivando atitudes mentais positivas;
h) utilizar todos os meios disponíveis para cumprir sua missão, coordenando as atividades de sua unidade com as unidades vizinhas e de apoio. Seus planos e ordens devem assegurar que as ações de todas as SU contribuam efetivamente para aquele fim;
i) colocar-se onde melhor possa dirigir, controlar e influir nas operações, podendo estar em um posto de observação, junto à ação tática principal ou em qualquer outro lugar de sua área de operações (A Op) em que seja exigida sua presença; e
j) manter o EM informado, ao afastar-se do posto de comando (PC), sobre itinerário e planos a serem preparados ou ações a serem executadas. Se emitir ordens ou obtiver informações referentes à situação, deve comunicar ao seu EM na primeira oportunidade.

3.3.2 SUBCOMANDANTE DA UNIDADE

3.3.2.1 É o principal assessor do comandante do batalhão (Cmt Btl) e seu substituto eventual, cabendo-lhe coordenar e supervisionar os pormenores das operações e da administração. Desse modo, desonera o Cmt para concentrar-se nas operações.

3.3.2.2 As atribuições específicas do subcomandante (SCmt) variam de acordo com a diretriz do Cmt. No entanto, usualmente, compreenderá as seguintes:
a) orientar e coordenar os trabalhos dos elementos do EM;
b) fiscalizar a execução das normas de ação;
c) verificar se as instruções da tropa estão de acordo com as diretrizes e com os planos do Cmt;
d) manter-se a par da situação e dos futuros planos;

e) providenciar para que as informações sejam remetidas em tempo oportuno e que sejam preparados planos para contingências; e
f) coordenar a realização do exame de situação continuado.

3.3.2.3 No decorrer das operações, normalmente, o SCmt permanecerá no posto de comando principal (PCP), devendo:
a) manter o escalão superior (Esc Sp) informado sobre a evolução das operações;
b) acompanhar a situação na zona de ação (Z Aç) dos elementos vizinhos e superiores;
c) sincronizar o apoio ao combate e o apoio logístico com a manobra; e
d) iniciar o planejamento das operações futuras.

3.3.3 ESTADO-MAIOR

3.3.3.1 A organização e as atividades comuns do funcionamento do EM são apresentadas no manual Estado-Maior e Ordens (volumes 1 e 2) e no Regulamento Interno dos Serviços Gerais (RISG).

3.3.3.2 Este manual trata das atividades e processos atinentes ao combate.

3.3.3.3 O subcomandante do batalhão (SCmt Btl) exerce funções similares às previstas para o chefe do EM dos escalões superiores (Esc Sp).

3.3.4 ESTADO-MAIOR

3.3.4.1 Generalidades

3.3.4.1.1 Normalmente, é constituído pelo SCmt, oficial de pessoal (S-1), oficial de inteligência (S-2), oficial de operações e instrução (S-3) e oficial de logística (S-4).

3.3.4.2 Oficial de Pessoal (S-1)

3.3.4.2.1 As responsabilidades e deveres do oficial de pessoal (S-1) poderão ser consultados no MC *Estado-Maior e Ordens*.

3.3.4.3 Oficial de Inteligência (S-2)

3.3.4.3.1 As responsabilidades e deveres do Oficial de Inteligência (S-2) poderão ser consultados no MC *Estado-Maior e Ordens*.

3.3.4.3.2 Conforme quadro de cargos previstos (QCP) do BI, o oficial de inteligência é também o oficial de comunicação social da OM. As responsabilidades e deveres do oficial de comunicação social poderão ser consultados no MC *Estado-Maior e Ordens*.

3.3.4.4 Oficial de Operações (S-3)

3.3.4.4.1 As responsabilidades e deveres do oficial de operações (S-3) poderão ser consultados no MC *Estado-Maior e Ordens*.

3.3.4.5 Oficial de Logística (S-4)

3.3.4.5.1 As responsabilidades e deveres do oficial de logística (S-4) poderão ser consultados no MC *Estado-Maior e Ordens*.

3.3.5 OFICIAIS DE ASSESSORAMENTO DE ESTADO-MAIOR

3.3.5.1 Generalidades

3.3.5.1.1 Normalmente, é integrado pelos adjuntos das seções do EM e dos comandantes de fração especializadas orgânicas, em reforço ou em apoio ao batalhão.

3.3.5.2 Ajunto do Oficial de Operações (Adj S-3)

3.3.5.2.1 Assessora o S-3 desempenhando, de forma cumulativa ou não, as funções de auxiliar de operações, apoio de fogo orgânico, controle do espaço aéreo e de ligação com a Aviação do Exército (Av Ex) e Força Aérea (F Ae), auxiliando-o no planejamento, coordenação e supervisão no decorrer das operações. É o responsável pelas seguintes atividades:
a) elaboração do planejamento do apoio de fogo orgânico, em estreita ligação com o oficial de ligação de artilharia (O Lig Art), Pel Mrt e Pel AC, conforme diretriz do S-3;
b) preparação ou processamento dos pedidos de apoio aéreo aproximado imediato ou pré-planejado;
c) coordenação do emprego do apoio aéreo aproximado às operações do batalhão e ligação com o coordenador do apoio de fogo (CAF) e o oficial de ligação aérea (OLA) ou com o controlador aéreo avançado (CAA) do comando aerotático;
d) preparação da parte do plano de apoio de fogo referente ao apoio aéreo; e
e) encaminhamento dos pedidos de reconhecimento aéreo realizados pelo S-2.

3.3.5.3 Comandante da Companhia de Comando e Apoio (CCAp)

3.3.5.3.1 Assessora e auxilia o oficial de logística no planejamento, coordenação e supervisão da manobra logística nas operações. Cumulativamente, é Adj do S-4 e o Cmt dos trens do batalhão, cabendo-lhe o seu controle. É o responsável pelas seguintes atividades:
a) supervisão do apoio logístico da U;
b) comando do posto de comando alternativo (PC Altn), assessorando o S-1 na sua localização, cabendo-lhe a instalação, segurança e troca de posição; e

c) comando dos trens, tendo a responsabilidade pela sua instalação, segurança, operação e troca de posição, quando for desdobrada uma única área de trens.

3.3.5.4 Subcomandante da Companhia de Comando e Apoio

3.3.5.4.1 Assessora e auxilia o S-4 no planejamento, coordenação e supervisão da manobra logística nas operações, sendo adjunto do S-4. Quando desdobrada a área de trens de combate (ATC), será o seu comandante e o responsável pela sua instalação, segurança e deslocamento, devendo, nesse caso, assessorar o S-4 e o comandante da CCAp na sua localização.

3.3.5.5 Comandante do Pelotão de Comunicações

3.3.5.5.1 Assessora o comandante e o estado-maior sobre as comunicações, sendo o oficial de comunicações e eletrônica (O Com Elt) e Adj do S-2 do Btl. É o responsável pelas seguintes atividades:
a) supervisão técnica sobre o sistema de comunicações, as suas instalações e o pessoal de comunicações. Seu trabalho é diretamente supervisionado pelo S-2 e pelo S-3, cabendo-lhe o planejamento do emprego e a segurança das comunicações;
b) comando do PCP, assessorando o S-2 na sua localização, sendo responsável pela sua instalação, segurança e deslocamento;
c) coordenação, junto ao S-2, da localização dos postos de observação (PO) e das medidas de segurança das comunicações;
d) preparação e distribuição dos extratos das instruções para a exploração das comunicações (IE Com) e as instruções padrão das comunicações (IP Com), recebidas do Esc Sp;
e) elaboração e supervisão dos planos de segurança do PCP, em coordenação com o estado-maior do batalhão;
f) assessoria ao S-1 no PC Altn, quanto ao emprego das comunicações;
g) assessoria ao S-4 quanto ao planejamento, coordenação e execução das atividades de manutenção e suprimento do material de comunicações; e
h) supervisão do emprego dos elementos de comunicações em reforço ao batalhão.

3.3.5.6 Comandante do Pelotão de Comando (Pel Cmdo)

3.3.5.6.1 Assessora o S-2 quanto aos assuntos de reconhecimento, contrarreconhecimento e segurança, sendo, cumulativamente, o oficial de reconhecimento do Btl e o oficial de defesa química, biológica, radiológica e nuclear (DQBRN). É o responsável pelas seguintes atividades:
a) execução da segurança da área de retaguarda (SEGAR); e
b) acompanhamento das ações de defesa, detecção e levantamento QBRN, assessorando o S-2.

3.3.5.7 Comandante do Pelotão de Manutenção e Transporte (Pel Mnt Trnp)

3.3.5.7.1 Assessora o S-4 no planejamento, coordenação e execução das atividades de manutenção do material (exceto material de saúde e de comunicações) e de transporte, sendo o oficial de manutenção e transportes do Btl. É o responsável pelas seguintes atividades:
a) operação e segurança das instalações de manutenção e recuperação operadas pelo Pel Mnt Trnp;
b) supervisão técnica dos trabalhos de manutenção nas SU; e
c) supervisão do recolhimento e da evacuação de viaturas na Z Aç do batalhão.

3.3.5.8 Comandante do Pelotão de Suprimento (Pel Sup)

3.3.5.8.1 Assessora o S-4 no planejamento, coordenação e execução das atividades relacionadas aos suprimentos em geral, particularmente munição, sendo designado, cumulativamente, como o oficial de munições e oficial de suprimentos do Btl.

3.3.5.9 Comandante do Pelotão de Saúde (Pel S)

3.3.5.9.1 Assessora o Cmt e o S-1 no planejamento, coordenação e execução das atividades de saúde, sendo o oficial de saúde do Btl. É o responsável pelas seguintes atividades:
a) assessoria do S-4 quanto ao suprimento de classe VIII e à manutenção do material de saúde;
b) proposta da localização do posto de socorro (PS) e supervisão de seu funcionamento, bem como o cuidado e tratamento dispensados aos baixados;
c) atualização permanente das informações sobre a situação sanitária enviadas ao S-1;
d) solicitação de reforços no suprimento de saúde, quando for necessário, e do recompletamento das dotações;
e) supervisão da evacuação dos feridos até o PS;
f) assessoria ao comando em relação aos efeitos dos agentes QBRN sobre o pessoal;
g) proposta das normas gerais de ação (NGA), particularmente quanto à localização, à execução dos primeiros socorros, à coleta, triagem e evacuação de feridos e à prevenção e controle de doenças;
h) planejamento e supervisão da assistência médica aos prisioneiros de guerra e, quando autorizado pela autoridade competente, da assistência médica ao pessoal não militar na área do batalhão; e
i) supervisão do exame dos documentos e equipamentos de saúde capturados, em coordenação com o S-2, tendo em vista a obtenção de dados de inteligência.

3.3.5.10 Subcomandante do Pelotão de Suprimento

3.3.5.10.1 Assessora o comandante e o S-4 no planejamento, coordenação e execução das atividades de suprimento classe I e no emprego das cozinhas de campanha, sendo o oficial aprovisionador do Btl. É o responsável pelas seguintes atividades:
a) verificação da qualidade da alimentação da tropa; e
b) supervisão da distribuição da alimentação às SU.

3.3.5.11 Comandante do Pelotão Anticarro

3.3.5.11.1 Assessora o comando do batalhão nos assuntos relacionados à defesa anticarro (DAC), sendo o oficial de DAC.

3.3.5.12 Oficial de Ligação de Artilharia (O Lig Art)

3.3.5.12.1 Assessora o S-3 no planejamento dos fogos em apoio à manobra dos elementos subordinados, sendo o coordenador de apoio de fogo (CAF) do Btl, integrando os fogos orgânicos do Btl com o apoio de fogo de artilharia e o aéreo. Seu substituto eventual é o Adj do S-3. É o responsável pelas seguintes atividades:
a) coordenação do Centro de Coordenação de Apoio de Fogo (CCAF), no Centro de Operações Tático (COT) do PCP, supervisionando o emprego dos fogos orgânicos. Pode operar do CCAF ou à frente, junto com o comandante do Btl;
b) preparação dos planos de apoio de fogo do batalhão em conjunto com o S-3 e o S-3 do ar; e
c) coordenação de todos os fogos superfície-superfície e ar-superfície em apoio.

3.3.5.13 Oficial de Engenharia (Of Eng)

3.3.5.13.1 Assessora o Cmt e o S-3 nos assuntos de engenharia. É o Cmt da fração de engenharia que, normalmente, é colocada em apoio.

3.3.5.14 Oficial de Defesa Antiaérea (Of DAAe)

3.3.5.14.1 Assessora o Cmt e o S-3 em assuntos de DAAe. É o Cmt da fração de artilharia antiaérea (AAAe) em apoio ao Btl. Quando o Btl não dispuser de elementos AAe em reforço, o O Lig Art será o oficial de defesa antiaérea (Of DAAe).

3.3.5.15 Oficial de Ligação Aérea (OLA) e Controladores Aéreos Avançados (CAA)

3.3.5.15.1 São elementos da F Ae destacados para trabalhar junto ao Btl. O OLA é o responsável pelas seguintes atividades:
a) assessoria do Cmt quanto às possibilidades e à validade do emprego da F Ae;

b) controle do atendimento das missões solicitadas; e
c) ligação com outras equipes de controle aerotático (ECAT), o Centro de Apoio Aéreo Direto (CAAD) e o Centro de Operações Aéreas do Teatro (COAT) para troca de informações.

3.3.5.15.2 O CAA é o responsável por orientar as aeronaves, controlando os ataques aéreos às posições inimigas e fornecer informações quanto às condições meteorológicas, aos danos causados nos ataques ao inimigo e à posição atualizada das tropas amigas.

3.4 RELAÇÕES FUNCIONAIS

3.4.1 DO COMANDANTE COM ELEMENTOS SUBORDINADOS

3.4.1.1 Elementos Orgânicos, em Reforço ou Integrantes

3.4.1.1.1 As relações funcionais com o comandante da fração orgânica, em reforço ou integrante de uma força-tarefa (FT) poderão ser diretamente com o comandante enquadrante ou por intermédio do seu estado-maior, de acordo com as diretrizes e ordens. Poderá a tropa em reforço designar um assessor para o emprego da sua fração.

3.4.1.1.2 Os elementos em reforço, essencialmente, possuem as relações funcionais com o comando enquadrante idênticas às mantidas com os elementos orgânicos, ficando sujeitos às diretrizes e ordens. Poderá a tropa em reforço designar um assessor para o emprego da sua fração.

3.4.1.1.3 Os elementos integrantes, quando o Btl for o núcleo de uma FT, estabelecerão relações funcionais idênticas aos elementos orgânicos.

3.4.2 DO COMANDANTE COM OUTRAS UNIDADES

3.4.2.1 Unidades de Apoio

3.4.2.1.1 O Cmt Btl deve assegurar-se de que foram estabelecidas as comunicações e ligações adequadas e manter informados os comandantes dos elementos de apoio sobre a situação em curso e o apoio desejado. O elemento de apoio (Elm Ap) é responsável pelo estabelecimento das ligações com a unidade apoiada e atende aos pedidos de apoio e assessora quanto às possibilidades e limitações da sua tropa. Além disso, atua como assessor de EM; faz proposta para o emprego do elemento de apoio; e, frequentemente, acompanha o Cmt Btl ou o EM nos reconhecimentos.

3.4.2.2 Controle Operacional

3.4.2.2.1 Quando um Elm é posto sob o controle operacional de um Btl, as relações de comando são semelhantes às descritas para as tropas em reforço, visando a cumprir missões ou tarefas específicas. No entanto, exclui a autoridade para o emprego separado das suas frações integrantes, bem como o controle administrativo.

3.4.2.3 Comando Operacional

3.4.2.3.1 É semelhante ao controle operacional, porém pode empregar os seus componentes separadamente.

3.5 INSTALAÇÕES DE COMANDO E CONTROLE

3.5.1 POSTO DE COMANDO (PC)

3.5.1.1 O posto de comando (PC) é o local onde se instala o comando da unidade para planejar e conduzir as operações. Nele são reunidos os meios necessários ao exercício do comando, incluindo a coordenação e controle dos elementos de combate e de apoio. Normalmente, o PC é desdobrado (Desd) em outras instalações de C^2, a fim de facilitar o planejamento, o acompanhamento e a condução das operações táticas e logísticas. As instalações de C^2 são de 3 (três) tipos:
a) posto de comando principal (PCP) – principal instalação de C^2, onde são realizados os planejamentos operacionais, o exame de situação continuado das operações e a sincronização da manobra, apoio ao combate e da logística. Normalmente, localiza-se entre as áreas de trens da subunidade (ATSU) e a área de trens de combate (ATC), próximo da reserva e na parte principal da Z Aç. O comandante do PCP é o comandante do Pel Com;
b) posto de comando tático (PCT) – local de onde o Cmt, em princípio, deverá conduzir as operações ou acompanhar uma fase particular da manobra. É instalado o mais à frente possível, estando, normalmente, orientado para a Z Aç da SU que realizar a ação principal; e
c) posto de comando alternativo (PC Altn) – instalação prevista para emergências ou na eventualidade da destruição do PCP. Normalmente, está junto ao PC ou zona de reunião (Z Reu) de elemento subordinado que não esteja em 1º Esc.

3.5.1.2 O desdobramento dos PC visa a:
a) proporcionar maior flexibilidade ao sistema de C^2;
b) separar os comandos de operações do comando logístico;
c) diminuir a quantidade de instalações;
d) possibilitar maior dispersão; e
e) permitir maior agilidade nos deslocamentos.

3.5.1.3 O PCT também funciona como PC Altn. Os meios de comunicações e de C² devem ser duplicados nestas instalações para assegurar a sobrevivência do sistema do comando e controle (SC²), permitindo ao Cmt a direção das ações durante as operações.

3.5.1.4 Em princípio, todas as instalações devem funcionar embarcadas nas viaturas de dotação das frações da CCAp, em condições de acompanhar a evolução da situação tática.

3.5.1.5 O C², normalmente, desdobra-se para mobiliar as seguintes instalações:

Inst	Função	Integrantes
PCT	- C² das operações; e - apoio ao Cmt.	- Cmt; - S-3, O Lig, CAA (se necessários); - Of Eng; - Cmt Pel Cmdo (Cmt PCT); - Elm 2ª e 3ª Seç; - Elm Pel Com e de Rec; e - outros elementos necessários.
PCP	- Planejamento e acompanhamento das operações; - sincronização da manobra, apoio de fogo, apoio ao combate e logística; e - COT.	- Cmt, SCmt, S-2, S-3 e Adj S-3; - O Lig Artilharia; - CAA; - Cmt Pel Com (Cmt PCP); - Elm 2ª e 3ª Seç; - Elm Pel Com e de Rec; e - outros elementos necessários.

Quadro 3-1 – Tipos de postos de comando e características

3.5.1.6 Para atender às necessidades de comunicações do PCP, o Pel Com desdobra um centro de comunicações de comando (C Com Cmdo). Essa instalação, normalmente, compreende um centro de mensagens (C Msg), dotado de meios rádio e informatizados com programas para o processamento e codificação de mensagens e postos de outros meios de comunicações.

3.5.2 POSTO DE COMANDO PRINCIPAL

3.5.2.1 Localização

3.5.2.1.1 A localização do PCP é proposta pelo S-3 ao Cmt Btl, valendo-se do assessoramento do comandante do pelotão de comunicação (Cmt Pel Com). A localização exata varia conforme o tipo de operação e poderá ocorrer por:

a) designação de uma região ou local pelo Esc Sp;

b) atribuição de um eixo de comunicações, pelo Esc Sp; e

c) liberdade de escolha pelo escalão subordinado.

3.5.2.1.2 Na escolha do local do PCP, devem ser considerados os fatores a seguir.

a) Situação tática:

- orientado na direção do esforço principal ou para a frente mais importante, tendo como referência os objetivos finais da unidade;
- prover o apoio cerrado;
- proporcionar espaço para o desdobramento dos elementos subordinados e outras instalações sem, no entanto, interferir na manobra tática nem na manobra logística da U; e
- proximidade e acessibilidade aos postos de observação (PO) do Btl.

b) Terreno:

- ter facilidade de acesso, contando com estradas, boa trafegabilidade do solo e não possuir obstáculos que dificultem o acesso;
- ter boa circulação interna na área para o pessoal e viaturas, sem obstáculos no interior da área do PC;
- possuir área compatível para a dispersão entre as instalações do PCP, considerando a área de 1 km², ou seja, visualizar um quadrado de 1 km de lado;
- estar apoiado em rede de estradas que permita os deslocamentos rápidos nas mudanças de PCP e desdobramento de PCT;
- apresentar instalações ou edificações; e
- favorecer a adoção de medidas de controle de pessoal e material.

c) Segurança:

- ser protegido por massa cobridora desenfiado em face do inimigo;
- estar coberto ou possuir facilidade de camuflagem natural;
- estar próximo da reserva ou unidade de manobra;
- atender à distância mínima de segurança, medida da linha de contato (LC), em Op Ofs, ou da orla anterior dos últimos núcleos de aprofundamento do BI nas Op Dfs;
- estar afastado de flancos expostos e de caminhos favoráveis à infiltração inimiga; e
- distanciar-se de pontos vulneráveis e possíveis alvos de interesse do inimigo.

d) Comunicações:

- estar afastado de fontes de interferências naturais ou artificiais;
- estar em um local que permita equilíbrio de distâncias para o sistema de comunicações;
- possuir locais de aterragem para helicópteros;
- dispor de recursos de telecomunicações civis ou militares no local;
- atender ao alcance dos meios de transmissão do sistema de Com do escalão considerado;
- não conter obstáculos aos meios de transmissão; e
- permitir a instalação de sítio de antenas.

3.5.2.2 Instalação

3.5.2.2.1 A distribuição interna das instalações dos órgãos no PCP fica a cargo do S-2, assessorado pelo Cmt Pel Com. Esta distribuição é variável e contempla as instalações necessárias ao seu funcionamento, apoios e segurança.

3.5.2.2.2 A organização interna do PCP deve facilitar a coordenação do estado-maior e prover adequado espaço para o trabalho e para as comunicações.

3.5.2.2.3 No PCP, são acompanhadas as operações em curso, o que o torna peça fundamental na sincronização das funções de combate envolvidas. Nessa instalação, será feito o planejamento das operações subsequentes, principalmente no caso de exiguidade de tempo para o planejamento inicial (Plj In) do Btl ou quando novas situações ocorrerem, exigindo a adoção de conduta de combate.

3.5.2.2.4 São funções básicas do EM do batalhão:
a) receber informações, o que se traduz por receber mensagens, relatórios e ordens do(s) escalão(ões) superior(es);
b) monitorar a situação tática;
c) manter um registro de todas as atividades mais significativas;
d) manter atualizada a localização do(s) Elm superior(es) e subordinado(s);
e) monitorar a situação do inimigo;
f) acompanhar a situação das classes de suprimentos críticos;
g) divulgar informações, o que significa, fundamentalmente, encaminhar relatórios ao(s) escalão(ões) superior(es); operar como enlace de comunicações entre diferentes elementos; expedir ordens e instruções; e processar e divulgar informações aos elementos pertinentes;
h) analisar informações, o que se entende por: consolidar relatórios; antecipar eventos e atividades, desenvolvendo as ações apropriadas; conduzir análise prognóstica baseada na situação tática;
i) identificar informações que respondam aos elementos essenciais de inteligência (EEI);
j) conduzir o processo de tomada da decisão;
k) identificar as necessidades de executar decisões de conduta com base na situação corrente;
l) propor linhas de ação de conduta ao Cmt Btl com base nas informações disponíveis e na análise conduzida;
m) integrar os meios disponíveis; e
n) sincronizar as funções de combate envolvidas na Op.

3.5.2.2.5 O SCmt coordenará o exame de situação continuado e exercerá a sincronização da manobra com o apoio ao combate e à logística interna da unidade.

3.5.2.3 Operações

3.5.2.3.1 O PCP é organizado para operar sem interrupções. Todas as seções do EM são organizadas em turmas que se revezarão para assegurar o funcionamento efetivo do PC durante 24 horas do dia.

3.5.2.3.2 As mensagens conduzidas por mensageiros, em regra, são recebidas no C Msg. Em seguida, são encaminhadas aos órgãos interessados do PC. O C Msg encaminhará, com prioridade, as mensagens destinadas às seções interessadas do EM e, em seguida, às outras seções, como informação. Cada oficial do EM que recebe uma mensagem deve rubricá-la e indicar as providências tomadas.

3.5.2.3.3 Todas as mensagens são endereçadas ao Cmt, mas raramente lhe são enviadas diretamente. É dever do estado-maior tomar as providências decorrentes do teor das mensagens recebidas e, quando necessário, informar o conteúdo ao Cmt, com a maior brevidade possível.

3.5.2.3.4 As mensagens expedidas são enviadas ao C Msg em duas vias. O expedidor de mensagens importantes deve providenciar para que um resumo delas seja registrado no diário de mensagens.

3.5.2.3.5 O tempo para o processamento e registro das mensagens deve ser mínimo. Quando necessário, as mensagens referentes às operações podem ser levadas diretamente ao centro de operações, ficando seu processamento para ser completado posteriormente.

3.5.2.3.6 Planos devem ser preparados, e a tropa deve ser instruída para assegurar a continuidade do C^2, caso o PCP do batalhão não possa funcionar devido à perda da maior parte do seu pessoal e equipamento. O plano do batalhão para o restabelecimento do PC deve incluir, normalmente, uma relação de oficiais por antiguidade, uma lista dos possíveis oficiais de EM nas unidades e a prescrição de emprego dos meios de uma das companhias ou dos trens de combate como um PC alternativo, constando, também, a imediata assunção de comando pelo oficial mais graduado presente e a constituição de um novo comando do batalhão, incluindo pessoal e meios de comunicações. As NGA do batalhão devem conter partes desses planos.

3.5.3 POSTO DE COMANDO ALTERNATIVO (PC Altn)

3.5.3.1 Localização

3.5.3.1.1 A localização do PC Altn é proposta pelo S-4 ao Cmt Btl, valendo-se do assessoramento do Cmt Pel Com. Normalmente, o PC Altn permanece dentro da ATC ou nas suas proximidades. O comandante do PC Altn é o adjunto do S-4.

3.5.3.2 Instalação

3.5.3.2.1 A distribuição interna das instalações do PC Altn é atribuição do Adj S-4, assessorado pelo Cmt Pel Com.

3.5.3.2.2 A organização interna do PC Altn deve facilitar a coordenação do EM e possuir adequado espaço para o trabalho e para as comunicações e mobiliado por um reduzido número de militares, a fim de facilitar o trabalho do EM.

3.5.3.3 Operações

3.5.3.3.1 Quando ativado o PC Altn, o S-1 será o assessor e substituto eventual do S-4 no que se refere às operações e ao controle PC Altn e da ATC. Normalmente, cumpre suas missões no PC.

3.5.4 POSTO DE COMANDO TÁTICO (PCT)

3.5.4.1 Localização

3.5.4.1.1 O PCT não possui localização definida, pois se desdobra onde o Cmt Btl possa melhor conduzir as operações ou acompanhar uma fase particular da manobra, podendo até sobrepor-se ao PCP de elementos subordinados.

3.5.4.2 Instalação

3.5.4.2.1 Composto de um pequeno efetivo, o PCT é comandado pelo Cmt Pel Cmdo.

3.5.4.3 Operações

3.5.4.3.1 Sua principal função é facilitar o C² da operação, além de proporcionar o apoio cerrado às peças de manobra por meio da ocupação de um posto de observação (PO).

3.5.4.3.2 Quando for Desd, o PCT deverá possuir uma carta de situação atualizada a fim de apoiar as decisões do Cmt Btl, a coordenação do apoio de fogo e a correta expedição de ordens.

3.5.5 DESLOCAMENTOS

3.5.5.1 O PCP deve ser deslocado sempre que necessário, para garantir a segurança e/ou a continuidade do sistema de C² da unidade. O deslocamento pode ser imposto por uma alteração no dispositivo tático, planejado ou existente, das forças amigas ou por efeito de ações do inimigo, incluindo:
a) interferência nas comunicações;
b) manobra terrestre que ameace a segurança do PCP;

c) possibilidade dos meios de busca do inimigo (vigilância aérea, meios de GE Ini e outros meios) para localizar o PCP, se este permanecer durante muito tempo em um determinado local;
d) desdobramentos constantes do PCT;
e) efeitos psicológicos adversos sobre a tropa; e
f) contatos pessoais difíceis.

3.5.5.2 Quando é planejado um deslocamento, o S-3 e o S-4 propõem ao Cmt ou ao SCmt, frequentemente, a nova localização geral dos PC e a oportunidade para os respectivos deslocamentos. Os comandantes de PC, que são os oficiais responsáveis pelo deslocamento do PCP, tomam providências quanto à segurança, aos guias, à hora de partida da turma de estacionadores e coordenam com os seguintes oficiais do EM:
a) S-2 – previsão meteorológica, condições da rede viária e a situação do inimigo;
b) S-3 – dispositivo da tropa, planos táticos, prioridade para utilização das vias de transporte e a hora de abertura do novo PC; e
c) S-4 – considerações logísticas, particularmente, sobre transporte e deslocamento de pessoal, materiais e equipamentos.

3.5.5.3 O O Com Elt verifica os aspectos técnicos para exploração dos sistemas de comunicações e de guerra eletrônica (GE), bem como a instalação dos sistemas nos novos Loc PCP.

3.5.5.4 O destacamento precursor, compreendendo o oficial estacionador de cada PC (S-1 e S-2), o elemento de segurança, os guias, o oficial de comunicações e eletrônica e as praças auxiliares escolhidas deslocam-se para o novo local geral onde cada oficial estacionador escolhe a localização exata de seu respectivo PC. Depois de escolhido o local exato e designado o local da respectiva instalação, cada oficial estacionador coloca guias para orientar os elementos que chegam para as suas áreas. Quando todas as providências tiverem sido tomadas, as antigas instalações do PC devem ser notificadas.

3.5.5.5 As instalações do PC deslocam-se, geralmente, em dois escalões, a fim de assegurar um contínuo controle das operações. Geralmente, o primeiro escalão inclui o comandante, o S-2, o S-3, o pessoal de ligação e as praças designadas. Este escalão desloca-se para a nova área e prepara-se para operar. O segundo escalão continua a funcionar sob o controle do SCmt ou outro oficial designado pelo comando da unidade. O comando da Bda e as unidades orgânicas, em reforço e em apoio, devem ser informados do exato local e da hora de abertura do novo PC. Quando este ficar pronto para operar, o subcomandante deve ser informado. O novo PC é aberto simultaneamente com o fechamento do antigo. O segundo escalão, então, reúne-se ao primeiro. Deve-se providenciar guias nas antigas instalações a fim de Info o novo local do PCP.

3.5.5.6 Quando o PCP se deslocar como um todo, o PCT deve ser Desd, a fim de exercer o C² durante este deslocamento. Caso seja necessário o abandono repentino do material existente no PC, deve-se desencadear o plano de destruição de material, de forma a evitar que este caia em poder do inimigo.

3.6 SINCRONIZAÇÃO

3.6.1 GENERALIDADES

3.6.1.1 Sincronização é o arranjo das atividades de todas as funções de combate no tempo, no espaço e na finalidade, visando a obter poder de combate “vencedor”. Implica a judiciosa exploração do fator da decisão “tempo”.

3.6.1.2 O objetivo é usar cada meio disponível onde, quando e da maneira que melhor possa contribuir para obter a superioridade no local e momento decisivos. Inclui o efeito de emassar o poder de combate no ponto decisivo, embora não se limite a ele.

3.6.1.3 A sincronização exige:
a) o perfeito conhecimento dos efeitos produzidos pelos diversos meios de combate;
b) o conhecimento da relação entre as possibilidades do inimigo e das forças amigas;
c) o domínio perfeito das relações entre o tempo e o espaço; e
d) a clara unidade de propósitos alinhada com a intenção do Cmt.

3.6.1.4 Ela acontece a partir da concepção da operação pelo comandante e seu EM, quando estes planejam que ações realizar e como estas deverão ocorrer no tempo e no espaço, para atingir seu objetivo. Visa a fazer com que os efeitos da ação de diversas forças se façam sentir, de maneira total, no momento e no local desejados.

3.6.1.5 A sincronização dos sistemas de combate ocorre verticalmente, da Bda à unidade e através das SU e seus pelotões. Ela ocorre também horizontalmente, entre as seções do estado-maior.

3.6.1.6 O Btl sincroniza suas operações:
a) assegurando-se de que seus meios de inteligência de combate estão ajustados às necessidades de seu comandante e que responderão a tempo de influenciar nas decisões e na operação;
b) determinando qual será o esforço principal e carreando os meios necessários para este elemento;
c) coordenando a manobra com os meios de apoio ao combate e apoio logístico disponíveis;

d) utilizando a estimativa logística para assegurar-se de que os meios necessários estarão disponíveis e alocados;
e) emassando rapidamente seu poder de combate no ponto decisivo para obter a surpresa, a massa e uma efetiva ação de choque, sem demoradas explanações e expedições de ordens;
f) planejando "à frente", para explorar as oportunidades criadas pelo sucesso tático;
g) permitindo uma execução descentralizada das operações;
h) utilizando as ferramentas da sincronização; e
i) conduzindo ensaios de sincronização.

3.6.2 FERRAMENTAS DA SINCRONIZAÇÃO

3.6.2.1 Matriz de Sincronização

3.6.2.1.1 É um documento empregado pelo estado-maior (EM) na visualização e no ensaio de todas as ações a serem realizadas antes, durante e após o combate. Esse documento não é padronizado, podendo ser adaptado ao sistema de trabalho do EM ou da operação a ser conduzida, podendo ser utilizada para suplementar o calco de operações e ordens verbais. O preenchimento da matriz de sincronização não substitui a ordem de operações para o cumprimento da missão.

3.6.2.1.2 Em princípio, constitui-se numa planilha de dupla entrada, na qual, na coluna vertical, são lançados a situação do inimigo, todas as funções de combate e outros dados essenciais à operação (ações de dissimulação e simulação do Esc Sp *etc.*); e, na coluna horizontal, são lançados o tempo ou o faseamento da operação. É feita uma interação dessas duas colunas, reagindo-se cada sistema com o inimigo, dentro do faseamento da operação/tempo, considerando-se a interferência do terreno, das condições climáticas e de outros dados que poderão influir no cumprimento da missão.

3.6.2.1.3 O quadro a seguir apresenta um exemplo de matriz contendo os principais elementos a serem observados na sincronização de cada função de combate. Conforme a operação, alguns elementos podem ser incluídos ou retirados. A matriz deve conter o maior detalhamento possível das ações dentro de cada função de combate, permitindo que a sincronização deles possa ser rigorosamente observada.

MATRIZ DE SINCRONIZAÇÃO (EXEMPLO)					
DADOS			**FASE DA OPERAÇÃO**		
OBJETIVOS (FASES OU FAIXAS DO TERRENO (normalmente utilizadas)					
DATA/HORA DOS EVENTOS (PREVISÃO)					
SITUAÇÃO DO INIMIGO (Elm Man, Ap Cmb, Ap Log *etc.*)					
INTELIGÊNCIA	Pel Rec/Tu Rec				
	Patrulhas				
	RIPI				
MOVIMENTO E MANOBRA	1ª Cia Fuz				
	2ª Cia Fuz				
	Elm reforço (Elm Ref)				
	Reserva				
APOIO DE FOGO	Localização Missão Finalidade Mdd Coor F	Mrt			
		Art			
		Armt AC			
		Aéreo			
	Elm Ref/Ap Dto				
Mbld, C Mbld, Ptç e Ap Ge Eng	Ap Spl				
	Obt				
	Trab Ptç				
DEFESA ANTIAÉREA	Tubo				
	Msl				
	S Vig/Tiro				
	PCP				
	Mdd Coor				
APOIO LOGÍSTICO	ATC				
	ATE				
	P E Sup				
	Cl I, III, V				
	Ct civis e PG				
	Mnt				
	Saúde				
C^2	PCP e PC Altn				
	Prescrições rádio				
	GE (MPE, Dsml Elt)				
Dados essenciais à operação	---				

Quadro 3-2 – Exemplo de Matriz de Sincronização

3.6.2.2 Planilhas de Acompanhamento do Combate

3.6.2.2.1 É um documento de trabalho empregado pelas seções do EM e elementos de apoio ao combate e logístico. Nessas planilhas, são sintetizadas as ações, atividades e atuações de cada sistema de combate, visando a facilitar o acompanhamento das ações e a realização do exame de situação continuado e planejamentos dele decorrentes. O emprego destas planilhas permite maior rapidez na introdução de correções que se fizerem necessárias durante o combate no planejamento inicial.

3.6.3 PROCESSO DE SINCRONIZAÇÃO

3.6.3.1 A sincronização possui três fases distintas:
a) a realizada durante o planejamento da operação;
b) a do ensaio da operação; e
c) a durante o combate.

3.6.3.2 A sincronização da manobra, do apoio ao combate e do apoio logístico, realizada durante a fase de planejamento, tem início na análise das linhas de ação opostas (jogo da guerra), nas quais são elaboradas matrizes de sincronização para cada linha de ação (L Aç) levantada. Nessa fase, são planejadas as ações a realizar e como estas irão ocorrer. Da mesma forma, podem ser elaboradas matrizes específicas para sincronizar as ações de determinados eventos críticos levantados (desencadeamento de uma área de engajamento, execução de uma incursão *etc.*).

3.6.3.3 Após a emissão da ordem de operações, é realizado um ensaio da operação conduzido pelo subcomandante e com a presença do estado-maior, comandantes das peças de manobra, elementos de reconhecimento, de apoio de fogo orgânicos e os elementos em apoio ou em reforço. Nesse ensaio, todas as ações previstas para o combate são interagidas com a provável atuação do inimigo, possibilitando a introdução de modificações que venham a contribuir para a execução do planejamento inicial. Sua finalidade, além de ajustar o planejamento, é garantir que todos os elementos do EM, Cmt SU, elementos de apoio ao combate e apoio logístico conheçam a intenção do comandante, compreendam o conceito da operação, saibam o que fazer em todas as fases do combate e quais as missões dos elementos subordinados.

3.6.3.4 O ensaio tem início com o S-2 expondo os dados e conhecimentos disponíveis sobre o terreno, as condições meteorológicas e o inimigo e de que forma se espera que interfiram na operação. Em seguida, e para cada fase da operação, os oficiais responsáveis pelas funções de combate (inteligência, manobra, apoio de fogo, mobilidade, contramobilidade e proteção, comando e controle, logística e DAAe) e os comandantes subordinados expõem como o seu sistema atuará durante a fase considerada. O S-2 passa a atuar como se fosse o comandante inimigo (com base nos dados e conhecimentos disponíveis sobre

efetivos, equipamentos, doutrina *etc.*), interferindo na explanação de cada responsável por sistema de combate, procurando neutralizar o planejamento de cada um desses sistemas, levando o EM a buscar alternativas para a interferência inimiga, ajustando o planejamento inicial. Ao final do ensaio, tendo certeza da viabilidade da operação e de que todos sabem o que fazer, o SCmt dá por encerrada esta fase da sincronização e informa ao Cmt Btl os resultados obtidos, se este não tiver acompanhado o ensaio.

3.6.3.5 Ao iniciar o combate, o SCmt passa a conduzir a terceira fase da sincronização, no COT PCP. Ele se mantém informado da situação tática e logística, do Esc Sp e elementos vizinhos, realizando um exame de situação continuado, com o apoio do S-2 e dos demais elementos do EM, quando necessário. Com base nesse exame de situação, ele introduz modificações no planejamento inicial, após contato com o Cmt, agilizando a resposta dos elementos necessários, em face da mudança da situação tática ou logística.

3.7 AÇÕES DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

3.7.1 GENERALIDADES

3.7.1.1 O Cmt emprega seu estado-maior em todas as ações de comando. O S-3 é o oficial do EM mais intimamente relacionado com as operações, sendo o responsável pelas propostas de emprego da unidade. Os demais oficiais do EM participam ativamente dos exames de situação, na esfera de suas atribuições (ver memento do exame de situação no Anexo A).

3.7.2 SEQUÊNCIA DAS AÇÕES PARA TOMADA DE DECISÃO

3.7.2.1 Normalmente, a sequência das ações que orientam o emprego de um Btl compreende nove fases, a partir do recebimento da missão, conforme o quadro a seguir.

FASES (POREOF)	EXAME DE SITUAÇÃO	NORMAS DE COMANDO (POREOF)
1ª FASE	RECEBIMENTO DA MISSÃO ↓	**1. PROVIDÊNCIAS INICIAIS** O Cmt: a) retira dúvidas que porventura tenha; b) planeja a utilização do tempo disponível (quadro horário). Procura deixar o máximo de tempo para seus elementos subordinados (1/3 do tempo para o seu planejamento e 2/3 para seus Elm subordinados, em princípio); c) efetua as ligações necessárias: 1) Cmt das unidades vizinhas; 2) Cmt a ser(em) ultrapassado(s), se for o caso; 3) Cmt da(s) subunidade(s) ou fração(ões) que, porventura, receba(m) em reforço; e 4) Cmt da(s) unidade(s) que prestará(ão) qualquer tipo de apoio ao Btl (Art, Eng, Log *etc.*).
2ª FASE **1ª Reunião**	ANÁLISE DA MISSÃO ↓	d) É realizada uma reunião (1ª REUNIÃO) para a análise da missão, da qual participam o Cmt, SCmt, EM e outros Elm julgados necessários. 1) O Cmt interpreta a intenção e a missão dos dois escalões imediatamente superiores. 2) O EM analisa a missão e apresenta, como proposta ao Cmt, o novo enunciado da missão.
3ª FASE	NOVO ENUNCIADO ↓ DIRETRIZ DE PLANEJAMENTO DO COMANDANTE ↓	e) O Cmt conclui sobre o novo enunciado. f) O Cmt expede a sua Diretriz de Planejamento (DIPLAN), na qual constará o novo enunciado, intenção inicial e orientações ao EM para prosseguimento nos respectivos exames de situação. **2. OBSERVAÇÃO E PLANEJAMENTO DO RECONHECIMENTO** a) O Cmt, SCmt, S-2 e S-3 realizam um rápido exame de situação, observando a zona de ação do batalhão a partir de um PO, ou mesmo na carta – se, inicialmente, não for possível no terreno –, para planejar o reconhecimento e elaborar a ordem preparatória do batalhão.
4ª FASE	↓	b) O SCmt expede a ordem preparatória do Btl aos Cmt das SU, para proporcionar-lhes o máximo de tempo de preparação para o combate. Essa ordem, normalmente, conterá: 1) a missão a ser cumprida pelo batalhão, com ênfase na hora e local; 2) mudanças, se for o caso, na organização atual do Btl. Considerar os elementos recebidos e/ou a reforçar outras unidades; 3) hora de início do movimento ou ordem do tipo: “O Btl deve estar ECD deslocar-se até 2 horas após o recebimento das ordens”; e 4) o extrato do quadro horário, no que interessar aos Cmt subordinados. c) O S-3 e o S-2 planejam o reconhecimento, ou seja: 1) determinam quem acompanha o Cmt Btl no reconhecimento; 2) indicam os PO a ocupar e o que observar em cada um deles; e 3) levam o planejamento à aprovação do Cmt. **3. RECONHECIMENTO** - Conforme o planejamento, é executado o reconhecimento.
2ª Reunião	SITUAÇÃO E LINHAS DE AÇÃO ↓	**4. EXAME DE SITUAÇÃO (Situação existente e linhas de ação)** a) Todos os elementos do EM realizam seus exames de situação e fornecem informações pormenorizadas ao S-3. b) O S-3 estabelece as linhas de ação e as divulga ao EM. c) O S-2 avalia seu exame de situação (PITCIC) e verifica a necessidade de novos dados ou conhecimentos (Ciclo da Inteligência).

	ANÁLISE DAS LINHAS DE AÇÃO OPOSTAS ↓ COMPARAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO ↓	d) O S-1 e o S-4 completam seus exames de situação, considerando as linhas de ação, para determinar que limitações existem ao apoio e qual é a mais favorável sob seus respectivos pontos de vista. e) É realizado o planejamento do apoio de fogo e de engenharia. f) O SCmt coordena os trabalhos do EM do batalhão para que eles sejam realizados harmoniosamente. g) É realizada a 2ª reunião com a participação dos Elm de todas as funções de combate, orgânicos e em reforço, sob a coordenação do SCmt. Nesta reunião é feita a reação entre as nossas L Aç e as L Aç (mais prováveis e a mais perigosa) passíveis de serem adotadas pelo inimigo (jogo da guerra). Como produtos do jogo da guerra, conclui-se sobre: 1) os resultados prováveis; 2) os aperfeiçoamentos a introduzir em cada linha de ação; 3) as condições para diminuir os graus de risco; 4) as vantagens e desvantagens de cada linha de ação; 5) a sincronização das ações no campo de batalha (1ª fase da sincronização), com o início da montagem das Matrizes de Sincronização; e 6) as áreas com objetivos de interesse (AOI) e respectivos pontos de decisão (PD), consolidados na confecção do calco de apoio à decisão. h) No prosseguimento da 2ª Reunião, serão apresentadas pelo S-3, ao Cmt, as vantagens e desvantagens de cada L Aç, bem como uma proposta de prioridade entre elas.
5ª FASE	DECISÃO ↓	i) O Cmt completa o seu exame de situação e chega à decisão. Escritura também sua intenção final, que pode ou não modificar a intenção estabelecida na análise da missão.
6ª FASE	PREPARAÇÃO DE PLANOS E ORDENS ↓	j) É realizado o ensaio das ações (segunda fase da sincronização), baseado na matriz já confeccionada, que pode vir a ser aperfeiçoada ou modificada, se for o caso. Participam do ensaio o EM, Cmt SU, Elm Ref, Elm Ap F, Elm Rec e outros que sejam julgados necessários, coordenados pelo SCmt. k) O S-3 é o responsável pela elaboração da ordem, porém recebe dos demais elementos do EM os itens e anexos de suas respectivas responsabilidades.
7ª FASE	APROVAÇÃO DE PLANOS E ORDENS ↓	l) O Cmt aprova os planos e ordens. Esta fase pode ser omitida se a urgência da situação assim o exigir e se o comandante delegar tal competência.
8ª FASE	EXPEDIÇÃO DE PLANOS E ORDENS ↓	**5. ORDENS** Os planos e ordens são difundidos. No batalhão, as ordens são verbais e emitidas à luz do terreno.
9ª FASE	SUPERVISÃO ↓	**6. FISCALIZAÇÃO** O Cmt, auxiliado pelo seu EM, supervisiona a execução das ordens e orienta os elementos subordinados, sempre que possível.

Quadro 3-3 – Considerações sobre o exame de situação

3.7.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O EXAME DE SITUAÇÃO

3.7.3.1 O exame de situação é um processo lógico e continuado de raciocínio, pelo qual o Cmt ou um oficial do EM considera todas as circunstâncias que possam interferir no cumprimento da missão.

3.7.3.2 Qualquer operação deve ter sempre um objetivo definido. A missão de um comandante, recebida através de ordens e instruções do escalão superior,

ou deduzida da situação, requer o estabelecimento de linhas de ação bem definidas. A determinação da L Aç mais conveniente constitui a finalidade do exame de situação.

3.7.3.3 O exame de situação deve ter uma sequência lógica (ver memento do exame de situação no Anexo A). Os fatores para esse exame, basicamente, são os descritos a seguir.
a) Missão – é a base do processo. Ao realizar um exame de situação, deve-se analisar a missão.
b) Inimigo – todas as informações disponíveis sobre o inimigo devem ser consideradas.
c) Terreno e condições meteorológicas – devem ser considerados para o estabelecimento da melhor linha de ação:
- os corredores de mobilidade e as vias de acesso (VA);
- a observação;
- os campos de tiro;
- as cobertas e os abrigos;
- os obstáculos;
- os acidentes capitais;
- outros aspectos (Fx Infl, rotas de aproximação aérea); e
- os efeitos do terreno e das condições meteorológicas.

d) Meios disponíveis – referem-se a todo o poder de combate disponível para o batalhão, incluindo os elementos de manobra, apoio de fogo, o apoio logístico, os elementos em reforço e em apoio, bem como os elementos sob controle operacional do batalhão.
e) Tempo – é o que torna possível realizar alguma estimativa da operação e efetivar qualquer sincronização no campo de batalha. Os fatores a considerar são, por exemplo:
- destinação de 1/3 do tempo para o planejamento do batalhão e de 2/3 para os elementos subordinados;
- tempo de deslocamento da Z Reu até a Z Aç e da linha de partida (LP) até os objetivos do batalhão;
- tempo de retardamentos;
- tempo determinado para manter um acidente capital;
- momentos decisivos e tempos de reação;
- tempo de destruição do inimigo durante o assalto, considerando o tamanho do objetivo e o valor do poder de combate do inimigo;
- tempo para preparação da P Def; e
- tempo previsto para abordagem da P Def pelo inimigo.

f) Considerações civis – é o que irá analisar a influência da cultura e das atividades da população local sobre a Z Aç/Btl e a condução das Op sobre essas populações.

3.7.3.3.1 Observação – tempo e espaço estão relacionados e avultam de importância quando houver diferença de velocidade e mobilidade entre os elementos de manobra do batalhão.

3.7.3.4 O Cmt de qualquer escalão não pode prescindir do conhecimento da intenção dos comandantes de dois escalões acima. Isso fará com que ele saiba como conduzir as operações até o final da missão, mesmo que haja a interrupção do sistema de C² das tropas amigas ou surjam oportunidades inopinadas. Em outras palavras, significa estar em condições de operar, independentemente, em ambiente hostil e cumprir a missão recebida com êxito, a despeito de qualquer óbice que possa surgir.

3.7.3.4.1 É importante que se entenda que a intenção do Cmt não é uma reprodução do conceito da operação. Deve expressar a visualização do Cmt de como a unidade, ou o escalão considerado, operará no cumprimento da missão com relação ao inimigo, ao terreno e à situação final desejada. Sendo assim, a expedição da intenção do Cmt proporciona aos escalões subordinados o pleno exercício da iniciativa, sobretudo quando oportunidades inopinadas surgirem ou o conceito da operação original não puder ser mais aplicado.

3.8 INTELIGÊNCIA

3.8.1 GENERALIDADES

3.8.1.1 A função de combate inteligência é definida, no manual Inteligência, como: conjunto de atividades, tarefas e sistemas interrelacionados empregados para assegurar a compreensão sobre o ambiente operacional, as ameaças, os oponentes (atuais e potenciais), o terreno e as considerações civis. Com base nas diretrizes do Cmt, executa as tarefas associadas às operações de inteligência, reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos (busca de alvos) – IRVA.

3.8.1.2 A atividade de inteligência divide-se em dois ramos: inteligência e contrainteligência. No nível unidade, o S-2 é o responsável pelo planejamento das ações que estão inseridas nesses ramos, bem como pela sua coordenação com as ações dos escalões superiores.

3.8.1.3 Todo o trabalho do S-2 é desencadeado, em última análise, com a finalidade de determinar quais as linhas de ação a serem adotadas pelo inimigo e suas vulnerabilidades, bem como os efeitos das condições meteorológicas e do terreno sobre as operações. Para tanto, a atividade do Sistema Operacional Inteligência é materializada em um ciclo contínuo de reunião e análise de dados, denominado ciclo da inteligência.

3.8.2 O CICLO DA INTELIGÊNCIA

3.8.2.1 Conforme o MC *Planejamento e Emprego da Inteligência Militar*, o ciclo de inteligência militar é definido como uma sequência ordenada de atividades, segundo a qual dados são obtidos e conhecimentos são produzidos e colocados

à disposição dos usuários de forma racional. Ele permite eficazmente a produção do conhecimento a ser empregado pelos diversos usuários.

3.8.2.2 O faseamento do ciclo Intlg compreende a orientação, a obtenção, a produção e a difusão para o comandante e seu EM e para outros decisores.

3.8.2.3 Para que o produto da inteligência militar seja efetivo, é necessário que haja uma constante realimentação no ciclo, envolvendo direta e indiretamente todos os integrantes da Força, de modo que ele se mantenha atualizado e capaz de responder às necessidades do usuário. Ele é o “motor” da função de Combate Inteligência.

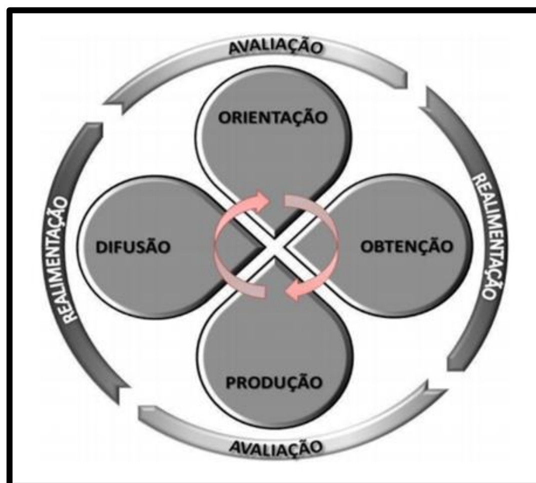


Fig 3-1 – Ciclo de inteligência militar

3.8.2.4 O problema inicial do esforço de busca é determinar os conhecimentos necessários à formulação de uma base para decisões e planos táticos futuros. A seguir, devem-se listar as manifestações das atividades inimigas ou as características da região de operações que apoiem a adoção ou rejeição de uma possibilidade. Prossegue-se relacionando conhecimentos específicos, preparando pedidos de busca (para outras agências de inteligência) ou mensagens de acionamento (aos elementos de busca orgânicos) relativos às características, localização ou atividades inimigas, bem como às condições meteorológicas ou ao terreno.

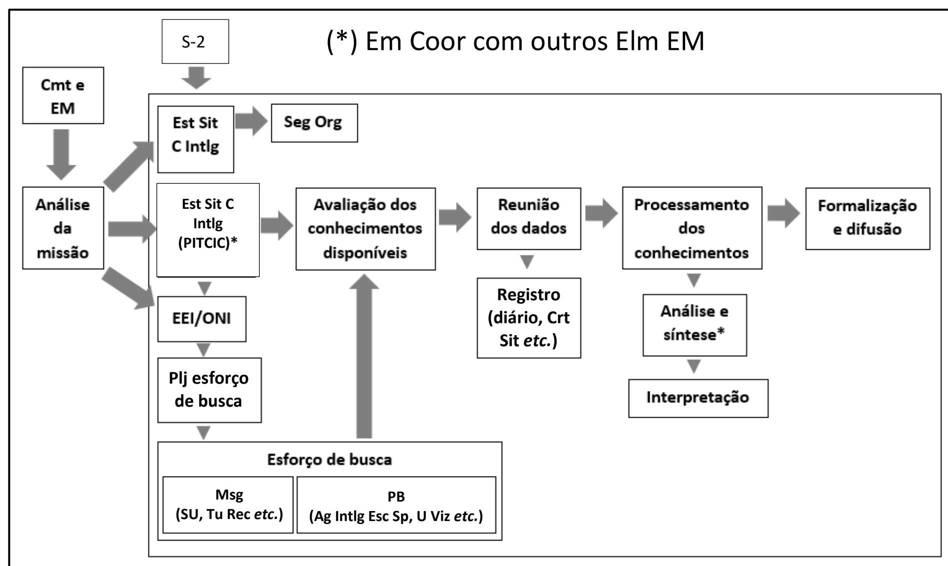


Fig 3-2 – Roteiro geral de trabalho do oficial de inteligência

3.8.2.5 Em consequência, o planejamento do esforço de busca compreende:
a) determinação das necessidades de inteligência (NI) – é de responsabilidade do comandante da unidade, sendo que o oficial de inteligência normalmente apresenta-lhe uma proposta. As NI são caracterizadas por EEI e por outras necessidades de inteligência (ONI), sendo formuladas após a análise da missão e difundidas ao oficial de inteligência através das diretrizes de planejamento;
b) análise das NI para determinar as atividades do inimigo e as características particulares da A Op que respondam às necessidades estabelecidas;
c) transformação dos desdobramentos das NI em pedidos de busca (PB) e/ou mensagens de acionamento;
d) seleção dos meios disponíveis para a busca;
e) reunião e análise dos dados recebidos; e
f) difusão dos conhecimentos produzidos.

3.8.2.6 Após analisar as NI e seus desdobramentos, o S-2 procura respondê-los utilizando os dados e/ou conhecimentos já disponíveis (banco de dados). Caso esses conhecimentos não estejam à sua disposição, ele utiliza o plano de busca como instrumento na coordenação e integração do esforço de busca. O plano de busca é um documento interno da 2ª Seç que registra as NI e seus desdobramentos não atendidos pelo banco de dados e que, por consequência, devem ser solicitados às agências ou elementos disponíveis. Normalmente, ele cobre toda uma operação, sendo necessária sua constante atualização de acordo com a evolução da situação.

(Classificação Sigilosa)

Unidade
Local
Gp Data/Hora
Nr Rfr

Plano de Busca Nr ______

Período De a (8)

(1) NI	(2) DNI	(3) Aspectos Solicitados	Agência de Inteligência / Elemento de busca			(6) Prazo	(7) Obs
			(4)				
EEI			(5)				
ONI							

(a)____________________
Ch 2ª Seç

____

(Classificação Sigilosa)

Legenda
(1) Transcrição das NI (EEI e ONI) enunciadas na forma de perguntas.
(2) Relação dos desdobramentos dos EEI e das ONI, como resultado do trabalho de análise do S-2.
(3) Registro dos aspectos solicitados dos às AI e elementos disponíveis, por intermédio de pedidos de busca (PB) ou mensagens (utilizer enumeração sequencial, independentemente de ser EEI ou ONI).
(4) Relação de todas as agências de inteligência e dos elementos disponíveis a serem acionados.
(5) Registro do número do PB ou da mensagem expedidos.
(6) Registro do prazo estipulado para resposta (princípio da oportunidade). Quando omitido, significa que as respostas devem ser difundidas imediatamente.
(7) Registro livre, a cargo do S-2. Dados relativos ao trabalho de busca e notas para ações futuras.
(8) Dia, mês e ano.

Fig 3-3 – Modelo de um plano de busca do batalhão

3.8.2.7 Na seleção dos meios ou elementos de busca, o S-2 deverá atender a quatro princípios: capacidade, adequabilidade, multiplicidade e equilíbrio. Serão relacionados não só os elementos disponíveis na composição de sua unidade, mas também aqueles não orgânicos, aos quais serão remetidos pedidos de inteligência (PI), também chamados pedidos de busca (PB).

3.8.2.8 Os meios ou elementos de busca de que dispõe o comando estão relacionados com as fontes humanas, de sinais e de imagens. Assim, no escalão batalhão, podem normalmente ser acionados e/ou empregados:
a) subunidades ou elementos subordinados orgânicos ou em reforço;
b) elementos de reconhecimento do batalhão (Pel Rec e outros, conforme a natureza da tropa);
c) agências de inteligência de elementos vizinhos ou em contato;
d) a agência de inteligência do Esc Sp; e
e) instrumentos de IRVA remotamente controlados.

3.8.2.9 Excepcionalmente, se a sensibilidade do dado a ser buscado assim o requerer, elementos do grupo de operações de inteligência (Gp Op Intlg) do G Cmdo ou da grande unidade (GU) enquadrante poderão também ser passados em reforço ou em apoio direto às SU, para que acompanhem as patrulhas de reconhecimento por elas lançadas.

3.8.2.10 No escalão batalhão, mesmo não possuindo órgãos de busca à sua disposição (companhia de inteligência – Cia Intlg e Gp Op Intlg), o Cmt disponibilizará os EEI na ordem de operações (no item "prescrições diversas") e empregará todos os seus meios disponíveis para reunir dados e conhecimentos. Desde que não afete suas missões de combate prioritárias, as SU e demais frações (seus meios de busca orgânicos) poder-se-ão deparar – já em curso de operações – com a oportunidade de buscar diversos dados importantes. Essa busca é consonante com o princípio da continuidade da inteligência de combate, realimentando permanentemente o ciclo. Estando esses aspectos enunciados sob a forma de EEI, sua compreensão será facilitada e abrangente. Seguindo esse raciocínio, ao distribuir ao batalhão um EEI oriundo da Bda, o Cmt o fará adaptando-o ao seu escalão.

3.8.2.11 As necessidades de inteligência (EEI e ONI) corretamente formuladas devem atender aos seguintes critérios:
a) proporcionar dados/conhecimentos requeridos para apoiar uma única decisão;
b) responder a somente um questionamento, preferencialmente com "sim" ou "não";
c) estar focado em um fato, evento ou atividade específicos;
d) ser sensível às evoluções do combate, adaptando-se às modificações na linha do tempo estabelecida; e
e) ser elaborado na forma de pergunta direta.

3.8.3 RECONHECIMENTO

3.8.3.1 O reconhecimento é a operação conduzida em campanha através do emprego de meios terrestres e aéreos, objetivando a obtenção de dados sobre o inimigo e a A Op. Esses meios podem utilizar-se de artifícios visuais ou de quaisquer outros métodos de aquisição de alvos, tais como: explorações eletromagnéticas, sensoriamento remoto, imagens de satélites, fotografias aéreas, veículo aéreo não tripulado, radar de vigilância terrestre (RVT), dentre outros meios.

3.8.3.2 As missões de reconhecimento representam o principal vetor operacional do sistema de inteligência. São os instrumentos que permitirão ao S-2 buscar os dados necessários ao seu exame de situação, quer para resposta aos questionamentos iniciais, quer para a constante realimentação do ciclo da inteligência.

3.8.3.3 Os reconhecimentos são executados antes e durante todas as operações de combate, a fim de obter dados para o Cmt Btl e seu estado-maior, particularmente o oficial de inteligência. Esses dados, uma vez processados, serão utilizados para confirmar, modificar ou formular determinado planejamento.

3.8.3.4 O reconhecimento tem influência sobre o sucesso de todas as operações militares. Um Cmt necessita de dados sobre o terreno, as condições climáticas e meteorológicas, bem como sobre a localização, efetivo, organização, dispositivo, atividades e condições do inimigo.

3.8.3.5 As operações de reconhecimento ocorrem de acordo com a situação tática, com as condições da região de operações, com as missões atribuídas e com o tipo e valor dos elementos que irão executá-las. Assim sendo, torna-se imprescindível a análise dos fatores da decisão quando este tipo de operação tiver que ser planejada.

3.8.3.6 Na execução das missões de inteligência, o S-2 é o responsável pelo adestramento, planejamento e supervisão do emprego das frações de reconhecimento do Btl, cabendo-lhe a orientação final às patrulhas.

3.8.3.7 O S-2 e o S-3 são os responsáveis pela coordenação e direcionamento do esforço de busca da unidade. Esse esforço deve primar por um emprego racional dos elementos de reconhecimento à sua disposição, orientando-os ao atendimento das NI levantadas pelo Cmt.

3.8.3.8 Os dados obtidos, uma vez processados, produzirão conhecimentos, os quais permitirão ao comando interessado o planejamento e a condução de sua manobra.

3.8.3.9 Esses dados incluem todas as observações, documentos, fotos, materiais, diagramas, cartas e relatórios de qualquer espécie que possam contribuir para o conhecimento de determinado assunto.

3.8.3.10 A F Ae e a Av Ex proporcionam o reconhecimento aéreo e constituem excelentes meios que irão suplementar o reconhecimento terrestre.

3.8.4 EXAME DE SITUAÇÃO DE INTELIGÊNCIA (PITCIC)

3.8.4.1 O exame de situação de inteligência é parte integrante da 1ª fase do ciclo da inteligência. Sua sequência é descrita em detalhes no manual *Planejamento e Emprego da Inteligência Militar*.

3.8.4.2 O exame de situação de inteligência é operacionalizado através do processo de integração terreno, condições meteorológicas, inimigo e considerações civis (PITCIC), de responsabilidade do S-2. Esse oficial, em

estreita ligação com o oficial de operações, reúne e analisa os dados disponíveis, assinalando as deficiências do inimigo e as características da A Op que possam ser, vantajosamente, exploradas por nossas forças.

3.8.4.3 As conclusões resultantes do PITCIC servirão de apoio à decisão do comandante, particularmente, quanto às restrições ao movimento e às linhas de ação do inimigo. Ao levantar essas linhas de ação, o S-2 procura identificar a mais provável de ser adotada e aquela considerada mais perigosa.

3.8.4.4 L Aç é uma maneira lógica e viável de atuação do inimigo. A L Aç mais provável é aquela que, após montada e detalhadamente analisada por parte do oficial de inteligência, tem sua execução considerada como de maior probabilidade de adoção pelo inimigo. Para essa análise, são levados em consideração, principalmente, os seguintes fatores:
a) as suas vulnerabilidades;
b) a coerência com a doutrina inimiga conhecida (matrizes doutrinárias);
c) a capacidade de execução por parte do inimigo;
d) os indícios atuais do inimigo;
e) os efeitos do terreno sobre a L Aç;
f) o tempo e espaço disponíveis para a execução por parte do inimigo;
g) o risco de executá-la *versus* os meios disponíveis por parte do inimigo;
h) a busca da surpresa por parte do inimigo; e
i) o grau de conhecimento da nossa situação por parte do inimigo.

3.8.4.5 Entende-se por L Aç mais perigosa aquela cuja adoção, apesar de não ser a mais provável, pode desequilibrar decisivamente o poder relativo de combate em proveito do inimigo, quer pelos meios empregados, quer pelos princípios de guerra, técnicas, táticas ou procedimentos utilizados.

3.8.4.6 Em função do fator tempo, o oficial de inteligência estabelecerá o número de linhas de ação inimigas a serem montadas e analisadas.

3.8.4.7 Quando o S-2 dispuser de pouco tempo e puder determinar somente duas linhas de ação do inimigo, estas deverão ser a L Aç mais provável e a L Aç mais perigosa.

3.8.4.8 Quando forem determinadas mais do que duas linhas de ação, a definição da L Aç mais perigosa ocorrerá após a tomada de decisão do comandante da unidade (Cmt U), fruto da análise de linhas de ação opostas (jogo de guerra). Isto se deve ao fato de que, para cada uma das nossas linhas de ação, poderá haver uma L Aç inimiga mais perigosa diferente.

3.8.4.9 Devido à grande importância da determinação e difusão da L Aç mais provável e da L Aç mais perigosa do inimigo, o S-2 do batalhão deverá transcrevê-las para a ordem de operações (último item do parágrafo "1. Situação"), consubstanciando e difundindo adequadamente o trabalho de

análise de inteligência (ver anexo B). Para verificar as demais considerações acerca do Sistema de Inteligência, particularmente quanto ao PITCIC, consultar o manual *Planejamento e Emprego da Inteligência Militar*.

3.8.4.10 Na condução de suas atividades, o S-2 planeja, em coordenação com outros oficiais do EM, medidas que protejam e salvaguardem as operações contra as atividades de inteligência do inimigo. Assim sendo, um exame de situação de contrainteligência deve ser realizado paralelamente, definindo as providências quanto à segurança orgânica da unidade.

3.8.4.11 O segmento segurança ativa da contrainteligência (contrapropaganda, contra sabotagem, contraterrorismo, contraespionagem e desinformação) é conduzido pelos escalões mais elevados, pois a 2ª Seç do batalhão não dispõe de pessoal e meios para conduzir o ramo contrainteligência na sua abrangência. Assim sendo, ao escalão Btl cabe conduzir apenas o segmento segurança orgânica (pessoal, áreas/instalações, documentação/material, comunicações e informática), sendo isso realizado quase que implicitamente, por meio de todos os integrantes da unidade, principalmente por intermédio de:
a) forças de proteção e segurança;
b) defesa de área de retaguarda;
c) medidas de proteção eletrônica (MPE);
d) camuflagem;
e) patrulhas de ligação;
f) posto de vigilância (P Vig)/posto de escuta (PE);
g) disciplina de luzes e ruídos;
h) controle de trânsito;
i) reconhecimentos;
j) manutenção da fisionomia da frente; e
k) outras.

3.8.4.12 O item contrainteligência constitui um parágrafo do anexo de inteligência. Quando este não for confeccionado, o S-2 fará constar da ordem de operações as prescrições julgadas convenientes para esse fim. O ramo contrainteligência compreende, ainda, as ações de contrarreconhecimento.

3.8.5 CONTRARRECONHECIMENTO

3.8.5.1 Contrarreconhecimento (C Rec) é um conjunto de medidas, ações e técnicas destinadas a negar aos elementos de reconhecimento inimigo dados sobre nossas tropas.

3.8.5.2 O C Rec é realizado através de medidas ativas e passivas. As medidas ativas consistem no emprego de tropas com a finalidade específica de identificar, destruir ou neutralizar os meios de reconhecimento inimigo. Por outro lado, as medidas passivas constituem-se de todos os procedimentos de segurança

orgânica adotados pela tropa com o intuito de dificultar o reconhecimento inimigo (camuflagem, disciplina de luzes e ruídos, MPE *etc.*).

3.8.5.3 As ações de contrarreconhecimento (C Rec) consistem basicamente na identificação e destruição ou neutralização dos elementos de reconhecimento inicial (Elm Rec Ini). A identificação poderá ser realizada através dos meios de busca empregados pelo Btl ou pela própria força de contrarreconhecimento. A destruição/neutralização pode ser realizada pela ação da força de C Rec ou pela realização de fogos (Mrt, Art, Av Ex, F Ae *etc.*)

3.8.5.4 Qualquer que seja a operação executada, as tropas empregadas nas ações de contrarreconhecimento podem receber missão de natureza ofensiva, procurando deliberadamente o contato com os elementos de reconhecimento inimigo para sua destruição ou neutralização; ou de natureza defensiva, procurando evitar que os elementos de reconhecimento inimigo penetrem em determinadas áreas ou partes da Z Aç.

3.8.5.5 O valor e a composição de força de C Rec a ser empregada serão previstos no planejamento da operação em função da análise dos fatores da decisão, em particular do valor e da composição da força de reconhecimento inimiga e da maneira como esta realiza taticamente o reconhecimento, bem como da diretriz do comandante.

3.8.5.6 O planejamento das ações de contrarreconhecimento deve ser feito pelo S-2, em coordenação com o S-3, após o exame do terreno e da análise das linhas de ação do inimigo. A força de contrarreconhecimento deve ser lançada à frente, sempre que possível, com antecedência tal que lhe permita atuar de maneira eficaz contra os primeiros Elm Rec Ini. Suas missões devem ser claramente definidas, evitando-se a ação genérica de “realizar contrarreconhecimento”.

3.8.5.7 A força de contrarreconhecimento, em princípio, será apoiada por fogos de Mrt e Art. Quando necessário e dentro da disponibilidade, poderá contar com armas anticarro (AC), CC, radar de vigilância terrestre e outros meios

3.8.5.8 Outras considerações sobre contrarreconhecimento poderão ser consultadas no manual *Operações Ofensivas e Defensivas*.

CAPÍTULO IV

MOVIMENTOS PREPARATÓRIOS

4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

4.1.1 CONCEITOS

4.1.1.1 Os movimentos de tropa são classificados em táticos e preparatórios ou administrativos.

4.1.1.2 Movimento tático – é realizado quando elementos ou forças militares deslocam-se sob condições de combate, com a finalidade de cumprir uma missão tática cujas medidas de segurança constituem a principal preocupação. Os movimentos táticos são realizados, normalmente, na zona de combate (ZC) e terminam em uma Z Reu.

4.1.1.3 Movimento preparatório – é realizado quando o contato com forças terrestres do inimigo não constitui ameaça, com a finalidade de facilitar a missão que terá que ser executada posteriormente. Normalmente, é executado na zona de administração (ZA) e termina em uma zona de estacionamento (Z Estac).

4.1.1.4 Os movimentos de tropa (táticos ou preparatórios) são realizados por meio de marchas motorizadas, por via fluvial ou marítima, por estrada de ferro, pelo ar ou qualquer combinação desses processos. Considerando que a Doutrina Militar Terrestre (DMT) preconiza a rapidez, um Btl realizará marcha a pé em operações de forma eventual, no contexto de um movimento tático e à reduzida distância, no máximo de 16 km.

4.1.1.5 O processo utilizado depende da situação, do terreno a ser percorrido, do valor e da composição da unidade a ser deslocada, da distância, da urgência de emprego, das condições da tropa e da disponibilidade e capacidade dos diferentes meios de transporte.

4.1.1.6 Marcha – é o movimento terrestre realizado por uma força, sob determinadas condições técnicas, táticas ou administrativas, utilizando seus próprios meios ou outros sob seu controle. O planejamento, a ordem para a sua execução e a conduta da marcha ficarão sensivelmente facilitados pela adoção das NGA, uma vez que auxilia o cumprimento das fases administrativas do movimento. Essas normas, em geral, são baixadas pela Bda ou pela DE, mas devem ser detalhadas nas unidades.

4.1.1.7 Os detalhes sobre marchas e transportes são tratados nos manuais específicos.

4.1.2 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

4.1.2.1 Os movimentos preparatórios ou táticos exigem a adoção de medidas administrativas, com o objetivo de coordenar as ações. As medidas comuns a todos os tipos de movimentos são:
a) organização da tropa em grupamentos de marcha (Gpt M) e unidades de marcha (UM) para explorar, ao máximo, os meios de transporte;
b) embalagem, marcação e carregamento do material da unidade;
c) reunião da tropa, deslocamento até o meio de transporte e designação dos lugares dos homens;
d) prescrições para a alimentação, cuidados médicos e repouso durante o deslocamento; e
e) reunião da tropa e do material no ponto de destino.

4.1.2.2 Algumas dessas medidas podem variar de acordo com os meios de transporte utilizados, conforme as peculiaridades do movimento:
a) movimentos em rodovias (normalmente motorizados) – a distribuição das viaturas; as prioridades de deslocamento; a reunião e o embarque; a escolha, o balizamento e a manutenção das estradas; o controle do movimento e do trânsito; as comunicações; o abastecimento e a manutenção das viaturas; e as zonas de estacionamento e de evacuação dos doentes e feridos;
b) movimentos em ferrovias – a organização dos documentos de embarque; a determinação do número e do tipo de comboios e vagões; o embarque do pessoal, do material e das viaturas; o carregamento dos suprimentos especiais; a ordem de urgência no embarque; a escolha das zonas de embarque, de desembarque e de estacionamento; e o controle do trânsito e dos pontos de regulação;
c) movimentos aéreos – a designação de aviões para pessoal e material; a embalagem e o carregamento dos suprimentos e das bagagens; a escolha dos campos de embarque e de desembarque, das zonas de estacionamento e de transporte até o campo de embarque; e a escolha de itinerários para o deslocamento após o desembarque; e
d) movimentos marítimos e fluviais – a determinação do tipo e da capacidade dos meios de transporte a serem empregados; a quantidade e o tipo de suprimentos para acompanhar a tropa; o processo de carregamento; o estacionamento das unidades; o deslocamento para os portos; a utilização dos meios existentes no porto; a descarga; e as provisões das unidades para ações no porto (perto e longe da praia).

4.1.3 MOVIMENTOS EM RODOVIAS

4.1.3.1 O transporte em viaturas é utilizado para proporcionar rapidez e evitar o desgaste da tropa. No entanto, as marchas a pé poderão ser realizadas quando não houver viaturas suficientes para o transporte ou quando a distância a ser percorrida for reduzida (máximo de 16 km). A tropa também se desloca a pé quando a análise dos fatores da decisão contraindicar o emprego de viaturas ou

quando a marcha for feita como instrução. Poderá ser realizada a marcha por escalões ou como um todo.

4.1.3.2 A marcha por escalões será realizada quando as viaturas disponíveis forem insuficientes para transportar todo Btl em uma só viagem. Nesse caso, o deslocamento poderá ser realizado em duas ou mais viagens, em um trecho ou em todo o percurso.

4.1.3.3 Após a conclusão da análise da missão, o Cmt expede uma ordem preparatória (O Prep) às companhias e aos elementos à disposição, com o fim de permitir-lhes o máximo de tempo para os seus preparativos. Essa ordem conterá os seguintes elementos de circunstância: quê, quem, quando, para onde e para que o movimento será executado.

4.1.3.4 Um grupo de itinerário (GItn) é organizado para realizar um reconhecimento do itinerário, a fim de obter informações pormenorizadas sobre a via; determinar o número de guardas e guias necessários para que o movimento ocorra com um mínimo de interferência; e levantar a quantidade de trabalho de engenharia indispensável à reparação de estradas ou outras atividades específicas. Esse grupo compõe-se da turma de reconhecimento (Tu Rec), de uma turma de trânsito (Tu Tran) e de elementos de engenharia.

4.1.3.5 O Btl poderá ser organizado em mais de um Gpt M, formado por unidades de marcha (UM) para fins de controle. As UM são constituídas de acordo com a missão do Btl e a previsão do futuro emprego das companhias, mantendo os laços táticos e a disposição tática dos elementos constituintes. Normalmente, uma UM é constituída por companhia ou um conjunto de dez a 25 viaturas.

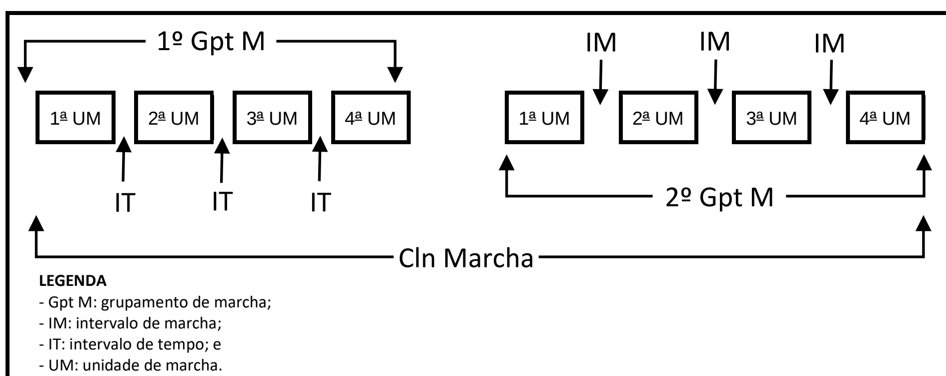


Fig 4-1 – Exemplo de organização de coluna de marcha em que o 1º Gpt M é Mtz e o 2º Gpt M a pé

4.1.3.6 A ordem de movimento (O Mov) deve fixar o itinerário, ponto de destino, horário, velocidade, formação, intervalos de tempo (IT), organização da coluna

e outros pormenores não previstos nas NGA. As ordens podem ser simplificadas pelo emprego de cartas, calcos e quadros de movimento (Q Mov).

4.1.4 CONTROLE DA COLUNA

4.1.4.1 Um comandante é designado para cada Gpt M ou UM. À frente (testa) de cada uma dessas frações, desloca-se um oficial regulador, responsável, perante o comandante do grupamento, pelo deslocamento no itinerário determinado e na velocidade prescrita.

4.1.4.2 Os Gpt M e UM ficam separadas por IT. Esses intervalos evitam que as tais frações cerrem umas sobre as outras, obstruindo a estrada. Os intervalos devem ser suficientes para que cada UM possa passar pelo local de partida ou por uma obstrução na estrada, antes que seja alcançada por outra.

4.1.4.3 Postos de bloqueio e controle de vias urbanas (PBCVU), como os postos de bloqueio e controle de estradas (PBCE), são instalados ao longo do itinerário para exigir a observância dos horários de marcha, transmitir ordens aos comandantes e oficiais controladores e para controlar o trânsito.

4.1.4.4 As sinalizações a braço e acústica podem ser empregadas no âmbito da UM. Deverá ser preparado e distribuído, com a ordem de movimento, um plano para emprego do rádio entre os elementos da coluna. Durante o silêncio rádio, há necessidade de emprego de mensageiros. As mensagens podem ser entregues aos comandantes de UM por ocasião de sua passagem pelos PBCVU.

4.1.5 EMPREGO DE MEIOS OPTRÔNICOS

4.1.5.1 O emprego de meios optrônicos facilita sobremaneira a coordenação e o controle da coluna em marchas noturnas ou realizadas sob condições de visibilidade limitadas, contudo, a velocidade de deslocamento da unidade permanece como se ela não os estivesse utilizando.

4.1.5.2 Nas marchas motorizadas, esses meios são particularmente eficazes na condução das viaturas sob condições de escurecimento total. Para amenizar os efeitos da fadiga que esse tipo de equipamento provoca, pode-se adotar um sistema de rodízio de motoristas e chefes de viaturas, onerando a unidade ou, então, prever-se altos em que esses elementos retirem o equipamento e adotem medidas para aliviar o estresse provocado pelo emprego contínuo dos meios optrônicos.

4.2 PLANEJAMENTO DAS MARCHAS

4.2.1 GENERALIDADES

4.2.1.1 Qualquer que seja o tipo de marcha, seu sucesso depende de um planejamento detalhado, preciso e compatível com a tropa que irá realizá-la. Uma rápida e eficaz concentração é essencial para qualquer operação militar, pois um movimento bem planejado e executado coloca a tropa na Z Aç nas melhores condições possíveis para cumprir sua missão. Isso é conseguido graças a uma cuidadosa coordenação, à permanente manutenção do controle, à unidade de comando e atendendo-se ao bem-estar e conforto da tropa.

4.2.1.2 O planejamento da marcha é feito dentro de uma sequência de atividades que se assemelham às de outras operações militares, contudo, existem algumas particularidades.

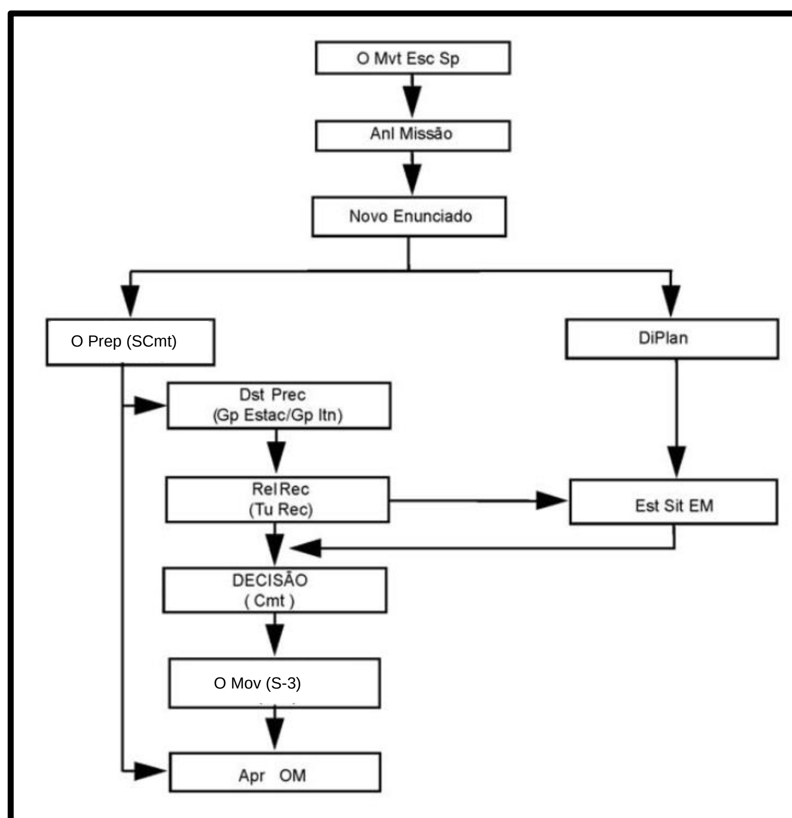


Fig 4-2 – Sequência de planejamento das marchas

4.2.2 EXAME DE SITUAÇÃO DE ESTADO-MAIOR

4.2.2.1 Objetivando apresentar linhas de ação para a decisão do comandante, nesta fase são levantadas atividades relacionadas aos seguintes aspectos:
a) reconhecimento de itinerário;
b) segurança da marcha;
c) controle de trânsito, de acordo com o Plano de Circulação e Controle de Trânsito (PCCT) do Esc Sp;
d) comunicações e eletrônica;
e) logística; e
f) organização da coluna de marcha.

4.2.2.2 Na elaboração das linhas de ação, deverão ser considerados os seguintes fatores:
a) formação da marcha – ao se realizar o exame de situação para o movimento, serão consideradas todas as circunstâncias que o envolvem, tais como a hora de realização, se diurno ou noturno, sua extensão, a possibilidade de atuação do inimigo aéreo, grau de controle e segurança compatível com o cumprimento da missão, tempo disponível *etc.* Da apreciação dessas circunstâncias será indicada a adoção de uma das seguintes formações: coluna aberta, coluna cerrada ou coluna por infiltração, na marcha motorizada, e, quando for imprescindível a realização da marcha a pé, coluna por um, por dois ou coluna por três;
b) itinerários disponíveis;
c) restrições – as restrições impostas pelo escalão superior podem ser de dois tipos:
- restrição tipo hora – determina que um ponto do itinerário só pode ser utilizado até a hora determinada ou a partir de uma hora prevista; e
- restrição tipo prazo – impõe que um trecho ou ponto do itinerário seja utilizado dentro de um espaço de tempo determinado;

d) profundidade da coluna ou elementos;
e) distância a percorrer;
f) velocidade;
g) tempo de percurso;
h) tempo de escoamento; e
i) tempos mortos – há que se considerar os altos, os tempos gastos com manobra de viaturas ou qualquer outro em que não haja deslocamento.

4.2.2.3 As peculiaridades do exame de situação para o planejamento de uma ordem de marcha podem ser verificadas no MC *Marchas a Pé*.

4.3 ESTACIONAMENTO

4.3.1 GENERALIDADES

4.3.1.1 Área de estacionamento (A Estac) em campanha é o local onde as tropas são reunidas para repouso, reorganização ou instrução, ou, ainda, onde são mantidas as instalações de retaguarda. A A Estac do batalhão é escolhida pela Bda e, normalmente, devem dispor de construções para o abrigo da tropa. Essas construções irão permitir maior proteção para a tropa, em relação às condições climáticas e meteorológicas, e em relação aos meios de detecção inimigos.

4.3.1.2 É desejável que a ocupação de uma A Estac seja realizada durante à noite, com o objetivo de ocultá-la da observação aérea inimiga. Na obscuridade, essa operação torna-se particularmente difícil e penosa. Outras medidas, tais como dispersão e camuflagem (simulação e dissimulação), devem ser tomadas para evitar a ação inimiga. Há, portanto, necessidade de um planejamento detalhado do estacionamento a fim de facilitar uma instalação segura, rápida e adequada para a tropa.

4.3.1.3 As unidades motorizadas e mecanizadas, normalmente, estacionam próximo de estradas, em áreas cobertas.

4.3.1.4 Não se pode estabelecer, precisamente, uma regra a observar na escolha da área e da forma de estacionamento. O que se objetiva, na distribuição das tropas, é dar o máximo de conforto ao pessoal e proteção ao material, em conformidade com a situação tática e tendo em vista a operação subsequente. Em suma, os fatores da decisão condicionam a maneira de uma tropa estacionar.

4.3.2 FORMAS DE ESTACIONAMENTO

4.3.2.1 Acantonamento

4.3.2.1.1 O acantonamento será normalmente utilizado, a fim de evitar os meios de detecções inimigos (radar de vigilância, veículo aéreo não tripulado, satélite *etc.*) e atribuir maior rapidez na ocupação e desocupação da área.

4.3.2.1.2 A tropa ocupa edificações permanentes, alojando-se em casas e edifícios. Em regiões com aglomerações humanas, é a melhor forma para instalar a tropa, uma vez que permite uma maior comodidade para o pessoal e ampla proteção para o material.

4.3.2.1.3 Na área reservada ao batalhão, o Cmt distribui setores aos elementos subordinados, tendo o cuidado de designar, na medida do possível, os dois lados de uma mesma rua a uma única SU. Esses setores são balizados por meio de tabuletas ou inscrições, que serão retiradas ou apagadas tão logo a unidade abandone o acantonamento.

4.3.2.1.4 Os trens da unidade, dependendo da situação e do terreno, estacionam reunidos ou são descentralizados. Os trens das SU estacionam, em princípio, dentro de seu setor.

4.3.2.2 Acampamento

4.3.2.2.1 Nessa forma de estacionamento, que será utilizada eventualmente, a tropa utiliza barracas, e o material pesado é disposto sob as cobertas existentes. No acampamento, o escalão enquadrante deve reforçar o Btl com barracas.

4.3.2.3 Bivaque

4.3.2.3.1 Entende-se por bivaque a situação em que uma tropa se instala ao ar livre, sem abrigo ou sob abrigos improvisados. Em princípio, o bivaque deve ser estabelecido aproveitando-se as cobertas e abrigos existentes e de modo a facilitar o controle da tropa.

4.3.3 ESCOLHA DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO

4.3.3.1 Cabe ao chefe do grupo de estacionamento a determinação do local do estacionamento. O conforto e as conveniências da tropa são atendidos não só pela proteção contra as intempéries, favorecida pelas construções existentes, coberturas ou meios improvisados, como também pelo trabalho judicioso dos estacionadores, que devem adaptar a A Estac de forma a tirar o maior proveito dos recursos locais.

4.3.3.2 As características desejáveis de um estacionamento:
a) cobertas e abrigos;
b) espaço suficiente para permitir a dispersão do pessoal e das viaturas;
c) estar próximo de fonte de água;
d) suficiente rede de estradas e caminhos;
e) terreno que permita o movimento de viaturas através do campo;
f) obstáculos naturais que protejam a zona de estacionamento (Z Estac) contra o ataque de elementos blindados e mecanizados; e
g) atender às condições de higiene e salubridade.

4.3.3.3 Condições para a Distribuição da Tropa

4.3.3.3.1 A situação e a ação futura provável determinam as condições para a distribuição da tropa em um estacionamento.

4.3.3.3.2 Quando o contato com o inimigo for remoto, as condições de marcha e o conforto dos homens regulam as disposições para o estacionamento, que deve atender às seguintes condições:
a) proporcionar conforto à tropa, exigindo, entre outros, uma área ampla;
b) proximidade do itinerário de marcha, para facilitar o reinício do deslocamento;

c) permitir que a tropa possa partir o mais cedo possível após o recebimento de ordens; e
d) facilitar o ressuprimento.

4.3.3.3.3 Quando o contato for pouco provável, a distribuição e a ocupação têm as seguintes condicionantes para atender às necessidades táticas e de segurança:
a) adoção de um judicioso dispositivo de combate, ao qual se subordinam as medidas de conforto;
b) adoção de um dispositivo em que haja segurança em todas as direções; e
c) os trens e as SU que não possuírem defesa própria ocupam posições à retaguarda, ocultas e dispersas.

4.3.3.3.4 Quando o contato com o inimigo for iminente, as necessidades de medidas de combate regulam o estacionamento. Normalmente, a tropa permanece em Z Reu.

4.3.4 PREPARAÇÃO DO ESTACIONAMENTO

4.3.4.1 A preparação dos estacionamentos deve ser realizada minuciosamente e com antecedência, antes da chegada da tropa, a fim de evitar confusão na entrada, e mesmo no interior da Z Estac. O preparo do estacionamento inclui uma série de medidas ou providências a serem adotadas pelo comandante da unidade e pelos elementos subordinados.

4.3.4.2 O reconhecimento e a preparação do local são da responsabilidade do grupo de estacionamento, que deve receber do comandante da tropa certas prescrições especiais relativas ao dispositivo das instalações da unidade. Após o recebimento da ordem de estacionamento do escalão superior, o comandante, geralmente, estabelece as seguintes medidas:
a) elaboração do plano provisório de repartição do estacionamento – depois de um estudo rápido na carta, elabora o plano provisório de repartição do estacionamento, que deverá conter, entre outros, os seguintes elementos:
- indicações sobre a Z Estac atribuída à unidade e o local do respectivo PC, obtidos na ordem de estacionamento do escalão superior e distribuídos ao chefe do grupo de estacionamento sob a forma de um calco;
- Z Estac atribuída a cada SU;
- disposição dos elementos no interior do estacionamento, tendo em vista o prosseguimento do movimento; e
- forma de estacionamento, se for o caso;

b) definição das prescrições sobre a constituição do grupo de estacionamento, que, normalmente, é integrante do destacamento precursor;
c) estabelecimento de medidas de segurança a serem adotadas no estacionamento, tais como guarda interna, DAC e defesa contra agentes QBRN que possam interessar ao comandante do grupo de estacionamento;

d) elaboração do plano de movimento dos estacionadores, que é produzido tendo em vista as restrições do Esc Sp, as possibilidades do inimigo e os meios disponíveis. O plano deve conter os meios de transporte (número de viaturas e quem as fornece), local de reunião, hora de partida, itinerário, modo de deslocamento e outras medidas achadas necessárias;
e) a preparação do estacionamento é realizada com a antecedência necessária e possível. Quando o contato com o Ini for remoto, os estacionadores precedem a tropa, as zonas são delimitadas e os reconhecimentos são efetuados. Já quando o contato com o inimigo for pouco provável ou iminente, geralmente, os estacionadores acompanham a vanguarda e, sob a proteção desta, preparam o estacionamento; e
f) determinação e fornecimento de prescrições diversas. Os seguintes dados poderão ser fornecidos um pouco mais tarde, tendo em vista a preparação do movimento:
- hora e local para apresentação do relatório do chefe do grupo de estacionamento; e
- hora em que a tropa deve atingir o ponto de liberação e o dispositivo da tropa durante o movimento.

4.3.4.3 O grupo de estacionamento do Btl é composto por:
a) Cmt pelotão de comando, oficial estacionador, que supervisiona a ação do grupo;
b) elementos do Pel Com;
c) elementos do pelotão de engenharia (Pel E), que esteja em reforço ou em apoio direto;
d) um oficial médico;
e) um sargento de cada SU;
f) guias; e
g) elementos encarregados dos trabalhos iniciais de preparação do novo estacionamento.

4.3.4.4 O oficial estacionador do batalhão acompanha o oficial estacionador da Bda e trabalha sob sua direção, quando for o caso. Subdivide a A Estac e distribui os locais entre as companhias e o PC do Btl. Prescreve as medidas provisórias para o controle e a segurança interna da área. Organiza um calco consignando as subáreas e as instalações essenciais.

4.3.4.5 O médico faz sugestões quanto à localização da cozinha e sanitários, bem como quanto a outros pormenores de higiene.

4.3.4.6 O pessoal de comunicações do Btl e das SU preparam as instalações de PC do Btl e das Cia, respectivamente.

4.3.4.7 Terminado esse trabalho inicial, o oficial estacionador deve enviar ao comandante da unidade o seu relatório de estacionamento, caso haja tempo para isso, acrescido dos pormenores resultantes do reconhecimento e das

propostas que se fizerem necessárias. Pouco antes da chegada da tropa, trata de reunir os representantes das companhias e dos elementos à disposição no ponto de liberação. As frações são conduzidas para os seus respectivos locais de estacionamento. Deverão ser evitados os congestionamentos e bloqueios de estrada. O oficial estacionador apresenta-se ao Cmt ou ao SCmt Btl para informá-lo das medidas administrativas tomadas para a instalação do estacionamento.

4.3.4.8 As dimensões da Z Estac devem resultar do balanço entre as necessidades do comando e o espaço disponível. Os fatores determinantes são o número e tipo de viaturas existentes, o efetivo da unidade, cobertas e abrigos, obstáculos e rede de estradas disponíveis. A área mínima de estacionamento é calculada à base de pessoal ou de viaturas, dependendo da situação de se considerar ou não a previsão de ataque aéreo inimigo.

4.3.5 SEGURANÇA NO ESTACIONAMENTO

4.3.5.1 Generalidades

4.3.5.1.1 A segurança constitui um conjunto de medidas adotadas por uma tropa, visando a proteger-se contra a inquietação, a surpresa e a observação do inimigo. Quando a aviação inimiga for a principal ameaça, as medidas de segurança devem ser reduzidas ao estritamente essencial. A segurança repousa nas medidas passivas (disfarce, dispersão, aproveitamento de cobertas) e nas medidas ativas postas em execução.

4.3.5.2 Medidas de Segurança no Exterior da Zona de Estacionamento

4.3.5.2.1 O estudo do terreno, no que pode favorecer ao inimigo, é a base da segurança nos estacionamentos. Esse estudo é realizado em função das possibilidades do inimigo:

a) quando se prevê incursões de elementos com acentuada mobilidade, o estudo do terreno prioriza às vias de acesso vindas da direção do inimigo e certos acidentes importantes do terreno, com o objetivo de barrar essas vias de acesso, saídas das localidades, desfiladeiros e outros considerados pertinentes. Em face da possibilidade do inimigo poder atuar rapidamente em várias direções, a vigilância e a proteção imediata da tropa devem ser realizadas em todas as direções, com maior dosagem nas vias de acesso prováveis do inimigo;

b) quando há a possibilidade de intervenção de elemento terrestre inimigo, sobretudo blindados, a segurança repousa na utilização de postos avançados os quais cobrem os principais acidentes do terreno e prováveis vias de acesso do inimigo. Estes postos devem ser interligados por patrulhas móveis; e

c) quando há maior possibilidade de ataque inimigo, os postos avançados (P Avç) são semelhantes aos postos avançados de combate (PAC) da defesa em posição.

4.3.5.2.2 O estacionamento sendo, em regra, a sequência de um movimento, sua segurança imediata é, geralmente, fornecida pelas vanguardas, flancoguardas e retaguardas que se interpõem às direções perigosas, convertendo-se em P Avç, e pela adoção de um dispositivo adequado. Esses P Avç, fornecidos, geralmente, pelos próprios elementos de segurança que cobrem a unidade durante o deslocamento (vanguarda, flanco guarda e retaguarda), realizam a proteção no perímetro externo à A Estac.

4.3.5.3 Medidas de Segurança Imediatas no Interior da Zona de Estacionamento

4.3.5.3.1 Medidas Ativas
a) Guarda interna – para prover a segurança local em qualquer Z Estac é estabelecida uma guarda interna para defender as instalações, alertar em caso de ataque aéreo, aeroterrestre (Aet), terrestre ou de agentes QBRN e para fazer cumprir as disposições adotadas sobre o trânsito, policiamento e camuflagem. Em território inimigo, as guardas internas são reforçadas. Frequentemente, serão necessários guardas adicionais para pontes e estações ferroviárias, instalações telefônicas, telegráficas, de rádio e televisão e outros que se fizerem necessários.
b) Segurança anticarro – as armas AC que não forem postas à disposição dos postos avançados são empregadas para cobrir as vias de acesso ao estacionamento.
c) Defesa antiaérea (DAAe) – a melhor DAAe é obtida por uma rigorosa disciplina de circulação, pelo disfarce estabelecido em suas simples minúcias e numa vigilância atenta, a fim de dar o alarme em tempo útil. As armas em posição não devem revelar, por tiro prematuro, a localização do estacionamento. Quando da aproximação do inimigo, a guarda dá o alarme e todas as medidas de DAAe são postas em ação.

4.3.5.3.2 As medidas passivas consistem em aproveitar judiciosamente as cobertas e abrigos existentes, a camuflagem e a dispersão. A proteção individual, além de aproveitar as cobertas e abrigos existentes, será assegurada, também, pela escavação de adequados abrigos individuais. As barracas não devem ser armadas quando isso possibilitar revelar o estacionamento para a aviação inimiga.

4.3.5.3.3 Em caso de alertas, devem ser previstos os responsáveis por alertar a tropa em caso de ataque inimigo, fazendo soar o sinal de alerta. Caso o Cmt decida alertar somente determinados elementos, notifica-os pelo meio mais rápido. Ao serem alertados, todos se mantêm em silêncio, devendo cada homem saber para onde ir e o que fazer.

4.3.6 CONTROLE DAS VIATURAS

4.3.6.1 As viaturas no interior da Z Estac são dispersas e camufladas e as das SU podem estacionar nas respectivas Z Estac ou permanecerem reunidas sob o controle do oficial de manutenção. As viaturas de bagagens e de cozinha são liberadas para as SU após a chegada às Z Estac. À noite, para evitar atropelamentos do pessoal em repouso, cada viatura que se desloca deverá ser precedida de um homem a pé.

4.3.7 AS COMUNICAÇÕES NO ESTACIONAMENTO

4.3.7.1 Normalmente, as comunicações no âmbito da Z Estac são feitas por ligação fio e por mensageiros a pé ou motorizado. Os rádios podem ser empregados quando houver autorização para tal, principalmente os equipamentos de pequena potência, mais adequados para não quebrar o sigilo, se for o caso.

4.3.8 ABANDONO DO ESTACIONAMENTO

4.3.8.1 Uma série de providências são tomadas por uma tropa para o abandono do estacionamento e retomada do movimento, são elas:
a) se a partida for de madrugada, medidas para a preservação da disciplina de luzes e ruídos devem ser adotadas;
b) todos os locais de privadas e detritos são fechados, retirados os cartazes, carregadas as viaturas e demovidos quaisquer indícios de presença da tropa; e
c) quando a U abandona a Z Estac, deixa no local uma turma que inspeciona, corrige e anota todas as irregularidades constatadas. A turma de inspeção recolhe os papéis abandonados, verifica o recolhimento das latrinas, o fechamento dos depósitos de resíduos e informa, aos mensageiros retardatários de alguma missão externa, o local do novo PC. Posteriormente, esse destacamento segue a coluna, podendo ser empregado para recolher os guias, guardas e balizadores deixados pela U.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

CAPÍTULO V

OFENSIVA

5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

5.1.1 O BI NAS OPERAÇÕES OFENSIVAS

5.1.1.1 Os elementos de infantaria podem ser empregados nas três operações básicas: ofensiva, defensiva e de cooperação e coordenação com agências.

5.1.1.2 No transcurso dessas operações, os BI podem, entre outras missões: atacar, defender, reconhecer, vigiar largas frentes, cobrir ou proteger forças, buscar e manter o contato com o inimigo, estabelecer ligações com tropas amigas, realizar incursões e infiltrações e prestar diferentes tipos de apoio aos órgãos ou às instituições civis por intermédio de ações subsidiárias.

5.1.1.3 Somente a ação ofensiva conduz a resultados decisivos na guerra. É através dela que uma força mantém sua liberdade de ação, exercita a iniciativa de que é dotada e impõe a sua vontade ao inimigo; explora as deficiências desse inimigo e as rápidas mudanças de situação; seleciona o local conveniente e o momento oportuno para o combate; e enfrenta ocorrências imprevistas.

5.1.1.4 A atuação dos BI é fundamentada, sobretudo, nos princípios de guerra, que são normas básicas de procedimento, consagrados pela experiência, visando ao sucesso na condução das operações.

5.1.2 MISSÃO

5.1.2.1 A missão do batalhão na ofensiva é cerrar sobre o inimigo para destruí-lo ou neutralizá-lo, empregando o fogo, a ação de choque, o movimento e o combate aproximado.

5.1.2.2 Normalmente, o batalhão recebe a missão da Bda, que define, geralmente, a Z Aç para a qual o esforço deve ser orientado. As missões do batalhão são, em princípio, simples e específicas em termos de ações a serem realizadas.

5.1.2.3 O sucesso de uma ação ofensiva exige a concentração de um superior poder de combate no local e momento decisivos e a rápida aplicação desse poder para cumprir o estado final desejado (EFD).

5.1.3 FINALIDADES

5.1.3.1 As Op Ofs são executadas com uma ou mais das seguintes finalidades:
a) destruir as forças inimigas;
b) conquistar acidentes capitais do terreno;
c) obter informações sobre o inimigo;
d) privar o inimigo de recursos que lhe sejam necessários; e
e) desviar a atenção do inimigo de outras áreas.

5.1.3.2 Para mais considerações sobre as finalidades das Op Ofs, vide o MC *Operações Ofensivas e Defensivas*.

5.1.4 FUNDAMENTOS DA OFENSIVA

5.1.4.1 Os fundamentos da ofensiva constituem a plena aplicação dos princípios de guerra às situações de combate ofensivo e servem como um guia geral para o emprego do BI em operações dessa natureza.

5.1.4.2 Os fundamentos da ofensiva são:
a) estabelecer e manter o contato;
b) esclarecer a situação;
c) explorar as deficiências do inimigo;
d) controlar os acidentes capitais do terreno;
e) conservar a iniciativa;
f) neutralizar a capacidade de reação do inimigo;
g) progredir pelo fogo e movimento;
h) manter a impulsão do ataque;
i) concentrar um superior poder de combate em local e momento decisivos;
j) aproveitar o êxito; e
k) manter a integridade e a segurança da força.

5.1.5 TIPOS DE OPERAÇÕES

5.1.5.1 Os tipos de operações ofensivas são os seguintes:
a) marcha para o combate;
b) reconhecimento em força (Rec F);
c) ataque;
d) aproveitamento do êxito (Apvt Exi); e
e) perseguição.

5.1.5.2 Para mais considerações sobre os fundamentos das Op Ofs, vide o MC *Operações Ofensivas e Defensivas*.

5.2 MARCHA PARA O COMBATE

5.2.1 GENERALIDADES

5.2.1.1 Marcha para o combate (M Cmb) é uma marcha tática (M Tat) executada por unidades terrestres na direção do inimigo com a finalidade de estabelecer o contato ou restabelecê-lo, quando perdido, e/ou assegurar vantagens que facilitem as operações futuras. Consiste, pois, para o Cmt Btl, em deslocar sua tropa de uma região para outra, preservando continuamente a liberdade de ação, a fim de poder concentrar os esforços, no momento oportuno e na região mais favorável, de acordo com a manobra que planejou.

5.2.1.2 Durante a realização de uma M Cmb, o batalhão pode fazer parte do grosso, atuar como força de segurança (vanguarda, flanco guarda e retaguarda) ou deslocar-se isoladamente.

5.2.2 CLASSIFICAÇÃO

5.2.2.1 Quanto à Segurança

5.2.2.1.1 Coberta – quando existe uma força entre o inimigo e a tropa que a realiza, lançada pelo Esc Sp, que lhe proporciona a necessária segurança. A segurança será avaliada pela comparação do poder de combate da força inimiga e da tropa interposta. Se esta tiver condições de retardar a força inimiga à frente, proporcionará uma segurança adequada. Normalmente é executada à noite, podendo, no entanto, quando a situação tática exigir, ser realizada durante o dia.

5.2.2.1.2 Descoberta – quando não há tropa interposta ou quando a segurança por ela proporcionada não for suficiente. Normalmente é executada durante o dia. Quando for executada à noite, devem ser tomadas medidas especiais para permitir segurança e controle.

5.2.2.2 Quanto ao Dispositivo

5.2.2.2.1 Coluna – que facilita o controle e proporciona flexibilidade, impulsão e segurança ao deslocamento. Admite, como variante, o dispositivo em escalão, o que favorece o desenvolvimento para o flanco.

5.2.2.2.2 Linha – que dificulta as mudanças de direção e restringe a capacidade de manobra, mas aumenta a rapidez de desdobramento e permite atribuir à força um maior poderio de fogo à frente.

5.2.2.3 Quanto aos Tipos de Contato

5.2.2.3.1 Remoto – quando o batalhão não pode sofrer a ação terrestre do inimigo. Isso acontece no trecho do percurso em que este último não tem possibilidades físicas de operar ou naquele em que essas possibilidades de operação são anuláveis pelo Esc Sp.

5.2.2.3.2 Pouco provável – quando há uma transição entre o contato remoto e o contato iminente. Inicia-se a partir do momento em que o Cmt Btl sente a necessidade de grupar taticamente a sua unidade e tem lugar, normalmente, numa região onde as possibilidades da ação do inimigo terrestre aumentam progressivamente. O término desta fase se dá quando o contato se torna iminente e se inicia o desdobramento do batalhão.

5.2.2.3.3 Iminente – quando o batalhão pode, a qualquer momento, sofrer a ação terrestre do inimigo e cerrar contato com ele, caso o inimigo já tenha concretizado a sua intervenção na Z Aç do batalhão ou esteja na iminência de fazê-lo. As informações oriundas dos elementos amigos, que operam à frente do batalhão ou da F Ae, serão os fatores básicos para a determinação da iminência do contato. Pelo menos, o batalhão já deverá ter atingido a zona batida pelos fogos do inimigo convenientemente desdobrado.

5.2.2.4 Quanto às Formações

5.2.2.4.1 Coluna de marcha – quando o contato é remoto, as medidas administrativas prevalecem e o movimento é feito em coluna de marcha, dispositivo em que as unidades não necessitam ser grupadas taticamente e podem deslocar-se por vários meios e por diferentes itinerários. Essa fase termina quando o comando do batalhão reorganiza taticamente sua unidade para prosseguir no movimento.

5.2.2.4.2 Coluna tática – quando o contato é pouco provável, prevalecem tanto as medidas táticas como as administrativas e o movimento é feito em coluna tática. A tropa é grupada taticamente sem, no entanto, desdobrá-la. Essa fase termina quando o batalhão inicia a marcha de aproximação, quando ocupa uma zona de reunião ou quando for realizado um ataque.

5.2.2.4.3 Marcha de aproximação – quando o contato é iminente, prevalecem as medidas táticas e o movimento é feito em marcha de aproximação, situação em que os elementos são grupados taticamente e desdobrados. A proteção proporcionada pelos elementos de primeiro escalão do batalhão pode garantir o contato pouco provável para os demais elementos da tropa, que podem continuar o deslocamento em coluna tática. Essa fase termina quando o contato com o inimigo terrestre for estabelecido ou for realizado um ataque.

5.2.3 TRABALHO DE COMANDO

5.2.3.1 Exame de Situação

5.2.3.1.1 No exame de situação, serão analisados os seguintes fatores: missão, inimigo, terreno, meios, tempo e considerações civis.

5.2.3.1.2 Missão
a) A finalidade da missão que comporta a realização de uma M Cmb pode ser de natureza ofensiva ou defensiva, impondo, normalmente, a conquista de determinada região do terreno, com a possibilidade de interferência do inimigo durante a execução do deslocamento necessário para atingi-la.
b) Nas missões de natureza defensiva, não estará excluída a possibilidade de serem necessárias ações ofensivas para atingir a região a defender. Não há missão específica de M Cmb.
c) A missão será a conquista ou a manutenção de determinada região afastada daquela onde se encontra a tropa executante. Esta, para cumprir a missão recebida, terá de realizar um deslocamento que, dadas as condições de sua execução, resultará numa marcha para o combate.

5.2.3.1.3 Inimigo
a) No estudo de como realizar a M Cmb, o inimigo é fator preponderante. A possibilidade de interferência durante a execução da marcha é sempre considerada; entretanto, a graduação dessa interferência variará de acordo com sua natureza, valor e meios disponíveis, no tempo e no espaço, condicionando de forma diferente a realização da marcha.
b) O estudo do inimigo deverá ser conduzido objetivamente, no sentido de concluir sobre:
- as linhas ou regiões que ele poderá atingir são regiões do terreno que, uma vez calculadas, irão determinar o tipo de contato da nossa força com a força inimiga e, por conseguinte, a formação a adotar. Tais linhas ou regiões são as que, uma vez de posse do inimigo, prejudicarão o cumprimento da nossa missão, pois lhe facultarão condições favoráveis às ações ofensivas ou defensivas. A interferência causada à nossa missão será proporcional ao valor e à natureza do inimigo nessas linhas ou regiões;
- as direções mais favoráveis para atingi-las; o prazo em que poderá fazê-lo, considerando a sua velocidade de progressão (retardada ou não); e
- a natureza, a doutrina e o valor da tropa com que poderá intervir.

c) Linha da pior hipótese (LPH) é a linha ou região do terreno, antes da qual o inimigo terrestre não tem possibilidade física de atuar. Para o seu cálculo, considera-se o inimigo marchando com velocidade normal, ou seja, sem ser retardado. O deslocamento da nossa tropa até essa linha será em coluna de marcha e o tipo de contato será o remoto. Para ser determinada a LPH, deve-se proceder da seguinte maneira:
- primeiro – avaliar a distância entre a tropa amiga e o inimigo ao iniciar o movimento;

- segundo – calcular o tempo necessário para o encontro utilizando a fórmula:

$$t = \frac{D}{Va + Vi}$$

Legenda
D – Distância entre as forças
Va – Velocidade da nossa tropa
Vi – Velocidade da força inimiga avaliada

- terceiro – calcular a distância percorrida no tempo acima calculado, por meio da seguinte fórmula:

$$d = Va \times t$$

Legenda
d – Será a distância do PI até a LPH
Va – Velocidade da nossa força
t – Tempo necessário para o encontro

d) Linha de provável encontro (LPE) é a linha do terreno onde se admite o encontro dos primeiros elementos de nossa unidade com os primeiros elementos inimigos, mesmo os de reconhecimento. A partir dessa linha, o contato é iminente, e a formação empregada é a de marcha de aproximação. Entre a LPH e a LPE, o contato é do tipo pouco provável, e a formação a adotar é a coluna tática. Para determinar a LPE, deve-se proceder da seguinte maneira:

- primeiro – avaliar a distância entre a nossa tropa e o inimigo ao iniciar-se o movimento;
- segundo – calcular o tempo necessário para o encontro utilizando a seguinte fórmula:

$$t = \frac{D}{Va + Vi}$$

Legenda
D – Distância entre as forças
Va – Velocidade da nossa tropa
Vi – Velocidade da força inimiga avaliada

Observações: a velocidade da nossa tropa deverá ser considerada normal, uma vez que, para fins de planejamento, a tropa não terá ultrapassado a força de cobertura (F Cob); e a velocidade do inimigo poderá ser considerada retardada, caso esteja sendo retardada por uma F Cob ou tropa interposta ou, ainda, poderá ser considerada de trabalho caso não esteja sendo retardada ou não haja tropa interposta.

- terceiro – calcular a distância (LPE) através da fórmula:

$$d = Va \times t$$

Legenda
d – Será a distância do PI até a LPE
Va – Velocidade da tropa inimiga
t – Tempo necessário para o encontro

e) Linha de encontro (LE) é a linha no terreno onde se admite o encontro entre os elementos inimigos e elementos de nossa força de cobertura, ou seja, a linha ou região a partir da qual nossa força de cobertura começará a ser recalcada ou recalcará a força inimiga. Normalmente, a localização dessa linha é fornecida pelo Esc Sp.

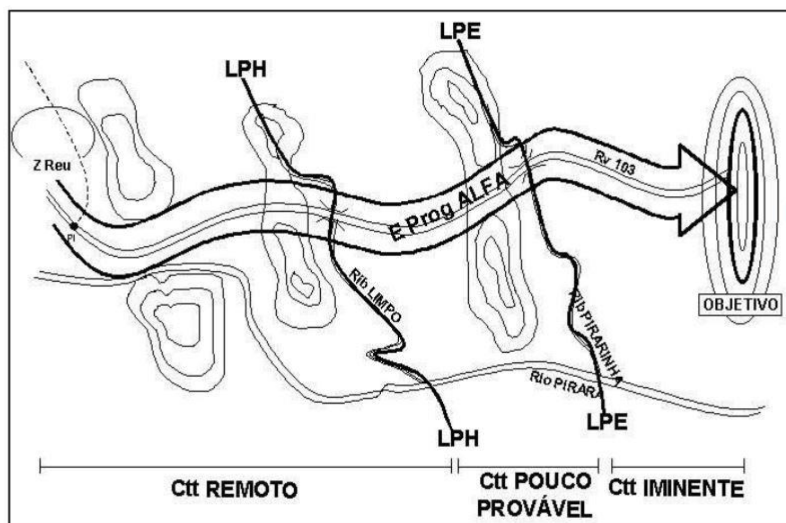


Fig 5-1 – LPH, LPE e tipos de contato

5.2.3.1.4 Terreno

a) O efeito da transitabilidade será de fundamental importância na condução das operações.

b) Observar as características gerais do terreno ao longo do eixo de progressão (E Prog), especialmente, aquelas que se apresentam em condições de serem exploradas pelo inimigo para o retardamento com ações de surpresa.

c) No estudo do terreno, deverão ser destacados:

- regiões de passagens em rios obstáculos, incluindo as alturas que as dominam por favorecerem ou dificultarem a travessia desses cursos de água;
- alturas dominantes sobre o eixo, pelo que proporcionam em observação e campos de tiro, facilitando a defesa ou o ataque;
- regiões que facilitam rocadas de meios (nós rodoviários, bifurcações, cruzamentos e entroncamentos);
- desfiladeiros, gargantas, vaus *etc.* (regiões de passagem obrigatória);
- acidentes do terreno que permitam a conquista do objetivo imposto pela missão;
- obstáculos; e
- variantes.

5.2.3.1.5 Meios – um batalhão vanguarda terá prioridade para receber os meios necessários para o cumprimento da missão. Da mesma forma, a subunidade de

1º escalão dessa unidade poderá receber reforços de elementos de cavalaria, engenharia e armas de apoio.

5.2.3.1.6 Tempo – a presteza na realização da operação deve nortear as decisões dos comandantes táticos para evitar desgastes e retardos desnecessários. Isso pode ser obtido definindo as formações adequadas, com reduzido número de objetivos intermediários de marcha, ou mesmo a ausência destes, entre outros aspectos.

5.2.3.1.7 Considerações Civis
a) Serão considerados os aspectos culturais e as atividades da população e como estas interagem com as ações em curso do Btl. Destacam-se os efeitos das infraestruturas locais, das instituições e organizações civis e das lideranças existentes.
b) Utiliza-se o mnemônico AECOPE (áreas, estruturas, capacidades, organizações, pessoas e eventos).

5.2.3.2 Decisão

5.2.3.2.1 O Cmt do batalhão normalmente aborda os seguintes aspectos na sua decisão:
a) dispositivos e formações de marcha;
b) objetivo(s) de marcha;
c) itinerário(s) de marcha ou E Prog;
d) direção(ões) de atuação;
e) ações táticas;
f) organização para o combate;
g) prioridade de fogos; e
h) hora do início do movimento, quando esta não for imposta pelo Esc Sp.

5.2.3.2.2 O Cmt Btl, ao fixar objetivos aos escalões subordinados, atenderá, normalmente, à necessidade de segurança. Entre as situações em que pode ser necessária a intervenção do comando durante a realização da marcha, ressaltam-se aquelas em que, para fazer face às possibilidades do inimigo, o comando tenha de centralizar as ações. Na previsão de tais situações, o comando procura assegurar a posse de regiões ou linhas do terreno que lhe proporcionem condições favoráveis para o emprego ulterior de seus meios, de acordo com a manobra que pretende realizar. Poderão ser marcados objetivos:
a) nas regiões que estejam ou possam estar em poder do inimigo e cuja posse seja necessária para o cumprimento da missão;
b) nas regiões favoráveis para a tomada de uma atitude defensiva momentânea, visando a aguardar o contato com o inimigo e, em seguida, atacá-lo em uma região escolhida, ou para a tomada de uma atitude defensiva definitiva; e
c) finalmente, em princípio, quando a Z Aç for tão profunda que o percurso tenha de ser realizado em mais de uma etapa. Esses objetivos serão marcados em regiões favoráveis ao prosseguimento do cumprimento da missão e onde o

batalhão passará à noite. Essas regiões devem ser atingidas num prazo que permita, no mínimo, a tomada das medidas defensivas necessárias.

5.2.3.2.3 As decisões tomadas poderão ser complementadas com as seguintes medidas, no todo ou em parte:
a) intervalos e distâncias entre as companhias e no interior destas;
b) medidas de segurança do Btl contra-ataques terrestres e aéreos, inclusive QBRN;
c) apoio logístico;
d) emprego de comunicações; e
e) outras medidas de controle.

5.2.3.4 Ordens

5.2.3.4.1 As ordens, para uma marcha ao combate, seguem as normas gerais de uma ordem de operações. No entanto, dada a importância da organização da coluna na realização dos movimentos, as medidas necessárias para isso aparecem detalhadamente, quer no subparágrafo “Prescrições Diversas” (se poucas), quer em anexo (se extensas ou numerosas), como, por exemplo, um Q Mov (consultar Anexo B).

5.2.4 EXECUÇÃO

5.2.4.1 Generalidades

5.2.4.1.1 Os elementos de primeiro escalão do batalhão, normalmente precedidos pelos elementos de reconhecimento do Esc Sp, podem deslocar-se por objetivos de marcha sucessivos. Os dispositivos e grupamentos táticos são organizados de acordo com o estudo do comandante quanto à iminência do contato. Com a finalidade de beneficiar-se das vantagens oferecidas pelo terreno, pequenos desvios do itinerário poderão ocorrer. Quando o contato com o inimigo se tornar iminente, as companhias desdobram-se de acordo com as necessidades, em largura e/ou profundidade, para manter a segurança e aumentar a presteza da ação.

5.2.4.1.2 Na M Cmb, o Btl participa, frequentemente, de combates de encontro, situação em que não se encontra completamente desdobrado e engaja-se através de seus primeiros elementos com uma força inimiga, parada ou em movimento, sobre a qual dispõe de poucas informações. Em tais situações, as ordens breves e as ações rápidas e agressivas tornam-se imprescindíveis para conquistar e manter a iniciativa.

5.2.4.1.3 A tropa, deslocando-se em coluna de marcha ou tática, faz alto como prescrito nas NGA da unidade ou como for determinado pelo comandante da coluna. Os comandantes de coluna mandam fazer o grande alto quando necessário. Durante a marcha de aproximação, devem ser suprimidos os altos regulamentares.

5.2.4.1.4 Marcha Noturna

a) Uma unidade pode receber ordem de iniciar ou continuar seu movimento durante à noite, para preservar o sigilo, conquistar o terreno pela surpresa ou com o objetivo de não dar tempo ao inimigo para organizar posições retardadoras. Isso pode ocorrer durante um período de superioridade aérea inimiga, durante um desbordamento, uma exploração do sucesso tático ou uma perseguição.

b) A M Cmb, à noite, é executada como durante o dia, com maiores precauções quanto à manutenção da direção, do controle e da segurança que serão facilitados pelo uso dos equipamentos de visão noturna.

5.2.4.2 Segurança, Reconhecimento e Controle

5.2.4.2.1 A segurança e o controle durante um movimento tático dependem do reconhecimento continuado e de informações oportunas e precisas.

5.2.4.2.2 Reconhecimentos aéreos e terrestres bem planejados e o emprego de meios eficazes de comunicações são necessários ao estabelecimento de um fluxo constante de informações, tanto para frente como para a retaguarda, para permitir as modificações convenientes nos grupamentos, dispositivos e nas medidas de segurança. Isso reduz a possibilidade de desdobramento prematuro e a consequente perda de velocidade e controle.

5.2.4.2.3 Segurança

a) Durante os movimentos táticos, a segurança é obtida pelas medidas que garantam o sigilo, pelo emprego de elementos de reconhecimento, por forças de cobertura e por meio de medidas de defesa passivas e ativas.

b) Os elementos designados para missões de segurança operam, principalmente, em função e em proveito da tropa de cuja proteção estão encarregados, sendo empregados secundariamente em missões de reconhecimento.

c) Alguns fatores considerados na determinação do efetivo dos elementos de segurança são: a iminência do contato com o inimigo; o efetivo e o tipo de força de cobertura (se houver); a distância em que a F Cob está operando à frente do batalhão; o terreno e a missão da unidade.

d) A segurança à frente é obtida pela combinação dos reconhecimentos aéreos e terrestres, empregados, em conjunto, com as forças de cobertura. Quando o comandante da coluna achar que estas forças não proporcionam segurança conveniente, ele emprega elementos da coluna para sua proteção. Por exemplo, durante um movimento, quando o contato se tornar iminente, na LPE, o batalhão vanguarda lançará um destacamento de segurança e reconhecimento (DSR).

e) A segurança nos flancos é obtida de maneira similar à segurança à frente. A flancoguarda dá alerta e protege a coluna contra surpresas. O elemento que recebe a missão de flancoguarda é responsável pela segurança no flanco do grosso e por sua própria segurança à frente, nos flancos e à retaguarda.

f) Quando o Cmt considerar iminente o contato e que este possa ocorrer pela retaguarda, atribui a um de seus elementos a missão de segurança de retaguarda. Isto ocorre, frequentemente, nos movimentos retrógrados ou quando uma força de combate, é empregada para proteção dos elementos de apoio ao combate e apoio logístico, à retaguarda da coluna.
g) A vanguarda é uma força de natureza essencialmente ofensiva, enquanto a flancoguarda e a retaguarda atuam, de modo geral, defensivamente.
h) As medidas de segurança antiaéreas estão contidas nas ordens dos comandantes ou nas NGA da unidade. Elas poderão ser ativas ou passivas e incluirão um sistema de alarme aéreo.

5.2.4.2.4 Reconhecimento
a) Os elementos de reconhecimento do escalão superior podem fornecer dados ao batalhão durante os movimentos táticos. Quando não se dispuser desses elementos ou quando eles não forem suficientes, o Cmt Btl organiza seu próprio reconhecimento. O reconhecimento deve ser contínuo, oportuno, coordenado e progressivo. Sempre que possível, o Cmt Btl reforça a obtenção destes dados fazendo seu reconhecimento pessoal e empregando seu estado-maior. O número e o tipo dos reconhecimentos executados pelo Cmt Btl e por seus auxiliares dependem, principalmente, da missão e da iminência do contato com o inimigo.
b) Os elementos de reconhecimento terrestre, atuando à frente do batalhão durante a marcha, são reforçados, de acordo com sua missão, por elementos de fuzileiros, de armas de apoio e de blindados, constituindo um DSR que age agressivamente, sem perda de tempo. Todos os dados sobre o inimigo, o terreno e a rede de estradas são enviados com rapidez. A exatidão do exame de situação feito pelo Cmt Btl depende da eficiência de seus elementos de reconhecimento.
c) O Cmt Btl emite ordens completas ao(s) destacamento(s) de segurança e reconhecimento, de acordo com as missões que deva(m) cumprir. Essas ordens normalmente compreendem:
- os itinerários ou as zonas de progressão a serem reconhecidos e os objetivos de marcha ou as linhas sucessivas a serem atingidos;
- as zonas a serem reconhecidas e os dados essenciais a serem procurados;
- a hora, o local e o processo para remessa dos dados ao batalhão;
- a conduta em caso de encontro ou de localização do inimigo; e
- as medidas para ligação com as outras forças que atuam à frente ou nos flancos do batalhão.

5.2.4.2.5 Comando e Controle (C²)
a) O C², durante os movimentos táticos, é mantido pelos processos empregados nos movimentos preparatórios. As comunicações, os planejamentos, o reconhecimento e as medidas de controle são os processos mais empregados.
b) Medidas de controle – as medidas de controle que podem ser prescritas pelo Cmt Btl aos seus elementos subordinados são:
- ponto inicial (PI);
- hora de início do movimento;

- E Prog;
- itinerário de marcha – é dado pelo comandante quando este deseja que determinada estrada ou trilha seja usada no movimento, a fim de liberá-la para futura utilização. Neste caso, o comando subordinado prescinde de Z Aç;
- Z Aç;
- região de destino (R Dstn) – é uma região para a qual é dirigido o movimento do segundo escalão e da qual só partirá mediante ordem. Normalmente é fixada pela Bda para os batalhões de segundo escalão;
- objetivo de marcha – é um acidente do terreno para o qual é dirigida a marcha de um elemento; ao atingir o objetivo marcado o comandante informa ao Esc Sp e só prosseguirá mediante ordem;
- linha de controle (L Ct) – é uma linha aproximadamente perpendicular à direção de marcha, facilmente identificável no terreno, e que facilita o controle de duas ou mais colunas. Ao atingir a linha de controle o elemento não se detém, participa ao escalão superior que a atingiu e prossegue. Durante a M Cmb as distâncias entre objetivos e entre linhas de controle dependem, principalmente, da maior ou menor ameaça do inimigo terrestre;
- ponto de controle – adota-se o procedimento similar à L Ct; e
- Z Reu.

5.2.4.3 Marchas a Pé e Motorizadas

5.2.4.3.1 O batalhão, normalmente, executa a fase final da M Cmb e outros movimentos táticos por meio de uma marcha motorizada. Eventualmente poderá ser realizada por meio de uma marcha a pé. O sucesso na execução desses movimentos dependerá de uma distribuição apropriada dos elementos de combate e apoio para a marcha, de acordo com os princípios de segurança, de reconhecimento e controle.

5.2.4.3.2 O batalhão pode marchar como uma força independente, com ou sem reforço, fazendo parte do grosso de uma Bda ou, ainda, atuando como força de segurança (F Seg) à frente, nos flancos, ou à retaguarda do grosso.

5.2.4.3.3 O batalhão poderá ser reforçado por elementos de cavalaria. Isso irá proporcionar rapidez na entrada em ação do batalhão e eficiente proteção anticarro à coluna. Esse reforço é dado, normalmente, quando o batalhão realiza uma marcha isoladamente, for empregado como vanguarda ou durante as marchas descobertas.

5.2.4.3.4 O batalhão receberá normalmente em apoio, durante a M Cmb, um Pel E, com a missão de auxiliar o batalhão, em primeiro escalão, na limpeza do itinerário de marcha para o grosso. Elementos de reconhecimento de engenharia marcharão junto à testa da coluna para reconhecer as pontes, as estradas, os obstáculos e as minas. Outros elementos de engenharia poderão ser colocados em apoio às flancoguardas com a missão de executar destruições, de bloquear

estradas e de auxiliar em outras medidas contra blindados para segurança do grosso.

5.2.4.4 O Batalhão Deslocando-se no Grosso

5.2.4.4.1 Como parte do grosso, que compreende a maioria do poder de combate da Bda, o batalhão marcha de acordo com as ordens do comandante da Bda ou da coluna.

5.2.4.4.2 O batalhão deve estar em condições de pronto emprego, seja durante o deslocamento, seja após haver sido estabelecido o contato com a força principal do inimigo. A organização da coluna vai depender do grau de interferência esperado por parte do inimigo.

5.2.4.5 O Batalhão como Vanguarda na Marcha de Aproximação

5.2.4.5.1 Missão
a) A missão de um batalhão vanguarda é evitar retardos desnecessários ao grosso e protegê-lo contra surpresas e ações inimigas terrestres vindas da frente.
b) Quando o contato é estabelecido, a vanguarda ataca ou toma outras medidas que possam assegurar o ininterrupto avanço do grosso ou que possam proporcionar tempo e espaço suficientes para o desdobramento ou desenvolvimento deste. Se antes do contato, houver suficientes informações sobre o inimigo, a missão do batalhão de primeiro escalão pode ser modificada de vanguarda para a de ataque.

5.2.4.5.2 Composição
a) O batalhão vanguarda, normalmente, é apoiado por um pelotão ou elementos de engenharia, por pessoal de ligação, por observadores avançados da artilharia da Bda e, quando possível, por elementos de cavalaria.
b) Havendo grande ameaça aérea, podem ser postos à disposição do batalhão alguns elementos da bateria de artilharia antiaérea (Bia AAAe) da Bda. Um controlador aéreo avançado pode ser posto à disposição, quando a aviação tática estiver apoiando a coluna.
c) Se a tropa de engenharia não estiver compondo o batalhão vanguarda, este deverá dispor de, pelo menos, alguns elementos de reconhecimento da engenharia, que em princípio, deslocam-se bem à frente, na coluna do batalhão, para facilitar o rápido início dos trabalhos de engenharia.

5.2.4.5.3 Dispositivo de um Batalhão de Vanguarda na Marcha de Aproximação (M Aprx)
a) Generalidades
- A vanguarda normalmente é precedida pela força de cobertura do escalão superior. Se o comandante da vanguarda considerar necessário, pode organizar e enviar à frente outras forças de reconhecimento e segurança.

Nesse caso, o batalhão vanguarda é dividido, da frente para a retaguarda, em: DSR, Esc Cmb e grosso. As distâncias entre os escalões da vanguarda, apresentadas na Fig 4-2, não devem ser consideradas rígidas, variando em função da visibilidade, ameaça aérea, natureza do terreno, elementos de reconhecimento amigo disponíveis e pelas possibilidades do inimigo. A profundidade dos escalões poderá variar em função dos fatores citados anteriormente e em consequência da distância veicular empregada.

- Se, por qualquer eventualidade, o batalhão necessitar realizar o seu deslocamento a pé, o seu dispositivo será semelhante ao da vanguarda motorizada, acrescido de um grupo de combate (GC), retirado do escalão de reconhecimento (Esc Rec), que terá a função de ponta. As distâncias entre os escalões poderão variar em função dos fatores citados no parágrafo anterior.

b) Destacamento de segurança e reconhecimento (DSR)

- Se o comandante da vanguarda sente que os elementos de segurança do comando superior são incapazes de proporcionar o alerta e a proteção desejadas quando estes forem acolhidos, deve organizar destacamento(s) de segurança e reconhecimento.
- Um DSR pode ser composto por elementos de reconhecimento do batalhão; um pelotão de fuzileiros reforçado; ou por elementos de reconhecimento da Bda em reforço.
- O DSR tem por missão dar proteção à tropa e deve ser suficientemente forte para destruir pequenas forças retardadoras inimigas ou barricadas encontradas no E Prog. Deve também evitar que a vanguarda sofra um ataque de surpresa enquanto estiver sendo transportada em viaturas.

c) Escalão de Combate (Esc Cmb)

- A missão do Esc Cmb é evitar retardos desnecessários ao batalhão e protegê-lo contra a surpresa e a ação inimiga vindos da frente.
- O Esc Cmb é constituído, normalmente, por uma companhia de fuzileiros reforçada. Os reforços devem assegurar ao Esc Cmb um poder de combate suficiente para o cumprimento de sua missão. Prioritariamente, os CC devem ser empregados no Esc Cmb.
- O Esc Cmb poderá enviar, à frente, um Esc Rec cujo efetivo é da ordem de um pelotão de fuzileiros reforçado. O Esc Cmb propriamente dito segue o de reconhecimento a um IT suficiente, evitando deslocar-se no mesmo compartimento do terreno, com a finalidade de garantir sua liberdade de manobra caso venha a ser empregado. O Esc Rec atua como um conjunto e, a menos que utilize viaturas blindadas, deve desembarcar para iniciar o combate.

d) Flancoguarda

- Do estudo continuado de situação, particularmente em função do terreno (rocadas e variantes) e das possibilidades do inimigo, o Cmt Btl pode determinar que as companhias do 2º escalão lancem flancoguarda valor Pel Fuz reforçado.

- As flancoguarda deslocam-se em itinerários paralelos ao grosso, com movimentos contínuos ou por lances sucessivos ou alternados, ocupando posições do terreno no flanco do batalhão.
- O controle da flancoguarda estará a cargo do Cmt Btl ou da Cia que a lançou.
- A complementação desse assunto encontra-se no manual Companhia de Fuzileiros.

e) Grosso

- O grosso compõe-se de um Btl reforçado, menos o Esc Cmb e elementos de segurança; desloca-se de acordo com as NGA da unidade para os movimentos táticos.
- O Cmt e seu EM, normalmente, deslocam-se à testa do grosso.

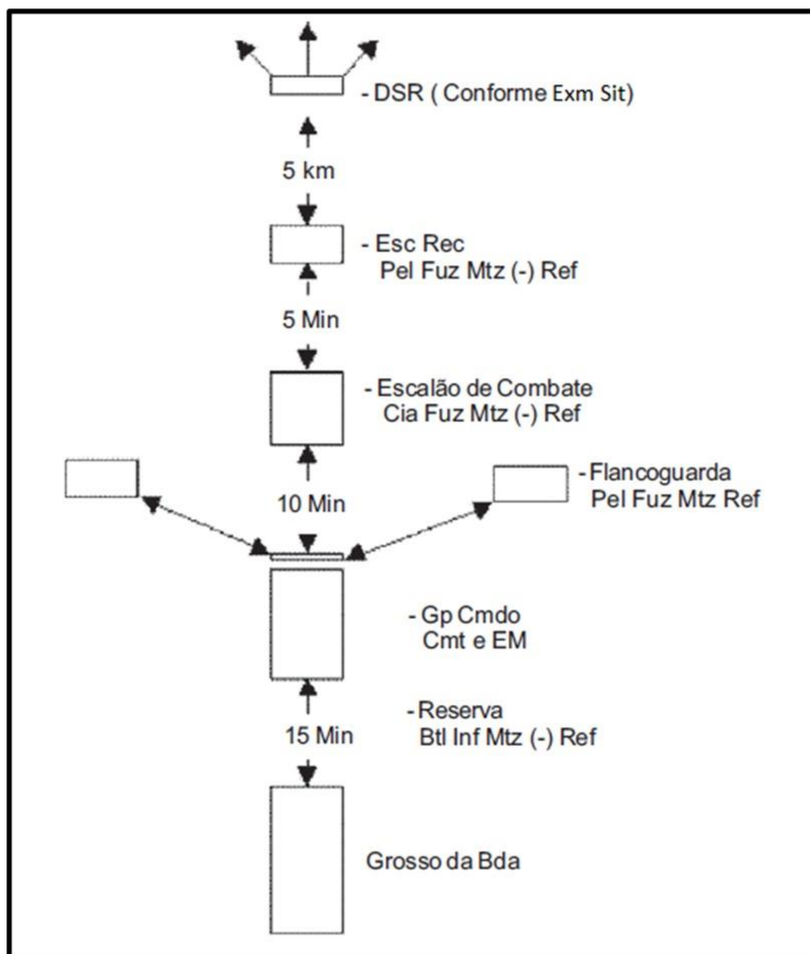


Fig 5-2 – BI Mtz como vanguarda motorizada na M Aprx (os valores apresentados não são rígidos, devendo ser considerados como dados médios de planejamento)

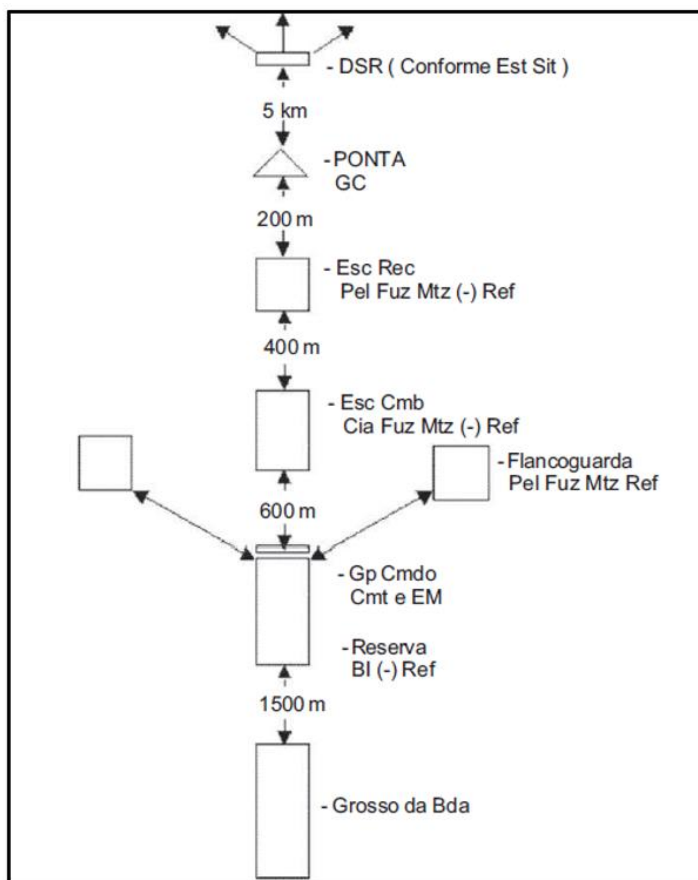


Fig 5-3 – BI Mtz como vanguarda a pé na M Aprx (os valores apresentados não são rígidos, devendo ser considerados como dados médios de planejamento)

5.2.4.5.4 Execução

a) O batalhão vanguarda cumpre sua missão agressivamente por meio de reconhecimento do terreno à frente e nos flancos, destruindo resistências inimigas, removendo obstáculos do itinerário de marcha, reparando pontes e construindo passagens. A menos que tenha recebido ordens em contrário, a vanguarda e seus elementos atacam as resistências inimigas, sem hesitação.

b) Quando o contato for estabelecido, durante a realização da M Cmb e houver a necessidade de intervenção por parte do batalhão, o comandante pode:

- constituir um novo Esc Cmb e prosseguir no movimento, desbordando a resistência inimiga que permanece fixada pelo antigo Esc Cmb;
- reforçar o ataque do Esc Cmb;
- alterar a prioridade de fogos para o novo Esc Cmb ou as formas de emprego das armas de apoio;
- combinar as ações anteriores;
- realizar um ataque de oportunidade; ou

- ocupar um terreno favorável que permita a centralização das ações por parte da Bda.

c) Deve ser observada a alternância das peças de manobra, na composição do Esc Cmb.

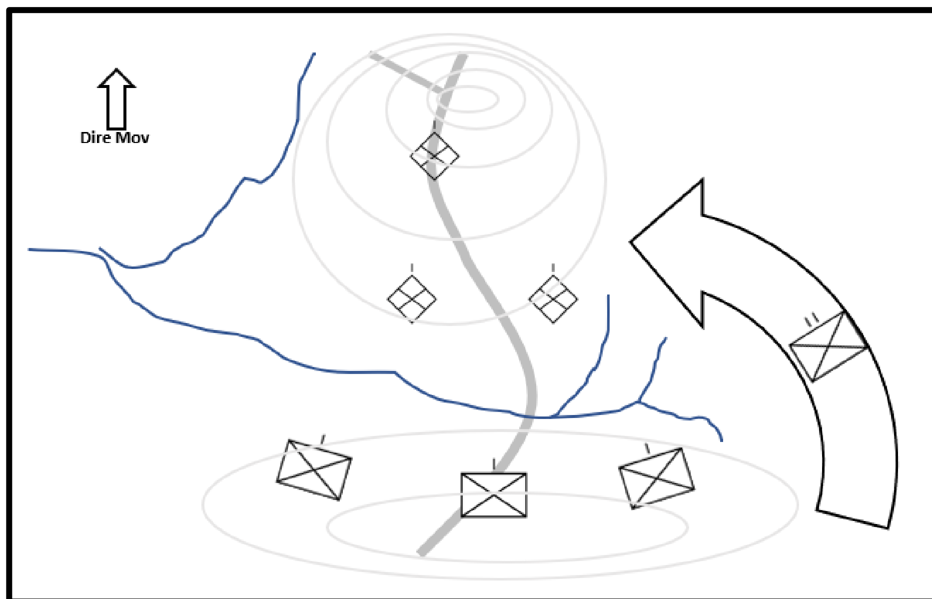


Fig 5-4 – Conduta do Btl Vgd para favorecer o emprego do Btl Res da Bda em um Atq Oport

5.2.4.6 O Batalhão como Flancoguarda

5.2.4.6.1 Missão – a missão de um batalhão flancoguarda é proteger o grosso da observação e dos ataques de surpresa partidos do flanco. Na eventualidade de um ataque de flanco, proporciona o tempo necessário para o desenvolvimento do grosso, para enfrentar esta ameaça, ou permitir a progressão ininterrupta dele. É uma missão de natureza defensiva, em contraste com a missão ofensiva de uma vanguarda.

5.2.4.6.2 Composição – o batalhão flancoguarda pode receber elementos de reconhecimento da Bda, um pelotão ou elementos de engenharia, pessoal de ligação e observadores avançados da artilharia da Bda. O batalhão, normalmente, recebe ainda, material especial de engenharia para construção de obstáculos e execução de destruições.

5.2.4.6.3 Dispositivo – o dispositivo adotado pelo BI depende do terreno, dos meios recebidos, dos itinerários, das possibilidades do inimigo e do processo de deslocamento das flancoguardas. Ele adota o dispositivo de um batalhão marchando isolado e atua na mesma altura do grosso, aumentando sua velocidade de marcha e enviando destacamentos de segurança suplementares,

quando exigido por um grande afastamento de seu itinerário em relação ao seguido pelo grosso.

5.2.4.6.4 Execução
a) Os processos de deslocamento do batalhão flancoguarda são: movimento contínuo, lances sucessivos e lances alternados.
b) O Cmt Btl flancoguarda controla seu deslocamento, regulando sua velocidade de marcha pela velocidade do grosso e/ou determinando sucessivos objetivos de marcha para suas companhias. Mantém estreita ligação com o grosso, para manter a flancoguarda em condições de executar sua missão de segurança.
c) A flancoguarda, por ter uma missão essencialmente defensiva, deve aproveitar-se de acidentes do terreno, tais como cursos de água e desfiladeiros para construir barricadas e outros obstáculos.
d) Se não dispuser de itinerários paralelos, a flancoguarda dificilmente poderá manter o rendimento de marcha do grosso. Para cumprir sua missão, nessas circunstâncias, seu comandante organiza pequenos destacamentos que se deslocarão pelo mesmo eixo do grosso, afastando-se periodicamente para ocupar posições de bloqueio sucessivas. Pode, também, vir a constituir forças aeromóveis se dispuser de meios.
e) Em situações em que o inimigo pode atacar em uma extensa zona do flanco, a flancoguarda necessária para proporcionar a segurança pode lançar uma força de cobertura, distribuída igualmente sobre aquela zona. Em tais situações, o comandante da flancoguarda mantém uma reserva localizada em um ponto central, para influir na ação.

5.2.4.7 O Batalhão como Retaguarda

5.2.4.7.1 Sua missão é proteger o grosso contra os ataques provenientes da retaguarda. Nos movimentos retrógrados, a retaguarda retarda a perseguição inimiga (ver capítulo VI).

5.2.4.7.2 Uma retaguarda assemelha-se a uma vanguarda invertida. O Esc Cmb destaca para trás um Esc Rec de retaguarda, ou em vez disso, pode destacar uma força de cobertura. A retaguarda atua de maneira semelhante a uma flancoguarda e é dotada de meios para executar destruições e construir obstáculos.

5.2.4.8 O Batalhão Marchando Isolado

5.2.4.8.1 Quando o batalhão executa uma marcha isoladamente, o Cmt Btl, normalmente, designa uma companhia de fuzileiros reforçada, como vanguarda do batalhão. A vanguarda é, em princípio, responsável por sua própria segurança de flanco. Essa tropa não configura uma cobertura para o Btl, uma vez que a F Cob é lançada pelo Esc Sp.

5.2.4.8.2 A missão, conduta e dispositivo da companhia vanguarda são semelhantes aos da companhia como Esc Cmb de um batalhão vanguarda.

5.2.5 COMANDO E CONTROLE

5.2.5.1 Generalidades

5.2.5.1.1 Na M Cmb, o oficial de comunicações deve assessorar o chefe da 3ª Seç quanto ao judicioso emprego das comunicações do batalhão. Para apoiar essa operação, ambos devem analisar, principalmente: o itinerário utilizado, o número de escalões do batalhão e a necessidade de sigilo em cada fase da M Cmb.

5.2.5.2 Meios de Comunicações

5.2.5.2.1 As peculiaridades da M Cmb influem nos meios de comunicações mais utilizados pelo batalhão.

5.2.5.2.2 Meio rádio – devido à mobilidade e à rapidez das ações, é o meio mais utilizado na M Cmb. Para tal, devem ser analisados, entre outros, os seguintes aspectos:
a) necessidade de alarme imediato;
b) necessidade de rápidas ligações;
c) importância da segurança; e
d) sigilo para a obtenção da surpresa.

5.2.5.2.3 O batalhão marchando como vanguarda tem, geralmente, nas fases de contato remoto ou pouco provável, a prescrição de rádio em silêncio. Ao iniciar o contato iminente, o batalhão permanece em silêncio com o grosso e passa a restrito para os demais elementos (Esc Cmb, DSR e outros). Ao ser estabelecido o contato com o inimigo, o rádio passa a ser livre para estes últimos elementos.

5.2.5.2.4 Meios físicos – em princípio, circuitos físicos não são lançados durante a M Cmb, salvo nos grandes altos ou regiões de destino, quando devem ser lançados por razões de segurança.

5.2.5.2.5 Meio mensageiro – mensageiros especiais são largamente empregados na M Cmb, devido à rapidez das ações e à necessidade de ligações seguras, principalmente durante a marcha de aproximação.

5.2.5.2.6 Outros meios, principalmente os visuais, podem ser empregados na M Cmb. Painéis, artifícios pirotécnicos ou sinais a braço podem evitar o emprego desnecessário do meio rádio e aumentar nossa segurança em face das ações de GE do inimigo.

5.2.5.3 Posto de Comando

5.2.5.3.1 O posto de comando principal (PCP), durante a marcha de aproximação, geralmente, situa-se à testa do grosso, podendo o posto de comando tático acompanhar o Esc Cmb quando necessário. Normalmente, a rede do comandante, a de reconhecimento e informação, a de operações e a de logística são exploradas durante a M Cmb.

5.2.5.4 Eixo de Comunicações

5.2.5.4.1 O batalhão deve fixar eixos de comunicações para suas companhias, a fim de que os postos de comando de seus elementos subordinados desloquem-se ao longo deste eixo, facilitando desta forma as ligações durante as fases da M Cmb e durante os grandes altos.

5.2.6 FOGOS

5.2.6.1 Os elementos empenhados na sua execução devem ser articulados e empregados de forma racional, visando a permitir ao comandante da força o emprego centralizado dos meios, com rapidez, nos locais e momentos oportunos. Para tanto:
a) na coluna de marcha – não há necessidade de agrupar taticamente os meios de apoio de fogo, podendo, inclusive, o comandante decidir por deslocar pessoal e material por meios diferentes em prol da velocidade ou das necessidades logísticas;
b) na coluna tática – as frações são agrupadas taticamente, sem se desdobrar, para poderem rapidamente adotar dispositivo desdobrado para o combate ou facilitar ocupar uma Z Reu ou objetivo de marcha; e
c) na marcha de aproximação – as frações progridem desdobradas, em qualquer dispositivo, para poderem rapidamente se desenvolver para o combate.

5.2.6.2 Em princípio, uma bateria de artilharia marcha na esteira da vanguarda, normalmente com missão tática de apoio direto, com a finalidade de prestar o apoio de fogo cerrado e contínuo a essa força.

5.2.6.3 Na M Cmb, o CAF tem como principal responsabilidade prestar o apoio de fogo imediato aos elementos de primeiro escalão, além do planejamento dos fogos em apoio à força como um todo.

5.2.6.4 Características gerais de apoio de fogo nessa operação:
a) prestar apoio imediato aos elementos de primeiro escalão;
b) utilizar ao máximo o apoio aéreo aproximado e os fogos maciços de artilharia nos alvos profundos;
c) apoiar eventuais combates de encontro; e
d) designação de alvos com rapidez e precisão pelos observadores orgânicos dos diversos sistemas de arma de apoio.

5.3 RECONHECIMENTO EM FORÇA

5.3.1 GENERALIDADES

5.3.1.1 O reconhecimento em força (Rec F) é uma operação de objetivo limitado, executada com a finalidade de esclarecer a situação. A missão da infantaria no reconhecimento em força é revelar e testar o dispositivo do inimigo, seu valor, sua composição e suas peculiaridades e deficiências.

5.3.1.2 É uma operação de busca de dados que permite ao Cmt Btl tomar sua decisão. Sua principal finalidade é o reconhecimento, podendo revelar ou identificar pontos fracos no dispositivo inimigo, os quais, se prontamente explorados, podem permitir sucessos táticos.

5.3.1.3 O batalhão de primeiro escalão pode realizar o reconhecimento em força para a Bda e o batalhão reserva explorar os pontos fracos do inimigo. O batalhão pode, também, realizar um reconhecimento em força em escala limitada. A infantaria blindada (Inf Bld), reforçada com carros de combate, é especialmente apta para o reconhecimento em força, em virtude de sua mobilidade e potência de fogo.

5.3.2 FORMAS

5.3.2.1 O reconhecimento em força pode ser realizado de duas formas básicas:
a) um ataque sem objetivos em profundidade, quando a ação pode ser dirigida exclusivamente sobre uma determinada área a respeito da qual o comando deseja rápidas e precisas informações, ou pode se traduzir em uma série de ataques que não passem de sondagens agressivas, desencadeadas ao longo de toda a frente ou de grande parte dela; e
b) uma incursão, quando se busca uma ação desencadeada contra uma posição inimiga, sem a ideia de conquistar o terreno. Consiste em introduzir no dispositivo inimigo uma força capaz de realizar uma ação rápida e violenta, cujo vulto seja suficiente para forçar o inimigo a revelar suas posições, o tempo de reação de suas reservas, seus planos de fogos *etc.* Após esta ação, segue-se um rápido retraimento para as linhas amigas. A incursão pode ser conduzida por forças aeromóveis ou caracterizar-se por uma varredura com carros de combate.

5.3.3 CONSIDERAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO

5.3.3.1 Para decidir quanto à execução de um reconhecimento em força, devem ser levados em consideração os seguintes aspectos:
a) a urgência e a necessidade de dados adicionais sobre o inimigo em presença;
b) as possibilidades de obtenção desses dados por meio de outros órgãos de busca;
c) o grau de risco na revelação de planos futuros ao inimigo;
d) o risco de um engajamento total sob condições desfavoráveis; e
e) a possibilidade de perder a força de reconhecimento.

5.3.3.2 O planejamento, a organização dos meios e a execução de um reconhecimento em força são semelhantes ao ataque, respeitando-se o tempo disponível e a finalidade da operação.

5.3.4 CONDUTA DO RECONHECIMENTO

5.3.4.1 Durante a realização de um reconhecimento em força, qualquer que seja a forma adotada, a Inf deve:
a) estar preparada para aproveitar todo e qualquer êxito porventura obtido, seja prosseguindo no ataque, seja mantendo o terreno conquistado;
b) evitar engajar-se decisivamente no combate, mas uma vez engajada, utilizar-se de todos os meios possíveis para obter o desengajamento; e
c) informar quanto às características e localização de alvos adequados a serem batidos pelas armas de apoio de fogo e pela F Ae, ficando em condições de completar a destruição desses alvos.

5.3.4.2 Uma vez cumprida a missão, a Inf pode, conforme a situação que se apresentar:
a) permanecer em contato com o inimigo, mantendo as posições atingidas e em condições de apoiar a ultrapassagem de outra força;
b) retrair para suas posições iniciais; e
c) prosseguir no ataque.

5.4 ATAQUE

5.4.1 GENERALIDADES

5.4.1.1 O ataque é o principal tipo de operação ofensiva da infantaria, caracterizado pelo emprego coordenado do fogo e do movimento para a conquista de objetivos.

5.4.1.2 O ataque requer a observância de todos os princípios de guerra, em particular a manobra, a simplicidade, a surpresa e a massa.

5.4.2 TIPOS DE ATAQUE

5.4.2.1 Generalidades

5.4.2.1.1 De acordo com a situação, e com base nos fatores da decisão, o Cmt deverá optar ou pelo ataque coordenado ou pelo ataque de oportunidade.

5.4.2.2 Ataque Coordenado

5.4.2.2.1 A realização de um ataque coordenado exige tempo suficiente para permitir o planejamento completo e minucioso da operação, a execução de

reconhecimentos detalhados, a transmissão de ordens e outras providências necessárias a seu desencadeamento.

5.4.2.2.2 O ataque coordenado deve ser executado quando o Btl se defrontar com uma posição defensiva inimiga fortemente estabelecida, exigindo um exame de situação pormenorizado para o cumprimento da missão.

5.4.2.2.3 Normalmente, o Btl participa de ataques coordenados realizados por escalões superiores.

5.4.2.3 Ataque de Oportunidade

5.4.2.3.1 O ataque de oportunidade é um ataque imediato, realizado após rápido reconhecimento, sendo essenciais a manutenção da velocidade e da impulsão. Pode ser realizado contra forças paradas ou em movimento.

5.4.2.3.2 Esse ataque deverá ser realizado quando o Cmt Btl, após esclarecer a situação e analisar todos os fatores da decisão, concluir sobre a viabilidade de realizar um ataque imediato, sem perda de impulsão, desdobrando a força como um todo, com a finalidade de aproveitar a oportunidade vantajosa oferecida pela situação. Tais situações ocorrem com mais frequência quando, após levantadas a situação e as possibilidades do inimigo, concluir-se que a L Aç mais provável do inimigo é retardar ou que ele é fraco, disposto em larga frente de defesa. Pode ser empregado também quando houver grande superioridade no poder relativo de combate.

5.4.2.3.3 São características de um ataque de oportunidade:
a) desdobramento do batalhão como um todo;
b) planejamentos e reconhecimentos sucintos;
c) execução rápida e violenta do ataque;
d) expedição de ordens fragmentárias; e
e) vantagem flagrante no poder relativo de combate para o atacante.

5.4.2.3.4 O ataque se caracteriza pela imediata expedição de ordens fragmentárias pelo comandante, destinadas aos elementos de manobra e apoio de fogo, privilegiando a rapidez, a iniciativa e a manutenção da impulsão.

5.4.2.3.5 Em princípio, o ataque de oportunidade deve priorizar as manobras desbordantes, associadas à fixação do inimigo.

5.4.2.3.6 Apesar de ser um ataque possível de ser realizado por uma força de qualquer natureza, as tropas blindadas e mecanizadas são as mais aptas para executá-lo. Deve ser realizado, em princípio, nos escalões Bda e inferiores.

5.4.2.3.7 O fator da decisão “tempo” possui elevada prioridade no planejamento do ataque de oportunidade. A diferença básica entre este e o ataque coordenado

reside no tempo disponível para o planejamento da operação. O tempo necessário para sua preparação é da ordem de 1/3 a 1/2 do exigido pelo ataque coordenado.

5.4.3 FORMAS DE MANOBRA

5.4.3.1 O Btl pode realizar ou participar das seguintes formas de manobra ofensiva: o ataque frontal (Atq Frt), a penetração, o desbordamento, o envolvimento e a infiltração.

5.4.3.2 Ataque Frontal

5.4.3.2.1 Segundo MC *Forças-Tarefas Blindadas*, no Atq Frt, o inimigo é pressionado igualmente ao longo de toda a frente, deixando, por conseguinte, de haver a caracterização de ataques principal e secundário. É empregado para destruir ou capturar forças inimigas reconhecidamente fracas ou para negar-lhes o desengajamento. Sua profundidade é reduzida, devendo a força atacante possuir superioridade de meios.

5.4.3.2.2 Em que pese o Atq Frt ser realizado com a mesma intensidade em toda a frente e não haver caracterização de ataque principal e secundário, o planejador não pode deixar de levar em consideração que uma de suas peças de manobra deve ter a prioridade dos meios, sem necessariamente estar caracterizando um ataque principal.

5.4.3.2.3 O Btl participa de um Atq Frt realizado por Es Sp ou pode realizar um Atq Frt de fixação – ataque secundário – com o objetivo de manter a pressão sobre o inimigo e evitar o seu desengajamento.

5.4.3.2.4 O Atq Frt, a menos que haja uma grande superioridade do poder de combate da força atacante, raramente conduz a resultados decisivos; por isso, a infantaria deve estar preparada para criar ou aproveitar as vantagens e condições que lhe permitam evoluir para uma forma de manobra que propicie obter êxito.

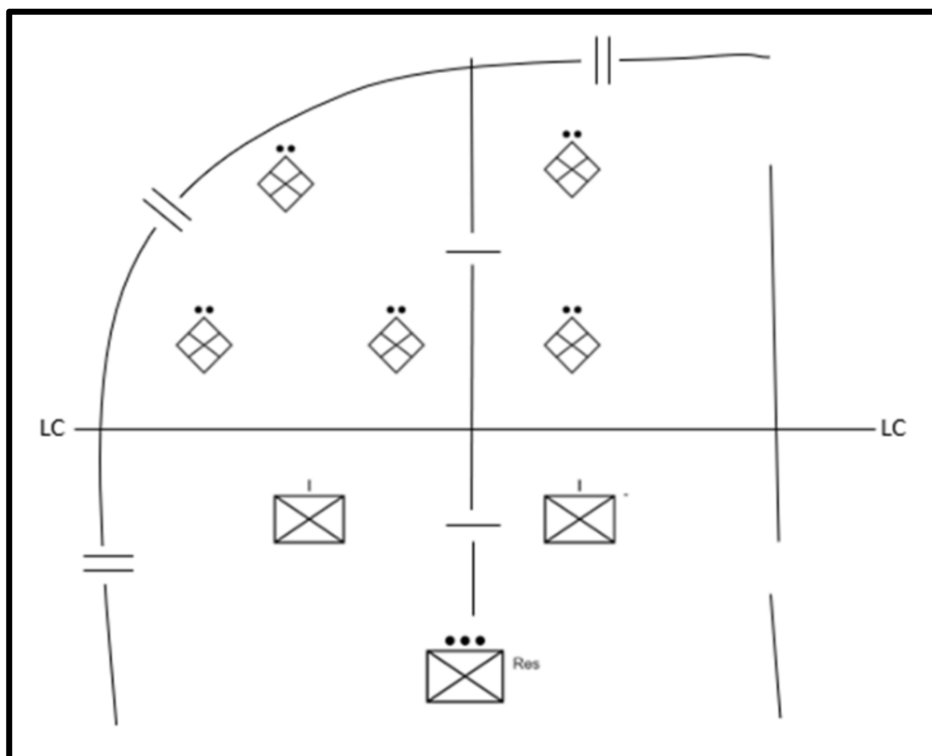


Fig 5-5 – Um batalhão (-) no ataque frontal para fixar o inimigo

5.4.3.3 Penetração

5.4.3.3.1 Na penetração, o ataque principal passa através da porção mais fraca do dispositivo defensivo inimigo, buscando a ruptura da defesa e a conquista de suas posições de aprofundamento, a fim de quebrar a continuidade defensiva.

5.4.3.3.2 A penetração é feita em três etapas:
a) rompimento ou ruptura da posição defensiva do inimigo;
b) alargamento e manutenção da brecha; e
c) conquista e manutenção de objetivos que quebrem a continuidade da defesa inimiga e criem a oportunidade do Apvt Exi.

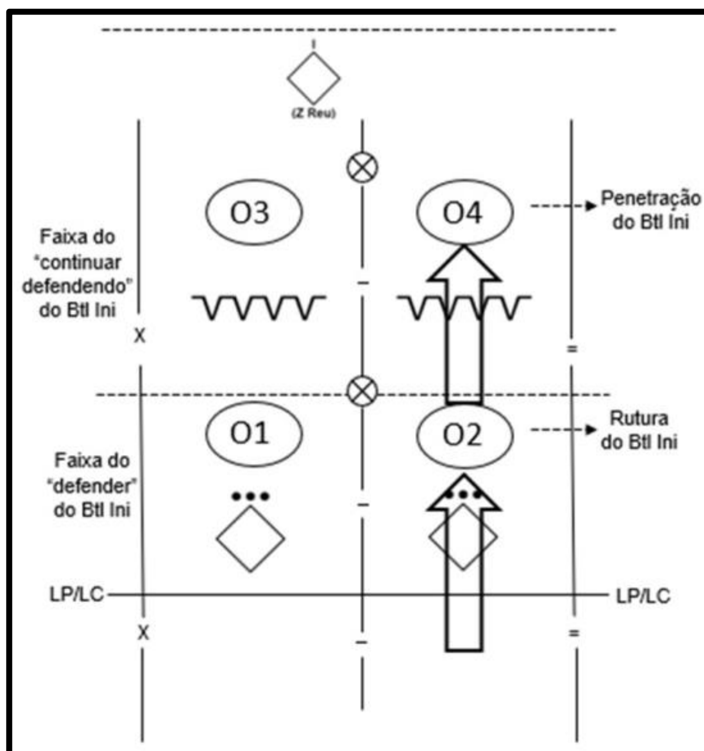


Fig 5-6 – O batalhão na penetração

5.4.3.3.3 Para o Btl, a ruptura dar-se-á na linha de alturas onde se localizam os pelotões reservas das companhias inimigas de primeiro escalão (faixa do "Defender" do Btl/Rgt Ini). A quebra da continuidade da defesa – ocorrerá quando forem conquistadas as regiões dos aprofundamentos da companhia reserva do batalhão inimigo de primeiro escalão (faixa do "Continuar defendendo" do Btl/Rgt Ini).

5.4.3.3.4 A infantaria realiza uma penetração quando:
a) o inimigo não apresenta flancos vulneráveis;
b) o inimigo está distendido em frente muito extensa;
c) o terreno permite boa observação e o emprego eficiente das armas de apoio; e
d) há disponibilidade de forte apoio de fogo.

5.4.3.4 Desbordamento

5.4.3.4.1 O desbordamento (Dsb) é uma forma de manobra ofensiva onde o ataque principal contorna a posição defensiva principal do inimigo, evitando um combate de vulto, a fim de conquistar objetivos em sua retaguarda imediata, sujeitando-o à destruição na própria posição.

5.4.3.4.2 O Btl pode realizar um ataque de desbordamento ou ser empregado como a força de desbordamento da Bda, esta última a mais normal.

5.4.3.4.3 Quando a situação e os apoios recebidos permitam a escolha da forma de manobra, o desbordamento será preferível em face das vantagens por ele proporcionadas na aplicação do poder de combate. A abordagem do dispositivo inimigo pelo flanco multiplica o poder de combate do ataque principal. O inimigo é forçado a combater simultaneamente em duas ou mais direções, provocando o engajamento de suas forças no contato e em profundidade ao mesmo tempo.

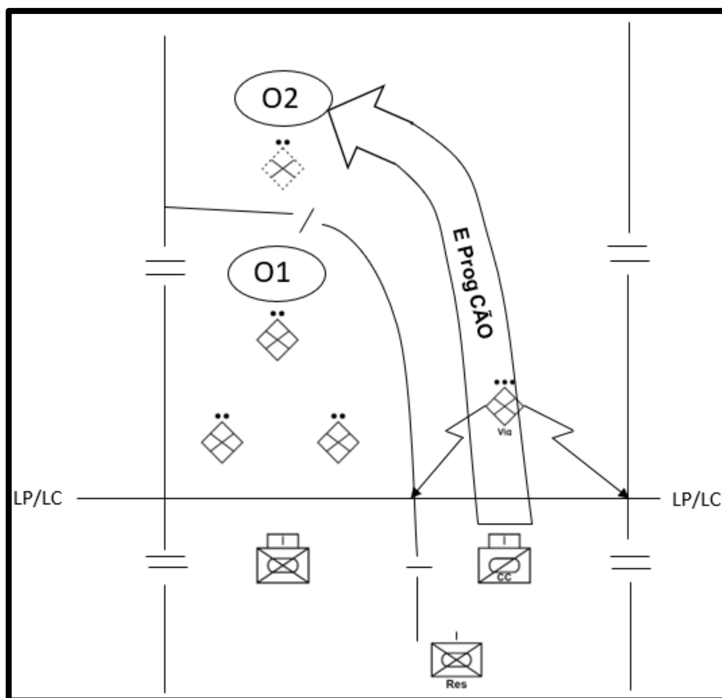


Fig 5-7 – O batalhão no desbordamento

5.4.3.4.4 São condições favoráveis à adoção de uma manobra de desbordamento:
a) o inimigo apresentar flanco vulnerável, o que se caracteriza por dois aspectos: existência de via de acesso (VA) que desborde a principal posição inimiga; e, nesta VA, o inimigo deverá estar apresentando uma fraca resistência. Cabe ressaltar que um flanco vulnerável poderá ser criado por ações prévias (ataque secundário atraindo a reserva, por exemplo);
b) houver possibilidade de obtenção da surpresa; e
c) os elementos de apoio de fogos do Btl, orgânicos ou em reforço, tenham condições de realizar esse apoio durante toda a manobra.

5.4.3.4.5 A surpresa pode ser obtida através da mobilidade da força desbordante, prioritariamente, com o emprego de blindados e combinada com a realização de uma ação diversionária (dissimulação tática). O emprego de blindados requer boas condições de transitabilidade ao longo do E Prog.

5.4.3.4.6 O ataque de desbordamento é organizado em:
a) força desbordante (ataque principal);
b) força de fixação (ataque secundário); e
c) reserva.

5.4.3.4.7 O ataque principal é o elemento desbordante, e o ataque secundário realiza uma ação frontal para fixar o inimigo em posição. No escalão Btl, o desbordamento é um ataque pouco profundo, e os objetivos, a princípio, não devem ser marcados além da penetração do Btl inimigo. A capacidade de fixação do ataque secundário influenciará a profundidade do ataque principal. A força desbordante poderá receber uma Z Aç, um E Prog ou uma direção de ataque.

5.4.3.4.8 A força de fixação deve possuir suficiente poder de combate para conservar o inimigo inteiramente engajado durante a progressão da força de desbordamento. O ataque principal – desbordante – deve atuar dentro da distância de apoio de fogo do ataque secundário – fixação – e deve também ser apoiado pelo escalão enquadrante. Quando houver necessidade, deve ser prevista uma proteção de flanco para o ataque principal.

5.4.3.4.9 O movimento rápido da força de desbordamento para seu objetivo é essencial para evitar que as reservas inimigas contra-ataquem ou ocupem posições preparadas. Os ataques desbordantes e de fixação podem ser desencadeados simultaneamente ou não. Quando defasados, o ataque desbordante é desencadeado mediante ordem após o ataque secundário, a fim de aumentar a surpresa e diminuir a possibilidade de reação imediata do inimigo. A reserva normalmente segue à retaguarda do ataque principal.

5.4.3.5 Envolvimento

5.4.3.5.1 No envolvimento (Env), a força atacante contorna, por terra e/ou pelo ar, a principal força inimiga para evitá-la e conquistar objetivos profundos em sua retaguarda, com a finalidade de forçá-la a abandonar sua posição ou a desviar importantes forças para fazer face à ameaça envolvente.

5.4.3.5.2 A força envolvente deve ser dotada de grande mobilidade e potência de fogo, além de outros meios de apoio ao combate, que a tornem capaz de operar independentemente. Uma força de fixação é empregada contra a força inimiga para impedir sua interferência contra a força envolvente. Essas forças – envolvente e de fixação – operam além da distância de apoio mútuo.

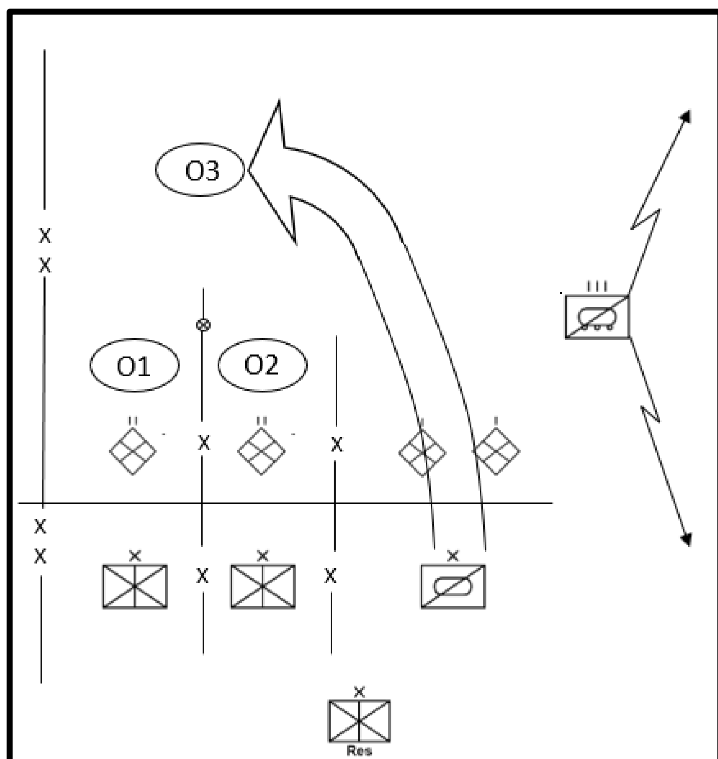


Fig 5-8 – A DE no envolvimento

5.4.3.5.3 O Btl não possui meios para conduzir uma manobra de envolvimento, porém poderá participar da força de fixação ou da força envolvente de escalões superiores.

5.4.3.6 Infiltração

5.4.3.6.1 Generalidades

a) Conceito – a Infiltração é a forma de manobra tática ofensiva onde uma força é desdobrada à retaguarda de uma posição inimiga por meio de um deslocamento dissimulado, com a finalidade de cumprir missão que contribua diretamente para o sucesso de uma manobra do escalão enquadrante da força infiltrante.

b) Objetivos da infiltração:

- atacar posições sumariamente organizadas;
- atacar pontos fortes, reservas, instalações de comando ou logísticas no flanco ou retaguarda do inimigo;
- ocupar posições importantes que contribuam com a ação principal do Esc Sp;
- conquistar terreno decisivo no contexto geral da operação; e
- conduzir operações de inquietação e desgaste à retaguarda do inimigo.

c) Tipos de infiltração – considerando-se o meio de transporte utilizado pela força infiltrante, a infiltração pode ser terrestre, aérea e aquática.

d) Vantagens da forma de manobra de infiltração:

- multiplicar o poder de combate, permitindo que uma tropa seja empregada contra um inimigo de maior poder de combate;
- menor número de baixas, desde que mantido o sigilo e obtida a surpresa;
- possibilidade de garantir posse de região vital em profundidade com rapidez, desarticulando o sistema defensivo do inimigo no escalão considerado; e
- possibilidade de desorientar e desorganizar inimigo voltado para o combate linear.

e) Tropas mais aptas a realizar a infiltração:

- as unidades de infantaria do tipo leve são as aptas a realizarem a infiltração, considerando-se suas peculiaridades de emprego e os respectivos ambientes operacionais; e
- os escalões batalhão de infantaria ou menores são os mais adequados às operações de infiltração.

5.4.3.6.2 Fatores de Emprego

a) Qualquer que seja o escalão executante, há fatores que favorecem a realização da infiltração, tais como:

- existência de faixas de terreno em que a observação e vigilância inimigas sejam limitadas, permitindo a ocultação do deslocamento da força infiltrante (matas, pântanos, áreas alagadas *etc.*);
- disponibilidade de tempo suficiente para a infiltração da tropa com os meios de deslocamento disponíveis;
- condições de restrição de visibilidade como nevoeiros, períodos noturnos sem luar, precipitações pluviométricas *etc.*; e
- inimigo apresentar dispositivo defensivo disperso, com intervalos não ocupados ou vigilância deficiente.

5.4.3.6.3 Medidas de Coordenação e Controle

a) Na realização dessa forma de manobra, o Cmt Btl empregará várias medidas de coordenação, determinadas por este ou impostas pelo Esc Sp, necessárias à manutenção do controle das ações executadas por suas peças de manobra e elementos de apoio.

b) As medidas de coordenação e controle estabelecidas em uma operação de infiltração são as definidas mais adiante neste capítulo, observadas as peculiaridades a seguir discriminadas.

- Faixas de infiltração (Fx Infl) – é a faixa do terreno que contém itinerários ou caminhamentos a serem utilizados por uma força, realizando uma manobra de infiltração. Deve permitir à força de infiltração passar através das posições avançadas do inimigo sem que haja necessidade de engajamento em combate. As Fx Infl devem ter suas larguras especificadas para facilitar o controle dos fogos amigos em sua adjacência. Não se caracteriza como medida de coordenação restritiva, podendo ter seus limites ultrapassados durante o cumprimento da missão, se for o caso, mediante coordenação ou

autorização prévia. O número de faixas de infiltração a serem adotadas será fruto da análise do dispositivo inimigo, do tempo disponível, das características do terreno e dos meios disponíveis. Em linhas gerais, o número de faixas de infiltração estabelecidas será direta e inversamente proporcional à necessidade de rapidez e a segurança, respectivamente. Sua profundidade será determinada em função da possibilidade de apoio da artilharia orgânica e do tempo disponível para deslocamento no interior da Fx Infl. Contudo, caso seja necessário, o batalhão pode atuar além do alcance da artilharia orgânica do Esc Sp, contando, nesta situação, apenas com seu apoio de fogo orgânico (Pel Mrt).

- Pontos e linhas de controle (P Ct/L Ct) – devem ser estabelecidos em número suficiente para manutenção do controle sem, contudo, conter excessivamente o deslocamento da tropa infiltrante, haja vista a necessidade, em princípio, de estabelecimento de contato com o Esc Sp ao atingir tais pontos ou linhas.
- Áreas de reagrupamento (A Ragpt) – é a região do terreno onde a força de infiltração é reunida e reorganizada durante o deslocamento pela faixa de infiltração (Fx Infl). De acordo com a extensão da Fx Infl, podem ser estabelecidas A Ragpt em número variável, porém o mínimo indispensável para o controle da força infiltrante, reduzindo a possibilidade de quebra do sigilo e o tempo de deslocamento pela faixa. Uma área de reagrupamento deve ser suficientemente ampla para permitir a dispersão da tropa e possuir, se possível, cobertas e abrigos. De acordo com a disponibilidade de tempo e outros fatores a serem considerados no planejamento, o Cmt Btl definirá se a tropa que se infiltra em cada uma das faixas de infiltração deverá reorganizar-se nessas áreas como um todo, parcialmente (no escalão frações ou grupos) ou mesmo não as ocupar efetivamente, de modo a não deter a progressão da força infiltrante. A última área de reagrupamento prevista coincide com a posição de ataque da tropa infiltrante em cada Fx Infl.
- Posição de ataque (P Atq) – nesta região, a tropa infiltrante se reorganiza, inicia seu desdobramento e prepara-se para o início do ataque.
- Hora do ataque – normalmente, a hora "H" caracteriza o início do ataque da força infiltrante e do ataque de fixação simultaneamente. No entanto, podem ocorrer situações em que tais horários sejam defasados, ou seja, o ataque da força infiltrante pode ocorrer após iniciado o ataque de fixação.
- Provável linha de desenvolvimento (PLD) – linha nítida no terreno cuja transposição caracteriza o início do assalto. No deslocamento entre a P Atq e a PLD, a tropa desdobra-se, devendo alcançar a linha de provável desenvolvimento (LPD) totalmente desdobrada.
- Linha limite de progressão (LLP) – linha no terreno que limita a progressão do assalto da força infiltrante. É importante que essa linha esteja calcada em acidentes nítidos no terreno, pois provavelmente servirá de referência para medidas de coordenação e controle de fogos com a artilharia e F Ae.
- Objetivos – normalmente, a força infiltrante receberá como objetivos: acidentes capitais cujo controle restringe o movimento de reserva ou isole posição defensiva inimiga; instalações do sistema de C^2 ou do sistema de apoio logístico do inimigo (PC, áreas de trens e de apoio logístico, instalações

de GE *etc.*); regiões que bloqueiam eixos de comunicações ou suprimentos do inimigo; instalações que desarticulem o sistema de apoio de fogo inimigo, como linhas de fogo de baterias, radares de vigilância e sistemas de busca de alvos; e posições defensivas na linha da ruptura ou penetração do dispositivo defensivo do escalão considerado inimigo, normalmente coincidentes com os objetivos finais do escalão que realiza a infiltração. A distância entre as linhas amigas e os objetivos será determinada em função dos mesmos fatores que condicionam a profundidade das faixas de infiltração, sendo o tempo disponível o fator determinante nesse processo.

5.4.3.6.4 Escalão de reconhecimento e segurança é uma fração de constituição temporária formada especificamente para as operações de infiltração que têm por finalidade efetuar o balizamento e prover, quando necessário, todas as medidas de coordenação e controle no interior das Fx Infl e no deslocamento para estas e fornecer guias de trecho para a condução da força infiltrante a partir dos pontos de liberação da subunidade (P Lib SU), através da(s) Fx Infl até as P Atq.

5.4.3.6.5 Para tal, o ERS deverá ter uma composição flexível, tendo por base os integrantes das frações de reconhecimento orgânicas dos batalhões, complementado com fuzileiros da reserva do batalhão ou da própria subunidade que se infiltra, sendo normalmente comandados pelo comandante da fração base. Deve conter elementos de engenharia, comunicações e caçadores na sua constituição.

5.4.3.6.6 Os elementos de Engenharia serão responsáveis por prover a mobilidade ao ERS durante o cumprimento de sua missão, atuando principalmente na abertura de brechas em campos minados e regiões armadilhadas.

5.4.3.6.7 Os caçadores serão empregados para eliminar resistências inimigas localizadas em postos de vigilância ou pequenas patrulhas de reconhecimento. É importante considerar o momento oportuno para a atuação dos caçadores, de modo a não denunciar ao inimigo a presença de nossas tropas no interior das linhas inimigas. Dessa forma, deve-se raciocinar com a eliminação e ocultação de elementos inimigos na iminência da infiltração da força infiltrante.

5.4.3.6.8 O efetivo do ERS será determinado em função do número de faixas de infiltração, de sua extensão, da quantidade de medidas de coordenação e controle determinadas e das peculiaridades do terreno e condições de visibilidade que influenciarão no número de guias de trecho em cada Fx Infl.

5.4.3.6.9 O Cmt ERS realiza seu planejamento de modo a infiltrar-se nas linhas inimigas com tempo suficiente para reconhecer e balizar os itinerários e medidas de coordenação e controle a serem percorridos pelos guias de trecho, considerando-se que tais trabalhos serão, em princípio, realizados apenas

durante períodos de restrição de visibilidade, mantendo-se seus integrantes homiziados durante os demais períodos do dia.

5.4.3.6.10 Embora o tempo necessário para a condução dos trabalhos do ERS seja condicionado a fatores como o volume de trabalho, meios disponíveis e outros fatores da decisão, considera-se desejável a infiltração do ERS 48 horas antes da hora do ataque. Cabe ressaltar que em determinadas situações, esse período será bastante abreviado, sendo determinado em função de minucioso planejamento por parte do EM Btl.

5.4.3.6.11 Embora o estabelecimento de um ERS não seja impositivo, este é altamente desejável, haja vista que sua constituição possibilita a manutenção do sigilo e a obtenção da surpresa pela força infiltrante, conferindo a esta uma maior velocidade de deslocamento no interior da(s) faixa(s) de infiltração, aumentando substancialmente a possibilidade de êxito na operação.

5.4.3.6.12 Fases da Infiltração

a) Primeira fase – planejamento
- O planejamento das operações de infiltração deve ser minucioso e detalhado, atentando para todos os aspectos atinentes às informações sobre o terreno, o inimigo e as condições meteorológicas, confrontando-as com os meios e tempo disponíveis para o cumprimento da missão.
- Desde o início do planejamento, deve-se ter constante preocupação com a sincronização dos diversos sistemas operacionais, haja vista a defasagem entre as ações da tropa que realiza a infiltração e as demais unidades.
- Ao final desta fase, são expedidas as ordens ao ERS e às SU, abordando-se o maior número possível de detalhes acerca dos planos de ataque e de junção, se for o caso. É realizado um ensaio das ações com os integrantes de todos os sistemas operacionais envolvidos na operação.

b) Segunda fase – reconhecimento e preparo
- Esta fase caracteriza-se pela infiltração do ERS e preparação da força infiltrante para a execução da operação.
- O ERS infiltra-se conforme planejado e inicia os trabalhos de reconhecimento de trechos e identificação e balizamento das medidas de coordenação e controle determinadas pelo Cmt Btl.
- A F Infl permanece em Z Reu, realizando transmissão de ordens aos escalões subordinados, efetuando reconhecimentos possíveis e ensaiando as ações a serem desencadeadas durante o cumprimento da missão, abordando inclusive as possíveis condutas e a sincronização das ações.

c) Terceira fase – infiltração
- Na hora prevista, o batalhão deixa a Z Reu e desloca-se até o P Lib SU, onde os primeiros guias de trecho do ERS aguardam as SU e, mediante troca de senhas e sinais convencionados, guiam as SU ao longo dos itinerários preestabelecidos até o próximo guia de trecho, onde se repetem as trocas de senha e sinais de reconhecimento.

- Após guiarem uma fração em seu trecho, os guias retornam ao início do trecho e aguardam o contato da próxima fração a ser guiada, incorporando-se à retaguarda da última fração que passar em seu trecho e acompanhando-a até a P Atq, onde o ERS será reagrupado.
- Normalmente, a F Infl se infiltrará por grupos de infiltração nível Pel Fuz ou grupo de combate (GC), podendo fazê-lo até por SU se a situação permitir, mantendo, em qualquer situação, a integridade tática das frações.
- Ao passarem pelos pontos ou linhas que caracterizam medidas de coordenação e controle, os guias de trecho devem alertar o Cmt do grupo de infiltração que procederá conforme o planejado. Em princípio, apenas os Cmt SU informam ao Cmt Btl sua passagem nas L Ct, P Ct e A Ragpt.
- Normalmente, os Cmt SU e Pel Fuz deslocam-se junto aos primeiros grupos a serem infiltrados de seus escalões.
- Ao atingirem as A Ragpt, os diversos grupos de infiltração agem conforme planejado, reagrupando-se total ou parcialmente ou, ainda, prosseguindo sem se deter nas A Ragpt.
- No caso de quebra de sigilo no interior das Fx Infl, os grupos reagrupam-se na última A Ragpt ultrapassada ou agem de acordo com determinação do Cmt de fração ou SU. Para tal, é necessário que haja uma perfeita compreensão da intenção do comandante em todos os níveis, pois esta, em última instância, norteará a conduta a ser adotada pela tropa que se infiltra.
- Ao atingirem as P Atq, os grupos de infiltração reorganizam-se dentro das frações e prepararam-se para o ataque. Já o ERS procederá conforme determinação do Cmt Btl, podendo participar ou não do ataque.

d) Quarta fase – conquista do objetivo

- Após a reorganização de toda a F Infl na(s) P Atq, esta desdobra-se ao longo da LPD e prepara-se para iniciar o ataque na hora H.
- Na hora H prevista, a F Infl transpõe a PLD e inicia o movimento na direção do objetivo imposto, procedendo de acordo com a resistência inimiga encontrada no deslocamento.
- Quando a F Infl realizar o ataque principal do batalhão, normalmente será realizado um ataque secundário para fixar o inimigo em sua Z Aç no contato ou ruptura, dependendo do poder de combate atribuído a este ataque. Esta ação também pode ser realizada através de um ataque limitado.
- Normalmente, a hora "H" caracteriza o início do ataque da força infiltrante e do ataque de fixação simultaneamente. No entanto, podem ocorrer situações em que tais horários sejam defasados, ou seja, o ataque da força infiltrante pode ocorrer após iniciado o ataque de fixação.
- Em qualquer situação, é necessária a coordenação com outros sistemas operacionais na fase do planejamento, particularmente com o Ap F, para definição dos fogos a serem desencadeados na região (R) de objetivos da força infiltrante, o que pode a vir a condicionar o horário do início do ataque pela força infiltrante.

e) Quinta fase – consolidação e reorganização

- Após a conquista do(s) objetivo(s) imposto(s), a F Infl consolida a conquista da posição e reorganiza-se conforme descrito na subseção “Execução de Ataque” deste capítulo.
- Nas ações de consolidação, deve-se atentar para a LLP e outras medidas de coordenação e controle com elementos de apoio de fogo e F Ae.
- Após realizadas a consolidação e reorganização, o batalhão prepara-se para o prosseguimento da missão conforme planejado, adotando dispositivo adequado para manutenção do objetivo, apoio a ultrapassagens, operações de junção, operações de substituição ou mesmo retorno às linhas amigas, conforme o caso.
- Seja qual for a ação tática a ser desenvolvida pelo batalhão após a conquista de seus objetivos, é imprescindível, salvo em situações excepcionais, que sejam planejadas ações posteriores para a total limpeza da Z Aç do batalhão, particularmente de posições inimigas intermediárias entre a ação de fixação e os objetivos da força infiltrante. Tais ações podem enquadrar tanto a realização de fogos contra as posições inimigas quanto manobra de tropa em contato (devidamente reforçada) ou da reserva do batalhão.

Fig 5-9 – Esquema de manobra do BI na infiltração

5.4.3.6.13 Fogos

a) O apoio de fogo é planejado para todas as fases da operação de infiltração, sendo desencadeado normalmente a pedido, particularmente durante o deslocamento do ERS e da F Infl no interior das faixas de infiltração.

b) Os fogos de preparação são desencadeados sobre a região dos objetivos finais da força de infiltração e nas posições defensivas Ini a serem fixadas pelo ataque secundário, havendo necessidade de maior coordenação com o sistema manobra no caso de os fogos de preparação ultrapassarem a hora H, referente ao início do ataque.

c) Durante a realização da infiltração, os fogos de apoio, em princípio, só serão desencadeados em proveito da força infiltrante no caso de quebra do sigilo.

d) Fogos de granadas fumígenas podem ser desencadeados a pedido para romper o contato com o inimigo no caso de quebra de sigilo durante o deslocamento ou durante a consolidação a fim de cegar PO inimigo, seja em proveito da força infiltrante ou do ataque de fixação.

e) Medidas de coordenação e controle de apoio de fogo devem ser coordenadas entre o batalhão, a artilharia orgânica e a F Ae, entre as quais, destacam-se:

- linha de segurança de apoio de artilharia (LSAA) – normalmente será locada além dos objetivos finais da força de infiltração, devido à infiltração anterior do ERS; e
- área de coordenação de fogos (ACF) – englobará os limites das faixas de infiltração, onde só serão desencadeados fogos em situações predeterminadas.

f) Os observadores avançados de artilharia (OA Art) devem acompanhar a força de infiltração para designação de alvos e condução de fogos a qualquer momento que tais ações se fizerem necessárias.

g) O O Lig Art deve assessorar o Cmt Btl desde a fase de planejamento da operação.

h) O Pel Mrt Me permanece, durante o cumprimento da missão, para que possa apoiar a força infiltrante em melhores condições, observados o alcance de utilização e as características do terreno, particularmente no que se refere à existência de cobertura vegetal ao longo das faixas de infiltração, o que pode vir a limitar a execução do tiro no interior destas.

i) No caso de serem realizados fogos no interior da Fx Infl e esta possuir cobertura vegetal, deve-se atentar para o fato de que as granadas possivelmente sofrerão o arrebentamento na copa das árvores, o que fará aumentar seu raio de ação.

j) Os OA Art devem atentar para as características da munição (tipo de espoleta) a ser utilizada, de modo a proporcionar o apoio de fogo mais eficaz possível à tropa infiltrante, sugerindo à central de tiro a utilização de espoletas de tempo, instantânea ou de retardo, de acordo com a situação.

5.4.3.6.14 Apoio de Engenharia (Ap Eng)

a) Normalmente o BI recebe um pelotão de engenharia em apoio direto ou reforço, devendo planejar seu emprego priorizando o apoio ao ERS e à força de infiltração.

b) O Pel E é empregado na abertura de brechas e passagens em campos minados e áreas armadilhadas, reconhecimento de vaus e outros trabalhos técnicos nas fases que antecedem o ataque, particularmente no deslocamento do ERS e na força de infiltração no interior das faixas de infiltração.
c) Na fase de consolidação, o Pel E é empregado em trabalhos de contramobilidade, lançando armadilhas e campos minados e construindo obstáculos para defesa do objetivo conquistado.

5.4.3.6.15 Comando e Controle (C²)
a) Nas operações de infiltração, as comunicações devem ser adequadas às necessidades de apoio, priorizando-se os meios rádio e mensageiro.
b) Devem ser utilizados preferencialmente equipamentos rádio de baixa potência e antenas de propagação unidirecionais, diminuindo a possibilidade de detecção pelas medidas eletrônicas de apoio de GE do inimigo.
c) Os mensageiros especiais são largamente empregados, particularmente durante a fase da infiltração propriamente dita, quando as prescrições rádio restringem a utilização destes equipamentos nas melhores condições.
d) Devem ser adotadas MPE no escalão batalhão, como a utilização de códigos de mensagens preestabelecidas, mensagens cifradas e disciplina na exploração rádio.
e) Na fase de planejamento, o Cmt Btl deve atentar para informações sobre existência de radares de vigilância terrestres inimigos que cubram a área onde será realizada a infiltração e, se for o caso, coordenar com o Esc Sp a condução de medidas de dissimulação eletrônica.
f) O Cmt Btl normalmente estabelece um PCT e acompanha a força de infiltração que realiza o ataque principal do batalhão. Tal decisão cabe ao Cmt Btl e é fruto de minuciosa análise dos fatores da decisão, da intenção do comando enquadrante e das 37 possibilidades de intervenção nas ações para o cumprimento da missão no caso de quebra do sigilo no interior da Fx Infl.
g) A reserva do batalhão não deve, em princípio, acompanhar a força infiltrante, podendo atuar em uma nova Fx Infl ou nova direção de ataque, proporcionando maior flexibilidade ao Cmt Btl para o cumprimento da missão.

5.4.3.6.16 Infiltração por Desdobramento à Retaguarda do Inimigo
a) É uma modalidade específica de infiltração em que uma tropa adota temporariamente uma situação defensiva, ocultando-se no terreno até ser ultrapassada por tropa inimiga sem ser observada por esta, passando posteriormente a conduzir ações ofensivas contra tropa ou instalações inimigas.
b) É, normalmente, conduzida por BI.
c) Tem na surpresa um fator imperioso e necessita de planejamento minucioso, com base em detalhadas informações sobre o terreno e o inimigo, aliadas a uma profunda análise dos fatores da decisão, por se tratar de uma operação de alto risco.
d) A tropa infiltrada, após ultrapassada pelo inimigo, recebe como missão: obter informações sobre localização das instalações de comando e logísticas e reserva do inimigo, seu dispositivo, valor *etc.*; atacar para destruir, confundir e

desarticular o dispositivo inimigo; e conduzir operações de inquietação e oportunidade.
e) Devem ser planejados itinerários de retraimento para as linhas amigas devidamente reconhecidos e balizados, com passagens abertas através de obstáculos existentes.
f) A tropa que executa esta modalidade de infiltração deve ser apoiada por elementos de engenharia e, se possível, de artilharia.
g) Após o cumprimento de sua missão, a força de infiltração realiza uma operação de retorno às linhas amigas, estabelecendo uma junção e ligando-se com elementos do escalão superior ou outra tropa amiga.
h) A observância da segurança das comunicações e das prescrições quanto a MPE cresce de importância nesse tipo de operação.
i) Embora tais operações sejam normalmente, minuciosamente planejadas, podem ser desencadeadas em situações de oportunidade, como na condução de operações de ação retardadora (Aç Rtrd), retraimento ou em qualquer outra situação em que se torne vantajosa a interposição de uma força infiltrante entre a tropa inimiga e a amiga, com a finalidade de atuar contra este inimigo, após ser ultrapassada por este.
j) Deve-se ter cuidado especial com a possibilidade de fratricídio, particularmente no retorno às linhas amigas.

5.4.4 ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS PARA O ATAQUE

5.4.4.1 Generalidades

5.4.4.1.1 O Btl se organiza para o ataque em três grupamentos de forças, cada um com missões e tarefas específicas.

5.4.4.2 Ataque Principal

5.4.4.2.1 É aquele que tem a seu cargo a decisão do combate, devendo possuir as seguintes características:
a) estar dirigido contra o objetivo decisivo, ou seja, aquele cuja conquista melhor contribua para o cumprimento da missão, podendo estar relacionado ao terreno ou ao inimigo;
b) receber a mais alta prioridade na distribuição do poder de combate, particularmente o reforço de carros de combate, se a VA permitir;
c) contar com forte apoio ao combate, particularmente o apoio de fogo e de engenharia;
d) utilizar, se possível, a melhor VA em uma Z Aç mais estreita; e
e) incidir, se possível, sobre a parte mais fraca ou o flanco do dispositivo inimigo.

5.4.4.3 Ataque Secundário

5.4.4.3.1 É aquele que tem por finalidade básica auxiliar o ataque principal, podendo fazê-lo das seguintes formas:
a) iludindo o inimigo quanto à verdadeira direção do ataque principal;
b) fixando o inimigo no terreno;
c) forçando o inimigo a empregar suas reservas, prematura ou parceladamente, ou em áreas não decisivas;
d) impedindo o reforço do inimigo na Z Aç do ataque principal; e
e) conquistando terreno que facilite a manobra do ataque principal.

5.4.4.3.2 Caso o ataque principal perca a impulsão ou até mesmo fique detido, pode-se transformar o ataque secundário em principal. Nesse caso, o Cmt desloca o poder de combate disponível para dar maior potência ao novo ataque principal.

5.4.4.3.3 Em face das condições do terreno e às defesas inimigas, um Cmt pode planejar que uma peça de manobra execute, inicialmente, o ataque principal até que determinada condição seja criada ou que certa área seja atingida para, então, converter o ataque secundário em principal.

5.4.4.4 Reserva

5.4.4.4.1 É a parte da força, mantida nas mãos do Cmt, que constitui seu principal meio de intervenção no combate, proporcionando flexibilidade e segurança à manobra. Suas principais missões são:
a) manter a impulsão do ataque;
b) aproveitar o êxito de um elemento de primeiro escalão bem-sucedido;
c) manter o terreno conquistado pelo escalão de ataque;
d) proporcionar segurança aos flancos e à retaguarda do Btl;
e) deter contra-ataques inimigos;
f) explorar nova direção de ataque, caso um elemento de primeiro escalão tenha sido detido pelo inimigo;
g) substituir um elemento de primeiro escalão desgastado;
h) reduzir resistências inimigas ultrapassadas;
i) auxiliar unidades vizinhas, quando favorecer o cumprimento da missão do Btl; e
j) manter contato com unidades vizinhas com parte de seus meios.

5.4.4.4.2 A reserva deve ser localizada de modo a facilitar seu emprego na Z Aç do ataque principal, e a proporcionar segurança à manobra do batalhão. Deve ocupar Z Reu sucessivas, à medida que o escalão de ataque avançar no terreno, sem adentrar no compartimento de contato, em regiões que proporcionem proteção contra a observação e os fogos inimigos, e que permitam seu rápido deslocamento para os pontos de provável emprego. Seu deslocamento será realizado por lanços entre as Z Reu.

5.4.4.4.3 A reserva pode estar centralizada, articulada ou fracionada, conforme o quadro a seguir.

SITUAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	COMANDO
Centralizada	Zona de reunião única	Comando único
Articulada	2 ou mais zonas de reunião	Comando único
Fracionada	2 ou mais zonas de reunião	2 ou mais comandos

Quadro 5-1 – Formas de emprego da reserva

5.4.4.4.4 Existem situações especiais da reserva, são elas:
a) reserva hipotecada – é aquela que, apesar de estar sob o controle direto de peça de manobra (valor SU) do Btl, não pode ser empregada sem a autorização prévia do Cmt Btl. Por exemplo, podemos ter um Pel Fuz reserva de uma Cia Fuz de primeiro escalão, hipotecado ao Btl, podendo apenas ser empregado pela Cia Fuz mediante autorização do Cmt Btl, ou podendo passar ao controle direto do batalhão, quando a situação assim o exigir; e
b) reserva temporária – é aquela que, em situações de conduta, é constituída por elementos de comando, apoio ao combate e Ap Log do Btl, conforme as NGA da unidade, para recompor a reserva do Btl, em caso de emprego da reserva original. Por exemplo, podemos constituir uma reserva temporária, valor pelotão, com elementos do pelotão de comunicações, do pelotão de comando e do pelotão de suprimentos.

5.4.5 CONSIDERAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO

5.4.5.1 Generalidades

5.4.5.1.1 Após o recebimento de uma ordem de ataque do Esc Sp, o Cmt e o EM iniciam o planejamento do ataque do Btl, de acordo com as normas de comando previstas no capítulo III deste manual.

5.4.5.2 Montagem da Linha de Ação

5.4.5.2.1 A L Aç é uma maneira lógica e viável de se cumprir a missão atribuída. Durante a sua formulação e com base nos fatores da decisão (missão, inimigo, terreno, meios, tempo e considerações civis), o Cmt e seu EM analisam, entre outros, os seguintes aspectos:
a) seleção de objetivos;
b) dispositivo para o ataque;
c) poder de combate das peças de manobra;
d) organização para o combate;
e) regulação da manobra;
f) medidas de segurança;

g) medidas de coordenação e controle;
h) apoio de fogo;
i) comando, controle e comunicações; e
j) apoio logístico.

5.4.6 SELEÇÃO DE OBJETIVOS

5.4.6.1 Generalidades

5.4.6.1.1 Normalmente, um objetivo de Btl é designado pelo Cmt Bda. Os objetivos de Btl, em princípio, consistem em um ou mais acidentes capitais do terreno, que proporcionem observação, bloqueiem a VA e facilitem o desdobramento de forças, bem como a continuação do ataque. Quando definidos em relação ao inimigo, devem caracterizar sua destruição total ou parcial.

5.4.6.1.2 A área designada como objetivo deve ser conquistada e controlada. Não é necessária a ocupação física de toda a área. Quando ela é grande, o Btl conquista, frequentemente, apenas o terreno dominante em seu interior e controla o resto da área pelo fogo e por outros meios.

5.4.6.1.3 Para assegurar a conquista do objetivo do Btl, seu Cmt designa objetivo(s) para as companhias. Estes objetivos podem coincidir com o objetivo do Btl ou podem consistir em acidentes capitais do terreno nas proximidades dos objetivos do Btl, cuja conquista assegure o controle destes. Em qualquer caso, o(s) objetivo(s) deve(m) ser claramente definido(s).

5.4.6.1.4 O objetivo deve ter as seguintes características:
a) contribuir de modo marcante para o cumprimento da missão do batalhão e facilitar as operações futuras;
b) ser facilmente identificável no terreno; e
c) ter dimensões compatíveis com o valor da peça de manobra empregada na sua conquista.

5.4.6.2 Objetivo Decisivo

5.4.6.2.1 É o objetivo, dentre os objetivos finais impostos ao Btl, que melhor contribui para o cumprimento da missão. Deve ser definido pelo comandante e difundido nas diretrizes de planejamento.

5.4.6.2.2 Quando o objetivo for relacionado ao terreno, deve-se proceder a análise dos objetivos finais impostos, verificando-se os seguintes aspectos:
a) dominância – deve-se considerar o porte, a amplitude e a interdependência dos objetivos;

b) ação futura do batalhão, podendo ser:
- manter – aquele que apresentar melhores condições de defesa, preferencialmente apoiado em obstáculo e com campos de tiro rasantes e de flanqueamento;
- prosseguir – aquele que apresentar melhores condições de prosseguimento; e
- ficar em condições de prosseguir ou manter para apoiar uma ultrapassagem aquele que apresentar melhores condições de prosseguimento;

c) imposição do escalão superior – quando a Bda estabelecer uma direção de ataque para o Btl; e

d) manobra do Esc Sp, considerando a ação futura da Bda e a proteção do ataque principal da Bda.

5.4.6.3 Objetivos Intermediários

5.4.6.3.1 O Cmt do batalhão pode designar objetivos intermediários para as companhias. Tais objetivos devem ser designados apenas no número mínimo necessário, porque eles podem diminuir a velocidade do ataque, restringir a manobra e causar excessiva concentração de tropa.

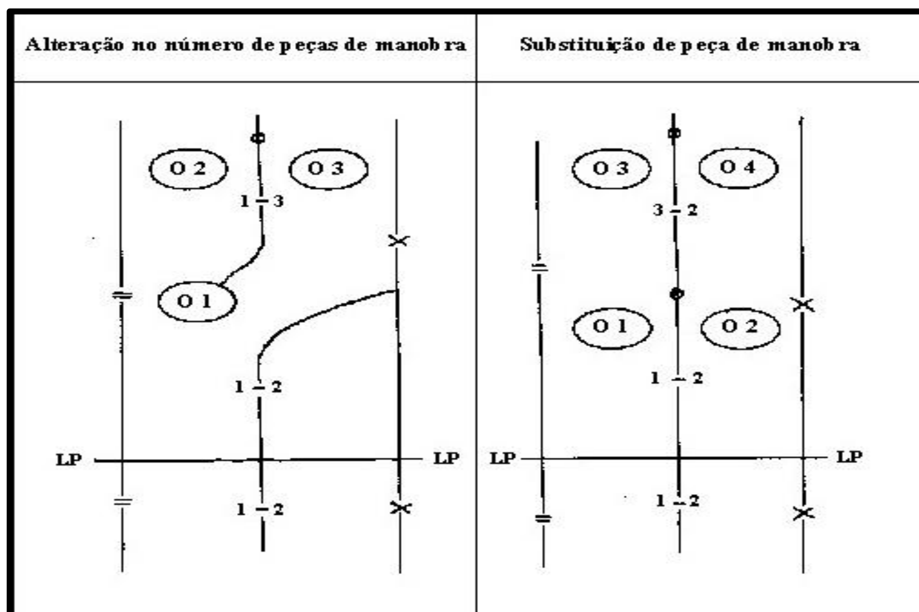


Fig 5-10 – Mudança do dispositivo de ataque

5.4.6.3.2 Sempre que possível, os objetivos intermediários devem ser marcados em região do terreno topotaticamente favorável à sua consolidação, ou seja, em regiões dominantes e fora da distância de apoio mútuo do aprofundamento inimigo.

5.4.6.3.3 Um acidente deve ser designado como objetivo intermediário em função dos seguintes aspectos:

a) mudança de dispositivo (Dspo) de ataque, seja por alteração no número de elementos de manobra ou por substituição de elementos de manobra; e

b) insuficiência de poder de combate para atingir os objetivos finais do Btl.

5.4.6.3.4 Um acidente do terreno pode ser designado como objetivo intermediário em função dos seguintes aspectos:

a) acentuada mudança da direção de uma peça de manobra do Btl;

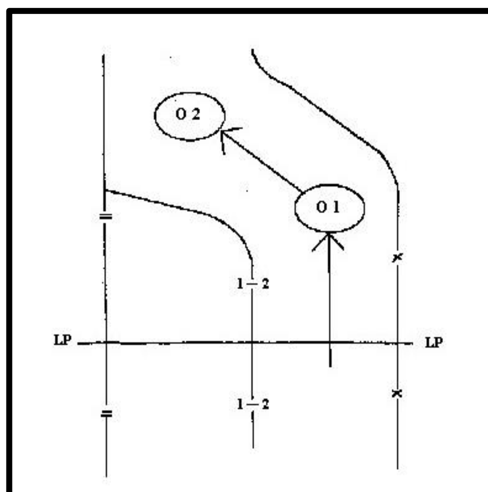


Fig 5-11 – Acentuada mudança de direção

b) necessidade de segurança, quer pela existência de um flanco exposto ameaçado pelo inimigo (objetivo de segurança), quer na ultrapassagem de um curso de água obstáculo ou por acentuada influência sobre uma VA vizinha;

Objetivo de segurança	Ultrapassagem de rio obstáculo	Acentuada dependência de vias de acesso
O3 O4 O1 O2 LP LP	O3 O4 O1 O2 LP LP	O3 O4 O1 O2 LP LP

Fig 5-12 – Necessidade de segurança

c) previsão de combate difícil e prolongado, quando o inimigo apresentar um dispositivo forte na faixa do defender, induzindo à marcação de objetivos intermediários na região da ruptura da posição defensiva inimiga;

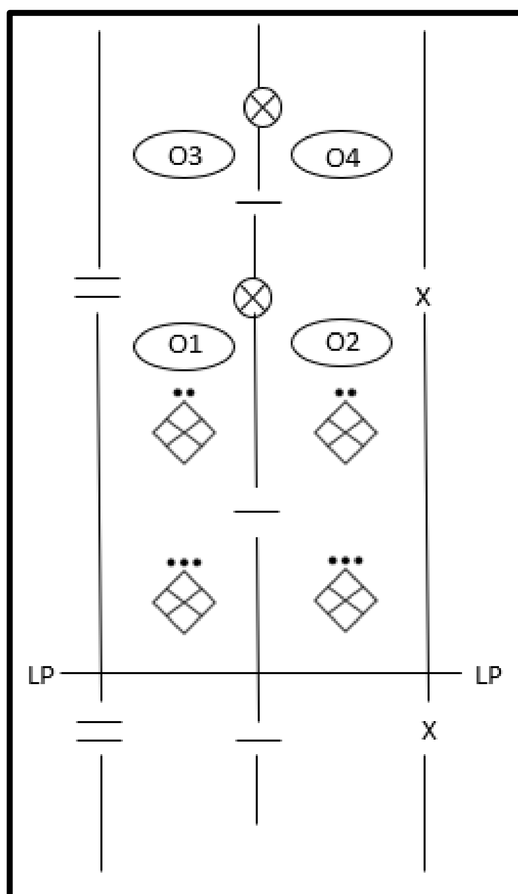


Fig 5-13 – Previsão de combate difícil e prolongado

d) profundidade da missão, quando os objetivos finais do batalhão forem marcados além da penetração do batalhão inimigo de primeiro escalão, induzindo à marcação de objetivos intermediários na região da penetração da posição defensiva inimiga;

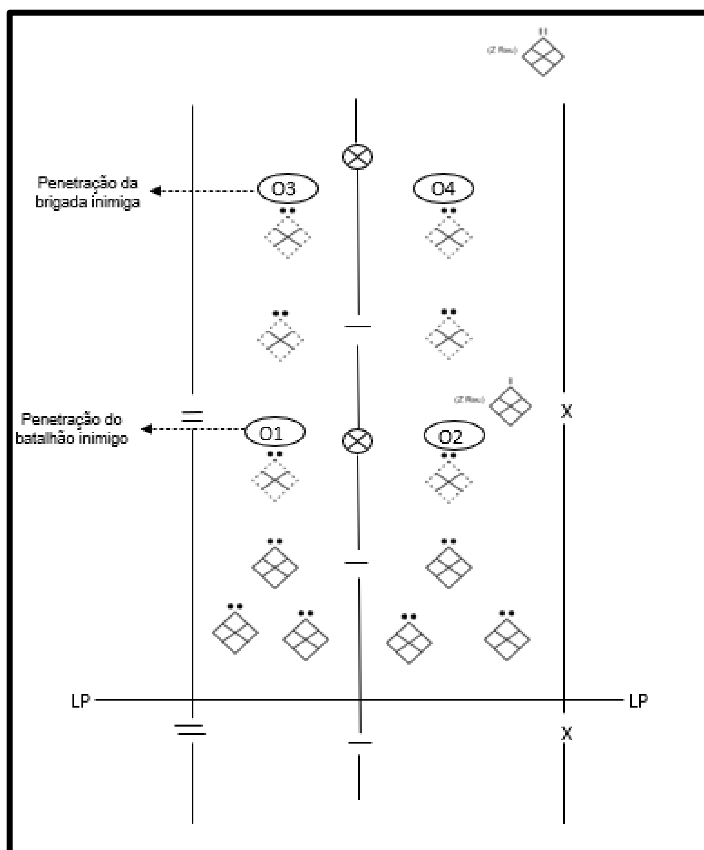


Fig 5-14 – Profundidade da missão

e) observação limitada do terreno, quando o Cmt não puder observar os objetivos impostos pela Bda do seu posto de observação inicial; e

f) prazo para a conquista dos objetivos finais, incluindo a consolidação e a reorganização, quando for superior a uma jornada diurna, pois o batalhão poderá prosseguir em operações noturnas, exigindo um planejamento diferenciado, ou reiniciar o ataque na jornada seguinte. O prazo também influencia no número de linhas de objetivos intermediários, pois estes aumentam o tempo necessário para a conquista dos objetivos finais, podendo, com isso, proporcionar condições de reforço por parte do inimigo.

5.4.7 DISPOSITIVO PARA O ATAQUE

5.4.7.1 Generalidades

5.4.7.1.1 Deve ser selecionado um dispositivo para o ataque que proporcione o grau de segurança necessário, flexibilidade, controle, dispersão e poder de combate superior ao inimigo, onde necessário.

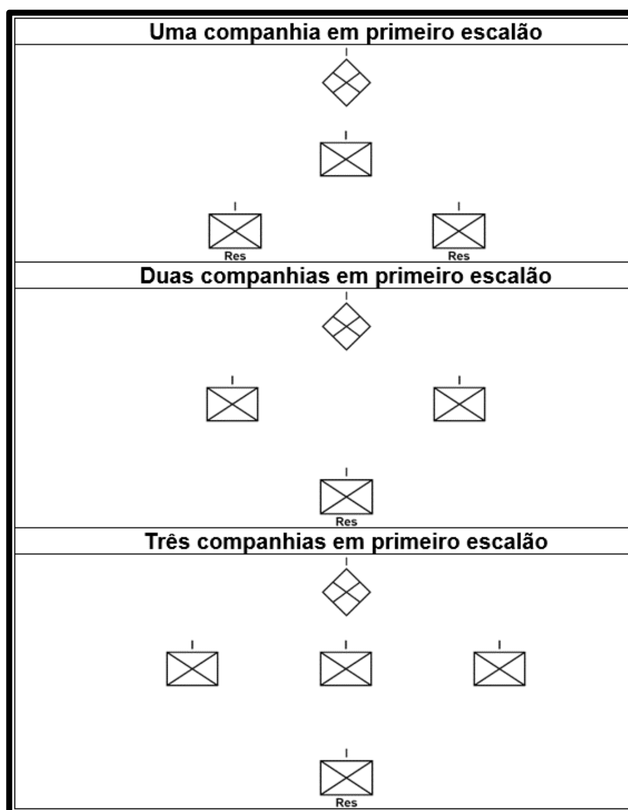


Fig 5-15 – Dispositivos de batalhão

5.4.7.2 Dispositivo com uma Companhia em Primeiro Escalão

5.4.7.2.1 É utilizado quando a Z Aç for estreita, comportando apenas uma companhia em formação de ataque. Tal dispositivo proporciona flexibilidade pela manutenção de fortes reservas, máxima segurança nos flancos, além de facilitar o controle.

5.4.7.3 Dispositivo com Duas Companhias em Primeiro Escalão

5.4.7.3.1 É o dispositivo utilizado com maior frequência pelo batalhão, proporcionando, de modo equilibrado, poder de combate, flexibilidade e segurança.

5.4.7.4 Dispositivo com Mais de Duas Companhias em Primeiro Escalão

5.4.7.4.1 É utilizado quando a Z Aç for ampla, o ataque pouco profundo e o inimigo fraco, sendo empregado normalmente em ações de fixação. Proporciona

máximo poder de combate, porém reduzida flexibilidade em face da manutenção de uma reserva fraca.

5.4.7.4.2 Os dispositivos acima descritos consideram o Btl composto por três companhias de fuzileiros, porém, quando reforçado por outras peças de manobra, admitem variantes em função da análise do dispositivo do inimigo, e do número de VA e do número de peças de manobra disponíveis. Durante o ataque, o Btl pode alterar o seu dispositivo inicial.

5.4.8 PODER DE COMBATE

5.4.8.1 Generalidades

5.4.8.1.1 O poder de combate é a capacidade de combate existente em determinada força, resultante da combinação dos meios físicos à disposição e do valor moral da tropa que a compõe, aliados à liderança do comandante da tropa. O poder de combate depende, em larga escala, das qualidades de chefia e da competência profissional do comandante, traduzidas na organização, adestramento, disciplina, espírito de corpo, estado do equipamento e emprego engenhoso das forças. Depende, também, das características e possibilidades dos meios que compõem essas forças.

5.4.8.1.2 Todos os elementos que de alguma maneira ocasionam acréscimos ou decréscimos são genericamente chamados de multiplicadores do poder de combate. Entre estes, têm grande importância a rapidez e violência da ação de combate, visando a agir sobre o flanco ou retaguarda do dispositivo inimigo, atacando-o de surpresa e numa direção inesperada.

5.4.8.1.3 Na determinação do poder de combate de suas peças de manobra, o Cmt Btl verifica, inicialmente, quantas companhias são necessárias para a conquista dos objetivos finais do Btl e a necessidade de reforçá-las para conquistar tais objetivos.

5.4.8.2 Ataque Principal

5.4.8.2.1 Deve ser dotado, no mínimo, com poder de combate que lhe permita atacar cada linha de defesa (contato, ruptura e aprofundamento) na proporção de 3x1, inclusive o objetivo final. Dependendo da profundidade da área de defesa inimiga, cresce de importância que o Btl considere a regulação do ataque, para atender a essa proporção de PRC.

5.4.8.3 Ataque Secundário

5.4.8.3.1 Deve ser dotado, em princípio, com poder de combate igual ao do ataque principal. No entanto, por motivo de economia de meios, é admissível um poder de combate de 2x1 para o ataque secundário. Neste caso, deve-se levar

em conta aspectos como terreno, inimigo, experiência de combate, adestramento da tropa *etc.*

5.4.8.3.2 Um terreno de grande valor defensivo (de conformação transversal), associado a um inimigo com dispositivo forte inicialmente (faixa do “defender”), induz a um poder de combate de 3x1 para se atingir a região da ruptura da posição defensiva inimiga.

5.4.8.3.3 Um terreno de pequeno valor defensivo (de conformação longitudinal), e um inimigo fraco na faixa do “defender” permite a relação de poder de combate de 2x1, como medida de economia de meios.

5.4.8.4 Reserva

5.4.8.4.1 Em princípio, a reserva deve ser forte (companhia de fuzileiros a três pelotões) para proporcionar flexibilidade ao comandante. Durante o planejamento, serão feitas considerações acerca das possibilidades de emprego e do poder de combate da reserva, sendo admissível, em determinadas situações, uma reserva compatível (companhia de fuzileiros a dois pelotões) ou mesmo uma reserva fraca (companhia de fuzileiros a um pelotão de fuzileiros).

5.4.8.4.2 São fatores que induzem à manutenção de uma reserva forte:
a) objetivos profundos, marcados além da penetração do Btl/Rgt inimigo em primeiro escalão; e
b) inimigo apresentando um dispositivo forte em profundidade.

5.4.8.5 Poder Relativo de Combate

5.4.8.5.1 O poder de combate só tem significado quando confrontado com o poder de combate das forças oponentes (poder relativo de combate).

5.4.8.5.2 Ao fazer a análise do poder relativo de combate, o comandante procura determinar, em cada fator analisado, os aspectos predominantes e as deficiências de ambos os contendores. As conclusões obtidas permitem ao comandante abreviar o seu exame de situação, proporcionando-lhe indicações sobre as características gerais das linhas de ação que podem ser adotadas. Durante a análise, deve ser ressaltada a aplicação dos princípios de guerra.

5.4.8.5.3 Na determinação do poder relativo de combate, os fatores abaixo servem, normalmente, como termo de comparação:
a) unidades de manobra (número, efetivos, valor combativo *etc.*);
b) apoio de fogo;
c) apoio de guerra eletrônica;
d) apoio de engenharia;
e) apoio logístico;
f) comando e controle;

g) mobilidade;
h) terreno;
i) dispositivo; e
j) outros (algumas considerações adicionais podem ser incluídas, tais como: moral, aptidão das unidades para a operação, experiência de combate, adestramento, dissimulação, abrigos, interdição, inteligência, guerra psicológica *etc.*).

5.4.8.5.4 Ao concluir a análise, deve-se procurar:
a) consolidar os fatores em que temos superioridade;
b) desequilibrar os fatores em que não haja vantagem marcante para nenhum dos contendores; e
c) reverter os fatores em que o inimigo tem superioridade.

5.4.9 ORGANIZAÇÃO PARA O COMBATE

5.4.9.1 O Cmt fixa as relações de comando e compõe suas peças de manobra na organização para o combate. O Btl tem sua composição fixada pela Bda de acordo com a missão e a situação. Tal composição pode incluir o reforço de uma ou mais companhias.

5.4.9.2 O Cmt Btl compõe suas Cia, orgânicas ou em reforço, empregando-as como unidades de uma única arma ou como unidades reciprocamente reforçadas. Se o Btl dispõe de elementos de carros de combate em reforço, deve organizar forças-tarefas fortes em infantaria, fortes em carros de combate ou equilibradas com igual número de pelotões de fuzileiros e de carros de combate.

5.4.9.3 Um pelotão de fuzileiros ou de carros de combate é, normalmente, a menor fração dada em reforço a uma companhia em Op Ofs.

5.4.9.4 Uma FT forte em carros de combate é mais bem empregada onde o terreno é favorável ao emprego de carros de combate, o inimigo é forte em blindados e quando houver necessidade de grande poder de choque e de rapidez.

5.4.9.5 Uma FT forte em infantaria é mais bem empregada quando é necessário abrir ou remover obstáculos AC, quando há fortes defesas AC, quando deve ser conquistada um ambiente urbano ou quando o terreno é desfavorável ao emprego de um substancial número de viaturas blindadas.

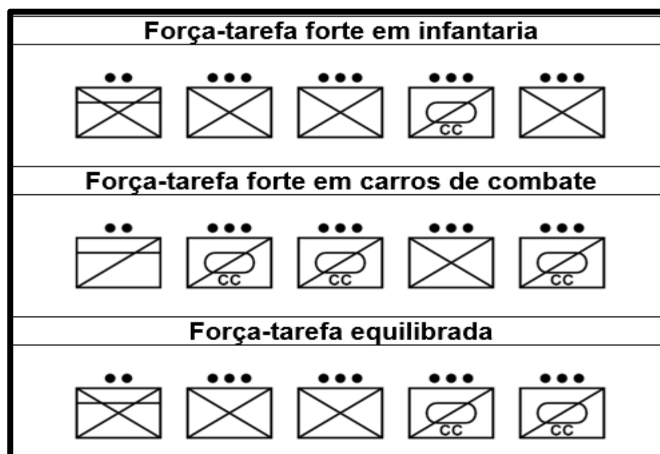


Fig 5-16 – Tipos de forças-tarefas valor subunidade

5.4.9.6 Caso o Btl receba em reforço elementos mecanizados valor Pel ou SU, deverá empregá-los, normalmente, como:
a) força de proteção de flanco (F Ptç Flc);
b) força de ligação (F Lig);
c) elemento de manobra no escalão de ataque; e
d) reserva.

5.4.9.7 Ao empregar uma subunidade mecanizada no escalão de ataque, o Cmt Btl deve atribuir-lhe, preferencialmente, objetivos de segurança e VA favoráveis a blindados sobre rodas.

5.4.10 COMBINADO INFANTARIA – CARROS

5.4.10.1 Generalidades

5.4.10.1.1 Ainda que os carros de combate não sejam orgânicos do BI, estes e os fuzileiros podem ser empregados combinados na ofensiva, ressaltando que se trata de uma situação esporádica. A Bda pode reforçar seus Btl de primeiro escalão com elementos de carros de combate, o que é comum na Inf Bld, porém não se restringindo a estas unidades de infantaria.

5.4.10.1.2 Outros tipos de Inf podem ser reforçados por elementos de carros de combate, em situações em que o escalão superior julgue necessário aumentar a impulsão e o poder do combate de uma peça de manobra para o sucesso da operação. Um exemplo claro é o emprego de carros reforçando um BI Mtz no ataque a uma localidade, tratado no MC *Operação em Área Edificada* (terminologia alterada para *Operação em Ambiente Urbano*).

5.4.10.1.3 O Cmt Btl, por sua vez, pode colocar carros de combate em reforço às companhias de fuzileiros. A unidade de comando dentro do grupamento infantaria-carros é estabelecida claramente na ocasião em que os elementos passam a reforçar. O comandante do elemento que reforça é o assessor do Cmt do grupamento para assuntos relativos ao emprego de sua fração.

5.4.10.1.4 A infantaria e os carros são perfeitamente ajustados para se auxiliarem mutuamente no ataque. As possibilidades de um compensam as limitações do outro. Os carros auxiliam a progressão da infantaria pela destruição ou neutralização dos carros inimigos, das armas automáticas, das forças de contra-ataque, dos obstáculos contra pessoal e pela conquista dos objetivos.

5.4.10.1.5 A infantaria auxilia os carros na localização e destruição de armas AC inimigas, das minas, dos obstáculos e na procura e balizamento dos itinerários de progressão para os carros. Após a conquista do objetivo, os carros e a infantaria protegem-se mutuamente durante a reorganização e a consolidação.

5.4.10.1.6 Conforme MC *Forças-Tarefas Blindadas*, existem três processos principais de ataque para CC e fuzileiros:
a) os CC e os Fuz Bld atacam em uma mesma direção;
b) os CC e os Fuz Bld atacam em direções convergentes; e
c) os CC somente apoiam pelo fogo o ataque dos Fuz Bld.

5.4.10.1.7 A combinação dos três processos básicos com a direção do ataque e se os Fuz estarão embarcados ou desembarcados vão originar outras variações possíveis para o ataque dos CC e dos Fuz da FT.

5.4.10.1.8 Durante o ataque, podem ser empregados um ou mais desses processos. O escalão de ataque deve ser capaz de mudar o seu processo de ataque, caso isso se torne necessário com a evolução do combate.

5.4.10.1.9 A escolha de um processo ou de uma combinação de processos de ataque deve atender às seguintes considerações:
a) os CC devem ser empregados, de modo a maximizar sua mobilidade, potência de fogo, proteção blindada, velocidade e ação de choque;
b) a velocidade de progressão do ataque deve ser a máxima permitida pelo terreno e pela resistência do inimigo; e
c) os fuzileiros devem permanecer embarcados o maior tempo possível.

5.4.10.1.10 A maior permanência dos Fuz embarcados é importante para que:
a) o escalão de ataque possa progredir na velocidade dos CC e viatura blindada de combate de fuzileiros (VBC Fuz), para cerrar sobre o inimigo e destruí-lo;
b) a mobilidade tática do combinado CC-Fuz seja mantida;
c) as baixas, em regiões batidas por fogos, sejam minimizadas;
d) a artilharia possa utilizar munição de tempo, em apoio ao Esc Atq; e

e) não haja desgaste prematuro dos Fuz, sendo sua energia conservada para a ocasião em que tiverem que ser empregados.

5.4.10.2 Ataque dos CC e Fuz Bld em uma mesma Direção

5.4.10.2.1 No ataque em uma única direção, todo o escalão de ataque utiliza a mesma VA para o objetivo. Os Fuz operam embarcados ou desembarcados, empregando formações variadas em sua progressão.

5.4.10.2.2 Esse processo proporciona melhor coordenação, controle e apoio mútuo mais cerrado entre os elementos da força atacante. São condições que favorecem a adoção do processo de ataque dos CC e dos Fuz numa mesma direção:
a) ataque em terreno limpo e plano, onde as VBC Fuz tenham dificuldades para mascarar seu movimento, de forma que os CC lhes proporcionem proteção;
b) disponibilidade de apenas uma VA;
c) o objetivo não pode ser flanqueado facilmente; e
d) necessidade de um maior controle na operação.

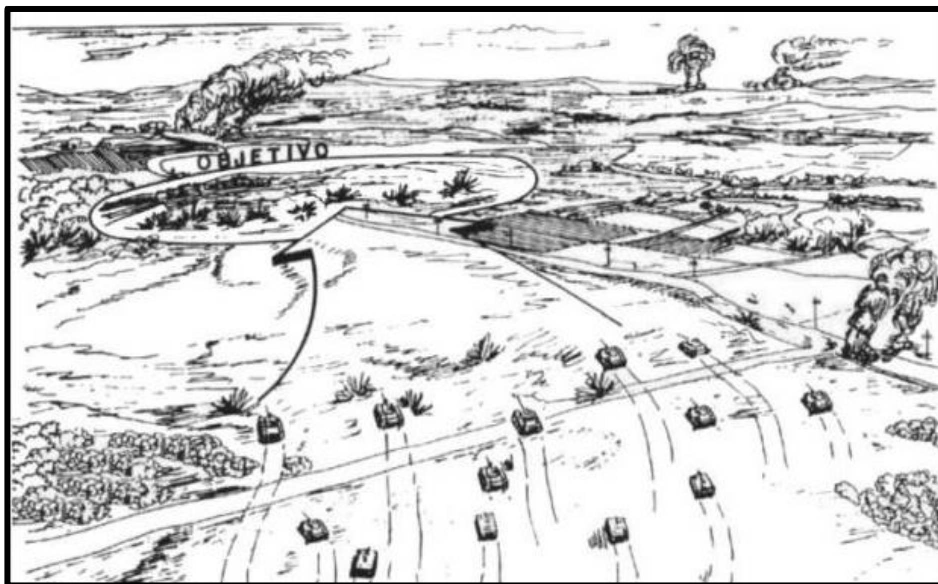


Fig 5-17 – Ataque de CC e Fuz embarcados em uma única direção

5.4.10.2.3 Com os Fuz Bld embarcados, a progressão pode ocorrer em movimento contínuo ou por lanços. No último caso, aumenta-se a segurança das VBC Fuz, mas reduz-se a velocidade de progressão.

5.4.10.2.4 Os fuzileiros apenas progredirão desembarcados, reduzindo a velocidade do combinado CC-Fuz à do homem a pé em situações de pouca

visibilidade, como em bosques, localidades e neblina densa ou quando o terreno, obstáculos ou armas AC inimigas restringirem ou detiverem o movimento dos CC.



Fig 5-18 – CC com os Fuz desembarcados progredindo em uma única direção

5.4.10.3 Ataque dos CC e dos Fuzileiros Blindados em Direções Convergentes

5.4.10.3.1 A coordenação do assalto é mais difícil do que em outros processos. Normalmente, proporciona o máximo efeito de surpresa, permitindo à força atacante golpear os flancos e/ou retaguarda do inimigo e obrigá-lo a combater em duas direções.

5.4.10.3.2 Favorecem o emprego desse processo as possibilidades de flanqueamento do objetivo e tropa com elevado adestramento.

5.4.10.3.3 Os fuzileiros podem progredir desembarcados, em especial se houver possibilidade de cobertura e desenfiamento para a tropa a pé realizar uma infiltração.

5.4.10.3.4 Nesse caso, o ataque pode ser coordenado de tal modo que os CC cheguem ao objetivo antes dos Fuz, permitindo o uso de tiros com munição de tempo da artilharia e de morteiros durante a fase do assalto à posição.

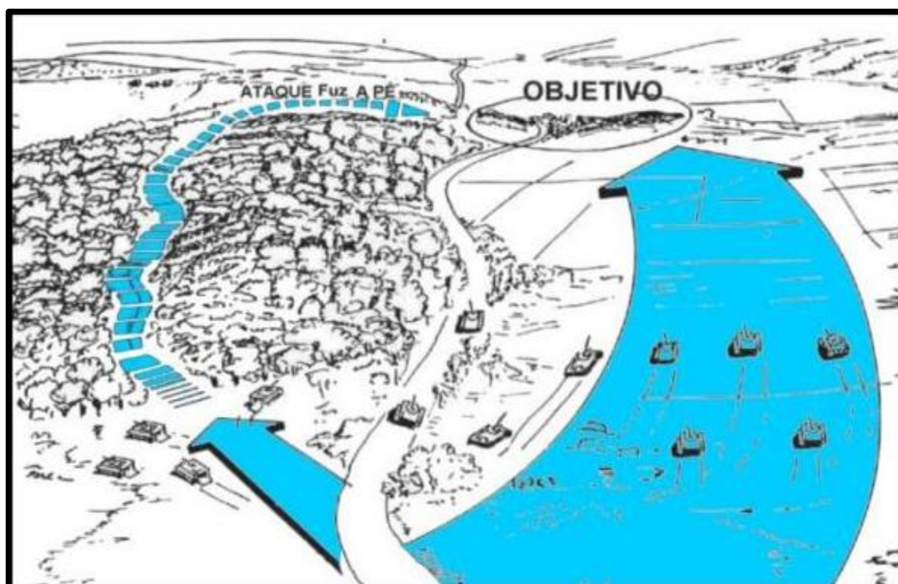


Fig 5-19 – Os CC e os Fuz a pé no ataque por direções convergentes

5.4.10.4 Os Carros de Combate Somente Apoiam pelo Fogo o Ataque dos Fuzileiros Blindados

5.4.10.4.1 Nesse processo, os Fuz Bld, a pé, atacam para conquistar o objetivo e os CC proporcionam apoio a partir de sua base de fogos.

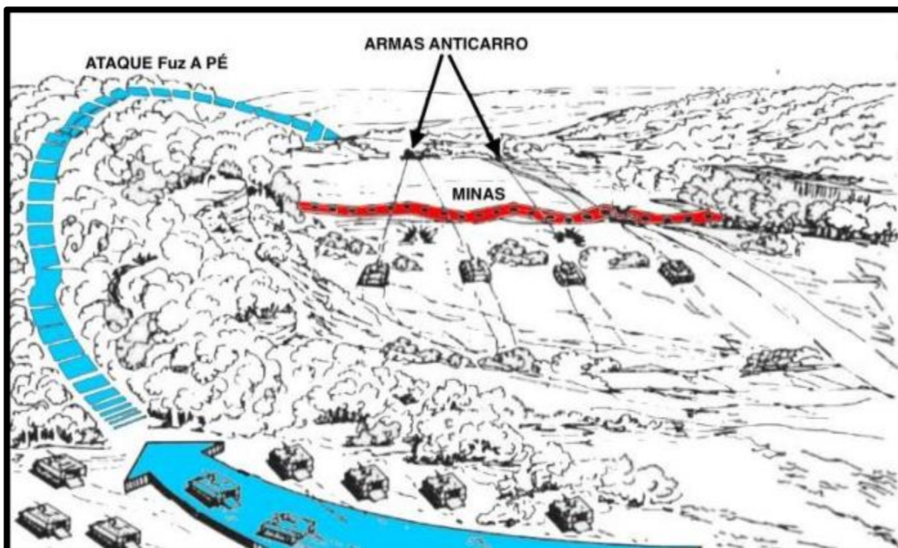


Fig 5-20 – CC somente apoiando pelo fogo o ataque dos Fuz

5.4.10.4.2 As condições que tornam necessária a utilização desse processo são:
a) a existência de obstáculos que impeçam o movimento das viaturas no ataque, obrigando a conquista de um objetivo para permitir removê-los; e
b) terreno impraticável para os CC deve ser conquistado.

5.4.10.4.3 Esse processo é empregado quando um curso de água obstáculo aos CC, mas não às VBC Fuz, deve ser transposto.

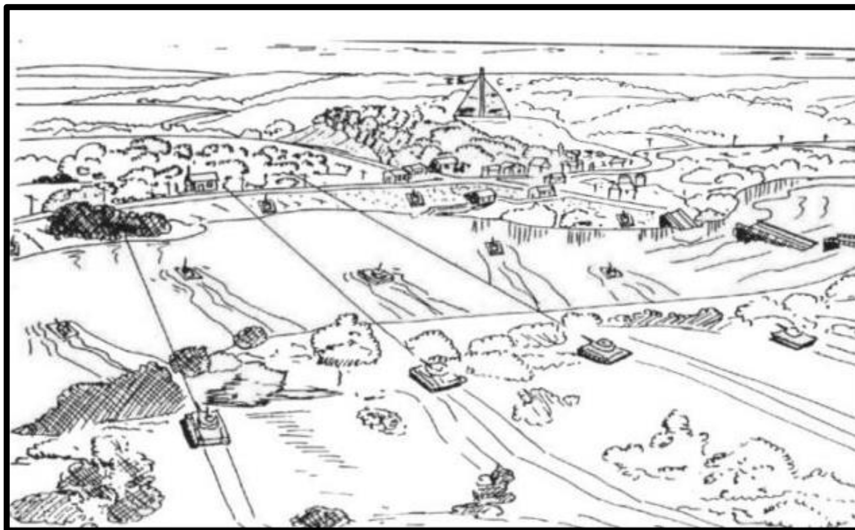


Fig 5-21 – CC apoiando pelo fogo a transposição de um curso de água pelos Fuz Bld

5.4.10.4.4 Mais informações sobre o assunto, detalhando as táticas, técnicas e procedimentos (TTP) de emprego do combinado CC e Fuz no ataque estão disponíveis no caderno de instrução Força-Tarefa da Subunidade Blindada.

5.4.10.4.5 Qualquer que seja o processo empregado para atingir o objetivo, uma vez este conquistado, a infantaria e os carros coordenam estreitamente suas ações durante a fase de consolidação. Durante a reorganização e os preparativos para o prosseguimento do ataque, os carros são dispostos com a infantaria, de acordo com os planos previstos para manter o objetivo conquistado, na eventualidade de contra-ataques inimigos.

5.4.11 ATAQUE LIMITADO

5.4.11.1 Generalidades

5.4.11.1.1 É um ataque realizado, normalmente, sobre uma parte da Z Aç de uma força, com pequena profundidade. Difere de um ataque normal por ter sua progressão limitada em profundidade, em função de um ou mais fatores da decisão (missão, inimigo, terreno, meios e tempo).

5.4.11.1.2 Considerando que o elemento que realiza um ataque limitado é, em princípio, o ataque secundário de seu Esc Sp, podemos concluir que as finalidades de um ataque limitado são:
a) fixar o inimigo;
b) atrair reservas para sua Z Aç, evitando que o inimigo reforce na Z Aç do ataque principal;
c) conquistar objetivo de segurança; e
d) outras semelhantes às de um ataque secundário.

5.4.11.2 Ataque de Fixação

5.4.11.2.1 Fixar é a ação tática, normalmente ofensiva e de profundidade limitada, que visa a impedir o desengajamento do inimigo em contato, de suas reservas imediatas e meios de apoio.

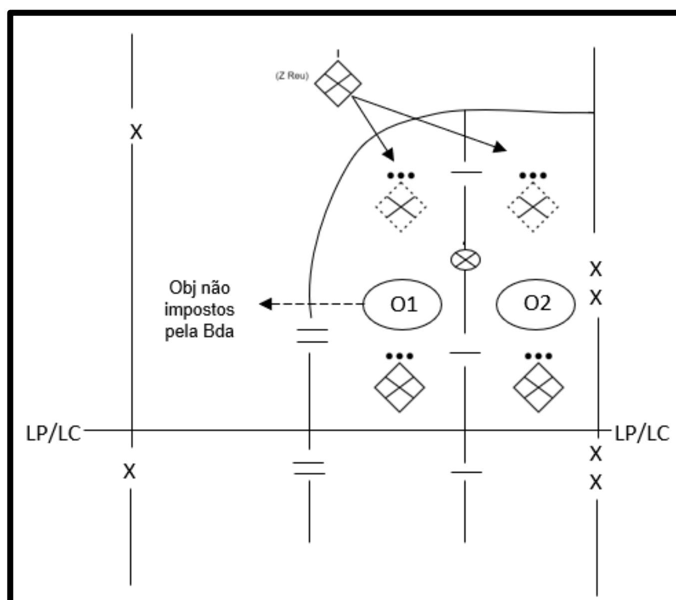


Fig 5-22 – Ataque limitado de batalhão

5.4.11.2.2 Caso a Bda não imponha objetivo, o Btl pode eleger e impor objetivos às suas peças de manobra na região da ruptura do Btl inimigo, a fim de atrair e impedir que a companhia reserva do batalhão inimigo atue em outra parte da Z Aç.

5.4.11.3 Ataque em sua Zona de Ação

5.4.11.3.1 “Atacar em sua zona de ação” significa um ataque limitado sem marcação de objetivos, com a finalidade de realizar a limpeza da Z Aç. Difere do ataque limitado para conquistar particularmente pela inexistência de região

topotaticamente adequada para marcação de objetivo. A tropa transpõe a linha de partida e prossegue no ataque até o limite posterior da Z Aç recebida.

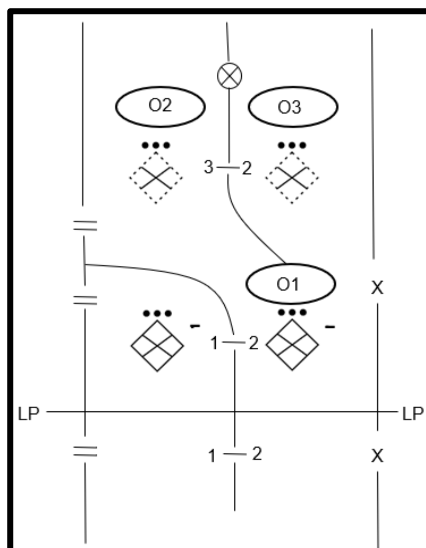


Fig 5-23 – 1ª Cia Fuz realizando ataque em sua zona de ação

5.4.11.4 Marcação de Objetivos

5.4.11.4.1 Em um ataque limitado, conforme a análise dos fatores da decisão, o Cmt pode marcar ou não objetivos às suas peças de manobra.

FATORES	INDUZ A MARCAR	INDUZ A NÃO MARCAR
Missão	- Conquistar objetivo de segurança. - Fixar o inimigo em profundidade (penetração do batalhão inimigo), marcando objetivo na região da ruptura dele.	- Fixar o inimigo inicialmente (até a ruptura do batalhão inimigo).
Inimigo	- Fraco na faixa do defender.	- Forte na faixa do defender.
Terreno	- Favorece a marcação de objetivos.	- Não favorece a marcação de objetivos.
Meios	- Poder de combate suficiente.	- Poder de combate insuficiente.
Tempo	- Rapidez não é preponderante.	- Necessidade de rapidez.
Considerações Civis	- Presença de estruturas estratégicas e falta de apoio da população local.	- Não possui estruturas estratégicas de interesse e possui apoio da população local.

Quadro 5-1 – Seleção de objetivos em um ataque limitado por meio da análise dos fatores da decisão

5.4.11.4.2 Os dados da tabela acima não devem ser considerados absolutos, podendo variar em função dos fatores da decisão.

5.4.11.5 Poder de Combate

5.4.11.5.1 A determinação do poder de combate de um ataque limitado com marcação de objetivo obedece às mesmas prescrições de um ataque secundário.

5.4.11.5.2 O poder de combate para se fixar uma tropa inimiga em determinada região do terreno corresponde ao poder de combate necessário para se atingir a região imediatamente anterior. Por exemplo, para fixar a penetração de um Btl inimigo de primeiro escalão, devemos atribuir poder de combate suficiente para atingir a ruptura da posição inimiga.

5.4.11.5.3 O Cmt deve ter ciência das dificuldades que poderão advir, quando do desembocar do ataque, caso decida por um poder de combate igual ao do contato (1x1) para fixar a ruptura da posição defensiva inimiga, em um ataque limitado. A resistência inimiga esperada, nessa situação, pode impedir que o ataque de fixação cumpra sua missão.

5.4.11.6 Situações que Sugerem um Ataque Limitado

5.4.11.6.1 Terreno – um ataque limitado pode ser realizado:
a) quando uma VA se torna bastante desfavorável à progressão a partir de determinada região; e

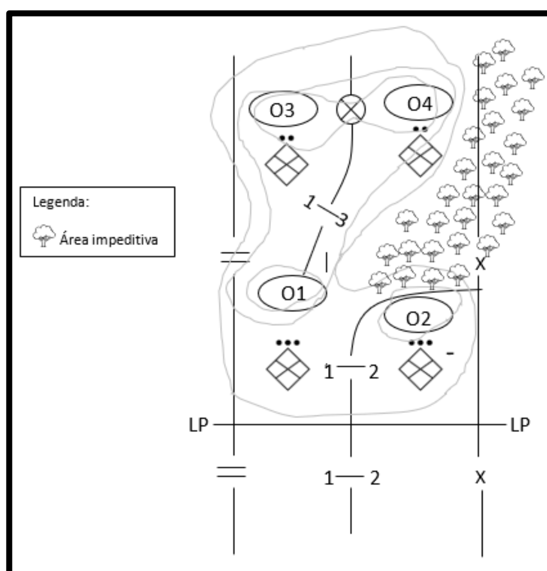


Fig 5-24 – Ataque limitado devido a uma via de acesso desfavorável

b) quando uma VA converge melhor para o mesmo acidente capital que outra VA e tal acidente não comporta duas peças de manobra.

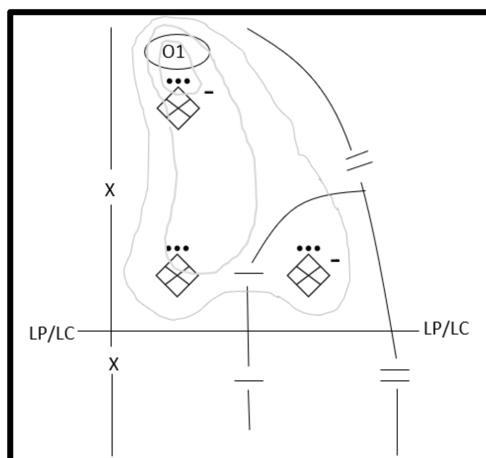


Fig 5-25 – Ataque limitado por convergência de vias de acesso

5.4.11.6.2 Inimigo – um ataque limitado pode ser realizado quando o inimigo apresentar grande poder de combate inicialmente, podendo o Btl fixá-lo em parte da frente com reduzido poder de combate e rompê-lo com um poder de combate maior em outro local.

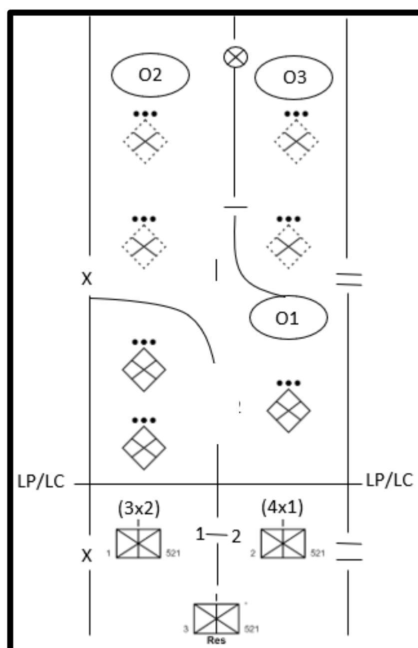


Fig 5-26 – Ataque limitado em função do inimigo

5.4.12 REGULAÇÃO DA MANOBRA

5.4.12.1 Generalidades

5.4.12.1.1 Regular a manobra significa dar ordens claras e precisas às peças de manobra até determinada região do terreno.

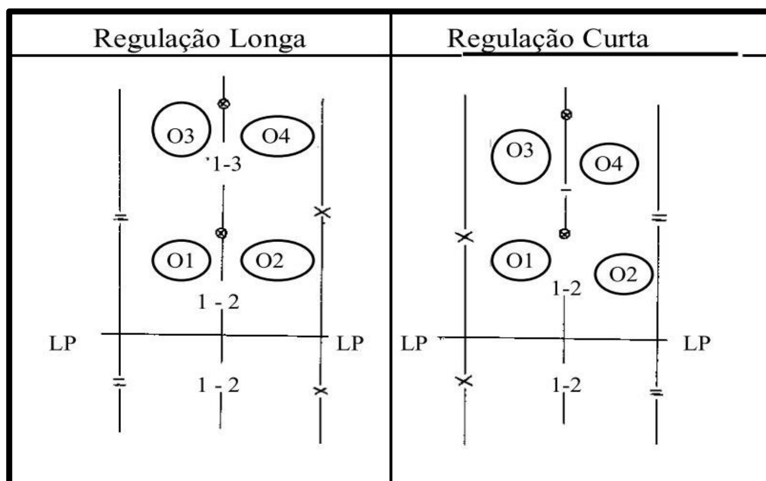


Fig 5-27 – Tipos de regulação de manobra

5.4.12.1.2 De acordo com os fatores da decisão, o Cmt poderá fazer uma regulação longa ou curta para sua manobra. Fará uma regulação longa quando definir todos os elementos da decisão até os objetivos impostos pelo escalão superior. Em contrapartida, estará fazendo uma regulação curta quando só for possível dar ordens claras e precisas até determinada região de sua Z Aç. A partir dessa região, o Cmt, mediante a expedição de ordens fragmentárias, definirá quais as peças de manobra que prosseguirão no ataque.

5.4.12.1.3 Para que seja possível uma regulação curta da manobra, faz-se necessária a marcação de objetivos intermediários.

5.4.12.2 Fatores da Decisão

5.4.12.2.1 Para a regulação da manobra, deverão ser analisados os fatores da decisão:

a) Missão

- Profundidade – o normal é que o Btl receba objetivos na região da penetração da posição defensiva inimiga. Caso o Btl receba objetivos além dessa região, haverá uma tendência à regulação curta.

b) Inimigo

- Natureza – tropa de cavalaria induz à regulação longa, enquanto de infantaria à curta.

- Dispositivo – o dispositivo do inimigo, forte em profundidade, sugere considerável grau de incerteza quanto à possibilidade de o escalão de ataque prosseguir até os objetivos finais, induzindo à regulação curta.
- Possibilidade de reforço – considerar as reservas inimigas que, provavelmente, serão empregadas na Z Aç do Btl, concluindo sobre a possibilidade de o inimigo reforçar suas ações de defesa. Pequena ou grande possibilidade de reforço induz à regulação longa ou curta, respectivamente.
- Informações – a carência de informações sobre o inimigo provoca incerteza sobre o seu dispositivo e valor, sugerindo uma regulação curta.

c) Terreno
- Condições de observação: a possibilidade de se observar, de um PO aquém da LP/LC, até os objetivos finais sem que haja compartimento entre eles, possibilitando a identificação das VA e os limites entre as peças de manobra, induz a uma regulação longa.
- Valor defensivo – quanto maior o valor defensivo do terreno, tendemos a regular curto.
- Informações – a carência de informações sobre o terreno nos conduz a um considerável grau de incerteza, sugerindo uma regulação curta.

d) Meios
- Mobilidade – quando possuímos uma mobilidade superior à do inimigo, tendemos a regular longo.
- Unidades de manobra: quando possuímos superioridade de unidade de manobra em relação ao inimigo, tendemos a regular longo.
- Superioridade aérea – quando temos superioridade aérea, tendemos a regular longo.

e) Tempo
- Prazo – se a missão não puder ser cumprida em menos de uma jornada diurna, a regulação tenderá a ser curta. Esse aspecto não é comum no Esc Btl.
- Rapidez – a ênfase na rapidez sugere uma regulação longa.
- A definição sobre a regulação da manobra surgirá da integração dos aspectos acima estudados, sendo que, conforme a situação, poderá haver um ou mais fatores preponderantes, normalmente o inimigo e o terreno.

f) Considerações Civis
- Estruturas estratégicas de interesse para nossa tropa ou para o inimigo, que influenciam na logística, comunicações, domínio do terreno e de vias de acesso.
- O apoio da população é considerado conforme as informações de inteligência disponibilizadas pelo Esc Sp.

5.4.13 COMPARAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO

5.4.13.1 Generalidades

5.4.13.1.1 No decorrer do exame de situação, após a formulação das nossas linhas de ação e a análise das linhas de ação opostas, o Cmt e seu EM realizam

a comparação destas com vistas à tomada da decisão. Essa comparação pode ser feita com base em dois processos: o das vantagens e desvantagens; e o dos fatores de comparação.

5.4.13.2 Processo das Vantagens e Desvantagens

5.4.13.2.1 Neste processo, são elencadas as principais vantagens e desvantagens de cada linha de ação.

5.4.13.3 Processo dos Fatores de Comparação

5.4.13.3.1 Nesse processo, as linhas de ação são analisadas em relação aos fatores abaixo discriminados:

a) Terreno
- Posição relativa dos objetivos – deve ser marcada de forma a proporcionar a progressão das peças de manobra justapostas em VA paralelas, facilitando o comando, o controle e o Ap F.
- Objetivos marcados em região adequada – devem ser marcados em regiões dominantes, que proporcionem boas condições para o prosseguimento em operações futuras.
- O escalão de ataque deve mobiliar todas as VA.
- O escalão de ataque deve mobiliar adequadamente cada VA, de acordo com o valor e a natureza da peça de manobra empregada.
- O ataque principal deve utilizar a melhor VA, se possível.
- O ataque principal deve utilizar uma Z Aç com a frente mais estreita.

b) Rapidez
- Objetivos intermediários – a marcação de objetivos intermediários reduz a velocidade do ataque.
- O ataque principal deve utilizar a VA mais curta ou mais bem orientada para o objetivo decisivo.
- Emprego de FT – a constituição de FT em todas as peças de manobra do escalão de ataque aumenta a velocidade de progressão do Btl.

c) Dispositivo do inimigo
- O escalão de ataque deve pressionar o inimigo em toda a frente e em profundidade e, se possível, simultaneamente.
- O ataque principal deve incidir no dispositivo inimigo pelo flanco.
- O ataque principal deve incidir onde o inimigo é mais fraco em poder de combate.
- O ataque principal deve incidir onde o inimigo defende em piores condições
- Analisar se o dispositivo inimigo não possui apoio mútuo, se o terreno não proporciona bons campos de tiro rasantes e de flanqueamento ou se a posição defensiva inimiga não está apoiada em obstáculo.
- O ataque principal deve reagir bem aos contra-ataques de flanco – considerar a existência de flanco exposto, ameaça inimiga e VA favorável. Em caso contrário, considerar o grau de proteção proporcionado por tropas amigas e/ou obstáculos.

- O ataque principal deve reagir bem aos contra-ataques frontais – Considerar a rapidez na conquista do objetivo decisivo e a realização de deslocamentos transversais à direção de ataque.

d) Nosso dispositivo

- Simplicidade da manobra – considerar a existência de ataque limitado, a mudança da direção do ataque principal, a mudança no dispositivo por alteração no número de peças de manobra e a quantidade de peças de manobra no escalão de ataque, dificultando o comando, o controle e o Ap F.
- O escalão de ataque deve ser potente.
- O ataque principal deve utilizar uma VA dominante ou independente da VA do ataque secundário e com ambos os flancos protegidos.
- O ataque secundário deve auxiliar e/ou proteger o ataque principal.
- Reserva – considerar o valor, a flexibilidade quanto ao emprego e a flexibilidade quanto à composição de seus meios, combinando tropas de natureza diferente.

e) Princípios de guerra

- Objetivo – dirigir cada operação militar para um objetivo claramente definido, decisivo e atingível.
- Ofensiva – obter, manter e explorar a iniciativa das ações.
- Simplicidade – preparar planos claros e descomplicados e ordens concisas para garantir seu completo entendimento.
- Surpresa – atingir o inimigo num tempo, local ou maneira para os quais ele esteja despreparado.
- Segurança – nunca permitir que o inimigo obtenha uma vantagem inesperada, negando ao inimigo o uso da surpresa, impedindo que interfira, de modo decisivo, em nossas operações e restringindo-lhe a liberdade de ação
- Economia de forças ou de meios – empregar todo o poder de combate disponível, da maneira mais eficaz possível, destinando o mínimo indispensável de poder de combate à ação secundária.
- Massa – emassar um poder de combate esmagador no momento e local decisivos.
- Manobra – colocar o inimigo numa posição desvantajosa, pela aplicação flexível do poder de combate.
- Unidade de comando – certificar-se de obter unidade de comando e unidade de esforços para cada objetivo. A unidade de comando é caracterizada, primordialmente, pela atribuição da autoridade a uma só pessoa, ou seja, a pessoa do Cmt. Além disso, uma eficiente unidade de comando requer: cadeia de comando bem definida, com precisa e nítida divisão de responsabilidades; e sistema de comunicações adequado ao exercício do comando.

5.4.13.4 Para o estudo mais detalhado a respeito dos princípios de guerra, deve ser consultado no MC *Doutrina Militar Terrestre*.

5.4.13.5 Os fatores e respectivos aspectos apresentados estão relacionados particularmente ao ataque de penetração e não esgotam as possibilidades para

uma comparação entre as linhas de ação. De acordo com a situação, com a intenção do comandante e com as formas de manobra envolvidas, outros que venham a ter influência na análise em tela poderão ser levantados. Alguns fatores ou aspectos, conforme a DIPLAN do Cmt, poderão passar a ter preponderância na comparação, consubstanciando a decisão do planejador.

5.4.14 SEGURANÇA

5.4.14.1 Generalidades

5.4.14.1.1 Durante a montagem da L Aç, o Cmt deve considerar as necessidades de manter a liberdade de ação e de evitar a interferência inesperada do inimigo.

5.4.14.1.2 A segurança no ataque é obtida pela oportuna busca e difusão de dados e conhecimentos, pelas medidas de contrainteligência, pelas MPE, pelo emprego de forças de segurança, pela adoção de dispositivos adequados e pelo emprego da velocidade, dispersão e dissimulação. No planejamento do ataque, são consideradas as prováveis linhas de ação do inimigo e decididas as medidas de segurança adequadas, para contrapor-se as ações do inimigo.

5.4.14.1.3 O Cmt Btl é o responsável pela segurança de sua unidade como um todo. Por sua vez, os Cmt de cada elemento subordinado são responsáveis pela segurança de suas subunidades. O Cmt tem a responsabilidade pela destruição ou fixação das forças inimigas que constituam uma ameaça ao cumprimento de sua missão, podendo empregar forças de segurança sob seu controle ou tê-las operado sob o controle das companhias.

5.4.14.1.4 O Cmt Btl emprega os meios orgânicos ou em reforço para a obtenção da segurança desejada. Se o batalhão for reforçado pela Bda com elementos de cavalaria mecanizada, tais elementos deverão ser empregados nas missões de segurança, devido à sua mobilidade e potência de fogo características. Aeronaves podem ser empregadas na segurança à frente ou nos flancos do batalhão.

5.4.14.1.5 As forças de segurança são localizadas onde possam proporcionar alerta oportuno e tempo para permitir ao batalhão reagir eficientemente contra a ameaça.

5.4.14.2 Segurança à Frente

5.4.14.2.1 Uma unidade de reconhecimento do Esc Sp pode preceder o Btl em um ataque realizado ao longo de um E Prog, ou durante a consolidação dos objetivos, para proceder a reconhecimentos de pequena profundidade e adotar medidas de segurança adequadas. Isso não libera o Cmt Btl da responsabilidade pela segurança à sua frente.

5.4.14.2.2 O Cmt Btl mantém contato com o elemento de segurança à sua frente por meio de rádio e de elementos de reconhecimento orgânicos. A segurança orgânica à frente, em um ataque contra um inimigo conhecido, é proporcionada pelas companhias do escalão de ataque.

5.4.14.3 Segurança de Flanco

5.4.14.3.1 Quando a Bda opera em frentes maiores que as normais, intervalos de largura considerável ocorrem entre seus batalhões orgânicos e unidades vizinhas. A responsabilidade pelo controle de tais intervalos e flancos é claramente definida pela Bda para seus elementos subordinados.

5.4.14.3.2 Os flancos dos Btl do escalão de ataque e de suas companhias subordinadas podem estar expostos, sendo necessária a segurança dos flancos para proporcionar adequado alerta sobre a aproximação do inimigo. As medidas que podem ser tomadas para proporcionar a segurança do flanco incluem: aumento do poder de combate da companhia do flanco exposto, colocação da reserva orientada na direção do flanco exposto, ou o emprego de elementos orgânicos ou em reforço com a missão específica de segurança do flanco. Entre os meios empregados na segurança de flanco estão os elementos orgânicos, os elementos de reconhecimento terrestre em reforço e elementos de segurança aeromóveis.

5.4.14.3.3 A proteção de um flanco é, normalmente, proporcionada pela presença de uma unidade vizinha, se esta unidade permanecer lado a lado. As Cia Fuz que atacam em um flanco devem manter o contato com elementos do batalhão vizinho. Quando o contato é perdido ou quando o batalhão vizinho atrasa sua progressão, permitindo um contra-ataque inimigo sobre o nosso flanco, o Cmt Btl deve ser informado. Ele pode, então, destacar um elemento de segurança de flanco para restabelecer e manter o contato com a unidade vizinha.

5.4.14.3.4 Quando duas ou mais companhias estão atacando justapostas e entre elas existe um intervalo, deve ser mantido o contato pela vista, pelo rádio ou por elementos destacados para este fim.

5.4.14.3.5 As companhias do escalão de ataque, normalmente, protegem seus próprios flancos. Quando o flanco do Btl está exposto, e a Bda não assume a responsabilidade pela segurança, deve ser designada uma força de proteção de flanco, bem como sua área de responsabilidade. Em certas situações, esta área pode ser definida por uma série de acidentes do terreno. A força de proteção opera dentro da distância de apoio do Btl.

5.4.14.3.6 O Cmt Btl ou da força de proteção seleciona uma série de posições de bloqueio no flanco e paralelas à direção de progressão. A força de proteção regula seu movimento pelo ritmo de progressão do Btl e, normalmente, se desloca por lanços de uma posição de bloqueio para a seguinte. Se a força de

proteção consistir em dois ou mais elementos bastante fortes para operar de modo semi-independente, eles podem ocupar as posições de bloqueio alternadamente.

5.4.14.3.7 Uma força de proteção a pé é menos eficiente do que uma transportada por viaturas ou aeronaves. Normalmente, ela deve marchar continuamente ou ter seus elementos ocupando uma posição de bloqueio.

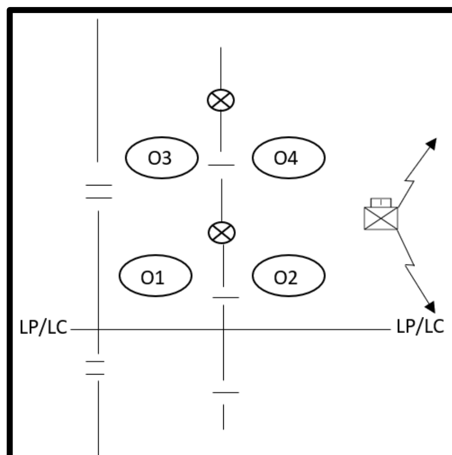


Fig 5-28 – Proteção de flanco por meio de uma FTSU reforçada de um Pel C Mec ao Btl

5.4.14.3.8 A conquista de objetivos de segurança proporciona ao Cmt Btl posições de bloqueio em seu flanco. Tal medida deve ser adotada quando uma força de proteção no flanco não puder ser lançada, devido à situação, pois um objetivo de segurança, normalmente, estará localizado no interior da Z Aç do Btl, ao passo que uma força de proteção, normalmente, operará a certa distância do grosso do Btl, proporcionando maior tempo de reação.

5.4.14.4 Segurança de Retaguarda

5.4.14.4.1 A segurança de retaguarda deve ser estabelecida quando necessário, entretanto a F Seg deve ter o valor mínimo compatível com a ameaça.

5.4.15 BATALHÃO RESERVA DA BRIGADA

5.4.15.1 Um Btl, normalmente, constitui uma reserva adequada de Bda. O Cmt Bda determina suas Z Reu inicial e subsequentes e o momento em que o deslocamento para essas áreas deve ser iniciado. O Cmt da reserva é responsável pela ocupação da zona prescrita à sua tropa e terá de manter-se, constantemente, a par da situação e dos planos da Bda. Suas missões podem ser:
a) aproveitar o êxito;

b) reforçar ou manter o ímpeto do ataque;
c) manter o terreno conquistado pelo escalão de ataque;
d) destruir ou deter contra-ataques inimigos;
e) proporcionar segurança; e
f) bloquear vias de acesso e de retirada para o inimigo.

5.4.15.2 O Cmt Bda mantém o Btl reserva informado quanto a prováveis missões futuras. Para manter-se a par da situação e dos planos da Bda, o Cmt Btl ou um oficial de seu EM permanece no posto de comando da Bda.

5.4.15.3 Um Btl reserva também pode receber a missão de empregar os fogos do pelotão de morteiros em apoio ao ataque.

5.4.15.4 Quando empregado, o Btl reserva conduz o ataque como está descrito neste capítulo. Quando receber a missão de desorganizar um contra-ataque inimigo, o Cmt Btl desenvolve todo o esforço para rechaçá-lo num de seus flancos, antes que a ação inimiga possa interromper a ação do escalão de ataque.

5.4.16 MEDIDAS DE COORDENAÇÃO E CONTROLE

5.4.16.1 Generalidades

5.4.16.1.1 O Cmt Btl emprega as medidas de coordenação e controle necessárias para controlar o ataque, assegurando-se de que a operação se desenvolva conforme o seu conceito da operação.

5.4.16.2 Zona de Reunião

5.4.16.2.1 Uma Z Reu é uma área na qual uma unidade se reúne a fim de se preparar para uma operação subsequente. A Bda, normalmente, prescreve uma ou mais Z Reu para o Btl, em princípio, localizada(s) a uma hora de marcha das posições de ataque.

5.4.16.2.2 Dentro dessa Z Reu, o Cmt Btl distribui as áreas para as companhias, onde são realizados os preparativos para o combate, que incluem:
a) planejamento da operação, seguindo as normas de comando;
b) medidas logísticas, especialmente a manutenção do armamento, viaturas, material de comunicações e o suprimento de classes I, III e V;
c) descanso da tropa sem prejuízo da segurança; e
d) outras atividades conforme a situação.

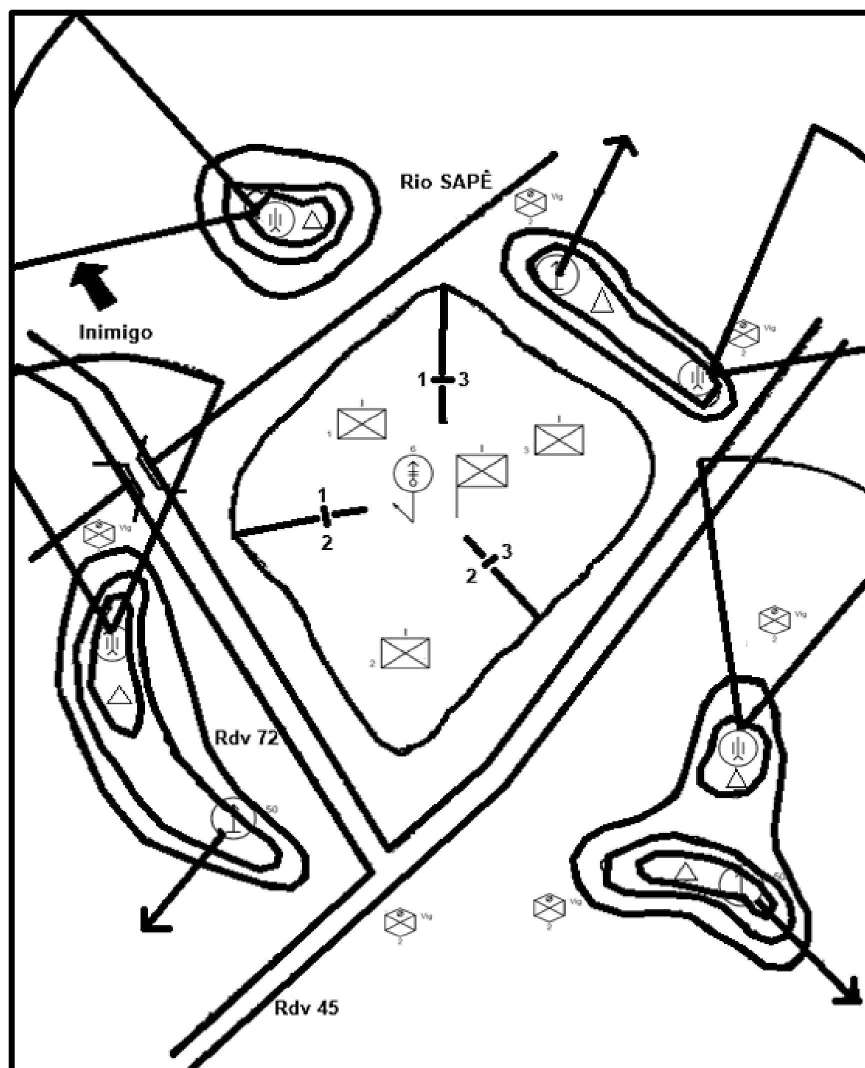


Fig 5-29 – O batalhão em zona de reunião

5.4.16.2.3 A Z Reu deve possuir as seguintes características:

a) abrigo dos fogos diretos do inimigo e, se possível, estar além do alcance de utilização do grosso da artilharia inimiga;

b) cobertura contra a observação terrestre e aérea do inimigo;

c) espaço suficiente para a dispersão da tropa e das viaturas;

d) proximidade da rede de estradas, com dois ou mais itinerários de entrada e saída;

e) solo consistente para o trânsito e estacionamento de viaturas; e

f) obstáculos naturais para a proteção contra-ataques inimigos, especialmente de CC.

5.4.16.2.4 Durante a ocupação de uma Z Reu, são adotadas medidas de segurança ativas e passivas, como:
a) dispositivo circular;
b) instalação das armas de apoio, particularmente os meios de DAC e DAAe;
c) estabelecimento da segurança local, postos de observação e patrulhas de ligação;
d) lançamento de obstáculos e sistema de alarme, quando possível; e
e) dispersão, camuflagem, disciplina de luzes e ruídos, construção de abrigos, entre outras.

5.4.16.3 Posição de Ataque de Companhia

5.4.16.3.1 É usada para facilitar o desdobramento da companhia e a coordenação final antes do início do ataque. As posições de ataque são as últimas posições cobertas e abrigadas, ocupadas pela tropa atacante, antes da transposição da LP.

5.4.16.3.2 Os Cmt Cia, normalmente, escolhem e fixam suas próprias posições de ataque. O Cmt Btl pode fixar as posições de ataque de companhia, quando necessita manter um controle extremamente cerrado, em operações como o ataque noturno e o ataque com transposição de curso de água.

5.4.16.3.3 Apenas as companhias de primeiro escalão utilizam posições de ataque. A fim de evitar a apresentação de um alvo compensador, as companhias devem permanecer o menor tempo possível nas posições de ataque. O ideal é que atravessem as posições de ataque sem parar. Quando abandonam as posições de ataque, as companhias devem estar desdobradas de modo a cruzar a LP numa formação de combate adequada.

5.4.16.4 Linha de Partida

5.4.16.4.1 A LP é fixada para coordenar a partida dos elementos de ataque, devendo possuir as seguintes características:
a) ser facilmente identificável no terreno e na carta;
b) ser perpendicular à direção de ataque;
c) proporcionar proteção contra a observação e as armas de tiro tenso do inimigo, quando possível; e
d) estar sob o controle das forças amigas.

5.4.16.4.2 Quando a LP não pode ser fixada no terreno, como no caso de um contra-ataque, a LC prevista pode ser designada como linha de partida.

5.4.16.4.3 O Cmt Btl pode selecionar uma LP diferente da fixada pela Bda, desde que seus primeiros elementos cruzem a LP da Bda na hora por ela fixada. Quando as companhias do escalão de ataque estão muito separadas, o Cmt Btl pode fixar para essas peças de manobra LP e horas de ataque diferentes.

5.4.16.5 Hora de Ataque

5.4.16.5.1 A hora em que os primeiros elementos cruzam a LP é a hora do ataque. Pode ser estabelecida numa hora precisa, a um sinal convencionado, mediante ordem ou em seguida à execução de uma determinada ação tática. As considerações para selecionar a hora de ataque incluem:
a) as determinações do comando superior;
b) o tempo necessário às unidades subordinadas para os reconhecimentos, preparação e coordenação dos planos, distribuição de ordens, organização dos elementos subordinados e deslocamentos para a LP; e
c) a necessidade de surpreender o inimigo e de tirar partido de suas vulnerabilidades, antes que ele possa corrigi-las.

5.4.16.5.2 O ataque dos elementos subordinados pode ser escalonado no tempo, para iludir o inimigo e permitir a mudança dos fogos de apoio amigos, para ataques sucessivos. Todavia, um ataque simultâneo, normalmente, evita que o inimigo concentre todos os seus fogos sobre um único elemento atacante.

5.4.16.6 Zona de Ação e Limites

5.4.16.6.1 A Z Aç é uma área limitada pela LP, pelo objetivo final e por limites laterais, em um ou em ambos os flancos. Os limites em flancos não expostos devem ser especificados, enquanto o limite em um flanco exposto pode não ser especificamente designado. Cada unidade tem completa liberdade para manobrar e atirar dentro da Z Aç que lhe é atribuída. Quando o comandante de uma unidade deseja entrar ou atirar na Z Aç de uma unidade vizinha deve coordenar sua ação com o comandante da unidade interessada e ter autorização do Cmt imediatamente superior.

5.4.16.6.2 A Z Aç atribui à unidade responsabilidade por uma determinada área, sendo utilizada para controlar a manobra e os fogos de companhias vizinhas no escalão de ataque e para indicar que a área deve ser limpa de forças inimigas. Quando não deve ser realizada a limpeza da Z Aç, a ordem deve prescrever essa ação e, nesse caso, as resistências ultrapassadas devem ser comunicadas ao escalão imediatamente superior.

5.4.16.6.3 As Z Aç frequentemente são empregadas quando duas ou mais companhias atacam em primeiro escalão, muito próximas entre si e/ou em ataques coordenados contra fortes resistências inimigas.

5.4.16.6.4 Os limites que definem a Z Aç se estendem somente até onde cada situação particular exija. Eles são normalmente traçados ao longo de acidentes do terreno facilmente identificáveis, de tal modo que seja evitada a divisão de responsabilidade por acidentes capitais do terreno. A Z Aç deve incluir as VA ao objetivo, permitindo a necessária dispersão e a liberdade de ação para manobrar.

5.4.16.6.5 Os limites devem se estender além do objetivo final, até uma distância necessária à coordenação do apoio de fogo e à conquista e consolidação do objetivo. Independentemente de outras medidas de controle empregadas, o comandante deve designar limites entre as companhias do escalão de ataque, numa área de objetivo, onde duas ou mais companhias devem convergir.

5.4.16.6.6 A frente de um Btl ou Cia no ataque pode corresponder à largura de uma determinada Z Aç, ou à dispersão em largura do Btl ou Cia em uma fase particular de uma operação. A largura de uma Z Aç ou área de operação depende da missão, do inimigo, do terreno e dos meios. De um modo geral, é desejável que toda a frente esteja dentro do alcance das armas controladas ou disponíveis pelo Btl. A frente deve proporcionar espaço de manobra suficiente para os elementos subordinados, embora esse espaço não deva ser tão grande que comprometa o controle e o apoio mútuo.

5.4.16.6.7 Quando o Btl tem a responsabilidade de limpeza da Z Aç, as frentes são normalmente menores do que quando a limpeza não é necessária. Os ataques em terreno coberto podem ter frentes relativamente estreitas. O Btl no ataque principal da Bda deve receber uma Z Aç menor do que a do ataque secundário.

5.4.16.7 Eixo de Progressão

5.4.16.7.1 Um E Prog indica a direção geral do movimento de uma unidade. Ele pode acompanhar um acidente do terreno bem definido, como uma estrada ou uma linha de crista. Uma unidade que progride por E Prog não tem a responsabilidade de limpar a área ao longo do eixo e pode ultrapassar forças inimigas que não ameacem o cumprimento de sua missão. O comandante superior deve ser informado quando ocorrer tal ultrapassagem.

5.4.16.7.2 Uma unidade pode desviar-se de seu E Prog, porém os desvios de maior vulto devem ser informados ao comando superior. Os Cmt devem assegurar que os desvios do E Prog não interfiram na manobra ou nos fogos das unidades vizinhas.

5.4.16.7.3 Um E Prog é fixado quando as condições favorecem a utilização de uma determinada VA, que facilite a rápida conquista de um objetivo profundo e/ou quando não há necessidade de restrição de fogos e de movimento lateral.

5.4.16.7.4 Uma resistência inimiga fraca ou desorganizada favorece a utilização de E Prog. A designação de um E Prog estabelece uma orientação geral ao subordinado, porém assegura considerável liberdade de ação no cumprimento de sua missão. É comum a utilização de um E Prog em manobras de desbordamento.

5.4.16.7.5 Quando uma companhia recebe um E Prog adota a formação que melhor se adapte à situação. Quando são empregados dois E Prog pelo Btl, é desejável que estejam suficientemente próximos para permitir que os elementos em cada E Prog manobrem com apoio mútuo.

5.4.16.8 Direção de Ataque

5.4.16.8.1 Uma direção de ataque é mais restritiva do que um E Prog. Ela indica a direção que deve ser seguida pelo ataque principal de um elemento subordinado.

5.4.16.8.2 Devido à sua natureza restritiva, é fixada apenas quando o Cmt Btl deve manter um estreito controle sobre a manobra de um elemento subordinado, para assegurar o cumprimento de um esquema de manobra cerradamente coordenado.

5.4.16.9 Linha de Controle

5.4.16.9.1 A linha de controle deve cortar completamente a Z Aç ou provável área de atuação. Deve ser localizada sobre acidentes do terreno facilmente identificáveis, tais como uma linha de crista, um curso de água ou uma estrada.

5.4.16.9.2 As linhas de controle são empregadas para controlar a progressão das unidades, que devem informar ao Esc Sp quando as atingirem, sem pararem, exceto se receberem ordem para tal. Uma linha de controle pode ser utilizada para limitar a progressão de um elemento.

5.4.16.9.3 As linhas de controle podem ser empregadas tanto no sentido transversal à direção de ataque, para controlar a progressão dos elementos subordinados, quanto no sentido longitudinal e paralelo à direção de ataque, para indicar a que distância da força principal (escalão de ataque) deve operar uma força de proteção de flanco.

5.4.16.9.4 É comum o estabelecimento de linhas de controle em operações com características especiais, como o ataque à localidade, o ataque noturno, o ataque com transposição de curso de água, entre outras.

5.4.16.9.5 A linha de controle também pode ser utilizada para determinar a mudança da direção do ataque principal, em uma manobra de penetração, sem a marcação de objetivos intermediários e desde que não implique mudança do dispositivo do Btl.

5.4.16.9.6 Caso o Cmt Btl não marque objetivos intermediários, mesmo com previsão de combate difícil e prolongado, poderá estabelecer uma linha de controle na região da ruptura da posição defensiva inimiga, para permitir a

coordenação da progressão das peças de manobra e do deslocamento da reserva e dos apoios do Btl.

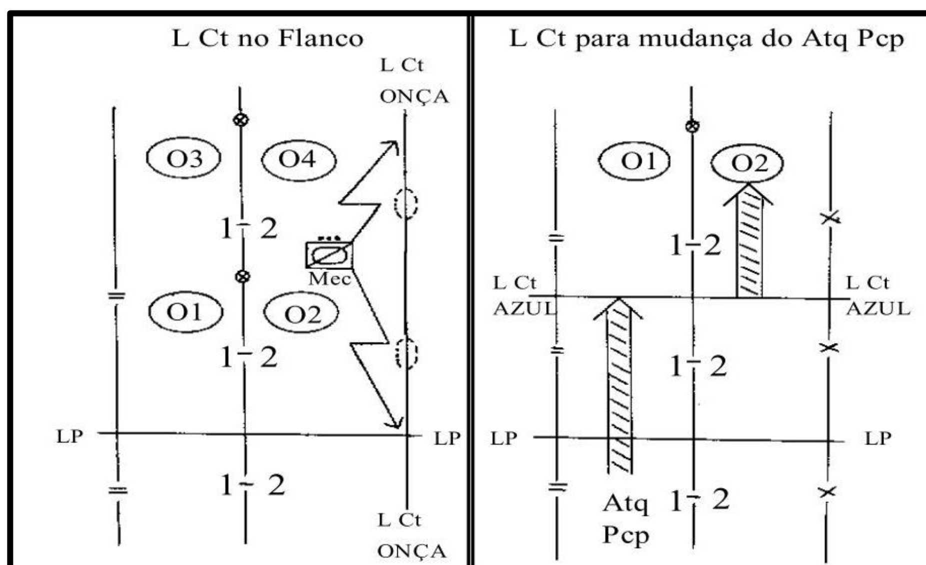


Fig 5-30 – Linhas de controle

5.4.16.10 Ponto de Controle

5.4.16.10.1 Os pontos de controle são pontos de referência usados para facilitar o controle. Podem ser escolhidos em qualquer parte da Z Aç ou ao longo de um E Prog.

5.4.16.10.2 Utilizando-os, um Cmt subordinado pode, de modo rápido e preciso, informar suas sucessivas localizações, e um comandante superior pode designar objetivos, LP, Z Reu ou outros locais para os elementos subordinados. Para segurança, é desejável numerar ao acaso os pontos de controle. Esses são particularmente úteis nas operações de movimento rápido.

5.4.16.11 Ponto de Coordenação

5.4.16.11.1 É um ponto designativo de acidente do terreno, facilmente identificável, onde deve ocorrer a coordenação de fogos e/ou manobra entre duas companhias do escalão de ataque.

5.4.16.12 Ponto de Ligação

5.4.16.12.1 Os pontos de ligação são fixados entre as unidades ou E Prog, onde o Cmt deseja que as unidades estabeleçam um contato físico entre si.

5.4.16.12.2 Os pontos de ligação podem ainda ser utilizados para definir áreas de responsabilidade, em locais específicos, quando os limites são obviamente inadequados, como, por exemplo, entre os elementos de uma força de proteção de flanco.

5.4.16.13 Objetivos

5.4.16.13.1 Devem ser obedecidas as prescrições contidas na subseção “Seleção de Objetivos” deste capítulo.

5.4.16.14 Ponto de Liberação

5.4.16.14.1 O ponto de liberação é o local onde o Cmt libera seus elementos subordinados ao controle de seus respectivos Cmt. O ponto de liberação, em uma manobra de infiltração, é localizado no início de uma Fx Infl, onde o Cmt da força infiltrante libera os grupos de infiltração ao controle de seus respectivos Cmt.

5.4.16.14.2 O ponto de liberação pode ser estabelecido pelo Cmt Btl ou pelo Cmt da força de infiltração.

5.4.17 APOIO DE FOGO

5.4.17.1 Nas Op Ofs, os fogos de apoio são utilizados para auxiliar todas as fases do ataque, de acordo com as diretrizes de fogos do batalhão.

5.4.17.2 Nas operações de movimento, em regra, o ataque não é precedido de uma preparação, dada a falta de tempo necessário para conhecimento do inimigo e para a organização de um plano de fogos perfeitamente coordenado com a manobra da unidade apoiada. No entanto, é conveniente, nos últimos minutos que precedem a hora "H", intensificar os fogos que vinham sendo realizados com a finalidade de facilitar a tomada do dispositivo e o desembocar do ataque.

5.4.17.3 Quando um ataque tem diversas etapas na manobra, obtêm-se um flexível apoio de fogo por meio do estabelecimento de séries de concentrações. O desencadeamento se dará a pedido, num momento predeterminado ou em face de determinado evento.

5.4.17.4 Durante a progressão, é extremamente importante que os fogos de apoio continuem caindo sobre as posições inimigas, enquanto as tropas cerram sobre o inimigo. Esses fogos devem ser suspensos ou transportados quando estiverem pondo em perigo a segurança do escalão de assalto. Geralmente, a artilharia e os morteiros transpõem seus fogos mais cedo que as armas de tiro tenso.

5.4.18 COMANDO E CONTROLE

5.4.18.1 Generalidades

5.4.18.1.1 Para comandar suas peças de manobra, controlá-las e emitir ordens durante todas as fases do ataque, o Cmt e seu EM planejam ligações adequadas com o Esc Sp, com os elementos subordinados e com as unidades vizinhas.

5.4.18.1.2 O O Com e eletrônica da unidade planeja o emprego das comunicações no ataque coordenado e assessora o S-3 quanto à localização do PC do Btl. O ataque principal, normalmente, deve receber maior apoio de comunicações antes e durante o ataque.

5.4.18.2 Meios de Comunicações

5.4.18.2.1 Algumas características desta operação têm influência direta nos meios de comunicações mais empregados no escalão Btl, a saber:
a) meio rádio – constitui o principal sistema de comunicações empregado no ataque. Porém, com o advento da GE, procedimentos de MPE devem ser tomados para evitar localizações eletrônicas e interferências do inimigo. Além destes procedimentos, devem ser seguidas determinadas prescrições rádio antes do ataque, a fim de não denunciar seu início ao inimigo;
b) meio físico – é um meio secundário em relação ao rádio, porém o lançamento de circuitos físicos tem condições de acompanhar a velocidade de progressão do ataque. Antes do desembocar do ataque, pode ser empregado para compensar a restrição do silêncio rádio aquém da LP, na Z Reu e durante os deslocamentos preparatórios;
c) meio mensageiro – é largamente empregado no ataque. Antes de seu início, empregam-se geralmente os mensageiros de escala, mas, após o desencadeamento do ataque, os mensageiros especiais são os mais utilizados; e
d) são ainda empregados meios visuais, acústicos e diversos em complementação aos sistemas citados anteriormente. Tais meios suplementares podem ser empregados durante o ataque para compensar a vulnerabilidade do meio rádio às ações de GE do inimigo.

5.4.18.3 Posto de Comando Principal

5.4.18.3.1 O PCP tem sua localização estabelecida pelos mesmos fatores que regem sua localização em qualquer operação. Porém, no ataque, avultam de importância o apoio cerrado, o desenfiamento, a distância mínima de segurança e a área necessária à dispersão de seus órgãos internos.

5.4.19 EXECUÇÃO DO ATAQUE

5.4.19.1 Generalidades

5.4.19.1.1 Um ataque é planejado e executado em três fases:
a) preparação;
b) execução propriamente dita; e
c) consolidação e reorganização.

5.4.19.1.2 O sucesso de um ataque depende da rapidez, da flexibilidade, da manutenção da iniciativa e da sincronização das ações através da confecção de matrizes e realização de ensaios.

5.4.19.2 Preparação

5.4.19.2.1 Durante essa fase, são realizadas as seguintes ações:
a) ações na Z Reu;
b) ações de reconhecimento e vigilância (Aç Rec Vig);
c) deslocamento para as posições de ataque;
d) ultrapassagem ou substituição da tropa em contato, se for o caso; e
e) deslocamento das posições de ataque para a linha de partida.

5.4.19.2.2 Ações na Z Reu
a) Enquanto o Cmt e o EM realizam o planejamento do ataque, são realizadas ações concomitantes no âmbito do Btl, a fim de preparar a unidade para sua missão ofensiva. Normalmente, quando a ordem da Bda é recebida, é expedida uma ordem preparatória aos elementos subordinados, a fim de alertá-los para a operação a executar e para as medidas logísticas necessárias. São também tomadas providências para a coordenação da hora e local da emissão da ordem de operações e do pessoal presente.
b) Na Z Reu, as companhias completam os preparativos para o ataque, e os elementos em reforço, normalmente, são integrados à força atacante. Deve ser proporcionado tempo adequado a todos os comandantes de subunidades para a execução dos reconhecimentos e para o planejamento e preparação do ataque.

5.4.19.2.3 Ações de Reconhecimento e Vigilância – simultaneamente ao planejamento do ataque, são realizadas Aç Rec Vig para o levantamento de dados atualizados sobre o inimigo e o terreno, utilizando, para isso, patrulhas, meios de reconhecimento aéreos, tropas em contato, entre outros meios.

5.4.19.2.4 Deslocamento para as posições de ataque – o Btl pode se deslocar como um todo ou liberar suas companhias na Z Reu. Esse deslocamento pode ser coberto por tropas amigas em contato com o inimigo, como também pode ser um movimento descoberto. A permanência das companhias nas posições de ataque deve ser a mínima possível, reduzindo a vulnerabilidade aos fogos de

contrapreparação do inimigo. Este tempo deve ser suficiente apenas para permitir o desdobramento das peças de manobra.

5.4.19.2.5 Ultrapassagem ou substituição da tropa em contato – uma força atacante realiza uma ultrapassagem de uma unidade e prossegue no ataque, ou substitui uma força em posição defensiva para a realização do ataque. São estabelecidas ligações com as unidades a serem substituídas ou ultrapassadas antes dessas ações. A ultrapassagem e a substituição em posição são tratadas no item 9.4 do capítulo 9.

5.4.19.2.6 Deslocamento das posições de ataque para a LP – este é planejado de tal forma que as SU cruzem a LP na hora determinada. Esse movimento pode ser protegido por uma preparação de artilharia e morteiros, caso os fogos não sejam suspensos para obter a surpresa. O escalão de ataque cruza a LP durante ou após os fogos de preparação.

5.4.19.3 Execução Propriamente Dita

5.4.19.3.1 Após a transposição da LP, o ataque se desenvolve em duas etapas até a conquista dos objetivos:
a) progressão até as posições de assalto; e
b) assalto às posições inimigas.

5.4.19.3.2 Progressão até as Posições de Assalto
a) Os fogos de preparação podem continuar enquanto os elementos do escalão de ataque progridem para as posições inimigas. Terminada a preparação, os observadores avançados de morteiros e de artilharia passam a conduzir os fogos de apoio.
b) O ataque como um todo caracteriza-se por uma série de rápidos avanços e assaltos, cerradamente apoiados pelo fogo, com os elementos de carros de combate e de infantaria integrados em FT, para a complementação mútua de suas possibilidades e limitações.
c) As companhias do escalão de ataque movimentam-se para seus objetivos empregando o fogo, aliado a um adequado deslocamento, caracterizando a sua manobra. Elas não interrompem ou retardam seu ataque, para manter um alinhamento geral ou para se conformar rigidamente com o plano de ataque. Quando uma companhia do escalão de ataque é submetida a um contra-ataque inimigo, partindo de um flanco, o Cmt Btl pode deslocar a sua reserva para apoiá-la prontamente, se necessário.
d) As resistências inimigas de valor não suficiente para pôr em risco o cumprimento da missão devem ser desbordadas ou contidas com um mínimo de forças, e sua localização deve ser informada à Bda, particularmente em manobras desbordantes ou quando não for necessária a limpeza da Z Aç.
e) Durante todo o ataque, os fogos de apoio são sucessivamente alongados a fim de manter a eficácia do apoio de fogo com a devida segurança. As armas de apoio podem se deslocar por escalões para proporcionar a continuidade do apoio de fogo.

f) À medida que o ataque progride, o Cmt pode mudar o ataque principal para tirar partido de um êxito tático, para evitar forças inimigas conhecidas ou suspeitas, ou para utilizar VA mais favoráveis. Ele pode realizar tal mudança, alterando a prioridade de fogos, alterando a organização para o combate ou, ainda, pelo emprego da reserva.
g) O Cmt Btl deve manter permanente ligação com os elementos do escalão de ataque, ocupando PO sucessivos, desdobrando ou não PCT, para controlar a manobra de sua unidade, acompanhado por elementos de seu EM e pelo comandante da companhia reserva. Se necessário, poderá intervir no combate com a sua presença junto ao escalão de ataque.
h) A reserva progride por lanços, à retaguarda das companhias de primeiro escalão, a uma distância da qual possa se deslocar rapidamente para locais de provável emprego. Utiliza ao máximo as cobertas e os abrigos existentes. Quando as condições o exigirem, a reserva é empregada sem hesitação. Em princípio, deve ser empregada intacta no momento e local decisivos.

5.4.19.3.3 Assalto às Posições Inimigas
a) O assalto é realizado à medida que o escalão de ataque aborda as resistências inimigas. Caracteriza-se pelo combate aproximado, empregando agressivamente o fogo e o movimento para cerrar sobre o inimigo a fim de destruí-lo ou capturá-lo.
b) Antes do desencadeamento do assalto, os fogos de apoio são concentrados sobre as posições inimigas, a fim de neutralizá-las e enfraquecê-las.
c) Quando o escalão de ataque atingir suas posições de assalto, os fogos de apoio devem ser suspensos, alongados ou transportados, normalmente por ordem dos Cmt Cia. Os fogos de assalto são realizados apenas pelos elementos do escalão de ataque, exceto nos assaltos realizados por carros de combate apoiados por fogos de artilharia com espoleta de tempo.

5.4.19.4 Consolidação e Reorganização

5.4.19.4.1 Após o assalto, torna-se necessária a realização de uma série de ações, tendo em vista consolidar a posse do objetivo e reorganizar a peça de manobra que o conquistou.

5.4.19.4.2 A consolidação de um objetivo inclui as seguintes medidas táticas:
a) limpeza dos remanescentes inimigos;
b) adoção de um dispositivo defensivo para a manutenção do objetivo conquistado, coerente com o dispositivo do ataque;
c) realização de patrulhas de reconhecimento;
d) estabelecimento da segurança à frente;
e) estabelecimento do contato com unidades vizinhas; e
f) deslocamento e instalação das armas de apoio.

5.4.19.4.3 A reorganização da unidade inclui as seguintes medidas logísticas e de comando, adotadas simultaneamente à consolidação do objetivo:
a) redistribuição do pessoal ou recompletamento do efetivo;

b) evacuação de prisioneiros de guerra;
c) evacuação de mortos e feridos;
d) remuniciamento ou redistribuição da munição;
e) redistribuição ou recompletamento do material;
f) evacuação do material danificado;
g) deslocamento das instalações logísticas;
h) deslocamento do posto de comando; e
i) restabelecimento das comunicações.

5.4.19.5 Dispositivo para o Prosseguimento das Operações

5.4.19.5.1 De acordo com a missão futura da unidade, o Btl pode adotar um dos três dispositivos apresentados na figura 5-31.

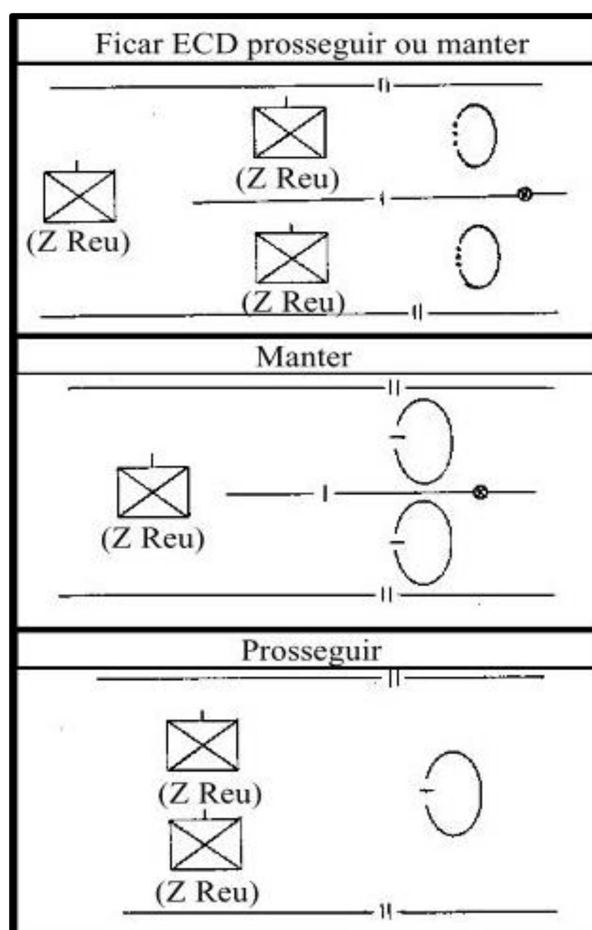


Fig 5-31 – Dispositivos para o prosseguimento das operações

5.4.20 CONDUTAS DURANTE O ATAQUE

5.4.20.1 Generalidades

5.4.20.1.1 Durante o desenvolvimento do ataque, o Cmt e seu EM devem realizar o exame continuado de situação, de acordo com as atualizações das informações sobre o terreno e o inimigo.

5.4.20.1.2 Durante o combate podem ocorrer situações, previstas ou não na matriz de sincronização, que exijam a intervenção do Cmt Btl. Para resolver a situação, o Cmt e seu EM realizam um exame de situação de conduta, com base na análise da missão, do inimigo, do terreno, dos meios e do tempo.

5.4.20.1.3 Após analisar os fatores da decisão, o Cmt Btl deve decidir pela intervenção ou não no desenrolar do combate. Deverá intervir quando a(s) peça(s) de manobra envolvida(s) não puder(em) resolver o problema com seu(s) próprio(s) meio(s).

5.4.20.1.4 A intervenção no combate pode ser realizada através das seguintes ações, combinadas ou não:
a) intervenção com fogos, alterando a prioridade e/ou as formas de emprego das armas de apoio;
b) reforço ao elemento de primeiro escalão com peça de manobra valor pelotão;
c) emprego da reserva;
d) mudança das medidas de coordenação e controle, alterando limites e/ou outras medidas; e
e) presença do Cmt Btl.

5.4.20.1.5 O Cmt Btl e seu EM, após levantar as possíveis linhas de ação, comparam-nas, chegando a uma decisão de conduta. Nessa decisão, deve ser estabelecida a manobra, as ordens aos elementos subordinados, a reserva e a prioridade de fogos. A decisão deve também ser informada ao Cmt Bda.

5.4.20.1.6 A decisão de conduta é transmitida aos elementos subordinados via rádio, meio físico ou mensageiro, na forma de uma ordem fragmentária.

5.4.20.2 Intervenção com Fogos

5.4.20.2.1 É comum alterar a prioridade de fogos quando a reserva for empregada, porém tal procedimento só deve ser adotado caso o ataque principal esteja detido ou já tenha conquistado o seu objetivo. Outra maneira de intervir com fogos é alterar a forma de emprego das armas de apoio do batalhão.

5.4.20.3 Reforço a Elemento de Primeiro Escalão

5.4.20.3.1 Ao reforçar uma peça de manobra do escalão de ataque, o Cmt Btl deve considerar a vantagem da VA a ser utilizada pela companhia e o poder de combate necessário para a conquista do seu objetivo.

5.4.20.4 Emprego da Reserva

5.4.20.4.1 A reserva deve ser empregada para explorar um sucesso, e não para compensar um fracasso.

5.4.20.4.2 Deve ser evitado, sempre que possível, passar a reserva por meio das unidades que tenham sido detidas pela ação inimiga; em vez disso, a reserva deve ser empregada em uma nova direção, para obter surpresa e evitar o emassamento. A reserva deve ser empregada contra o flanco ou a retaguarda do inimigo, ou contra qualquer outro ponto vulnerável conhecido ou suspeito. Pode ser empregada contra o inimigo em contato ou em profundidade.

5.4.20.4.3 Deve ser evitado, sempre que possível, o emprego prematuro da reserva, como no desembocar do ataque, ou o seu emprego parcelado, fracionando o seu poder de combate.

5.4.20.4.4 Podem surgir ocasiões em que todas as companhias estejam empenhadas no ataque. Nesse caso, deve ser constituída uma reserva temporária ou hipotecada, o mais cedo possível. Uma ou mais companhias devem reverter à reserva, logo que a situação permitir.

5.4.20.5 Mudança das Medidas de Coordenação e Controle

5.4.20.5.1 Tal mudança implica a alteração de limites e/ou qualquer outra medida de coordenação e controle que se fizer necessária.

5.4.20.5.2 Essa forma de intervenção, normalmente, ocorre quando se transforma o ataque secundário em ataque principal para conquistar o objetivo deste último.

5.4.20.6 Comparação das Linhas de Ação

5.4.20.6.1 A comparação pode ser feita através do processo das vantagens e desvantagens ou da análise dos seguintes fatores:
a) terreno – considerar a melhor VA;
b) rapidez – considerar a L Aç mais rápida, principalmente em face da possibilidade de reforço do inimigo;
c) dispositivo do inimigo – considerar a abordagem da posição inimiga pelo flanco, bem como a possibilidade do inimigo contra-atacar no flanco da peça de manobra empregada;

d) nosso dispositivo – considerar a potência e a impulsão da peça de manobra empregada, a proteção do seu flanco, a simplicidade da manobra e o valor da reserva durante a conduta; e
e) princípios de guerra – considerar os que preponderam para o cumprimento de determinada missão, com base no tipo de manobra empregada e nas diretrizes do Cmt Btl.

5.4.20.7 Ação em Face dos Contra-Ataques Inimigos

5.4.20.7.1 Se o inimigo contra-atacar com uma força com poder de combate insuficiente para ameaçar o cumprimento da missão, o Btl comunica a intenção de ultrapassá-lo e atribui a missão de bloqueio ou de sua destruição à reserva ou a uma companhia que realize um ataque secundário.

5.4.20.7.2 Se a força de contra-ataque tem poder de combate suficiente para impedir o cumprimento da missão, o Cmt Btl deve destruí-la ou neutralizá-la com fogos, de modo que possa prosseguir no ataque para o objetivo. Se não há disponibilidade de fogos ou se estes não eliminam a ameaça inimiga, deve deter o seu ataque para destruir a força contra-atacante, antes de prosseguir na direção do objetivo.

5.4.20.7.3 Quando a força contra-atacante é demasiada forte para ser eliminada pelo batalhão, o Cmt Btl procura contê-la e informa a situação à Bda, solicitando apoio.

5.5 APROVEITAMENTO DO ÊXITO

5.5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

5.5.1.1 O aproveitamento do êxito (Apvt Exi) é uma operação que se segue a um ataque bem-sucedido e que, normalmente, inicia-se quando a força inimiga se acha, reconhecidamente, em dificuldade para manter suas posições. Caracteriza-se por um avanço contínuo e rápido das forças amigas com a finalidade de ampliar ao máximo as vantagens obtidas no ataque e destruir a capacidade do inimigo de reorganizar-se ou de realizar um movimento retrógrado ordenado.

5.5.1.2 Constitui a fase decisiva da ofensiva. O sucesso da operação repousa na judiciosa exploração das vantagens iniciais conseguidas pelo ataque. Visa a destruir a capacidade do inimigo de reconstituir uma defesa organizada ou de conduzir, ordenadamente, um movimento retrógrado, em face de uma ameaça de destruição ou captura.

5.5.1.3 A oportunidade para o início de uma operação de Apvt Exi deve ser judiciosamente considerada. Constituem indícios capazes de justificá-la:
a) visível diminuição da resistência inimiga em pontos importantes da sua defesa;
b) aumento do número de prisioneiros de guerra e de material abandonado pelo inimigo; e
c) ultrapassagem de posições de artilharia e de instalações de comando e de suprimento.

5.5.2 GRUPAMENTO DE FORÇAS

5.5.2.1 A operação de Apvt Exi comporta dois tipos de forças:
a) força de Apvt Exi; e
b) força de acompanhamento e apoio.

5.5.2.2 Ambas as forças deverão possuir alta mobilidade e são subordinadas diretamente ao escalão que as lançou. Não há relação de comando entre ambas.

5.5.2.3 Tendo em vista que o Apvt Exi é caracterizado por um movimento rápido, as unidades de Inf Bld são mais aptas para esse tipo de operação. Excepcionalmente as unidades de infantaria motorizada (Inf Mtz) podem participar deste tipo de operação, normalmente, constituindo a força de acompanhamento e apoio.

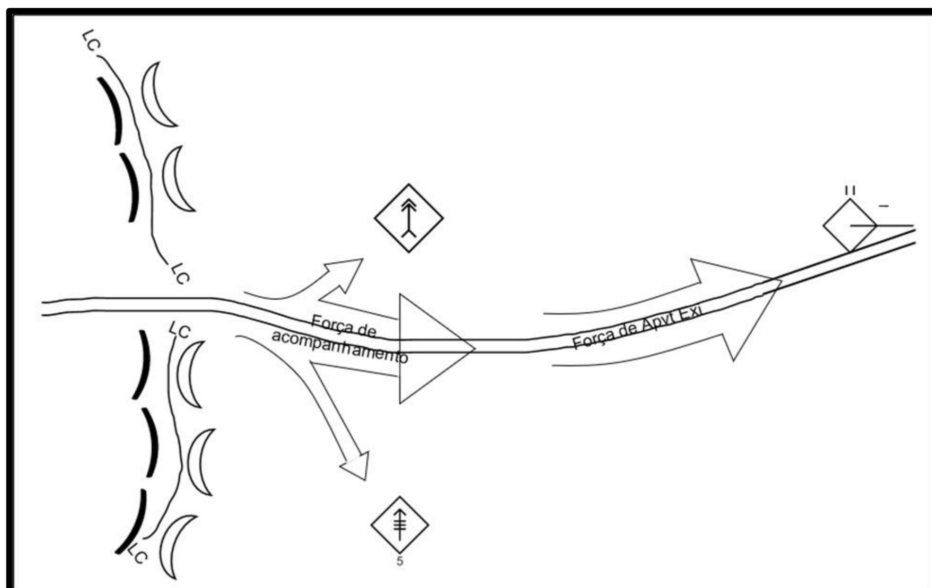


Fig 5-32 – Apvt Exi

5.5.2.4 A força de acompanhamento e apoio segue de perto a força de Apvt Exi, deslocando-se, à retaguarda e, normalmente, pelo E Prog principal. Estreita ligação é estabelecida entre o comandante da força de acompanhamento e apoio e o da força de Apvt Exi. Elementos da força de acompanhamento e apoio podem ser postos em reforço à força de Apvt Exi.

5.5.2.5 Forças Amv e Aet podem ser proveitosamente empregadas, formando FT com as forças terrestres, para realização de cerco ou pressão direta, durante o Apvt Exi, para conquistar acidentes capitais do terreno que contribuam para o cumprimento da missão.

5.5.2.6 Para o estudo mais detalhado a respeito desse tipo de operação, deve-se consultar o MC *Forças-Tarefas Blindadas*.

5.6 PERSEGUIÇÃO

5.6.1 Na perseguição, a força tem a missão de cercar e destruir uma força inimiga que está em processo de desengajamento do combate ou tentando fugir. Normalmente, essa operação segue-se ao Apvt Exi, distinguindo-se deste pela não previsibilidade de tempo e lugar e por sua finalidade principal, que é a de completar a destruição inimiga. Excepcionalmente, as unidades de Inf Mtz podem participar desse tipo de operação.

5.6.2 Os grupamentos de forças na perseguição são:
a) força de pressão direta – a missão da força de pressão direta é evitar o desengajamento do inimigo e impedir que ele se reorganize e prepare novas defesas, infligindo-lhe o máximo de perdas. Deve possuir mobilidade, no mínimo, igual à força inimiga, sendo os batalhões de Inf Bld e Mec as tropas mais aptas; e
b) força de cerco – tem como missão desbordar ou envolver o inimigo e cortar seu itinerário de fuga, de forma que ele seja destruído entre essa força e a de pressão direta. A força de cerco, durante sua progressão, procura antecipar-se ao inimigo e apossar-se dos acidentes capitais do terreno que possam bloquear suas possíveis vias de retirada. Deve ter mobilidade superior à do inimigo, como também capacidade para manter, por tempo reduzido, os referidos acidentes capitais. Os batalhões aeromóveis e aeroterrestres podem cumprir com vantagens as missões da força de cerco, bem como tropas de Inf Bld ou mecanizadas.

5.6.3 Para o estudo mais detalhado a respeito desse tipo de operação, deve-se consultar o MC *Forças-Tarefas Blindadas*.

5.7 ATAQUE NOTURNO OU SOB CONDIÇÕES DE VISIBILIDADE LIMITADA

5.7.1 GENERALIDADES

5.7.1.1 As operações deverão desenvolver-se diuturnamente, sem perda da impulsão e da iniciativa, visando a conquistar o mais rápido possível os objetivos selecionados. No ataque noturno, deve ser dada ênfase à continuidade das operações, com o objetivo deste ataque não ser analisado como uma operação estanque, mas sim fazendo parte de um contexto. Assim, as operações diurnas darão sequência, sem interrupções, às operações noturnas e vice-versa.

5.7.1.2 A técnica aqui preconizada pode ser empregada nas ações noturnas, com modificações exigidas pela missão, pela resistência inimiga, pelo tempo disponível, pelo terreno, pela existência ou não de meios optrônicos e pela luminosidade existente. Os meios optrônicos modernos trouxeram às operações noturnas um aumento considerável no poder de combate do atacante durante essas operações.

5.7.2 FINALIDADES

5.7.2.1 Um batalhão pode fazer um ataque noturno por uma ou mais das seguintes finalidades:
a) evitar pesadas perdas a que estaria sujeito, realizando ataques diurnos;
b) combinado com ataques diurnos, conquistar um terreno importante para futuras operações, evitar que o inimigo melhore suas defesas e concluir ou explorar um sucesso;
c) iludir o inimigo e tirar proveito da surpresa inerente ao combate; e
d) explorar as deficiências de meios optrônicos do inimigo.

5.7.3 MISSÃO DO BATALHÃO

5.7.3.1 A missão do batalhão, num ataque noturno, é a mesma de qualquer operação ofensiva. A existência de meios optrônicos possibilitará à Bda direcionar o seu ataque para objetivos um pouco mais profundos, que comprometam a integridade do dispositivo defensivo do inimigo. Os batalhões de infantaria poderão, portanto, enquadrar-se nas seguintes situações:
a) ser peça de manobra do escalão de ataque da Bda;
b) ser reserva da Bda, podendo realizar, posteriormente, uma ultrapassagem, passando a pertencer ao escalão de ataque, no caso do prosseguimento das operações; ou
c) realizar uma finta, demonstração ou uma ação preliminar.

5.7.3.2 Em condições de luminosidade nula, os batalhões tenderão a receber objetivos pouco profundos, evitando-se as ultrapassagens.

5.7.4 CARACTERÍSTICAS

5.7.4.1 O combate noturno, apesar do advento dos meios optrônicos, geralmente caracteriza-se por um decréscimo na eficiência dos tiros com pontaria direta, por um aumento correspondente na importância do combate aproximado, pelos tiros amarrados que foram apontados sobre determinados objetivos durante o dia, pela dificuldade de deslocamento, de ação de comando e manutenção do controle, direção e de ligação. Caracteriza-se também pela diminuição da capacidade de visão do combatente, o que reflete na redução da velocidade de progressão da tropa atacante, pela dificuldade de identificação de tropas amigas ou inimigas e pela dificuldade de orientação no terreno. Os ataques noturnos favorecem ao atacante, que sabe de sua realização, enquanto o defensor é assaltado por dúvidas, apreensão e medo do desconhecido.

5.7.4.2 Os fatores acima tornam de máxima importância os princípios de simplicidade, sigilo e surpresa. Os ataques noturnos exigem um planejamento cuidadoso e pormenorizado, bem como uma execução precisa e coordenada. O sigilo e a surpresa são essenciais para que o ataque noturno seja conduzido com um mínimo de baixas. Na eventualidade de perda da surpresa, o planejamento deverá prever o apoio de fogo, a manobra e a ação de choque necessários à conquista do objetivo. Devido às dificuldades de reorganização à noite, não é aconselhável esperar de uma unidade a conquista de mais de um objetivo. O objetivo deverá ser facilmente identificável à noite e suficientemente pequeno para que possa ser conquistado em um único assalto.

5.7.4.3 No combate noturno, é preciso conciliar as necessidades táticas, inerentes a cada tipo de operação, com o desgaste da tropa, que surge com o continuar das operações, principalmente advindos da privação do sono e da tensão do combate. Caberá a todo Cmt, em qualquer nível de comando, a emissão de diretrizes e ordens relacionadas à possibilidade de descanso de seus comandados, em especial quanto ao tempo necessário ao sono da tropa, a fim de preservar a operacionalidade alcançada. Deduz-se, por conseguinte, que as medidas necessárias para se diminuir ou eliminar os efeitos negativos advindos da privação do sono, devem constar da diretriz do comandante. Tais considerações avultam de importância durante operações continuadas, quando a tropa, por qualquer motivo, não for substituída.

5.7.4.4 O nível de variação da intensidade luminosa, durante um ataque noturno, variará em função da fase da lua, da forma do terreno (plano ou ondulado), da cobertura vegetal na área e da nebulosidade. Tais fatores proporcionarão níveis diversos de luminosidade, que variarão desde a escuridão total até noites bem claras.

5.7.4.5 O ritmo das operações dependerá da quantidade de equipamentos de visão noturna disponíveis para a tropa. Os demais combatentes não portadores desses equipamentos deverão portar material com característica de

fluorescência direcional, tipo fita ou botão, a fim de melhor contribuir para a coordenação, o controle, a segurança e a velocidade de progressão. Os diferentes equipamentos de visão noturna restringem a observação angular, além da variação em alcance, conforme o tipo utilizado, com reflexos na progressão, na técnica de observação e na fadiga ocular. Os equipamentos utilizados deverão proporcionar a visibilidade adequada às necessidades do combatente a pé, do combatente embarcado em viatura ou carro de combate, às necessidades de condução de tiro ou de funcionamento de determinado posto de observação. É de fundamental importância o adestramento da tropa com equipamentos dessa natureza.

5.7.4.6 Pode ocorrer certo grau de confusão no âmbito tático do emprego das unidades e frações ou no que se refere ao desempenho individual. Para restringir essa confusão, há necessidade de grande detalhamento no planejamento, bem como de atingir-se o menor escalão com as medidas necessárias à manutenção da coordenação e controle da tropa. Deve-se analisar a manobra, buscando-se adotar uma distribuição de equipamentos de visão noturna que possibilite um valor ideal, mínimo ou desejável em relação à operacionalidade da tropa. Devem também ser estabelecidas NGA para operações noturnas, bem como adestramento contínuo dos batalhões em operações dessa natureza. A liderança dos quadros e o moral da tropa também são parâmetros multiplicadores do poder de combate do atacante durante as operações noturnas.

5.7.5 EQUIPAMENTOS ESPECIAIS EMPREGADOS

5.7.5.1 Durante um ataque noturno, podem ser empregados os seguintes equipamentos especiais:
a) artifícios iluminativos;
b) luz infravermelha; e
c) dispositivos passivos: intensificação da luz residual e dispositivo térmico.

5.7.5.2 Artifícios iluminativos são todos os tipos de artifícios usados para iluminar um objetivo ou uma Z Aç. Em especial, deve-se atentar para o emprego de munição iluminativa dos morteiros e de artilharia. A decisão de iluminar ou não o campo de batalha ou um objetivo dependerá dos fatores da decisão e de outros aspectos, que indicarão o tipo e a maneira mais adequada de fazê-lo.

5.7.5.3 Equipamento de luz infravermelha (*looking infra red* – LIR) – é um equipamento cujo alcance varia de acordo com a fonte alimentadora. O seu volume é tanto maior quanto mais se aumenta a potência do equipamento. É um dispositivo ativo por necessitar de que o alvo seja sensibilizado por um feixe luminoso infravermelho. Logo, possibilita ao inimigo, com óculos especiais, ver o raio emitido, localizando nossa posição. Esse equipamento sofre restrições de visibilidade em presença de poeira, fumígenos, vapor d’água ou camuflagem com tinta especial infravermelha, que atenuam a reflexão do feixe infravermelho.

5.7.5.4 Dispositivo de intensificação da luz residual – o alcance desse equipamento dependerá da luminosidade existente, do tamanho do alvo e da visibilidade reinante. Em princípio, os óculos, devido ao peso e volume, são adequados ao combatente a pé, com a vantagem de serem passivos, não emitindo luz. Permite o uso conjugado com o marcador de alvo *laser* infravermelho. Uma camuflagem adequada, a poeira, a chuva, o nevoeiro e fumígenos são fatores restritivos ao uso desse equipamento.

5.7.5.5 Equipamento de imagem térmica ou de visão termal – este equipamento capta a variação térmica e utiliza o princípio de que todo corpo e ambiente emitem calor. Pode ser usado, eficientemente, inclusive durante o dia, contra a camuflagem convencional, nevoeiro, fumaça e chuva, os quais não são eficazes contra esse tipo de equipamento. As restrições ao uso desse equipamento são as granadas de vapor d’água e o suprimento classe V (munição) com base de dióxido de carbono (CO_2).

5.7.6 ILUMINAÇÃO

5.7.6.1 Os ataques noturnos podem ser classificados em iluminados e não iluminados. A escolha do tipo a ser utilizado tem como base o inimigo, o terreno, a situação tática, a experiência da tropa e a disponibilidade de material. Um emprego hábil de artifícios de iluminação do campo de batalha, durante um período, em um setor, pode proporcionar um excelente plano de dissimulação para iludir o inimigo quanto ao local ou horário exato do verdadeiro ataque. Tais planos de dissimulação podem incluir a extensão da zona iluminada até uma considerável distância de ambos os flancos com o fim de não denunciar a área exata do ataque.

5.7.6.2 Um ataque noturno não iluminado é feito sob a proteção da escuridão, usando-se somente a luz natural. Esse ataque não pode progredir a fundo nas posições inimigas em virtude da dificuldade de manutenção do controle e da direção durante a escuridão. O objetivo designado sob essas condições poderá ser uma determinada área ou acidente do terreno, junto à frente inimiga, e de tal largura e profundidade que possa ser conquistado em um simples lanço pela força encarregada do ataque noturno. Esse objetivo deverá ser bem definido e facilmente identificável à noite. É essencial a observação, durante o dia, do objetivo e do terreno à frente. A direção do ataque é mantida por acidentes existentes, tais como as estradas, as cercas, as linhas de estacas e outros meios de fortuna, como fitas de demarcação, fios telefônicos, artifícios eletrônicos ou material com fluorescência direcional. Os ataques noturnos não iluminados são feitos quando as considerações de sigilo os imponham.

5.7.6.3 Um ataque noturno iluminado é feito com iluminação artificial, com uma visibilidade semelhante à do dia. Pode ser feito mais profundamente na posição inimiga do que um ataque não iluminado. Em tais casos, são aplicáveis os

princípios das operações diurnas. O prosseguimento do ataque pela reserva, sobre os objetivos sucessivos, pode ser feito empregando-se a iluminação.

5.7.6.4 Quando o campo de batalha é iluminado por artifícios, estes podem ser lançados geralmente por morteiros ou artilharia. A intensidade da luz depende do tipo, do tamanho e do número de artifícios empregados. Quando são usados artifícios com paraquedas, especial atenção deve ser dada à direção e à velocidade do vento, para evitar que sejam impelidos sobre o atacante ou à sua retaguarda, provocando com isto grave vantagem ao defensor. Os artifícios com paraquedas, normalmente, são colocados sobre ou atrás da posição inimiga, com a finalidade de delinear sua posição à tropa de ataque. Grande número de artifícios são necessários para proporcionar uma iluminação contínua.

5.7.6.5 Se nossas tropas dispuserem de meios optrônicos e o inimigo não dispuser, em princípio, deve ser empregado o ataque não iluminado. Se ocorrer o inverso, ou seja, o inimigo dispuser de tais meios e nossas tropas não, em princípio, deve ser empregado o ataque iluminado. Em condições de igualdade (ambos os contendores com ou sem meios optrônicos), diversos fatores devem ser considerados, tais como o terreno, o tempo disponível, o grau de luminosidade, o adestramento e a experiência da tropa em operações dessa natureza, o valor do inimigo, o moral da tropa e outros fatores.

5.7.6.6 Se durante um ataque noturno for usada a iluminação, o plano de ataque deve ser organizado de acordo com a visibilidade. Quando se realiza um ataque iluminado, o Cmt do batalhão toma providências para coordenar o seu plano de ataque com o plano de iluminação do Esc Sp. Quando a iluminação é proporcionada por artifícios iluminativos lançados por morteiros e artilharia, o pessoal de ligação e os observadores avançados dessas unidades estabelecem o controle desses fogos.

5.7.7 APOIO DE FOGO

5.7.7.1 Os ataques noturnos, independente da classificação quanto à iluminação, podem ser classificados também em apoiados e não apoiados.

5.7.7.2 Um ataque noturno apoiado é feito com o emprego de fogos de apoio antes, durante e depois do ataque. Esses ataques, quer sejam iluminados ou não, podem ser executados pelo Btl contra uma posição bem organizada, onde a possibilidade de completa surpresa seja remota. As armas de apoio do Btl e da Bda, inclusive sua artilharia, normalmente são empregadas na preparação do ataque, no apoio durante sua execução e na proteção durante e após o ataque. Os fogos de preparação e de apoio são empregados como em qualquer outro ataque, acrescentando-se o planejamento dos artifícios iluminativos, se for o caso. Os fogos de proteção isolam o objetivo e evitam ou limitam os contra-ataques inimigos. Todos esses fogos, normalmente, são executados em toda a área, em conjunto com outros fogos previstos. O sigilo quanto à localização

exata, à direção e à hora do ataque deve ser mantido, desencadeando-se concentrações em outros horários ou locais.

5.7.7.3 Um ataque noturno não apoiado é feito para permitir que a força de ataque avance até a distância de assalto ao objetivo, sem auxílio dos fogos de apoio. Esses ataques noturnos podem ser executados pelo Btl quando houver probabilidade de se obter completo sigilo. Os ataques noturnos, não apoiados, são empregados, normalmente, contraposições sumariamente organizadas ou quando houver uma forte probabilidade de que as defesas exteriores da posição possam ser facilmente contornadas. Nesse processo de ataque noturno, os tiros de preparação não são empregados. Os fogos de apoio e de proteção são planejados da mesma maneira que para um ataque noturno apoiado, mas só podem ser empregados quando o ataque for descoberto pelo inimigo. Nessa situação, podem ser desencadeados artifícios iluminativos a fim de favorecer o atacante, se for o caso. Uma vez iniciado o assalto sobre o objetivo, os fogos de proteção planejados são empregados, como em qualquer ataque noturno apoiado, para isolar o objetivo e evitar ou limitar os contra-ataques inimigos. O sigilo nos deslocamentos é essencial nesse ataque, bem como o emprego, pelo Esc Sp, de fintas e demonstrações.

5.7.7.4 Os fogos de apoio podem ser desencadeados, mediante horário, a um sinal convencionado ou a pedido. Todas as armas de tiro empregadas nos tiros preparados são coordenadas com os fogos de morteiros e de artilharia. As posições para as armas de apoio são reconhecidas e balizadas e os elementos de tiro são levantados durante o dia. As armas que executarão os fogos serão instaladas sob a proteção da escuridão.

5.7.7.5 Os fogos do pelotão de morteiros e das armas AC, os carros de combate em reforço ou outras armas de apoio devem ficar disponíveis logo após a conquista do objetivo. As armas de tiro direto capazes de ser transportadas a braço podem seguir o escalão de ataque por lanços, mas não deverão ficar muito próximas dele, para evitar que sejam envolvidas no ataque. A decisão para deslocá-las dessa maneira dependerá da visibilidade, do terreno e da provável reação do inimigo. Quando a distância ao objetivo for pequena, ou quando as condições forem desfavoráveis para o deslocamento imediatamente atrás do escalão de ataque, os elementos de apoio permanecem à retaguarda da linha de partida para serem levados à frente por guias, após a conquista do objetivo. Em tais casos, se as armas de tiro direto forem empregadas para fornecer fogos de proteção ao escalão de ataque, estas serão instaladas em posições convenientes, à frente ou nos flancos para desencadear fogos de proteção.

5.7.7.6 A mudança de posição, após a conquista do objetivo, é feita com rapidez e pode ser realizada por transporte a braço, viaturas ou por meios aéreos. O controle de tais deslocamentos é difícil e deve ser planejado minuciosamente.

5.7.7.7 Os morteiros, normalmente, não mudam de posição antes da conquista do objetivo. São deslocados quando a progressão no interior da posição inimiga é tão profunda que torne seus tiros ineficazes. Quando os elementos do batalhão que executam o ataque noturno vão prosseguir na operação ao clarear do dia, esses morteiros podem ser deslocados para apoiar o ataque diurno. Quando esses deslocamentos forem necessários, as armas deslocam-se por escalões, a fim de que possam desencadear seus fogos de proteção. Nos ataques noturnos iluminados, as armas de apoio são empregadas como num ataque diurno.

5.7.8 RECONHECIMENTO E OUTRAS AÇÕES PREPARATÓRIAS

5.7.8.1 Os preparativos feitos pelo Cmt Btl para um ataque noturno contra uma posição defensiva inimiga compreendem:
a) a determinação do efetivo, em fuzileiros, do escalão de ataque e a hora de início do ataque;
b) a escolha da Z Reu e as providências para sua ocupação;
c) a imediata expedição de ordens preparatórias, informando a natureza da operação, que dependerá do nível de visibilidade e da quantidade de meios optrônicos disponíveis, a quantidade e o tipo dos reconhecimentos a serem realizados pelos oficiais do EM e Cmt de subunidades, a hora e local de reunião para recebimento de ordens;
d) a determinação dos limites do objetivo e as vias de acesso mais favoráveis que conduzem a ele, dependendo do nível de visibilidade em que será desenrolado o ataque noturno;
e) a determinação do dispositivo do escalão de ataque;
f) a localização das posições de ataque; a linha de partida; a provável linha de desenvolvimento; os pontos de liberação de companhia; os limites laterais exatos de cada objetivo de companhia e a linha limite de progressão;
g) o reconhecimento e o balizamento dos itinerários entre a Z Reu e a posição de ataque;
h) a coordenação com as tropas amigas nas vizinhanças da posição de ataque e na linha de partida, instruções para a abertura de brechas à frente para passagem da tropa; e
i) a informação ao Cmt Bda sobre as repercussões da determinação do ataque ser iluminado ou não na manobra de seu batalhão, pelo estudo do terreno.

5.7.8.2 O reconhecimento diurno executado por todos os Cmt é de grande importância em todos os ataques noturnos e é essencial quando essa operação for executada contra posições defensivas organizadas ou em noites totalmente escuras. Ele será completado por patrulhas de reconhecimento, durante a escuridão, e pelo estudo das cartas ou fotografias aéreas. As fotografias aéreas da Z Aç deverão ser distribuídas a todas as companhias. O reconhecimento é realizado com a devida atenção, tendo em vista o sigilo. Durante o dia, o reconhecimento do terreno normalmente fica limitado à observação realizada a partir das linhas de frente amigas. Frequentemente, os únicos meios de assegurar informações pormenorizadas do terreno na Z Aç, bem como a

localização e efetivo dos elementos de vigilância e postos de escuta inimigos, são as patrulhas noturnas, que poderão estar, para maior eficiência, equipadas com visores noturnos. Os elementos dessas patrulhas podem ser utilizados, mais tarde, como membros de destacamentos de segurança na frente e nos flancos. Os destacamentos podem ser empregados para balizar itinerários à frente da linha de partida, demarcar a provável linha de desenvolvimento, silenciar sentinelas e fornecer guias às frações subordinadas para seu deslocamento da linha de partida até a provável linha de desenvolvimento. A engenharia em apoio ou em reforço é empregada para localizar os campos de minas inimigos. Devem ser feitos planos para a abertura de brechas, nesses e em outros obstáculos, antes do ataque. As instruções do Cmt Btl para os Cmt das companhias definem a zona que cada companhia deve patrulhar e as informações a serem obtidas. O número de patrulhas, o seu efetivo e os outros pormenores podem ser também prescritos.

5.7.8.3 O planejamento dos ataques noturnos contra uma posição inimiga organizada deverá ser mais minucioso que para um ataque diurno. Em complemento aos planos normais de manobra e de apoio de fogos, devem ser determinadas as medidas pormenorizadas que assegurem a coordenação e o controle entre os elementos do escalão de ataque e os de apoio, para manter a segurança, o sigilo e as comunicações. Deverão ser feitas previsões para todas as eventualidades. O planejamento detalhado para um ataque noturno deve refletir-se nos pormenores da ordem do batalhão. O trabalho de normas de comando é idêntico ao ataque diurno.

5.7.9 SEGURANÇA E SIGILO

5.7.9.1 A segurança é mantida por destacamentos na frente e nos flancos. As patrulhas colhem dados até pouco antes do início do ataque, quando os destacamentos de segurança se deslocam para suas posições previamente escolhidas e reconhecidas, para proteger a progressão das companhias do escalão de ataque. É ideal que esses destacamentos utilizem equipamentos de visão noturna e eliminem as patrulhas e os vigias inimigos. Se possível, os destacamentos de segurança devem dispor de homens que falem o idioma do inimigo. O efetivo, o número e os dispositivos dos destacamentos de segurança dependem do inimigo, do terreno e da visibilidade.

5.7.9.2 Em um ataque noturno, a segurança e a surpresa são obtidas, principalmente, pelo sigilo. As medidas para assegurar o sigilo são:
a) a restrição no efetivo e nas atividades das turmas empregadas nos reconhecimentos e nos outros preparativos;
b) o desencadeamento periódico de concentrações em outras áreas ou em outros horários;
c) a iluminação de outras zonas para enganar o inimigo;
d) o ataque em hora e em direção inesperadas;

e) a manutenção das armas carregadas e travadas durante o deslocamento e somente abrir fogo por ordem de determinados comandantes;
f) a total disciplina de luzes e ruídos;
g) o emprego de armas brancas durante o deslocamento e o ataque;
h) o deslocamento, em pequena velocidade, para que toda a fração possa deslocar-se em silêncio e seja mantida a ligação entre os homens; e
i) o emprego de patrulhas para colocar fora de combate os postos de escuta e os vigias inimigos, momentos antes das forças de ataque chegarem a seus locais.

5.7.10 IDENTIFICAÇÃO À NOITE

5.7.10.1 São prescritos meios de identificação para todo o pessoal. Constam das instruções do Cmt Btl e servem para identificar qualquer homem que se desloque para o objetivo, antes de clarear o dia. A não ser que se disponha de meios especiais de identificação, os meios prescritos devem ser imediatamente distribuídos a todos os homens. Esses meios não deverão ser complicados, porém facilmente reconhecíveis a alguns metros de distância. Braçadeiras de pano branco ou materiais fluorescentes são um bom meio de identificação. Podem ser estabelecidos distintivos para os oficiais e, se possível, para os sargentos. A criatividade dos comandantes poderá improvisar qualquer meio de identificação mútua para a tropa. Tais meios de identificação têm reflexos positivos na segurança da operação.

5.7.11 EMPREGO DE CARROS COMBATE (CC)

5.7.11.1 O emprego dos CC com o escalão de ataque apresenta a desvantagem da quebra do sigilo e da surpresa. Por isso, normalmente, não devem ser utilizados nessa situação. Quando o ataque for não iluminado, podem ser empregados na consolidação dos objetivos. Em um ataque noturno iluminado ou quando dispomos de visores noturnos e lunetas, as condições se aproximam das de um ataque diurno e, assim sendo, os carros podem deslocar-se segundo os vários processos de emprego do combinado infantaria – carros.

5.7.12 MANOBRA

5.7.12.1 Quando a tropa não for equipada com meios optrônicos, as características do ataque noturno restringem as possibilidades de manobra. Para contornar essas dificuldades, os ataques noturnos são feitos sem mudança de direção e com dispositivos relativamente cerrados. O ataque pode, ou não, ser frontal com relação às defesas do inimigo, mas a manobra deve ser extremamente simples.

5.7.12.2 Conciliando-se diversos conceitos sobre a manobra, o ataque noturno pode ser executado por meio de um desbordamento ou de uma infiltração tática, para buscar incidir pelo flanco ou pela retaguarda do inimigo, obtendo maior grau

de surpresa e maior probabilidade de sucesso, respeitando-se o princípio da simplicidade. Tais formas de manobra podem dificultar a coordenação e o controle, principalmente à noite, embora os meios optrônicos reduzam essa dificuldade. Os fatores da decisão, além de outros aspectos como adestramento e moral, induzem à realização ou não dessas formas de manobra em operações noturnas. Normalmente o ataque não iluminado e não apoiado será conduzido utilizando-se técnicas de infiltração.

5.7.12.3 O escalão de ataque pode deslocar-se da Z Reu para uma posição de ataque segura de onde o ataque será desencadeado. Depois de ocupar a linha de partida, em princípio, todos os deslocamentos na escuridão são feitos diretamente na direção dos objetivos, sem qualquer mudança na direção. Ao fazer seu plano de manobra, o Cmt considera, além da amplitude e da localização do objetivo:
a) o dispositivo do batalhão;
b) a posição de ataque;
c) a hora do início do ataque;
d) a linha de partida;
e) os pontos de liberação;
f) a velocidade do deslocamento;
g) a provável linha de desenvolvimento; e
h) a linha limite de progressão.

5.7.13 OBJETIVO E EFETIVO DO ESCALÃO DE ATAQUE

5.7.13.1 Embora o objetivo do batalhão seja fixado pela Bda, o Cmt Btl determina, exatamente, no terreno, seus limites laterais. A largura do objetivo determina o efetivo a ser empregado no escalão de ataque. Na escuridão, o intervalo entre os homens é reduzido. Meios optrônicos podem aumentar um pouco essa frente. Quando o objetivo exige que o ataque seja feito por mais de uma companhia, o Cmt Btl divide o objetivo entre suas SU de primeiro escalão. Quando o batalhão está equipado com meios optrônicos e a visibilidade for tal que permita a manobra do pelotão reserva, as companhias colocam dois pelotões de fuzileiros em primeiro escalão e um em reserva; caso contrário, o Cmt Btl designa às companhias do escalão de ataque objetivos de tal largura que lhes permitam empregar todos os seus pelotões de fuzileiros em linha.

5.7.14 DISPOSITIVO

5.7.14.1 O Cmt Btl prescreve o dispositivo das companhias de fuzileiros do escalão de ataque. O deslocamento até o ponto de liberação de companhia, normalmente, é feito em coluna. As companhias do escalão de ataque, em princípio, transpõem a linha de partida com os pelotões justapostos ou sucessivos, estando esses em coluna. Se a visibilidade e o terreno permitirem a manutenção do controle, e o objetivo estiver próximo da linha de partida, ou se é esperado um prematuro contato com o inimigo, pode ser vantajoso o avanço

desde a linha de partida, disposta a companhia por pelotões justapostos, estando esses em coluna. Os intervalos entre as companhias devem ser tais que permitam, sem embaraço, a entrada dos grupos de combate em linha para o assalto. O escalão de ataque modifica seus dispositivos nos pontos de liberação ou quando o desenvolvimento for forçado pela ação inimiga. Em noites com melhores níveis de visibilidade, o dispositivo tenderá para o adotado em um ataque diurno, dependendo da disponibilidade de equipamento de visão noturna e de dispositivos auxiliares de sinalização noturna (fitas e outros equipamentos e materiais de fosforescência direcional), atentando-se para o controle e segurança da tropa.

5.7.14.2 O Cmt Btl mantém uma reserva, em princípio, com valor mínimo de uma companhia de fuzileiros, para cumprir as missões normais da reserva. Quando a distância da linha de partida até o objetivo não for grande ou a visibilidade não favorecer o emprego da reserva, esta pode ser mantida à retaguarda da linha de partida até a conquista do objetivo, após o que poderá cerrar à frente. Elementos da reserva podem ser empregados na limpeza, atuando contra os grupos inimigos ultrapassados pelo escalão de ataque. Dependendo da visibilidade e da disponibilidade de equipamentos de visão noturna ou de dispositivos auxiliares de sinalização, a reserva adotará dispositivos semelhantes ao do ataque diurno, deslocando-se por lanços à retaguarda do escalão de ataque.

5.7.15 MEDIDAS DE COORDENAÇÃO E CONTROLE

5.7.15.1 Zona de reunião (Z Reu) – o batalhão desloca-se para uma Z Reu, onde são feitos os preparativos para o ataque.

5.7.15.2 Posição de ataque (P Atq) – se possível, uma posição de ataque deve ser escolhida de maneira que possa conter o escalão de ataque no dispositivo prescrito para a transposição da linha de partida. Nessa posição, as medidas de controle e as direções são verificadas e os destacamentos de segurança são enviados até suas posições. A área escolhida deve oferecer o mínimo de obstáculos e espaço para dispersão. Um controle eficiente deve ser exercido durante o deslocamento para a posição de ataque, com a finalidade de reduzir ao mínimo a confusão, a perda da direção e a quebra do sigilo. Os meios para esse controle compreendem os equipamentos de visão noturna, a utilização de guias, a escolha de itinerários claramente definidos e o emprego de balizamento. O deslocamento da zona de reunião para a posição de ataque, em princípio, é feito sob o controle do batalhão. Contudo, quando for o caso, em virtude do dispositivo para o ataque e da escolha P Atq diferentes para cada SU, o controle pode ser descentralizado para os comandantes de companhia.

5.7.15.3 Linha de partida (LP) – caso não possa ser fixada por um acidente do terreno, essa linha pode ser demarcada com fitas ou outros meios improvisados. O ideal seria estabelecer a orla anterior da posição de ataque como linha de partida.

5.7.15.4 Hora do ataque – quando um ataque deve prosseguir no dia seguinte, o ataque noturno pode ser feito na segunda parte da noite, para não dar tempo ao inimigo de organizar um contra-ataque eficaz. O ataque deverá ter início com tempo suficiente para a completa conquista do objetivo, consolidação e a reorganização da tropa antes do clarear do dia. Quando a missão for conquistar e manter um objetivo, o batalhão, geralmente, ataca logo após o escurecer para impedir que o inimigo se reorganize, reforce sua posição, ataque ou retraia. Nas duas situações acima, para estimar a hora do início do ataque, o Cmt Btl deve estipular um horário de referência a partir do qual o Btl já tenha cumprido a missão e esteja disposto no terreno para fazer face aos contra-ataques inimigos. Deve subtrair desse horário o tempo previsto para a consolidação, reorganização e o tempo de deslocamento da linha de partida até os objetivos finais. Deve ser deixada uma margem de segurança para compensar os retardos imprevistos.

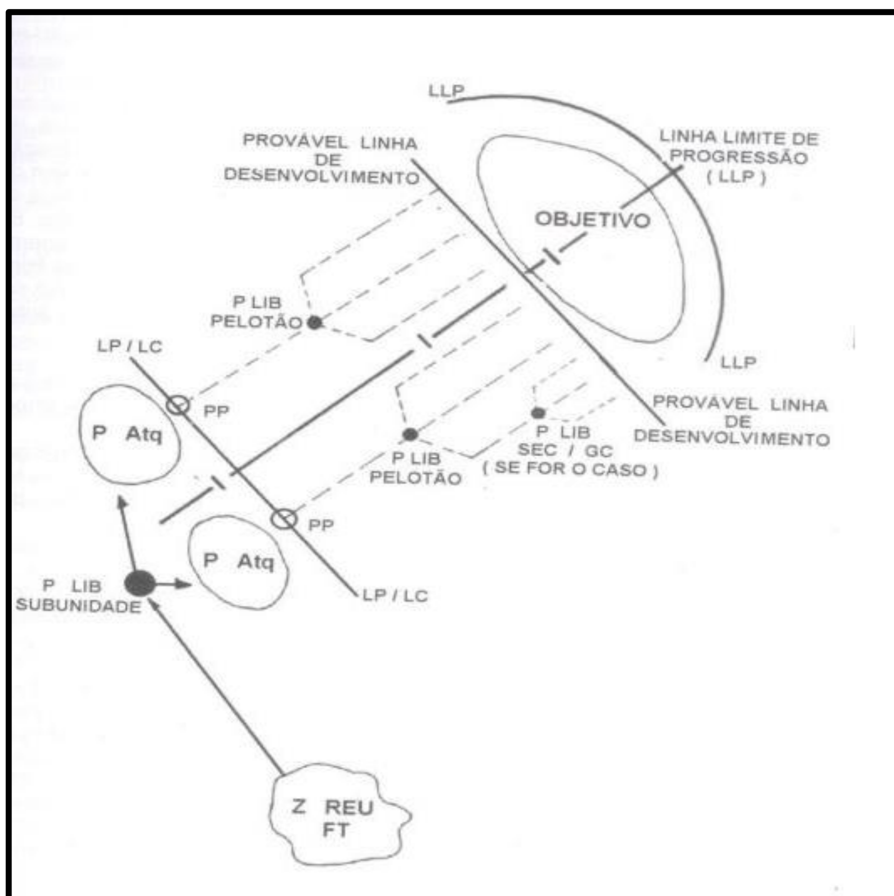


Fig 5-33 – Medidas de coordenação e controle no ataque noturno

5.7.15.5 Pontos de liberação (P Lib) – os pontos de liberação são localizados ao longo do itinerário de progressão, onde determinados elementos são deixados sob o controle de seus próprios comandantes. Esses pontos são fixados pelo comandante imediatamente superior. O Cmt Btl fixa o ponto de liberação onde as companhias do escalão de ataque tomam novas direções, mais ou menos paralelas, facilitando o prosseguimento do movimento. Da mesma maneira, os Cmt de companhia fixam os pontos de liberação dos seus pelotões e os Cmt de pelotão, para seus grupos de combate. Esses pontos de liberação sucessivos ficam localizados entre a Z Reu do batalhão e a provável linha de desenvolvimento, e a sua escolha, em cada escalão de comando, depende da natureza do terreno, do conhecimento do dispositivo inimigo, do grau de escuridão que prevalece, da distância ao objetivo e da intenção de manter a formação em coluna o maior tempo possível, para facilitar o controle. As frações desenvolvem-se imediatamente, sem observar os pontos de liberação, quando isso for imposto pela ação inimiga.

5.7.15.6 Provável linha de desenvolvimento (PLD) – a provável linha de desenvolvimento é uma linha sobre a qual o comandante pretende desenvolver completamente a tropa para o assalto ao objetivo. Deve ser perfeitamente identificável à noite e estar dentro da distância de assalto ao objetivo. Essa distância varia de acordo com o tipo da posição a ser assaltada, com o tipo e a intensidade do fogo de apoio que precede o assalto, com a reação inimiga esperada, se o inimigo possui ou não equipamentos de visão noturna e com o terreno. Quando não se dispuser de uma linha natural do terreno para o desenvolvimento, pode ser demarcada uma linha por guias que se utilizam de meios improvisados ou de material apropriado, tais como dispositivos luminosos, fluorescentes ou infravermelhos. O emprego de P Lib e da provável linha de desenvolvimento auxiliam o escalão de ataque a cobrir uniformemente o objetivo.

5.7.15.7 Linha limite de progressão (LLP) – é planejada para manter o controle e evitar que o escalão de ataque seja submetido aos fogos de proteção amigos. O Cmt Btl estabelece uma linha limite para a progressão, tanto em profundidade como nos flancos do objetivo. Essa linha deverá seguir os acidentes do terreno reconhecíveis à noite pela tropa. Os fogos de proteção para isolar o objetivo são planejados para, imediatamente, após essa linha.

5.7.16 VELOCIDADE DE PROGRESSÃO

5.7.16.1 O Cmt Btl planeja a velocidade da progressão do escalão de ataque para que o assalto ao objetivo seja feito, simultaneamente, pelas companhias de primeiro escalão. Os ataques noturnos realizados em terreno difícil podem exigir que as companhias de primeiro escalão transponham a linha de partida em horários diferentes, para assegurar a chegada ao objetivo simultaneamente. Durante a progressão, os vários comandantes permanecem alertas para assegurar um estreito controle sobre o deslocamento, verificando a direção e a ligação com o elemento base.

5.7.16.2 No ataque não apoiado e não iluminado, a velocidade de progressão depende do terreno e da visibilidade e, normalmente, é lenta em virtude da necessidade de cautela e da pouca visibilidade. O controle e a manutenção da direção são difíceis nesse tipo de ataque noturno.

5.7.16.3 No ataque apoiado, iluminado ou não, a surpresa é obtida pela direção do ataque. O sigilo, normalmente, é subordinado à velocidade de progressão. O assalto ao objetivo é feito tão rapidamente quanto possível.

5.7.16.4 Apesar do emprego de equipamentos de visão noturna em determinados ataques, a velocidade de progressão do ataque noturno não se assemelha ao ataque diurno.

5.7.17 COMANDO E CONTROLE

5.7.17.1 O posto de comando do batalhão permanece à retaguarda da linha de partida, até que o objetivo tenha sido conquistado, quando poderá cerrar à frente ou permanecer no local inicial. O Cmt Btl, os oficiais designados do seu EM e os mensageiros podem seguir na esteira da SU que realiza o ataque principal ou acompanhar a manobra de um posto de observação quando o ataque é iluminado. Uma turma de comunicações, com telefone, rádio e artifícios luminosos desloca-se com esse grupamento de comando.

5.7.17.2 Os meios físicos são instalados entre o batalhão e as companhias. A fim de preservar o sigilo, as comunicações telefônicas são preferíveis durante o deslocamento da linha de partida até a provável linha de desenvolvimento.

5.7.17.3 O meio rádio deve ser evitado para que o inimigo não venha a identificar, com seus meios de GE, o desencadeamento do nosso ataque. Porém, após a quebra do sigilo, pode ser empregado, mas com restrições, devido às ações da GE do inimigo como localização e interferência.

5.7.17.4 Os mensageiros, principalmente, os especiais, são largamente empregados após o início do ataque, seja para suplementar o meio físico, seja para minorar os efeitos da confusão do combate inerentes ao ataque noturno. Porém, tais mensageiros devem conhecer a perfeita localização do posto de comando do batalhão e das companhias.

5.7.17.5 Os meios suplementares, tais como os acústicos e os artifícios luminosos, são planejados e utilizados se necessário, particularmente após a quebra do sigilo. Há necessidade de que todos os Cmt participantes conheçam os sinais a serem utilizados no ataque, inclusive os sinais de pedido e cessação de fogos de apoio ou de proteção, bem como o de objetivo conquistado. Tais artifícios podem ser utilizados para orientar a tropa até o objetivo ou para reunir as frações que tenham perdido a direção.

5.7.18 EXECUÇÃO DO ATAQUE

5.7.18.1 Progressão – nos ataques não iluminados, a progressão à frente da linha de partida é feita em colunas cerradas até às proximidades do inimigo, salvo se o desenvolvimento for imposto pela ação deste. Uma progressão cautelosa é essencial para o sigilo. Quando as frações de assalto atingem os pontos de liberação sucessivos, abandonam a formação em coluna e desenvolvem-se para formar a linha para o assalto na provável linha de desenvolvimento. Cada coluna será precedida de elementos de segurança, dispostos dentro do limite de visibilidade, que deverão proteger a tomada desse dispositivo. As ligações laterais são mantidas por elementos que atuam dentro da distância de ligação. Se for encontrado um posto de vigia inimigo, os elementos avançados da coluna auxiliam os elementos de segurança na sua eliminação, empregando arma branca, enquanto o restante da coluna se abriga. Todos os Cmt tomam medidas para evitar um assalto prematuro. A ação das patrulhas ou dos postos de vigias inimigos pode forçar o desenvolvimento de todo ou parte do escalão de ataque, antes da hora prevista.

5.7.18.2 Assalto – no ataque noturno, o desenvolvimento pode ser forçado pela ação do inimigo ou executado quando da chegada à provável linha de desenvolvimento. É feito, nessa linha, com rapidez e silêncio; qualquer parada prolongada nessa fase do ataque aumenta a possibilidade de revelação. Devem ser tomadas precauções para evitar um assalto prematuro, causado por tiros feitos a esmo pelo inimigo. Após o desenvolvimento, a progressão é retomada, até que seja encontrada resistência inimiga, quando o assalto será iniciado. Nessa fase, todas as tropas assaltantes pressionam com a maior rapidez possível, indiferentes à ação inimiga. Podem ser empregados artifícios iluminativos a fim de permitir às tropas assaltantes disparar seus tiros com pontaria e deslocar-se com maior velocidade e controle, evitando o fogo fratricida.

5.7.18.3 Tiros traçantes e outros meios devem ser empregados para aumentar a eficiência do nosso tiro direto. Todo esforço deve ser feito para manter a formação em linha para o assalto e evitar que ela se transforme em grupos isolados. Nesse momento, torna-se essencial uma ação agressiva do comando, principalmente em termos de liderança.

5.7.18.4 Se uma das peças de manobra do escalão de ataque ficar detida, em qualquer fase da manobra, o Cmt Btl poderá intervir ou não no combate. Caso positivo, poderá fazê-lo da mesma forma que no ataque diurno, como também iluminando o ataque.

5.7.18.5 Conduta após a conquista do objetivo – no ataque noturno, a consolidação e a reorganização começam logo que o objetivo tenha sido conquistado, a semelhança do ataque diurno.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

CAPÍTULO VI

DEFENSIVA

6.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

6.1.1 O BI NAS OPERAÇÕES DEFENSIVAS

6.1.1.1 Somente a ofensiva conduz a resultados decisivos. A defensiva é uma atitude temporária adotada por uma força até que possa tomar ou retomar a iniciativa.

6.1.1.2 O defensor emprega todos os meios disponíveis para descobrir uma vulnerabilidade inimiga e mantém suficiente flexibilidade em seu planejamento para explorá-la. Na defensiva, o defensor aproveita toda oportunidade para conquistar e manter a iniciativa e destruir o inimigo. A iniciativa é obtida:
a) selecionando a área de combate;
b) forçando o inimigo a reagir de acordo com o plano defensivo;
c) explorando as vulnerabilidades e os erros do inimigo por meio de Op Ofs; e
d) contra-atacando as forças inimigas que tenham obtido sucesso.

6.1.1.3 Para saber mais considerações sobre as Op Ofs, consultar o MC *Operações Ofensivas e Defensivas*.

6.1.2 FINALIDADES

6.1.2.1 As operações defensivas são executadas com uma ou mais das seguintes finalidades:
a) ganhar tempo, criando condições mais favoráveis para a ação ofensiva;
b) economizar forças em uma área, para possibilitar uma aplicação decisiva em outra;
c) reduzir a capacidade de combate do inimigo, infligindo-lhe o máximo de perdas;
d) impedir o acesso do Ini a uma determinada região, detendo-o a sua frente;
e) destruir forças inimigas, canalizando-as por meio de uma combinação de ações de defesa e de retardamento, até que a situação favoreça uma atuação direta e decisiva sobre elas;
f) proteger ou cobrir a manobra de outra força amiga; e
g) obrigar uma força inimiga a concentrar-se, tornando-a mais vulnerável às forças empregadas na defesa.

6.1.3 FUNDAMENTOS DA DEFESA

6.1.3.1 As operações defensivas se caracterizam pelo planejamento detalhado e por um grau de controle centralizado, ditado pela forma de manobra a ser conduzida. O planejamento, organização e conduta da defesa são baseados nos seguintes fundamentos:
a) apropriada utilização do terreno;
b) segurança;
c) apoio mútuo;
d) defesa em todas as direções;
e) defesa em profundidade;
f) máximo emprego de ações ofensivas;
g) flexibilidade;
h) dispersão;
i) utilização judiciosa do tempo disponível; e
j) integração e coordenação das medidas de defesa.

6.1.4 TIPOS DE OPERAÇÕES DEFENSIVAS

6.1.4.1 As operações defensivas, em seu sentido mais amplo, abrangem todas as ações que oferecem certo grau de resistência a uma força atacante. A operação defensiva pode se apresentar sob dois tipos:
a) defesa em posição; e
b) movimentos retrógrados.

6.1.4.2 Na defesa em posição, a infantaria busca enfrentar o inimigo em uma área previamente organizada, em largura e profundidade, procurando dificultar ou deter sua progressão, à frente ou em profundidade, e aproveitando todas as oportunidades para desorganizá-lo, desgastá-lo ou destruir suas forças.

6.1.4.3 Nos movimentos retrógrados, a infantaria procura evitar o combate decisivo sob condições desfavoráveis, seja rompendo o contato com o inimigo, seja retardando-o a fim de trocar espaço por tempo, evitando sempre empenhar-se em ações que possam comprometer a integridade da força.

6.2 DEFESA EM POSIÇÃO

6.2.1 GENERALIDADES

6.2.1.1 Defesa em posição é estruturada na organização de uma área de defesa a ser mantida a todo custo; no emprego de forças de cobertura à frente para retardar e desorganizar a progressão do inimigo e iludi-lo quanto à verdadeira localização da posição defensiva; no emprego da reserva para limitar as penetrações e desalojar o inimigo por meio de contra-ataques, caso consiga

penetrar na posição. Em princípio, na área de defesa, se tem em vista uma defesa obstinada, isto é, organizada e executada sem ideia de recuo.

6.2.1.2 A missão do Btl na defesa é:
a) deter o inimigo pelo fogo à frente da posição;
b) repelir o seu assalto pelo combate aproximado; e
c) destruí-lo ou expulsá-lo pelo contra-ataque, caso ele consiga penetrar na posição.

6.2.2 FORMAS DE MANOBRA

6.2.2.1 A defesa em posição compreende as seguintes formas de manobra:
a) defesa de área; e
b) defesa móvel.

6.2.2.2 A defesa em posição, em determinadas situações, poderá comportar uma combinação das diferentes formas de manobra.

6.3 DEFESA DE ÁREA

6.3.1 GENERALIDADES

6.3.1.1 A defesa de área é orientada no sentido da manutenção de uma região específica ou no sentido de forçar o inimigo a aceitar uma situação tática desvantajosa para conquistar seu objetivo.

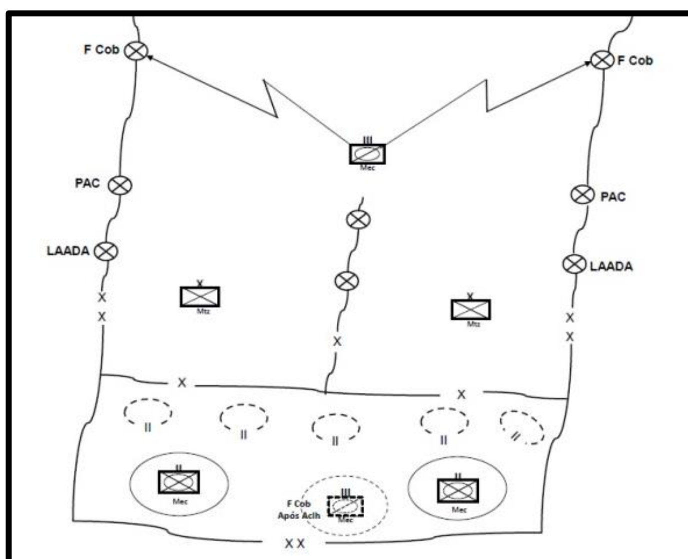


Fig 6-1 – A DE na defesa de área

6.3.1.2 Nessa forma de manobra, as posições de primeiro escalão são fortemente mantidas e todo esforço é feito para deter o inimigo à frente da posição. Se o inimigo penetrar na posição, deve ser destruído ou expulso por meio de contra-ataque, com a finalidade principal de retomar o controle sobre a ADA (restabelecimento da posição).

6.3.1.3 O defensor desdobra a maioria de seu poder de combate na ADA, e planeja aceitar um engajamento decisivo ao longo do limite anterior da ADA (LAADA), apoiado por grande volume de fogos.

6.3.1.4 Alguns conceitos tratados neste artigo (área de engajamento, processo das cinco fases, defesa elástica e outros) são válidos para outros tipos de operações defensivas, devendo-se realizar as adaptações que se fizerem necessárias.

6.3.2 ORGANIZAÇÃO DA DEFESA

6.3.2.1 A defesa é escalonada em três áreas:
a) área de segurança (A Seg);
b) área de defesa avançada (ADA); e
e) área de reserva (A Res).

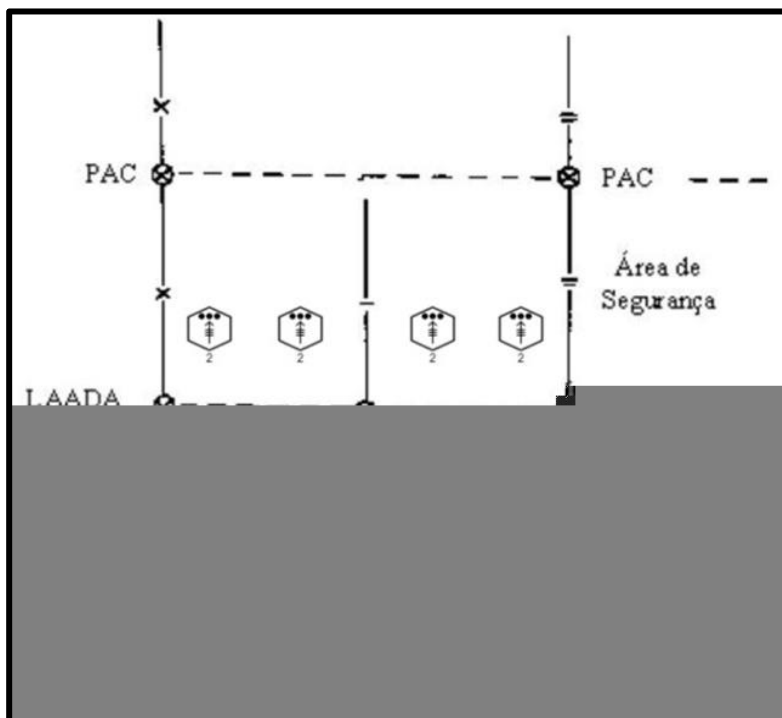


Fig 6-2 – Escalonamento da defesa do batalhão de primeiro escalão

6.3.4.3 Composição – o BI Mtz é o mais indicado para ser empregado na ADA.

6.3.5 ÁREA DE RESERVA

6.3.5.1 Delimitação – a área de reserva (A Res), também denominada área de retaguarda (A Rtgd), estende-se desde a retaguarda das companhias de primeiro escalão até o limite de retaguarda do Btl, se houver.

6.3.5.2 Missão – as missões da reserva são:
a) aprofundar a defesa, limitando as penetrações;
b) realizar contra-ataques; e
c) reforçar ou substituir os elementos da ADA.

6.3.5.3 Composição – nesta área, são localizadas as SU não empregadas na ADA. Essas SU constituem a reserva e são mantidas sob o controle direto do Btl para emprego na oportunidade e local decisivos.

6.3.6 CONSIDERAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO

6.3.6.1 Generalidades

6.3.6.1.1 A principal vantagem do defensor é poder reconhecer detalhadamente o terreno e selecionar a área a ser defendida. O inimigo mantém a iniciativa e seu dispositivo é desconhecido. Portanto, para o cumprimento da missão defensiva, os fatores decisivos serão o aproveitamento judicioso do terreno e dos meios disponíveis.

6.3.6.1.2 O planejamento da defesa é desenvolvido através de um cuidadoso exame de situação, incluindo o esquema de manobra e os diversos planos (plano de apoio de fogo, plano de barreiras, plano de DAC *etc.*) que coordenados e integrados permitirão ao comandante conduzir eficientemente sua defesa. Deverá abranger, também, planejamentos de contra-ataques, de segurança, de apoio logístico e de comunicações.

6.3.6.1.3 O planejamento deve ser simples e flexível. A flexibilidade é obtida por meio da escolha de posições suplementares que permitem a Def em todas as direções, pela manutenção de uma reserva adequada e pelo controle centralizado do apoio de fogo. Além destas medidas, o comandante prepara planos para fazer diante de todas as situações previsíveis.

6.3.6.2 Sequência do Planejamento

6.3.6.2.1 O planejamento defensivo obedece à sequência das normas de comando previstas no capítulo II deste manual. Porém existem algumas peculiaridades da operação de defesa.

6.3.6.2.2 O Btl poderá receber, como ações a realizar mais comuns: defender, estabelecer posto de combate avançado (PAC) e acolher elementos da A Seg. Normalmente, serão realizadas simultaneamente e, em consequência, a prioridade entre elas será dada pela sua importância, em princípio, na ordem acima apresentada.

6.3.6.2.3 Plano inicial de defesa – após o recebimento da missão do Esc Sp, o Cmt Btl emite uma ordem preparatória para os seus elementos subordinados. Estabelece, também, um plano inicial de defesa, anexo à diretriz de planejamento (DIPLAN), baseado em um rápido estudo da carta, incluindo o dispositivo defensivo do batalhão, medidas de segurança, Z Reu para a reserva e outras medidas que se fizerem necessárias. Este plano permite o rápido deslocamento da unidade para a Z Aç recebida, além de proporcionar aos elementos subordinados tempo suficiente para os preparativos indispensáveis à organização da posição. Convém ressaltar que este plano inicial de defesa poderá sofrer alterações, após o reconhecimento no terreno e a realização de um exame de situação detalhado.

6.3.6.2.4 O reconhecimento e o exame de situação variam conforme a situação tática. Ao adotar um dispositivo defensivo, após uma M Cmb ou um ataque, em contato com o inimigo, o Cmt Btl poderá realizar o reconhecimento na carta e um exame de situação sumário. Se, ao contrário, não estiver em contato com o inimigo, deverá proceder a um reconhecimento e um exame de situação tão detalhados quanto permitir a disponibilidade de tempo.

6.3.6.2.5 Ao analisar o terreno, o comandante deve identificar a região capital de defesa, que é constituída pela linha de alturas, na A Res do Btl, de interesse vital para a defesa e cuja perda compromete o dispositivo defensivo, quebrando a continuidade de sua defesa. É a última linha de defesa do Btl. Quando, na área de reserva, ocorrer uma convergência das VA para um acidente capital predominante no terreno, teremos um ponto chave da defesa.

6.3.6.2.6 Durante a realização do exame de situação, o Cmt Btl e seu EM devem levar em consideração os seguintes aspectos:
a) o dispositivo defensivo a ser adotado;
b) a organização para o combate das peças de manobra;
c) as medidas de segurança;
d) o grau de resistência adotado em cada VA;
e) as medidas de defesa (plano de barreiras, plano DAC, entre outras);
f) o poder de combate, a localização e a situação de comando da reserva;
g) as medidas de coordenação e controle estabelecidas;
h) o planejamento dos contra-ataques;
i) o apoio de fogo;
j) o comando, o controle e as comunicações e a GE;
k) o apoio logístico;

l) o tempo para a organização da posição, estabelecendo uma prioridade de trabalhos;
m) quantidade dos elementos a serem cedidos para a execução dos trabalhos de engenharia; e
n) outras medidas necessárias.

6.3.7 ORGANIZAÇÃO PARA O COMBATE

6.3.7.1 Generalidades

6.3.7.1.1 A organização para o combate é a combinação dos diversos meios disponíveis sob uma estrutura de comando, a fim de prover o controle, a coordenação e o apoio necessários ao emprego das forças de combate e de modo a obter superioridade sobre o inimigo.

6.3.7.2 Possibilidades dos Elementos de Infantaria Motorizada e demais Tropas Leves

6.3.7.2.1 As tropas de Inf Mtz são as mais aptas para manter o terreno, repelindo o assalto inimigo pelo fogo e pelo combate aproximado. Podem, também, realizar contra-ataques com ressalvas. São adequadas a qualquer tipo de terreno e sob quaisquer condições meteorológicas.

6.3.7.2.2 Devem ser empregadas nas vias de acesso (VA) com grau de resistência “defender”. Contudo, podem retardar, na ausência de elementos mais aptos, ou vigiar, particularmente em áreas passivas da defesa.

6.3.7.2.3 Os elementos de Infantaria leve que operam em ambientes com características especiais (montanha, selva, Caatinga e Pantanal) são as tropas mais aptas a operarem nos seus respectivos tipos de terreno. Porém suas características permitem atuar como Inf Mtz, caso operem fora das especificidades dos respectivos ambientes com características especiais.

6.3.7.3 Possibilidades dos Elementos de Infantaria Mecanizada (Inf Mec)

6.3.7.3.1 As tropas de Inf Mec são mais aptas a realizarem missões de segurança, reconhecimento e ações dinâmicas de defesa. Pelas características de seus meios, possuem velocidade em suas ações, em que pese serem mais vulneráveis às condições meteorológicas e do terreno.

6.3.7.3.2 Possuem flexibilidade no emprego em relação aos graus de resistência, podendo agir com a mesma desenvoltura tanto no grau defender, quanto no vigiar e retardar.

6.3.7.4 Possibilidades dos Elementos de Infantaria Blindada (Inf Bld)

6.3.7.4.1 As tropas de Inf Bld são mais aptas a realizar ações dinâmicas de defesa, principalmente contra-ataques e defesa elástica. Pelas características de seus meios, possuem grande versatilidade no deslocamento, e as barreiras meteorológicas ou do terreno pouco impactam na sua aplicação.

6.3.7.4.2 Possuem flexibilidade no emprego em relação aos graus de resistência, porém são empregadas, normalmente, em ações retardadoras.

6.3.7.5 Possibilidades dos Elementos de Carros de Combate

6.3.7.5.1 Os elementos de CC são os mais aptos para a realização de contra-ataques, em face da mobilidade, da potência de fogo, da proteção blindada e da ação de choque que lhes são características. Como missão secundária, os carros de combate podem acrescer a DAC, sem, contudo, comprometer sua principal missão.

6.3.7.5.2 Devem ser empregados em combinação com tropas de infantaria, constituindo FT, para melhor explorar suas possibilidades e reduzir suas limitações.

6.6.8.5.3 Os CC, normalmente combinados com infantaria, devem ser mantidos em reserva. Eventualmente, quando necessário, podem guarnecer um núcleo de aprofundamento e, se possível, reforçados por elementos de infantaria.

6.3.7.5.4 Alguns CC podem ser empregados na ADA, normalmente reforçando as companhias de primeiro escalão. Nesse caso, os carros poderão estar localizados na altura dos aprofundamentos das SU, dentro dos núcleos dos pelotões. Em princípio, deverão dispor de segurança aproximada proporcionada por fuzileiros. Os carros são empregados de maneira a proverem apoio mútuo.

6.3.7.5.5 Os CC são, normalmente, empregados por pelotões ou esquadrões. Inicialmente, parte dos carros em reforço ao Btl pode ser empregada nos PAC. Assim, são utilizados os carros da reserva que passam a reforçar os elementos do PAC durante suas ações.

6.3.7.5.6 Após o retraimento destes elementos, os carros revertem à reserva do Btl. O Esc Sp pode reforçar o batalhão com CC para as ações de PAC. Após o retraimento dos PAC, os carros retornam ao Esc Sp.

6.3.7.6 Possibilidades dos Elementos de Cavalaria Mecanizada

6.3.7.6.1 Os elementos de cavalaria mecanizada são os mais aptos para a realização de missões de segurança e de reconhecimento. Podem, também, realizar contra-ataques e manter o terreno. Esses elementos, pela natureza de

seus meios, são sensíveis às condições de transitabilidade do terreno e às condições meteorológicas adversas. Devido a tal restrição, devem ser empregados em terrenos favoráveis a blindados, evitando principalmente as áreas passivas da defesa.

6.3.7.6.2 São empregados, a princípio, nas VA com grau de resistência “retardar” ou “vigiar”. Contudo, podem defender quando necessário. Tropas de cavalaria mecanizada, quando em reserva, adicionam potência de fogo e mobilidade à força de contra-ataque. Neste caso, também podem ser empregadas nos PAC, sendo as mais aptas para essa missão de segurança.

6.3.7.6.3 Devem também, ser empregados combinados com elementos de infantaria, constituindo forças-tarefas, para melhor explorar suas possibilidades e reduzir suas limitações.

6.3.8 SEGURANÇA

6.3.8.1 Generalidades

6.3.8.1.1 Ao planejar a defesa, o Cmt Btl assegura que sejam adotadas as medidas de segurança adequadas em todas as direções. O poder de combate atribuído às forças de segurança e as medidas tomadas são uma decorrência da análise da missão, do inimigo, do terreno, dos meios e do tempo, ou da missão recebida pelo Esc Sp. Neste caso, a segurança será em proveito da Bda como um todo, ainda que o Btl fique responsável pela segurança da frente da sua própria Z Aç. Deve ser também considerado o grau de segurança proporcionado pelos elementos de segurança do Esc Sp, isto é, pela F Cob, PAG e pelos PAC.

6.3.8.1.2 Nos casos da segurança em proveito da Bda, o Btl executará uma operação de segurança, considerada uma operação complementar, conforme descrito no Capítulo VIII deste manual. Quando se trata de uma operação, devem ser realizados exame de situação e ordem de operações específicos.

6.3.8.1.3 Nas situações em que o Btl estiver realizando a segurança em seu próprio proveito, executará ações de segurança, que estarão contidas na própria ordem de operações do Btl e nas ordens das frações empregadas.

6.3.8.2 Força de Cobertura nas Operações Defensivas

6.3.8.2.1 Uma F Cob em Op Def é, normalmente, estabelecida pelo Esc Sp (C Ex ou DE) para proporcionar segurança à frente dos PAG.

6.3.8.2.2 Essa força tem a missão de retardar o inimigo, durante um determinado período, a fim de proporcionar tempo para a preparação da posição de defesa, por meio de uma Aç Rtrd em posições alternadas ou sucessivas, desorganizar

ao máximo as forças inimigas atacantes e iludi-las quanto à verdadeira localização do LAADA.

6.3.8.2.3 Um Btl atuará como F Cob dentro de uma operação de segurança, conforme descrito no capítulo VIII, Operações Complementares, seção "Operação de Segurança".

6.3.8.3 Postos Avançados Gerais (PAG)

6.3.8.3.1 Os PAG constituem o escalão de segurança da divisão. Sua missão é alertar sobre a aproximação do inimigo, retardar e desorganizar sua progressão e iludi-lo quanto à verdadeira localização da ADA. A localização da linha dos PAG é prescrita pela divisão.

6.3.8.3.2 Os PAG são, normalmente, guarnecidos por um grupamento de armas combinadas, integrando uma Bda, embora um Btl reforçado ou um regimento de cavalaria mecanizada reforçado possam ser designados para guarnecer os PAG estabelecidos pela divisão. Quando um Btl recebe a missão de guarnecer os PAG é, normalmente, reforçado com unidades de carros de combate e de apoio, para ficar capacitado a executar uma Aç Rtrd, no caso um retardamento em única posição.

6.3.8.4 Postos Avançados de Combate (PAC)

6.3.8.4.1 Os PAC constituem o elemento de segurança da Bda, sua missão principal é proporcionar alerta oportuno sobre a aproximação do inimigo e impedi-lo de realizar a observação terrestre aproximada e os fogos diretos sobre o interior da área de defesa. Dentro de suas possibilidades, os PAC retardam e desorganizam o inimigo e se esforçam para iludi-lo sobre a verdadeira localização do LAADA.

6.3.8.4.2 O comando da Bda prescreve a localização e o valor dos PAC, atribuindo-lhes responsabilidades, para garantir a contínua segurança ao longo de toda a frente da Bda. A composição detalhada dos PAC é prescrita pelo Cmt Btl, dentro das limitações impostas pelo Cmt Bda.

6.3.8.4.3 O valor dos elementos dos PAC varia de um pelotão reforçado até uma companhia reforçada por Btl de primeiro escalão. Os PAC devem ser tão móveis quanto o permitam o terreno e os meios disponíveis. Se são providos de CC, os PAC podem receber a missão de retardar e desorganizar a progressão inimiga. O apoio de artilharia e de morteiros provém, normalmente, do interior da própria área de defesa. Quando isso não é possível, elementos dessas armas podem ocupar posições à frente do LAADA. Quando outros elementos de segurança terrestre estiverem à frente, os PAC podem ter o seu valor reduzido. Neste caso, deverá permanecer em posição um efetivo suficiente para patrulhar e observar o terreno à frente.

6.3.8.4.4 A linha dos PAC é localizada à frente do LAADA, nos acidentes do terreno de onde possam melhor cumprir sua missão. Os PAC normalmente são dispostos em um único escalão – dispositivo linear – por meio de uma série de postos de vigilância, cujo valor varia de uma esquadra a um pelotão de fuzileiros, interligados por patrulhas. Esses postos de vigilância são estabelecidos em posições do terreno que devem:
a) proporcionar profundos campos de observação e de tiro (crista topográfica);
b) proporcionar obstáculos na frente e nos flancos;
c) possuir itinerários de retraimento desenfiados das vistas e fogos do inimigo;
d) possuir posições cobertas e abrigadas;
e) impedir a observação terrestre aproximada e os tiros diretos do inimigo sobre o LAADA;
f) estar dentro da distância de apoio dos elementos da ADA; e
g) controlar todas as VA do inimigo.

6.3.8.4.5 Os PAC podem não ser lançados quando:
a) os PAG estiverem muito próximos do LAADA;
b) não houver terreno favorável para a instalação dos PAC; e
c) por determinação do Esc Sp.

6.3.8.4.6 Os PAC são normalmente guarnecidos e controlados pelos Btl de primeiro escalão. A reserva da Bda pode fornecer os elementos quando:
a) os PAC devam ser fortes;
b) os Btl de primeiro escalão estiverem desfalcados;
c) houver premência de tempo para a montagem da posição defensiva; e
d) a posição relativa dos PAC compromete o C^2 se atribuído aos batalhões de primeiro escalão.

6.3.8.4.7 Os PAC devem ser fortes quando:
a) não houver tropa amiga à frente;
b) estiverem localizados a distâncias superiores às normais;
c) a frente a vigiar for mais larga que a normal; e
d) durante as operações noturnas, quando o inimigo tiver meios optrônicos adequados.

6.3.8.4.8 Normalmente, os elementos da companhia reservam e guarnecem os PAC, entretanto a consideração dos fatores abaixo pode sugerir o emprego de elementos de primeiro escalão:
a) distância reduzida do LAADA;
b) disponibilidade de itinerários de retraimento;
c) tempo disponível para a preparação das posições; e
d) disponibilidade de meios e missões a cumprir.

6.3.8.4.9 Quando o Cmt Btl determinar que as companhias de primeiro escalão guarneçam os PAC em seus respectivos setores, CC, armas AC, mísseis e outros elementos de apoio podem ser dados em reforço a estas companhias para as ações do PAC. Após o retraimento dos PAC, esses elementos retornam

ao cumprimento de sua missão principal. Quando as companhias de primeiro escalão guarnecem os PAC, o Cmt Btl, normalmente, delega aos Cmt Cia o controle dos PAC. Elementos da reserva podem, também, reforçar as Cia de primeiro escalão para as ações de PAC. Os Cmt Cia informam, oportunamente, ao Cmt Btl e aos Cmt das unidades vizinhas os planos e a hora prevista para o retraimento. Para evitar sua captura ou destruição, a fração da companhia que estiver guarnecendo os PAC poderá retrair por iniciativa própria, após haver cumprido a sua missão. Todo esforço deverá ser feito para informar ao Cmt Cia e aos Cmt dos elementos vizinhos sobre o retraimento.

6.3.8.4.10 Normalmente, elementos de segurança dos Esc Sp estão à frente da linha dos PAC. Elementos de reconhecimento do Btl ou os próprios PAC mantêm contato com os elementos amigos à frente, caso a Bda não estabeleça essa ligação. Se não houver elementos amigos à frente, devem ser empregadas patrulhas avançadas para estabelecer e manter o contato com o inimigo. Os PAC podem localizar e propor alvos para armas QBRN. Não se engajam em combate aproximado e retraem por itinerários previamente reconhecidos. O contato com o inimigo é, então, mantido por meio de patrulhas e pela observação realizada do LAADA.

6.3.8.4.11 Elementos de segurança, inclusive os PAC, são desdobrados novamente e lançados para restabelecer contato se o inimigo for repelido e não mais retomar o seu ataque.

6.3.8.5 Segurança Aproximada

6.3.8.5.1 Todas as SU e frações tomam medidas de segurança em benefício da própria proteção aproximada, para evitar surpresas e infiltrações em suas posições.

6.3.8.5.2 Essas medidas são constituídas de postos de vigia e de escuta, instalados no âmbito de suas áreas de defesa e nas VA que se dirigem para o interior da posição, complementados por patrulhas de ligação e obstáculos de proteção local.

6.3.8.6 Outras Medidas de Segurança

6.3.8.6.1 Devem ser estabelecidas medidas de segurança nos flancos, na retaguarda, contra-ataques aeroterrestres, aeromóveis, ações de guerrilheiros, infiltrações e armas QBRN (MC *A Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear nas Operações*). As patrulhas procuram localizar o inimigo e obter dados sobre as suas atividades. São empregadas à frente e no interior da área de defesa. Outros meios podem ser empregados para aumentar a segurança, tais como os dispositivos eletrônicos de vigilância, os equipamentos de infravermelho, os artifícios iluminativos, o arame farpado, as minas antipessoal e outros dispositivos, tanto à frente como no interior da área de defesa. Os

elementos de reconhecimento e a aviação de reconhecimento são habitualmente empregados nas missões de segurança.

6.3.8.6.2 As medidas de segurança passivas são altamente importantes. Deve ser dada particular atenção à camuflagem, à dispersão, à utilização de cobertas e abrigos, e à disciplina de luzes e ruídos. Todas as posições devem ser enterradas na medida em que o tempo permitir e, sempre que possível, devem ser construídos abrigos subterrâneos. Todas as posições das armas devem ser providas de cobertura protetora contra os efeitos dos fogos inimigos.

6.3.8.6.3 Essas medidas de segurança são consideradas ações complementares às operações terrestres e são mais detalhadas no Capítulo VIII, Operações Complementares, deste manual.

6.3.9 ELEMENTOS DE RECONHECIMENTO DO BATALHÃO

6.3.9.1 Os elementos de reconhecimento do Btl cumprem várias missões de reconhecimento e segurança em proveito da unidade, utilizando patrulhas e observação. Só se engajam em combate quando for necessário ao cumprimento da missão ou para sua própria segurança. Não devem ser empregados em patrulhas de combate, porém alguns de seus integrantes podem acompanhá-las, como especialistas em inteligência de combate.

6.3.9.2 São os elementos orgânicos do Btl mais aptos para realizar o monitoramento das regiões de interesse para inteligência (RIPI) levantadas pela unidade.

6.3.9.3 Durante o deslocamento do Btl de uma Z Reu para a área a ser defendida, esses elementos são empregados no reconhecimento de itinerários e vias de acesso.

6.3.9.4 Quando a ocupação da posição se realiza sem o contato com o inimigo, os elementos de reconhecimento são empregados inicialmente para obter informações sobre o terreno e sobre a aproximação do inimigo.

6.3.9.5 Podem ser empregados na A Seg do Btl, recebendo uma ou mais das seguintes missões:
a) manter o contato com os PAG, atuando entre estes e os PAC;
b) vigiar a área entre o LAADA e a linha dos PAC; e
c) reforçar os PAC.

6.3.9.6 Após o retraimento dos PAC, esses elementos podem ser empregados para:
a) segurança da área de retaguarda, executando o patrulhamento e a sua vigilância;
b) vigilância e proteção de flanco;

c) operar o posto de observação do batalhão; e
d) eventualmente, cooperar na segurança do PC do Btl.

6.3.10 PLANO DE BARREIRAS

6.3.10.1 O Cmt Btl planeja o emprego de obstáculos à frente e no interior de sua área de defesa, integrados no sistema de barreiras da Bda ou da Div. Considerando o tempo e a mão de obra disponíveis, os obstáculos devem ser estabelecidos levando-se em conta a localização das posições defensivas e o efeito das barreiras sobre a mobilidade das forças amigas no interior da posição, particularmente nos contra-ataques. Podem ser previstos fossos anticarro, redes de arame, campos de minas AC, armadilhas e destruições. Os obstáculos naturais devem ser aproveitados ao máximo, uma vez que as necessidades de mão de obra, material, equipamento e tempo normalmente limitam a construção das barreiras.

6.3.10.2 Os elementos de engenharia em apoio ao Btl participam da construção das barreiras, executando as destruições necessárias, lançando campos de minas e outros obstáculos, além de preparar e manter itinerários, particularmente os destinados aos movimentos da reserva.

6.3.10.3 Os pelotões de fuzileiros constroem os obstáculos de proteção local. Esses obstáculos devem ser densos e intercalados em profundidade, sendo colocados ao redor e no interior dos núcleos de pelotão com a finalidade de dificultar o assalto final do inimigo.

6.3.11 DEFESA DURANTE PERÍODOS DE VISIBILIDADE REDUZIDA

6.3.11.1 O inimigo pode atacar empregando fumaça durante os períodos de visibilidade reduzida ou à noite. Assim, para realizar a defesa contra esses ataques, são adotadas maiores medidas de segurança. Tais medidas incluem o emprego de grande número de patrulhas, aumento da segurança aproximada, emprego de visores noturnos, sensores de vigilância e radares orgânicos ou em reforço, dispositivos de alarme e previsão de iluminação da área onde o inimigo possa operar. Deve ser dada especial atenção à instrução noturna da tropa.

6.3.11.2 A defesa durante os períodos de visibilidade reduzida depende dos tiros preparados e amarrados e do combate aproximado. Os postos de escuta, que vigiam os caminhamentos e outras VA que conduzem à área de defesa, são essenciais para a obtenção, em tempo oportuno, de dados sobre os deslocamentos do inimigo. As patrulhas atuam à frente e nos intervalos entre as frações. Se necessário, devem ser feitos reajustamentos nos dispositivos dos elementos de primeiro escalão para o fechamento das brechas que, durante o dia, são apenas batidas por fogos. Elementos da reserva das companhias podem ser empregados para este fim ou os pelotões de primeiro escalão podem ser estendidos além de seus flancos.

6.3.11.3 Se possível, devem ser construídas e camufladas algumas posições suplementares. Os elementos da reserva do batalhão podem ser colocados para proteger os flancos expostos. Os sensores de vigilância e os dispositivos de alarme servem como economia de tropa, que seriam usadas em postos fixos e patrulhas.

6.3.11.4 Os visores noturnos são empregados para auxiliar os observadores, os vigias, os elementos de segurança e os caçadores, sem alertar o inimigo. Os dispositivos de alarme e os sensores de vigilância são colocados nas VA imediatamente à frente da área de defesa, para dar o alerta da aproximação do inimigo.

6.3.11.5 A iluminação pode ser usada para facilitar todas as fases da defesa. Compreende a iluminação para o deslocamento de tropas e os suprimentos no interior da posição, bem como para descobrir as atividades do inimigo. Os meios de iluminação compreendem os artifícios iluminativos, lançados por artilharia, morteiros ou aeronaves. A iluminação é coordenada cuidadosamente utilizando-se os canais da artilharia. O Cmt Btl deve evitar uma iluminação desnecessária ou que comprometa as ações de outras unidades. A iluminação de áreas escolhidas, à hora predeterminada, pode ser feita para auxiliar a observação. A iluminação é responsabilidade da DE ou da Bda, quando isolada.

6.3.11.6 Os artifícios iluminativos disponíveis no batalhão e elementos subordinados são empregados para iluminar as zonas conhecidas ou suspeitas de atividades inimigas, de acordo com as ordens do Esc Sp. Outros artifícios iluminativos das unidades de apoio de fogo aumentam a intensidade da iluminação de determinada área. Os elementos de apoio podem proporcionar iluminação mediante horário preestabelecido, para reduzir, ao mínimo, a revelação de armas dos elementos de primeiro escalão.

6.3.12 ÁREA DE ENGAJAMENTO (AE)

6.3.12.1 Chama-se AE a região selecionada pelo defensor, na qual a tropa inimiga, com seu movimento canalizado e sua mobilidade restringida por um eficiente sistema de barreiras (com obstáculos naturais e artificiais), é engajada pelo fogo ajustado, simultâneo e concentrado de todas as armas de defesa. Tem a finalidade de causar o máximo de destruição, especialmente nos blindados inimigos, e de provocar o choque mental e físico pela violência, surpresa e letalidade dos fogos aplicados. A AE pode ser empregada à frente do LAADA, ou admitindo-se uma penetração no dispositivo defensivo, caracterizando a técnica da defesa elástica – abordada mais adiante neste capítulo. Áreas de engajamento podem ser planejadas e empregadas em um contexto de defesa móvel e nas ações retardadoras. No último caso, empregar-se-á as AE à frente das posições de retardamento.

6.3.12.2 A AE deve possuir dimensões compatíveis com a força inimiga a ser destruída e a eficácia das armas integrantes dos núcleos de defesa. No escalão Btl, normalmente, o valor do inimigo na AE corresponde ao escalão de ataque ou até todas as peças de manobra de duas companhias inimigas. Quando a AE for valor SU, admitirá, no interior da área, o escalão de ataque de uma SU ou todas as suas peças de manobra.

6.3.12.3 A AE, que pode ser imposta pela Bda ou planejada pelo Btl, mediante autorização do Esc Sp, deve ser selecionada em um terreno que, preferencialmente de topografia plana, seja desprovido de cobertas e abrigos, impedindo, dessa forma, a proteção do inimigo contra as vistas e fogos do defensor, já que o sucesso da defesa depende basicamente da eficácia dos fogos.

6.3.12.4 Para preparar áreas de engajamento, o Btl deverá receber apoio adicional de engenharia, particularmente para a realização dos trabalhos de contramobilidade. Tal fato se deve à grande importância, nessa medida defensiva, dos obstáculos que canalizam, dissociam e bloqueiam o movimento inimigo e daqueles que estão fixando-o, particularmente em relação a seus carros, maximizando a destruição do inimigo dentro da AE.

6.3.12.5 A quantidade de AE que poderá ser planejada e preparada pelo batalhão irá variar de acordo com os meios de engenharia e de apoio de fogo disponíveis para a unidade. Normalmente, o Btl priorizará 01 (uma) AE devido à grande quantidade de meios e à complexidade das ações.

6.3.12.6 Seleção e Montagem da AE

6.3.12.6.1 Identificar as VA favoráveis para o inimigo, considerando o processo de integração do terreno, condições meteorológicas e inimigo e considerações civis (PITCIC).

6.3.12.6.2 Determinar a L Aç mais provável do inimigo.

6.3.12.6.3 Considerar os seguintes aspectos:
a) como o inimigo abordará nossa posição e como pretende prosseguir por meio da Z Aç;
b) com que velocidade se espera que ele avance;
c) onde e como deve ser dissociado; e
d) onde e como deve ser destruído.

6.3.12.6.4 Determinar o local para a destruição do inimigo (AE).
a) Identificar o terreno que maximiza o emassamento e melhor aproveita os obstáculos naturais, os fogos, a dispersão e a proteção dos núcleos de defesa e das armas de apoio e que melhor possibilite a mobilidade das forças envolvidas, principalmente no que diz respeito às ações dinâmicas da defesa.

b) Avaliar quais são os meios disponíveis (orgânicos e em reforço) e como obter o máximo de eficiência no seu emprego (considerar os elementos de Man, Ap F, meios Bld e Mec e Ap Eng).
c) Estabelecer fisicamente, no terreno, os pontos de referência de alvos (PRA) que permitam emassar e dirigir os fogos sobre as VA inimigas levantadas.
d) Estabelecer as medidas de coordenação e controle, tanto para o dia quanto para a noite.
e) Assegurar que os PRA sejam claramente visíveis e adequadamente locados em função do alcance do armamento a ser utilizado.
f) Planejar linhas de acionamento (gatilhos) para o engajamento dos alvos previstos. Devem ser realizados ensaios para confirmar tais medidas.

6.3.12.6.5 Em coordenação com o elemento de Eng em apoio, planejar e integrar o sistema de barreiras.
a) Otimizar o emprego dos obstáculos de acordo com os efeitos que se deseja causar no inimigo (canalização, fixação, dissociação e bloqueio) ou somente para iludi-lo quanto às reais intenções da AE.
b) Proteger os núcleos de defesa com obstáculos de proteção local.

6.3.12.6.6 Designar o posicionamento dos núcleos de defesa e dos diversos sistemas de armas.
a) Sempre que possível, os núcleos de defesa devem flanquear o inimigo e forçá-lo a combater em mais de uma direção.
b) Assegurar que os núcleos de defesa estejam posicionados de modo a permitir a observação direta dos PRA, alvos e linhas de acionamento e, ainda, permitam engajar os alvos em função do alcance do armamento empregado. Caso a posição não esteja nessas condições, devem ser previstas posições suplementares e de muda.
c) Quando estiver selecionando as posições, deve-se considerar que:
- a escolha deve ser feita durante o dia;
- devem ser previstas posições alternativas;
- certificar-se de que há um recobrimento pelo fogo das VA nas adjacências dos núcleos de defesa;
- posicionar os sistemas de armas em profundidade, considerando compatibilidade entre as possibilidades do armamento e a distância em que deverá engajar seus prováveis alvos;
- deve ser planejada a proteção dos PO e dos itinerários de retraimento;
- deve ser evitado o estabelecimento das posições sobre a provável direção de ataque do inimigo; e
- devem ser planejados itinerários cobertos ou abrigados para os PO e núcleos de defesa, de modo a possibilitar o ressuprimento ou evacuação.

6.3.12.6.7 Planejar e Integrar os Fogos
a) Estabelecer medidas de controle para os fogos diretos (divisão dos setores de tiro, atribuição de responsabilidades, amarração dos alvos e a confecção de roteiros de tiro).

b) Utilização dos PRA para condução de uma rápida alteração na prioridade e direção dos fogos visando a emassar fogos imediatamente para qualquer setor da AE.
c) As linhas de acionamento devem permitir aos sistemas de armas engajar o alvo adequado no momento oportuno, em função do alcance e destinação dos respectivos sistemas.
d) Estabelecer prioridades de engajamento para os sistemas de armas. Normalmente, o desencadeamento dos fogos iniciar-se-á com os fogos indiretos de artilharia e morteiro, conjugados ao sistema de barreiras, visando à desorganização do inimigo e de suas funções de combate. A partir de então, serão desencadeados os fogos diretos visando à destruição do inimigo no interior da AE, tendo como referência as linhas de acionamento previstas para a operação.
e) Devem ser integrados os fogos indiretos no interior da AE, observando:
- seleção de quando e contra que alvos serão empregados a Art e o Mrt;
- localização das armas de tiro curvo, considerando o seu alcance, nucleamento da posição e a coordenação do espaço aéreo;
- assegurar que foram planejados fogos à frente, no interior e na orla da área; e
- os observadores devem ver os alvos e as linhas de acionamento de suas posições.

f) Se o Btl dispuser de CC, estes trarão um acréscimo significativo no poder de combate da unidade. Tendo em vista as características das ações em uma AE, esses CC poderão aprofundar a DAC, ocupando posições de ataque pelo fogo (P Atq F – ver definição em 6.3.12.8.1, alínea c), no limite posterior da área no momento da destruição do inimigo no interior da área, evitando exposição desnecessária.
g) Os carros de natureza Mec e Bld também poderão ocupar posições de ataque pelo fogo, visando à destruição do inimigo no interior da AE.

6.3.12.6.8 Sincronizar as funções de combate envolvidas durante o planejamento, no ensaio e durante o combate.
a) O ensaio deve ser conduzido de acordo com a visualização do combate na posição defensiva.
b) Deve ser verificado se as linhas de acionamento estão posicionadas de forma compatível com a velocidade de progressão prevista para o inimigo.

6.3.12.7 Visualização das Funções de Combate Envolvidas na AE

6.3.12.7.1 O emprego de uma AE na defesa é bastante complexo e impõe que as ações, nas diversas funções de combate, sejam adequadamente previstas, coordenadas e sincronizadas no tempo, espaço e finalidade. Podem ser destacados os aspectos a seguir.

a) Movimento e manobra

- Os núcleos defensivos devem ser posicionados na orla da AE de modo a permitir o bloqueio, impedindo a progressão para dentro da ADA. Todas as armas AC orgânicas, armas orgânicas das Vtr Mec (se disponíveis) e os CC em reforço serão utilizados na destruição do inimigo.

b) Inteligência

- O movimento do inimigo deve ser monitorado por meio de RIPI, posicionadas para permitir informações a respeito do valor e do dispositivo com os quais o inimigo abordará a AE. Tal informação poderá ser fator primordial para reformular planejamentos ou condutas nas ações na AE.
- Devem ser adotadas ações de contrarreconhecimento, visando a impedir que o inimigo identifique as reais intenções da AE.

c) Fogos

- Os fogos de artilharia, de morteiro, dos helicópteros de ataque e das aeronaves da F Ae serão empregados sempre que possível – dentro da disponibilidade e da prioridade.
- Deve ser evitado o emprego prematuro de todas as armas posicionadas na AE, negando ao inimigo o conhecimento da real intenção do defensor naquela região. Normalmente, os grupos de concentrações de artilharia e os fogos de morteiro serão desencadeados, caracterizando o início do ataque pelo fogo, quando o inimigo estiver na AE, a fim de desorganizar as suas funções de combate, principalmente o C^2. A situação criada permitirá o desencadeamento eficiente dos fogos diretos. A artilharia e os morteiros passarão, então, a realizar fogos para limitar e isolar a penetração inimiga dentro da AE.
- Um aspecto relevante, na coordenação do apoio de fogo, é a necessidade de uma estrita coordenação do uso do espaço aéreo. Isso permitirá a perfeita integração do uso dos helicópteros de ataque (poderosas armas anticarro) e das aeronaves da F Ae, não conflitando com os fogos das armas de tiro indireto.

d) Proteção

- Os obstáculos táticos e os fogos manipulam o inimigo, dirigindo-o para a área desejada, conforme a concepção da manobra e a intenção do comandante. Os efeitos desejados dos obstáculos sobre o inimigo podem ser a dissociação, a canalização, a fixação e o bloqueio.

e) Comando e controle

- Devem ser adotadas contramedidas eletrônicas (CME) de dissimulação e interferência para iludir ou dificultar as emissões eletromagnéticas da tropa inimiga na AE.

f) Logística

- Devem ser aumentadas as dotações de suprimento Cl V (Mun) para os elementos envolvidos na AE.

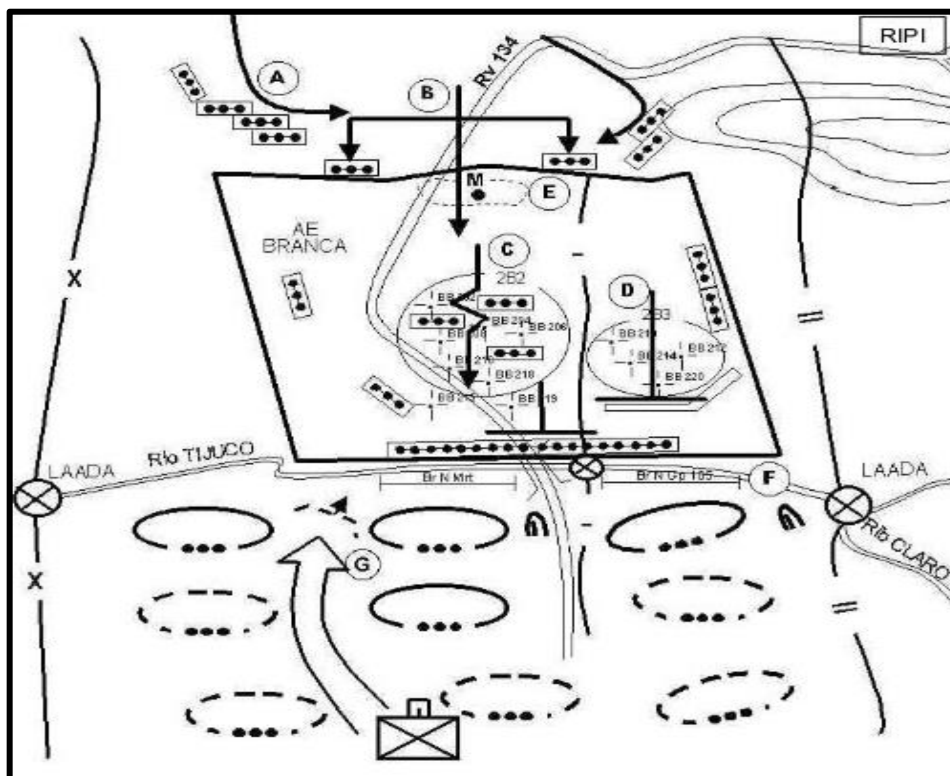


Fig 6-3 – Visão esquemática da integração das funções de combate em uma AE de batalhão à frente da posição defensiva

Legenda
- Efeitos dos obstáculos:

A – canalização;
B – dissociação;
C – fixação;
D – bloqueio;
E – emprego de munição lançadora de minas para interdição da AE e bloqueio do movimento inimigo;
F – barragens de Mrt e Art visando à interdição da AE; e
G – posição de ataque pelo fogo, ocupada pelas frações de carro.

6.3.12.8 Medidas de Coordenação da AE

6.3.12.8.1 Além das medidas de coordenação e controle utilizadas comumente, há que se considerar:

a) pontos de referência de alvos (PRA) – são pontos nítidos do terreno, naturais ou artificiais (preparados ou não pela tropa), designados pelo defensor para definir alvos e facilitar a definição dos setores de tiro dos núcleos defensivos e das armas de apoio de tiros diretos ou indiretos. Podem ser usados para delimitar uma AE. São numerados pelo coordenador de apoio de fogo (CAF) do Btl, visando a facilitar a identificação e a rápida designação das unidades;

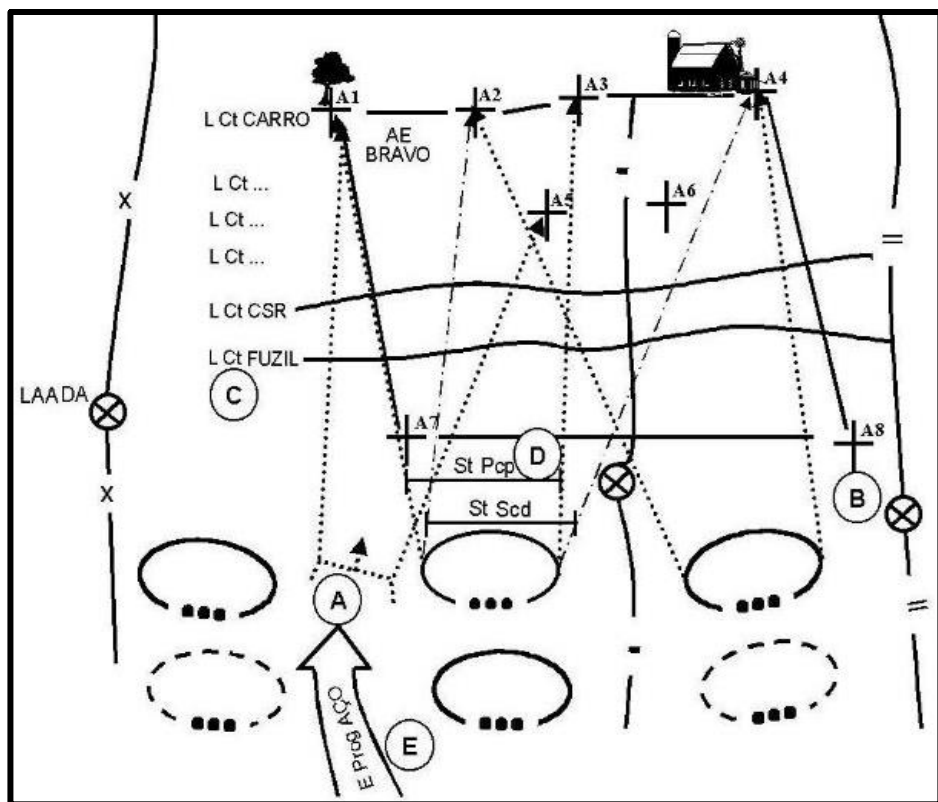


Fig 6-4 – Visão esquemática das medidas de coordenação em uma área de engajamento, considerando-se o esquema de manobra apresentado na figura anterior

Legenda
A – Simbologia de posição de ataque pelo fogo (P Atq F).
B – Simbologia de um ponto de referência de alvos (PRA).
C – Linhas de acionamento.
D – Delimitação de setores de tiro principal e secundário, utilizando-se PRA. No caso demonstrado, os setores (St) de 2 Pel Fuz e da fração de carros da reserva, na P Atq F.
E – E Prog para deslocamento da reserva.

b) setores de tiro – devem ser designados para os núcleos da defesa que atuarão na orla da AE e para as armas de apoio. São estabelecidos um setor principal e um secundário, a ser empregado mediante ordem;
c) posição de ataque pelo fogo (P Atq F) – posição preparada ou não, a ser ocupada temporariamente, de onde são realizados fogos diretos para destruir o inimigo à distância. Visando a empregar o máximo volume possível de fogos para bater o inimigo no interior da AE, poderá ser utilizado poder de fogo da reserva, principalmente dos carros. Deve ser prevista uma posição da qual a reserva, ou suas frações, possam atacar, pelo fogo, o inimigo que penetrou na AE, cooperando com sua destruição;
d) eixo de progressão (E Prog) para deslocamento da reserva – o deslocamento da reserva ou de suas frações para uma P Atq F será feito em um E Prog, uma

vez que o deslocamento será com as frações desdobradas no terreno, visando a diminuir a eficiência da ação do inimigo, principalmente com seus fogos de artilharia e ataques aéreos. O momento ideal para o início do deslocamento para a posição será determinado por meio de linhas de acionamento;
e) linhas de acionamento – são linhas que são estabelecidas, no terreno, para controlar o desencadeamento dos fogos na AE. São marcadas tomando-se por base o alcance de utilização das diversas armas empregadas e a influência do terreno e dos obstáculos existentes nos fogos dessas armas; e
f) prioridade de engajamento dos fogos – deve ser realizada uma hierarquização na seleção da arma a ser empregada, considerando a natureza e a localização do alvo inimigo, alcance eficaz das armas e o efeito desejado.

6.3.13 OUTRAS AÇÕES, TÁTICAS E TÉCNICAS DEFENSIVAS

6.3.13.1 Ações Dinâmicas de Defesa

6.3.13.1.1 São ações ofensivas, no contexto de uma operação defensiva, com a finalidade principal de dificultar a preparação do ataque do inimigo, prejudicando a concentração do seu poder de combate nas posições de ataque, destruindo suas forças de reconhecimento, isolando unidades, desorganizando seus sistemas e formações em profundidade.

6.3.13.1.2 No nível Btl, a principal ação dinâmica de defesa a ser executada é o contra-ataque (C Atq). São realizados antes que o inimigo consolide qualquer ganho inicial e possa explorar o êxito de sua ação ofensiva, classificam-se em:
a) para restabelecimento da posição;
b) de desaferramento;
c) de desorganização; e
d) de destruição.

6.3.13.2 Dispositivo de Expectativa

6.3.13.2.1 Definição – dispositivo adotado no âmbito de uma defesa em posição, que permite ao defensor orientar os meios necessários à defesa, em curto prazo, na direção para a qual o inimigo tenha orientado seu esforço, particularmente quando se está operando em área operacional continental (AOC). Implica, portanto, preservar, inicialmente, à retaguarda, o grosso do poder de combate do defensor.

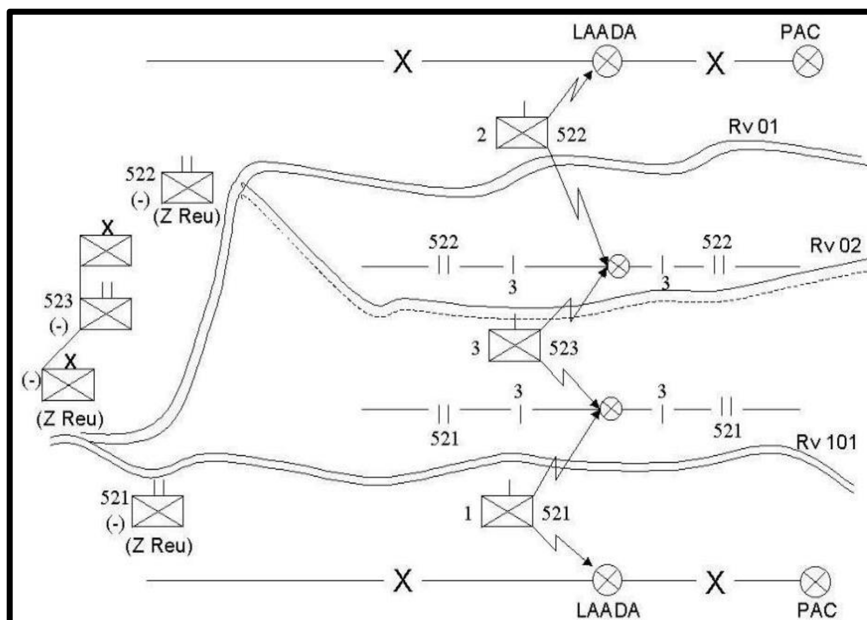


Fig 6-5 – Exemplo de uma Bda, com os 522º e 521º BI Mtz em dispositivo de expectativa. O 522º recebeu ordem de ficar ECD Def a faixa norte (Fx N) ou a faixa central (Fx C), já o 521º BI Mtz de Def a faixa sul (Fx S) ou a Fx C da Z Aç da Bda e de ocupar a ADA, inicialmente com 1 (uma) Cia Fuz. A ADA, na Fx C, será ocupada por uma SU do Btl reserva, ao controle da Bda

6.3.13.2.2 Fatores que, normalmente, conduzem à adoção de um dispositivo de expectativa:

a) carência de informações do inimigo ou indefinição de seu esforço; e

b) exiguidade dos meios disponíveis ante a grandes espaços a ocupar.

6.3.13.2.3 Normalmente, o Btl será empregado como elemento de manobra do escalão enquadrante superior, que adotará um dispositivo de expectativa, em uma defesa em posição.

6.3.13.2.4 Inicialmente, até que o inimigo defina a orientação de seu esforço, um mínimo de meios será desdobrado na ADA. O Esc Sp determinará ao Btl as hipóteses de emprego, visando aos planejamentos de emprego. Determinará, ainda, o valor da fração que deverá mobiliar inicialmente a ADA, devendo esta permanecer ao controle da unidade.

6.3.13.2.5 Depois de realizar a preparação do terreno (de acordo com as hipóteses de emprego e em coordenação com as demais peças de manobra do Esc Sp), a troca de planos com vizinhos, os planejamentos de contra-ataques, os ensaios e outras medidas necessárias, o restante do batalhão ocupará uma Z Reu à retaguarda, ficando em condições de ocupar uma Z Aç na ADA.

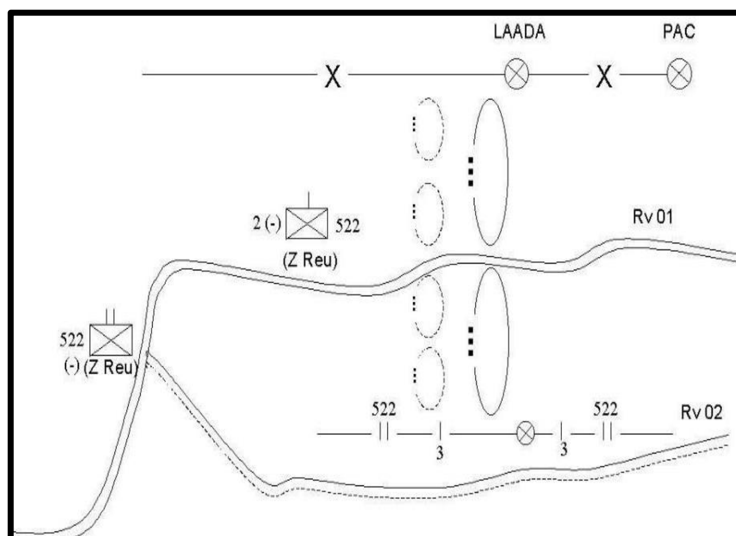


Fig 6-6 – Um exemplo do dispositivo da 2ª/522º BI Mtz, em 1º escalão ao controle do 522º BI Mtz, para ocupar a ADA, enquanto o restante da unidade permanece em Z Reu, à retaguarda, em expectativa

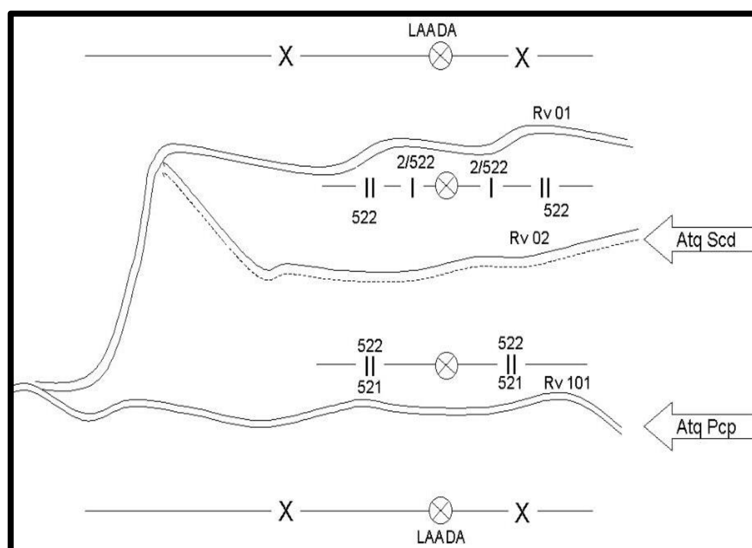


Fig 6-7 – No prosseguimento das ações, após o Ini definir o seu esforço, o 522º BI Mtz recebeu ordens para Def a Z Aç C, passando a 2ª Cia Fuz ao Ct da Bda, para a defesa a N, sendo reforçado pela 3ª/523º BI Mtz, para as ações na ADA

6.3.13.2.6 Assim que o inimigo definir seu esforço, o Btl receberá uma Z Aç que poderá ou não englobar a sua peça de manobra desdobrada à frente. Dessa forma, essa fração poderá permanecer sob controle do Btl para as ações de

defesa, passar ao controle da Bda para a defesa de sua Z Aç ou reforçar outras peças de manobra da Bda.

6.3.13.2.7 O Btl reserva, enquadrado em um dispositivo de expectativa, irá receber as missões típicas da reserva, sendo uma peça de manobra na mão do Cmt para intervir no combate, no momento oportuno.

6.3.13.2.8 As informações levantadas pelos meios de inteligência, principalmente do Esc Sp, particularmente, por intermédio do monitoramento das regiões de interesse para a inteligência (RIPI), irão desencadear o desdobramento do Btl (coordenado pelo escalão enquadrante), após a definição da orientação da maioria dos meios do inimigo. Para tal, na fase de planejamento, deve-se ter especial atenção ao tempo necessário para esse desdobramento.

6.3.13.3 Defesa Elástica

6.3.13.3.1 Generalidades
a) A defesa elástica é uma técnica especial de defesa utilizada nos escalões Bda e inferiores, permitindo uma penetração do inimigo em região selecionada para emboscá-lo pelo fogo ao longo de todo seu dispositivo. Técnica que combina procedimentos de defesa de área e defesa móvel, sendo que a posição é ocupada por tropas em profundidade, para permitir que o inimigo seja atacado pelo fogo em toda sua extensão. Essa tática se assemelha a uma grande emboscada.
b) A adoção de uma defesa elástica está condicionada, preponderantemente, às características do terreno, o qual permita a defesa em profundidade e o estabelecimento de uma AE.
c) A defesa elástica pode ser executada pelo Btl, quando autorizado, em uma parte da posição defensiva do Esc Sp, enquanto no restante da frente é realizada uma defesa de área.
d) Como essa técnica está condicionada às características do terreno, ela será mais bem utilizada quando o terreno a ser defendido não possuir regiões de bloqueio em determinadas VA para o interior da posição defensiva, oferecendo dificuldades para deter o inimigo à frente do LAADA.

6.3.13.3.2 Considerações para o Planejamento
a) Área de engajamento (AE) – a AE utilizada em uma defesa elástica tem as mesmas características já descritas anteriormente na seção “Área de Engajamento”. Porém, esse mesmo terreno deve apresentar regiões de bloqueio nos flancos e em profundidade, na região da ruptura da posição defensiva, de tal forma que o defensor possa limitar a penetração inimiga na AE.
b) Características da defesa elástica:
- indispensável apoio adicional de engenharia, particularmente, para a realização dos trabalhos de contramobilidade;
- busca separar os fuzileiros dos blindados;

- necessita de grande potência de fogo, principalmente do fogo de armas anticarro;
- tira o máximo proveito do terreno e da surpresa; e
- canalização do inimigo para o interior da AE, onde será destruído pelo fogo dos núcleos de defesa e das armas de apoio.

c) Dispositivo defensivo:
- de maneira geral, a organização da defesa elástica se assemelha a uma defesa de área, compreendendo A Seg, ADA e A Res;
- a largura da penetração máxima admitida na defesa elástica é maior do que na defesa de área, em função das dimensões da AE e das características especiais do terreno, permitindo a destruição do inimigo pelo fogo;
- o limite anterior da AE, que se confunde com o LAADA, não precisa necessariamente estar mobiliado com tropa. Pode haver tropa com grau de resistência menor do que o "defender", ou simplesmente obstáculos, sendo a vigilância exercida pelos núcleos que limitam a AE;
- os limites para o interior da posição defensiva, entre as SU da ADA, poderão apresentar um traçado diferente de uma defesa de área, em que não seja empregada esse tipo de técnica. Isso ocorrerá normalmente quando a AE do Btl abranger parte das Z Aç de duas SU de primeiro escalão e tenha sido planejada a utilização de tropa, de uma das duas SU, localizada na orla anterior da AE, com grau de resistência menor que o defender, a fim de atrair o inimigo para o interior da AE (fração "isca"). Nesse caso, o limite dessa SU deverá, obrigatoriamente, englobar essa fração, visando a atribuir a um Cmt SU somente a responsabilidade pelo C^2;
- os núcleos defensivos da ADA devem ser dispostos em largura e em profundidade, de modo a permitir o bloqueio do inimigo na AE;
- não é impositivo que todos os núcleos defensivos, localizados nas adjacências da AE, estejam ocupados desde o início da operação. Poderão ser previstos núcleos em que a tropa que retarda ou vigia nas proximidades da orla anterior da AE se autoacolha e os ocupe (fração "isca"); e
- a reserva deve possuir poder de combate compatível para contra-atacar, caso algum núcleo da ADA venha a submergir, e não é desejável que seja empenhada para limitar a penetração inimiga na AE, reservando a flexibilidade do Cmt Btl para intervir no combate.

6.3.13.3.3 Execução

a) A defesa elástica é conduzida, normalmente, em quatro fases:
- acolhimento dos elementos da F Seg e canalização do inimigo para a AE;
- contenção da força inimiga nas AE por intermédio de fogos oriundos das posições de bloqueio, impedindo que ela saia das AE ou desborde a posição defensiva;
- destruição do inimigo pelo fogo na AE; e
- realização de contra-ataque para restabelecer um núcleo defensivo submergido, se for o caso.

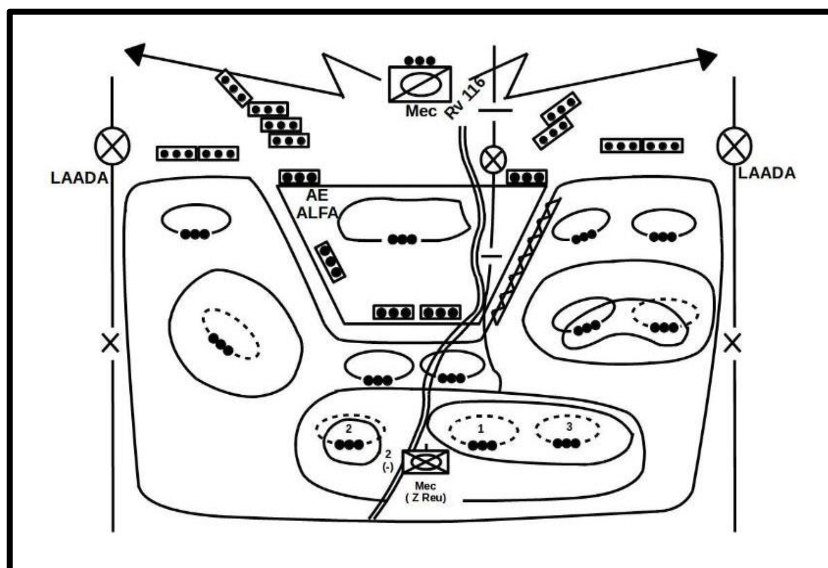


Fig 6-8 – O BI Mec na defesa elástica – posicionamentos dos núcleos e divisão de Z Aç. As medidas defensivas e de coordenação e controle para a AE são as mesmas constantes das Fig 6-6 e 6-7

b) O elemento do PAC é empregado, inicialmente, para vigiar à frente da Z Aç do Btl, informando o valor, o dispositivo e a direção de ataque do inimigo e ajustando os fogos indiretos. Deve retrair de tal forma que canalize o movimento do inimigo para a AE.

c) A destruição do inimigo será realizada pelos fogos dos próprios núcleos de defesa e pelos fogos indiretos de artilharia e morteiros sobre a AE, buscando também a maior profundidade possível no dispositivo inimigo.

d) As armas AC são, inicialmente, instaladas em posições avançadas próximas ao LAADA, engajando os blindados inimigos desde seu alcance máximo e procurando retardar o ataque inimigo, desorganizá-lo e forçá-lo a desembarcar sua infantaria. O uso de obstáculos reforça a posição defensiva e assegura a máxima eficácia dos fogos AC.

e) O contra-ataque deve ser realizado, em princípio, nos locais onde o inimigo lograr êxito em romper o nosso dispositivo nos limites da AE ou, então, desbordar a nossa posição defensiva.

f) A unidade recebe uma Z Aç. A intenção do Cmt será separar os fuzileiros inimigos dos seus blindados, a fim de que os blindados desprotegidos possam ser destruídos. Para isso, estabelece uma defesa em profundidade. É desejável que o terreno nos flancos seja acidentado e se constitua em obstáculo para tropas blindadas. Normalmente, o inimigo será, inicialmente, retardado pela fração “isca” se for utilizada. O autoacolhimento dessa fração, mediante ordem, permitirá a entrada do inimigo na AE. A partir daí, a sequência das ações se dará como previsto na seção “Área de Engajamento”.

g) São válidas as considerações feitas para a sincronização das funções de combate e medidas de coordenação na AE feitas na seção “Área de Engajamento”.

6.3.13.4 Defesa em Ponto Forte

6.3.13.4.1 A infantaria na defesa de um ponto forte – posição altamente fortificada e apoiada em um acidente natural do terreno – visa a deter, dividir ou desviar a direção de forças inimigas de valor ponderável ou impedir o seu acesso a determinada área ou infraestrutura.

6.3.13.4.2 O ponto forte é, essencialmente, uma posição defensiva de difícil conquista. O inimigo não pode ultrapassá-lo sem sofrer acentuado desgaste, pois o obriga a realizar vários ataques para conquistá-lo. Normalmente, a defesa em ponto forte adota o dispositivo de defesa circular.

6.3.13.5 Defesa Circular ou Defesa em Perímetro

6.3.13.5.1 A defesa circular é uma variante da defesa de área, na qual uma unidade fica disposta de modo a fazer frente simultaneamente a um ataque inimigo partido de qualquer direção. Quando esse dispositivo de defesa circular se apresentar em posições organizadas ou fortificadas, com adequado sistema de barreiras e dotados de todos os meios, especialmente de apoio de fogo e suprimentos, para suportar ações prolongadas, ainda que ultrapassados, constituir-se-á um ponto forte.

6.3.13.5.2 A defesa circular pode ser empregada nas seguintes situações:
a) missões independentes;
b) constituição de posições de bloqueio na defesa móvel ou em larga frente;
c) isolamento da unidade (cerco ou envolvimento) por ação do inimigo; e
d) sob restrições de terreno, tais como terreno montanhoso, selvas e desertos, que impeçam a organização de um dispositivo de defesa normal.

6.3.13.5.3 Normalmente, os elementos de comando e apoio são localizados no interior do perímetro.

6.3.13.5.4 A defesa circular se caracteriza particularmente por:
a) máxima potência de fogo à frente do LAADA;
b) máximo apoio mútuo; e
c) pequeno espaço de manobra.

6.3.13.5.5 Planejamento – as considerações a serem levadas em conta no planejamento da defesa circular são idênticas às tomadas no planejamento de uma defesa de área.

6.3.13.5.6 Área de segurança – área de segurança é organizada de maneira idêntica à da defesa de área. Os elementos de primeiro escalão estabelecem a segurança aproximada, e o comando da unidade que conduz a defesa circular estabelece os PAC/linha de reconhecimento e segurança (LRS). Os que guarnecem os PAC fornecem alerta oportuno da aproximação do inimigo, impedem sua observação direta sobre as posições, dentro de suas possibilidades e, com grande limitação, retardam, causam baixas e desorganizam as forças inimigas. Os PAC são localizados à frente do LAADA, dando prioridade às regiões de maior probabilidade de aproximação do inimigo, que ofereçam boa observação, que impeçam a observação e tiros diretos do inimigo sobre a posição e que estejam dentro da distância de apoio em relação ao LAADA. As frações que guarnecem os PAC são localizadas de modo a cobrir as VA que conduzem ao LAADA. Os intervalos entre os elementos do PAC são cobertos por patrulhas, observação terrestre, aérea e por fogos. O valor desses postos de vigilância varia de alguns homens a um GC reforçado.

6.3.13.5.7 A LRS poderá ser estabelecida pelo próprio Btl. Este poderá empregar o Pel Rec, quando previsto em seu estrutura organizacional, ou deixará a cargo de uma das SU do LAADA. Essa linha difere dos PAC na finalidade, a qual se restringe somente a dar o alerta oportuno da aproximação do inimigo.

6.3.13.5.8 Área de defesa avançada (ADA) – na defesa circular, os elementos de primeiro escalão recebem a responsabilidade de organizar e defender uma parte específica do perímetro. A frente designada para cada elemento de primeiro escalão dependerá dos fatores da decisão. Na divisão das frentes para as SU, o Cmt deve levar em consideração os seguintes aspectos:
a) buscar uma defesa equilibrada, fazendo uma distribuição homogênea dos elementos subordinados no perímetro, principalmente se a Dire Ini não for conhecida;
b) não dividir responsabilidades sobre eixos de aproximação e VA, observando a divisão topotática do terreno;
c) atribuir frente mais estreita para o elemento que defende a VA mais importante. Dessa forma, procura dar maior profundidade nessa parte do Dspo Def, bem como priorizar o emprego das armas de apoio nessa direção;
d) aproveitar os obstáculos naturais do terreno para aumentar a frente de uma peça de manobra, em benefício das demais;
e) as armas de apoio devem ficar ECD bater todo o perímetro; e
f) proporcionar espaço de manobra suficiente para o desdobramento dos elementos de comando e apoio ao combate.

6.3.13.5.9 Outros graus de resistência, menores do que o defender, podem ser admitidos em frentes de menor importância.

6.3.13.5.10 Como os intervalos entre os elementos de primeiro escalão devem ser evitados, particularmente em terreno coberto, as frentes e profundidades são geralmente reduzidas. O raio do dispositivo de defesa circular do Btl a três

companhias varia em função dos fatores da decisão. Devido à pouca profundidade e à falta de espaço de manobra, o Cmt Btl empregará todos os meios para evitar penetrações na posição. Assim, o grosso dos seus meios pode ser localizado no perímetro, guardando-se uma reserva de pequeno valor, normalmente um pelotão de fuzileiros.

6.3.13.5.11 Os dispositivos do Btl na defesa circular podem variar de acordo com a definição da provável direção de ataque inimigo, com o terreno e com os planos para futuras operações.

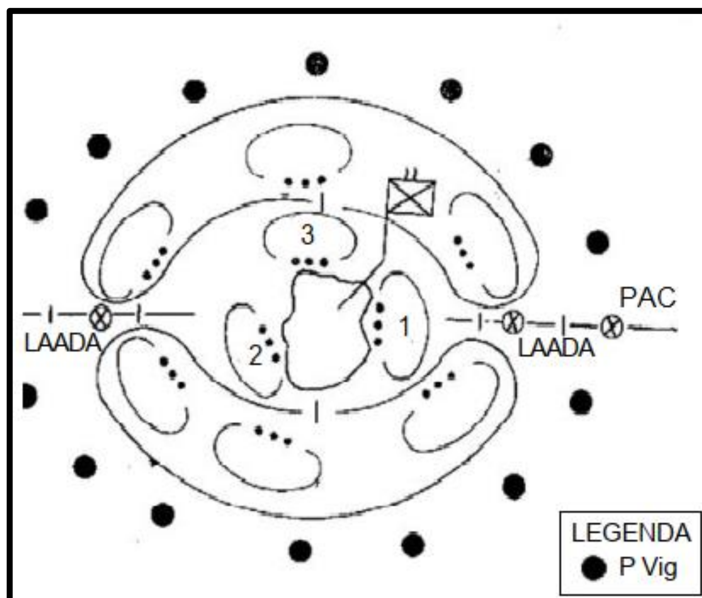


Fig 6-9 – O batalhão na defesa circular, duas companhias no perímetro

6.3.13.5.12 Área de reserva – os elementos de comando e de apoio do Btl são localizados na área de reserva.

a) A reserva pode ser constituída por uma SU, por elementos das companhias de primeiro escalão (reserva hipotecada) ou pela reunião de elementos de comando e apoio do Btl sob um comando organizado especificamente (reserva temporária).

b) É conveniente a organização de uma reserva dotada de grande mobilidade, em condições de atuar rapidamente em qualquer direção. Um número adequado de posições de aprofundamento deve ser preparado para atuar em face de um ataque de qualquer parte do perímetro, ficando a reserva concentrada em Z Reu, em condições de ocupá-las oportunamente, ou ocupando-as desde logo, tendo em vista as direções mais perigosas para a defesa.

c) O emprego de todas as companhias em primeiro escalão permitirá o máximo de poder de fogo no LAADA e melhores condições de apoio mútuo. Entretanto, tal dispositivo pode resultar em deixar elementos de SU diferentes como reserva

e sem um comando específico. A manutenção de uma reserva de valor Cia garantirá unidade de comando, porém essa formação restringirá, no interior do perímetro, espaço suficiente para emprego apropriado dos elementos de apoio e de serviços.
d) As restrições impostas pelo terreno, aliadas à pequena profundidade do dispositivo, podem tornar necessária a localização de uma força de contra-ataque fora do perímetro, desde que este elemento possua possibilidades aeromóveis.

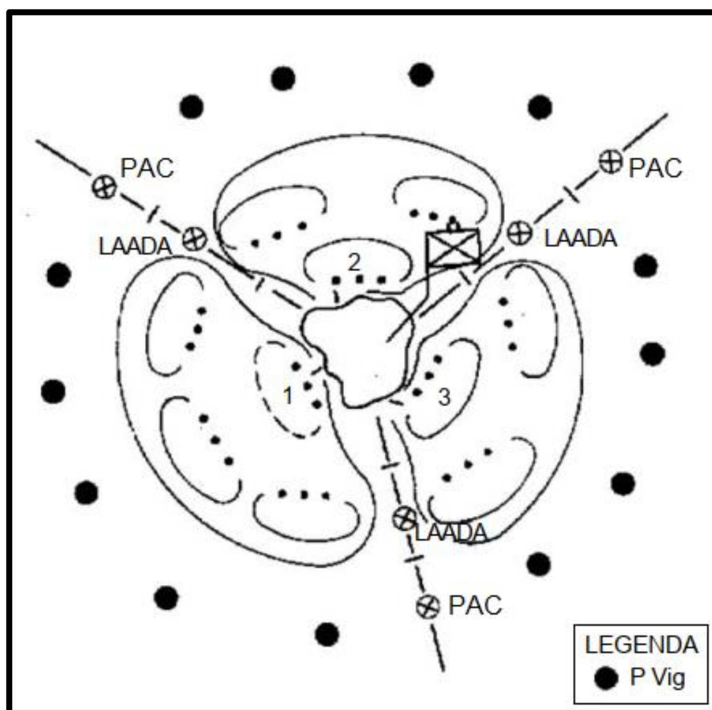


Fig 6-10 – O batalhão na defesa circular – três companhias no perímetro

6.3.13.5.13 Processo decisório – a montagem de L Aç na defesa circular obedece ao processo das cinco fases (ver seção Montagem das Linhas de Ação), atentando para as prioridades abaixo ordenadas:
a) defender todas as VA com apoio mútuo em largura e em profundidade (ideal);
b) defender as principais VA com apoio mútuo em largura e profundidade e com apoio mútuo em largura nas demais; e
c) defender as principais VA com, pelo menos, apoio mútuo em largura e admitir outros graus de resistência nas demais VA.

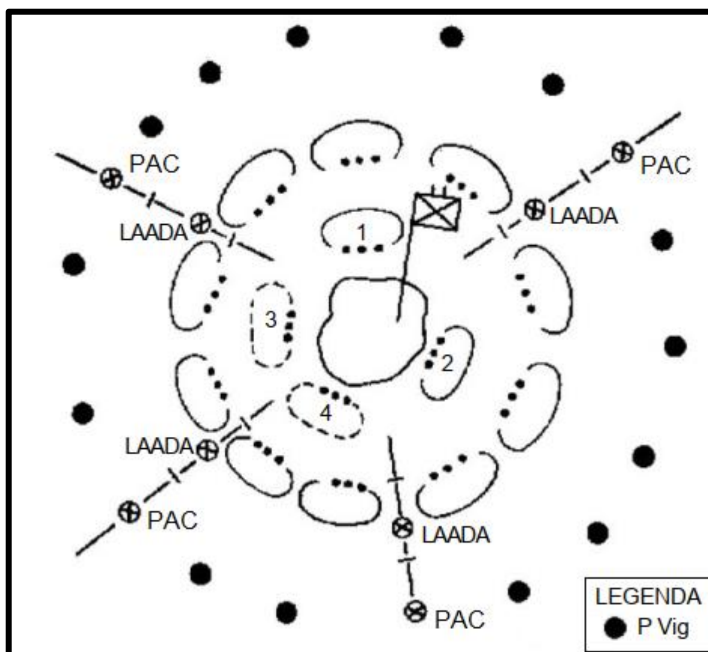


Fig 6-11 – O batalhão reforçado na defesa circular – quatro companhias no perímetro

6.3.13.5.14 Sob o fator terreno, durante o planejamento, deve ser considerada a adequada utilização do terreno, permitindo aprofundamento da defesa.

6.3.13.5.15 Quanto ao dispositivo adotado, constituem vantagens numa L Aç os seguintes aspectos:
a) simplicidade (SU com apenas um grau de defesa e/ou menor número de peças de manobra do Btl);
b) equilíbrio do dispositivo;
c) maior poder de combate na ADA;
d) valor da reserva;
e) menor frente para quem defende a parte mais importante ou se opõe a maior ameaça inimiga; e
f) máximo apoio mútuo possível.

6.3.13.5.16 Apoio de fogo – o emprego das armas de apoio orgânicas e em reforço são, de um modo geral, idênticos ao de uma defesa de área.
a) As metralhadoras dos elementos em reserva podem ser empregadas no LAADA, para reforçar a defesa no perímetro.
b) As armas AC são, normalmente, empregadas no LAADA para bater alvos de diversas naturezas, reforçando os fogos das demais armas.
c) Os CC em reforço ao Btl podem ser mantidos em zona de reunião, integrar a reserva ou serem colocados em posição de tiro no LAADA. Mesmo quando empregados como reserva, são preparadas posições de tiro principais e

suplementares para os carros, de modo a bater todas as VA e facilitar a reunião para o apoio ou execução dos contra-ataques.
d) O emprego das armas de tiro indireto deve permitir bater o inimigo o mais longe possível do LAADA e em qualquer direção. Os fogos disponíveis para o batalhão, provenientes de armas de apoio localizadas fora do perímetro, devem ser coordenados e integrados no plano de defesa da unidade.

6.3.13.5.17 Conduta – se o inimigo penetrar na posição, a reserva pode ser empregada para limitá-la ou para contra-atacar a fim de restabelecer a posição. Durante o emprego da reserva, uma reserva temporária deve ser organizada para atuar em face de qualquer outra ameaça. Pode vir a ser necessário o emprego de elementos não engajados em outras partes do LAADA como força de contra-ataque. Neste caso, outro elemento de valor adequado deve ser mantido nas posições de onde foram retirados os que executarão o contra-ataque. O emprego de reservas aeromóveis localizadas fora do perímetro exige estreita coordenação com os elementos em posição, incluindo medidas de controle, tais como linha limite de progressão, linha de coordenação de apoio de fogo e Z Aç do elemento empregado.

6.3.13.5.18 A perda do poder de combate da reserva, após a conduta por ocupação de núcleo submergido ou reajustamento do dispositivo, poderá implicar manter elementos de comando e apoio ou até elementos de engenharia como reserva permanente.

6.3.13.6 Defesa contra Reconhecimento

6.3.13.6.1 A defesa contra reconhecimento será realizada, preferencialmente, pelos elementos de segurança. Em uma Aç Rtrd, quando na posição inicial de retardamento (PIR), a reserva poderá executar missões de contrarreconhecimento desde que não tenha nenhuma outra missão tática.

6.3.13.6.2 Normalmente, receberá apoio de fogo dos morteiros orgânicos do Btl, até que se estabeleça o contato do grosso da tropa com o Ini. Além disso, poderá receber apoio de elementos de inteligência do Esc Sp se estiverem lançados no terreno. Podem ser utilizados meios IRVA aéreos.

6.3.13.6.3 O planejamento dessas ações é realizado pelo S-2. Devem ser previstas medidas de coordenação e controle, como linhas de controle, pontos de ligação, itinerários pré-estabelecidos, comunicações e plano de acolhimento, visando a evitar o fratricídio durante o retraimento dos elementos.

6.3.13.6.4 Planejamento e Execução do Contrarreconhecimento (C Rec)
a) No C Rec, o BI emprega elementos de combate (Pel ou Cia), reforçados ou não por elementos de apoio ao combate, para detectar e destruir o reconhecimento inimigo.

b) A decisão de empregar ou não o C Rec obedece aos fatores da decisão, notadamente, os meios, o tempo e o inimigo.

c) O S-2 é o responsável pelo planejamento inicial do C Rec, em consonância com o planejamento tático do S-3 e de acordo com as NGA e as diretrizes do Cmt do regimento.

d) Uma ordem de C Rec deve seguir o modelo da O Op, com ênfase nos parágrafos primeiro e terceiro.

e) O S-2 prepara o parágrafo primeiro da ordem levantando, principalmente, a situação do inimigo, com as possibilidades do inimigo acompanhadas dos respectivos calcos. Nos calcos, devem constar, no mínimo, os supostos itinerários de infiltração, os locais de estabelecimento de PO, postos de escuta, radares e locais de interesse do Rec inimigo.

f) Da ordem de C Rec, devem constar:

- o elemento de combate que cumprirá a missão;
- o posicionamento dos radares de vigilância terrestre;
- os reforços aos elementos de combate (observadores de Mrt e Art, radares, engenharia, armas AC e outros que se fizerem necessários);
- um completo estudo do inimigo, incluindo situação, possibilidades, armamento, equipamento e outros dados;
- o plano logístico de apoio (suprimento extra, estabelecimento de cachês ou outros meios);
- os itinerários de retraimento dos elementos de C Rec, se for o caso; e
- as medidas de coordenação e controle necessárias para a coordenação do movimento, fogos, apoio logístico e comunicações.

g) Caso os elementos de C Rec sejam empregados bem à frente do dispositivo amigo e excedam o alcance dos equipamentos de comunicações, devem ser instalados postos de retransmissão.

h) Os Elm de C Rec podem estar operando dentro do Ap F da força enquadrante ou deslocar-se bem à frente, sob o respaldo de seu próprio apoio de fogo.

i) Sequência para o planejamento (Plj) do C Rec:

- estudo do Rec Ini e levantamento gráfico de suas possibilidades (faixas e itinerários de infiltração, VA, regiões de interesse, prováveis PO, PE ou locais para condução de fogos);
- definição das ações ofensivas à frente da linha defensiva, vigilância ou objetivos ocupados pelo Btl: onde? Quem? Como? Apoio de fogo e de engenharia? Itinerários de deslocamento? Acolhimento?
- definição das ações defensivas a serem executadas e a necessidade de Ap Eng para canalizar o inimigo e o apoio de fogo necessário à sua destruição ou neutralização;
- marcação de áreas de interesse (AI) sobre os itinerários (Itn) de penetração (Pntr) do Rec Ini, com as finalidades de observar sua infiltração e reduzir o seu poder de combate pela aplicação de fogos diretos e ou indiretos;
- marcação de áreas de engajamento (AE) para destruir o Rec Ini pelo fogo direto e indireto;
- marcação de outras medidas de coordenação e controle que permitam o retraimento e coordenação de fogos e movimento do Elm de C Rec;

- planejamento da localização dos radares de vigilância terrestre sobre as principais VA ou Itn de infiltração do Rec Ini;
- planejamento do posicionamento dos grupos de reconhecimento, segurança, morteiros e outros Elm que reforcem o grupamento de C Rec;
- estabelecimento de uma L Ct que limite o avanço da força de C Rec e outra que balize seu retraimento;
- planejamento do apoio logístico para as medidas e ações de C Rec;
- complementar as NGA da unidade com outras medidas de C Rec que se façam necessárias para as ações a serem desencadeadas, por exemplo: PO 1 somente ocupa posição alternativa se o inimigo não aparecer em até 3h (três horas); abrir fogo tão logo o veículo inimigo entrar no alcance dos fogos diretos; e as prioridades de engajamento são: viaturas radares, viaturas de exploradores, viaturas de engenharia e viaturas de detecção QBRN.

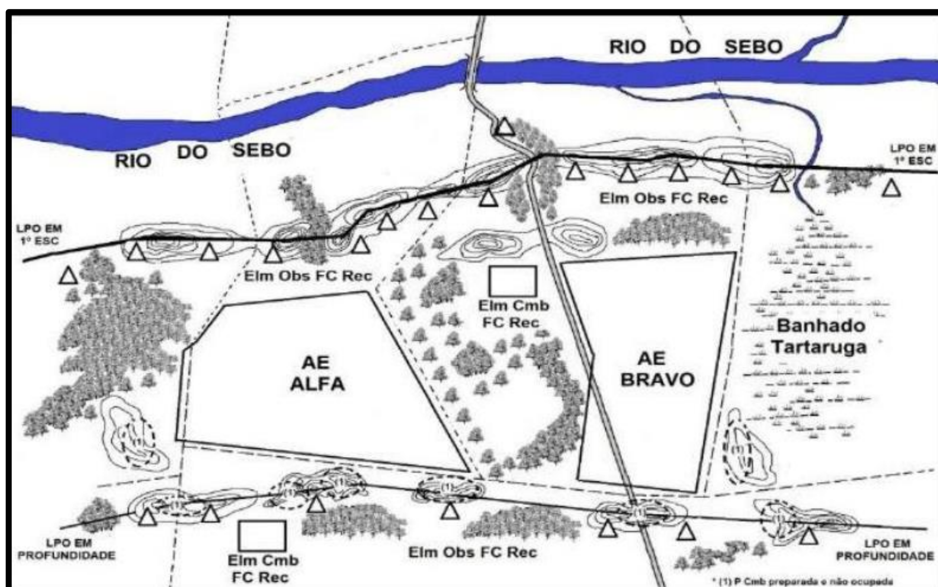


Fig 6-12 – Um Pel Fuz Mec como força de C Rec reforçado por radar, Mrt P e UT 30 mm

6.3.13.6.5 Outras considerações poderão ser consultadas no parágrafo sobre Defesa contra reconhecimento do MC *Operações*.

6.3.13.7 Defesa contra Tropas Aeroterrestres ou Aeromóveis

6.3.13.7.1 Essa modalidade de defesa está descrita dentro das operações complementares, no Capítulo IX, na seção “Defesa contra Ataque Aeroterrestre, Aeromóvel, Ações de Guerrilhas e Infiltrações”.

6.3.13.7.2 Para planejamento detalhado, verificar os manuais Operações Aeroterrestres e Operações Aeromóveis.

6.3.13.8 Defesa em Contraencosta

6.3.13.8.1 A defesa na contraencosta é uma técnica especial de defesa na qual a posição é organizada numa porção do terreno que é mascarada por uma crista topográfica. Destacam-se as grandes vantagens dessa técnica: a proteção contra a observação e os tiros diretos inimigos.

6.3.13.8.2 Raramente o batalhão adotará uma defesa em contraencosta em toda a sua frente a defender. Isso acarretaria um decréscimo considerável na rasância e flanqueamento a serem obtidos pelos seus campos de tiro, o que significa o não atendimento a um princípio fundamental da defensiva. Entretanto, haverá determinadas situações que poderão induzir o Cmt a dispor suas SU e sistemas de armas defendendo em contraencosta:
a) quando a encosta se encontra sob o domínio inimigo, tornando-se insustentável devido aos seus fogos;
b) quando o terreno na contraencosta possibilita campos de tiro melhores ou iguais aos que seriam obtidos defendendo-se na encosta;
c) quando a posse da encosta não é essencial à observação;
d) quando houver um saliente pronunciado no terreno ao longo da frente a defender, expondo o dispositivo a um flanqueamento pelo inimigo;
e) quando for necessário obter surpresa e iludir o inimigo quanto à localização das principais posições defensivas;
f) quando houver indícios do emprego de agentes QBRN por parte do inimigo;
g) quando se desejar negar ao inimigo a observação e os fogos diretos sobre as posições defensivas, particularmente visando a facilitar os ressuprimentos; e
h) quando o tempo de preparo das posições for exíguo.

6.3.13.8.3 A defensiva na contraencosta é bastante eficaz quando há possibilidade de se flanquear o ataque inimigo por meio de fogos diretos aplicados sobre a encosta vizinha. A partir de um cruzamento dos campos de tiro das armas posicionadas nas contraencosta, ambas as encostas (aquela à frente da SU considerada e à frente da sua vizinha) poderão ser batidas por fogos diretos, permanecendo, entretanto, protegidas.

6.3.13.8.4 A defensiva na contraencosta é um dos melhores meios de defesa contra um maciço ataque de blindados. Em uma região que favoreça o movimento dos CC e viaturas blindadas, o defensor poderá ter de enfrentar uma substancial quantidade de armas de tiro direto, orgânicas desses blindados, capazes de neutralizar até as mais bem preparadas posições defensivas. Para prejudicar ainda mais a situação do defensor, o atacante, provavelmente, usará fumaça para mascarar a manobra de seus meios blindados, bem como utilizará fogos de apoio maciços para eliminar os mísseis AC de longo alcance.

6.3.13.8.5 A defesa em contraencosta apresenta a vantagem de reduzir a eficácia dos fogos inimigos, particularmente, os tiros dos CC durante a transposição da crista topográfica, bem como de obrigar o atacante a depender

do reconhecimento aéreo. A declinação máxima dos canhões dos CC não será suficiente para bater adequadamente as posições do contato, o que possibilitará aos defensores atingir com fogos diretos a parte inferior e mais vulnerável da blindagem. Porém, o defensor também terá sua observação limitada pela crista, com a consequente redução dos campos de tiro e, principalmente, grande dificuldade para contra-atacar.

6.3.13.8.6 Considerações para o Planejamento
a) A chave para a defesa em contraencosta é o controle da crista topográfica por meio de fogos e emprego adequado de obstáculos. Os núcleos defensivos devem se posicionar na contraencosta de forma que o alcance das armas portáteis individuais possa bater a crista topográfica. Uma vez que o inimigo é forte em blindados, o Cmt pode decidir posicionar sua posição defensiva mais próxima da crista topográfica, onde possa empregar seu armamento leve AC para engajar o atacante quando suas viaturas atravessarem a crista topográfica. Ao desdobrar suas forças dessa maneira, o Cmt evita que o inimigo engaje seus núcleos defensivos antes que esteja dentro do alcance eficaz de todo o armamento orgânico do sistema defensivo. Tal tática não somente protege o defensor das armas de tiro direto inimigas até que estas estejam dentro do alcance eficaz de seu sistema de armas como também obriga o inimigo a mudar sua tática ofensiva.
b) Para prover a segurança aproximada, o defensor deve estabelecer uma série de postos de vigia/escuta à frente de sua crista topográfica. Ainda que a função primordial de tais postos seja a de prover observação e alarme, podem também ser usados em outras tarefas, tais como simular posições falsas de acordo com o plano de dissimulação tática.
c) De forma a infligir perdas ao atacante, a longo alcance, o defensor deve selecionar postos de observação para suas armas de apoio na crista topográfica, de onde possa ajustar os tiros sobre o inimigo que se posicione na encosta imediata.
d) As armas AC devem, também, ser empregadas à frente da crista topográfica, em posições provisórias. As posições principais devem ser preparadas nas alturas dominantes à retaguarda do LAADA. Quando as posições mais avançadas se tornam insustentáveis, aquelas armas se deslocam para suas posições à retaguarda, de onde possam engajar o inimigo blindado.
e) A reserva poderá estar localizada na contraencosta do próximo movimento topográfico, desde que essa localização possibilite um emprego oportuno.
f) O sucesso da defesa em contraencosta reside em impedir ao inimigo a utilização da crista topográfica da elevação ocupada.

6.3.8.13.8.7 Execução
a) A condução da defesa é semelhante a uma defesa normal. Embora os fogos defensivos batam o inimigo desde a crista, ele pode ter sucesso e penetrar na posição. O defensor, então, deve estar preparado para conduzir um contra-ataque. A força de contra-ataque tem a tarefa de restaurar o LAADA, retomar a

crista topográfica, restabelecendo seus PO, bem como expulsar o inimigo da encosta imediatamente à frente da posição defensiva.

b) O contra-ataque deverá ser realizado em dois movimentos: o primeiro terá o propósito de restaurar a posição, sendo lançado no flanco do atacante; enquanto o segundo será realizado para repelir o inimigo da encosta imediatamente à frente.

c) Durante esse contra-ataque, a unidade deverá restabelecer seus postos de observação e reforçar a força de contra-ataque com apoio de fogo, especialmente, armas AC.

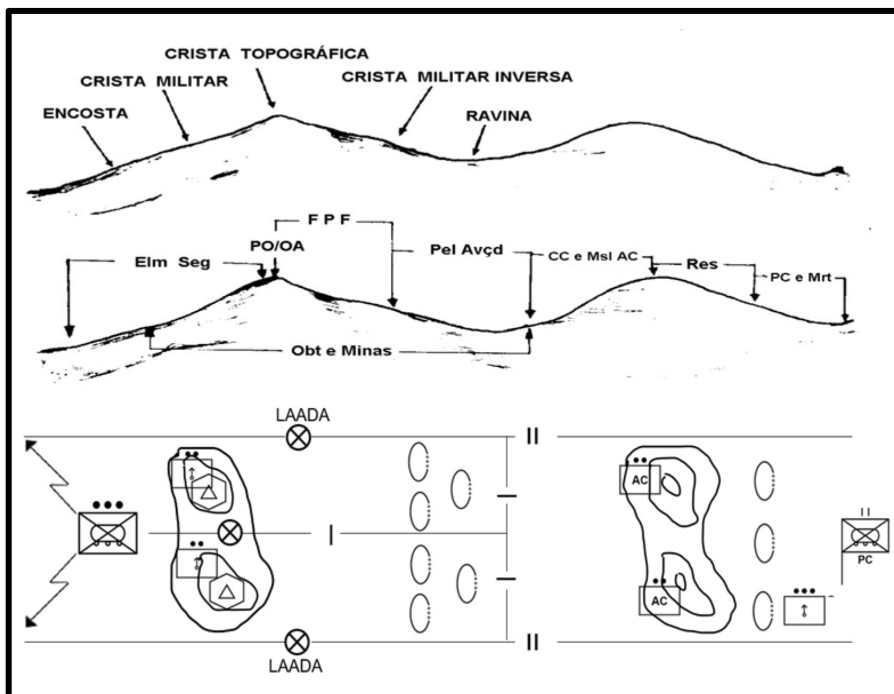


Fig 6-13 – Defesa em contraencosta

6.3.14 MONTAGEM DAS LINHAS DE AÇÃO (PROCESSO DAS CINCO FASES)

6.3.14.1 Generalidades

6.3.14.1.1 Durante o exame de situação, o Cmt e seu EM elaboram L Aç para o cumprimento da missão do Btl. Na defesa, a elaboração das L Aç será realizada com base no processo das cinco fases.

6.3.14.1.2 O processo das cinco fases tem como base, fundamentalmente, a análise das VA para o interior da posição defensiva, já que as informações sobre o inimigo são limitadas, e este pode aplicar o seu poder de combate em qualquer dispositivo de ataque, onde bem lhe aprouver.

6.3.14.1.3 Esse método depende da forma de manobra adotada, pois a distribuição de forças e outros princípios de emprego são peculiares a cada uma delas. Convém ressaltar que a referida metodologia não substitui o exame de situação, tal qual é descrito no anexo A deste manual.

6.3.14.1.4 O processo é desenvolvido na seguinte sequência:
a) seleção das regiões de bloqueio e determinação do grau de resistência desejável em cada VA;
b) determinação do poder de combate a ser empregado na ADA;
c) determinação do poder de combate da reserva e sua localização;
d) determinação do poder de combate das F Seg e sua localização; e
e) ajustamento das linhas de ação.

6.3.14.2 Seleção das Regiões de Bloqueio e Determinação do Grau de Resistência Desejável em cada VA

6.3.14.2.1 Com base na forma de manobra e no terreno, o planejador deve selecionar, ao longo de cada VA, os acidentes do terreno favoráveis ao bloqueio das penetrações inimigas, em regiões de alturas favoráveis às ações de defesa. No escalão Btl, são levantadas as VA prováveis do inimigo, valor companhia, para o interior da nossa posição defensiva. Para tal, visualizar:

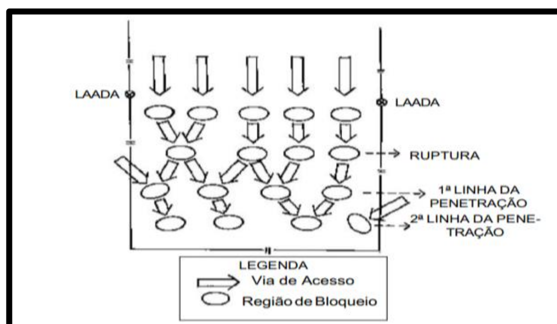


Fig 6-14 – Seleção das regiões de bloqueio ao longo de cada via de acesso

6.3.14.2.2 Penetração Máxima Admitida (PMA)
a) Na defesa de área, embora a ideia seja deter o inimigo pelo fogo à frente da posição defensiva, é possível admitir uma penetração inimiga, desde que esta permita ao Btl contra-atacar, com seus próprios meios, para restabelecer a posição, destruindo ou expulsando o inimigo. Tal penetração deve ser bloqueada na região da ruptura da posição defensiva.
b) A largura da PMA é baseada na amplitude da VA considerada. No escalão Btl, considera-se a largura de uma VA de Cia.
c) A profundidade da PMA tem como base o terreno, particularmente, os aspectos favoráveis à defesa, e o valor do inimigo no interior da penetração, que deve estar dentro das possibilidades de contra-ataque da reserva que se pretende manter.

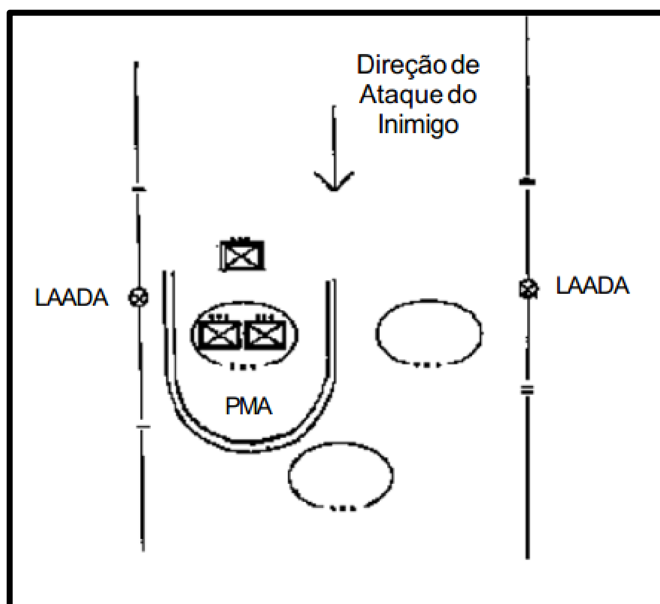


Fig 6-15 – Traçado da penetração máxima admitida

6.3.14.2.3 Graus de Resistência

a) Três são os graus de resistência que podem ser empregados na ADA, conforme o nível de engajamento admitido com o inimigo. São do maior para o menor, respectivamente, defender, retardar e vigiar. No escalão Btl, a ruptura e a penetração da posição defensiva devem ser defendidas.

b) Defender – uma tropa que defende uma determinada VA combate para conter um ataque inimigo, por meio do fogo e do combate aproximado. Para tanto, o defensor deve possuir um poder relativo de combate compatível, em função da amplitude e do valor do inimigo na VA.

c) Retardar – uma tropa que retarda o inimigo em determinada(s) VA combate por meio do fogo, tendo em vista desorganizar o ataque inimigo, trocando o mínimo de espaço pelo máximo de tempo, sem se engajar decisivamente em combate. A tropa que retarda só deve retrair quando sob ameaça de engajamento decisivo e mediante ordem do Esc Sp. Para retardar, o defensor pode empregar menor poder de combate do que quando está defendendo e ocupar núcleos defensivos de maiores proporções.

d) Vigiar – uma tropa que vigia determinada(s) VA cumpre sua missão, estabelecendo uma série de postos de vigilância complementados por patrulhas, para detectar a presença do inimigo. A força que vigia provê sua própria segurança e, se pressionada, retrai, mantendo permanente contato com o inimigo.

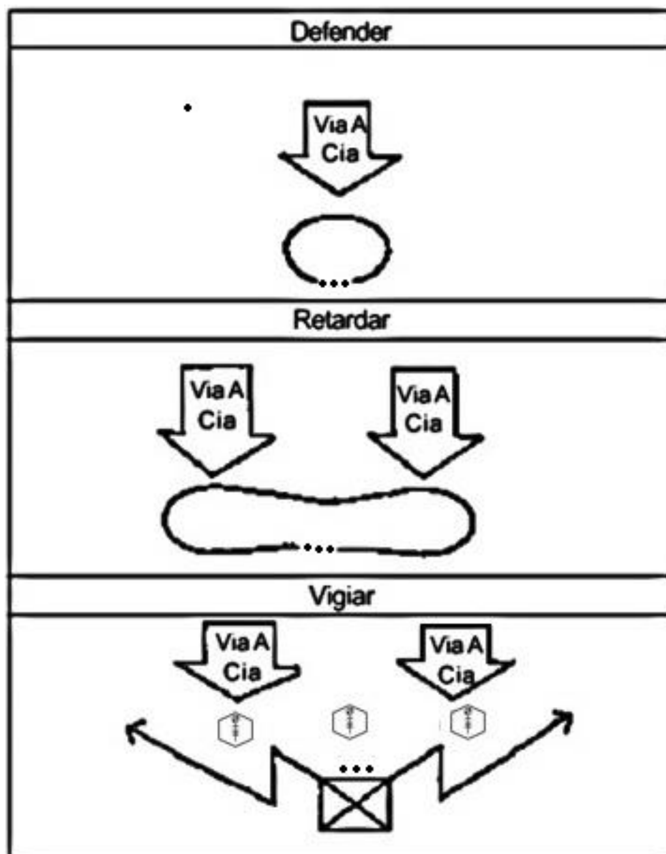


Fig 6-16 – Graus de resistência

6.3.14.2.4 Grau de Resistência Admissível

a) Em função do traçado das PMA, devem-se levantar os graus de resistência admissíveis em cada VA.

b) Primeiro caso – a penetração é admitida pelo defensor quando:

- existem regiões de bloqueio no contato e em profundidade, possibilitando o traçado da PMA; e
- não existe região de bloqueio no contato, mas sim em profundidade, possibilitando o traçado da PMA.

c) Nessas situações, pode-se admitir todos os graus de resistência, apesar de, na segunda situação, o “defender” e o “retardar” não serem nas condições ideais.

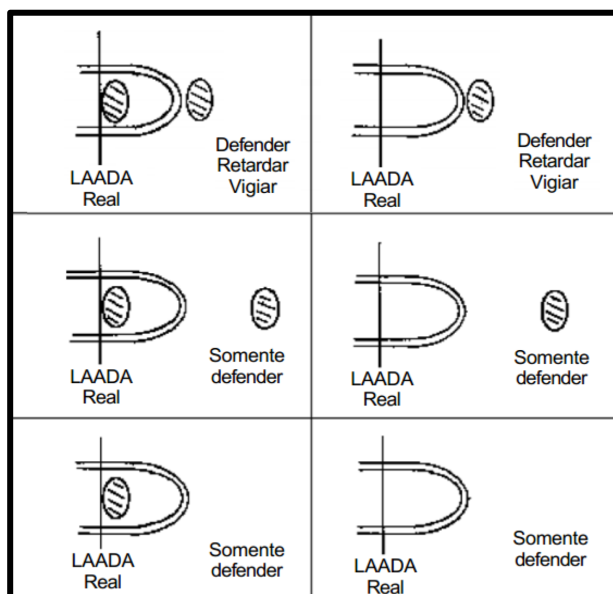


Fig 6-17 – Penetrações admitidas

d) Segundo caso – a penetração não é admitida pelo defensor quando:
- existem regiões de bloqueio no contato e em profundidade, porém a uma distância tal que não possibilite o traçado da PMA;
- não existe região de bloqueio no contato, mas sim em profundidade, porém a uma distância tal que não possibilite o traçado da PMA;
- existe região de bloqueio no contato, mas não em profundidade; e
- não existem regiões de bloqueio no contato e em profundidade.

e) Nessas situações, normalmente, admite-se apenas o grau de resistência “defender”, apesar de, em algumas situações, não ser nas condições ideais.

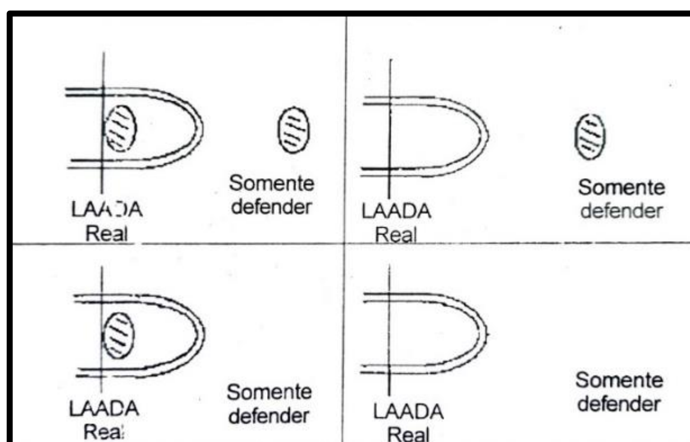


Fig 6-18 – Penetrações não admitidas

6.3.14.2.5 Grau de Resistência Desejável
a) O grau de resistência desejável é função da integração do grau de resistência admissível, do estudo do terreno e da disponibilidade de meios. A determinação do grau de resistência desejável é realizada em cada VA.
b) Sempre que possível, a situação ideal é defender em todas as VA, observando-se as características do terreno favoráveis às ações de defesa.
c) Nas VA secundárias, ou seja, aquelas que têm o seu valor defensivo aumentado pela presença de obstáculos, pode-se retardar por economia de meios, desde que o terreno proporcione alturas favoráveis ao retardamento e boas condições de transitabilidade para o retraimento.
d) A defesa de salientes do LAADA não é recomendável, por falta de apoio mútuo lateral em ambos os flancos do defensor, sendo o grau de resistência “retardar” mais utilizado normalmente.
e) Em áreas passivas da posição defensiva, ou seja, as regiões do terreno cobertas por obstáculos naturais de vulto que restrinjam em muito a mobilidade do inimigo, como mata densa “obstáculo”, alagadiço “obstáculo” e outros, o grau de resistência “vigiar” é aceitável, porque o inimigo, normalmente, não atacará desdobrado no terreno, mas poderá utilizá-las como faixas de infiltração.
f) Em função de grande carência de meios, pode-se vigiar em VA não consideradas como áreas passivas, porém tal decisão revelará uma grande vulnerabilidade do dispositivo defensivo.
g) Na defesa móvel e na defesa elástica, os graus de resistência “retardar” e “vigiar” são utilizados para canalizar o inimigo para uma região favorável à sua destruição, respectivamente, pelo contra-ataque e pelo fogo.

6.3.14.3 Determinação do Poder de Combate a Ser Empregado na ADA

6.3.14.3.1 Nesta fase, procuram-se visualizar os elementos de manobra e apoio de fogo necessários para dar resistência à ADA, realizando o nucleamento da posição e estabelecendo limites laterais para as peças de manobra de primeiro escalão.

6.3.14.3.2 Na defesa de área, a maior parte do poder de combate é localizada na ADA, para assegurar a manutenção dos acidentes capitais que controlam as VA para o interior da posição.

6.3.14.3.3 Ao compor os elementos de primeiro escalão, procuram-se ajustar as necessidades e as disponibilidades, considerando, inicialmente, um poder de combate mínimo para a reserva que possibilite o restabelecimento da ADA.

6.3.14.3.4 Caso as necessidades sejam maiores do que as disponibilidades, deve-se economizar meios, utilizando-se dos seguintes recursos:
a) afastar o LAADA real do LAADA geral até o limite do alcance de utilização do armamento individual, para explorar as convergências de VA;
b) prever núcleos de pelotão, preparados e não ocupados, na ruptura da posição defensiva, sem privar as companhias de primeiro escalão de, pelo menos, um

pelotão em reserva, podendo este permanecer em Z Reu da Cia, por conta da falta de informação do Ini; e
c) admitir um menor grau de resistência nas VA menos importantes.

6.3.14.3.5 Ao nuclear a ADA, deve-se observar o apoio mútuo lateral e em profundidade entre os núcleos de defesa de valor pelotão. Tal aspecto é fundamental na defesa de área em frente normal, salvo quando o terreno não permitir. Os núcleos defensivos do contato devem ser localizados na crista militar das elevações, e a uma distância do LAADA que permita batê-lo com seus fogos das armas individuais (500 m).

6.3.14.3.6 Ao estabelecer os limites laterais para as peças de manobra, deve-se considerar o terreno, especialmente os conjuntos topotáticos e os obstáculos longitudinais, além do nosso dispositivo.

6.3.14.4 Determinação do Poder de Combate da Reserva e sua Localização

6.3.14.4.1 O poder de combate necessário para a reserva, na defesa de área, deve permitir cumprir todas as suas missões com o mínimo de meios.

6.3.14.4.2 As missões apropriadas para a reserva do Btl incluem:
a) guarnecer os PAC na frente que corresponde ao Btl, quando for o caso;
b) preparar e ocupar as posições de aprofundamento, limitando as penetrações inimigas na posição;
c) executar contra-ataques para expulsar o inimigo e restabelecer a posição;
d) apoiar ou reforçar as companhias de primeiro escalão, quando possível, pelo emprego de seus meios orgânicos de manobra e de apoio de fogo;
e) executar as missões de segurança de flanco e de A Rtgd quando necessário;
f) assumir, mediante ordem, a missão das companhias de primeiro escalão;
g) executar patrulhamento; e
h) cobrir os intervalos e brechas na frente.

6.3.14.4.3 A reserva deve ser localizada de tal forma a proporcionar flexibilidade para o seu emprego. A reserva pode se encontrar em uma das seguintes situações:
a) centralizada (aprofundando desde já ou em Z Reu); e
b) descentralizada (articulada ou fracionada).

6.3.14.4.4 A reserva estará centralizada, aprofundando desde já, quando seus pelotões ocuparem posições de aprofundamento, sob comando único. Deve ser empregada quando a frente for normal, existirem poucas posições de aprofundamento e a A Res se caracterizar por um ponto chave da defesa.

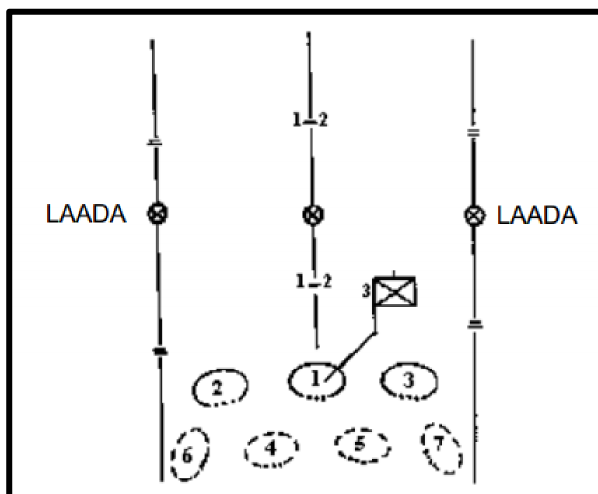


Fig 6-19 – Reserva centralizada, aprofundando desde já

6.3.14.4.5 A reserva estará centralizada em Z Reu quando seus pelotões ficarem reunidos num único local, sob comando único. Deve ser empregada quando: a frente for mais larga do que o normal; existirem muitas posições de aprofundamento; a A Res se caracterizar por uma região capital de defesa extensa; e as condições de transitabilidade permitirem o deslocamento da reserva para qualquer parte da frente.

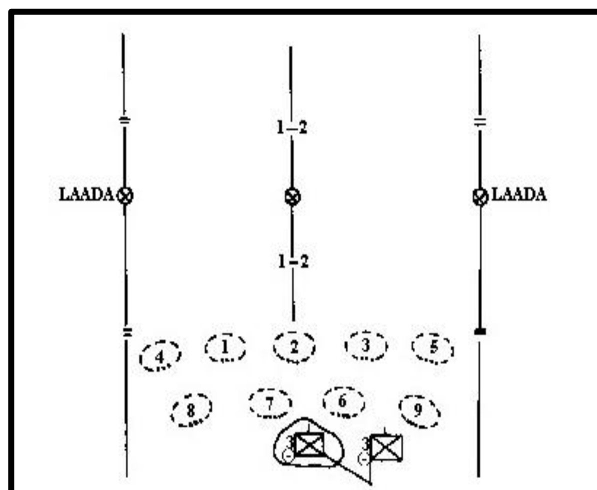


Fig 6-20 – Reserva centralizada, em zona de reunião

6.3.14.4.6 A reserva estará descentralizada, articulada, quando seus pelotões ocuparem mais de uma Z Reu ou parte deles se encontrar em Z Reu e outra parte ocupar posições de aprofundamento, porém todos sob comando único.

Deve ser empregada quando a frente for bastante larga ou existir um obstáculo dissociador na área de reserva, restringindo o movimento da reserva.

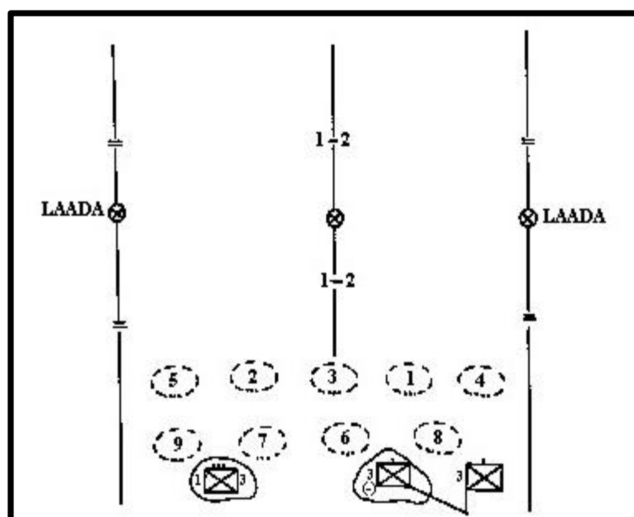


Fig 6-21 – Reserva descentralizada, articulada

6.3.14.4.7 A reserva estará descentralizada, fracionada, quando seus pelotões ocuparem mais de uma Z Reu, sob dois ou mais comandos distintos. Deve ser empregada quando existir um obstáculo dissociador na área da reserva que impeça ao Cmt da reserva exercer o controle, acompanhar a manobra e prestar o apoio necessário às suas peças de manobra.

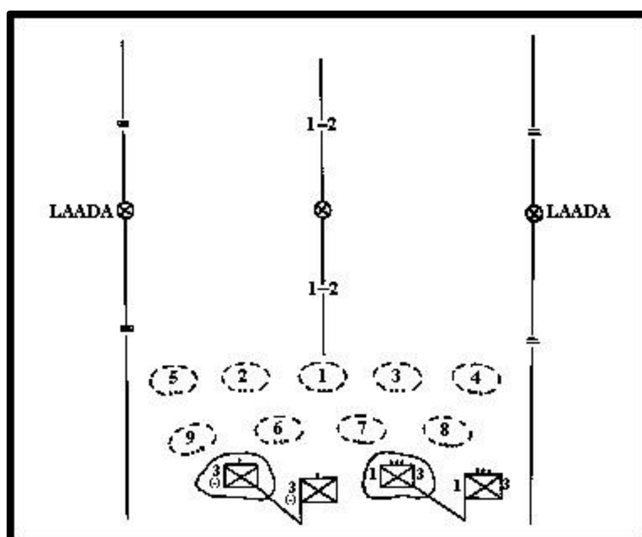


Fig 6-22 – Reserva descentralizada fracionada

6.3.14.4.8 As posições de aprofundamento do Btl, na área de reserva, são escolhidas de modo a assegurar a defesa em profundidade e em todas as direções, localizadas nos acidentes do terreno que barram as VA em profundidade e nos flancos.

6.3.14.4.9 Os núcleos a serem organizados pela reserva recebem uma prioridade de preparação, e não de ocupação, por meio de uma numeração em ordem crescente, atendendo, em princípio, à seguinte sequência:
a) núcleos que aprofundam a defesa à retaguarda de graus de resistência “vigiar” e “retardar”, nessa ordem;
b) núcleos que aprofundam a defesa, na Z Aç das Cia de primeiro escalão, que não forem preparados pelas SU da ADA;
c) núcleos que aprofundam a defesa na A Res do batalhão e que conduzem à região capital de defesa, por linhas do terreno até a última linha de defesa, priorizando as melhores VA; e
d) núcleos que barram as VA de flanco, provenientes das Z Aç vizinhas.

6.3.14.5 Determinação do Poder de Combate das Forças de Segurança e sua Localização

6.3.14.5.1 Nessa fase, deve-se levantar as necessidades de segurança, por meio do valor e da localização de forças para:
a) a área de segurança;
b) a proteção dos flancos, se for o caso;
c) a segurança da área de retaguarda, se for o caso; e
d) outras necessidades de segurança.

6.3.14.5.2 Convém lembrar que, em princípio, as forças da área de segurança, após o cumprimento de sua missão, revertem à reserva, e esta fica, em alguns casos, em condições de fornecer elementos para a SEGAR.

6.3.14.6 Ajustamento das Linhas de Ação

6.3.14.6.1 Destina-se a um ajustamento do poder de combate e das áreas de responsabilidade atribuídas em cada linha de ação. Isso porque, como conclusão do estudo anterior, podem surgir conflitos entre as necessidades dos vários escalões de defesa e o poder de combate disponível.

6.3.14.6.2 De fato, nas etapas anteriores, foi levantado o valor do poder de combate necessário ou desejável, sem se ater ao número exato de SU e Pel disponíveis. Este, que era apenas um guia inicialmente, torna-se um fator limitativo no ajustamento.

6.3.15 COMPARAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO

6.3.15.1 Generalidades

6.3.15.1.1 A finalidade do estudo deste parágrafo consiste em permitir a escolha da L Aç mais favorável para o cumprimento da missão. Para isso, deve-se relacionar as vantagens e desvantagens de cada fator de comparação, especialmente aqueles de importância capital para a defesa: o terreno, o nosso dispositivo, dispositivo inimigo e os princípios de guerra.

6.3.15.2 Terreno

6.3.15.2.1 Divisão de conjunto topotático – evitar dividir um conjunto topotático para duas ou mais peças de manobra.

6.3.15.2.2 Associação de conjuntos topotáticos – evitar associar dois ou mais conjuntos topotáticos para uma mesma peça de manobra, principalmente os mais importantes.

6.3.15.2.3 Obstáculo dissociador – evitar deixar um obstáculo dissociador no interior da Z Aç de uma peça de manobra.

6.3.15.3 Nosso Dispositivo

6.3.15.3.1 Área de Segurança
a) Poder de combate – verificar o valor dos PAC em relação às missões a eles atribuídas.
b) Natureza da tropa – verificar a adequabilidade da tropa empregada face ao terreno, ao inimigo e à missão.

6.3.15.3.2 Área de Defesa Avançada (ADA)
a) Simplicidade – verificar a simplicidade do dispositivo defensivo, de acordo com os seguintes aspectos:
- o menor número possível de peças de manobra ao controle do batalhão, facilitando o comando, o controle e o apoio de fogo; e
- a existência de peça(s) de manobra valor pelotão ao controle do batalhão, dificultando o apoio logístico, o apoio de fogo e as comunicações.

b) Equilíbrio – verificar o equilíbrio do dispositivo defensivo, de acordo com os seguintes aspectos:
- frentes compatíveis com as peças de manobra empregadas; e
- divisão equilibrada da frente de defesa para as peças de manobra empregadas.

c) Grau de resistência – verificar o(s) grau(s) de resistência atribuídos às peças de manobra, considerando que:
- deve-se evitar atribuir dois graus de resistência diferentes à mesma peça de manobra; e

- sempre que possível, deve-se defender em todas as VA, observando-se as condições do terreno.

6.3.15.3.3 Área de Reserva

a) Poder de combate – verificar o valor da reserva em relação às missões a ela atribuídas.

b) Flexibilidade quanto aos meios – verificar a composição de meios da reserva, aumentando suas possibilidades de combate, por meio da combinação de fuzileiros, carros de combate e elementos de cavalaria mecanizada.

c) Flexibilidade quanto ao emprego – verificar a localização e a situação de comando da reserva, permitindo seu emprego rápido e oportuno em qualquer parte da frente.

6.3.15.4 Dispositivo do Inimigo

6.3.15.4.1 Resistência na ADA em face da L Aç mais perigosa do inimigo – verificar a L Aç que apresenta as melhores condições para fazer frente à L Aç mais perigosa do inimigo.

6.3.15.4.2 Resistência na ADA em face da L Aç mais provável do inimigo – verificar a L Aç que apresenta as melhores condições para fazer frente à L Aç mais provável do inimigo.

6.3.15.4.3 Flexibilidade frente ao dispositivo apresentado pelo inimigo – verificar a flexibilidade da unidade para fazer frente ao dispositivo apresentado pelo inimigo.

6.3.15.5 Princípios de guerra – consultar esses princípios no Capítulo V deste manual.

6.6.15.6 Os fatores e respectivos aspectos apresentados não esgotam as possibilidades para uma comparação entre linhas de ação. De acordo com a situação, com a intenção do Cmt e com a forma de manobra envolvida ou técnica a ser executada, outros que venham a ter influência na análise em tela poderão ser levantados. Alguns fatores ou aspectos poderão, ainda, passar a ter preponderância na comparação, consubstanciando a decisão do planejador.

6.3.16 MEDIDAS DE COORDENAÇÃO E CONTROLE

6.3.16.1 Zona de Ação

6.3.16.1.1 A Z Aç é uma medida de coordenação e controle estabelecida para uma peça de manobra com a finalidade de atribuir uma área de responsabilidade. Nessa área, a peça de manobra poderá atirar e manobrar sem necessidade de coordenação e sem a interferência de outros elementos. Tal área é definida por limites laterais e de retaguarda, se for o caso. No escalão Btl,

as Cia não recebem limite de retaguarda. O batalhão, porém, pode receber um limite de retaguarda, imposto pela Bda.

6.3.16.1.2 Ao determinar a frente e a profundidade da Z Aç de cada elemento de primeiro escalão, o Cmt Btl considera a possibilidade das Cia em defender com seus meios o LAADA e, ainda, disporem de meios para manter uma reserva adequada. Essa determinação envolve também a consideração do valor relativo das forças amigas e inimigas e o valor defensivo do terreno.

6.3.16.1.3 As frentes atribuídas às companhias no LAADA não devem exceder à sua capacidade de assegurar o apoio mútuo entre os pelotões de primeiro escalão. As limitações nos campos de tiro imporão uma redução das frentes das companhias. A existência de reforços dados às companhias permitirá uma ampliação das frentes a elas atribuídas.

6.3.16.1.4 Tanto quanto possível, deve-se evitar intervalos e brechas entre os elementos localizados no LAADA, nos escalões Btl e inferiores. Se isto for inevitável, é conveniente que os intervalos se localizem entre os batalhões ou entre elementos de Esc Sp.

6.3.16.1.5 É conveniente designar frentes mais estreitas para os elementos que defendem a cavaleiro das VA mais favoráveis ao inimigo. O Cmt Btl deve evitar dividir a responsabilidade das VA entre dois elementos e, em princípio, designa a responsabilidade de defesa de cada acidente capital no LAADA a uma determinada companhia.

6.3.16.1.6 A profundidade atribuída às Cia de primeiro escalão deve incluir espaço suficiente para que estas possam localizar as posições, principal e de muda, de seus pelotões de aprofundamento, as quais devem possibilitar apoio mútuo com os pelotões do LAADA e limitar as penetrações inimigas na área de defesa. O espaço deve também ser suficiente para a instalação de posições suplementares de onde o pelotão reserva possa defender os flancos e retaguarda da companhia. A profundidade deve ser tal que também possa prover espaço para a instalação dos morteiros, o PC e os trens da companhia.

6.3.16.1.7 Na determinação da profundidade a ser atribuída às companhias de primeiro escalão, o Cmt ainda leva em consideração a localização das posições de aprofundamento da reserva do batalhão.

6.3.16.2 Limite Anterior da Área de Defesa Avançada (LAADA)

6.3.16.2.1 Definição

a) O LAADA é a linha balizada pela orla anterior dos núcleos de defesa de primeiro escalão. Confunde-se com o limite anterior da posição defensiva.

b) O LAADA dá orientação e referência aos Cmt de todos os Esc para o planejamento e a execução da defesa. Destina-se a coordenar o dispositivo e os fogos de todas as armas e unidades de apoio.

6.3.16.2.2 Designação
a) O LAADA é, normalmente, indicado aos elementos subordinados por meio de pontos limites localizados sobre os limites laterais desses elementos. Essa localização geral do LAADA indica aos comandos subordinados, com suficiente precisão, a área a ser defendida e os detalhes que permitem dar continuidade e coordenação a toda a defesa, ao mesmo tempo em que lhes dá certa liberdade para um melhor aproveitamento do terreno.
b) O LAADA vai se tornando mais precisamente definido à medida que os comandos o designam sucessivamente para os respectivos elementos subordinados empregados em primeiro escalão.
c) Se for necessário, o traçado do LAADA pode ser determinado com mais precisão pelo comando aos elementos subordinados, usando, nos calcos de operações ou indicando no terreno, os pontos limites e uma linha, definindo o real traçado do LAADA. Esse procedimento é, normalmente, empregado quando o Esc Sp teve ocasião de executar um reconhecimento detalhado do terreno e os elementos subordinados não tiveram a oportunidade de fazê-lo.
d) O traçado do LAADA deve ser irregular a fim de facilitar a execução dos fogos de flanqueamento, entretanto, as grandes saliências e reentrâncias devem ser evitadas.
e) A localização real do LAADA será determinada, em última análise, pela orla anterior dos pelotões de primeiro escalão, já em posição.

6.3.16.2.3 Características e Localização do LAADA
a) Durante o processo de definição do traçado do LAADA, nos sucessivos escalões de comando, este deve ser localizado levando-se em conta as seguintes características:
- observação na frente e nos flancos;
- bons campos de tiro para os fogos rasantes e de flanqueamento das armas automáticas;
- cobertas e abrigos para as tropas, as armas e os trabalhos de organização da posição;
- existência de obstáculos naturais, particularmente anticarro;
- terreno que facilite o deslocamento dos elementos de apoio logístico no interior da posição; e
- dificuldade à observação inimiga no interior da posição.

b) Se o traçado geral do LAADA determinado pelo Esc Sp incluir elevações e linhas de cumeada que formem um compartimento transversal, o Cmt poderá localizar o LAADA real numa das seguintes linhas:
- na crista militar, que normalmente permite a observação sobre a base da elevação, sendo o traçado mais comumente utilizado na defensiva. Um traçado à frente da crista militar ou mesmo no fundo dos vales pode ser

necessário para dar mais profundidade à posição ou para obter melhores campos de tiro;
- na crista topográfica, quando se tornarem necessários observação e campos de tiro mais profundos que os obtidos na crista militar, sendo mais comum em operações de Aç Rtrd;
- ao longo de um obstáculo, quando a utilização deste oferecer vantagens superiores às obtidas pela observação e campos de tiro de outro local; e
- na contraencosta, quando for mais vantajosa do que qualquer outro traçado.

6.3.16.3 Limites

6.3.16.3.1 Os limites entre as companhias de primeiro escalão dividem a frente do Btl, levando em consideração o valor defensivo do terreno e a relativa importância das regiões a serem defendidas. Os limites são localizados de modo a deixar a um único elemento a defesa de um mesmo acidente capital e das VA que a ele se dirigem.

6.3.16.3.2 Quando os PAC estiverem sob controle do batalhão, os limites entre as companhias de primeiro escalão se estendem até a linha dos PAC. Se os PAC estiverem sob o controle das Cia de primeiro escalão, os limites entre as Cia serão prolongados à frente da linha dos PAC, até o limite do alcance das armas de apoio ou o limite da observação terrestre.

6.3.16.3.3 Os extremos dos limites indicam a extensão da área de responsabilidade de cada elemento, à frente ou à retaguarda do LAADA. Os limites se estendem à frente de modo a permitir às companhias de primeiro escalão localizarem sua segurança aproximada e controlarem seus fogos de apoio. Estendem-se para a retaguarda de modo a proverem espaço suficiente para as companhias desdobrarem seus elementos. Os limites de retaguarda, para o Btl, só serão designados quando houver atividades de guerrilheiros ou houver possibilidade de infiltrações.

6.3.16.3.4 Em geral e tendo em vista tirar as maiores vantagens do terreno, os limites no interior da posição não devem seguir as cristas e fundos de vales dos compartimentos longitudinais. Devem ser situados em uma linha nos terços médio ou inferior das encostas, de modo a assegurar a unidade de comando ao longo das VA que se dirijam aos acidentes capitais no interior da posição.

6.3.16.3.5 O prolongamento dos limites à frente, tendo em vista o emprego dos fogos e a observação, implica aproveitar o terreno de maneira diferente da usada no interior da posição. Nesse caso, os limites serão traçados ao longo das cristas e partes elevadas do terreno, evitando a criação de ângulos mortos para os fogos e áreas desenfiadas à observação do defensor, bem como facilitando a identificação desses limites.

6.3.16.3.6 As mesmas considerações serão aplicadas quando os compartimentos forem definidos por áreas urbanas e bosques. A responsabilidade pela defesa dessas regiões não deve, portanto, ser dividida entre dois comandos.

6.3.16.3.7 Os cursos de água, estradas, caminhamentos e obstáculos longitudinais devem ser controlados por um único comando. Assim, os limites passarão em uma das margens ou orla do acidente, de tal forma que a responsabilidade por eles fique claramente definida.

6.3.16.4 Pontos Limites

6.3.16.4.1 Os pontos limites fixam os locais onde o Cmt do Esc Sp deseja que os Cmt subordinados vizinhos coordenem seus fogos e seus dispositivos defensivos.

6.3.16.4.2 O Cmt Bda designa pontos limites sobre os limites dos Btl, no LAADA e na linha dos PAC, se for o caso, normalmente por proposta dos Cmt Btl de primeiro Esc. Os Cmt Btl designam pontos limites sobre os limites de suas Cia no LAADA e, quando as companhias de primeiro escalão controlarem os PAC, designam, também, na linha dos PAC. Os comandos vizinhos podem ajustar a exata localização dos pontos limites através de entendimento mútuo e mediante aprovação do Esc Sp.

6.3.16.4.3 Os pontos limites devem ser localizados sobre ou nas proximidades de um acidente do terreno facilmente identificável, tanto no terreno como na carta. Os Cmt ou seus representantes fazem a coordenação nesses pontos e determinam se os intervalos entre as suas unidades devem ser cobertos por fogos, barreiras, ocupação física ou pela combinação destes processos.

6.3.16.4.4 Quando os Cmt subordinados julgarem que um ponto limite deve ter sua localização retificada, propõem sua mudança ao comando superior. Os Btl podem, independentemente de permissão, fazer recuar seus elementos localizados nos flancos, em relação aos pontos limites, para obter adequada segurança. Entretanto, não devem recuá-los numa extensão tal que o dispositivo e os fogos não possam ser coordenados com os vizinhos ou que venham a prejudicar a continuidade da defesa.

6.3.16.5 Zona de Reunião

6.3.16.5.1 Quando a situação e o terreno não exigirem que a reserva ocupe as posições de aprofundamento preparadas, esta poderá ser conservada em Z Reu, em parte ou como um todo.

6.3.16.5.2 Uma Z Reu para a reserva do Btl deve possuir as seguintes características:
a) desenfiamento;
b) cobertas e abrigos;
c) acesso fácil às posições de aprofundamento;
d) acesso fácil às prováveis posições de ataque, de onde os contra-ataques serão desencadeados;
e) área suficiente para permitir a necessária dispersão da tropa; e
f) obstáculos para a sua DAC.

6.3.16.5.3 Dentro da Z Reu, a reserva adota o dispositivo para a defesa em todas as direções. Preparam-se posições com abrigos cobertos para a proteção contra tiros de artilharia e ataques aéreos.

6.3.16.6 Posições de Aprofundamento

6.3.16.6.1 O Cmt Btl designa posições de valor pelotão na A Res para serem preparadas e ocupadas por esta. As posições de aprofundamento são localizadas sobre os acidentes capitais, a fim de poder limitar as penetrações inimigas ao longo das VA no interior da posição, provenientes da frente ou dos flancos.

6.3.17 DEFESA EM LARGA FRENTE

6.3.17.1 Generalidades

6.3.17.1.1 A defesa em larga frente é uma defesa de área, normalmente, empregada em missões de curta duração, contra um inimigo fraco, em terrenos com largas frentes, associados à insuficiência de meios. Pode apresentar um número de variantes limitado apenas pela engenhosidade do Cmt e pelas condições peculiares de cada situação. Entretanto, duas são as variantes mais comuns:
a) dispositivo em profundidade – resulta em prejuízo do apoio mútuo entre os diversos núcleos de defesa, guardando, entretanto, flexibilidade pela manutenção de uma reserva adequada; e
b) dispositivo linear – resulta em prejuízo da flexibilidade, guardando uma reserva de pequeno valor, mas preservando o apoio mútuo entre os núcleos de defesa.

6.3.17.1.2 Os princípios da defesa continuam válidos na organização de uma defesa em larga frente, todavia, em sua aplicação, alguns deles sofrem certas adaptações inevitáveis.

6.3.17.1.3 No planejamento da defesa em larga frente, o Cmt Btl faz um estudo cuidadoso de todos os fatores que afetam a operação, de modo a reduzir ao

mínimo as desvantagens desse tipo de defesa, aplicando judiciosamente os fundamentos da defensiva.

6.3.17.2 Considerações para o Planejamento

6.3.17.2.1 Apropriada Utilização do Terreno

a) Os acidentes do terreno que barram as melhores VA ao ataque inimigo devem ser organizados buscando-se posições de bloqueio que apresentem uma defesa forte, ou seja, com apoio mútuo em largura e em profundidade. Não sendo possível, deve-se buscar, no mínimo, o apoio mútuo em profundidade. De qualquer forma, devem possuir posições suplementares para a defesa em todas as direções e serem dotados de meios adequados de apoio de fogo e de suprimentos, para suportar ações prolongadas. Por vezes, devido a imposições do terreno ou à ação do inimigo, essas posições de bloqueio podem apresentar-se como dispositivos de defesa circular (defesa em todas as direções) ou pontos fortes (quando este dispositivo de defesa circular se apresente em posições organizadas ou fortificadas, com adequado sistema de barreiras e dotados de todos os meios, especialmente de apoio de fogo e suprimentos, para suportar ações prolongadas, ainda que ultrapassados).

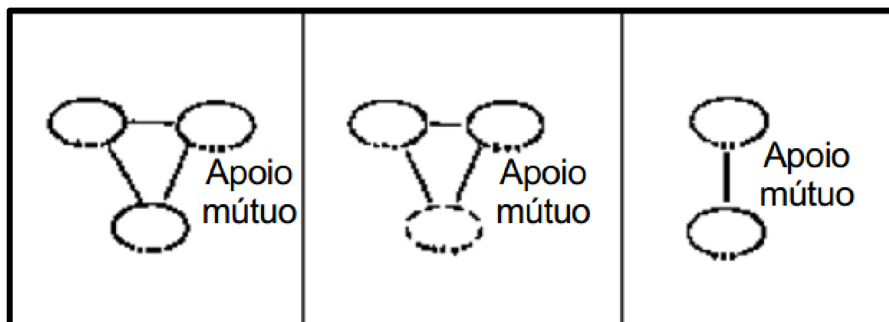


Fig 6-23 – Posições de bloqueio apresentando uma defesa forte

b) O Btl, pelas suas possibilidades, deve ser considerado como uma unidade básica, autossuficiente e de emprego na organização da defesa em larga frente. Algumas vezes, o Btl ocupará uma única posição de bloqueio, com uma das características apresentadas anteriormente, organizando-se como um todo. Em outras situações, o Btl se organizará em um conjunto de posições de bloqueio. Neste caso, a companhia (excepcionalmente o pelotão) é o menor elemento a que deve ser atribuído a constituição dessas posições de bloqueio. Em princípio, o pelotão, nessa situação, não receberá frentes maiores que as normais.

c) A organização das posições de bloqueio terá em vista:

- tornar as regiões mais importantes do terreno mais bem defendidas, ainda que as restantes fiquem fracamente defendidas, adotando-se graus de resistência menores do que o “defender” ou pela perda do apoio mútuo;
- localizar, nessas regiões, elementos providos de suprimentos indispensáveis, equipados com meios de comunicações adequados e

contando com apoios e reforços necessários para torná-los autossuficientes, sendo capazes de oferecer resistência efetiva e prolongada, mesmo quando cercados ou ultrapassados, até que reservas do Esc Sp possam aliviar a situação; e

- bater, pelo fogo, os intervalos entre os núcleos, complementando o largo emprego de obstáculos, particularmente de minas.

6.3.17.2.2 Apoio Mútuo

a) Em virtude do aumento dos intervalos entre as diversas posições de bloqueio, as possibilidades de um perfeito apoio mútuo diminuem.

b) Cada posição de bloqueio deve ser organizada de modo que haja apoio mútuo entre os seus núcleos de defesa em largura e em profundidade, permitindo atirar nos flancos e na retaguarda de qualquer força inimiga que pretenda cercar ou ultrapassar um núcleo vizinho. Essa providência permitirá que, sobre uma mesma força inimiga, sejam concentrados os fogos de, no mínimo, dois núcleos.

c) Em face da largura da frente, os núcleos defensivos, fora das referidas posições de bloqueio, podem perder o apoio mútuo, compensando esta deficiência pela utilização de fogos indiretos, obstáculos e patrulhas para cobrir os intervalos.

6.3.17.2.3 Defesa em Profundidade

a) A profundidade do dispositivo do Btl depende, em grande parte, da situação e da natureza dos acidentes capitais existentes no interior da área de defesa. Quando a maioria destes acidentes se localizar no LAADA, maiores meios serão empregados em primeiro escalão. Entretanto, se os acidentes capitais se apresentarem em maior número à retaguarda do LAADA, uma reserva de maior valor deverá ser mantida.

b) É preferível organizar as posições de aprofundamento sobre regiões importantes do terreno, ao invés de manter o alinhamento entre elas, procurando-se respeitar as distâncias normais de aprofundamento.

c) A reserva deve preparar o maior número possível de posições suplementares de aprofundamento, a fim de possibilitar uma resistência eficaz contra-ataques vindos de qualquer direção.

d) O aumento da profundidade do dispositivo é proporcional ao aumento da frente a ser defendida. Desse modo, as Z Reu da reserva e posições de aprofundamento ficarão mais afastadas do LAADA que em uma defesa em frente normal.

e) As posições das armas de apoio estarão mais à retaguarda para evitar mudanças de posição em face de pequenas penetrações inimigas, bem como para permitir bater um maior setor da frente. Entretanto, não devem ser colocadas tão à retaguarda que dificultem o aproveitamento do alcance da arma.

6.3.17.2.4 Flexibilidade

a) A reserva deve ser dotada de mobilidade, fazendo-se a previsão do emprego máximo do transporte motorizado. Se houver deficiência de itinerários, de meios de transporte ou se o terreno e a situação o indicarem, a reserva poderá ser

desdobrada em duas ou mais Z Reu, mantendo-se a maioria dos meios em condições de intervir na região mais perigosa da área de defesa. Quando houver necessidade de sacrificar o valor da reserva, será preferível fazê-lo nos escalões subordinados.
b) Havendo reforço de CC, estes devem ser mantidos em reserva, constituindo uma FT, para se aproveitar ao máximo sua mobilidade e capacidade de contra-atacar.
c) Os planos de deslocamento da reserva e de contra-ataques devem ser mais numerosos, cuidadosamente preparados e minuciosamente coordenados.

6.3.17.2.5 Defesa em Todas as Direções
a) Em virtude dos intervalos maiores entre os diversos núcleos e, em consequência, a maior possibilidade de penetrações e infiltrações inimigas, cada posição de bloqueio deve estar preparada para conduzir a defesa em todas as direções, em quaisquer condições.
b) Para tal, as seguintes considerações devem ser levadas em conta:
- preparação de um maior número de posições suplementares;
- patrulhamento intenso à frente e no interior da área de defesa;
- permanente observação aérea e terrestre;
- intensa utilização de obstáculos e minas;
- organização de um eficiente sistema de alerta e iluminação; e
- intensificação das medidas de segurança do PC e das instalações logísticas.

6.3.17.2.6 Segurança
a) Os PAC são normalmente mais fortes, particularmente, pelo reforço em armas de apoio. A sua ação é apoiada pela maior quantidade possível de armas de tiro curvo, localizadas em posições avançadas dentro ou à frente do LAADA.
b) Os efetivos destinados a guarnecer os PAC, frequentemente maiores que na defesa em frente normal, em princípio, são oriundos da reserva da Bda e de dados em reforço ao Btl para este fim específico.
c) As ações de busca de dados são numerosas e agressivas, particularmente, pelo emprego de elementos de reconhecimento, observação aérea e patrulhamento.
d) Há necessidade do estabelecimento de segurança não só à frente do LAADA como também no interior da área de defesa, particularmente, para se antecipar às possíveis infiltrações inimigas. As seguintes medidas podem ser adotadas:
- o PC e as instalações logísticas devem ser localizados dentro ou nas proximidades dos núcleos de defesa;
- os intervalos entre as posições de bloqueio devem ser intensamente patrulhados, em particular, nos períodos de visibilidade reduzida;
- preparação de um maior número de posições de muda e suplementares para as armas de apoio e outras instalações;
- intensificação das medidas de segurança aproximada por todos os elementos; e
- estabelecimento e manutenção de um eficiente sistema de comunicações.

6.3.17.2.7 Integração e Coordenação de Planos e Medidas Defensivas

a) Planejamento de fogos – na defesa em larga frente, há pouca possibilidade do estabelecimento dos fogos de proteção final contínuos em toda a frente, principalmente porque as armas recebem extensos setores de tiro, diminuindo a eficácia do fogo. Por esta razão, deve-se procurar a máxima flexibilidade no emprego dessas armas para cobrir toda a frente com fogos coordenados, adotando-se as seguintes medidas:

- minuciosa preparação e coordenação dos fogos de todas as armas de apoio;
- planejamento de um maior número de concentrações das armas de tiro indireto à frente e no interior da área de defesa;
- prioridade de fogos indiretos para as frentes e intervalos não batidos pelas armas de tiro tenso;
- emprego das armas de apoio por Seç e, mesmo, por peça, sempre que for necessário;
- maior importância dos fogos defensivos aproximados do que os fogos de proteção final;
- cuidadosa preparação e coordenação da observação e das comunicações na rede de controle de fogos;
- maior estocagem de munição nas posições; e
- desdobramento inicial dos morteiros em posições de onde possam apoiar os PAC, aproveitando, ao máximo, seu alcance. O maior número de posições suplementares possíveis é preparado, a fim de que toda a frente possa ser batida e para fazer face às possíveis penetrações do inimigo.

b) Defesa anticarro (DAC) – a largura da frente e o aumento consequente do número de VA a bater, na maioria das vezes, levam à necessidade do emprego das armas AC sem o conveniente apoio mútuo. Uma maior flexibilidade é obtida pela adoção das seguintes medidas:

- reforço de armas AC às companhias que defendem as posições de bloqueio, de acordo com a importância relativa das VA favoráveis aos blindados inimigos;
- preparação de um maior número de posições suplementares;
- os CC em reforço ao Btl podem ocupar posições no interior das posições de bloqueio, dando profundidade à DAC; entretanto, devem estar em condições de, rapidamente, reunirem-se para participar dos contra-ataques; e
- tanto os carros quanto as armas AC devem estar em condições de se deslocarem rapidamente para outras posições, a fim de facilitar a concentração de fogos AC sobre as VA onde o inimigo ameace a defesa.

c) Plano de barreiras – a defesa em larga frente agrava os problemas de construção e coordenação com os outros planos, inclusive de fogos e de DAC. Por essa razão, deve-se prever o emprego de campos de minas simulados e a existência de obstáculos fracamente batidos ou mesmo não batidos pelos fogos da defesa. As seguintes considerações devem ser feitas na localização dos obstáculos:

- aproveitamento de todos os obstáculos naturais;
- proteção das posições de bloqueio por obstáculos em todas as direções;

- cobertura dos intervalos por densos obstáculos antipessoal e AC; e
- emprego de obstáculos para canalizar o inimigo para regiões favoráveis ao defensor.

6.3.17.3 Dispositivo em Profundidade

6.3.17.3.1 Essa variante da defesa em larga frente pode ser adotada quando houver conveniência de manter uma reserva forte (valor Cia) e quando o batalhão possuir uma área de defesa de profundidade suficiente.

6.3.17.3.2 São características da defesa:
a) prejuízo do apoio mútuo entre os núcleos de defesa;
b) melhor utilização da defesa em profundidade e da flexibilidade pela manutenção de uma reserva adequada; e
c) menor potência de fogo à frente do LAADA.

6.3.17.3.3 Dispositivo – no dispositivo em profundidade, todos ou parte dos elementos de primeiro escalão defendem em larga frente, preservando-se uma reserva forte.

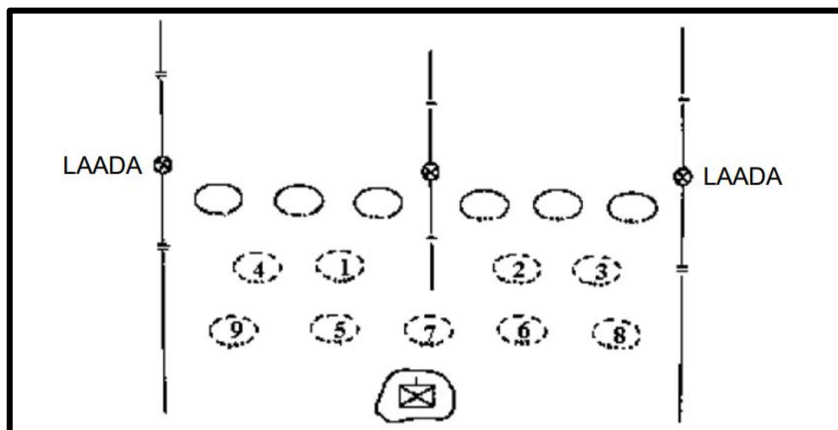


Fig 6-24 – Dispositivo em profundidade

6.3.17.3.4 Emprego – o dispositivo em profundidade é indicado nas seguintes situações:
a) frente compatível e profundidade adequada da área de defesa;
b) terreno à retaguarda da área de defesa favorável ao aprofundamento e emprego da reserva;
c) necessidade de preservar a flexibilidade pela Mnt de uma reserva forte; e
d) inexistência de reservas do Esc Sp (missões isoladas).

6.3.17.4 Dispositivo Linear

6.3.17.4.1 Essa variante da defesa em larga frente pode ser adotada quando se deseja a máxima potência de fogo na frente ou quando o terreno impuser, por causa da extensão demasiada da frente. Garante um melhor apoio mútuo entre os elementos de primeiro escalão pela justaposição de um maior número de SU na frente e consequente redução do valor da reserva.

6.3.17.4.2 São características da defesa:
a) melhores condições de apoio mútuo entre os elementos de primeiro escalão;
b) pouca profundidade do dispositivo e reserva fraca, resultando em perda de flexibilidade; e
c) máxima potência de fogo à frente do LAADA.

6.3.17.4.3 Dispositivo – no dispositivo linear, o máximo de elementos de manobra é empregado em primeiro escalão, mantendo-se uma reserva de pequeno valor.

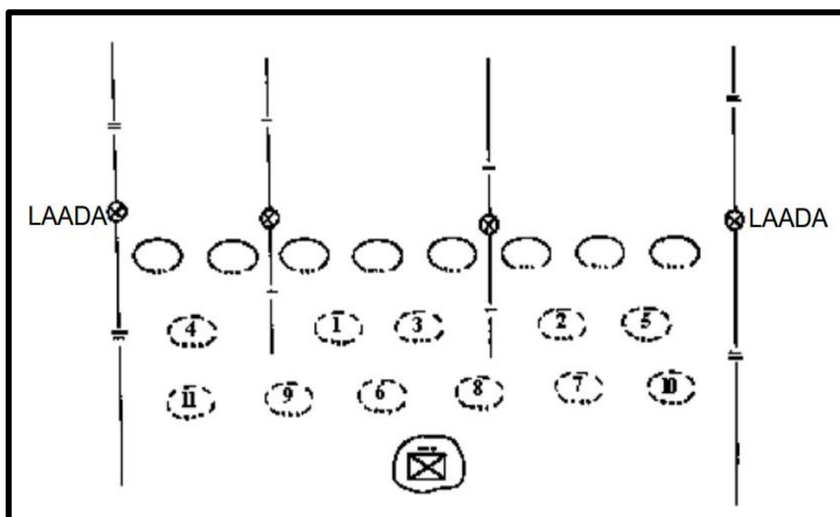


Fig 6-25 – Dispositivo linear

6.3.17.4.4 Emprego – o dispositivo linear é indicado nas seguintes situações:
a) grande frente e pequena profundidade da área de defesa;
b) terreno à retaguarda da área de defesa desfavorável ao aprofundamento da defesa e emprego da reserva;
c) disponibilidade de volumoso apoio de fogo; e
d) existência de fortes reservas do Esc Sp.

6.3.18 BATALHÃO RESERVA DA BRIGADA

6.3.18.1 Missões

6.3.18.1.1 O Btl reserva da Bda em uma defesa de área pode receber as seguintes missões:
a) limitar penetrações;
b) proteger um flanco;
c) realizar contra-ataques;
d) organizar posições de aprofundamento;
e) estabelecer PAC ou participar dos PAG ou forças de segurança;
f) substituir um dos elementos de primeiro escalão;
g) executar missões de segurança da área de retaguarda; e
h) participar da organização do terreno.

6.3.18.2 Organização da Área de Reserva da Brigada

6.3.18.2.1 O Cmt Bda prescreve a missão da reserva e as posições de aprofundamento a serem preparadas, bem como a prioridade de construção delas, normalmente, indicadas nos calcos de operações, por letras minúsculas, em ordem alfabética.

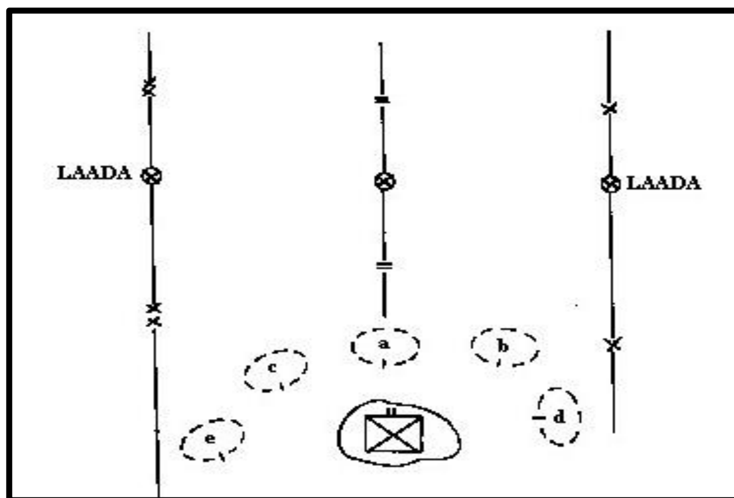


Fig 6-26 – Dispositivo da Bda

6.3.18.2.2 Normalmente, o Btl reserva permanece em uma Z Reu ou descentralizado em mais de uma, em condições de ocupar as posições de aprofundamento ou contra-atacar no mais curto prazo.

6.3.18.2.3 De posse do plano de defesa da Bda, o Cmt da reserva planeja o emprego dos elementos subordinados, indicando:

a) nucleamento (valor pelotão) das posições principais e suplementares de aprofundamento determinadas pela Bda, possibilitando sua preparação por qualquer elemento disponível;

b) limite(s) e ponto(s) limite(s) a entrarem em vigor mediante ordem. Os limites são estendidos, à frente, até a retaguarda das áreas de defesa dos Btl de primeiro escalão. Durante a conduta da defesa, os limites podem ser prolongados até o LAADA ou modificados de acordo com a situação;

c) itinerários para a ocupação das posições de aprofundamento;

d) designação das companhias que poderão vir a ocupar cada posição de aprofundamento;

e) divisão da Z Reu do Btl pelos elementos subordinados e em reforço; e

f) posições principais e suplementares para os morteiros, armas AC e CC em reforço.

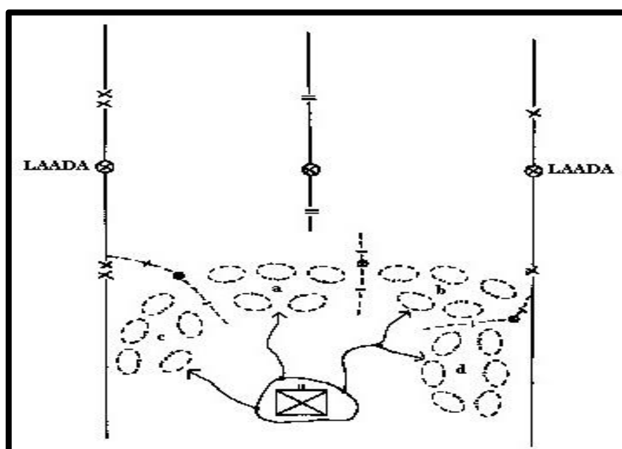


Fig 6-27 – Dispositivo do batalhão reserva

6.3.18.2.4 As Cia ocupam as posições de aprofundamento, normalmente, adotando um dispositivo linear, em condições de proporcionar apoio mútuo. São preparadas posições suplementares nos flancos e para proporcionar a defesa em todas as direções. Quando não estiverem empenhadas com o inimigo, as Cia são empregadas no aperfeiçoamento das posições de aprofundamento a elas atribuídas ou ensaiando os planos de contra-ataque. Esses trabalhos devem ser programados de maneira que elas possam se deslocar, rapidamente, para suas posições principais, a fim de limitar penetrações inimigas ou participar dos contra-ataques.

6.3.18.2.5 Se o Btl reserva dispuser de CC em reforço, estes serão empregados nos contra-ataques ou reforçando as Cia para prover a DAC em profundidade. Seu emprego, neste último caso, deve ser coordenado em profundidade e com as armas AC orgânicas.

6.3.18.2.6 No planejamento de seus fogos, o Btl reserva prioriza os fogos defensivos em apoio às suas próprias companhias, ficando em condições de limitar as penetrações inimigas e criando condições para a Bda conduzir a defesa em uma segunda linha. Numa segunda prioridade, são planejados fogos longínquos para apoiar os Btl de primeiro escalão. Excepcionalmente e mediante ordem do Esc Sp, os morteiros e outras armas orgânicas da reserva podem ocupar posições avançadas para a execução desse apoio. Nesse caso, deverão retrair em tempo de proporcionar seu apoio à própria reserva, quando se tornar necessário.

6.3.18.3 Contra-Ataque da Brigada

6.3.18.3.1 A ordem da Bda prescreve as possíveis penetrações contra as quais devem ser preparados planos de contra-ataque, bem como estabelece a prioridade neste planejamento. O Cmt Btl reserva pode ser designado para elaborar esses planos que, depois de preparados e coordenados com os elementos de apoio, são levados ao Cmt Bda para aprovação.

6.3.18.3.2 A não ser que seja prescrito pelo Cmt Bda, como nos casos de defesa de curso de água e em contraencosta, o contra-ataque não deve ser dirigido contra objetivos situados fora da área de defesa. Os Cmt vizinhos coordenam os planos para reduzir as penetrações que afetam, simultaneamente, suas respectivas áreas de defesa.

6.3.18.3.3 Os planos de contra-ataque a serem apresentados à consideração do Cmt Bda devem, basicamente, conter:
a) posição inicial do batalhão reserva;
b) itinerários para atingir a linha de partida;
c) linha de partida (normalmente a própria LC);
d) direção de contra-ataque (normalmente dirigida para o flanco da penetração);
e) objetivo(s) do contra-ataque;
f) conduta após o contra-ataque;
g) medidas de coordenação e controle;
h) comando e constituição da reserva temporária da Bda;
i) plano de apoio de fogo; e
j) Z Reu avançada quando necessário.

6.3.18.3.4 Aprovados os planos propostos pelo Btl ou recebidos os planos elaborados pela Bda, o Cmt da reserva passa à elaboração dos planos de execução, nos quais detalha a missão dos elementos subordinados. Em princípio, o Btl reserva lança todos os meios em uma única e decisiva ação, não guardando uma reserva, cujo emprego raramente teria ocasião de fazer.

6.3.19 CONTRA-ATAQUES

6.3.19.1 Generalidades

6.3.19.1.1 As ações ofensivas mais frequentemente associadas à defesa em posição são os contra-ataques:
a) para restabelecimento da posição;
b) de desaferramento;
c) de desorganização; e
d) de destruição.

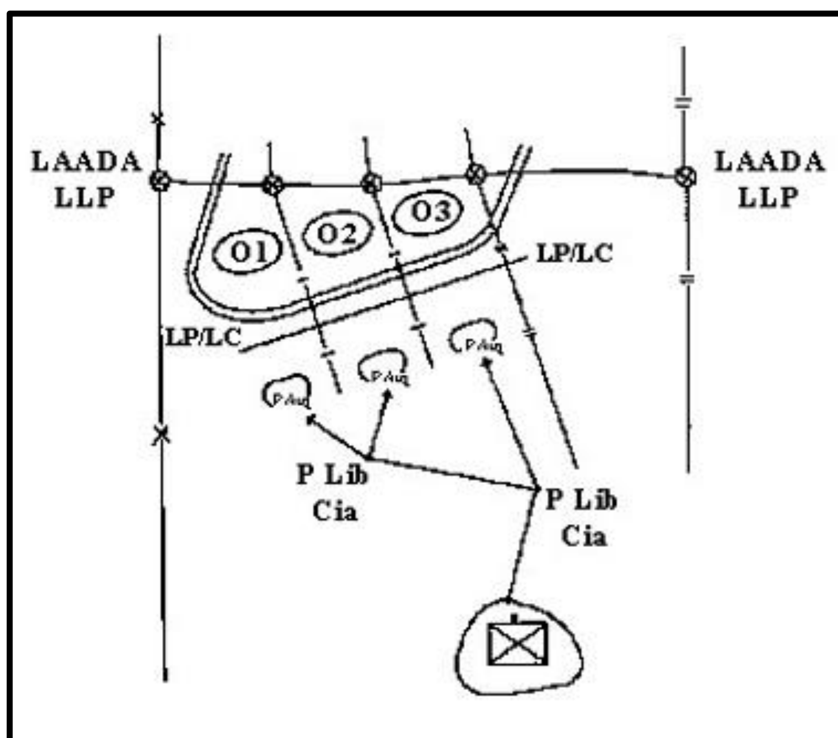


Fig 6-28 – Contra-ataque do batalhão reserva

6.3.19.2 Contra-Ataque para Restabelecimento da Posição

6.3.19.2.1 Conceito – o contra-ataque para restabelecimento da posição é um ataque limitado, executado por parte da força de defesa, contra uma força atacante inimiga, que tenha penetrado na posição defensiva, com a finalidade específica de retomar o terreno perdido, destruindo ou repelindo os elementos avançados inimigos. O contra-ataque para restabelecer a posição é dirigido contra objetivos limitados no interior da posição e cuja conquista caracterize o seu restabelecimento.

6.3.19.2.2 Planejamento do contra-ataque – os planos de contra-ataque são preparados juntamente com os demais planos da defesa e visam a fazer face às possíveis penetrações na área de defesa. Os planos são elaborados, baseados em hipóteses, levando-se em consideração:
a) provável área da penetração do inimigo;
b) situação do inimigo no interior da penetração; e
c) localização e disponibilidade da reserva.

6.3.19.2.3 Para a elaboração dos planos de contra-ataque, o Cmt Btl estabelece uma prioridade baseada no grau de ameaça da penetração inimiga para a posição defensiva do Btl. Os planos de contra-ataque, normalmente, terão que ser adaptados às circunstâncias diferentes de cada situação.

6.3.19.2.4 O planejamento da execução, a nível SU, do plano de contra-ataque, incluindo dispositivo, manobra e ordens aos elementos subordinados, é elaborado pelo Cmt da reserva em coordenação com o comando do Btl e os Cmt dos elementos de apoio. Os planos de contra-ataque devem ser ensaiados tanto de dia como de noite, à medida em que o tempo disponível e a segurança o permitirem. Entretanto, pelo menos, o reconhecimento e um ensaio dos comandos subordinados são indispensáveis.

6.3.19.2.5 O plano de contra-ataque tem o formato de um plano de ataque, dando especial atenção às considerações a seguir.

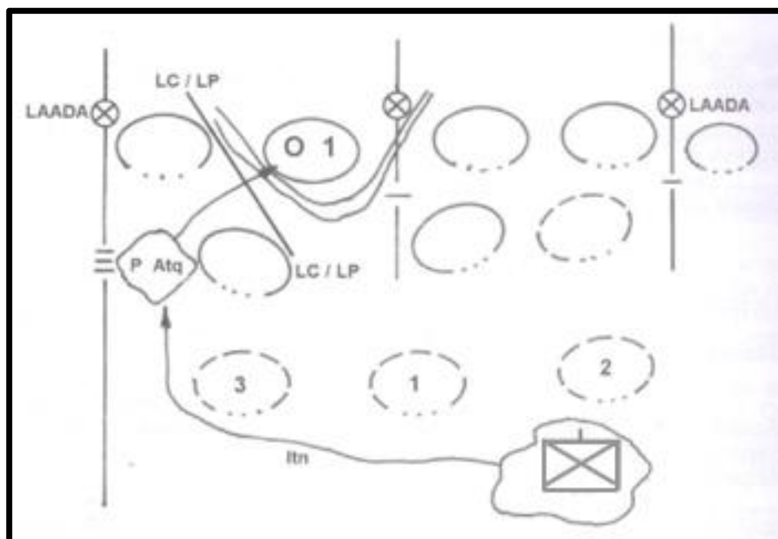


Fig 6-29 – Contra-ataque para restabelecimento da posição

a) Prováveis penetrações inimigas – o Cmt deve estimar a largura e a profundidade da penetração que ele pode aceitar (penetração máxima admitida), de modo a ser ainda capaz de eliminá-la pelo contra-ataque. Deve considerar as

perdas de terreno e de elementos de combate em relação ao valor provável do inimigo no interior da penetração, visualizando o valor dos remanescentes do núcleo submergido e suas possibilidades de intervir na ação.

b) Limitação da penetração – os elementos destinados a limitar a penetração inimiga são previstos no planejamento e não devem ser empregados na força de contra-ataque, pois estão empenhados contra o inimigo. Se o elemento subordinado cuja área de defesa sofreu uma penetração não tiver possibilidade de limitá-la, a reserva do Btl é empregada para deter o inimigo, e a responsabilidade da execução do contra-ataque pode transferir-se para o Esc Sp, de acordo com o exame de situação.

c) Objetivo – o objetivo designado ao elemento de contra-ataque é, normalmente, um acidente capital dentro da penetração cuja conquista seja decisiva para destruir o inimigo e restaurar a área de defesa do Btl.

d) Composição da força de contra-ataque – na execução do contra-ataque, o Cmt emprega todos os meios disponíveis numa única e decisiva ação, de acordo com o novo exame de situação. A reserva do Btl, normalmente, constitui a força de contra-ataque, porém o plano de contra-ataque inclui, nessa força, outros elementos orgânicos em reforço ou em apoio ao batalhão. O emprego parcelado da reserva poderá retardar a decisão ou comprometer a ação. Em princípio, a força de contra-ataque não constitui reserva, pois raramente teria oportunidade para empregá-la. Todas as peças de manobra participam do escalão de ataque, observando-se a amplitude da VA.

e) Poder de combate – ao analisar o poder de combate da força de contra-ataque, deve-se considerar que o inimigo está desgastado, em fase de reorganização e batido por fogos dos elementos que limitam a penetração. A força de contra-ataque deve, sempre que possível, possuir um poder de combate desejável, que corresponde ao valor do inimigo no interior da penetração. Excepcionalmente, pode contra-atacar com o poder de combate mínimo, que equivale ao valor do núcleo submergido pela penetração inimiga.

f) Itinerários – os itinerários para o deslocamento da reserva até a LP são selecionados de modo a serem os mais curtos possíveis, tirando partido das cobertas e abrigos.

g) Posição de ataque – a posição de ataque é selecionada, porém só será utilizada se necessária à execução do contra-ataque, uma vez que a reunião prévia de tropa pode resultar em um retardo desnecessário.

h) Linha de partida – normalmente, a LP é a própria LC, coincidindo com a orla anterior do(s) núcleo(s) que limita(m) a penetração.

i) Hora do contra-ataque – na fase de planejamento, a hora do contra-ataque não pode ser estabelecida. Entretanto, poderão ser estimados os prazos de que a reserva necessita para iniciar a execução após o recebimento da ordem.

j) Direção de contra-ataque – a direção de contra-ataque é selecionada com base na comparação das VA para o contra-ataque, de acordo com os seguintes aspectos:

- a posição de ataque deve ser coberta e abrigada dos fogos inimigos e próxima da localização da reserva;
- a penetração inimiga deve ser abordada pelo flanco;

- os flancos da força de contra-ataque devem ser protegidos;
- a ultrapassagem de elementos empenhados na limitação da penetração deve ser evitada;
- a VA deve ser dominante;
- a VA deve ser curta e bem orientada;
- a VA deve ser pouco compartimentada, de preferência, longitudinal; e
- a VA deve favorecer o emprego de carros de combate.

k) Apoio de fogo – o apoio de fogo é proporcionado pelas armas orgânicas, em reforço e em apoio ao Btl. O elemento de contra-ataque, normalmente, passa a ter prioridade de fogos, sendo apoiado, inclusive, pelas armas das companhias de primeiro escalão, quando possível. O Cmt Btl deve verificar se os fogos de apoio contribuem para barrar o inimigo em outra parte da frente, a fim de evitar que a mudança da prioridade de fogos para a força de contra-ataque não acarrete uma segunda penetração na Z Aç do Btl.

l) Reserva temporária – deve ser feita a previsão da constituição de uma reserva temporária durante o emprego da força de contra-ataque. Essa reserva é constituída por qualquer elemento disponível, sendo designado um oficial para organizá-la e coordená-la. A reserva temporária deve ocupar imediatamente uma posição de aprofundamento. A composição da reserva temporária deve ser prevista nas NGA do Btl.

m) Missões após o contra-ataque – no planejamento, o Cmt Btl designa o elemento subordinado que assumirá a defesa da área penetrada após a restauração, bem como aqueles que revertem à reserva. A nova reserva é, normalmente, organizada pelos remanescentes da área penetrada e por elementos da força de contra-ataque que não forem utilizados na reocupação das posições de primeiro escalão. O pessoal da reserva temporária, após sua liberação, retorna às suas atividades normais.

n) Outras medidas de coordenação e controle – algumas das medidas de coordenação e controle utilizadas em um ataque normal podem ser aplicadas às ações de contra-ataque, como pontos e linhas de controle e limites. Se necessário, o Cmt Btl pode modificar os limites dos elementos subordinados de modo a facilitar a coordenação e o controle, bem como para prover suficiente espaço de manobra para o elemento que irá executar o contra-ataque.

6.3.19.2.6 Execução do Contra-Ataque

a) O contra-ataque, normalmente, é feito pela combinação de elementos de infantaria, de CC e de fogos de apoio, sendo executado de modo similar a um ataque normal. Frequentemente apresenta condições favoráveis para uma ação combinada de infantaria-carros.

b) Enquanto a força de contra-ataque se desloca para a LP, os fogos de apoio são desencadeados, e a reserva temporária poderá ocupar imediatamente a posição de aprofundamento designada de antemão. Os CC e os elementos a pé constituem o escalão de ataque, devendo haver estreita coordenação e ligação entre esses elementos. O escalão de ataque deve evitar a passagem através das posições ocupadas pelos elementos que limitam a penetração, procurando passar pelos intervalos entre elas.

c) O itinerário para a posição de ataque e a VA para o contra-ataque podem passar pela área de defesa de outro Btl, se isso tiver sido coordenado com o Cmt do elemento vizinho.
d) O contra-ataque deve ser apoiado por todas as armas disponíveis. Os fogos são divididos em duas partes: os que são desencadeados nos limites e na base da penetração para limitá-la e isolá-la dos reforços inimigos e suprimentos, respectivamente; e os que são desencadeados no interior da penetração para destruir ou neutralizar o inimigo, apoiando a ação da força de contra-ataque. Os fogos desencadeados no interior da penetração são suspensos, mediante sinal do Cmt da força de contra-ataque, e transportados para reforçar os fogos de isolamento. Esses fogos prosseguem pelo espaço de tempo necessário ao restabelecimento da posição. Os fumígenos podem ser empregados para cegar a observação inimiga durante o contra-ataque.
e) Alguns CC podem ser mantidos em posição, protegendo outras partes da área de defesa do Btl, outros podem ser empregados para cooperar na limitação da penetração, mas o grosso dos CC, se o terreno permitir, deve ser empregado como elemento de contra-ataque.
f) Uma vez conquistado o objetivo, os CC permanecem nas proximidades do LAADA, enquanto os elementos a pé completam a limpeza da área e passam a reocupar a posição. O inimigo que tiver sido expulso de uma penetração não deve ser perseguido além do LAADA, exceto pelo fogo.
g) Se o contra-ataque fracassar, e o inimigo não for expulso da penetração, a força executante se aferra ao terreno, mantendo as posições conquistadas até que receba outras ordens ou seja reforçada. O Esc Sp deve ser imediatamente informado da situação criada em consequência do insucesso do contra-ataque.

6.3.19.3 Contra-Ataque de Desaferramento

6.3.19.3.1 Conceito – o contra-ataque de desaferramento é uma manobra tática utilizada quando um elemento do contato da ADA se engaja decisivamente com o inimigo, ao mesmo tempo em que esse elemento necessita retrair por força da missão.

6.3.19.3.2 Caso o elemento do contato na ADA não necessite retrair por força da missão, como em uma Aç Rtrd ou uma defesa elástica, cabe ao Cmt decidir se lançará mão de sua reserva para realizar o C Atq.

6.3.19.3.3 O planejamento e execução dessa forma de C Atq são similares aos realizados no C Atq para restabelecimento da posição.

6.3.19.4 Contra-Ataque de Desorganização

6.3.19.4.1 Conceito
a) O contra-ataque de desorganização é uma manobra tática com o fim de comprometer um ataque inimigo, enquanto este está em processo de organização e concentração de meios. É, normalmente, executado por

elementos blindados e mecanizados da defesa, dirigido a um objetivo limitado, fora da área de defesa.

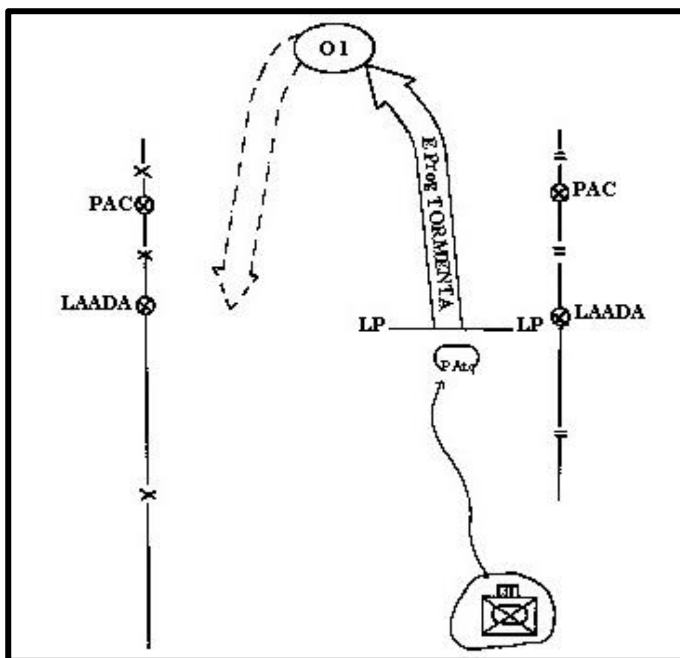


Fig 6-30 – Contra-ataque de desorganização

b) O contra-ataque de desorganização pode ser executado com uma das seguintes finalidades:
- destruir uma parte da força inimiga;
- desorganizar o dispositivo inimigo e retardá-lo; e
- impedir a observação terrestre direta do inimigo sobre a área de defesa.

6.3.19.4.2 Planejamento do Contra-Ataque

a) Objetivo – é dirigido a um objetivo limitado, fora da área de defesa. Devido à situação de transição em que o inimigo normalmente se encontra nas suas posições de ataque, essas regiões se caracterizam como bons objetivos para um ataque de desorganização.

b) Escalão de execução – o planejamento e a ordem de execução de um contra-ataque de desorganização são, normalmente, da competência da Bda ou Esc Sp. O Btl reserva da Bda pode executar um contra-ataque de desorganização por ordem desta. Os Btl de 1º escalão também poderão conduzi-los, devendo, para isso, executar criterioso planejamento e ensaio da operação.

6.3.19.4.3 Execução do Contra-Ataque

a) O contra-ataque de desorganização é executado à semelhança de um ataque normal, porém sem a ideia de conquistar terreno, mas sim destruir pessoal e material inimigos.

b) O sucesso de um contra-ataque de desorganização depende de grande mobilidade e apoio de fogo, devendo, portanto, ser executado por frações que possuam mobilidade tática (tropas mecanizadas ou blindadas que reforcem o Btl). A decisão de executar um contra-ataque de desorganização deve ser cuidadosamente considerada em face da possibilidade de perda parcelada do poder de combate da unidade, com vistas ao cumprimento de sua missão principal.

6.3.19.5 Contra-Ataque de Destruição

6.3.19.5.1 O contra-ataque de destruição é um ataque executado com a finalidade específica de destruir os elementos inimigos que tenham penetrado ou se infiltrado na posição.

6.3.19.5.2 É empregado na defesa móvel, sendo executado, em princípio, por uma forte reserva blindada. O menor escalão que planeja um contra-ataque de destruição é a DE. O Btl pode participar de uma força de contra-ataque de destruição.

6.3.19.5.3 O objetivo do contra-ataque é a própria força inimiga. Os objetivos marcados em acidentes do terreno servirão apenas como medidas de coordenação e controle e para caracterizar a consecução da finalidade precípua do contra-ataque.

6.3.20 APOIO DE FOGO

6.3.20.1 Como parte de seu conceito da operação, o Cmt indica a unidade que deve receber a prioridade de apoio de fogo e prescreve um horário para seu emprego.

6.3.20.2 O plano de apoio de fogo (PAF) será um anexo à ordem de operações.

6.3.21 COMANDO, CONTROLE E COMUNICAÇÕES

6.3.21.1 O sistema de comunicações na defesa de área é grandemente influenciado pelo tempo disponível. A maior estabilidade das operações amplia o emprego de meios físicos, porém, nas ações dinâmicas da defesa, os meios rádio e mensageiro são largamente empregados.

6.3.21.2 Meios de comunicações – as peculiaridades da defesa de área influem diretamente nos meios de comunicações mais empregados pelo Btl, descritos a seguir.

6.3.21.3 Meio rádio – os fatores segurança e sigilo são preponderantes na defesa de área. Logo, as prescrições rádio devem seguir, em princípio, a seguinte sequência:
a) antes do contato com o inimigo – rádio em silêncio;
b) durante as ações dos PAC (inclusive o acolhimento) – rádio restrito; e
c) após o início do ataque inimigo – rádio livre.

6.3.21.4 Meios físicos – devem ser o mais completo possível, dependendo do tempo de preparação da posição defensiva. Devem ser lançados vários circuitos entre dois assinantes para que os fogos de preparação do inimigo não interrompam nossas ligações. A primeira prioridade para a construção dos circuitos é dos PAC, seguindo-se os elementos da ADA e, por último, a reserva.

6.3.21.5 Meio mensageiro – é largamente empregado na defesa de área. Antes do contato com o inimigo, os mensageiros de escala são os mais utilizados, porém, após o início do ataque inimigo, os especiais têm maior emprego. Durante nossas ações dinâmicas da defesa, os mensageiros são muito utilizados.

6.3.21.6 Outros meios (visuais e acústicos) são empregados na defesa de área para suplementar os meios acima descritos. Os visuais devem ser utilizados da frente para a retaguarda e seguirão códigos preestabelecidos. Os acústicos podem ser empregados a título de alarme (contra-ataques blindados ou aéreos, por exemplo).

6.3.21.7 Posto de comando – o PC do Btl na defesa de área segue os mesmos preceitos abordados no Cap III, porém as características desta operação ressaltam os seguintes fatores para a localização do PC:
a) não interferência com a manobra tática;
b) desenfiamento;
c) distância de segurança; e
d) eixado com a frente mais importante a defender.

6.3.22 APOIO LOGÍSTICO

6.3.22.1 Esse assunto será abordado no Capítulo XII.

6.3.23 EXECUÇÃO DA DEFESA

6.3.23.1 Organização da Posição

6.3.23.1.1 Quando os elementos do Btl chegam à posição, iniciam imediatamente a organização da posição defensiva. Muitas ações a realizar são executadas simultaneamente; outras, porém, requerem uma prioridade. O Cmt Btl pode especificar uma sequência para a preparação da posição e outras

medidas relacionadas com a camuflagem. Normalmente, pode ser seguida a seguinte sequência de trabalhos:
a) estabelecimento da segurança;
b) entrada em posição das armas coletivas;
c) limpeza dos campos de tiro;
d) estabelecimento dos sistemas de comunicações;
e) preparação dos espaldões das armas coletivas e abrigos individuais;
f) construção dos obstáculos; e
g) preparação das posições de muda e suplementares.

6.3.23.1.2 A preparação do terreno prossegue continuamente, enquanto os elementos do batalhão permanecem em posição. Quando a posição for organizada em estreito contato com o inimigo, a tropa deverá estar em condições de defender-se de um ataque a qualquer momento, durante os trabalhos de instalação. Será feito o emprego de todos os fogos disponíveis para cobrir a organização da posição, e a fumaça poderá ser empregada a fim de impedir a observação inimiga sobre a posição.

6.3.23.1.3 As frações da companhia em reserva que não tenham, inicialmente, missões de segurança, podem receber ordem de auxiliar as companhias de primeiro escalão nos trabalhos de organização do terreno. A construção das posições de aprofundamento, principais e suplementares, devem obedecer à prioridade estabelecida pelo Cmt Btl. Os trabalhos destinados à A Res podem ser retardados até que a organização da ADA esteja bem adiantada.

6.3.23.1.4 Os elementos de engenharia, normalmente, cumprem missões previstas no plano de barreiras da Bda. Quando estiverem disponíveis, constroem obstáculos, preparam destruições, lançam campos de minas e executam outros trabalhos que exijam mão de obra e material especializados.

6.3.23.2 Ações nos Postos Avançados de Combate (PAC)

6.3.23.2.1 Os PAC mantêm estreita coordenação com os escalões de segurança à sua frente. Quando já não houver tais elementos, mantêm contato com o inimigo por meio de patrulhas ou elementos de reconhecimento do Btl que os estiver reforçando. As aeronaves, se houver, auxiliam os PAC na localização do inimigo e na ajustagem do tiro.

6.3.23.2.2 Quando o inimigo for localizado, os PAC procuram batê-lo por fogos longínquos de artilharia e morteiros. À medida que avança, o inimigo vai encontrando uma contínua e crescente intensidade de fogos.

6.3.23.2.3 Os PAC procuram cumprir a sua missão de fornecer alerta oportuno da aproximação do inimigo, de impedir sua observação direta sobre a posição e, dentro de suas possibilidades, a de retardar, desorganizar o inimigo e iludi-lo

quanto à verdadeira posição da área de defesa, causando-lhe o maior número de baixas possível, sem se deixar envolver em combate aproximado.

6.3.23.2.4 Os PAC retraem mediante ordem dos respectivos Cmt Btl ou de acordo com as instruções da Bda. Na falta de comunicações com o Esc Sp, o Cmt dos PAC retrai sua tropa quando sua captura ou destruição por parte do inimigo for iminente.

6.3.23.2.5 Diversos planos de retraimento são preparados de modo a cobrir as possíveis eventualidades e evitar perdas desnecessárias. Normalmente, os elementos menos engajados retraem em primeiro lugar, podendo estabelecer uma posição de cobertura a fim de auxiliar os demais elementos a romper o contato. Podem, também, ser empregados para aumentar o fogo à frente dos elementos mais engajados, criando condições para o rompimento do contato.

6.3.23.2.6 Os PAC utilizam itinerários de retraimento previamente escolhidos e reconhecidos, de modo a aproveitar ao máximo as cobertas e abrigos existentes. Esses itinerários não devem prejudicar os tiros das armas localizadas no LAADA e, tanto quanto possível, devem iludir o inimigo quanto à verdadeira localização das posições de defesa.

6.3.23.2.7 Os elementos localizados na área de defesa e as unidades vizinhas são notificados, imediatamente, sobre o início do retraimento. Os elementos de primeiro escalão são alertados quando todos os componentes dos PAC tiverem desimpedidos à frente do LAADA.

6.3.23.3 Ações na Área de Defesa Avançada (ADA)

6.3.23.3.1 A defesa do batalhão é conduzida pela combinação judiciosa da agressividade, da surpresa, da mobilidade e da flexibilidade dos fogos. Quando o atacante entrar no alcance da observação das patrulhas, dos observadores aéreos ou dos PAC, será submetido aos fogos longínquos das armas de maior alcance e das armas dos PAC. A intensidade desses fogos aumenta à medida que o atacante progride e entra no alcance das outras armas de defesa. Quando um ataque em força parece ser iminente ou já tenha tido início, o Cmt Btl comunica ao Esc Sp e alerta os elementos subordinados.

6.3.23.3.2 As armas AC procuram destruir os blindados inimigos o mais à frente possível e no interior da área de defesa, se estes lograrem penetrar na posição. Todos os fogos disponíveis, diretos e indiretos, são desencadeados para forçar os carros inimigos a fechar escotilhas e para separá-los dos elementos a pé ou blindados.

6.3.23.3.3 O oficial de apoio de fogo do Btl e o oficial de ligação de artilharia, normalmente, permanecem com o Cmt Btl no PO da unidade. Por meio desses elementos, o Cmt concentra ou transfere os fogos nos alvos desejados. As

concentrações de fumaça são pedidas para cegar os PO inimigos localizados ou suspeitos.

6.3.23.3.4 As armas localizadas no interior dos núcleos dos pelotões de primeiro escalão abrem fogo somente quando o atacante estiver dentro do alcance eficaz do tiro de fuzil. Quando o terreno à frente da posição for compartimentado transversalmente, com ângulos mortos que ofereçam desenfiamento ao atacante, os fogos das armas localizadas no LAADA são desencadeados quando o inimigo se apresentar na crista mais próxima. Quando o atacante atingir as proximidades das posições e desencadear fogos pesados de preparação, os elementos batidos por esses fogos abrigam-se, e as armas de apoio são empregadas ao máximo para proteger esses elementos.

6.3.23.3.5 Quando os fogos inimigos forem suspensos, todas as armas localizadas no LAADA abrem fogo para deter o assalto inimigo antes que este aborde a posição. Quando o inimigo atingir uma zona de onde possa lançar o assalto, os fogos de proteção final são desencadeados a pedido dos elementos ameaçados. Se o atacante conseguir abordar a posição, a resistência prosseguirá pelo aumento da intensidade dos fogos e pelo combate aproximado.

6.3.23.3.6 O êxito da defesa depende da manutenção, por parte de cada fração, da área que lhe foi atribuída. Cada elemento responsável pela defesa de um acidente capital deve defendê-lo a todo custo, a menos que receba ordem contrária do comando superior. Cada comando mantém as respectivas posições e fecham as brechas pelo fogo ou pelo emprego de suas reservas. A tropa deve ter em mente que o inimigo pode atuar em sua retaguarda e, em consequência, deve estar preparada para combater em qualquer direção. Mantendo com sucesso suas posições, os comandos subordinados criarão condições para o desencadeamento de contra-ataques bem-sucedidos, executados pelos elementos dispostos em profundidade.

6.3.23.3.7 Após o retraimento das forças inimigas, ocorre a reorganização das frações e subunidades, por meio do remuniciamento, do recompletamento ou redistribuição do efetivo, da evacuação de mortos, feridos e prisioneiros de guerra (PG), entre outras medidas necessárias.

6.3.24 CONDUTAS DURANTE A DEFESA

6.3.24.1 Generalidades

6.3.24.1.1 Durante a defesa de uma posição contra um ataque inimigo, o Cmt Btl e seu EM realizam o estudo continuado de situação, baseado na atualização das informações sobre o inimigo e o terreno.

6.3.24.1.2 O inimigo pode lograr êxito em seu ataque e penetrar na posição defensiva, ameaçando o cumprimento da missão do Btl.

6.3.24.1.3 Em face de tal situação, o Cmt e seu EM realizam um exame de situação de conduta, com base na análise da missão, do inimigo, do terreno, dos meios e do tempo.

6.3.24.1.4 Após esse exame de situação, o Cmt deve decidir pela intervenção ou não no desenrolar do combate. Deverá intervir caso o elemento subordinado não tenha meios para eliminar a penetração inimiga.

6.3.24.1.5 No caso de uma penetração inimiga, a primeira atitude é limitá-la para, em seguida, contra-atacar o inimigo no seu interior. É desejável que o inimigo esteja detido ou perdendo a impulsão de seu ataque para realizar o contra-ataque, porém tais requisitos não devem tolher a iniciativa para o seu desencadeamento.

6.3.24.1.6 O Cmt pode intervir no combate adotando uma ou mais das seguintes linhas de ação:
a) intervenção com fogos, mudando a prioridade e/ou as formas de emprego das armas de apoio;
b) reforço ao elemento de primeiro escalão, para que ele aprofunde a defesa em sua Z Aç ou para permitir que a Cia possa contra-atacar para restabelecer sua posição;
c) emprego da reserva do Btl, para aprofundar a defesa na A Res do Btl ou para contra-atacar, a fim de restabelecer o LAADA;
d) mudança das medidas de coordenação e controle, alterando limites e/ou outras medidas; e
e) por meio de sua presença na linha de contato ou nas proximidades, ainda que essa L Aç só possa ser tomada em casos bastante específicos.

6.3.24.1.7 Após o levantamento e a comparação das linhas de ação, o Cmt emite a sua decisão, por meio de uma ordem fragmentária, para os subordinados. Deve informar, também, a sua decisão ao Esc Sp.

6.3.24.2 Considerações Fundamentais para o Contra-Ataque

6.3.24.2.1 Da mesma forma que o insucesso de um contra-ataque pode desequilibrar a defesa e criar o risco de ser batida por partes, o retardamento na execução do contra-ataque poderá permitir que o inimigo se reorganize e mantenha a iniciativa, perdendo, assim, a oportunidade do momento decisivo para o seu desencadeamento.

6.3.24.2.2 O planejamento de um contra-ataque segue as prescrições contidas neste capítulo, com ênfase, entretanto, na determinação da hora de seu desencadeamento.

6.3.24.2.3 A largura e a profundidade da penetração, bem como a velocidade de progressão, a direção do ataque inimigo e o seu valor no interior da penetração

devem ser determinados, a fim de que o Cmt possa decidir pela execução do contra-ataque. O contra-ataque deverá ser desencadeado quando o inimigo for mais vulnerável e de modo a impedi-lo de retomar a progressão ou receber reforços.

6.3.24.2.4 Quando os blindados inimigos dominam uma penetração ou são capazes de explorar o êxito inicial obtido, o Cmt Btl deve empregar todos os meios disponíveis para neutralizá-los, a fim de que o contra-ataque tenha sucesso.

6.3.24.2.5 A reserva do Btl deve ser capaz de executar contra-ataques à noite. A necessidade do conhecimento do terreno, do planejamento e dos treinamentos ganha maior importância para a execução de ações noturnas.

6.3.24.3 Penetrações Simultâneas na Área de Defesa do Batalhão

6.3.24.3.1 Em algumas situações, podem ocorrer duas ou mais penetrações simultâneas na Z Aç do Btl. Nesses casos, o Btl pode não ter condições de contra-atacar em todas as penetrações inimigas ao mesmo tempo. Assim, o Cmt deve selecionar a penetração de maior perigo, para aí empregar a força de contra-ataque. As demais penetrações são limitadas e eliminadas à medida que o poder de combate da reserva for reconstituído.

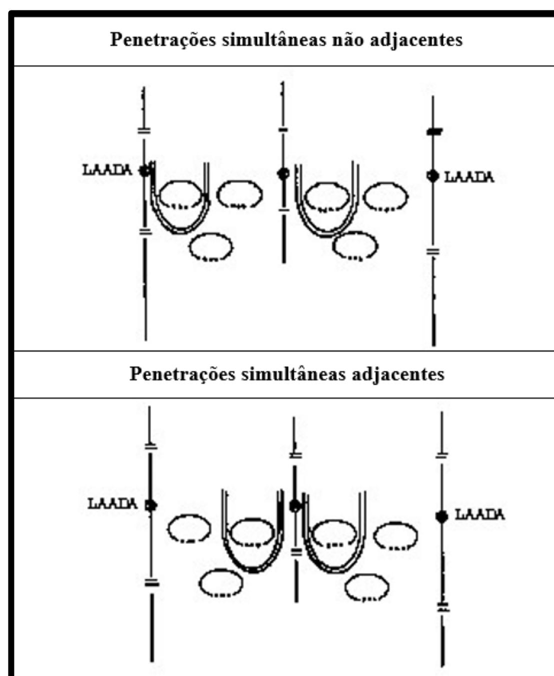


Fig 6-31 – Penetrações simultâneas

6.3.24.3.2 Pode, ainda, ser necessário empregar uma parte da reserva para reforçar um elemento de primeiro escalão, enquanto o grosso da reserva é empregado no contra-ataque da penetração prioritária.

6.3.24.3.3 Se as penetrações inimigas forem adjacentes, o valor do inimigo na área de defesa do Btl, provavelmente, excederá a sua capacidade de contra-ataque. Nesse caso, o Cmt limita a penetração e informa a situação ao Esc Sp.

6.3.24.4 Penetrações nas Áreas de Defesa Vizinhas

6.3.24.4.1 As penetrações nas áreas de defesa vizinhas são contidas e repelidas pelo emprego de toda ou parte da reserva, que pode ter que ocupar posições suplementares nos flancos e pelos fogos dos elementos de primeiro escalão, a fim de evitar o alargamento da área penetrada e o envolvimento do flanco ameaçado do Btl.

6.3.24.4.2 Uma penetração que ocorra no limite entre batalhões é combatida, inicialmente, pelo fogo coordenado das duas unidades. Qualquer contra-ataque necessário para expulsar o inimigo da penetração será coordenado pelo comando superior.

6.4 DEFESA MÓVEL

6.4.1 GENERALIDADES

6.4.1.1 A defesa móvel é baseada no eficiente emprego do fogo e da manobra para destruir o inimigo. Um mínimo de poder de combate é empregado na ADA para alertar o desembocar de um ataque, canalizar a força atacante para regiões previamente escolhidas e favoráveis a um contra-ataque de destruição, a ser executado por uma força de choque em reserva.

6.4.1.2 A maior parte das forças de combate é organizada em uma forte reserva móvel, prioritariamente, blindada ou mesmo mecanizada, localizada em posição favorável às ações ofensivas e cujo principal objetivo é a destruição do inimigo.

6.4.1.3 Normalmente, a defesa móvel é conduzida pela DE ou Esc Sp. O Btl, por si só, não tem capacidade de conduzir uma defesa móvel, mas pode participar dela como parte de uma força maior. De acordo com o planejamento do Esc Sp, o Btl pode ser empregado:
a) como F Seg ou como parte desta;
b) integrando as forças de primeiro escalão, como força de fixação, realizando uma defesa de área ou um movimento retrógrado; e
c) na reserva móvel, como força de choque ou força de contra-ataque.

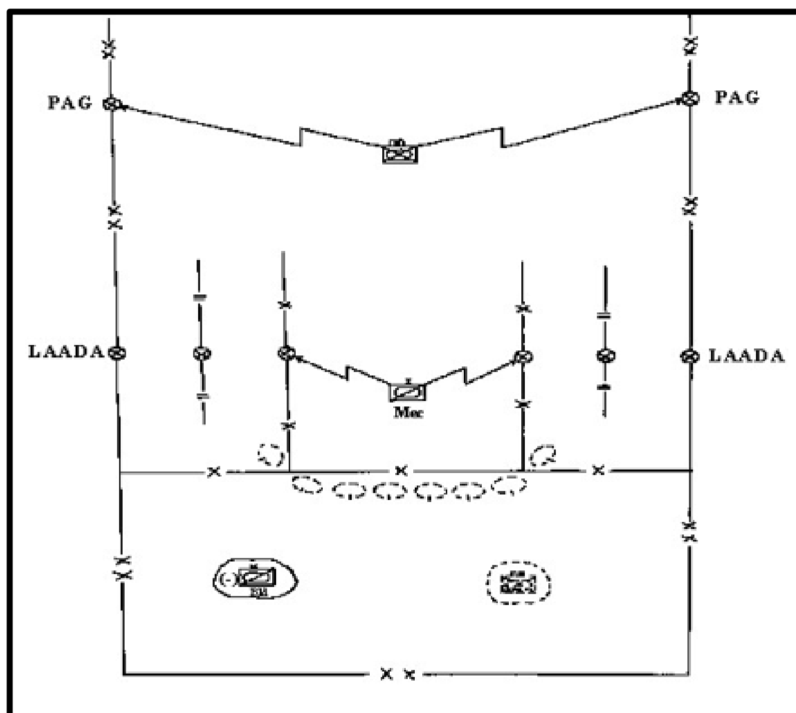


Fig 6-32 – A DE na defesa móvel

6.4.1.4 Quando o Btl é empregado na ADA, pode cumprir a missão conduzindo um movimento retrógrado ou uma defesa de área. O exato procedimento a ser empregado é determinado pelo Esc Sp, que prescreve a missão a ser cumprida pelo Btl e dá o conceito da operação para a conduta da defesa móvel.

6.4.2 CONSIDERAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO

6.4.2.1 O Btl, quando empregado na A Seg, planeja o seu emprego da mesma forma que o faria em uma defesa de área, alertando a aproximação do inimigo, retardando-o, desorganizando-o e iludindo-o quanto à verdadeira localização do LAADA.

6.4.2.2 O Btl, quando empregado na ADA, planeja o seu emprego de acordo com a missão recebida do Esc Sp.

6.4.2.3 A missão das forças da ADA é canalizar o inimigo para uma região favorável, no interior da posição, desgastando-o, desorganizando-o e criando as melhores condições para a sua destruição por meio de fogos e do contra-ataque realizado pela reserva.

6.4.2.4 As forças da ADA cumprem essa missão retardando o inimigo, mantendo acidentes capitais importantes e realizando ações ofensivas limitadas ou por meio de uma combinação dessas ações, a fim de tornar o inimigo tão vulnerável quanto possível aos fogos e ao contra-ataque da reserva.

6.4.2.5 A Inf Mec é a mais apta a integrar as forças da ADA encarregadas de retardar o inimigo, atraindo-o para o interior da posição. A infantaria a pé ou motorizada é, normalmente, empregada na manutenção de acidentes capitais importantes do terreno, onde não se admite uma penetração inimiga.

6.4.2.6 Na defesa móvel, a reserva é o elemento decisivo. Ela é organizada tão forte quanto possível, com forças de cavalaria e Inf Bld, e tem a missão principal de contra-atacar para destruir o inimigo. Recebe a denominação de força de choque ou força de contra-ataque.

6.4.2.7 O contra-ataque de destruição é planejado de modo similar ao contra-ataque para restabelecimento da posição, cuja diferença básica é a finalidade de destruir o inimigo, e não de recuperar o terreno perdido.

6.5 MOVIMENTOS RETRÓGRADOS

6.5.1 GENERALIDADES

6.5.1.1 Movimento retrógrado é qualquer movimento tático organizado de uma força, para a retaguarda ou para longe do inimigo, seja forçado por este, seja executado voluntariamente, como parte de um esquema geral de manobra. Uma força somente o executa voluntariamente quando uma vantagem marcante possa ser obtida. Em qualquer caso, deve ser aprovado pelo Cmt do escalão imediatamente superior e é planejado com a antecedência devida. O movimento retrógrado é caracterizado pelo planejamento centralizado e pela execução descentralizada. Devido ao seu efeito sobre o moral da tropa, exige chefia efetiva e grande iniciativa em todos os escalões.

6.5.1.2 O movimento retrógrado visa a preservar a integridade de uma força, a fim de que, em uma ocasião futura, a ofensiva seja retomada.

6.5.2 FORMAS DE MANOBRA

6.5.2.1 Os movimentos retrógrados são classificados em três formas de manobras básicas:
a) retraimento;
b) ação retardadora; e
c) retirada.

6.5.3 FINALIDADES

6.5.3.1 Os movimentos retrógrados são executados com uma ou mais das seguintes finalidades:
a) inquietar, desgastar, retardar e infligir baixas ao inimigo;
b) conduzir o inimigo para uma situação desfavorável;
c) permitir o emprego da força em outros locais;
d) evitar o combate sob condições desfavoráveis;
e) ganhar tempo sem se engajar decisivamente em combate;
f) desengajar-se do contato com o inimigo;
g) reajustar o dispositivo; e
h) encurtar as vias de transporte.

6.5.4 FATORES BÁSICOS

6.5.4.1 No planejamento e na execução dos movimentos retrógrados, o Cmt avalia certos fatores básicos que podem influir no êxito da operação. O grau em que tais considerações se aplicam varia com a situação.

6.5.4.2 Os principais fatores que influem no sucesso de um movimento retrógrado são:
a) planejamento centralizado e execução descentralizada (os comandos subordinados necessitam ter uma completa compreensão da operação por meios de planos bem detalhados do Esc Sp e possuir liberdade suficiente na execução de suas missões específicas);
b) uso adequado do terreno e das condições meteorológicas com especial atenção para o máximo aproveitamento das redes de estradas, principalmente pelas forças motorizadas e blindadas;
c) liberdade de ação, rapidez e mobilidade;
d) coordenação e controle;
e) manutenção do moral, que poderá ser obtida pelo exercício vigoroso da chefia de seus Cmt;
f) emprego adequado do apoio de fogo e obstáculos;
d) emprego oportuno de ações ofensivas; e
h) sigilo, segurança e simulação.

6.6 RETRAIMENTO

6.6.1 GENERALIDADES

6.6.1.1 O retraimento é um movimento retrógrado, por meio do qual o grosso de uma força engajada rompe o contato com o inimigo, de acordo com a decisão do Esc Sp. Alguns elementos permanecem em contato, para evitar que o inimigo persiga o grosso das forças amigas e para lhe infligir danos, pelo fogo e por uma manobra adequada.

6.6.1.2 O retraimento poderá ser diurno ou noturno. O retraimento diurno, sempre que possível, deverá ser evitado, pois os fogos observados inimigos podem resultar em pesadas baixas e na perda da liberdade de ação. Em contrapartida, os retraimentos noturnos proporcionam maior liberdade de ação, facilitam a dissimulação e reduzem a eficiência da observação e dos fogos inimigos.

6.6.1.3 Em qualquer retraimento, todos os meios capazes de reduzir a observação inimiga (fumígenos *etc.*), bem como os períodos em que esta observação fica prejudicada (nevoeiros e chuvas intensas, por exemplo) devem ser bem empregados e aproveitados.

6.6.1.4 Quando na reserva, o Btl pode ser empregado como F Seg da Bda, apoiando o retraimento do grosso.

6.6.2 TIPOS

6.6.2.1 Os retraimentos se classificam em dois tipos:
a) retraimento sob pressão do inimigo; e
b) retraimento sem pressão do inimigo.

6.6.3 PLANEJAMENTO

6.6.3.1 Considerações Gerais

6.6.3.1.1 Uma vez recebida uma ordem de retraimento, o Cmt e o EM iniciam a elaboração dos planos de retraimento do Btl. Esses planos incluem um esquema de manobra e um plano de apoio de fogo, ambos coordenados e intimamente integrados. Os planos de retraimento incluem também os detalhes essenciais de segurança, de apoio logístico e do estabelecimento de um sistema de comunicações necessário ao controle da operação.

6.6.3.1.2 No planejamento de um retraimento, são consideradas as possibilidades do retraimento sob pressão e sem pressão, dando-se prioridade ao planejamento do primeiro.

6.6.3.1.3 Basicamente, cada plano deve incluir:
a) missão subsequente (local, dispositivo e outros) da unidade após o retraimento;
b) zonas de retraimento e retirada e itinerários de retirada a serem utilizados pelas unidades subordinadas;
c) valor e missão das forças de segurança ou de contato e outras medidas de segurança;
d) hora e sequência do retraimento e da retirada de todos os elementos subordinados;

e) medidas de controle (linhas de controle, ponto de controle de trânsito e outros) para o retraimento e para a retirada, se for o caso;
f) prescrições para a evacuação de baixas;
g) prescrições sobre a evacuação e destruição de suprimentos e equipamentos;
h) apoio de fogo;
i) apoio logístico;
j) planos alternativos; e
k) medidas de cobertura e dissimulação.

6.6.3.1.4 A hora de retraimento deve ser entendida como a hora em que os elementos de primeiro escalão iniciam a operação. O planejamento deve proporcionar aos elementos subordinados o tempo necessário para a realização de reconhecimentos diurnos da nova posição, do terreno e itinerários entre a posição inicial e a nova. As unidades devem incluir, em suas NGA, as medidas para execução dos retraimentos tanto sob pressão quanto sem pressão do inimigo.

6.6.3.2 Retraimento sem Pressão do Inimigo

6.6.3.2.1 Um retraimento sem pressão do inimigo exige o emprego de contrainteligência eficaz e depende, principalmente, do controle, da segurança e da dissimulação.

6.6.3.2.2 O controle é proporcionado pela preparação completa de planos pormenorizados, e a segurança, através da dissimulação, que é obtida pela simulação de fogos, de tráfego rádio e de outras atividades normais. Pode ser realizado furtivamente ou após um ataque para desviar a atenção do inimigo.

6.6.3.2.3 Os planos devem incluir previsões para a eventualidade de detecção e de interferência por parte do inimigo. O êxito do retraimento sem pressão, normalmente, está condicionado a períodos de escuridão ou de visibilidade reduzida ou a terrenos cobertos.

6.6.3.2.4 A visibilidade reduzida e o terreno coberto dificultam o controle. A utilização da fumaça e de itinerários cobertos auxiliam na redução da possibilidade inimiga de observar os movimentos das forças amigas. Deve ser prevista a interferência do inimigo, por meio do emprego de tropas aeroterrestres, aeromóveis ou infiltradas.

6.6.3.2.5 Ações a realizar – no retraimento sem pressão do inimigo o Btl, normalmente, retrai através de suas próprias posições e, após reunir-se, retira-se para uma nova posição defensiva, onde receberá uma nova zona de defesa.

6.6.3.2.6 Distribuição das forças – o Cmt Btl, normalmente, desdobra sua unidade em destacamento de contato e grosso. No retraimento sem pressão, o Esc Sp poderá estabelecer uma F Seg. Essa força poderá ser fornecida pelo C

Ex, pela Div ou pela Bda e, normalmente, é constituída por elementos da respectiva reserva.

6.6.3.2.7 Destacamento de Contato

a) Considerações gerais – o destacamento de contato é a parte dos elementos de manobra e de apoio do Btl que permanece em contato com o inimigo, com o objetivo de simular as atividades normais na frente e, dentro de suas possibilidades, prover segurança ao retraimento do grosso. Esse destacamento tem limitada possibilidade de resistência e depende, principalmente, da simulação para cumprir a sua missão. O retraimento deste destacamento ocorre em uma hora determinada, mediante ordem ou na ocorrência de uma contingência específica. O comando da Bda coordena o emprego dos destacamentos de contato dos seus Btl, bem como o fornecimento do apoio de artilharia necessário ao cumprimento da missão. O Cmt Bda também determina a ação que deve ser realizada em caso de ataque inimigo bem como o valor dos destacamentos em geral.

b) Composição do destacamento de contato – dentro das prescrições da Bda, o Cmt Btl estabelece o valor e a composição do destacamento de contato. Tal destacamento tem, em linhas gerais, a seguinte composição:

- um terço dos elementos de manobra das companhias de primeiro escalão (um GC por pelotão);
- um Pel Fuz da companhia reserva, reforçado pela turma de reconhecimento, como reserva do destacamento;
- os CC em reforço às companhias de primeiro escalão. Entre os CC localizados nos núcleos da companhia reserva, permanecem alguns ou todos, de acordo com a ameaça de blindados inimigos e com as restrições referentes ao sigilo;
- de um terço à metade dos elementos de apoio de fogo orgânicos das Cia Fuz e do Btl ou em reforço;
- um mínimo de elementos de comando e de logística, provendo meios adequados ao cumprimento da missão do destacamento;
- apoio de artilharia e de engenharia de acordo com as prescrições do Esc Sp;
- o controlador aéreo avançado e um número adequado de observadores avançados; e
- as frações dos elementos de apoio de fogo, normalmente, permanecem com as guarnições reduzidas e o material indispensável ao cumprimento da missão. O SCmt Btl é, normalmente, o Cmt do destacamento de contato.

c) Missões do destacamento de contato – o destacamento de contato tem, geralmente, as seguintes missões:

- simular as atividades normais da frente (manter a fisionomia da frente);
- prosseguir no cumprimento da missão do Btl por tempo limitado (quando determinado e dentro de suas possibilidades);
- cobrir o retraimento do grosso, dentro de suas possibilidades; e
- manter o contato com o inimigo.

d) Reserva do destacamento de contato – pode receber as seguintes missões:

- patrulhar a A Rtgd ou ocupar posições de aprofundamento;
- atuar como Elm Seg, cobrindo o retraimento do destacamento; e
- manter o contato com o inimigo após o retraimento dos Elm 1º Esc do destacamento.

e) Atuação do destacamento de contato – uma vez que o destacamento de contato deve simular as atividades normais da posição, seus elementos podem ter que reajustar seus dispositivos para dar a impressão de que posição se encontra realmente ocupada. A simulação e o sigilo podem ser obtidos por:

- supressão de ruídos feitos pelas unidades que retraem;
- simulação de fogos de apoio normais, representando os diversos materiais e calibres;
- execução normal de patrulhamento;
- utilização de posições simuladas; e
- tráfego normal de rádio.

f) Os CC e as viaturas blindadas de transporte de pessoal em reforço às Cia de primeiro escalão só retrairão com o grosso se não forem necessários ao cumprimento da missão de destacamento de contato e seu deslocamento não comprometer o sigilo. Após o início do retraimento do grosso e a critério do Cmt Btl, o Cmt do destacamento de contato assume a responsabilidade da frente.

6.6.3.2.8 Medidas de coordenação e controle – o Cmt Btl exerce o controle utilizando as medidas a seguir.

a) Sequência de retraimento e retirada – o Cmt Btl estabelece a sequência de deslocamento dos diversos elementos subordinados, dando uma hora de início do movimento para cada um deles. O horário para os elementos de primeiro escalão corresponde à hora de retraimento estabelecida pelo Esc Sp. Não havendo outras restrições, particularmente de sigilo e de utilização da rede de estradas, o Cmt Btl pode determinar aos demais elementos que iniciem o deslocamento antes da citada hora de retraimento. A hora de deslocamento de cada elemento do Btl é estabelecida levando em conta sua localização, distância a percorrer, disponibilidade dos itinerários e a seguinte sequência geral:

- instalações de apoio logístico e viaturas desnecessárias ao movimento da tropa e do destacamento de contato;
- elementos de apoio de fogo, imediatamente antes do deslocamento da reserva;
- reserva, logo que as Cia de primeiro escalão concluírem sua reunião. Caso o Cmt Btl considere que é grande a possibilidade de o inimigo perceber o retraimento e pressionar as forças amigas, a reserva poderá permanecer em posição, em condições de cumprir missão de F Seg, retraindo após os Elm de primeiro escalão;
- elementos de primeiro escalão do Btl; e
- destacamento de contato, de acordo com as prescrições recebidas; geralmente, a reserva deste destacamento retrai após os elementos de primeiro escalão do destacamento.

b) Zonas de reunião – as Z Reu devem ser localizadas o mais à frente possível, para facilitar a reorganização das unidades mais rapidamente. Normalmente, são localizadas imediatamente à retaguarda da reserva de cada elemento subordinado. As Z Reu devem estar situadas junto a bons itinerários de retirada, desenfiadas, com espaço suficiente para a manobra de viaturas em seu interior ou nas proximidades. As Z Reu são previstas, porém, podem deixar de ser ocupadas, quando o comandante concluir que a operação pode ser conduzida sem sua utilização. No caso de virem a ser utilizadas, o tempo de permanência nelas deve ser mínimo, e a unidade ocupante deve prover sua própria segurança. A critério do Cmt, as frações podem ser liberadas para a retaguarda, à medida que cheguem à Z Reu, sem necessidade de aguardar as demais frações.
c) Itinerários de retirada – o Cmt Btl designa itinerários de retirada para cada elemento subordinado ou em reforço. São designados: pontos iniciais (PI), por onde cada elemento deve passar no horário prescrito; pontos de embarque (P Emb), normalmente atrás da F Seg do Esc Sp, postos de controle de trânsito (PC Tran), nos pontos do itinerário, críticos para o movimento, onde mais de uma unidade deva passar ou onde itinerários se entroncam ou se cruzam; e pontos de liberação (P Lib), nos locais onde os elementos enquadrados na coluna tomarão destino para nova missão. Devem ser designados, quando possível, itinerários diferentes para cada elemento, a fim de acelerar o movimento, bem como itinerários alternativos, como medida de segurança.
d) Zonas de retraimento e de retirada – normalmente, o Cmt Btl designa zonas de retraimento para os elementos de primeiro escalão, coincidentes com as áreas de defesa que lhes cabia defender. Designa, também, zonas de retirada para as Cia de primeiro escalão, através de limites que entrarão em vigor mediante ordem, ao longo de toda a zona de retirada do Btl. As zonas de retraimento e de retirada das Cia serão as Z Aç das respectivas SU, caso o inimigo venha a atuar sobre o grosso, durante o movimento retrógrado.
e) Linhas de controle – o Cmt designa um número adequado de linhas de controle, para facilitar a coordenação da operação. Essas linhas devem ser de fácil identificação e normalmente são localizadas em linhas de interesse tático, tais como linhas de F Seg, linhas de PAC e LAADA das novas posições, cristas de compartimentos transversais, rios obstáculos e outros acidentes nítidos no terreno.

6.6.3.2.9 Apoio de fogo – os planos de apoio de fogo devem incluir a manutenção dos fogos normais na área. Isso requererá um aumento de cadência de fogo das armas de apoio deixadas com o destacamento de contato.

6.6.3.2.10 Logística – antes do início do retraimento, os Cmt asseguram que o nível de suprimento seja adequado à operação. Os primeiros elementos a retrair podem, se necessário, transferir munição e outros suprimentos para o destacamento de contato. Durante o retraimento, a evacuação aérea pode ser limitada. Desse modo, um posto de socorro reduzido deve permanecer com o destacamento de contato.

6.6.3.2.11 Comunicações e eletrônica – as comunicações devem ser mantidas na antiga posição e estabelecidas na nova. Suficiente pessoal de comunicações deve permanecer com o destacamento de contato, mantendo a continuidade das ligações com fio, utilizando as linhas já estabelecidas na posição. A ligação com fio, entre os Cmt Btl e o Cmt do destacamento de contato, é desejável devido às restrições de emprego do rádio. Os fios devem ser cortados, e os trechos lançados devem ser removidos, na ocasião do retraimento do destacamento de contato. Os mensageiros especiais são empregados em larga escala após o início do retraimento. Durante o movimento, o emprego do rádio fica sujeito às seguintes restrições:

a) destacamento de contato – devem ser conservadas as restrições em vigor por ocasião do retraimento, para manutenção da fisionomia da frente;

b) forças em deslocamento – em silêncio; e

c) na nova posição – em silêncio.

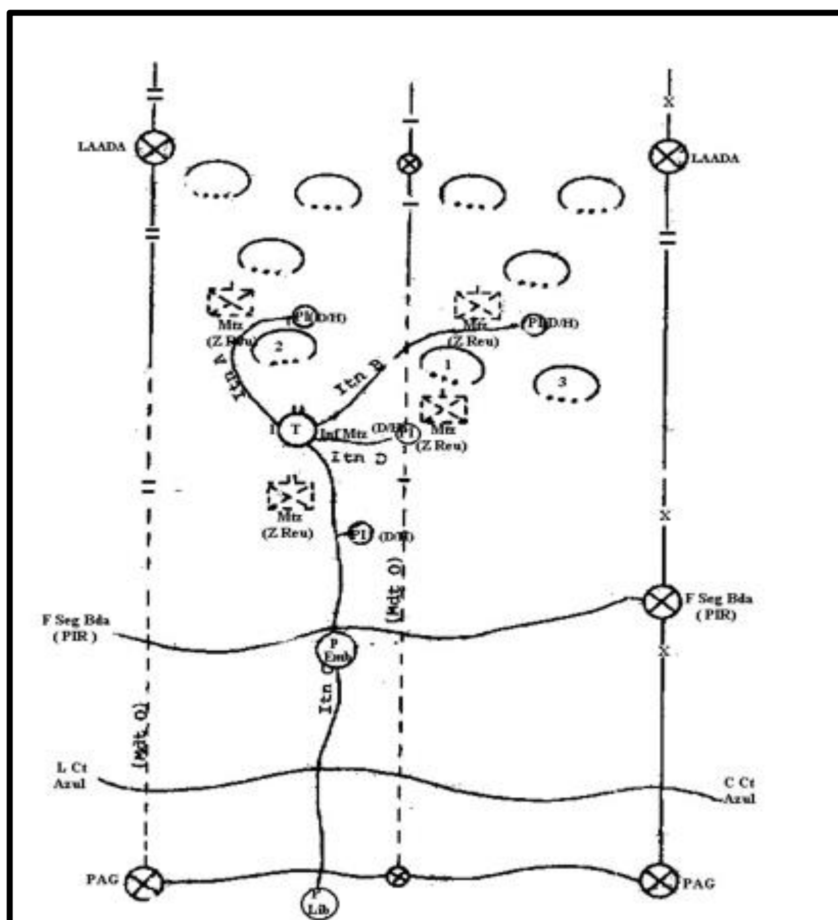


Fig 6-33 – O BI Mtz no retraimento sem pressão

6.6.3.3 Retraimento sob Pressão do Inimigo

6.6.3.3.1 Considerações gerais – o retraimento sob pressão deve ser evitado, sempre que possível. Se tal retraimento for inevitável, deverá haver o emprego de forças de segurança, que poderão ser providas pela própria unidade e pelo Esc Sp. O êxito do retraimento sob pressão, particularmente durante o dia, depende em grande parte da superioridade aérea local, mobilidade, apoio de fogo, controle e do emprego eficiente das F Seg.

6.6.3.3.2 Todos os fogos disponíveis devem ser empregados contra os elementos avançados do inimigo que estejam engajados com as forças de segurança. Essas forças deslocam-se para a retaguarda pelo emprego das técnicas de Aç Rtrd.

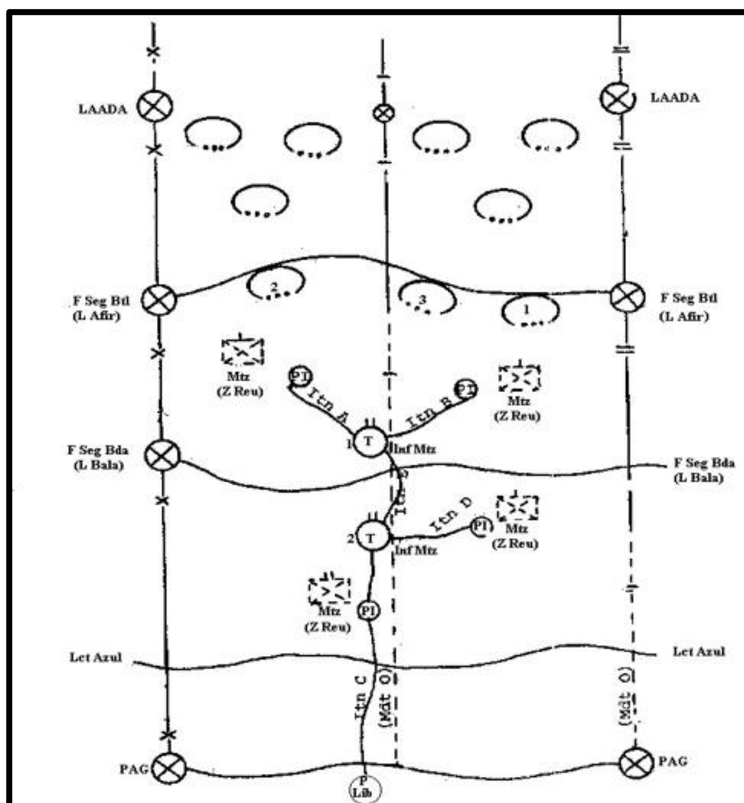


Fig 6-34 – O Bl Mtz no retraimento sob pressão

6.6.3.3.3 Força de Segurança (F Seg)

a) Considerações gerais – a F Seg é a parte dos elementos de manobra e de apoio do Btl que permanece em contato com o inimigo com o objetivo de, dentro de suas possibilidades, prover segurança ao retraimento do grosso. Essa força

tem limitada possibilidade de resistência e retrairá em uma hora determinada, mediante ordem ou na ocorrência de uma contingência específica.

b) Na constituição e localização de uma F Seg, o Cmt Btl deve levar em consideração o seguinte:

- disponibilidade de meios para constituir a força;
- disponibilidade de tempo para desenvolver no terreno a F Seg;
- direção do retraimento;
- características defensivas do terreno e localização da força em relação à tropa a ser acolhida;
- possibilidades do inimigo; e
- localização de forças de segurança do Esc Sp.

c) A F Seg do Btl é, normalmente, constituída por sua reserva reforçada por elementos de apoio necessários. A missão principal da F Seg é apoiar o retraimento das companhias de primeiro escalão, acolhê-las e cobrir-lhes a retirada. Poderá executar contra-ataques de desaferramento para criar condições de retraimento para um elemento engajado decisivamente com o inimigo.

d) Em princípio, a F Seg ocupará as posições de aprofundamento já preparadas. Entretanto, haverá situações em que o dispositivo deve ser reajustado ou preparadas novas posições de onde melhor se possa cumprir a missão.

6.6.3.3.4 Medidas de Coordenação e Controle

a) As medidas de coordenação e controle são, de um modo geral, idênticas às estabelecidas para um retraimento sem pressão.

b) Sequência de retraimento e retirada – a determinação do horário de deslocamento dos diversos elementos subordinados é feita de modo idêntico ao do retraimento sem pressão, observando-se, entretanto, a seguinte sequência, sempre que possível:

- instalações de apoio administrativo e viaturas desnecessárias ao deslocamento da tropa e à F Seg. Não havendo outras restrições e imposições do Esc Sp, estes elementos antecedem o movimento do grosso;
- elementos de primeiro escalão, simultaneamente, iniciando o retraimento no horário prescrito pelo Esc Sp. Se o retraimento não puder ser simultâneo, o Cmt deve decidir que elementos serão desengajados primeiro; em geral, serão os elementos menos aferrados;
- elementos de apoio de fogo podem anteceder os de primeiro escalão no movimento, mas só devem sair de posição logo após o acolhimento destes pela F Seg; e
- F Seg, após o grosso ter sido acolhido por uma F Seg do Esc Sp.

c) Zonas de reunião – as Z Reu designadas para as Cia de primeiro escalão são localizadas imediatamente à retaguarda da F Seg do Btl. As Z Reu da Cia reserva e do Btl são localizadas à retaguarda da F Seg da Bda.

d) Itinerários de retirada – os itinerários a serem utilizados pelos elementos subordinados e as medidas de controle ao longo do percurso são designados de maneira idêntica a do retraimento sem pressão. Os pontos de embarque estarão, normalmente, dentro da Z Reu.

e) Zonas de retraimento e de retirada – as zonas de retraimento para as Cia de primeiro escalão são designadas pelo prolongamento dos limites da posição inicial até a retaguarda da F Seg. Assim como a zona de retraimento do Btl é designada pelo prolongamento dos limites do Btl até a F Seg da Bda, normalmente, são previstos limites a se tornarem efetivos mediante ordem ao longo de toda a zona de retirada do Btl.
f) Linhas de controle – as linhas de controle são designadas de modo idêntico ao do retraimento sem pressão.

6.6.3.3.5 Apoio de fogo – todos os fogos disponíveis devem ser planejados contra as posições inimigas conhecidas, particularmente, Z Reu, posições de ataque e reserva. O apoio de fogo deve ser planejado para dissociar o inimigo, impedindo sua rápida reação ao pressentir o retraimento. Os meios QBRN são empregados para ocultar o dispositivo das forças amigas e o movimento no retraimento ou para desorganizar momentaneamente o inimigo, criando condições para desengajar os elementos em contato e impedir ou retardar a perseguição.

6.6.3.3.6 Logística – na perspectiva de um movimento retrógrado, as unidades devem evitar a estocagem de suprimentos em excesso. Os elementos de primeiro escalão, ao retraírem, podem transferir suprimentos para a força de segurança de área (F Seg) ao serem acolhidos por esta. Os suprimentos, exceto de saúde, que não puderem ser evacuados, devem ser destruídos. As baixas que vierem a ocorrer na F Seg serão evacuadas, logo que possível, por via aérea ou por qualquer outro meio disponível.

6.6.3.3.7 Comunicações e eletrônica – durante as fases iniciais do retraimento, os meios de comunicações devem ser mantidos em operação por um período tão longo quanto possível. Um pequeno destacamento de comunicações é mantido com a F Seg, e o restante do pessoal deve ser enviado para a retaguarda antes do grosso, para instalar o sistema de comunicações na nova posição. O itinerário de movimento do PC do Btl deve ser divulgado a todos os elementos subordinados. Os itinerários de movimento dos PC das Cia serão prescritos nas ordens do Btl, de modo a facilitar a utilização dos sistemas físicos já existentes. Os mensageiros especiais são empregados em larga escala após o início do retraimento.

6.6.3.3.8 Btl como F Seg da Bda – o Btl, como reserva da Bda, pode receber a missão de apoiar o retraimento dos Btl de primeiro escalão, acolhê-los e cobrir-lhes a retirada, constituindo a F Seg da Bda. Da mesma forma, pode participar da F Seg da divisão, como parte de sua Bda reserva. Quando o Btl recebe a missão de constituir uma F Seg, a posição inicial, o período em que ela deve ser mantida e as condições para o retraimento são prescritos pelo comando superior. Normalmente, o Btl é reforçado para o cumprimento da missão de F Seg. As ações e a organização de suas posições, bem como as missões da reserva, são

semelhantes ao empregado em uma ação retardadora, conforme será prescrito neste capítulo.

6.6.4 EXECUÇÃO

6.6.4.1 Retraimento sem Pressão

6.6.4.1.1 As instalações de apoio logístico, normalmente, precedem o retraimento do grosso, bem como as viaturas não necessárias ao grosso e ao destacamento de contato. Tais elementos podem deslocar-se por infiltração durante o dia, mediante autorização do Esc Sp, a menos que possam vir a comprometer o sigilo.

6.6.4.1.2 A reserva do Btl desloca-se como um todo, imediatamente antes das Cia de primeiro escalão. Havendo possibilidade de o inimigo pressionar durante a operação, a reserva pode ser mantida em posição, como uma F Seg, até que seja ultrapassada pelos elementos de primeiro escalão. As armas de apoio devem permanecer em posição até que os elementos do grosso já tenham completado sua reunião. Entretanto, os elementos de apoio de fogo devem, em princípio, preceder os elementos de manobra no movimento.

6.6.4.1.3 Os CC podem retrair por infiltração e anteceder o grosso, se não houver ameaça de blindados inimigos e se não houver comprometimento do sigilo. Os CC em reforço ao destacamento de contato retraem com este elemento.

6.6.4.1.4 As Cia de primeiro escalão e seus elementos subordinados, normalmente, iniciam o retraimento simultaneamente. Uma retaguarda deve proteger o movimento do grosso.

6.6.4.1.5 O destacamento de contato retrai, protegido pela respectiva reserva e no momento prescrito pelo Esc Sp. A hora de retraimento é determinada, em princípio, de modo a permitir que o destacamento de contato seja acolhido por um elemento de cobertura antes do alvorecer. Após ter acolhido os elementos de primeiro escalão do destacamento de contato, a respectiva reserva retrai até, por sua vez, ser acolhida.

6.6.4.1.6 Para simplificar a operação, a posição relativa dos elementos de manobra na nova área de defesa deve ser idêntica à inicial. Os PAC da nova posição (se estabelecidos) são, normalmente, guarnecidos por elementos da companhia reserva do Btl, por ser o elemento de manobra a atingir esta linha em primeiro lugar.

6.6.4.2 Retraimento sob Pressão

6.6.4.2.1 Todo o apoio de fogo disponível deve ser empregado para apoiar as unidades de primeiro escalão durante a execução do retraimento.

6.6.4.2.2 Os CC são empregados para bater os blindados inimigos que tentem penetrar nas posições da F Seg ou ultrapassá-la, bem como para cobrir o retraimento posterior dessa força. Os CC em reforço aos elementos de primeiro escalão normalmente passam a reforçar a F Seg, depois de acolhidos por esta.

6.6.4.2.3 A turma de reconhecimento pode ser empregada em reforço à F Seg do Btl.

6.6.4.2.4 O pelotão de morteiros é, normalmente, mantido em ação de conjunto. Após o retraimento do grosso, pode reforçar a F Seg como um todo ou com parte de seus elementos.

6.6.4.2.5 Os elementos de apoio de fogo e de guerra química poderão ser empregados para lançar cortinas de fumaça, a fim de mascarar a operação. Quando o terreno e a situação o permitirem, todas as unidades de primeiro escalão retraem simultaneamente. Se isto não for exequível, as unidades menos engajadas retraem em primeiro lugar, se outras considerações não levarem o Cmt à decisão diferente.

6.6.4.2.6 Quando um elemento se encontra decisivamente engajado e incapaz de retrair sem ter que aceitar pesadas perdas, o Cmt Btl tentará criar melhores condições para o retraimento deste elemento, utilizando-se de uma das seguintes medidas:

a) empregando todos os fogos disponíveis e outros meios em benefício do elemento aferrado;

b) determinando que outros elementos apoiem o desengajamento do elemento aferrado; e

c) empregando uma força, normalmente da reserva, em um contra-ataque de desaferramento na frente do elemento engajado. O contra-ataque de desaferramento é planejado e executado de modo semelhante a um contra-ataque de desorganização, não sendo marcado um objetivo no terreno. Os CC são particularmente aptos para esta missão que pode ser executada por meio de uma “varredura de blindados” ou da ocupação de posições de ataque pelo fogo. Ao tomar uma decisão de lançar um contra-ataque de desaferramento, o Cmt Btl deve considerar a possibilidade de a força de contra-ataque vir a ser também engajada decisivamente e o número de baixas que deverá aceitar se determinar o retraimento do elemento aferrado sem o apoio deste contra-ataque.

6.6.4.2.7 O retraimento dos elementos de primeiro escalão é realizado diretamente para a retaguarda sob a proteção de todos os fogos disponíveis. Esses elementos podem deslocar-se inicialmente para Z Reu de pelotão, designada pela Cia imediatamente à retaguarda do pelotão reserva ou, de preferência, diretamente para a zona de reunião da Cia, designada pelo Btl, à retaguarda da F Seg deste.

6.6.4.2.8 Embora a F Seg do Btl tenha por missão apoiar o retraimento dos elementos de primeiro escalão, acolhê-los e cobrir-lhes a retirada, em alguns casos a companhia pode ter que cobrir o seu próprio retraimento, deslocando seus pelotões por escalões.

6.6.4.2.9 Durante o deslocamento para a retaguarda, o grosso estabelece sua própria segurança, empregando vanguarda, flancoguarda e retaguarda. O valor e o dispositivo desses elementos de segurança dependem da localização das unidades vizinhas, da segurança proporcionada pelo Esc Sp, das possibilidades do inimigo e da organização das colunas de marcha.

6.6.4.2.10 Da mesma forma que no retraimento sem pressão, a posição relativa das peças de manobra, na nova área de defesa, deve ser idêntica à posição da área de defesa inicial, para simplificar a operação. Como norma geral, os PAC das novas posições (se estabelecidos) são, pelo menos, inicialmente, guarnecidos por elementos das Cia de primeiro escalão, por serem os primeiros elementos de manobra a atingir essa linha.

6.6.4.2.11 A F Seg inicia seu retraimento à hora determinada pelo Cmt, mediante ordem ou na ocorrência de uma contingência especificada pelo comando. A F Seg retrai diretamente para a retaguarda da F Seg do Esc Sp, ou por escalões, cobrindo seu próprio retraimento até ser acolhida por elementos amigos. Neste último tipo de ação, pequenas forças móveis, com grande poder de fogo, são empregadas batendo o inimigo com fogos longínquos e retraindo antes de tornarem engajadas decisivamente. A F Seg mantém o contato com o inimigo, informando sobre suas ações.

6.7 AÇÃO RETARDADORA

6.7.1 GENERALIDADES

6.7.1.1 A ação retardadora é um movimento retrógrado no qual uma força troca espaço por tempo, infligindo o máximo de perdas e retardamento ao inimigo, sem se engajar cerradamente em ações decisivas, criando condições para que outras forças amigas se preparem ou executem outras operações. É normalmente empregada como uma medida de economia de forças, podendo ser conduzida por forças de cobertura, forças de segurança e forças de retardamento.

6.7.1.2 Uma ação retardadora pode, também, ser empregada por parte dos elementos de defesa avançada na defesa móvel, embora esses elementos possam ter certas restrições em sua manobra e na Z Aç. A ação retardadora é mais eficientemente executada por tropas altamente móveis (blindadas e mecanizadas), apoiadas por aviação tática.

6.7.1.3 Uma unidade de infantaria, quando empregada em uma ação retardadora, deve ser reforçada por elementos mecanizados ou CC. Dessa forma, aproveitamos a maior capacidade das unidades de infantaria para manter o terreno, acrescentando-lhes melhor poder de fogo e maior mobilidade para o retardamento contínuo.

6.7.1.4 Quando a força de retardamento constituir FT Bld deverá seguir o previsto no manual Forças-Tarefas Blindadas.

6.7.1.5 O emprego de obstáculos, particularmente quando batidos por fogos, aumenta a capacidade de retardamento da força. As forças de retardamento devem apresentar contínua resistência, a fim de obrigar o inimigo a se desdobrar e manobrar. Entretanto, o combate aproximado decisivo deve ser evitado, exceto quando indispensável para o cumprimento da missão. O contato com o inimigo deve ser mantido permanentemente, bem como deve ser imposto um contínuo retardamento.

6.7.1.6 As formações dispersas, a liberdade de ação, o apoio de fogo eficaz e os movimentos, a fim de causar o máximo de perdas ao inimigo e evitar o combate aproximado, são as principais características de uma ação retardadora.

6.7.1.7 O batalhão pode executar uma ação retardadora independentemente ou como parte de uma força retardadora de maior escalão.

6.7.1.8 Uma ação retardadora difere de uma defesa de área, particularmente, pelas seguintes características:
a) o combate decisivo deve ser evitado;
b) as posições são organizadas para serem mantidas por um período limitado;
c) os contra-ataques são empregados, principalmente, para desengajar elementos amigos ou para manter temporariamente uma posição até que surjam condições mais favoráveis para o retraimento;
d) o máximo poder de fogo é colocado à frente; e
e) as posições possuem frentes maiores e profundidades menores.

6.7.2 PROCESSO DE EXECUÇÃO

6.7.2.1 Retardamento em uma Única Posição

6.7.2.1.1 Resume-se a uma defesa de área com tempo de permanência limitado.

6.7.2.2 Retardamento em Posições Sucessivas

6.7.2.2.1 No retardamento em posições sucessivas, a unidade se desenvolve como um todo em cada posição retardadora, ocupando-as sucessivamente, após retrair da anterior (Fig. 6-35).

6.7.2.3 Retardamento em Posições Alternadas

6.7.2.3.1 No retardamento em posições alternadas, a unidade ocupa simultaneamente duas posições de retardamento sucessivas. Os elementos que ocupam a primeira posição, após retraírem e se retirarem cobertos pelos elementos da segunda, ocupam a posição imediatamente à retaguarda desta e, assim, sucessivamente.

6.7.2.4 Misto

6.7.2.4.1 Admite-se a combinação de ambos os processos.

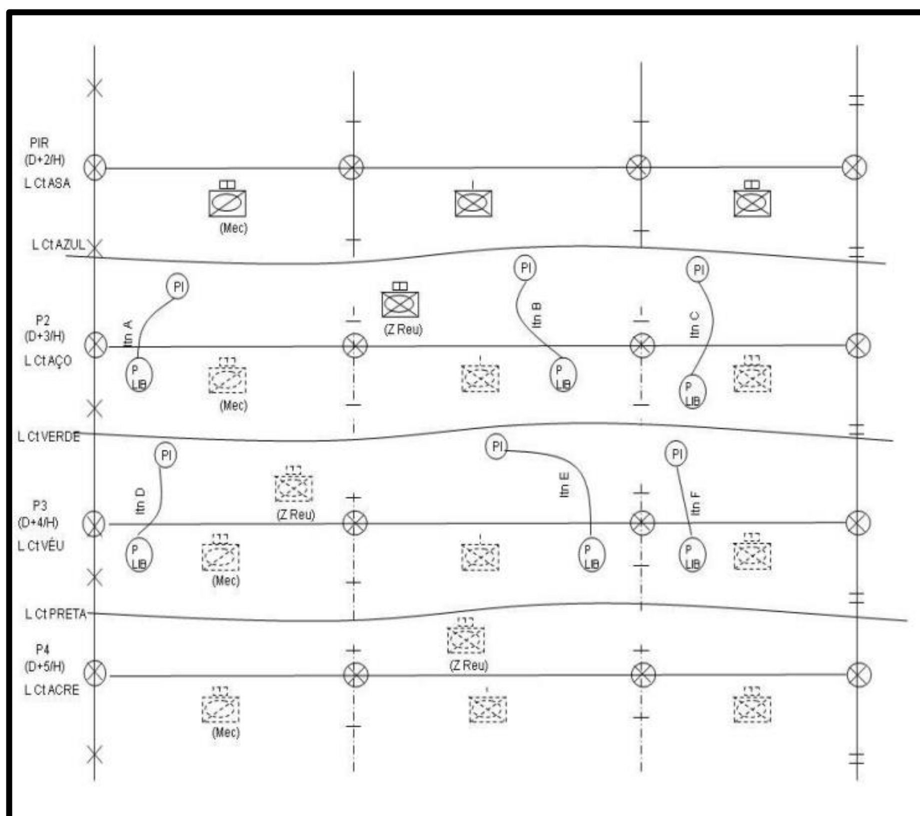


Fig 6-35 – O BIB na ação retardadora em posições sucessivas

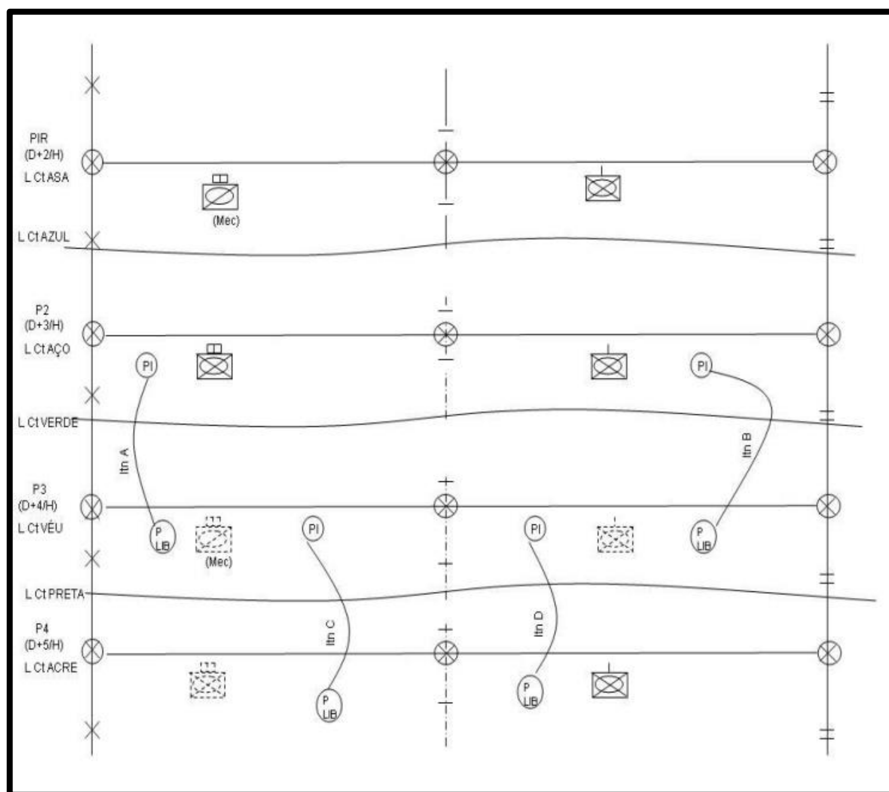


Fig 6-36 – O BIB na ação retardadora em posições alternadas

6.7.3 ESCALONAMENTO DAS FORÇAS

6.7.3.1 Elm de Segurança

6.7.3.1.1 Executam, em linhas gerais, as mesmas missões do escalão de segurança de uma defesa de área, através da ocupação de PO, realização de patrulhas e lançamento de algumas frações à frente com a missão específica de realizar o contrarreconhecimento. Na posição inicial de retardamento, normalmente, esses elementos serão lançados pela reserva, pois esta não está cumprindo nenhuma ação tática. Nas demais posições, o encargo será, normalmente, dos elementos de 1º escalão, pois a reserva perderia em flexibilidade e poder de combate durante o retardamento contínuo.

6.7.3.2 Elementos de Primeiro Escalão

6.7.3.2.1 O grosso da força retardadora é, normalmente, empregado em primeiro escalão, retardando num dispositivo linear, semelhante ao da defesa em larga frente. As SU que possuem eixo penetrante em sua Z Aç, normalmente defendem no eixo, adotando dispositivo semelhante à defesa de área. O

batalhão distribui seus meios, atribuindo maior poder de combate e zonas de ação mais estreitas a essas SU. Os Elm de 1º escalão têm, normalmente, as seguintes missões:
a) retardar ou deter a progressão inimiga pela execução de fogos longínquos;
b) manter a posição de retardamento até que receba ordem de retrair;
c) evitar um engajamento decisivo. Nesse caso, a reserva poderá ser empregada em um contra-ataque de desaferramento para desengajar um elemento de primeiro escalão que esteja aferrado;
d) realizar o retardamento contínuo do inimigo, entre as posições de retardamento (P Rtrd), caso a reserva não tenha condições de executá-lo; e
e) cavalaria mecanizada – os elementos mecanizados são utilizados, em princípio, em primeiro escalão, barrando os principais eixos de penetração. Se o batalhão for reforçado por um esquadrão, este deverá receber o conjunto topotático de maior importância, admite-se reforçar uma SU com um pelotão de cavalaria mecanizado, caso esta possua um eixo penetrante em sua Z Aç.

6.7.3.3 Reserva

6.7.3.3.1 A reserva cumpre, normalmente, a mesma missão de uma defesa de área, exceto quanto à natureza dos contra-ataques.

6.7.3.3.2 Os elementos da reserva poderão ser empregados na preparação das posições retardadoras sucessivas e na constituição de uma F Seg para apoiar, acolher e cobrir os elementos de primeiro escalão.

6.7.3.3.3 Após o retraimento desses elementos, a reserva ou parte dela, normalmente, constitui-se um destacamento retardador, com a missão de executar o retardamento contínuo do inimigo, entre as posições. Para essa missão, a reserva pode ser reforçada por elementos que estavam em primeiro escalão, após o acolhimento destes. As tropas mais aptas ao retardamento contínuo serão as de CC e cavalaria mecanizada.

6.7.3.3.4 Os CC, por sua natureza, permanecem em reserva, com a missão de aprofundar a DAC e realizar contra-ataques. Poderão, ainda, ser empregados em primeiro escalão, preferencialmente reforçando as SU que possuírem eixos penetrantes em sua Z Aç. Os carros são os meios mais aptos para realizar o retardamento contínuo.

6.7.3.3.5 Os contra-ataques executados pela reserva podem ter as seguintes finalidades:
a) estabelecer a posição, quando a missão exige um tempo de permanência maior na posição;
b) desaferrar um elemento de primeiro escalão (contra-ataque de desaferramento), quando um elemento se engajar decisivamente com o inimigo, criando condições para o seu retraimento; e
c) desorganizar o inimigo, para ganhar mais tempo.

6.7.3.3.6 A reserva, normalmente, é de menor valor que uma defesa de área. Para fins de planejamento, o ideal é que haja, no mínimo, um pelotão de carros ou de cavalaria mecanizada para o retardamento contínuo. A situação da reserva (centralizada, articulada ou fracionada) dependerá de sua mobilidade, largura da Z Aç e transitabilidade do terreno.

6.7.3.3.7 Na última posição de retardamento, admite-se que o Btl empregue todos os seus meios em primeiro escalão, ficando, portanto, sem reserva. Esta situação poderá ocorrer, por exemplo, quando o Btl sofrer uma grande depreciação das suas peças de manobra durante a execução da ação retardadora. Convém ressaltar que tal procedimento não é o ideal, sendo admissível em uma situação de conduta.

6.7.4 PLANEJAMENTO

6.7.4.1 Considerações sobre a Missão

6.7.4.1.1 Localização da posição inicial de retardamento (PIR) – a diretriz do comando superior, normalmente, especifica a localização da PIR. Nesse caso, caberá ao batalhão ocupá-la. Todavia, o Esc Sp poderá indicar uma área geral, permitindo, em consequência, ao Cmt Btl reconhecer, propor e, finalmente, estabelecer a PIR.

6.7.4.1.2 Força de segurança do Esc Sp – o batalhão poderá atuar como F Seg da Bda, ocupando a PIR, para apoiar o retraimento dos batalhões em contato com o inimigo, acolhê-los e cobrir-lhes a retirada.

6.7.4.1.3 Força de retardamento do Esc Sp – o batalhão, como força de retardamento da Bda, recebe sua área de responsabilidade de retardamento, realizando o retardamento contínuo entre as posições de retardamento cobrindo a retirada dos Elm de primeiro escalão. O Cmt Btl pode estabelecer as posições de retardamento subsequentes e as linhas de controle, de acordo com suas necessidades.

6.7.4.1.4 Duração do retardamento – o Cmt da Bda, normalmente, especifica o prazo a ganhar em cada posição de retardamento ou na operação como um todo; no último caso, o Cmt Btl estabelecerá o prazo a retardar o inimigo em cada posição.

6.7.4.1.5 O planejamento da ação retardadora deve ser bastante flexível, uma vez que o inimigo poderá abordar cada uma das P Rtrd de uma forma diferente. O Cmt Btl deverá utilizar-se dos seus meios de busca e do destacamento retardador para deduzir como o inimigo abordará a próxima P Rtrd. Após essa definição, o Cmt, se necessário, reajustará seu dispositivo.

6.7.4.2 Seleção das Posições de Retardamento

6.7.4.2.1 Normalmente, o Esc Sp define as P Rtrd que serão ocupadas, bem como o número de jornadas a ser ganho em cada posição. No entanto, caso isso não ocorra, o Btl selecionará as P Rtrd, baseando-se nos fatores a seguir.

a) Fator missão

- Profundidade de retardamento – medida da posição inicial de retardamento até a nova localização das forças de segurança do Esc Sp.
- Distância mínima – equivale à distância a partir da qual a artilharia inimiga é obrigada a mudar de posição para que os fogos desencadeados tenham seus resultados otimizados. Em princípio, a observância da distância mínima garante que a Art inimiga, mesmo posicionada dentro do seu alcance mínimo de emprego em relação a uma P Rtrd, não conseguirá atingir com precisão a P Rtrd subsequente. Corresponde ao alcance de utilização da artilharia leve inimiga subtraído do seu alcance mínimo. Por exemplo: considerando-se que o alcance de utilização da artilharia inimiga seja de 9,5 km e o seu alcance mínimo de 1,5 km, a distância mínima será igual a 8 km.
- Quantidade ideal de P Rtrd (P) – é o maior número de posições de retardamento que poderá ser estabelecido dentro da profundidade de retardamento, respeitando-se a distância mínima.

$$P = \frac{\text{Profundidade}}{\text{Distância Mínima}}$$

b) Fator terreno – uma posição de retardamento deve atender às seguintes características:

- linhas de alturas transversais à direção do avanço inimigo;
- linhas de alturas favoráveis à defesa e que permitam boa observação e fogos longínquos;
- domínio de convergência e irradiação de eixos;
- cursos de água, pântanos, lagos, matas e outros obstáculos à frente ou nos flancos que facilitem a defesa, permitam economia de meios e dificultem o movimento do inimigo; e
- itinerários desenfiados para o retraimento.

6.7.4.2.2 A seleção das posições que poderão ser ocupadas ocorrerá por meio da comparação da quantidade ideal de P Rtrd (fator missão) com as linhas de alturas levantadas em função do terreno, selecionando, assim, as melhores posições a ocupar.

6.7.4.3 Montagem das Linhas de Ação

6.7.4.3.1 Selecionadas as posições de retardamento e após ter sido realizado o estudo do inimigo, o Cmt Btl passa à montagem de suas linhas de ação, definindo, para cada L Aç montada, as P Rtrd que efetivamente serão ocupadas,

o tempo (em termos de jornadas) durante o qual o inimigo deve ser mantido à frente de cada posição, o processo de retardamento a ser empregado, o dispositivo em cada P Rtrd e a organização para o combate do Btl. Como o Btl opera normalmente enquadrado na Bda, a montagem da L Aç ficará, em princípio, reduzida à escolha do processo, à definição do dispositivo em cada P Rtrd e à organização para o combate.

6.7.4.3.2 Definição das P Rtrd que serão ocupadas

a) O S-3 deve levar em consideração o valor defensivo de cada uma das linhas de alturas levantadas, o tempo total de retardamento e o alcance da artilharia inimiga. As P Rtrd devem estar suficientemente afastadas para obrigar o inimigo a reagrupar e a deslocar os meios de apoio ao combate antes de prosseguir no ataque de uma posição para outra. Por outro lado, devem estar suficientemente próximas para permitir que o retraimento entre duas posições seja completado em uma noite. Além disso, o S-3 deve ter consciência de que quanto menor for o número de P Rtrd, maior será o tempo a ser ganho em cada posição. Em contrapartida, um número maior de P Rtrd poderá significar um desrespeito ao fator distância mínima. Esse dilema torna-se particularmente verdadeiro quando o alcance da Art Ini for muito grande.

b) As P Rtrd que não foram selecionadas para serem ocupadas poderão ser utilizadas como linhas de controle (P Rtrd alternativas).

6.7.4.3.3 Determinação do tempo a ser ganho em cada posição (prioridades):

a) maior prazo para as posições com maior valor defensivo, que estejam apoiadas em obstáculos de valor, que permitam o seu agravamento ou, ainda, que possuam trabalhos de organização da posição realizados; e

b) em igualdade de condições entre duas ou mais posições, o Cmt Btl deve prever um maior prazo a ganhar nas posições iniciais, mantendo flexibilidade para o cumprimento da missão.

6.7.4.3.4 Escolha do Processo

a) Na escolha do processo, o Cmt deverá considerar os seguintes fatores da decisão: missão, inimigo, terreno, meios e tempo, de forma a melhor adequar sua linha de ação, conforme quadro a seguir.

PROCESSO			
FATOR	**ASPECTOS**	**POSIÇÕES SUCESSIVAS**	**POSIÇÕES ALTERNADAS**
MISSÃO	NECESSIDADE DE SEGURANÇA	- Não prepondera.	- Necessidade de maior segurança na missão (flanco exposto, ameaça à retaguarda do dispositivo *etc.*).
INIMIGO	PODER DE COMBATE	- Poder relativo de combate do inimigo é muito superior (necessidade de todos os meios em cada posição). - Grande possibilidade de Reforço.	- Ini fraco. - Pouca possibilidade de reforço.
	MOBILIDADE	- Mobilidade do inimigo menor que a das nossas tropas.	- Poucas informações do inimigo. - Mobilidade do inimigo maior ou igual à nossa.
TERRENO	FRENTE	- Grande amplitude da frente.	- Frentes estreitas. - Existência de obstáculos que diminuam a frente.
	EIXOS PENETRANTES	- Muitos eixos penetrantes.	- Poucos eixos penetrantes.
TEMPO		- Necessidades de ganhar um tempo relativamente grande em uma ou mais posições de retardamento. - Necessidade de reserva forte (Prazo a ganhar em cada posição de retardamento e números de eixos penetrantes).	- Necessidade de ganhar um tempo curto em cada posição de retardamento. - Não houver necessidade de reserva forte (pequeno prazo a ganhar).
MEIOS (avaliar conjuntamente com o fator TERRENO e MISSÃO)		Poucos meios disponíveis X Frentes largas	Meios adequados X Frentes estreitas
CONSIDERAÇÕES CIVIS		Apoio da população X Segurança no retardamento	Falta de apoio da população X Mais Mdd de C²

Quadro 6-1 – Escolha do processo de retardamento pelos fatores da decisão

b) Se a missão for de curta duração ou quando o terreno oferecer somente uma posição de retardamento favorável, o Cmt poderá decidir pelo processo de retardamento em uma única posição.

c) Um processo de retardamento poderá ser misto, combinando os dois processos, em virtude de alterações profundas quanto ao terreno e aos meios.

6.7.4.3.5 Organização das P Rtrd

a) Impostas pelo Esc Sp ou selecionadas pelo Cmt da unidade, o S-3 passa a analisar e organizar cada uma das P Rtrd, empregando, para isso, o processo das cinco fases com as adaptações que se seguem.

b) Inicialmente, o S-3 levanta as vias de acesso e os eixos penetrantes que conduzem o inimigo ao interior da posição e as posições do terreno que melhor permitam bloqueá-los.

c) Visando a obter observação e campos de tiro profundos, os núcleos de primeiro escalão deverão estar posicionados nas partes mais elevadas do terreno, apoiando-se, contudo, nos obstáculos naturais à frente da posição. Todos os obstáculos, naturais e artificiais, devem ser batidos pelo fogo direto ou indireto para produzir o máximo de retardamento.

d) O batalhão procura controlar as rocadas para deslocamentos de seus meios de apoio ao combate, reservas e logísticos. Evita sua utilização pelo inimigo, impedindo-o de agir em seus flancos.

e) Caso o Btl possua um dos seus flancos exposto, poderá adotar uma das seguintes medidas: designar um Elm manobra com a missão específica de proteger este flanco ou determinar que a SU que se encontra mais próxima ao flanco exposto faça a sua proteção, reforçando-a com os meios necessários para cumprir esta missão.

f) A associação de conjuntos topotáticos e a atribuição de mais de um grau de resistência para uma SU, apesar de não serem desejáveis, ocorrem com maior frequência na ação retardadora, devido às largas frentes que são atribuídas aos Btl.

6.7.4.4 Comparação das Linhas de Ação

6.7.4.4.1 A comparação das linhas de ação é realizada analisando-se os seguintes aspectos:

a) o número de posições que serão ocupadas em cada linha de ação;

b) a distância entre cada uma das posições de retardamento;

c) o tempo a ser ganho em cada posição de retardamento;

d) o processo utilizado em cada linha de ação;

e) a simplicidade da manobra em toda a profundidade da Z Aç, devendo-se evitar tanto a alteração do posicionamento das SU dentro do dispositivo do Btl quanto a mudança desnecessária da organização para o combate dessas mesmas SU;

f) a provável hora de retraimento de cada posição de retardamento (preferencialmente, o retraimento até a próxima posição de retardamento deverá ocorrer durante a noite); e

g) o dispositivo adotado nas P Rtrd, em cada uma das L Aç, deve ser comparado de acordo com os fatores empregados na comparação da L Aç da defesa em posição.

6.7.4.5 Medidas de Coordenação e Controle

6.7.4.5.1 Deve ser feito o máximo de emprego de medidas de coordenação e controle para todas as fases da operação. Entre outras medidas de controle, estão incluídas:

a) linhas de controle – fixadas nas linhas de interesse tático. Facilitam a coordenação da operação e dão flexibilidade ao Cmt, pois, caso haja necessidade, poderão ser ocupadas como posições de retardamento alternativas;

b) ponto de liberação – região do terreno onde ocorre a liberação de peças de manobras para ocupação das posições de retardamento e/ou das posições destinadas aos elementos de segurança;

c) zona de reunião – localizada à retaguarda da força de cada posição de retardamento; e

d) itinerários, Z Reu, P Emb e outras medidas que se façam necessárias seguem as mesmas prescrições do previsto para os retraimentos, lembrando que o tempo para manutenção de posição deve estar claramente especificado.

6.7.4.6 Comunicações e Eletrônica

6.7.4.6.1 Durante a ação retardadora, a continuidade das comunicações é o princípio mais importante na fase de execução dessa forma de manobra. O meio rádio deve, em princípio, permanecer com a prescrição livre para os elementos em contato, restrito para os elementos que se deslocam entre as posições retardadoras e em silêncio na próxima posição à retaguarda. Os meios físicos devem ser estabelecidos nas posições retardadoras com a maior antecedência possível, aproveitando-se os recursos já existentes. Quanto ao meio mensageiro, é empregado em maior número durante o deslocamento entre as posições retardadoras, principalmente o mensageiro especial. Meios visuais, acústicos e diversos podem ser empregados para suplementar quaisquer dos meios acima descritos. As considerações a respeito de PC para cada posição retardadora seguem as mesmas prescrições estabelecidas para o PC numa defesa de área, ressaltando-se o aspecto de, se possível for, um só PC deve atender a duas ou mais posições retardadoras, evitando-se mudanças frequentes e desnecessárias desse órgão de comando, sem ser desprezado o apoio cerrado.

6.7.4.7 Engenharia

6.7.4.7.1 As destruições e os obstáculos são empregados ao máximo, a fim de retardar e desorganizar a progressão do inimigo. O emprego de campos de minas, abatises e crateras, assim como a destruição de obras de arte, como túneis e pontes, restringem a manobra do inimigo, facilitando a execução do movimento retrógrado. Podem ser empregados campos de minas de inquietação.

6.7.4.7.2 Destruição de Pontes

a) Após o retraimento das forças de segurança, todos os meios de transposição de curso de água são, normalmente, removidos ou destruídos. Nenhum bote ou portada deve permanecer na margem inimiga. Os vaus devem ser minados ou tornados inutilizáveis por meio de obstáculos. Devem ser destruídos lances de pontes em número suficiente para impedir que o inimigo utilize o restante da estrutura. A responsabilidade pela destruição das pontes na Z Aç do Btl poderá ser delegada ao seu comandante, com algumas restrições que serão impostas pelo Esc Sp.

b) Um destacamento de destruição é, normalmente, organizado sob o comando de um oficial ou graduado de engenharia. As unidades de infantaria fornecem o destacamento de segurança, inclusive o respectivo comandante. O comandante do destacamento de destruição é subordinado ao comandante do destacamento de segurança e executa as destruições nos horários e nas condições prescritas, ou mediante o recebimento de uma senha pré-estabelecida, ou por ordem do comandante do destacamento de segurança. Uma vez executada a destruição, os resultados são relatados ao comando que a determinou. No caso de falha ou de apenas se conseguir uma destruição parcial, o destacamento de segurança protege o destacamento de destruição até o momento em que este tenha completado a destruição.

c) O comandante do destacamento de segurança ordena a execução da destruição, respeitando as prescrições do comando responsável. Contudo, na iminência de captura da ponte pelo inimigo, o comandante do destacamento de segurança ordena, por sua própria iniciativa, a execução da destruição.

d) Os planos de destruição de pontes devem assegurar que elas não sejam destruídas prematuramente nem capturadas intactas pelo inimigo. O destacamento de segurança tem a missão de proteger a ponte contra sabotagem e ataques inimigos. Uma lista das unidades que devem utilizar a ponte é fornecida ao comandante do destacamento de segurança, e os comandos que retraem informam quando a unidade tiver liberado a ponte.

6.7.4.8 Apoio Aéreo

6.7.4.8.1 As unidades da aviação podem receber as seguintes missões quando em apoio às operações de movimento retrógrado:

a) proporcionar observação, reconhecimento e vigilância aéreos, informando sobre os movimentos executados pelo inimigo;

b) facilitar o C^2 (inclusive controle de trânsito);

c) prover transporte para oficiais de ligação e mensageiros especiais;

d) pelo emprego de forças aeromóveis, assegurar a posse de passagens e outros pontos críticos necessários à operação, cobrir flancos expostos, bloquear forças inimigas que tenham desbordado nossas posições;

e) prover meios para a regulação e observação aérea dos fogos de apoio;

f) deslocar reservas;

g) executar missões de segurança de área de retaguarda;

h) apoiar no desengajamento de elementos subordinados, fornecendo apoio de fogo e mobilidade;
i) transportar suprimento e evacuar material e equipamento;
j) evacuar baixas;
k) aumentar as possibilidades das comunicações (retransmissão rádio, lançamento de fio *etc.*);
l) lançar cortinas de fumaça; e
m) fornecer meios para o movimento aéreo de uma força ou parte dela.

6.7.4.9 Apoio de Fogo

6.7.4.9.1 O planejamento de fogos nos movimentos retrógrados é semelhante ao que é realizado na defesa em posição, devendo-se planejar os fogos nas proximidades de todas as passagens obrigatórias. A seguir, estão especificadas outras peculiaridades:
a) as armas AC normalmente são passadas em reforço às SU de primeiro escalão, particularmente aquelas que não tenham sido reforçadas por CC e que possuam, em sua Z Aç, VA favoráveis ao emprego de carros, sendo escalonadas em profundidade. Inicialmente, devem ser localizadas para engajar o inimigo o mais à frente possível. Posições subsequentes devem permitir o apoio em profundidade. Durante o retardamento contínuo, elementos anticarro podem reforçar o elemento retardador responsável por cada eixo; e
b) os morteiros são empregados, se possível, em ação de conjunto e com prioridade inicial de apoio aos Elm de segurança e de contrarreconhecimento. Posteriormente, essa prioridade de fogos passa para a SU que barra o eixo mais importante. Porém, os morteiros podem operar por seções, seja para cobrir uma Z Aç muito larga, seja para prover o apoio em profundidade numa posição ou em mais de uma, caso seja adotado o processo de posições alternadas.

6.7.5 EXECUÇÃO

6.7.5.1 As Ações de uma Posição Retardadora

6.7.5.1.1 Os Elm Rec inimigos devem ser destruídos ou neutralizados pelos fogos das armas de tiro indireto ou pela ação direta da força de contrarreconhecimento. O inimigo que se aproxima é inicialmente batido por fogos longínquos; à medida que se aproxima, é submetido a um crescente volume de fogo. Todo o esforço deve ser feito para infligir o máximo de perdas ao inimigo, desorganizá-lo, detê-lo e obrigá-lo a se reorganizar ou a emassar-se para um assalto.

6.7.5.1.2 O Cmt Btl deve evitar um combate decisivo, exceto se indispensável para o cumprimento da missão, fazendo tudo para manter a integridade da sua força. Se o inimigo ameaçar cerrar sobre a posição, ele deve decidir entre executar um retraimento diurno ou correr o risco de um combate aproximado para aguardar a noite, a fim de realizar o retraimento. Se forem esperados

contatos ou penetrações sem importância, o comandante poderá decidir retrair à noite. Inversamente, poderá decidir pelo retraimento diurno, apesar das desvantagens que apresenta.

6.7.5.1.3 Quando o Cmt decidir realizar o retraimento, a reserva posiciona-se no terreno de maneira que possa engajar o inimigo e passa a atuar como destacamento retardador, apoiando o retraimento, acolhendo e cobrindo a retirada dos elementos de primeiro escalão. Durante o retraimento, o pessoal designado executa as destruições previstas, fecha as passagens nos campos de minas e prepara outros obstáculos dentro das disponibilidades de tempo e material. O destacamento retardador mantém o contato com o inimigo, com o cuidado de não ser desbordado e nem tão pouco ficar decisivamente engajado. O destacamento retardador efetua o retardamento do inimigo ao longo dos eixos. Os Elm de primeiro escalão, ao atingirem a próxima posição de retardamento, realizam a ocupação desta e ficam monitorando a aproximação do destacamento retardador.

6.7.5.2 Fatores Referentes à Decisão da Hora do Retraimento

6.7.5.2.1 Os fatores referentes à decisão da hora do retraimento são:
a) valor e natureza da força atacante;
b) situação das unidades vizinhas – quando o combate se desenvolve em áreas de operações continentais, o fato de uma unidade vizinha ou até mesmo de uma SU orgânica iniciar um retraimento não determinará que o Btl como um todo inicie o seu retraimento. Isso poderá acontecer quando as características do terreno ou as grandes distâncias existentes entre o Btl e aquela unidade vizinha ou até mesmo entre as SU do Btl caracterizarem que as ações desencadeadas por essas tropas ocorrem de forma independente, configurando uma situação de combate não linear. Nesses casos, ocorre normalmente um reajuste do dispositivo, a fim de evitar a criação de um flanco exposto;
c) condições da força de retardamento e grau de ameaça de destruição ou de engajamento decisivo; e
d) prazo de retardamento exigido pela missão.

6.7.5.2.2 A autoridade para determinar o retraimento antes da hora determinada permanece com o comandante que determinou a ação, exceto se especificamente delegada esta autoridade. Em qualquer caso, o comando imediatamente superior deve ser mantido permanentemente informado da situação, de modo que possa determinar os reajustamentos necessários, antes que as unidades se tornem decisivamente engajadas. Deve ser mantida contínua ligação entre os batalhões vizinhos para assegurar a coordenação no retraimento. Um comandante subordinado que perde o contato com o escalão superior deve fazer todo possível para cumprir as missões nas condições especificadas pelo comando superior e para restabelecer as ligações com ele. Se for forçado a retrair antes que as ligações sejam restabelecidas, deve coordenar a ação com os elementos vizinhos e comunicar ao escalão superior

logo que possível. O retraimento deve ser iniciado enquanto a unidade dispuser de liberdade de ação.

6.8 RETIRADA

6.8.1 GENERALIDADES

6.8.1.1 Uma retirada é o movimento ordenado de tropas para longe do inimigo, realizado de acordo com um planejamento e sem contato com o inimigo, a fim de evitar um combate decisivo. Um Btl, normalmente, executa uma retirada como parte de uma força maior. Quando em missão independente, o Btl se retira em cumprimento de ordens específicas ou depois de cumprida sua missão.

6.8.1.2 Uma retirada pode ser realizada com as seguintes finalidades:
a) aumentar a distância entre o defensor e o inimigo;
b) encurtar as distâncias para o apoio logístico;
c) ocupar um terreno mais favorável à defesa;
d) permitir seu emprego em outro setor; e
e) adaptar-se a um reajustamento de dispositivo do Esc Sp.

6.8.1.3 Um retraimento pode preceder uma retirada. Esta tem início depois que a força se tenha desengajado e as colunas de marcha tenham sido organizadas, normalmente cobertas por um destacamento de contato ou F Seg.

6.8.1.4 Caso seja precedida de um retraimento, após a quebra de contato com o inimigo, a fim de se reorganizar antes de iniciar a retirada, existe a possibilidade de o batalhão ocupar uma área de reunião. Além disso, algumas medidas de coordenação e controle adicionais também podem ser estabelecidas, como pontos iniciais (PI), itinerários de retirada, tempo de regresso (TR) *etc.*

6.8.2 EXECUÇÃO

6.8.2.1 Em uma retirada, o Btl pode receber uma zona ou um itinerário de retirada. O Btl retira-se por um único itinerário, como um todo, ou utilizando itinerários múltiplos, dependendo da disponibilidade da rede de estradas, rapidez desejada, distância a percorrer e do grau de segurança existente.

6.8.2.2 O Btl adota uma formação inversa da empregada numa M Cmb. Devem ser estabelecidas apropriadas vanguardas, flancoguardas e retaguardas. Quando a retirada é precedida de um retraimento, a retaguarda deve ser de forte valor. Quando o inimigo atua ou ameaça atuar sobre a retaguarda da tropa, a retaguarda passa a realizar as ações de uma operação retardadora.

6.8.2.3 As considerações para a retirada por via aérea e a sua execução são relativas a um movimento aéreo comum.

6.9 DEFESA À RETAGUARDA DE CURSO DE ÁGUA

6.9.1 GENERALIDADES

6.9.1.1 Os cursos de água largos e não vadeáveis restringem a progressão e a manobra das forças atacantes, porém, não se deve esperar que, por si só, sejam capazes de deter as tropas e blindados que atacam. Do ponto de vista tático, os cursos de água constituem um obstáculo para o atacante e uma linha de defesa favorável ao defensor. No planejamento da defesa à retaguarda de um curso de água, devem ser considerados a natureza deste curso, o terreno adjacente e os meios de transposição de que dispõe o inimigo.

6.9.1.2 A defesa é organizada utilizando-se o terreno que controla o curso de água e suas passagens, bem como aquele que permita deter, destruir ou repelir, pelo fogo e pela manobra, o inimigo que tentar a transposição. Quando defendendo à retaguarda de um curso de água, o Cmt Btl pode esperar que o atacante progrida rapidamente e, sem parada, tente a transposição imediata em vários pontos de passagem, empregando viaturas anfíbias, processos expeditos de travessia e helicópteros.

6.9.2 LOCALIZAÇÃO DO LAADA

6.9.2.1 A defesa à retaguarda de um curso de água pode ser estabelecida de duas maneiras:
a) LAADA ao longo da margem do curso de água; e
b) LAADA à retaguarda da margem do curso de água, em terreno favorável à defesa.

6.9.2.2 O traçado geral do LAADA prescrito pelo Esc Sp pode indicar, sem alternativas, o local onde a defesa deve ser estabelecida. Entretanto, se o traçado geral do LAADA permitir maior amplitude de escolha, o Cmt Btl tem liberdade de selecionar a posição a defender, levando em consideração os fatores que indicam a defesa ao longo da margem ou à retaguarda da margem.

6.9.2.3 Fatores que indicam a defesa ao longo da margem:
a) o curso de água é efetivamente um obstáculo de valor;
b) observação e campos de tiro melhores ou, pelo menos, iguais aos do inimigo;
c) os tiros rasantes podem ser colocados nas possíveis passagens do curso de água;
d) traçado do curso de água aproximadamente paralelo à frente a ser defendida; e
e) existência de boas cobertas e abrigos para a defesa.

6.9.2.4 Fatores que indicam a defesa à retaguarda da margem:
a) o curso de água não constitui obstáculo de valor;
b) a margem inimiga possui campos de tiro e de observação superiores à do defensor da margem amiga; e
c) os tiros rasantes não podem bater eficientemente as possíveis passagens do curso de água.

6.9.3 DEFESA AO LONGO DA MARGEM

6.9.3.1 A defesa ao longo da margem do curso de água tem por finalidade:
a) impedir a transposição inimiga; e
b) destruir ou repelir o inimigo quando tentar se estabelecer na margem amiga, por meio de contra-ataques.

6.9.3.2 Nesse tipo de defesa, as forças podem ser distribuídas de duas maneiras:
a) maioria de meios em primeiro escalão; e
b) maioria de meios em reserva.

6.9.3.3 Maioria de Meios em Primeiro Escalão

6.9.3.3.1 Quando a maioria de meios é empregada em primeiro escalão, o dispositivo é semelhante ao de uma defesa de área e tem em vista impedir, a todo custo, que o inimigo transponha o curso de água.

6.9.3.4 Maioria de Meios em Reserva

6.9.3.4.1 Quando a maioria de meios é mantida em reserva, os elementos de primeiro escalão, em larga frente, são empregados para controlar os pontos favoráveis à transposição, organizados em posições de bloqueio (com as características descritas na subseção “Defesa em todas as direções”). Esses elementos devem ser de valor adequado para retardar o inimigo, criando condições para a reserva contra-atacar em momento oportuno, para destruir ou repelir o inimigo antes que este complete o desembarque do grosso de suas forças na margem amiga.

6.9.3.4.2 Os seguintes fatores devem ser considerados pelo Cmt Btl para chegar a uma decisão quanto à distribuição das forças na defesa ao longo da margem em um curso de água:
a) largura da frente a ser defendida;
b) número de passagens favoráveis à transposição;
c) características defensivas da margem e transitabilidade da área de defesa;
d) disponibilidade de meios de transposição do inimigo;
e) mobilidade do Btl;
f) disponibilidade de CC; e
g) possibilidade de emprego de fumígenos pelo inimigo.

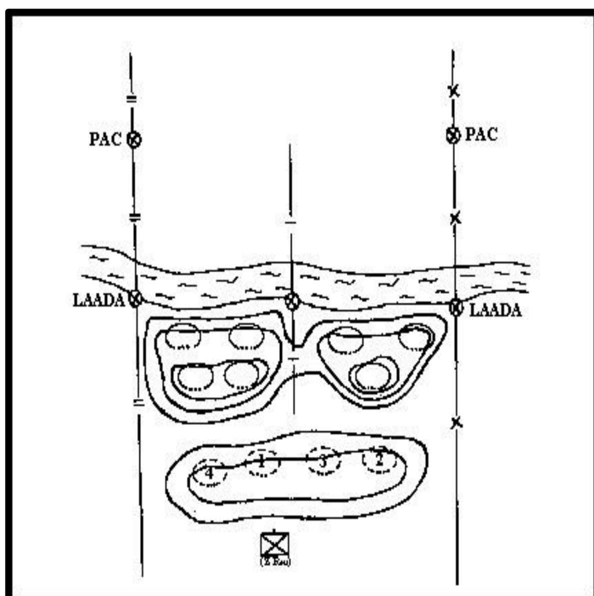


Fig 6-37 – Defesa ao longo da margem, com a maioria de meios em primeiro escalão

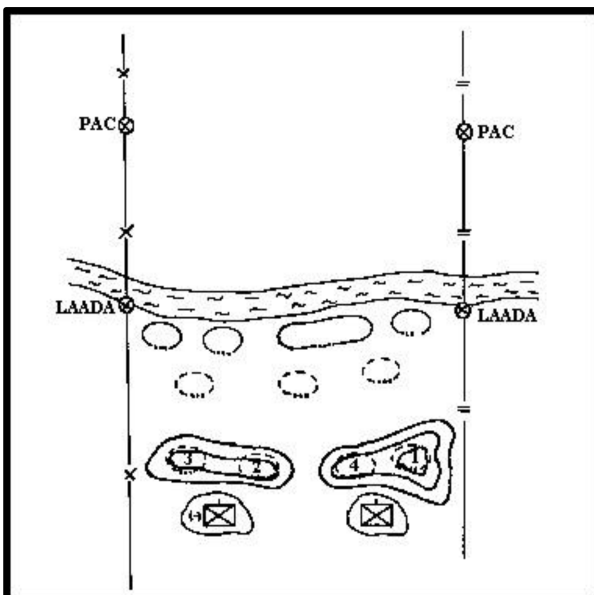


Fig 6-38 – Defesa ao longo da margem, com a maioria de meios em reserva

6.9.3.4.3 O Btl é o menor escalão que é autorizado a optar por uma das formas de distribuir as forças na defesa ao longo da margem de um curso de água.

6.9.4 DEFESA À RETAGUARDA DA MARGEM

6.9.4.1 A defesa é organizada de maneira idêntica à defesa de área, utilizando adequadamente o terreno imediatamente à retaguarda do curso de água.

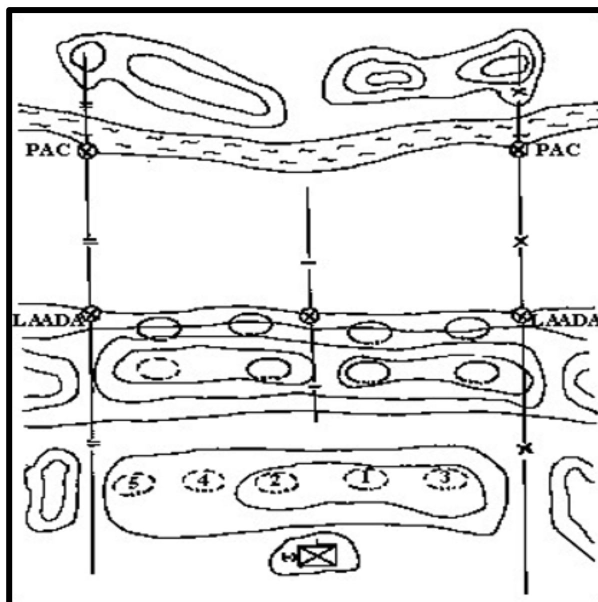


Fig 6-39 – Defesa à retaguarda da margem

6.9.4.2 Entretanto, os contra-ataques são planejados não só para restabelecer a posição, como também para destruir ou expulsar o inimigo para a margem oposta.

6.9.5 PLANEJAMENTO

6.9.5.1 Considerações para o Planejamento

6.9.5.1.1 Após ter decidido o "onde" (ao longo ou à retaguarda da margem) e o "como" (maioria de meios em primeiro escalão ou em reserva), o Cmt Btl segue o mesmo processo de planejamento de qualquer tipo de defesa.

6.9.5.2 Estudo da Área de Defesa

6.9.5.2.1 A transitabilidade do leito, natureza das margens, variação do volume das águas em virtude de chuvas e velocidade da corrente do curso de água devem ser considerados em relação às possibilidades inimigas de empregar viaturas blindadas anfíbias ou com capacidade de vadear o curso. Uma defesa mais forte deve ser estabelecida nos pontos mais favoráveis à transposição,

negando seu uso ao inimigo e obrigando-o a se utilizar de regiões menos favoráveis.

6.9.5.2.2 Em rios que apresentam vários braços e canais, a defesa é normalmente estabelecida naquele que apresentar obstáculo de maior vulto. Neste caso, a existência de outros obstáculos dentro da área de defesa deve ser também considerada.

6.9.5.2.3 Quando a maioria de meios é mantida em reserva, são normalmente organizadas posições de aprofundamento em terreno favorável, à retaguarda da margem do curso de água.

6.9.5.3 Frentes e Profundidades

6.9.5.3.1 As frentes e profundidades são relativas ao valor do obstáculo representado pelo curso de água. Um curso de água obstáculo de grande valor permite o aumento das frentes atribuídas aos diversos escalões. Se a maioria de meios é mantida em reserva, uma maior profundidade é necessária a fim de prover espaço para a manobra e dispersão da reserva.

6.9.5.3.2 As frentes são atribuídas aos elementos de primeiro escalão de acordo com o valor do obstáculo à frente e a importância da região que devem defender. As posições de bloqueio são localizadas em acidentes capitais que controlam os mais prováveis pontos de transposição.

6.9.5.4 Escalão de Segurança

6.9.5.4.1 Fortes elementos de segurança devem ser localizados na margem inimiga de modo a cobrir as VA que conduzam ao curso de água. Todo o empenho é feito no sentido de localizar as Z Reu do inimigo para a operação de transposição, bem como para impedir o reconhecimento do curso de água e dos itinerários que conduzem a este.

6.9.5.4.2 Os PAC e a segurança aproximada devem ser estabelecidos pelo Btl. Quando o LAADA é localizado à retaguarda da margem, os PAC são, normalmente, estabelecidos ao longo da margem amiga, organizando posições de modo a cobrir os mais prováveis pontos de transposição. Um intenso patrulhamento deve ser executado na margem inimiga, e a ligação com os elementos de segurança do Esc Sp deve ser mantida.

6.9.5.4.3 A localização dos PAC na margem inimiga favorece uma melhor segurança, entretanto, os seus elementos serão obrigados a retrair por meio do curso de água. Os planos de retraimento devem considerar meios alternativos de travessia para o caso das pontes e vaus virem a ser destruídos prematuramente. Nessas situações, os meios aeromóveis disponíveis devem ser explorados.

6.9.5.5 Apoio de Fogo

6.9.5.5.1 Os fogos de apoio são planejados para interditar as Z Reu de tropas e meios de transposição inimigos, VA para o curso de água e pontos favoráveis de passagem.

6.9.5.5.2 A prioridade de fogos é atribuída aos elementos que defendem os mais prováveis pontos de transposição. Deve ser planejada a execução de tiros de tempo para serem desencadeados sobre o escalão de ataque inimigo durante a sua tentativa de transposição.

6.9.5.6 Defesa Anticarro (DAC)

6.9.5.6.1 Medidas especiais devem ser tomadas para fazer face ao emprego de viaturas blindadas anfíbias pelo atacante. Recebem prioridade a construção de obstáculos e campos de minas em ambas as margens das passagens mais favoráveis e o planejamento dos fogos anticarro.

6.9.5.6.2 Os CC podem ser empregados, inicialmente, junto à margem para bater os veículos blindados inimigos.

6.9.5.6.3 Para mais considerações sobre DAC, consultar o manual Subunidade Anticarro.

6.9.5.7 Outras Medidas de Segurança

6.9.5.7.1 O Cmt Btl estabelece medidas efetivas para a destruição de pontes, vaus e barcos dentro de sua Z Aç, no momento oportuno e com base nas diretrizes e ordens do Esc Sp. A autoridade e a responsabilidade para a destruição de pontes e outros meios de transposição devem ser claras e específicas.

6.9.5.7.2 A execução das destruições e o fechamento dos campos de minas e outros obstáculos devem ser estreitamente coordenados com os planos de retraimento dos elementos de segurança localizados na margem inimiga.

6.9.5.7.3 Especial atenção será dada à segurança da área de retaguarda, uma vez que o inimigo poderá tentar superar o obstáculo pelo emprego de tropas aeromóveis e aeroterrestres.

6.9.5.8 Reserva

6.9.5.8.1 Quando a maioria de meios é deixada em reserva, esta deve possuir mobilidade e ser mantida em Z Reu ou ocupar posições de aprofundamento à retaguarda da margem do curso de água.

6.9.5.8.2 Quando a maioria de meios é empregada em primeiro escalão, o valor e a localização da reserva são idênticos aos da defesa de área normal.

6.10 DEFESA EM AMBIENTE URBANO

6.10.1 GENERALIDADES

6.10.1.1 A defesa em ambiente urbano tem por principal finalidade tática evitar a utilização integral pelo inimigo das vias de transporte (estradas de rodagem, ferrovias e cursos de água navegáveis) que passam em seu interior ou em suas proximidades. As cidades constituem pontos de apoio importantes e reforçam o conjunto da defesa, sobretudo quando preparadas com antecedência. Mesmo cercadas ou ultrapassadas, elas retêm forças inimigas, tanto mais consideráveis quanto maiores suas dimensões, constituindo-se em ameaças às suas vias de comunicações.

6.10.1.2 A utilização de um ambiente urbano na organização de uma defesa depende de fatores, tais como o seu tamanho, a sua localização em relação à posição defensiva geral e a proteção oferecida pelas edificações. Materiais inflamáveis oferecem pouca proteção e podem tornar-se perigosos para o defensor. Os edifícios de alvenaria podem ser transformados em posições defensivas bem fortificadas ou em pontos fortes. Contudo, a não ser que os edifícios de alvenaria sejam grandes e bem construídos, poderão tornar-se de pequeno valor se o inimigo for capaz de batê-los com fogos de carros à curta e média distância. Um ambiente urbano que possa ser facilmente evitado, sem obrigar o inimigo a uma ação frontal ou uma manobra lenta, é de pequeno valor defensivo.

6.10.1.3 Apoio mútuo, defesa em todas as direções, defesa em profundidade são os princípios que realçam em uma defesa em ambiente urbano.

6.10.1.4 Do ponto de vista da defesa, são características do combate em localidade:
a) cada prédio ou grupo de edifícios é um ponto forte em potencial;
b) máximo de abrigos e cobertas;
c) plenitude de obstáculos;
d) observação e campos de tiro reduzidos, limitando-se às ruas e praças;
e) as ruas constituem faixas de aplicação de fogos e restringem e canalizam os movimentos de viaturas;
f) aplicação limitada do princípio da massa pelo atacante;
g) emprego pouco eficaz das armas de apoio pelo atacante;
h) descentralização do combate; e
i) facilidade de movimento no interior da posição e de aprofundamento da defesa.

6.10.1.5 Sobrepujando essas vantagens e permitindo utilizá-las, o defensor tem maior conhecimento da área e tempo para organizá-la.

6.10.2 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO COMBATE EM AMBIENTE URBANO

6.10.2.1 O manual *Operação em Área Edificada*, terminologia alterada para *operação em ambiente urbano*, destrincha todos os detalhes de planejamento e execução da defesa nesse ambiente operacional.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

CAPÍTULO VII

OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS

7.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

7.1.1 O MC *A Infantaria nas Operações* descreve que o BI, assim como outros elementos da Força Terrestre (F Ter), realiza operações de cooperação e coordenação com agências (OCCA), que são executadas em apoio aos órgãos ou instituições (governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais), definidos genericamente como agências.



Fig 7-1 – Exemplos de agências nacionais

7.1.2 Nas OCCA, a liberdade de ação do Cmt está limitada pela norma legal que autorizou o emprego da tropa. Assim, o emprego é episódico e limitado no espaço e tempo. Geralmente, esse tipo de operação é executado em situação de não guerra, em que não há evacuação de civis e o uso de armas coletivas e CC são restringidos.

7.1.3 As operações de cooperação e coordenação com agências podem ser desencadeadas simultaneamente com as operações ofensiva e defensiva, num contexto de guerra não linear e de amplo espectro nas operações.

7.2 AÇÕES DO BATALHÃO EM OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS

7.2.1 CARACTERÍSTICAS

7.2.1.1 Conforme descrito no manual Operações, são características de OCCA:
a) uso limitado da força;
b) coordenação com outros órgãos governamentais e/ou não governamentais;
c) execução de tarefas atípicas;
d) combinação de esforços políticos, militares, econômicos, ambientais, humanitários, sociais, científicos e tecnológicos;
e) caráter episódico;
f) não há subordinação entre as agências e, sim, cooperação e coordenação;
g) interdependência dos trabalhos;
h) maior interação com a população;
i) influência de atores não oficiais e de indivíduos sobre as operações; e
j) ambiente complexo.

7.2.2 AÇÕES

7.2.2.1 O emprego do Btl pode ser no âmbito interno e externo, não envolvendo o combate propriamente dito, exceto em circunstâncias especiais. As operações de cooperação e coordenação com agências em que a Inf pode participar são:
a) garantia dos poderes constitucionais;
b) garantia da lei e da ordem;
c) atribuições subsidiárias;
d) prevenção e combate ao terrorismo;
e) sob a égide de organismos internacionais;
f) em apoio à política externa em tempo de paz ou crise; e
g) outras operações em situação de não guerra.

7.2.2.2 O BI pode, conforme legislação específica e quando determinado, apoiar outras ações em situação de não guerra:
a) segurança de grandes eventos e de chefes de Estado – em virtude da visibilidade e exposição da imagem do país, no âmbito nacional e internacional, tais eventos requerem operações de segurança complexas, envolvendo vetores civis e, muitas vezes, militares;
b) garantia da votação e apuração (GVA);
c) apoio ao cumprimento da legislação vigente e verificação de acordos sobre controle de armas e produtos controlados;

d) salvaguarda de pessoas, dos bens, dos recursos brasileiros ou sob a jurisdição brasileira, fora do território nacional; e
e) patrulha fluvial – implementação e fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos, em águas interiores jurisdicionais brasileiros, respeitados os tratados, convenções e atos internacionais ratificados pelo Brasil.

7.2.2.3 O detalhamento de cada ação supracitada pode ser visto no MC *Operações*.

7.3 PLANEJAMENTO

7.3.1 GENERALIDADES

7.3.1.1 Normalmente, há limitações legais ao uso da força, que se traduzem em regras de engajamento (RE) bastante específicas e geralmente são designadas pelo Esc Sp.

7.3.1.2 O plano de operações do Esc Sp deve explicitar as ações (coercitivas e construtivas) a serem executadas, detalhando as missões de curto, médio e longo prazo para todos os seus elementos subordinados. Dessa forma, o Btl repassa, em suas ordens de operações, os detalhes que interessam para cada fração, detalhando as coordenações entre as forças militares e as agências.

7.3.2 SEQUÊNCIA PARA O PLANEJAMENTO

7.3.2.1 O método de planejamento para OCCA segue o mesmo exame de situação tático das outras operações, conforme descrito no MC *Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT)*. Nesse sentido, as ordens são emitidas igualmente da mesma forma, levando em consideração as características desse tipo de operação acima citadas.

7.4 PREPARAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

7.4.1 As OCCA requerem preparação específica, principalmente em função da limitação no uso da força. Deve ser considerada a questão jurídica, instruindo todos os envolvidos quanto aos limites de atuação estabelecidos no Direito Internacional dos Conflitos Armados, em leis vigentes, nas normas de conduta e nas RE que a tropa e demais agentes deverão adotar.

7.4.2 Devido ao caráter de cooperação entre as agências e a tropa, cresce de importância que os ensaios e a matriz de sincronização sejam exaustivamente executados, facilitando a comunicação e a harmonia durante a execução da missão.

7.4.3 A organização para o combate de um Btl em OCCA é variável, conforme as inúmeras formas de emprego possíveis que um BI pode atuar. Porém, é importante frisar que a fração mínima de emprego continua sendo um grupo de combate.

7.4.4 Devido à natureza interagências em OCCA, o Btl pode receber elementos de forças de segurança pública, federal ou mesmo membros de autarquias federais, formando forças-tarefas. Apesar de não haver uma subordinação entre agentes e tropa, esses elementos podem estar integrados às frações das peças de manobra disponíveis.

7.5 EXECUÇÃO

7.5.1 Deve ser observado que não existe vínculo de subordinação entre as diferentes agências do governo, razão pela qual é absolutamente necessária a ênfase na cooperação e coordenação de esforços. Serão executadas, principalmente, atividades e tarefas coercitivas no cumprimento de missões diversificadas.

7.5.2 Normalmente, em OCCA, o Btl atua realizando a segurança das ações dos agentes em reforço e/ou fornecendo a logística necessária para as atividades. Nos casos de emprego da tropa realizando a missão principal, especial atenção deve ser dada às TTP empregados pela tropa, a fim de dirimir possíveis efeitos colaterais.

7.5.3 Para maiores detalhes sobre planejamento e execução de OCCA, consultar os seguintes manuais de campanha:
a) *Operações em Ambiente Interagências*;
b) *Operações de Paz*;
c) *Assuntos Civis*;
d) *Operações de Garantia da Lei e da Ordem*; e
e) *Operações Urbanas*.

CAPÍTULO VIII

OPERAÇÕES COMPLEMENTARES

8.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

8.1.1 As operações complementares, segundo o MC *A Infantaria nas Operações*, são operações destinadas a ampliar, aperfeiçoar e/ou complementar as operações básicas, a fim de maximizar a aplicação dos elementos do poder de combate terrestre.

8.1.2 As operações complementares das quais os elementos de Infantaria podem participar são as seguintes:
a) aeromóvel;
b) aeroterrestre;
c) de segurança;
d) contra forças irregulares;
e) de dissimulação;
f) de informação;
g) especiais;
h) de busca, combate e salvamento;
i) de evacuação de não combatentes;
j) de junção;
k) de interdição;
l) de transposição de curso de água;
m) anfíbia;
n) ribeirinha;
o) contra desembarque anfíbio;
p) de abertura de brecha; e
q) em ambiente urbano.

8.2 OPERAÇÃO AEROMÓVEL

8.2.1 GENERALIDADES

8.2.1.1 Operações aeromóveis (Op Amv) são operações realizadas por força de helicópteros, forças aeromóveis ou forças-tarefas aeromóveis (FT Amv), de valor unidade ou subunidade, visando ao cumprimento de missões de combate, apoio ao combate ou de apoio logístico, em benefício do escalão ao qual estejam subordinadas.

8.2.1.2 Tais operações são realizadas por forças constituídas, normalmente, de infantaria aeromóvel (Inf Amv) e de Av Ex.

8.2.1.3 O batalhão de infantaria aeromóvel (BI Amv) é a tropa mais apta a ser empregada em Op Amv. No entanto, outros tipos de unidades de infantaria também devem estar adestrados para realizá-la. As considerações feitas neste artigo para as unidades de infantaria leve devem ser adaptadas e adequadas para os demais tipos de infantaria.

8.2.1.4 O conteúdo desta seção poderá ser complementado por intermédio dos MC *Operações Aeromóveis* e *Brigada de Infantaria Aeromóvel*.

8.2.2 CONCEITOS

8.2.2.1 Força de Superfície (F Spf)

8.2.2.1.1 Elemento da F Ter para a qual a Av Ex está atuando em proveito. As tropas orgânicas da Bda Inf Amv, entre elas o BI Amv, devido à organização, às características e ao preparo, são as mais aptas para a realização de operações aeromóveis, como força de superfície.

8.2.2.2 Força de Helicópteros (F Helcp)

8.2.2.2.1 Elemento de Av Ex, constituído adequadamente em pessoal e material, para a realização de operações aeromóveis.

8.2.2.3 Força-Tarefa Aeromóvel (FT Amv)

8.2.2.3.1 Grupamento temporário de forças, de valor não inferior à SU, integrado por tropas de Inf Amv e de Av Ex, sob comando único, para a realização de operações aeromóveis.

8.2.2.4 Conceitos de Emprego

8.2.2.4.1 As operações aeromóveis são normalmente utilizadas para a conquista de objetivos críticos, em áreas fracamente defendidas, ou não, ocupadas pelo inimigo, a fim de assegurar uma vantagem importante para a manobra (tática ou estratégica operacional), explorar os efeitos de armas de destruição em massa, flanquear posições inimigas, cumprir missões de reconhecimento, vigilância de combate e segurança ou executar incursões.

8.2.2.4.2 As operações aeromóveis são particularmente úteis para ações profundas no campo de batalha, executando o envolvimento vertical das posições inimigas e conquistando e mantendo objetivos em profundidade que contribuam para o isolamento do campo de batalha ou para o cerco do inimigo fixado por ataques terrestres.

8.2.2.4.3 A composição de uma FT Amv é função da missão. A força deve englobar um elemento de combate terrestre e um aéreo; também pode contar

com elementos de apoio ao combate e de apoio logístico, preferivelmente, os orgânicos da Bda Inf Amv e da Av Ex. Em virtude de suas características, o elemento de Inf com melhor aptidão para integrar uma FT Amv é a Inf Amv.

8.2.2.4.4 As operações aeromóveis são sensíveis às condições meteorológicas adversas. O Cmt BI Amv deve conhecer os seus efeitos sobre as operações, que somente deixam de ser desencadeados nas mais severas e impeditivas dessas condições. As condições meteorológicas que afetam as operações aeromóveis incluem altitude, pressão, vento, visibilidade, turbulência e luminosidade.

8.2.2.5 Considerações sobre as Operações Aeromóveis

8.2.2.5.1 Considerações táticas – as operações aeromóveis são operações de caráter eminentemente ofensivo. São normalmente executadas em áreas fracamente defendidas, ou não, ocupadas pelo inimigo, devido à vulnerabilidade dos helicópteros aos fogos terrestres do inimigo. Elas também podem ser conduzidas em áreas ocupadas por forças inimigas organizadas, desde que precedidas por bombardeios aéreos ou por intensos fogos de artilharia. Medidas de GE devem ser empregadas contra os SC² e de defesa aérea e antiaérea inimigos que possam interferir na operação. Essas operações ficam condicionadas à obtenção da superioridade aérea local.

8.2.2.5.2 Características – velocidade, para vencer rapidamente grandes distâncias e ultrapassar obstáculos do terreno; iniciativa; flexibilidade; oportunidade; modularidade; seletividade; sustentabilidade; agressividade; e relativa surpresa.

8.2.2.5.3 Disponibilidade dos meios aéreos – a disponibilidade dos meios aéreos é uma consideração muito importante nas operações aeromóveis. É influenciada diretamente pela adequação e pela eficiência da logística de Av Ex, pelas normas de utilização e programação do material aéreo, bem como pela distância das unidades aéreas às unidades terrestres com as quais irão operar.

8.2.2.5.4 Planejamento – o planejamento de uma operação aeromóvel desenvolve-se de forma integrada, simultânea e coordenada. Os planos básicos são: o plano tático terrestre, o plano de desembarque, o plano de movimento aéreo e o plano de carregamento e embarque. Planos complementares poderão ser elaborados em função das particularidades da missão a ser cumprida.

8.2.2.6 No que diz respeito às Op Amv, serão abordadas, neste manual, as seguintes missões de combate e missões de apoio:
a) assalto aeromóvel;
b) ataque aeromóvel;
c) reconhecimento aeromóvel;
d) segurança aeromóvel;
e) incursão aeromóvel;

f) infiltração aeromóvel;
g) exfiltração aeromóvel;
h) missões de apoio ao combate; e
i) missões de apoio logístico.

8.2.3 ASSALTO AEROMÓVEL

8.2.3.1 Para um batalhão de infantaria, a principal operação aeromóvel é o assalto aeromóvel, que, em vista da sua importância para o batalhão e da sua complexidade e vulto em relação às demais operações aeromóveis, será tratado especificamente mais adiante neste capítulo.

8.2.4 ATAQUE AEROMÓVEL

8.2.4.1 O ataque aeromóvel (Atq Amv) é uma Op Amv na qual uma F Helcp, reforçada ou não por elementos de F Spf, é empregada para neutralizar ou destruir forças ou instalações inimigas, em proveito da operação realizada pelo escalão enquadrante.

8.2.4.2 A principal finalidade do ataque aeromóvel é a destruição ou neutralização do inimigo por meio do fogo aéreo concentrado sobre o objetivo (alvo). Pode ser reforçado pelos fogos das forças de superfície, como, por exemplo, artilharia de campanha, antiaérea, além do apoio de fogo aéreo. Em todas as situações, faz-se necessária a devida coordenação e controle do uso do espaço aéreo.

8.2.4.3 O BI Amv, quando empregado em conjunto com uma F Helcp, constituindo ou não uma FT Amv, pode utilizar-se do ataque aeromóvel durante o cumprimento de sua missão, acionando os meios de reconhecimento e ataque da F Helcp para a realização dessa operação aeromóvel em proveito do batalhão.

8.2.4.4 A seguir, dois exemplos de emprego do ataque aeromóvel em proveito da missão do BI Amv, durante o assalto aeromóvel:
a) na fase de conquista dos objetivos do assalto aeromóvel, para destruir e/ou neutralizar o inimigo que interfere na conquista dos objetivos; e
b) na fase de manutenção da cabeça de ponte aeromóvel, para destruir e/ou neutralizar o inimigo que ameaça o dispositivo do batalhão na cabeça de ponte.

8.2.5 RECONHECIMENTO AEROMÓVEL

8.2.5.1 O reconhecimento aeromóvel é uma operação aeromóvel na qual uma F Helcp, constituindo ou não FT Amv com elementos de F Spf, sob o comando da F Helcp, realiza ações de reconhecimento em benefício do escalão enquadrante.

8.2.5.2 Os fundamentos, os tipos e as características do reconhecimento aeromóvel são semelhantes às demais ações de reconhecimento. O assunto também pode ser consultado no MC *Operações Aeromóveis*.

8.2.5.3 O BI Amv, quando empregado em conjunto com uma F Helcp, constituindo ou não uma FT Amv, pode utilizar-se do reconhecimento aeromóvel durante o cumprimento de sua missão, acionando os meios de reconhecimento e ataque da F Helcp para a realização dessa operação aeromóvel em proveito do batalhão.

8.2.5.4 A seguir, dois exemplos de emprego do reconhecimento aeromóvel em proveito da missão do BI Amv, durante o assalto aeromóvel:
a) a fase de conquista dos objetivos do assalto aeromóvel, para buscar informes sobre o inimigo e o terreno nas áreas de interesse para as ações de conquista dos objetivos; e
b) a fase de manutenção da cabeça de ponte aeromóvel, para buscar dados sobre o inimigo que pode constituir ameaça para o dispositivo do batalhão na cabeça de ponte.

8.2.6 SEGURANÇA AEROMÓVEL

8.2.6.1 Segurança aeromóvel é a operação aeromóvel na qual uma F Helcp, constituindo ou não FT Amv, cujo comando pode ser atribuído tanto à F Helcp quanto à F Spf, participa de ações de cobertura, proteção ou vigilância em benefício do escalão enquadrante.

8.2.6.2 Os fundamentos, os tipos e as características da segurança aeromóvel são semelhantes aos das demais ações de segurança. O assunto também pode ser consultado no MC *Operações Aeromóveis*.

8.2.6.3 Os escalões da Av Ex participam de operações de cobertura e de proteção, reforçando, integrando ou sob controle operacional de uma força de cobertura (F Cob) ou de proteção (F Ptç). Quanto às operações de vigilância, estão particularmente aptos a realizar a missão de vigilância aeromóvel (Vig Amv), em face de suas características de flexibilidade e fluidez.

8.2.6.4 Vigilância Aeromóvel

8.2.6.4.1 A força de vigilância aeromóvel (F Vig Amv) orienta a execução de sua missão em função da força em proveito da qual atua. Assim sendo, realiza uma vigilância fixa ou móvel, conforme a força se mantenha estática ou em movimento.

8.2.6.4.2 A Vig Amv pode ser conduzida por uma força de helicópteros ou realizada em conjunto com uma força de superfície, constituindo ou não uma FT Amv. A missão, o inimigo, o terreno e as condições meteorológicas, os meios

e o tempo disponível determinam a natureza, a composição e o valor da F Vig Amv. O assunto também pode ser consultado no MC *Operações Aeromóveis*.

8.2.6.4.3 O BI Amv, quando empregado em conjunto com uma F Helcp, constituindo ou não uma FT Amv, pode utilizar-se da Vig Amv durante o cumprimento de sua missão, acionando os meios da F Helcp para a realização dessa operação aeromóvel em proveito do batalhão.

8.2.6.4.4 A seguir, dois exemplos de emprego da Vig Amv em proveito da missão do BI Amv, durante o assalto aeromóvel:
a) emprego de uma F Helcp para vigiar um setor da área de interesse, durante a fase de conquista dos objetivos do assalto, a fim de criar condições para o comando da FT Amv, com oportunidade, manobrar seus meios para fazer face a uma ação do inimigo que pretende aproximar-se da região dos objetivos e comprometer o êxito da ação ofensiva da FT; e
b) emprego de uma F Amv, composta por elementos do batalhão (pode ser o Pel Rec) e por uma F Helcp, para realizar uma vigilância afastada da cabeça de ponte aeromóvel, a fim de antecipar o alerta da aproximação do inimigo.

8.2.7 INCURSÃO AEROMÓVEL

8.2.7.1 A incursão aeromóvel é uma operação aeromóvel na qual uma força aeromóvel (F Amv), normalmente de pequeno valor, sob o comando da F Spf, realiza uma rápida penetração em área controlada pelo inimigo, a fim de obter dados, confundi-lo, inquietá-lo, neutralizar ou destruir suas instalações, finalizando com uma exfiltração aeromóvel e/ou terrestre, previamente planejada, após a ação no objetivo.

8.2.7.2 O assunto também pode ser consultado no MC *Operações Aeromóveis*.

8.2.8 INFILTRAÇÃO AEROMÓVEL

8.2.8.1 A infiltração aeromóvel é uma operação aeromóvel na qual uma força de superfície é desdobrada à retaguarda de uma posição inimiga, por meio de um deslocamento dissimulado, realizado em aeronaves da força de helicópteros, com a finalidade de cumprir uma missão que contribua para o sucesso da manobra do escalão que enquadra a força que se infiltra.

8.2.8.2 A infiltração aeromóvel difere do assalto aeromóvel pelos seguintes aspectos, entre outros:
a) é uma operação de menor vulto, normalmente envolvendo efetivos de valor até SU ou, em alguns casos, até o valor unidade;
b) normalmente, não envolve o acionamento das funções de combate na magnitude exigida para o assalto aeromóvel;

c) pode ser realizada sem que seja necessária a constituição de uma FT Amv entre a força de superfície e a força de helicópteros; e
d) a infiltração aeromóvel, normalmente, é planejada e conduzida em função da capacidade orgânica da força de superfície para durar na ação, enquanto, no assalto aeromóvel, o poder de combate da força que assalta é assegurado por meio da manutenção do fluxo de apoio logístico, aumentando a sua capacidade de durar na ação.

8.2.8.3 A profundidade de uma infiltração aeromóvel é função da análise dos fatores da decisão.

8.2.8.4 A infiltração aeromóvel pode ser empregada pelo BI Amv em qualquer tipo de operação ofensiva, normalmente em conjunto com outras formas de manobra ou no curso de outras operações aeromóveis de maior vulto. Devido à sua complexidade, particularmente por envolver a atuação conjunta com uma força de helicópteros, deverá ser exaustivamente treinada pelas frações do batalhão.

8.2.8.5 O assunto também pode ser consultado no MC *Operações Aeromóveis*.

8.2.9 EXFILTRAÇÃO AEROMÓVEL

8.2.9.1 A exfiltração aeromóvel é uma operação aeromóvel na qual uma F Spf é retirada por uma F Helcp, sob o comando da F Spf de área hostil ou controlada por forças inimigas.

8.2.9.2 A exfiltração aeromóvel pode ser realizada após uma incursão ou uma infiltração feita por uma força de superfície. Essa missão poderá ser cumprida, também, quando ocorrer o insucesso na conquista dos objetivos do assalto aeromóvel ou na manutenção da cabeça de ponte aeromóvel.

8.2.9.3 Na exfiltração aeromóvel, são fundamentais o sigilo, a hora mais adequada de romper a posição inimiga, o apoio de fogo e a coordenação do uso do espaço aéreo.

8.2.9.4 A rotina de planejamento é idêntica à rotina das demais Op Amv, sendo confeccionados os mesmos planos com a devida meticulosidade, coordenação e sigilo que a missão requer. É primordial o estabelecimento de locais de exfiltração principais e alternativos, delineando os seus limites e itinerários de progressão.

8.2.9.5 O MC *Operações Aeromóveis* trata do assunto com detalhes.

8.2.10 MISSÕES DE APOIO AO COMBATE

8.2.10.1 As missões de apoio ao combate (Ap Cmb), realizadas pela força de helicópteros em proveito do BI Amv, no curso de uma operação aeromóvel, objetivam aumentar a eficiência do batalhão, por meio de missões aéreas em apoio ao movimento, à coordenação, ao controle e a outras situações da manobra terrestre, refletindo positivamente no fator da decisão “tempo”, em face das características de mobilidade e flexibilidade do vetor aéreo.

8.2.10.2 São as seguintes as missões de apoio ao combate que a força de helicópteros pode cumprir em proveito do BI Amv, particularmente durante a realização de operações aeromóveis:
a) comando e controle – é a missão de apoio ao combate na qual se empregam plataformas aéreas com o propósito de permitir ao comandante do BI Amv o exercício da sua autoridade sobre as forças que lhe são subordinadas e a ligação aos Esc Sp;
b) guerra eletrônica – missão de apoio ao combate na qual se empregam meios aéreos, devidamente configurados como plataformas de GE, em ações de medidas eletrônicas de apoio (MEA) e contramedidas eletrônicas (CME), apoiando os elementos terrestres de GE ou as Op Amv em profundidade;
c) observação aérea – missão de apoio ao combate, realizada em um quadro de operações aeromóveis com a finalidade de obter dados sobre objetivos de interesse militar (inspeção de camuflagem, fotografia aérea, reconhecimento de áreas e instalações, entre outras);
d) observação de tiro – missão de apoio ao combate em que um observador executa, a bordo de aeronave, a ajustagem e a condução de fogos, normalmente, oriundos de armas de tiro curvo, como obuseiros e morteiros; e
e) monitoração química, biológica e nuclear (QBRN) – missão de apoio ao combate em que as aeronaves são equipadas e empregadas para detecção, identificação e delimitação de áreas contaminadas por agentes QBRN.

8.2.10.3 O MC *Operações Aeromóveis* trata do assunto com detalhes.

8.2.11 MISSÕES DE APOIO LOGÍSTICO

8.2.11.1 As missões de apoio logístico, no curso de uma operação aeromóvel, devem ser minuciosamente planejadas, com atenção aos aspectos inerentes ao emprego do meio aéreo que se seguem, sem se descuidar dos fatores tradicionais que envolvem as atividades logísticas:
a) locais de aterragem;
b) autonomia das aeronaves;
c) adestramento da tropa para o tipo de missão a ser realizada;
d) disponibilidade de carga útil das aeronaves;
e) capacidade dos equipamentos da aeronave para transportar cargas; e
f) coordenação e controle do uso do espaço aéreo.

8.2.11.2 As missões de apoio logístico que a força de helicópteros pode cumprir em proveito do BI Amv e/ou da FT Amv, no curso de uma operação aeromóvel, são as seguintes:
a) suprimento aeromóvel – missão de apoio logístico na qual meios aéreos são empregados, preponderantemente, para o suprimento em proveito da própria força de helicópteros ou da força de superfície;
b) transporte aeromóvel – missão de apoio logístico na qual meios aéreos são empregados no transporte de tropa (pessoal e seu material orgânico) em proveito da força de superfície ou de frações da própria força de helicópteros, sem a previsão de emprego imediato, em combate, dos meios transportados;
c) lançamento aéreo – missão de apoio logístico na qual meios aéreos são utilizados como plataforma aérea para o lançamento de material ao solo, em proveito da força de superfície;
d) busca e resgate (SAR) – missão de apoio logístico na qual meios aéreos são empregados para localizar, socorrer e recolher tripulações e passageiros de aeronaves abatidas ou acidentadas, assim como quaisquer outros elementos desaparecidos, seja em terra ou no mar; e
e) evacuação aeromédica – missão de apoio logístico na qual meios aéreos são empregados no movimento de doentes e feridos (baixas), para ou entre instalações de saúde que propiciem recuperação e tratamento adequados.

8.2.11.3 O MC *Operações Aeromóveis* trata do assunto com detalhes.

8.2.12 O ASSALTO AEROMÓVEL – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

8.2.12.1 Assalto aeromóvel é a operação aeromóvel na qual uma FT Amv, sob o comando da força de superfície, realiza um movimento aéreo, em profundidade, para conquistar e manter regiões do terreno e/ou para participar da destruição de forças inimigas.

8.2.12.2 O assalto aeromóvel é uma operação de caráter eminentemente ofensivo. É normalmente executado em áreas fracamente defendidas ou não ocupadas pelo inimigo, de forma a obter uma vantagem decisiva para o êxito da batalha. Pode ser realizado em proveito da manobra tática ou da manobra estratégica operacional.

8.2.12.3 A profundidade do assalto aeromóvel é variável. É desejável que a operação seja realizada dentro do alcance do apoio de fogo de artilharia do escalão enquadrante. Todavia, de acordo com a análise dos fatores da decisão e das vantagens – táticas e/ou estratégicas – que poderão ser obtidas, a profundidade do assalto poderá ser maior, acarretando a necessidade de capacitar a força que assalta para atuar independente e durar na ação. A surpresa, a manutenção do poder de combate da força que assalta e a situação de superioridade aérea são de particular importância para a realização da operação.

8.2.12.4 A Inf Amv é a tropa de Inf mais apta para a realização do assalto aeromóvel, contudo as demais unidades de infantaria devem estar aptas para realizá-lo. A Bda Inf Amv e o BI Amv são os escalões mais adequados para o emprego, em vista da capacidade de C² que possuem para receber, em reforço ou sob controle operacional, elementos das diversos funções de combate, fundamentais para a realização da operação.

8.2.12.5 O assalto aeromóvel é a principal operação que orienta o preparo do BI Amv e que o caracteriza como tropa de emprego peculiar. Ela deverá ser exaustivamente treinada pela unidade, devido à sua importância para o preparo, ao seu vulto e à sua complexidade, particularmente por envolver a atuação conjunta com uma força de helicópteros, constituindo uma FT Amv, bem como pela participação de diversas funções de combate, orgânicos e em reforço ao batalhão, além de ensejar, durante a sua execução, a realização de diversas outras operações – ofensivas, defensivas, complementares e com características especiais.

8.2.13 FORÇA-TAREFA AEROMÓVEL

8.2.13.1 As operações de assalto aeromóvel são executadas por forças-tarefas aeromóveis (FT Amv). A FT Amv é constituída por uma força de superfície e por uma força de helicópteros.

8.2.13.2 A composição da FT Amv deve constar da DIPLAN do escalão enquadrante. Os reforços são dados o mais cedo possível, o que proporciona o máximo de tempo para elaboração dos planos e para os preparativos da FT Amv, inclusive instrução especializada e ensaio das operações planejadas.

8.2.13.3 Relação de Comando

8.2.13.3.1 O comando da FT Amv é exercido pelo Cmt da F Spf, sendo, normalmente, em controle operacional.

8.2.13.3.2 Devido às peculiaridades que envolvem o emprego da Av Ex, as imposições de ordem técnica e operacional da F Helcp devem ser observadas, particularmente, durante o movimento aéreo. Todavia, as decisões que impliquem o cumprimento da missão, mesmo que de caráter técnico, só podem ser tomadas pelo comandante da operação.

8.2.13.3.3 A relação de comando da FT Amv só termina com o rompimento da dependência entre os elementos aéreos e os de superfície envolvidos. Esta relação só deverá ser desfeita após a realização de todas as ações que caracterizam o cumprimento da missão. Este procedimento tem por objetivo garantir a preservação da integridade física da F Spf desdobrada na cabeça de ponte aeromóvel quanto às possíveis respostas do inimigo para se contrapor ao assalto aeromóvel, bem como para dar continuidade ao fluxo do apoio logístico,

durante a manutenção dos objetivos conquistados, e para a realização das ações subsequentes.

8.2.14 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

8.2.14.1 Possibilidades

8.2.14.1.1 O emprego da FT Amv permite:
a) atacar o inimigo numa direção ou área inacessível por outros meios;
b) bloquear uma força inimiga, conquistando e mantendo acidentes capitais que dificultam a sua progressão;
c) destruir forças inimigas de vulto que estejam atuando na A Rtgd de forças amigas;
d) posicionar, rapidamente, forças em pontos decisivos do campo de batalha, atendendo às oportunidades táticas;
e) conquistar e manter acidentes capitais de interesse vital para o sucesso da manobra;
f) obrigar o inimigo a reagir prematuramente ou a revelar suas posições e outras forças de ataque; e
g) manter elevado o ritmo das operações, mediante o combate simultâneo em mais de uma direção ou em mais de uma área de atuação.

8.2.14.2 Limitações

8.2.14.2.1 Em face das características e vulnerabilidades da F Spf e da F Helcp, a FT Amv apresenta as seguintes limitações:
a) dificuldade em manter ligação com o escalão enquadrante, em função da profundidade das ações;
b) influência das condições meteorológicas da A Op;
c) sensibilidade aos diferentes vetores antiaéreos do inimigo;
d) vulnerabilidade ao ataque aéreo e terrestre do inimigo nos momentos do embarque e, particularmente, no do desembarque da F Spf;
e) mobilidade da F Spf, quando desembarcada, é restrita à do homem a pé;
f) sujeição às interferências eletrônicas por parte do inimigo, dificultando o C^2 das ações;
g) capacidade de durar na ação é dependente da manutenção de um fluxo de apoio logístico. Interrompido o fluxo de apoio logístico, a F Spf tem condições orgânicas para durar na ação por 48 (quarenta e oito) horas; e
h) dependência de superioridade aérea.

8.2.15 ESCALONAMENTO

8.2.15.1 No assalto aeromóvel, é desejável que as forças necessárias para a conquista e a manutenção dos objetivos sejam deslocadas para a área deles de uma só vez, em uma única vaga. Obviamente, as limitações da força de helicópteros impedem que, na maioria das vezes, tal situação se concretize.

8.2.15.2 Diante disso, é normal que seja realizado o escalonamento da força de superfície, como forma de permitir o deslocamento oportuno das forças para o cumprimento da missão.

8.2.15.3 Assim, o escalonamento da força de superfície, para o assalto aeromóvel, dá-se pelos seguintes: escalão avançado, escalão de assalto, escalão de acompanhamento e escalão recuado.

8.2.15.4 Escalão Avançado

8.2.15.4.1 As forças empregadas na realização das ações preliminares ao lançamento do escalão de assalto são as que integram o escalão avançado.

8.2.15.4.2 O Pel Rec, acrescido pelos elementos de apoio ao combate e logísticos necessários, conforme os fatores da decisão, é a fração do BI Amv que normalmente integra o escalão avançado.

8.2.15.4.3 A partir do início do desembarque do escalão de assalto, as forças do escalão avançado passam a integrá-lo.

8.2.15.5 Escalão de Assalto

8.2.15.5.1 Integram o escalão de assalto as forças que serão empregadas na conquista dos objetivos do assalto aeromóvel.

8.2.15.5.2 Elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, julgados imprescindíveis para a realização da manobra ofensiva terrestre, deverão integrar este escalão.

8.2.15.5.3 Em princípio, o escalão de assalto deverá deslocar-se para as zonas de desembarque (Z Dbq) em uma única vaga. Esta necessidade deve orientar a organização da F Helcp para a operação, dotando-a de helicópteros de emprego geral para o atendimento de tal demanda.

8.2.15.6 Escalão de Acompanhamento

8.2.15.6.1 Integram o escalão de acompanhamento as forças que, não sendo necessárias para a conquista dos objetivos, são para a manutenção da cabeça de ponte aeromóvel.

8.2.15.6.2 Elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico que não integraram o escalão de assalto, mas que são necessários para a montagem e para a operação do sistema defensivo na cabeça de ponte aeromóvel, devem fazer parte desse escalão.

8.2.15.6.3 O deslocamento do escalão de acompanhamento para a região de operações ocorre, normalmente, a partir do início das ações de consolidação dos objetivos conquistados.

8.2.15.6.4 O início do deslocamento do escalão de acompanhamento é um dos momentos críticos da operação. Uma correta avaliação da situação por parte do comando da FT Amv e o estabelecimento de um sistema de comunicações eficiente e confiável são alguns dos aspectos fundamentais para o início do movimento do escalão para a cabeça de ponte aeromóvel.

8.2.15.7 Escalão Recuado

8.2.15.7.1 Os elementos da F Spf não empregados no interior da cabeça de ponte aeromóvel integram o escalão recuado.

8.2.15.7.2 A missão precípua do escalão recuado é realizar o apoio logístico em proveito das forças empregadas na manutenção da cabeça de ponte aeromóvel, mantendo o seu poder de combate e ampliando a sua capacidade de durar na ação.

8.2.15.7.3 A força de helicópteros participa das ações de todos os escalões da força de superfície, cumprindo missões de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico em proveito dela.

8.2.16 EXAME DE SITUAÇÃO

8.2.16.1 O exame de situação para o assalto aeromóvel é iniciado tão logo sejam recebidas as diretrizes e ordens do Esc Sp. O estudo é continuado e influenciado pelas informações recebidas ao longo da operação.

8.2.16.2 Em face da complexidade e da dinâmica de uma operação de assalto aeromóvel, é necessário que o exame de situação ocorra simultaneamente em todos os escalões. Consequentemente, deve ser dada máxima importância à análise da missão.

8.2.16.3 Com a análise continuada da missão e com as informações recebidas, o Cmt Btl complementa o exame da situação, considerando os seguintes aspectos, entre outros:
a) efetivo, material e suprimentos necessários;
b) localização e características das Z Dbq da unidade;
c) prazos e sequência do embarque de pessoal, material e suprimentos;
d) possibilidades do inimigo na região do objetivo e as características do terreno para a defesa contra ele;
e) estudo das condições meteorológicas e situação de superioridade aérea durante o período previsto para o cumprimento da missão; e

f) acompanhamento da definição das condições de junção com as forças amigas ao final da operação.

8.2.16.4 O Cmt da força de helicópteros, bem como oficiais de ligação da F Ae, de Artilharia, além de representantes de outras funções de combate recebidos para a realização da operação, deverá participar do exame de situação em conjunto com o comando do BI.

8.2.16.5 Sincronização

8.2.16.5.1 A preparação da FT Amv envolve a reunião e a organização de elementos de diversas funções de combate em tempo normalmente exíguo.

8.2.16.5.2 O movimento aéreo até os objetivos do assalto é realizado através da LC e traspassa o dispositivo inimigo, exigindo informações precisas, coordenação e rapidez.

8.2.16.5.3 Durante o assalto propriamente dito, normalmente realizado em área hostil, a concentração de meios e a utilização simultânea do espaço aéreo (aviões, helicópteros, artilharia, morteiros) é levada a efeito em área de reduzidas dimensões.

8.2.16.5.4 Todos os aspectos acima, somados a outros que podem surgir em decorrência da situação e da missão, permitem concluir sobre a relevância que a sincronização das ações representa para o êxito da operação.

8.2.16.5.5 Assim, a sincronização das ações é um dos aspectos preponderantes para o planejamento e para a execução do assalto aeromóvel.

8.2.17 FASES DA OPERAÇÃO AEROMÓVEL

8.2.17.1 A operação de assalto aeromóvel é realizada nas fases a seguir.
a) Aprestamento – tem início na Z Reu ocupada pelos integrantes da FT Amv. Consiste nos preparativos das forças que realizarão a operação.
b) Planejamento – tem início com o recebimento e o estudo da missão pelos escalões considerados, conclusão dos reconhecimentos, reunião das informações e confecção dos planos por todos os Elm envolvidos na Op Amv, indo até a ordem para concentração dos meios.
c) Fase de concentração dos meios – tem início com o deslocamento das forças e apoios envolvidos na missão, desde suas bases iniciais até a ocupação de uma ou mais zonas de reunião, conforme o planejado.
d) Aprestamento – tem início na Z Reu ocupada pelos integrantes da FT Amv. Consiste nos preparativos das forças que realizarão a operação.
e) Carregamento e embarque – ocorre na Z Emb, para as atividades de embarque de pessoal e de carregamento dos materiais, com vistas ao cumprimento da missão. A grande concentração de aeronaves e de tropas pode

constituir um alvo compensador para a F Ae e artilharia do inimigo. O gerenciamento eficiente do embarque dos meios é fator de êxito para a projeção eficaz do poder de combate sobre os objetivos do assalto.
f) Movimento aéreo e desembarque – tem início com o deslocamento aéreo do pessoal e dos materiais necessários à condução da Op Amv em atendimento aos planos de movimento aéreo e de desembarque até o pouso, se for o caso, nas zonas de desembarque (Z Dbq) planejadas. A defesa aérea e as ações de reconhecimento e segurança, normalmente a cargo da força de helicópteros, são preponderantes durante o movimento aéreo. O Dbq é sensível pela hipótese de atuação do inimigo e o comprometimento das ações futuras.
g) Ação no objetivo e ações subsequentes – têm início com o desembarque (Dbq), se for o caso, ou com a ação direta no objetivo, estendendo-se até o cumprimento final da Op Amv, de acordo com o plano tático terrestre. Abrange as ações preliminares de reconhecimento e segurança em proveito do desembarque da tropa, a manobra para a conquista e a manutenção dos objetivos e as ações subsequentes a realizar (junção, substituição, apoio a uma ultrapassagem, retirada para uma nova Z Reu, exfiltração *etc.*).

8.2.17.2 O plano tático terrestre, além de apresentar a concepção da manobra tática terrestre, proporciona a visualização de todas as fases do assalto aeromóvel. Os outros planos básicos servem como detalhamento das demais fases da operação. Os planos devem ser elaborados de forma integrada, tendo como base um exame de situação abrangente, meticuloso e continuado.

8.2.17.3 Além dos planos básicos, planos complementares poderão ser elaborados, em função das particularidades da missão a ser cumprida (planos de reconhecimento, de conquista dos objetivos, de manutenção da cabeça de ponte aeromóvel, de apoio de fogo, de barreiras, de junção, de substituição, de ultrapassagem, de retraimento, de exfiltração, de destruição *etc.*).

8.2.17.4 O planejamento do assalto aeromóvel deve ser conduzido de forma integrada entre todos os elementos da FT Amv. Os planos são elaborados simultaneamente e de forma coordenada, aproveitando-se, racionalmente, o tempo disponível.

8.2.17.5 Além das prescrições contidas neste manual, o MC *Operações Aeromóveis* pode ser consultado sobre a elaboração dos planos básicos.

8.2.18 PLANO TÁTICO TERRESTRE

8.2.18.1 O plano tático terrestre, além de proporcionar a visualização de todas as fases do assalto aeromóvel, especifica as ações para a conquista e a manutenção dos objetivos, bem como as ações preliminares e subsequentes. Ele deve incluir, como anexo, os demais planos básicos (desembarque, movimento aéreo e carregamento e embarque). Em função das particularidades

da missão, outros planos podem ser elaborados e anexados ao plano tático terrestre.

8.2.18.2 O plano tático terrestre é elaborado com base nos princípios das Op Ofs e Def, considerando as características peculiares que exigem atenção quanto à organização para o combate, às medidas de coordenação e controle, ao planejamento dos apoios ao combate e logístico e ao dimensionamento e emprego da reserva. O plano tático terrestre deve incluir, obrigatoriamente, entre outros, os seguintes planos: de assalto, para a conquista do objetivo; de defesa de posição, para a manutenção da C Pnt Amv; de contra-ataque; e de junção ou de substituição ou de exfiltração.

8.2.18.3 O comandante da força de helicópteros, bem como oficiais de ligação da F Ae, de artilharia, além de representantes de outras funções de combate recebidos para a realização da operação, deverá participar da elaboração do plano tático terrestre em conjunto com o comando FT Amv, realizando os planejamentos específicos e assessorando o comandante da FT.

8.2.18.4 Fases da Ação no Objetivo e Ações Subsequentes

8.2.18.4.1 No assalto aeromóvel, a ação no objetivo e ações subsequentes podem ser divididas em fases, de modo a facilitar o planejamento e permitir, em melhores condições, a coordenação, o controle e a sincronização das ações a realizar durante a execução.

8.2.18.4.2 As etapas da ação no objetivo e ações subsequentes são as seguintes:
a) ações preliminares;
b) conquista dos objetivos (fase ofensiva);
c) manutenção da cabeça de ponte aeromóvel (fase defensiva); e
d) ações subsequentes.

8.2.18.5 Ações Preliminares

8.2.18.5.1 A falta de informações precisas sobre o inimigo e o terreno, nas regiões onde ocorrerá o movimento aéreo e desembarque, a ação no objetivo e as ações subsequentes, indicará a necessidade de conduzir ações preliminares para esclarecer a situação, de forma a permitir a ratificação ou a retificação dos planejamentos do assalto aeromóvel.

8.2.18.5.2 As ações preliminares são aquelas realizadas antes do lançamento do grosso da FT Amv para a conquista dos objetivos e a manutenção da cabeça de ponte aeromóvel.

8.2.18.5.3 O reconhecimento das rotas do movimento aéreo, das zonas de desembarque e dos objetivos, a eliminação e/ou neutralização de resistências inimigas encontradas naquelas regiões e as medidas de segurança para o desembarque do escalão de assalto são as ações preliminares normalmente conduzidas pela FT Amv.

8.2.18.5.4 O pré-posicionamento dos meios de apoio de fogo e de apoio logístico, de forma a apoiar a operação a partir do desembarque da(s) primeira(s) vaga(s) de assalto, é uma ação que pode ser considerada na formulação de linhas de ação. Há que se considerar, no entanto, que tal ação poderá tornar a manobra mais complexa, além de aumentar a possibilidade de quebra do sigilo.

8.2.18.5.5 A antecedência requerida para o desencadeamento das ações preliminares é função da análise dos fatores da decisão, em particular, o inimigo, o terreno e o tempo. Para a realização das ações preliminares, a manutenção do sigilo é um fator preponderante, a fim de que seja assegurada a surpresa, um dos princípios fundamentais para a realização do assalto aeromóvel.

8.2.18.5.6 O Pel Rec, em vista da sua organização e do seu preparo, é a fração do BI Amv mais apta para o emprego nas ações preliminares. Guias aeromóveis poderão reforçar o pelotão, particularmente para executar as atividades de preparação e operação das zonas de desembarque para a chegada do escalão de assalto.

8.2.18.5.7 Os caçadores do Btl também poderão reforçar o Pel Rec, pois serão úteis para atuar na eliminação do inimigo porventura existente nas zonas de desembarque e na região dos objetivos do assalto.

8.2.18.5.8 A força de helicópteros participará das ações preliminares mediante o emprego de aeronaves de emprego geral, para infiltrar o Pel Rec e seus reforços, e de aeronaves de reconhecimento e ataque, para realizar o reconhecimento das rotas do movimento aéreo, para prover a segurança da força aeromóvel durante a infiltração, ou para realizar missões de combate em proveito das ações terrestres, após o desembarque do Pel Rec.

8.2.18.5.9 As ações preliminares constituem risco para o sigilo do assalto aeromóvel e para a integridade da força aeromóvel que as realiza. Meios de comunicações adequados, meios adicionais para aumentar a capacidade de sobrevivência da força que infiltra, além de planos alternativos de resgate, são de grande importância para o planejamento e para a execução das ações.

8.2.18.6 Conquista dos Objetivos (Fase Ofensiva)

8.2.18.6.1 Os objetivos a serem conquistados deverão estar, em princípio, livres da presença do inimigo ou fracamente defendidos por ele, tendo em vista, principalmente, as seguintes razões:
a) a vulnerabilidade da FT durante o desembarque e a reorganização, uma vez que, nessas ações, ocorre uma grande concentração de meios e de tropa em área normalmente hostil, sujeita às ações do inimigo, terrestres e/ou aéreas; e
b) a necessidade de preservação do poder de combate da força-tarefa para a sua aplicação na fase da manutenção da cabeça de ponte aeromóvel, que é, por assim dizer, a fase que caracteriza o cumprimento da missão.

8.2.18.6.2 Quando os objetivos estiverem livres da presença do inimigo, o desembarque deverá ser realizado sobre eles ou nas suas vizinhanças imediatas, dependendo do terreno. Nesse caso, a FT Amv não precisará realizar o ataque para conquistar os objetivos, devendo partir, de imediato, para a preparação do dispositivo defensivo, visando à manutenção da cabeça de ponte aeromóvel.

8.2.18.6.3 Quando os objetivos estiverem defendidos pelo inimigo, o desembarque do escalão de assalto deverá ocorrer em zonas de desembarque mais afastadas, a fim de proporcionar segurança ao desembarque e à reorganização da FT. Após o desembarque e a reorganização, um ataque deverá ser realizado para a conquista dos objetivos.

8.2.18.6.4 A realização do ataque deverá obedecer aos princípios e fundamentos das Op Ofs, já abordados no capítulo quatro deste manual.

8.2.18.6.5 A hora do ataque corresponderá à hora em que os primeiros elementos da força de superfície tocarem o solo nas zonas de desembarque.

8.2.18.6.6 O movimento aéreo e o ataque, realizados durante o dia, apresentam menores problemas de coordenação e controle. Realizando-os à noite ou sob condições de visibilidade reduzida, são aumentadas as chances de manutenção do sigilo da operação e a consequente obtenção da surpresa.

8.2.18.6.7 Os elementos empenhados na realização das ações preliminares deverão participar do ataque, cumprindo missões de acordo com as suas possibilidades e aptidões.

8.2.18.6.8 A força de helicópteros poderá participar do ataque, cumprindo missões de combate em proveito da ação terrestre, particularmente pelo emprego das aeronaves de reconhecimento e ataque. Neste caso, avulta de importância a coordenação do uso do espaço aéreo, de forma a prevenir o fratricídio e proporcionar o emprego eficaz das funções de combate envolvidos na operação.

8.2.18.6.9 O emprego de aeronaves com a missão de C², transportando os Cmt da força de superfície e da força de helicópteros, é de grande utilidade, de forma a permitir melhores condições para acompanhar o desenrolar das ações e intervir no combate, se necessário.

8.2.18.7 Manutenção da Cabeça de Ponte Aeromóvel (Fase Defensiva)

8.2.18.7.1 Para a manutenção dos objetivos conquistados, a FT Amv estabelece uma cabeça de ponte aeromóvel (C Pnt Amv). Esta fase é a que, normalmente, emprega a totalidade dos meios da FT Amv na C Pnt Amv e no escalão recuado. Assim, a tropa e os meios devem ser preservados ao máximo para o emprego nessa fase da ação no objetivo e ações subsequentes.

8.2.18.7.2 A C Pnt Amv é estabelecida como uma defesa circular, cujos aspectos doutrinários já foram abordados no capítulo cinco do presente manual.

8.2.18.7.3 A C Pnt Amv deverá possuir uma dimensão tal que permita a disposição das forças da ADA de acordo com os princípios das Op Def. Deve permitir, ainda, a instalação, em seu interior, da reserva e de todos os órgãos de apoio ao combate e de apoio logístico que integram a FT e que necessitam estar lá desdobrados. As particularidades da missão poderão indicar que elementos e/ou instalações da força de helicópteros sejam desdobrados no interior da cabeça de ponte aeromóvel.

8.2.18.7.4 Na montagem do dispositivo defensivo, atenção especial deve ser dada às partes da frente que possuam eixos penetrantes por onde o inimigo possa acessar a C Pnt Amv. Essas partes deverão constituir-se em pontos fortes, se possível com maior profundidade de defesa.

8.2.18.7.5 Quando o apoio mútuo for prejudicado, por opção tática ou pelo terreno, devem ser utilizados, ao máximo, fogos indiretos e obstáculos. Elementos da força de helicópteros poderão ser empregados para vigiar a área de interesse para a operação.

8.2.18.7.6 Na A Seg da C Pnt Amv, em lugar dos postos avançados de combate (PAC), é estabelecida uma linha de reconhecimento e segurança (LRS). A LRS obedece aos mesmos princípios dos PAC, diferindo deste por ter, apenas, a finalidade de proporcionar o alerta oportuno sobre a aproximação do inimigo.

8.2.18.7.7 A LRS poderá ser mobiliada com elementos da reserva, com elementos de primeiro escalão ou com o Pel Rec.

8.2.18.7.8 Mais à frente da C Pnt Amv, o Pel Rec poderá ser empregado em ações de reconhecimento dos eixos que demandam a posição defensiva. A força de helicópteros poderá ser empregada em ações de maior profundidade, cumprindo missões de reconhecimento, segurança e ataque aeromóvel.

8.2.18.7.9 Antes do contato com o inimigo, o posicionamento avançado das armas de apoio, particularmente Artilharia, morteiros e mísseis AC, estenderá o alcance do apoio de fogo e aumentará a segurança do dispositivo defensivo, engajando o inimigo o mais longe possível.

8.2.18.7.10 Na ADA, o emprego de minas, de armadilhas e de obstáculos, particularmente os de arame, deve ser feito para cobrir os intervalos existentes entre os núcleos de defesa e para canalizar o movimento do inimigo. Um eficiente sistema de alarme, diurno e noturno, deve ser organizado à frente das posições. Na preparação da posição defensiva, avultam de importância os trabalhos de engenharia, preservando a mobilidade da FT e atuando na contramobilidade em relação ao inimigo.

8.2.18.7.11 A manutenção da C Pnt Amv, por envolver uma defesa circular em que a maioria dos meios deverá ser empregada na ADA, em um dispositivo linear ou de pouca profundidade, implicará que a reserva seja normalmente constituída por elementos hipotecados às frações subordinadas (reserva hipotecada). Assim, é normal o Btl empregar o Pel Fuz como reserva da unidade nessa fase da ação no objetivo e ações subsequentes.

8.2.18.7.12 A coordenação do uso do espaço aéreo, nessa fase, avulta de importância. São várias funções de combate utilizando o espaço aéreo ao mesmo tempo (F Ae, força de helicópteros, artilharia de campanha, AAAe, morteiros *etc.*). A coordenação do uso do espaço aéreo é fundamental para evitar-se o fratricídio e para otimizar o emprego das funções de combate.

8.2.18.8 Ações Subsequentes

8.2.18.8.1 As ações subsequentes são aquelas realizadas ao final do assalto aeromóvel.

8.2.18.8.2 A junção com forças blindadas e/ou mecanizadas, seguida de uma substituição em posição ou do apoio a uma ultrapassagem, são as ações subsequentes que a FT Amv normalmente irá realizar. Os princípios e os fundamentos dessas operações complementares já foram abordados no capítulo cinco deste manual.

8.2.18.8.3 Realizadas as ações de junção e de substituição/ultrapassagem, a FT Amv deverá receber uma nova missão (permanecer mantendo os objetivos, deslocar-se para uma nova Z Reu, retornar para a Z Reu original *etc.*). Essa nova missão deverá ser previamente planejada e poderá ser elaborado um plano específico para tal, anexo ao plano tático terrestre.

8.2.18.8.4 Além das ações acima citadas, a FT Amv deverá planejar ações alternativas, para serem adotadas em situação de conduta.

8.2.18.8.5 No curso da manutenção da C Pnt Amv, diante da ação ofensiva do inimigo, poderá não ser mais possível manter o dispositivo defensivo até a junção. Neste caso, um retraimento poderá ser executado, com ou sem pressão do inimigo. O capítulo quatro deste manual aborda os princípios e fundamentos para o planejamento e a execução deste tipo de movimento retrógrado.

8.2.18.8.6 No assalto aeromóvel, um plano de retraimento abrange o movimento da FT Amv, de suas posições para as zonas de embarque previamente definidas. Como nas demais operações de retraimento, as forças tornam-se vulneráveis ao ataque inimigo e todas as precauções são tomadas para sua segurança, particularmente durante o embarque. Um plano de fogos e a constituição de forças de segurança deverão ser planejados.

8.2.19 PLANO DE DESEMBARQUE

8.2.19.1 O plano de desembarque é elaborado com base no plano tático terrestre, com o objetivo de definir a sequência, a hora e as zonas de desembarque da força de superfície, em todas as fases da ação no objetivo e ações subsequentes.

8.2.19.2 Não há, em princípio, uma regra fixa para a quantidade necessária de zonas de desembarque (Z Dbq). No entanto, alguns dados médios de planejamento podem ser considerados na formulação de linhas de ação para o desembarque da força de superfície:
a) para a realização das ações preliminares, a Z Dbq do escalão avançado deve estar suficientemente afastada da região dos objetivos, de modo a não comprometer o sigilo da operação. Após o desembarque, essas forças completam o seu deslocamento por meio de uma infiltração terrestre;
b) para o desembarque do escalão de assalto, cada SU deverá desembarcar em uma Z Dbq distinta, de forma a favorecer a dispersão, a reorganização e a realização da manobra ofensiva terrestre;
c) para o desembarque do escalão de acompanhamento, cada fração deverá desembarcar o mais próximo possível do local onde será desdobrada e/ou empregada; e
d) durante a manutenção da cabeça de ponte aeromóvel, cada área de trens de subunidade (ATSU) deve corresponder a uma Z Dbq, de forma a facilitar a realização do apoio logístico. Frações que possuam material e suprimento de peso considerável (artilharia, morteiros, engenharia) poderão ter Z Dbq específicas, localizadas nas proximidades da região de emprego. A disponibilidade de viaturas para o apoio logístico, no interior da C Pnt Amv, pode alterar essas necessidades, favorecendo a realização do apoio, diminuindo o tráfego aéreo no interior do dispositivo defensivo e facilitando a coordenação do uso do espaço aéreo.

8.2.19.3 Em qualquer caso, zonas de desembarque alternativas devem ser selecionadas. Condições meteorológicas adversas, fatores do terreno ou a ação inesperada do inimigo podem indicar o seu uso. Em consequência, o plano de desembarque deve prever a forma de acionamento das Z Dbq alternativas, que deverá ser de amplo conhecimento de todos os níveis de comando no âmbito da FT Amv.

8.2.19.4 O período mais crítico da operação, em relação à vulnerabilidade às ações inimigas, situa-se entre o início do desembarque do escalão de assalto e a hora do ataque ao objetivo. Por isso, a rapidez com que a F Spf desembarca e se reorganiza depende do tipo e da quantidade de aeronaves, da dimensão e da capacidade das Z Dbq, do tempo de voo entre as Z Dbq e das Z Dbq e da quantidade de vagas para o desdobramento da F Spf. A proximidade da Z Dbq em relação a elementos inimigos aumenta a sua vulnerabilidade. Isso implica maior necessidade de apoio de fogo durante o desembarque.

8.2.19.5 As informações constantes do plano de desembarque servem de base para a elaboração do plano de movimento aéreo.

8.2.19.6 É importante o assessoramento do Cmt da F Helcp, particularmente quanto às condições técnicas dos locais a serem escolhidos como Z Dbq.

8.2.20 PLANO DE MOVIMENTO AÉREO

8.2.20.1 O plano de movimento aéreo é elaborado com base nos demais planos básicos. Seu objetivo é fornecer as instruções necessárias ao movimento aéreo de tropas, equipamentos e suprimentos, da zona de embarque até as zonas de desembarque. Nele, são regulados, entre outros, detalhes referentes às rotas aéreas, pontos de controle, velocidade, altitude, formações, procedimentos durante o deslocamento aéreo e resgate de tripulação e material abatidos.

8.2.20.2 O plano de movimento aéreo é elaborado pela F Helcp, em estreita ligação com o comandante da FT Amv. As informações constantes desse plano devem ser do conhecimento de todos os militares da F Spf, principalmente as rotas de voo, os pontos de controle e os procedimentos durante o deslocamento aéreo e em caso de resgate.

8.2.20.3 Os comandantes das frações da F Spf, durante o movimento, deverão acompanhar o percurso em ligação com os pilotos das aeronaves. Deverão ter as rotas do voo e os pontos de controle marcados em suas cartas e conhecer detalhes do plano de movimento aéreo, principalmente para o caso de pane ou aeronave abatida.

8.2.20.4 No planejamento do movimento aéreo, deverão ser previstas zonas de reunião, nas rotas de voo, para reorganização das frações de força de helicópteros, caso haja dispersão durante o percurso.

8.2.21 PLANO DE CARREGAMENTO E EMBARQUE

8.2.21.1 O plano de carregamento e embarque é elaborado com a finalidade de:
a) selecionar a(s) zona(s) de embarque (Z Emb);
b) estabelecer as instruções para organização, controle e operação da(s) Z Emb;
c) regular o deslocamento das tropas, equipamentos e suprimentos para a(s) Z Emb;
d) fixar a prioridade, o horário e a sequência de embarque da tropa e do material; e
e) regular aspectos relativos ao aprestamento da FT Amv, a partir de NGA existentes e em função da missão a cumprir e da organização da FT para a operação.

8.2.21.2 A finalidade da organização e do controle da Z Emb é evitar o congestionamento e a confusão no movimento de tropas, cargas e aeronaves que utilizam a Z Emb, assegurando que os meios sejam rapidamente embarcados na aeronave e na oportunidade previstas.

8.2.21.3 O plano de carregamento e embarque é constituído pelas instruções para organização e controle da Z Emb, pelo quadro de carregamento aéreo, pelo manifesto de embarque e pelas instruções para o aprestamento da FT. Ao prepará-los, deve-se dar atenção fundamental à missão. A integridade tática da F Spf deve ser mantida e os elementos que exercem funções importantes na FT Amv são distribuídos pelas aeronaves da F Helcp.

8.2.21.4 A Z Dbq compreende os locais de aterragem (Loc Ater) das aeronaves, além de instalações destinadas à segurança, à coordenação e ao controle da operação da Z Dbq, à preparação de cargas e reunião do pessoal e ao apoio logístico para a operação das Z Dbq (saúde e manutenção, principalmente). Outras instalações, em função da análise dos fatores da decisão, poderão ser desdobradas na Z Dbq.

8.2.21.5 O quadro de carregamento e o manifesto de embarque devem atender ao plano tático terrestre. Sem prejuízo da manobra, deverá ser observada a correta distribuição de cargas e de espaços nas aeronaves, evitando que a perda de uma aeronave signifique a perda de pessoal e/ou itens críticos para a operação.

8.2.21.6 A elaboração do plano de carregamento e embarque é realizada a partir da observância dos fundamentos a seguir.
a) Sequenciamento – significa embarcar os homens de modo a atender à organização para o combate e à sequência de desembarque desejada para posicionar as forças na ordem e na hora oportuna para a execução da ação no objetivo e ações subsequentes.

b) Integridade tática – significa manter frações e equipes constituídas de modo a que, caso alguma aeronave seja abatida durante o deslocamento, elas não sejam comprometidas e a missão possa ser cumprida.
c) Autossuficiência das vagas – condições meteorológicas, o inimigo, panes em aeronaves e problemas de toda a ordem podem fazer com que ocorra atrasos ou mesmo impeçam a chegada de uma ou mais aeronaves às zonas de desembarque. Autossuficiência é fazer com que cada vaga tenha um mínimo de condições para se sustentar, nas zonas de desembarque, a despeito do atraso ou fracasso de outra vaga.
d) Previsão de panes – significa priorizar o embarque dos meios em caso de pane de aeronaves que poderá ocorrer antes do embarque. Os meios devem ser embarcados na ordem direta de sua importância para a execução da operação tática terrestre.
e) Distribuição de valores – significa evitar o embarque, na mesma aeronave, de elementos que possuam elevada importância para a operação, de modo que, no caso de a aeronave ser abatida ou não completar o deslocamento por motivo de pane, a missão continue com condições de ser cumprida.

8.2.21.7 No planejamento do embarque, o GC é normalmente embarcado como um todo, na mesma aeronave. O pelotão deve ser embarcado em uma mesma vaga. Esses aspectos asseguram a manutenção do poder de combate das frações após o desembarque.

8.2.21.8 Deve ser evitada a concentração de tropa, na Z Emb, por períodos prolongados. Por razões de segurança, são adotadas medidas para proteger o pessoal e o material. Os movimentos de cerrar são realizados, normalmente, à noite ou sob condições de visibilidade reduzida.

8.2.21.9 Em princípio, a Z Emb deve estar situada nas proximidades da Z Reu do Btl. A análise dos fatores da decisão condiciona a definição sobre a localização da Z Dbq.

8.2.21.10 São desejáveis a chegada simultânea de tropas e aeronaves na Z Emb, o rápido carregamento e a decolagem imediata das aeronaves. Entretanto, em função do efetivo e do material da F Spf, além dos tipos e quantidade de aeronaves, é normal a chegada dos elementos da F Spf antes da F Helcp, de modo a permitir o seu aprestamento para o rápido embarque.

8.2.21.11 O gerenciamento eficiente da zona de embarque é fator de êxito para o assalto aeromóvel. Para isso, alguns aspectos devem ser observados:
a) correto dimensionamento da Z Emb, em função da quantidade e do tipo de aeronaves que irão realizar o deslocamento, bem como do tipo de embarque que será realizado – pessoal e/ou carga;
b) itinerários de aproximação para tropas e carga devem estar balizados. Áreas de espera e de preparação das cargas devem ser previstas;

c) atribuição de responsabilidades na realização das diversas atividades da Z Emb (recepção, conferência de manifestos, dispositivo de espera, ligação com as aeronaves, balizamento dos Loc Ater, preparação das cargas, enganchamento, carregamento, ligação com o comando da FT Amv *etc.*);
d) instalação e operação de um sistema de comunicações, proporcionando a ligação entre as instalações da Z Dbq, entre os operadores da Z Dbq e as tripulações das aeronaves e entre a Z Dbq e a Z Reu da FT Amv; e
e) adoção de medidas de coordenação do uso do espaço aéreo.

8.2.21.12 O MC *Operações Aeromóveis* trata do assunto com detalhes.

8.2.21.13 Um modelo de O Op Amv encontra-se no anexo B deste manual.

8.3 OPERAÇÃO AEROTERRESTRE

8.3.1 GENERALIDADES

8.3.1.1 Operação aeroterrestre é uma operação conjunta ou combinada que envolve o movimento aéreo e a introdução numa área de objetivo de forças de combate e dos respectivos apoios.

8.3.1.2 Uma operação aeroterrestre se desenvolve em quatro fases: preparação, movimento aéreo, ações táticas iniciais e ações táticas subsequentes.

8.3.1.3 As FT são fornecidas pelo Exército e os meios aéreos, normalmente, pela F Ae. As FT, especialmente treinadas e equipadas para a execução de uma operação aeroterrestre, atingem a área do objetivo lançadas em paraquedas, aerotransportadas ou de forma mista.

8.3.1.4 O BI Pqdt, orgânico da Bda Inf Pqdt, é especialmente organizado, equipado e adestrado para o assalto aeroterrestre. Normalmente, o Btl opera enquadrado pela Bda. Pode, entretanto, operar isoladamente quando não for necessário o emprego da Bda como um todo e uma F T valor Btl puder cumprir a missão.

8.3.1.5 Para assegurar a unidade de esforços, aumentar a rapidez de entrada em ação e evitar os problemas resultantes da dispersão e da falta de controle na fase inicial da reorganização, o batalhão normalmente é organizado em força-tarefa, mesmo enquadrado pela Bda.

8.3.1.6 A força-tarefa batalhão de infantaria paraquedista (FT BI Pqdt) pode ser integrada por um batalhão de infantaria, uma bateria de artilharia, um pelotão de cavalaria, um pelotão de engenharia, elementos de comunicações e de GE, de manutenção, de saúde e uma equipe precursora. Pode receber, ainda, o apoio de elementos de forças especiais previamente infiltrados na região de

operações, compondo o “comitê de recepção”. De acordo com as necessidades do Esc Sp, esses meios podem reverter ao controle da Bda.

8.3.1.7 As demais considerações sobre as operações aeroterrestres constam dos manuais de campanha Brigadas de Infantaria e Operações Aeroterrestres.

8.3.2 MISSÃO

8.3.2.1 A missão básica do BI Pqdt, lançado de paraquedas ou aerotransportado, é executar o assalto aeroterrestre, conquistar e manter objetivos importantes, visando a barrar os movimentos do inimigo ou facilitar o avanço das forças amigas.

8.3.2.2 Outras missões que podem ser realizadas pelo BI Pqdt, de acordo com as suas possibilidades e limitações são consideradas missões secundárias.

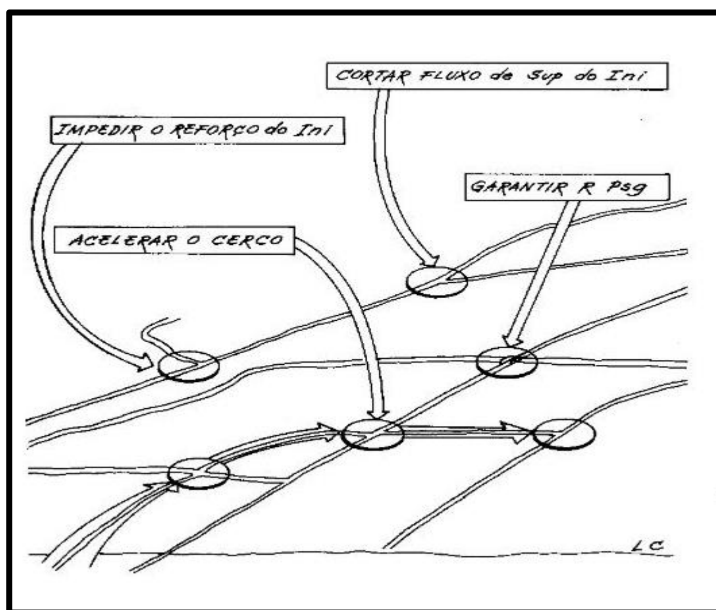


Fig 8-1 – Algumas finalidades do estabelecimento de uma C Pnt Ae

8.3.3 ESCALONAMENTO DAS FORÇAS

8.3.3.1 Escalonamento da força paraquedista – os integrantes da força paraquedista são, normalmente, organizados em quatro escalões.

8.3.3.1.1 Escalão Precursor

a) O escalão precursor é composto, normalmente, de uma ou mais equipes da companhia de precursores paraquedista, reforçadas por elementos de segurança, de saúde e outros elementos julgados necessários.

b) O escalão precursor precede o escalão de assalto, desempenhando as seguintes missões: balizamento e operação das zonas de lançamento (ZL) e zonas de pouso (ZP); orientação e controle do tráfego aéreo na região da C Pnt Ae; cooperação para a reorganização da tropa paraquedista, após a aterragem; fornecimento da segurança inicial das zonas de lançamento e das pistas de pouso para aeronaves, entre outras.

8.3.3.1.2 Escalão de assalto
a) O escalão de assalto é composto por elementos de combate e de apoio ao combate, suficientes para executar as ações táticas iniciais, sob a ótica dos fatores da decisão. Tal escalão tem por missão:

- no Ass Aet – atacar para conquistar os objetivos e estabelecer uma C Pnt Ae inicial que permita o desembarque em segurança das forças subsequentes, preferencialmente por pouso de assalto; e
- na incursão – cumprir a missão imposta, seja ela destruir, neutralizar, resgatar *etc.*

8.3.3.1.3 Escalão de Acompanhamento
a) O escalão de acompanhamento é a parte da força paraquedista não necessária na área do objetivo durante as ações táticas iniciais, mas imprescindível às ações táticas subsequentes.
b) Ele deve ser inserido na área do objetivo o mais cedo possível, por meio de deslocamento aéreo (lançado de paraquedas ou aerotransportado) ou de superfície ou pela combinação de ambos. Dependendo dos meios de transporte utilizados, o escalão de acompanhamento incluirá os veículos e equipamentos adicionais das unidades do escalão de assalto e de unidades adicionais de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico.

8.3.3.1.4 Escalão Recuado
a) O escalão recuado é a parte da força que é deixada na área de partida para desempenhar funções não necessárias na área do objetivo.
b) Se a força paraquedista prossegue no combate terrestre após a junção, ou eventualmente, permanece definitivamente na nova área de emprego ou de estacionamento, o escalão recuado pode ser levado à frente.

8.3.4 PLANEJAMENTO

8.3.4.1 Técnica de Planejamento

8.3.4.1.1 No planejamento das operações, são desenvolvidos quatro planos básicos, considerando-se os fatores da decisão. São eles: plano tático terrestre, plano de desembarque, plano de movimento aéreo e plano de aprestamento. O planejamento desses planos se desenvolve na ordem inversa da execução da Op.

8.3.4.1.2 O planejamento de uma missão aeroterrestre é bastante complexo e deve ser o mais detalhado possível, buscando-se, contudo, a simplicidade em sua execução por parte da tropa.

8.3.4.2 Exame de Situação

8.3.4.2.1 Os planos e as ordens da Bda fornecem ao Cmt Btl diversas informações adicionais peculiares a uma operação aeroterrestre. Além das informações constantes no manual Brigadas de Infantaria, outras poderão constar, tais como: emprego de precursores paraquedista, de forças especiais e necessidades de treinamento e ensaios técnicos.

8.3.4.2.2 Um Btl poderá receber mais de uma missão em uma mesma operação aeroterrestre, no entanto, devem ser claramente definidas as respectivas prioridades de execução.

8.3.4.2.3 Durante o exame de situação, o Cmt Btl e o EM consideram particularmente:
a) estudo do terreno e das condições meteorológicas, durante o período previsto para o cumprimento da missão;
b) possibilidades do inimigo quanto ao emprego de blindados e as características do terreno para defender-se desses blindados;
c) possibilidade do inimigo quanto ao emprego de aeronaves;
d) efetivo, quantidade e tipo de material e suprimentos com que contará naA Op;
e) localização e características das zonas de lançamento (ZL) e/ou zona de aterragem de sua unidade;
f) data/hora, sequência e método da aterragem do pessoal, Mat e Sup; e
g) os meios aéreos disponíveis para o Btl.

8.3.3.2.4 Em face da complexidade da operação, à descentralização das ações e à possibilidade de desembarque em áreas diferentes das planejadas, os Cmt Cia devem ter um perfeito entendimento das intenções dos Cmt Btl e da Bda. Da mesma forma, todo o pessoal deve ser colocado a par dos planos do batalhão, do Esc Sp e vizinhos, assim como dos planos alternativos.

8.3.5 PLANO TÁTICO TERRESTRE

8.3.5.1 Generalidades

8.3.5.1.1 O plano tático terrestre baseia-se nas considerações normais que regem a execução das operações terrestres. Regula as ações de conquista e manutenção da cabeça de ponte aérea, bem como as ações táticas. Neste plano são determinados os efetivos e a composição dos meios necessários à execução das ações terrestres e o desenvolvimento do plano logístico em apoio ao plano tático.

8.3.5.1.2 O BI Pqdt pode receber uma missão de defender um setor de uma C Pnt Ae, ou de defendê-la integralmente em uma operação isolada.

8.3.5.2 Linha de Cabeça de Ponte Aérea

8.3.5.2.1 O planejamento tático terrestre, com base na missão, é iniciado com o planejamento defensivo, caracterizando a área a manter e a linha de cabeça de ponte aérea (LC Pnt Ae).

8.3.5.2.2 A LC Pnt Ae é aproximadamente circular e delimita o terreno a ser defendido. Usando a carta e fotografias aéreas, o EM do Btl seleciona os acidentes capitais de maior valor defensivo que circundam a área a ser defendida.

8.3.5.2.3 Uma C Pnt Ae de uma FT BI Pqdt deve possuir espaço para a dispersão dos meios, para defesa em profundidade, para o apoio mútuo e para a manobra da força encarregada de sua manutenção. Os fatores que permitem determinar a localização, a extensão e a forma de uma C Pnt Ae são:
a) missão – inicial e subsequentes no quadro tático do Esc Sp;
b) inimigo – avulta de importância o estudo do dispositivo, da natureza e dos prováveis eixos de aproximação do inimigo, permitindo dessa forma a concentração de esforços para barrar os eixos mais importantes;
c) terreno – é importante o estudo dos acidentes capitais que garantam o desdobramento do Btl e bloqueiem as VA para o interior da C Pnt Ae, garantindo em última instância, o cumprimento da missão. A máxima utilização de obstáculos naturais deve ser observada;
d) meios disponíveis – em função dos meios disponíveis, a dimensão da C Pnt Ae pode variar para assegurar sua melhor Def e dispersão dos meios no interior da C Pnt Ae;
e) tempo – o tempo necessário para a conquista dos objetivos de assalto e o prazo provável de duração da missão; e
f) considerações civis.

8.3.5.2.4 Ao planejamento defensivo segue-se o planejamento ofensivo.

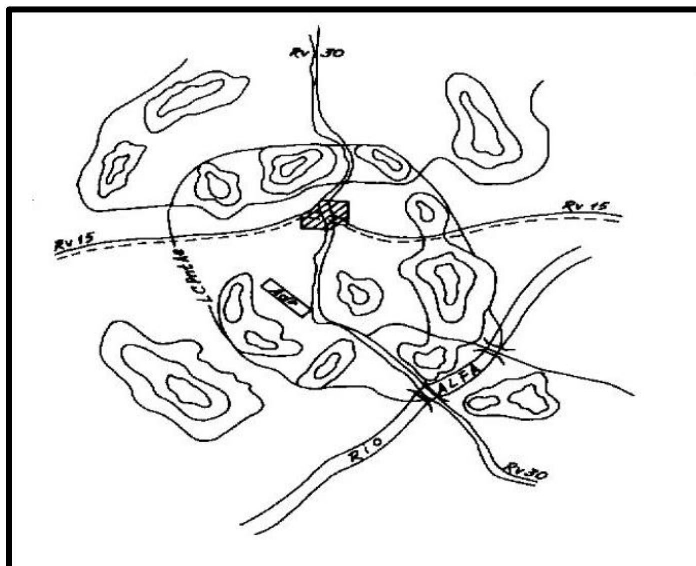


Fig 8-2 – LC Pnt Ae

8.3.5.3 Objetivos de Assalto

8.3.5.3.1 Os objetivos de assalto são os acidentes capitais que devem ser conquistados imediatamente para assegurar o cumprimento da missão e a segurança do Btl. Devem ser selecionados de acordo com os fatores da decisão e de acordo com a seleção da LC Pnt Ae.

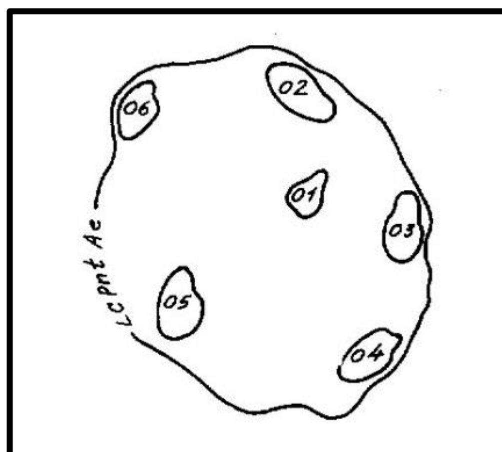


Fig 8-3 – Objetivos de assalto

8.3.5.3.2 Objetivos de assalto distantes das ZL exigem a realização de Op Ofs como M Cmb.

8.3.5.3.3 Caso haja objetivo de assalto inicial, este é normalmente imposto pelo Esc Sp e deve ser conquistado no mais curto prazo possível. Tem por finalidade assegurar as condições necessárias para o prosseguimento do assalto aeroterrestre.

8.3.5.3.4 A seleção dos objetivos de assalto busca assegurar:
a) o bloqueio das principais VA para o interior da C Pnt Ae, junto aos principais eixos de penetração;
b) a eliminação da resistência inimiga no interior da C Pnt Ae;
c) defesa dos acidentes do terreno necessários à junção; e
d) defesa das ZL e zonas de aterragem, se for o caso.

8.3.5.4 Manobra

8.3.5.4.1 Os esquemas de manobra representam a decisão do Cmt para a conquista e para a manutenção da C Pnt Ae, podendo apresentar diferenças entre si no tocante a limites entre as peças de manobra e/ou organização para o combate.

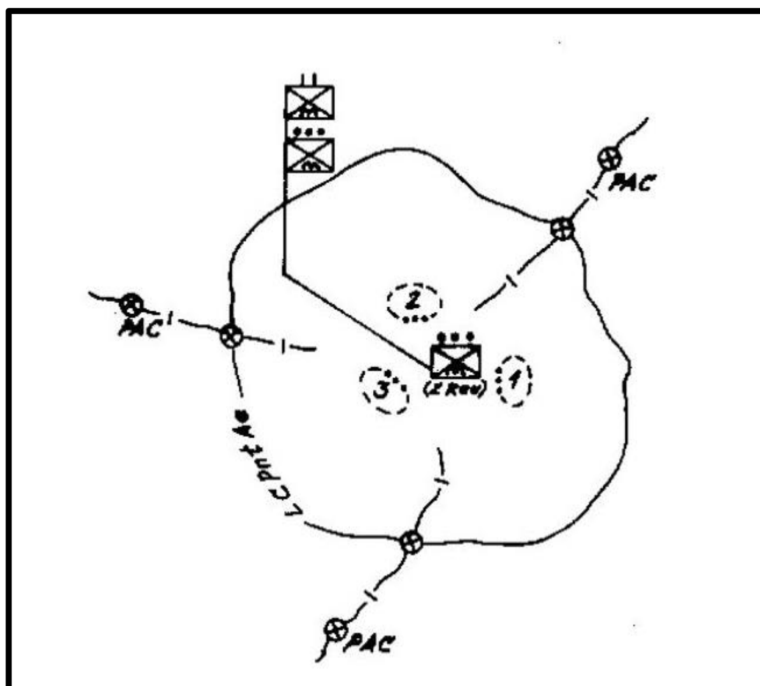


Fig 8-4 – Esquema de manobra para a manutenção da C Pnt Ae

8.3.5.4.2 No esquema de manobra para manutenção da C Pnt Ae, essa é dividida, normalmente, em setores pelas SU, não precisando ser

obrigatoriamente iguais. Na divisão dos setores, o Cmt deve levar em consideração os seguintes aspectos, inerentes à defesa circular:
a) não sobrecarregar uma SU com objetivos de alta prioridade;
b) proporcionar espaço de manobra suficiente para a conquista e a manutenção dos objetivos;
c) não dividir responsabilidade sobre eixos de aproximação, VA ou objetivos, observando a divisão topotática do terreno;
d) evitar que uma SU tenha que combater em duas direções;
e) designar setores com menores frentes às SU responsáveis pelos eixos de aproximação mais importantes do inimigo; e
f) aproveitar os obstáculos naturais para aumentar a frente de uma peça de manobra, em benefício das demais.

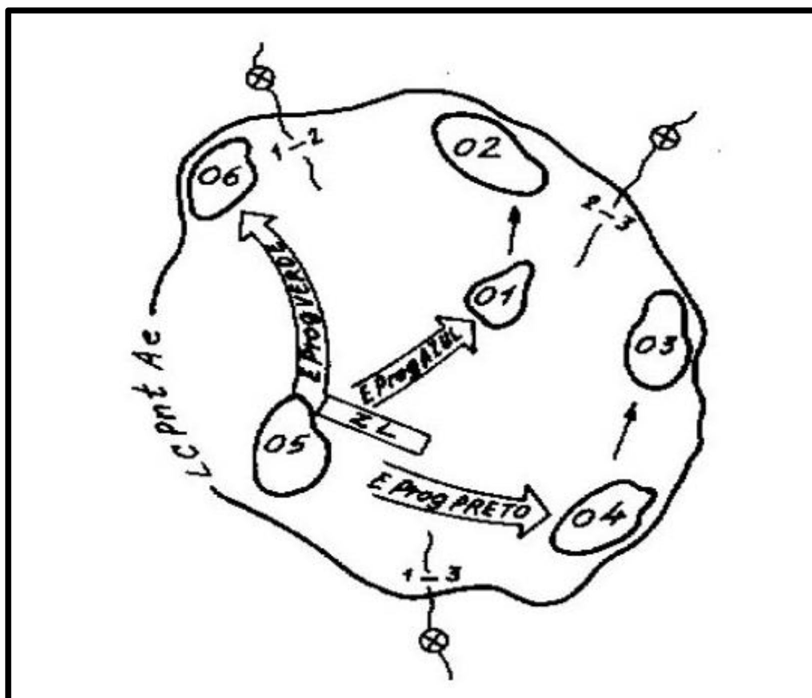


Fig 8-5 – Eqm M para a conquista dos objetivos de assalto com a ZL no interior da LC Pnt Ae

8.3.5.4.3 Frequentemente, as Z Aç designadas pelo Esc Sp e/ou o terreno, dificultam a manutenção do apoio mútuo dentro da C Pnt Ae do Btl. Nesses casos, o Cmt seleciona os principais eixos de aproximação, mobiliando-os com posições de bloqueio valor SU e estabelece outros graus de resistência para as áreas menos importantes, tendo em vista buscar manter sempre o apoio mútuo entre os núcleos dos pelotões.

8.3.5.4.4 As medidas de coordenação e controle, utilizadas no esquema de manobra para a manutenção da C Pnt Ae, são idênticas às do Btl na defesa.

8.3.5.4.5 No esquema de manobra para a conquista da C Pnt Ae, as medidas de coordenação e controle utilizadas são semelhantes às do ataque, podendo constar ainda, entre outras: zona de lançamento, zonas de aterragem, locais de reorganização, E Prog para as SU e LC Pnt Ae.

8.3.5.4.6 Deve-se buscar sempre que a SU empregada na conquista de determinada região seja também empregada na sua manutenção. Porém, de acordo com a situação, os limites entre as peças de manobra podem ser diferentes nas duas fases.

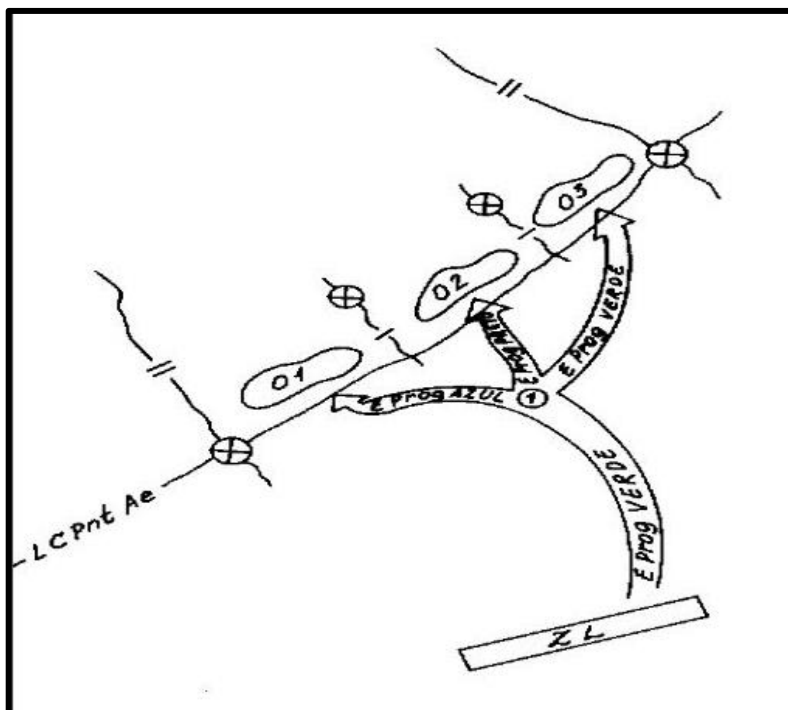


Fig 8-6 – Eqm M para a conquista dos objetivos de assalto com a ZL fora da LC Pnt Ae

8.3.5.5 Organização para o Combate

8.3.5.5.1 Elementos de Primeiro Escalão
a) Cada SU é organizada para cumprir sua missão no quadro da manobra. Em consequência da descentralização, as SU têm suas organizações modificadas para a conquista dos objetivos. As armas AC são, normalmente, atribuídas em reforço às SU. Essa composição pode modificar-se logo que seja restabelecido o controle centralizado.
b) Para a manutenção da C Pnt Ae, a organização para o combate de cada SU está intimamente ligada com a divisão das Z Aç, entre essas SU, de maneira que

cada uma tenha poder de combate suficiente para atender às suas necessidades.

8.3.5.5.2 Elementos da Reserva

a) Para a conquista da C Pnt Ae
   - A reserva inicial é, normalmente, de pequeno valor, a fim de que as forças de assalto possam dispor do máximo poder de combate para o cumprimento de suas missões específicas.
   - O Btl mantém, normalmente, uma reserva valor pelotão, desde que sejam empregadas todas as Cia Fuz em 1º escalão.
   - Poderá, ainda, hipotecar um pelotão de fuzileiros da subunidade encarregada da conquista dos objetivos de menor prioridade.
   - A reserva, prioritariamente, desembarca junto com o escalão de assalto.

b) Para a manutenção da C Pnt Ae
   - A decisão sobre a missão, o valor, a prioridade de emprego, a localização e a situação de comando da reserva é fruto dos fatores da decisão;
   - Frentes extensas podem levar o Cmt Btl a definir o valor da reserva em detrimento do poder de combate das peças de manobra da ADA, auferindo-lhe maior flexibilidade para intervir no combate, haja vista a exiguidade de meios.
   - A princípio, a reserva permanece em Z Reu, podendo ainda, receber missão de proteção de locais críticos interiores (aeródromos, postos de comando *etc.*).

8.3.5.5.3 Elementos de Segurança

a) Postos Avançados de Combate (PAC)
   - A composição, a missão e a execução das operações dos PAC são semelhantes às operações em qualquer forma de manobra defensiva, exceto quanto ao fato de que eles podem ser instalados a uma distância maior da LC Pnt Ae.
   - Devido às grandes frentes e às distâncias sobre as quais as forças dos PAC operam, deve ser dada especial ênfase às comunicações e à segurança. Meios de comunicações e de vigilância, como rádios, radares e meios optrônicos, devem compor as forças dos PAC.

b) Forças de reconhecimento e segurança
   - São forças que desempenham missões de vigilância além dos PAC, com ênfase nos principais eixos de aproximação do inimigo. Essa segurança adicional é fornecida pelos meios do esquadrão de cavalaria paraquedista, atuando sob controle da Bda.
   - Nas missões independentes, o Btl pode receber, em reforço, frações de cavalaria valor Pel. As forças de reconhecimento e de segurança desembarcam junto ao escalão de assalto e, se for o caso, valem-se de ZL ou ZP mais eixada com o cumprimento de suas missões.

8.3.6 PLANO DE DESEMBARQUE

8.3.6.1 Generalidades

8.3.6.1.1 O plano de desembarque inclui a sequência, a hora e o método de desembarque e, ainda, o local de chegada das tropas e do material na área do objetivo para a execução da manobra.

8.3.6.1.2 O plano de desembarque é organizado pela Bda, com a colaboração dos Cmt e EM dos Btl.

8.3.6.1.3 No escalão Btl, o plano de desembarque contém um plano de reorganização, que é preparado, a princípio, pela companhia de precursores paraquedista conforme diretrizes do Cmt Btl e de acordo com a manobra idealizada, sendo difundido em *briefings* com os Cmt táticos e mestres de salto.

8.3.6.2 Zonas de Lançamento e Zonas de Aterragem

8.3.6.2.1 Zona de lançamento (ZL) é a zona especificada sobre a qual tropas aeroterrestres, equipamentos e suprimentos são lançados por paraquedas ou sobre a qual suprimentos podem ser entregues por queda livre.

8.3.6.2.2 Zona de aterragem (Z Ater) ou zona de pouso (ZP), em operações aeroterrestres, é a zona especificada na área do objetivo, em que as aeronaves devem pousar.

a) Simultaneamente com o preparo do plano tático terrestre, são levantadas as ZL e as zonas de aterragem utilizáveis. Esse levantamento, normalmente, é realizado pelo pessoal especializado da F Ae, pelo E-2 da Bda, pelo Of Eng e pela companhia de precursores paraquedista.

b) Realizado esse levantamento, o Cmt Btl, em coordenação com o E-3 da Bda, assessorado por elementos de transporte de tropa e precursores, seleciona a(s) zona(s) de lançamento e/ou de aterragem a serem efetivamente utilizadas.

c) Em seguida, o Cmt Btl propõe a prioridade desejada da chegada de seus elementos nas áreas de desembarque. A Bda estabelece a hora e a ordem de desembarque de cada unidade.

d) A presteza no estabelecimento da conquista da cabeça de ponte aérea é fundamental para o sucesso da operação. Sempre que possível devem ser utilizadas zonas de lançamento ou de pouso próximas ou sobre os objetivos de assalto.

e) Na elaboração do plano de desembarque, deve ser dada prioridade para a escolha da melhor área como Z Ater sobre a ZL.

8.3.6.3 Plano de Reorganização

8.3.6.3.1 Generalidades

a) Por ocasião do Ass Aet, a tropa paraquedista, bem como seu material, ficam dispersos na ZL. É necessário, portanto, certo tempo, que deverá ser o menor possível, para reunir o material e reagrupar-se em unidades táticas, a fim de poder prosseguir no combate. Durante esta fase, denominada reorganização, a tropa é extremamente vulnerável.

b) Todos os esforços devem ser envidados para que a reorganização seja completada sem demora, o que também permitirá aos atacantes valerem-se, inicialmente, dos benefícios da surpresa. As equipes precursoras são utilizadas para auxiliar a reorganização.

c) Antes do Btl concluir a reorganização, a tropa além de tomar as medidas necessárias de segurança, deve providenciar a reunião dos extraviados, cuidar dos acidentados e terminar o recolhimento dos suprimentos.

d) A reorganização do Btl estará concluída quando as SU estiverem reunidas com 80% do seu efetivo e as comunicações estabelecidas. Quando as SU têm missões específicas imediatas, elas prosseguem sem esperar a completa reunião do batalhão.

8.3.6.3.2 Planejamento da Reorganização

a) O planejamento da reorganização será completado, após a elaboração do plano tático terrestre e do plano de desembarque.

b) O planejamento da reorganização compreende:

- definição do processo de reorganização a ser empregado;
- designação dos locais de reorganização das SU;
- utilização dos meios auxiliares para a reorganização, como identificação de pessoal e material com código alfanumérico, utilização de fumígenos, bandeirolas *etc.*
- medidas de segurança;
- estabelecimento das comunicações de C² de tiro;
- reconhecimento;
- recolhimento dos suprimentos de assalto;
- Localização do PS do batalhão e definição dos procedimentos de evacuação;
- hora e condições para as SU se deslocarem para o cumprimento da missão; e
- reunião de extraviados.

8.3.6.3.3 Reorganização Noturna

a) A reorganização durante a noite torna-se mais complexa tendo em vista a falta de visibilidade e, consequentemente, a dificuldade de identificar pontos nítidos da ZL e de reconhecer o pessoal e o material.

b) À noite, aumenta o número de extraviados e a perda de material, exigindo meios auxiliares mais complexos.

c) A principal vantagem da reorganização noturna é tornar a tropa menos vulnerável aos ataques aéreos e terrestres do inimigo, o que permite a reorganização em áreas menores e mais abertas, frequentemente realizadas na própria ZL ou ZP.

8.3.6.3.4 Processos de reorganização – o Btl pode se reorganizar por meio dos processos direto, balizado ou especial.

8.3.6.3.5 Locais de Reorganização (L Reo)
a) Os locais de reorganização são normalmente localizados nos limites da ZL e a sua identificação é feita por acidentes do terreno e por meios auxiliares instalados pela equipe de precursores paraquedistas.
b) Em geral, as primeiras frações paraquedistas a aterrar são encarregadas de conquistar objetivos que propiciem a segurança necessária ao desembarque das unidades paraquedistas que se seguem. As outras frações deslocam-se diretamente para os locais de reorganização, levando consigo o material necessário para o assalto.

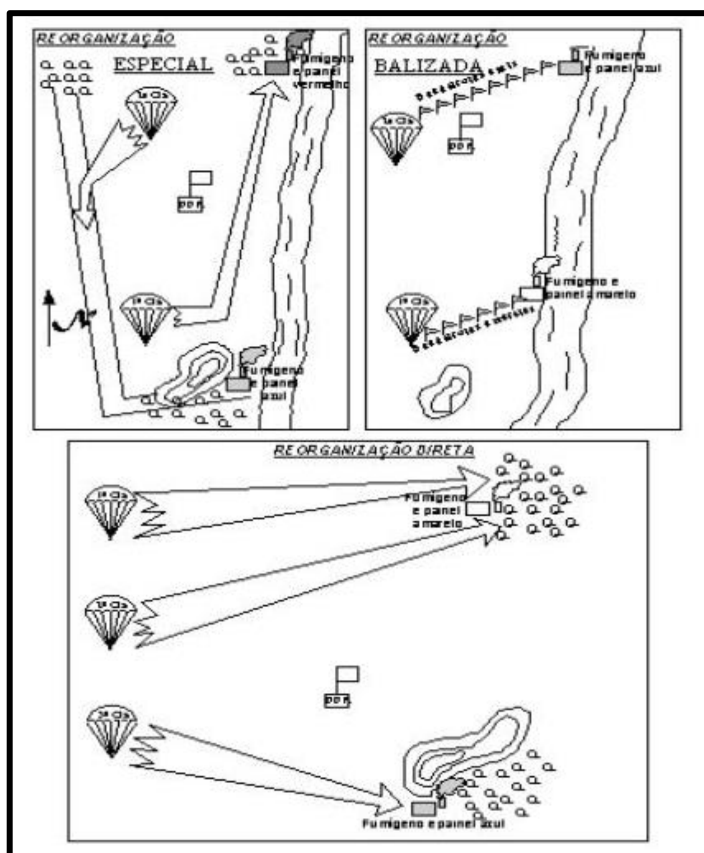


Fig 8-7 – Processos de reorganização

c) Os L Reo são previstos para cada SU ou para todo o Btl, de acordo com o exame de situação.
d) Um L Reo deve satisfazer os seguintes requisitos:
- oferecer boas condições de coberta e abrigo, especialmente para os desembarques diurnos;
- ficar tão perto quanto possível das ZL ou das zonas de aterragem, para apressar a reorganização e facilitar o reconhecimento do terreno. Para a reorganização à noite, os locais de reorganização podem ser na própria ZL;
- permitir às SU do escalão de assalto reunirem-se e favorecer-lhes o início do deslocamento e/ou a tomada do dispositivo para o ataque;
- permitir a reunião inicial das armas de apoio; e
- estar próximo dos itinerários que favoreçam às atividades dos elementos de apoio logístico.

e) Locais de reorganização alternativos deverão ser designados prevendo uma atividade inimiga inesperada, antes ou durante o desembarque.
f) O L Reo não exclui, necessariamente, a ocupação de uma Z Reu, podendo haver uma ou as duas medidas de coordenação e controle, particularmente de acordo com a distância dos objetivos de assalto e o inimigo.

8.3.6.4 Segurança

8.3.6.4.1 Durante a reorganização, a tropa precisa proteger as ZL, zonas de aterragem e L Reo, tomando todas as medidas de segurança, independentemente das providências tomadas pelo Esc Sp.

8.3.6.4.2 Considerando-se o efetivo das forças aeroterrestres, a extensão das ZL e ZP e a situação dessas forças que, nesse período, ficam expostas aos ataques inimigos sem direções. Definidas, as medidas de segurança são de difícil execução.

8.3.6.4.3 As primeiras frações paraquedistas têm, geralmente ao aterrarem, a missão de conquistar acidentes capitais que assegurem a reorganização das tropas e, em alguns casos, o desembarque (lançado de paraquedas ou aerotransportado) de outras tropas e do suprimento imediato.

8.3.6.4.4 O valor da força encarregada da segurança de uma ZL ou ZP deve ser o menor possível e estar em função das possibilidades do inimigo, da duração da missão e do terreno. Geralmente, é organizada uma linha de postos avançados (P Avç), a qual, pela sua localização, deve deixar a ZL/ZP livre dos fogos diretos do inimigo.

8.3.6.4.5 Os Cmt da tropa aeroterrestre tomam medidas de segurança, à proporção que os pelotões e companhias se reorganizam, recuperam o material lançado ou o descarregam das aeronaves. Os homens deslocam-se para os locais de reorganização das companhias em formações que atendam à segurança, à velocidade e à facilidade de comando.

8.3.6.4.6 Um Btl atuando isolado, em princípio, não empregará mais que uma companhia para segurança da ZL/ZP. O plano para segurança da ZL/ZP é preparado minuciosamente, especificando: valor, composição e organização da F Seg, sua localização no terreno e missão de cada elemento. Logo após a reunião dos grupos de combate ou pelotões na ZL/ZP, os elementos de segurança deslocam-se diretamente para cumprir sua missão.

8.3.6.4.7 Quaisquer tropas inimigas, encontradas na ZL ou em suas imediações, são imediatamente atacadas pelo elemento que desembarcar mais próximo delas, a fim de facilitar a reorganização das outras unidades.

8.3.6.4.8 O Cmt Btl coordena as medidas de segurança destinadas a proteger os L Reo das SU. Essa segurança compreende um sistema de PAC cobrindo todo o perímetro. Cada companhia estabelece uma linha de P Avç que consiste numa série de pequenos pontos de vigilância, postos de barreira nas estradas e patrulhas.

8.3.6.4.9 Essas unidades de segurança são de efetivo reduzido, devido ao pouco tempo em que o local de reorganização será ocupado.

8.3.6.4.10 O planejamento é feito nos mínimos detalhes, incluindo missão, valor, composição e organização de cada elemento de segurança, localização dos pontos de vigilância, itinerários das patrulhas, comunicações e fogo de apoio.

8.3.6.5 Reconhecimento

8.3.6.5.1 O planejamento de uma operação aeroterrestre, em geral, é feito utilizando-se cartas, esboços e fotografias aéreas, sendo necessária, tão logo seja possível, a realização de reconhecimentos para ratificar ou retificar a decisão tomada.

8.3.6.5.2 O Cmt Btl inicia o reconhecimento terrestre na fase da reorganização. Enviam-se patrulhas para reconhecer as VA para o objetivo, se possível, o próprio objetivo, e colher dados acerca do inimigo.

8.3.6.5.3 Durante a reorganização, esses Cmt fazem as modificações julgadas necessárias nas missões das SU subordinadas, em face dos resultados do reconhecimento terrestre e da situação do inimigo.

8.3.6.5.4 As patrulhas partem dos locais de reorganização de sua SU ou diretamente da ZL, após a reorganização.

8.3.6.5.5 Se o Btl for reforçado por elementos de cavalaria paraquedista, estes são os mais aptos a realizar reconhecimentos.

8.3.6.5.6 Elementos de FE infiltrados na A Op, compondo um "comitê de recepção", propiciam ao Cmt Btl informações atualizadas sobre o terreno e sobre o inimigo.

8.3.6.5.7 Em face dos dados obtidos através do reconhecimento terrestre e da situação do inimigo, o Cmt poderá fazer as modificações julgadas necessárias nas missões das SU subordinadas.

8.3.7 PLANO DE MOVIMENTO AÉREO

8.3.7.1 Generalidades

8.3.7.1.1 O plano de movimento aéreo é elaborado em comum acordo entre os comandos da F Ae e da FT que executam a operação. Indica as cargas das aeronaves, a designação das aeronaves para os grupamentos de voo e as colunas aéreas, os locais de carregamento e de partida, as rotas de voo e outras medidas para o movimento aéreo desde os aeródromos de partida. Participam ativamente de sua elaboração, os elementos da F Ae e da companhia de precursores paraquedista.

8.3.7.1.2 Constam do plano de movimento aéreo o quadro de repartição dos meios aéreos, o diagrama de rotas, o quadro horário de movimento aéreo e o Q Mov aéreo.

8.3.7.1.3 Avulta de importância, para o planejamento no escalão Btl, o Q Mov aéreo.

8.3.7.1.4 Para confeccionar o plano de movimento aéreo, é necessário conciliar as necessidades táticas da F Ter, da F Ae e as limitações técnicas dos meios de transporte.

8.3.7.2 Quadro de Movimento Aéreo

8.3.7.2.1 O Q Mov aéreo, recebido da Bda ou planejado pelo batalhão, deve conter os seguintes dados:
a) quantidade e tipo de aeronaves;
b) distribuição pelas vagas e séries de aeronaves;
c) aeródromos de partida;
d) zonas de lançamento e de aterragem de destino; e
e) horas de embarque, decolagem e lançamento ou aterragem.

8.3.7.2.2 De posse desses dados, o Cmt indica a prioridade e a sequência do movimento das SU e prepara o quadro de carregamento de sua unidade.

8.3.7.3 Outros

8.3.7.3.1 Quadro de repartição dos meios aéreos – é a consequência do estudo que decorre das imposições do plano de desembarque (necessidades táticas) e das limitações técnicas e táticas dos meios de transporte.

8.3.7.3.2 Diagrama de rotas e quadro de rotas – é a consequência do estudo da aproximação para a área do objetivo e do reagrupamento após o desembarque.

8.3.7.3.3 Quadro horário de movimento aéreo – nesse quadro, figuram todos os elementos que permitam controlar o desenvolvimento do movimento aéreo e melhor fixar os entendimentos para o apoio.

8.3.7.3.4 É desejável que os comandantes de frações tomem conhecimento desses documentos com a finalidade de orientá-las, em uma situação de conduta, caso as aeronaves não atinjam o seu destino.

8.3.8 PLANO DE CONCENTRAÇÃO E APRESTAMENTO

8.3.8.1 A concentração consiste na ação de reunir os meios em determinada região, que ofereça as condições necessárias para o início da operação. Normalmente, é precedida pela execução de um deslocamento estratégico entre a sede das unidades e a(s) região(ões) de concentração.

8.3.8.2 O aprestamento representa a última etapa da fase de montagem de uma Op Aet. Ele tem início com a instalação do(s) local(is) de concentração e termina com o carregamento das aeronaves.

8.3.8.3 Nesse plano, constará a realização de ensaios específicos para cada operação, imediatamente antes de sua execução, exceto se não houver tempo para sua realização. O ensaio deve ser executado com a antecedência mínima para que os ensinamentos sejam incorporados ao plano de operações.

8.3.8.4 Quadro de Carregamento

8.3.8.4.1 O quadro de carregamento estabelece a distribuição do Btl das aeronaves disponíveis. Tem como base o Q Mov aéreo.

8.3.8.4.2 Na distribuição do Btl pelas aeronaves disponíveis, o Cmt observa os seguintes fatores: integridade tática; dissociação dos meios e autossuficiência de cada carga.

8.3.8.4.3 Integridade Tática
a) Deve ser mantida sempre que possível. Isso pode ser normalmente conseguido com as pequenas frações, colocando-se seus integrantes na mesma aeronave.

b) Para frações maiores que pelotão, obtém-se a integridade tática distribuindo-as em um mesmo elemento de aeronaves, o que proporciona rapidez na reorganização.

8.3.8.4.4 Dissociação de meios – a dissociação de meios como armas de apoio e de comunicações, além dos elementos de comando pelas aeronaves de um mesmo elemento de aviões, evita vulnerabilidades no sistema de C² e de apoio de fogo do Btl, se ocorrer a perda de uma aeronave.

8.3.8.4.5 Autossuficiências de cada carga – a autossuficiência de uma carga assegura que os elementos de uma aeronave sejam capazes de operar efetivamente para o cumprimento de suas missões nos casos de erros de ZL ou de aterragem de emergência em locais não previstos. Por exemplo: embarcar o armamento com sua guarnição (Gu) e munição e o comandante com sua fração.

8.3.8.4.6 Cargas Tipo
a) A carga tipo é uma habilidosa composição de carga, pessoal e material nos limites de carga das aeronaves, para o transporte da unidade.
b) A distribuição das frações e SU pelas aeronaves disponíveis são, normalmente, padronizadas nas unidades paraquedistas por meio de cargas-tipo.
c) Para cada missão, o Btl examina suas necessidades e procede às alterações necessárias nas cargas-tipo. A carga tipo é a base para o quadro de carregamento de cada aeronave.
d) O S-3 e o S-4 da unidade preparam o quadro de carregamento. Ao término desse planejamento, os Cmt SU confeccionam o manifesto de voo e lançamento (relação de pessoal e material).

8.3.9 AÇÕES TÁTICAS SUBSEQUENTES

8.3.9.1 Generalidades

8.3.9.1.1 Após o assalto aeroterrestre (conquista e manutenção) podem seguir-se ações defensivas ou ofensivas, tais como: uma defesa continuada da C Pnt Ae, uma junção, uma substituição em posição, um retraimento, uma retirada ou um aumento de forças na área do(s) objetivo(s) para constituição de uma base para futuras operações de combate.

8.3.9.1.2 O retraimento e a retirada devem ser planejados como parte do esquema de manobra ou como resultado da ação do inimigo. Podem ser realizados por via terrestre, aérea ou aquática.

8.3.9.1.3 O Btl e a Bda raramente conduzem uma ação retardadora, devido às deficiências de comunicações, de mobilidade terrestre, de apoio de fogo, de C² e ainda à falta de blindados.

8.3.10 INCURSÕES AEROTERRESTRES

8.3.10.1 Generalidades

8.3.10.1.1 A incursão aeroterrestre (Inc Aet) é o tipo de operação aeroterrestre que compreende um movimento aéreo, normalmente furtivo e empregando salto de paraquedas, em área sob o controle do inimigo. Ela envolve uma ação ofensiva, seguida de um retraimento ou de uma retirada planejada, não havendo intenção de conquista ou de manutenção de terreno.

8.3.10.1.2 Por não ser uma Op Aet compatível com o escalão Bda, a GU Aet pode empregar FT nível Btl ou mesmo lançar mão de SU para a realização de uma Inc Aet. É desejável a formação de FT tendo em vista da necessidade de autossuficiência das tropas que cumprem tal missão.

8.3.10.2 Finalidades
a) Dissimular outras operações.
b) Destruir, capturar ou inquietar forças inimigas.
c) Destruir instalações e/ou material inimigo.
d) Obter informações sobre o inimigo.
e) Capturar e/ou resgatar pessoal.

8.3.10.3 Planejamento

8.3.10.3.1 A força de incursão é organizada em grupamentos ou frações apropriadas para cada tarefa específica. A reserva pode ser mantida fora da área do objetivo para ser transportada por via aérea ou pode não ser constituída.

8.3.10.3.2 O retraimento deve ser cuidadosamente planejado e planos alternativos de retraimento devem ser previstos. Algumas condições favorecem o retraimento terrestre, tais como:
a) a distância das linhas amigas é relativamente curta;
b) cobertas e abrigos favorecem o deslocamento de pequenos grupos;
c) forças inimigas se encontram largamente dispersas;
d) a força de incursão encontra-se levemente equipada; e
e) possibilidade de apoio de guerrilheiros, simpatizantes e/ou elementos de FE.

8.3.11 INTERDIÇÃO DE ÁREA

8.3.11.1 A uma força paraquedista pode ser atribuída a missão de interdição para impedir ou dificultar as operações inimigas em uma determinada área.

8.3.11.2 Esse tipo de operação é adequado quando em combinação com uma ofensiva de vulto realizada por forças amigas.

8.3.11.3 Para o estudo pormenorizado, consultar os MC *Brigada de Infantaria* e *Operações Aeroterrestres*.

8.3.12 APOIO DE FOGO

8.3.12.1 Devido ao seu limitado apoio de fogo orgânico, o Btl recebe um maciço e cerrado apoio de fogo aéreo e/ou naval.

8.3.12.2 No início do assalto, o apoio de fogo deve ser proporcionado pelo fogo aéreo e/ou naval e pelos meios orgânicos da unidade, até que a artilharia de campanha esteja disponível.

8.3.12.3 O planejamento do apoio de fogo é iniciado com o recebimento da diretriz do comandante para a missão e é desenvolvido durante toda a operação. Devem constar nesse planejamento:
a) localização dos alvos, concentrações e barragens de apoio às missões ofensivas e defensivas do plano tático terrestre;
b) seleção das posições iniciais (região de procura de posição – RPP) da bateria de artilharia e do Pel de morteiro, que possibilitem rápida ocupação após o lançamento ou aterragem e facilitem o apoio de fogo contínuo para a conquista dos objetivos de assalto;
c) seleção das posições suplementares (RPP) para proporcionarem apoio aos elementos de segurança, fora da LC Pnt Ae;
d) forma de emprego – quando o Btl for empregado enquadrado na Bda, até o estabelecimento da C Pnt Ae, uma bateria de obuses pode ficar em apoio direto ao batalhão. Se empregado isolado, constituindo FT, essa bateria normalmente a reforça;
e) a linha de coordenação de fogo (LCF) e linha de coordenação de apoio de fogo (LCAF), traçadas sempre que necessárias, para coordenar os fogos das forças empenhadas na operação;
f) as armas de apoio do Btl são distribuídas prioritariamente ao escalão de assalto, para que a unidade disponha do apoio de fogo de suas armas orgânicas no mais curto prazo; e
g) os OA de artilharia e Mrt devem, sempre que possível, integrar o escalão de assalto.

8.3.13 COMUNICAÇÕES

8.3.13.1 Para a conquista e manutenção da C Pnt Ae, seguem-se as mesmas prescrições para o ataque e a defesa.

8.3.13.2 Durante a Reorganização

8.3.13.2.1 Durante a reorganização, os meios visuais, os mensageiros e o rádio são os meios de comunicações mais utilizados. Normalmente, não se estende

fio nessa fase, e as redes-rádio são abertas imediatamente após o desembarque.

8.3.13.2.2 No local de reorganização, sem demora, são instalados os PC, estabelecendo-se, em seguida, as redes-rádio, de operações, do comandante e logística, as quais podem ser empregadas para cooperar na reorganização.

8.3.13.2.3 A reorganização pode ser considerada completa quando, além do efetivo mínimo de 80%, as comunicações tiverem sido estabelecidas.

8.3.14 APOIO LOGÍSTICO

8.3.14.1 O plano de Ap Log é preparado à semelhança dos planos para as operações convencionais. Nas operações aeroterrestres, o plano de apoio logístico inclui, além das atividades normais, as instruções para o aprestamento.

8.3.14.2 O plano deve ser minucioso, requerendo o máximo de atenção, particularmente quanto à coordenação com o Esc Sp e as SU subordinadas. Por exemplo: medidas necessárias para a obtenção de equipamentos de lançamento de material específico, armamento e munição; e suprimentos a serem consumidos na área de aprestamento.

8.3.14.3 Na fase do assalto, a atividade de evacuação fica restrita ao âmbito do Btl, até que os meios da Bda passem a operar.

8.3.14.4 Na atividade de transporte, o plano trata da previsão do transporte do pessoal e dos suprimentos de assalto para a área de aprestamento, dos transportes necessários durante esta fase e, posteriormente, do carregamento do material visando ao assalto aeroterrestre.

8.3.14.5 A Bda poderá reforçar o Btl, sempre que possível, com equipes de manutenção e suprimento, a fim de complementar tais atividades logísticas.

8.3.14.6 Devido às características das operações aeroterrestres, os processos especiais de suprimento são muito utilizados.

8.4 OPERAÇÃO DE SEGURANÇA

8.4.1 Conforme descrito no MC *A Infantaria nas Operações*, as operações de segurança são realizadas, basicamente, por forças de cobertura, de proteção e de vigilância. A Infantaria pode integrar qualquer uma dessas forças, porém é mais apta para operar como força de proteção (vanguarda, flancoguarda e retaguarda).

8.4.2 Quando o Btl atua em proveito da segurança da Bda ou de outro Esc Sp, ele fica enquadrado em uma operação de segurança, cujas ordens são emitidas em planos específicos e a unidade atua como um todo. Nos casos em que o Btl realiza medidas de segurança em seu próprio proveito, essas medidas são consideradas ações comuns e são determinadas na própria ordem de operações da unidade.

8.4.3 A tropa mais apta a realizar operações de segurança é a mecanizada. No manual de campanha Batalhão de Infantaria Mecanizado (experimental), o assunto pode ser aprofundado.

8.5 OPERAÇÕES CONTRA FORÇAS IRREGULARES

8.5.1 As operações contra forças irregulares (F Irreg) compreendem um conjunto abrangente de esforços integrados (civis e militares) desencadeados para derrotar forças irregulares (caracterizadas por organização não institucionalizada), nacionais ou estrangeiras, dentro ou fora do território nacional.

8.5.2 O Btl que participa desse tipo de operação contribui para derrotar ou neutralizar militarmente as F Irreg, permitindo iniciar ou retomar o funcionamento do Estado em áreas outrora contestadas ou controladas por tais forças.

8.5.3 O BI deve estar em condições de realizar as seguintes atividades:
a) operações tipo polícia, realizada com a finalidade de assegurar o controle da população e prover a segurança das tropas, instalações, vias de transporte e núcleos urbanos;
b) operações de combate, com a finalidade de inquietar, destruir ou capturar integrantes da força irregular, contribuindo para que ela não receba qualquer tipo de apoio estrangeiro;
c) atividades de assuntos civis, que contribuem, de forma acentuada, para o êxito das operações contra forças irregulares; e
d) orientar, instruir e auxiliar unidades locais em operações contra forças irregulares.

8.5.4 Devido à execução descentralizada desse tipo de operação, o Btl é, normalmente, reforçado com elementos de combate e de apoio. Os carros de combate, quando em reforço, podem ser empregados como um meio ideal de demonstração de força. As tropas paraquedista e Amv, por suas possibilidades de acesso vertical numa A Op, são particularmente aptas para emprego nas operações contra F Irreg.

8.5.5 Durante o planejamento, o EM deve buscar as seguintes características em suas ações:
a) manutenção da continuidade das ações – exercendo uma pressão contínua sobre as forças irregulares. Sempre que o contato for perdido, todos os esforços devem ser feitos para restabelecê-lo o mais cedo possível. Dessa forma, as forças irregulares são mantidas em constante movimento, contribuindo para romper a sua segurança e organização e afetar o seu moral;
b) busca pela surpresa em todas as ocasiões – pode ser obtida pela contínua variação da maneira de operar e pelo emprego de táticas e técnicas inusitadas;
c) exploração da mobilidade – tendo em vista a obtenção da surpresa e para fazer face à mobilidade das forças inimigas;
d) descentralização das ações – a fim de se contrapor à fluidez das ações da força de guerrilha e aos grandes espaços geográficos através dos quais ela se dissemina;
e) manobrar sempre que possível – para vencer as dificuldades decorrentes da atuação das forças irregulares em amplos espaços geográficos, em terrenos por eles escolhidos e dos quais são profundos conhecedores. A manobra permite que a tropa preserve sua liberdade de ação e reduza suas vulnerabilidades; e
f) observância das medidas de segurança da força – a segurança diminui as perdas, eleva o moral e desencoraja as ações dos irregulares. Pode ser obtida por meio de informações e da contrainformação, da dissimulação, da inquietação do inimigo, dos patrulhamentos, da vigilância e alarme dos destacamentos de segurança, dos reconhecimentos e da variação das técnicas e táticas empregadas.

8.6 OPERAÇÃO DE DISSIMULAÇÃO

8.6.1 GENERALIDADES

8.6.1.1 O escalão responsável por realizar o planejamento de uma operação de dissimulação é DE ou acima. O Btl pode fazer parte do plano de dissimulação com alguma missão específica dentro de sua Z Aç, em prol do Esc Sp.

8.6.2 EXECUÇÃO

8.6.2.1 Ao estabelecer o plano de defesa, o Cmt Btl considera o emprego das medidas de dissimulação que possam levar o atacante a dispersar meios ou orientar mal o seu esforço. As F Seg empregam a dissimulação para fazer com que o inimigo se desdobre prematuramente e retarde a execução de seus planos.

8.6.2.2 Posições, equipamentos e atividades simuladas podem favorecer a economia de forças e obrigar o inimigo a executar uma ação ofensiva desnecessária, tornando seus elementos vulneráveis a uma ação amiga. Os trabalhos de dissimulação devem ficar localizados a uma distância de segurança

de qualquer posição real para que os fogos dirigidos contra eles não atinjam os locais efetivamente ocupados. A GE tem possibilidades de auxiliar na caracterização de uma falsa posição defensiva para o inimigo, por meio da técnica de dissimulação eletrônica.

8.6.2.3 Para mais considerações sobre Operação de Dissimulação, consultar o MC *Operações de Dissimulação*.

8.7 OPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO

8.7.1 O Btl deve estar em condições de participar de uma operação de informação em conjunto com outros vetores, para informar e influenciar grupos e indivíduos, bem como realizar ações de informação, executando os planos de comunicação social, operações psicológicas e demais ações, conforme planejamento de seu Esc Sp.

8.7.2 As tropas de Inf apoiam as operações de informação, realizando determinadas atividades, tais como comunicação social; operações psicológicas; e inteligência. Cabe ressaltar que o Btl sempre atuará enquadrado em um plano de operações de inteligência do Esc Sp e não atuará isoladamente nesse tipo de operação.

8.7.3 O MC *Operações de Informação* discorre sobre os fundamentos, tipos e aplicações desse tipo de operação.

8.8 OPERAÇÕES ESPECIAIS

8.8.1 As operações especiais (Op Esp) são aquelas conduzidas por forças militares especialmente organizadas, treinadas e equipadas, em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis, visando a atingir objetivos militares, políticos, informacionais e/ou econômicos, empregando competências e capacidades específicas, não encontradas nas forças convencionais. Podem ser realizadas de maneira ostensiva, sigilosa ou coberta.

8.8.2 O Btl pode realizar ações em apoio às Op Esp, tais como: apoio ao combate; segurança; assessoramento e integração de atores estatais e não estatais; e evacuação de não combatentes. Para essas situações, sua organização para o combate é variável, dependendo do tipo de operação que será executada em prol das Op Esp.

8.8.3 Para maiores detalhes sobre as operações especiais e as formas de apoio de um Btl, consultar o MC *Operações Especiais*.

8.9 OPERAÇÃO DE BUSCA, COMBATE E SALVAMENTO

8.9.1 A tarefa de busca, combate e salvamento ou combate SAR (CSAR) é realizada em nível comando conjunto, de responsabilidade da força aérea componente (FAC) que pode ser apoiada com meios (pessoal e material) da força terrestre componente (FTC).

8.9.2 Já as de busca e resgate (SAR) podem ser realizados pela F Ter e consistem no emprego de todos os meios disponíveis a fim de localizar, socorrer e recolher tripulações e passageiros de aeronaves abatidas ou acidentadas, assim como quaisquer outros elementos desaparecidos, seja em terra ou no mar.

8.9.3 Quando realizadas em ambientes com características especiais, podem requerer apoio de elementos especializados nesses tipos de ambientes, entre eles: selva, montanha, Pantanal e Caatinga.

8.10 OPERAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES

8.10.1 As tropas de Inf devem estar em condições de executar uma operação de evacuação de não combatentes (Op Ev N Cmb), por meio das seguintes tarefas e ações:
a) operar posto de controle de civis (PCC);
b) prestar o acolhimento inicial e apoio logístico;
c) realizar segurança de deslocamentos;
d) ficar em condições de coordenar meios recebidos para deslocar os refugiados e não combatentes; e
e) estabelecer medidas de coordenação e controle para garantir a segurança de refugiados e não combatentes.

8.10.2 Normalmente, o Btl não realizará Op Ev N Cmb isoladamente. Poderá realizar atividades de Ev N Cmb na sua Z Aç que estiver atuando em uma operação básica, porém enquadrado em uma Op do Esc Sp.

8.10.3 Maiores detalhes sobre a condução desse tipo de operação podem ser aprofundados consultando o MC *Assuntos Civis*.

8.11 OPERAÇÃO DE JUNÇÃO

8.11.1 GENERALIDADES

8.11.1.1 Conceito

8.11.1.1.1 Operação que envolve a ação de duas forças terrestres amigas que buscam o contato físico, podendo ser realizada entre uma força em

deslocamento (força de junção) e outra estacionária ou entre duas forças em movimento convergente.

8.11.1.1.2 A junção ocorre, normalmente, durante a execução das seguintes operações:
a) operações aeroterrestres, aeromóveis e anfíbias;
b) na substituição de uma unidade isolada;
c) em um ataque para juntar-se a forças de infiltração;
d) na ruptura do cerco a uma força;
e) no encontro com forças irregulares amigas;
f) convergência de forças independentes; e
g) no auxílio a uma força dividida.

8.11.1.1.3 As unidades blindadas ou mecanizadas são as mais aptas para constituírem as forças de junção.

8.11.2 PLANEJAMENTO

8.11.2.1 Considerações Iniciais

8.11.2.1.1 É uma operação extremamente dinâmica na sua execução, complexa e que exige grande flexibilidade no planejamento e na realização das missões previstas.

8.11.2.1.2 Requer planejamento detalhado e estreita coordenação entre as forças envolvidas.

8.11.2.1.3 Quando a junção é planejada desde o início das operações, oficiais de ligação poderão ser trocados entre as forças que realizarão a operação e o seu planejamento realizado de forma conjunta.

8.11.2.1.4 As medidas adotadas no planejamento inicial poderão evoluir no decorrer da operação, exigindo um meticuloso exame de situação continuado e permanente coordenação.

8.11.2.2 Peculiaridades dos Fatores da Decisão

8.11.2.2.1 Missão
a) Força de junção – evitar engajamento decisivo antes da chegada à área de objetivos.
b) Força estacionária – manter o terreno que permita a realização da junção.

8.11.2.2.2 Inimigo
a) Força de junção – do estudo das possibilidades do inimigo, devem ser selecionadas faixas do terreno onde houver a menor resistência por parte dele.

b) Força estacionária – manter um fluxo de informações para complementar o exame de situação da força em movimento.

8.11.2.2.3 Terreno
a) Força de junção – selecionar faixas do terreno que permitam realizar o avanço da tropa o mais rápido possível.
b) Força estacionária – selecionar acidentes capitais que tenham comandamento sobre o(s) ponto(s) de junção ou que favoreçam a execução da operação.

8.11.2.2.4 Meios
- Priorizar os equipamentos de comunicações para os elementos de primeiro escalão que executarão a junção, bem como, meios optrônicos, caso a operação seja noturna.

8.11.2.2.5 Tempo
- O tempo constitui fator crítico para o sucesso de uma operação de junção, pois a tropa que constitui a força estacionária, em princípio, tem restrições no que se refere ao seu apoio logístico. A sincronização das ações, com base na velocidade de progressão da força de junção, deve ser observada.

8.11.2.3 Comando e Controle (C^2)

8.11.2.3.1 Ligações e Responsabilidades de Comando
a) O comando enquadrante da manobra geral (Bda, DE ou C Ex) define as relações de comando e as responsabilidades das duas forças antes do início das operações.
b) Após a junção, as forças poderão permanecer sob uma das seguintes situações:
- sob o comando do escalão enquadrante;
- uma unidade sob o controle operacional da outra; e
- combinadas, formando uma força única, sob o controle centralizado de um dos Cmt.

8.11.2.3.2 Coordenação dos Esquemas de Manobra
a) Os esquemas de manobra serão permutados, desde o início da operação, para estabelecer as medidas de controle necessárias.
b) São estabelecidas, entre outras medidas de controle:
- pontos de junção – local onde ocorrerá o contato físico entre as duas forças. Deve ser facilmente identificável no terreno e localizado no cruzamento do E Prog da força de junção com a linha das forças de segurança da Z Aç da força estacionária. Caso as forças de segurança já tiverem retraído, o ponto de junção pode ser estabelecido no próprio LAADA. Deverão ser estabelecidos pontos de junção alternativos;
- linhas de controle – empregadas para facilitar o controle, a localização e a aproximação da força de junção pela força estacionária. Devem ser

estabelecidas a uma distância que permita a abertura das diversas redes-rádio e compatível com os meios de comunicações disponíveis pelas duas forças;
- E Prog – possibilita à força de junção evitar engajamentos decisivos antes dos objetivos finais. Devem ser previstos E Prog alternativos; e
- Z Reu – a força estacionária, por já estar no terreno, prevê e prepara a Z Reu para a reorganização das forças de junção.

8.11.2.3.3 Medidas de Coordenação de Fogos

a) A coordenação de fogos é obtida pela troca de planos de apoio de fogos e pelo emprego de medidas de controle, tais como: linha de segurança de apoio de artilharia (LSAA), linha de coordenação de apoio de fogo (LCAF) e linha de coordenação de fogos (LCF).

b) As medidas de controle são estabelecidas pelo comando responsável pela operação.

c) As LCAF estabelecidas para cada força são independentes nos estágios iniciais. À medida que a distância entre as duas forças vai diminuindo, as linhas vão se aproximando e finalmente existirá uma única LCAF que atenderá a ambas as forças.

d) A LCF é prevista entrar em vigor de acordo com a proximidade das duas forças.

e) Após a junção, a responsabilidade pela coordenação do apoio de fogo, para as forças como um todo, deve ser claramente estabelecida.

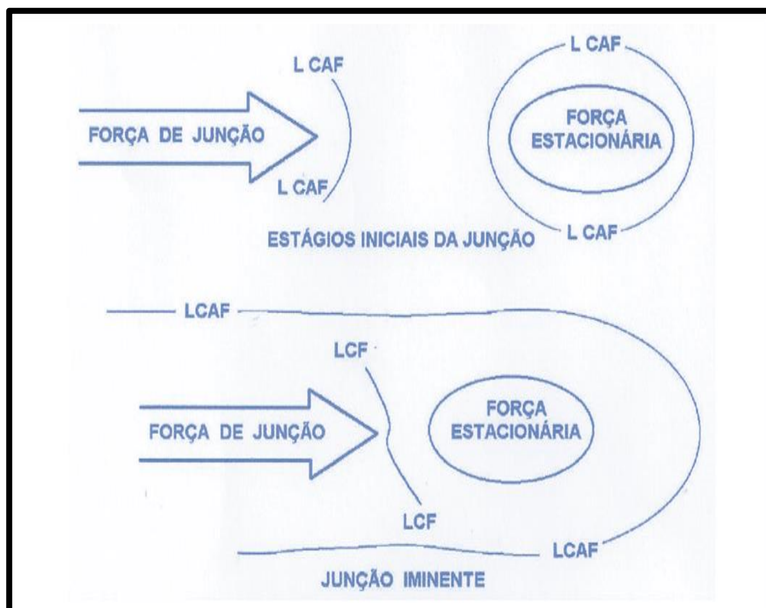


Fig 8-8 – Mdd Coor e controle de fogos nas operações de junção

8.11.2.3.4 Coordenação dos Planos de Comunicações

a) O estabelecimento de um sistema de comunicações para a operação de junção impõe a coordenação feita pelo Esc Sp por meio de uma diretriz e das instruções para a exploração das comunicações.

b) O estabelecimento eficaz e a correta exploração das comunicações são de extrema importância em uma operação de junção, onde aumenta a importância do meio rádio.

c) Sempre que possível, devem ser empregados meios aéreos em apoio às forças, não só para ampliar o alcance das comunicações-rádio como também para lançamento de mensagens, à medida que a junção se aproxima.

d) Durante as operações, são estabelecidas redes rádio de junção para as ligações entre as forças, desde os comandos delas até os pelotões de primeiro escalão diretamente envolvidos. Também deve ser estabelecida uma rede de controle de tiro, para coordenação da realização dos fogos.

8.11.2.3.5 Sistema de Identificação Mútua

a) Por ocasião da troca dos esquemas de manobra e dos planos de comunicações, são estabelecidas medidas de reconhecimento mútuo para todas as forças envolvidas na operação. Tais medidas constam do plano ou ordem de junção, do anexo de comunicações, do calco de operações ou das instruções para a exploração das comunicações do escalão que coordena as operações.

b) São medidas de reconhecimento mútuo:

- senha e contrassenha;
- código de mensagens preestabelecidas;
- autenticação de redes rádio e de mensagem;
- identificação terra-terra de viaturas e de pessoal (diurna e noturna) e ar-terra de viatura(diurno); e
- sinalização dos pontos de junção e dos itinerários que a elas conduzem.

8.11.2.3.6 Ações que se Seguem à Junção

a) As medidas a serem adotadas após a junção dependem do prosseguimento e tipo de operação que se levará a efeito e devem ser estabelecidas com antecedência.

b) Após a junção, a força em deslocamento pode:

- reforçar ou substituir em posição à força estacionária;
- prosseguir no ataque em coordenação com a força; e
- ultrapassar ou desbordar a força estacionária, prosseguindo no ataque para objetivos mais distantes.

c) Os planos alternativos, na hipótese de a força de junção não ter condições de concretizar a junção ou quando só puder fazê-la muito tempo após os prazos determinados, serão preparados, coordenados e ensaiados. Esses planos devem prever as ações a serem realizadas pelas duas forças, assim como o apoio de fogo, o apoio aéreo aproximado e o suprimento à força estacionária.

8.11.3 EXECUÇÃO

8.11.3.1 Generalidades

8.11.3.1.1 A fase inicial de uma operação de junção é executada como uma operação ofensiva normal, começando, normalmente, por um ataque da força de junção, a fim de romper a posição inimiga, para, então, lançar-se em busca do contato com a força isolada.

8.11.3.1.2 Ao se aproximar o momento da junção, a operação assume características peculiares, devendo-se intensificar as medidas de coordenação e controle, por meio de restrições impostas a ambas as forças, a fim de se evitar o combate entre forças amigas.

8.11.3.1.3 Os objetivos e E Prog da força de junção poderão ser modificados para facilitar o contato físico.

8.11.3.1.4 Os elementos subordinados, em especial aqueles de primeiro escalão diretamente envolvidos na junção, devem ser mantidos constantemente informados da evolução da situação.

8.11.3.1.5 Durante a junção, serão previstas medidas que possibilitem reduzir vulnerabilidades aos ataques QBRN e ao emassamento de fogos por parte do inimigo, basicamente, entre as quais, ressaltam-se o não adensamento de tropas e os equipamentos em uma mesma área.

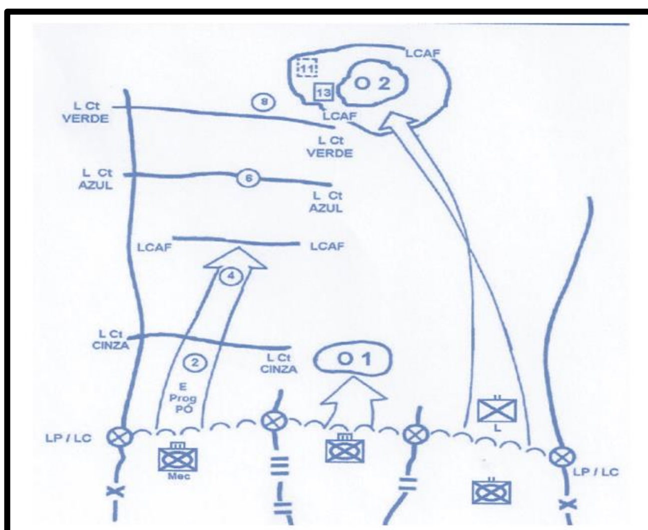


Fig 8-9 – Fase inicial de uma junção

8.11.3.2 Junção de uma Força em Deslocamento com uma Força Estacionária

8.11.3.2.1 À medida que a força de junção se aproxima da força estacionária e atinge as linhas de controle, vão sendo abertas as redes rádio e observados os sistemas de reconhecimento mútuo previamente estabelecidos até que o contato físico seja realizado no ponto de junção.

8.11.3.2.2 A força estacionária fornece guias, que conduzirão a força de junção para as zonas de reunião.

8.11.3.2.3 A força de junção é informada sobre campos de minas e outros obstáculos existentes na Z Aç da força estacionária, devendo ser providenciadas passagens através das barreiras.

8.11.3.2.4 Caso o inimigo estabeleça posições de bloqueio, que venham a dificultar a progressão da força de junção, a força estacionária poderá empreender ações ofensivas em auxílio à força de junção.

8.11.3.2.5 Conforme a ação desejada, é planejada a ultrapassagem ou a substituição. No primeiro caso, a força estacionária apoiará a força de junção. No último, a força de junção procederá à substituição, reajustando o dispositivo, se necessário. Sempre deverá ser previsto o destino da força estacionária.

8.11.3.2.6 No caso de ser prevista uma ultrapassagem, momento na qual a vulnerabilidade aos ataques QBRN aumenta, devem ser selecionados itinerários múltiplos e proporcionada a prioridade adequada aos elementos da força de junção, a fim de acelerar a passagem dessa força.

8.11.3.2.7 Pontos de Junção

a) Para evitar os riscos de um combate entre forças amigas, pontos de junção são selecionados. Neles, o contato físico entre as forças deve ocorrer.

b) Os pontos de junção devem ser facilmente identificáveis por ambas as forças e em número suficiente para atender às possíveis modificações na manobra, localizam-se onde os itinerários de progressão da força de junção interceptam a linha ao longo da qual os elementos de segurança da força estacionária estão localizados.

c) Pontos alternativos devem ser estabelecidos, uma vez que a ação inimiga pode forçar a junção em locais diferentes dos planejados.

d) O número de pontos de junção estabelecidos depende da possibilidade da força estacionária, do número de itinerários utilizados pela força de junção, da natureza do terreno e das ameaças inimigas.

e) As tropas que guarnecem os pontos de junção, bem como os elementos que realizam o contato com elas, devem estar familiarizadas com as normas para identificação mútua e com os planos para a rápida passagem da força em progressão.

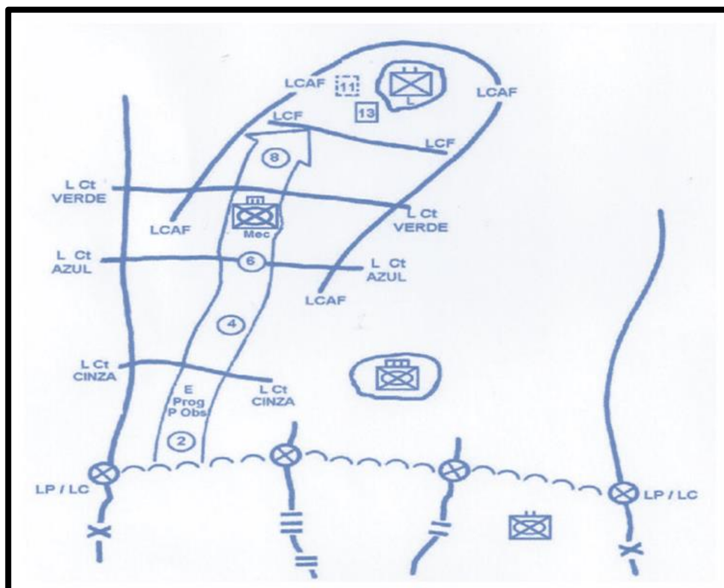


Fig 8-10 – Junção propriamente dita

8.11.3.3 Junção de Duas Forças em Movimento

8.11.3.3.1 A junção entre duas forças em movimento é mais complexa tendo em vista a grande possibilidade de ocorrer um confronto entre ambas.

8.11.3.3.2 É importante o estabelecimento e a manutenção das comunicações para o êxito da operação.

8.11.3.3.3 Algumas medidas de controle são prescritas como: limites, linhas de coordenação de fogos e pontos de ligação – onde a junção deve ser realizada.

8.11.3.3.4 Após a realização da junção entre duas forças em movimento, ambas prosseguem no cumprimento de suas missões.

8.11.3.4 Ordens

8.11.3.4.1 Inicialmente, a ordem de operações de junção constará como plano anexo às ordens iniciais das forças envolvidas.

8.11.3.4.2 Ver exemplo de um plano de junção no anexo B deste manual.

8.11.3.4.3 Outras informações complementares sobre C², apoios, organização e execução da junção são tratados no MC experimental *Batalhão de Infantaria Mecanizado*.

8.12 OPERAÇÃO DE INTERDIÇÃO

8.12.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

8.12.1.1 As operações de interdição são ações executadas para evitar ou impedir que o inimigo se beneficie de determinadas regiões, de pessoal, de instalações ou de materiais.

8.12.1.2 As ações de interdição devem concentrar-se sobre os eixos que incidem sobre a área selecionada, com o objetivo de interditar o movimento das reservas inimigas e prejudicar seus sistemas de logística e de C².

8.12.2 CARACTERÍSTICAS

8.12.2.1 A interdição bem-sucedida restringe o movimento do inimigo e interfere no C² de suas forças. Ela impede ou dificulta o movimento do inimigo para fora ou para dentro da área de interesse do comandante. Contribui para a segurança, evitando mudanças súbitas e desfavoráveis do poder relativo de combate.

8.12.2.2 A tropa mais apta a executar esse tipo de operação são as tropas mecanizadas e blindadas, de preferência como forças-tarefas.

8.12.3 ALVOS DE INTERDIÇÃO

8.12.3.1 Basicamente, os alvos de interdição são estratégicos e visam a impedir a utilização, pelo inimigo, de áreas, instalações e equipamentos. Esses alvos são, entre outros: represas, entroncamentos rodoferroviários, centros industriais, postos de radar, centros de comunicações (C Com), portos, pontes, aeródromos, túneis, canais, instalações de tratamento e distribuição de água e depósitos de suprimentos.

8.12.3.2 O alvo de uma interdição, dependendo de suas características, não necessita ser destruído totalmente. Um componente básico ou um ponto crítico, sendo inutilizado, pode manter todo o alvo inoperante pelo tempo necessário.

8.12.3.3 Os detalhes sobre C², apoios, organização e execução da interdição são tratados no manual de campanha experimental Batalhão de Infantaria Mecanizado.

8.13 OPERAÇÃO DE TRANSPOSIÇÃO DE CURSO DE ÁGUA

8.13.1 GENERALIDADES

8.13.1.1 A transposição de um curso de água obstáculo que não dispõe de passagens utilizáveis e cuja segunda margem encontra-se defendida pelo

inimigo, constitui-se em uma operação especial. Nesse caso, a operação comporta, normalmente, a conquista e a manutenção de uma cabeça de ponte como ação preliminar da ofensiva. As operações de transposição de curso de água são, normalmente, conduzidas no escalão divisão. É normal, também, que o escalão superior apoie a transposição em material de travessia, tropas de engenharia, unidades geradoras de fumaça, PE, aeronaves, artilharia e outros. Um BI, qualquer que seja o tipo de transposição, geralmente atua enquadrado em uma Bda, seja como escalão de ataque, seja como reserva. Isoladamente, o Btl não tem condições, sem Ap Eng, de planejar e executar qualquer tipo de transposição.

8.13.2 CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO

8.13.2.1 A transposição de um curso de água obstáculo que tem a margem oposta defendida pelo inimigo segue os mesmos fundamentos das Op Ofs, embora diferente nos aspectos abaixo relacionados:
a) necessidade de grande quantidade de equipamento especializado e de pessoal instruído;
b) o C^2 das unidades são difíceis em face das restrições de espaço, trânsito e comunicações;
c) o número de L Aç que se oferecem é geralmente bastante limitado;
d) necessidade de obtenção da superioridade aérea; e
e) tipos especiais de informações e reconhecimentos.

8.13.3 TIPOS DE TRANSPOSIÇÃO

8.13.3.1 Transposição preparada – é uma operação de transposição de um curso de água obstáculo, executada com planejamento minucioso e amplos preparativos, visando a concentrar força e meios necessários para desencadear, inicialmente, um ataque na margem oposta.

8.13.3.1.1 Características da transposição preparada:
a) é realizada quando a imediata não for possível ou, uma vez tentada, não tenha tido sucesso;
b) o inimigo na segunda margem é forte;
c) é uma operação mais centralizada, exigindo maior coordenação e controle;
d) são feitos preparativos e planejamentos minuciosos, caracterizando uma perda de impulsão pela parada da operação em curso; e
e) a linha de partida é a margem amiga do curso de água, devendo ser ultrapassada em uma hora "H" determinada, pelas unidades envolvidas.

8.13.3.2 Transposição imediata – é uma operação de transposição de um curso de água obstáculo, executada com meios já disponíveis ou que possam ser obtidos em curto prazo, sem interrupções das operações em curso para preparativos de vulto.

8.13.3.2.1 Características da transposição imediata:
a) é realizada, normalmente, em continuação a uma ação que já vem sendo executada, como, por exemplo, um Apvt Exi, uma M Cmb, uma perseguição ou um ataque a posições inimigas antes da primeira margem;
b) o inimigo na segunda margem é fraco e sua posição não está bem preparada;
c) a surpresa, rapidez e audácia que caracterizam essa operação tornam as unidades blindadas as mais aptas a participarem desse tipo de transposição;
d) a LP situa-se bem antes da margem do rio, e as unidades a transpõem à medida que a atingem, sem que seja fixada uma hora "H". Para tanto, já devem estar de posse dos meios de transposição de assalto necessários; e
e) deve ser tentada, sempre que possível, pois evita a perda da impulsão na ação ofensiva em curso.

8.13.4 CLASSIFICAÇÃO DOS CURSOS DE ÁGUA

8.13.4.1 Para fins de planejamento de uma operação de transposição, os cursos de água são classificados em:
a) curso de água obstáculo – são todos os cursos de água não vadeáveis;
b) curso de água obstáculo de vulto – são todos os cursos de água com largura entre cem e trezentos metros; e
c) curso de água obstáculo de grande vulto – são todos os cursos de água com largura superior a trezentos metros.

8.13.5 CONCEITOS BÁSICOS

8.13.5.1 Cabeça de ponte (C Pnt) – é uma área ou posição, na margem oposta de um curso de água, que uma força conquista e mantém numa ofensiva, ou mantém na defensiva, a fim de assegurar as melhores condições para o prosseguimento das operações.

8.13.5.2 Linha de cabeça de ponte (LC Pnt) – é uma linha, balizada por acidentes no terreno, utilizada para delimitar uma C Pnt.

8.13.5.3 Frente de travessia (Fr Tva) – é a extensão da linha do curso de água, selecionada na Z Aç de uma força que realiza a transposição. Para o batalhão, a frente de travessia coincide com a sua própria Z Aç.

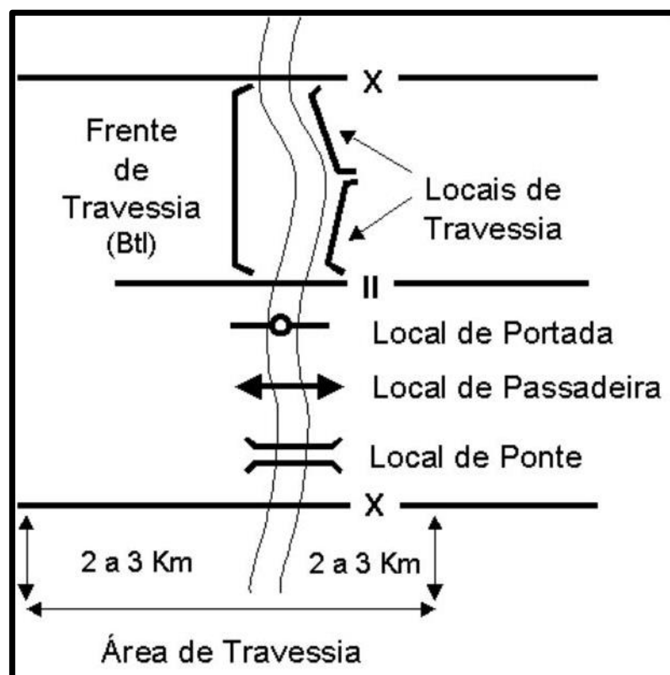


Fig 8-11 – Frente e locais de travessia

8.13.5.4 Travessia de oportunidade – é caracterizada pela ausência do inimigo no curso de água obstáculo e se resume aos problemas técnicos de construção e utilização dos meios de travessia.

8.13.5.5 Local de travessia (Loc Tva) – local favorável à travessia à vau e à utilização dos meios de transposição (meios de assalto, passadeiras, portadas, pontes e viaturas anfíbias), sujeito aos fogos inimigos.

8.13.5.6 Local de travessia de assalto (Loc Tva Ass) – local favorável à travessia de um batalhão de infantaria em botes de assalto ou viaturas anfíbias.

8.13.5.7 Zona de reunião inicial de material de engenharia (ZRIME) **–** região onde a engenharia reúne seu material de transposição e seu equipamento para posterior utilização na operação.

8.13.5.8 Zona de reunião final de material de engenharia (ZRFME) **–** região na qual o material de engenharia (botes e passadeiras), destinado à transposição dos elementos de assalto, é reunido e arrumado para uso imediato.

8.13.6 ORDEM DE ATAQUE

8.13.6.1 A ordem de operações do batalhão contém informações e instruções, de particular importância na transposição de um curso de água, além das normais à de um ataque coordenado. Normalmente, essas informações são extraídas da ordem de operações da Bda, conforme o que se segue:
a) informação sobre o terreno da frente de travessia;
b) missão, hora de transposição, Z Aç e objetivos do Btl;
c) informações sobre a missão das outras unidades, inclusive as demonstrações ou fintas.
d) plano de apoio de fogos do Esc Sp;
e) informações sobre o emprego de fumaça para cobrir a operação;
f) plano de apoio da engenharia para a operação; e
g) plano pormenorizado de controle de trânsito, de suprimentos e de comunicações e eletrônica.

8.13.7 RECONHECIMENTO

8.13.7.1 Os preparativos para a transposição compreendem a busca de dados sobre o inimigo e o terreno da Z Aç em que o Btl vai atuar. Sempre que possível, deve ser dado tempo suficiente para os reconhecimentos diurnos a todos os Cmt, inclusive aos dos elementos de engenharia, com cujo equipamento, a transposição vai ser executada. Pequenas patrulhas fluviais de reconhecimento podem ser enviadas sob a proteção da escuridão.

8.13.7.2 O reconhecimento pessoal do Cmt Btl, complementado pelo esforço de busca e por outras fontes de dados, deverá considerar os seguintes pontos:
a) a composição e o dispositivo das forças inimigas, inclusive a localização das armas, dos campos de minas e de outros trabalhos defensivos, bem como a existência dos locais de transposição, que não estejam defendidos ou que estejam fracamente defendidos;
b) os locais para as reservas e outras frações que cheguem à margem oposta;
c) os acidentes do terreno bem definidos e apropriados para objetivos de companhia;
d) a rede de estradas no lado inimigo;
e) as VA através da posição inimiga;
f) os acidentes do terreno na margem anterior do rio, para instalação de postos de observação e zonas de posições para as armas de apoio; e
g) a identificação dos objetivos e outras medidas de coordenação e controle impostos pela Bda.

8.13.7.3 O Cmt Btl estuda os seguintes pontos complementares, de preferência com o oficial de engenharia cuja unidade está apoiando o ataque:
a) locais de travessia de assalto, na Z Aç do Btl, determinados pela largura, profundidade e correnteza do rio, a existência de bancos de areia, recifes, ilhas,

pedras, diques e outras construções, a inclinação e a altura de ambas as margens e as VA a estas;
b) a existência de passagens a vau, portadas, pontes e locais de antigas pontes;
c) a localização exata da posição de ataque coberta, junto da margem amiga do rio. Essas localizações devem ser facilmente acessíveis às viaturas e identificáveis à noite;
d) os itinerários cobertos que conduzem diretamente da posição de ataque aos locais de transposição na margem amiga;
e) as Z Reu prescritas pela Bda; e
f) os itinerários da Z Reu até a posição de ataque. Para os deslocamentos diurnos devem ser escolhidos itinerários bem definidos e que possam ser percorridos com facilidade.

8.13.8 PLANEJAMENTO

8.13.8.1 Sequência – o planejamento de uma operação de transposição de curso de água caracteriza-se por desenvolver-se da frente para a retaguarda, ou seja, da conquista dos objetivos dentro da C Pnt na segunda margem para a primeira margem. Normalmente, a sequência recomendável para o planejamento é a que se segue:
a) seleção da C Pnt desejável – selecionar uma linha de acidentes capitais na segunda margem cuja conquista proporcione as melhores condições para o prosseguimento, se for o caso, e para a manutenção;
b) determinação do dispositivo para a manutenção da C Pnt – este planejamento tem como base, principalmente, o estudo das VA do inimigo para o interior da C Pnt, o contato e a profundidade;
c) determinação do grau de controle desejável – esta fase caracteriza-se pelo estabelecimento de medidas de coordenação e controle para a ação dos elementos subordinados na execução da operação. Para um estudo mais aprofundado sobre esta fase, consultar manual *Operações de Transposição de Cursos de Água*;
d) estimativa do tempo necessário para a conquista da C Pnt – levar em consideração os seguintes fatores:
- as condições meteorológicas e do terreno;
- os prazos para deslocamentos até o curso de água;
- itinerários utilizados para o deslocamento (cobertas, abrigos, campo, estradas *etc.*);
- tipo de material utilizado no assalto e na travessia;
- distância da segunda margem até os objetivos finais dentro da C Pnt;
- velocidade de progressão da força;
- disponibilidade de meios optrônicos ou de iluminação;
- rede de estradas na área de travessia e as características do curso de água; e
- número de objetivos marcados;

e) estabelecimento de medidas de coordenação e controle – numa operação de transposição, estas medidas são mais restritivas e numerosas;

f) determinação do dispositivo para a conquista da C Pnt – é planejado e decidido após a análise dos fatores da decisão;
g) estabelecimento de medidas de dissimulação tática – é desejável que durante uma operação de transposição sejam executadas medidas de dissimulação tática, principalmente na transposição preparada, a fim de iludir o inimigo quanto aos verdadeiros locais ou frentes de travessia a serem utilizados. O batalhão enquadrado numa Bda poderá, eventualmente, receber esse tipo de missão. As principais medidas de dissimulação tática são: as fintas, as demonstrações ou a combinação dessas; e
h) confecção de planos e ordens – normalmente, são confeccionados os seguintes planos como anexos ou apêndices a um plano de transposição:
- plano de inteligência;
- plano de apoio de fogo;
- plano de travessia;
- plano de comunicações;
- plano de guerra eletrônica;
- plano de dissimulação tática;
- plano de movimento;
- plano de apoio logístico; e
- plano de circulação e controle de trânsito.

8.13.8.2 Peculiaridades

8.13.8.2.1 Coordenação com as unidades vizinhas – deve-se buscar uma coordenação detalhada e minuciosa da manobra, dos fogos e da progressão dos elementos de combate e apoio ao combate.

8.13.8.2.2 Determinação da largura da frente de travessia – a frente de travessia do Btl é determinada pelo Cmt Bda que fixa seus limites, determinando a largura da frente ou designando pontos que a definam. A frente sobre a margem inimiga, dada às SU do Btl, tem, aproximadamente, as mesmas dimensões das que são designadas em terreno normal. Além de os fatores que influem na determinação das Z Aç, em terreno normal, devem ser mais considerados os seguintes: a natureza de ambas as margens do curso de água, a largura e a profundidade do rio, a velocidade e a direção da correnteza, bem como a quantidade e o tipo dos meios de transposição disponíveis. Esses fatores podem exigir intervalos entre as SU e frações durante a transposição propriamente dita; neste caso, deve ser preservada a unidade tática dos elementos participantes. Para a dispersão, durante a transposição, e a facilidade de desenvolvimento após o desembarque, os intervalos entre as embarcações aproximam-se dos intervalos entre as frações correspondentes em terra.

8.13.8.2.3 O dispositivo para a transposição – a dosagem do efetivo em fuzileiros que participará do escalão de ataque, na transposição, depende dos fatores acima citados e da largura da Z Aç. O Cmt Btl, em princípio, mantém, no mínimo, uma reserva de valor SU. O escalão de ataque do Btl deve ter um poder de

combate que permita manter a impulsão ou o terreno conquistado, em face de contra-ataques inimigos, até que o Btl ou a Bda possam transpor meios suficientes para o prosseguimento. As Cia Fuz do escalão de ataque, normalmente, transpõem o curso de água com os três pelotões de fuzileiros justapostos.

8.13.8.2.4 Dispositivo para o deslocamento até o objetivo inicial – após uma rápida reorganização na margem inimiga, procede-se com um ataque normal.

8.13.8.2.5 Objetivos intermediários para as companhias de primeiro escalão – a marcação ou não de objetivos intermediários segue os mesmos conceitos observados no capítulo quatro deste manual.

8.13.8.2.6 Estabelecimento da segurança aproximada na margem oposta – após a transposição, os elementos do Btl imediatamente estabelecem a segurança para proteger a execução dos trabalhos de engenharia.

8.13.8.2.7 Distribuição das embarcações para as SU e a designação de outros meios de transposição, de acordo com o quadro de articulação (ver anexo D) – um número suficiente de botes de assalto deve ser providenciado para transportar as primeiras vagas do Btl. Esses botes são vantajosos nas ações continuadas, no curso da transposição, para transporte de pessoal ou de suprimentos. Outros tipos de embarcações podem ser utilizados. A unidade tática deve ser mantida, tanto quanto possível, por ocasião da distribuição dos homens pelos botes, portadas e outros meios de transposição.

8.13.8.2.8 Distribuição – um processo satisfatório de distribuição dos elementos de um Btl no ataque é o seguinte:

a) em botes de assalto:

- primeira vaga – os Cmt Cia Fuz do escalão de ataque, os pelotões de fuzileiros do escalão de ataque do batalhão, os observadores avançados, os elementos do pelotão de saúde (Pel S) e os elementos de apoio de fogo em reforço aos pelotões de fuzileiros (normalmente mísseis AC). Se for praticável a passagem a vau das viaturas blindadas, estas podem deslocar-se com essa vaga ou à sua retaguarda. Caso o Cmt Cia não vá na primeira vaga, optando por transpor na segunda vaga, os observadores avançados deverão acompanhá-lo;
- segunda vaga – as seções de comando dos Cmt Cia, os pelotões de apoio das companhias de fuzileiros (menos os elementos que estejam reforçando os pelotões de fuzileiros) e as frações da CCAp do Btl que estiverem em reforço às Cia Fuz; e
- terceira vaga ou vaga de retorno – as armas de apoio de fogo dos Btl que não estiverem reforçando as Cia Fuz às viaturas se a passagem a vau for praticável, o escalão avançado do PC do Btl, o CAF, os elementos designados dos pelotões de comando e de comunicações, o escalão avançado do PS do batalhão, o médico do Btl e a companhia reserva;

b) pelas portadas ou passadeiras – elementos da CCAp do Btl (menos os elementos destacados) e o escalão recuado do posto de socorro (PS) do Btl. Embora a passadeira seja preparada para transpor o Btl reserva da Bda, após a sua utilização, a CCAp poderá usá-la até a construção da portada, ou mesmo depois, como duplicação de meios, desde que seja autorizada;
c) pelas portadas, pontes ou vaus – demais elementos da CCAp do Btl e todas as viaturas necessárias às operações táticas que possam ser transportadas pelos meios disponíveis. Essa transposição de viaturas é feita tão rapidamente quanto possível. Se houver passagem a vau, as viaturas, especialmente as blindadas, são postas à prova de água e fazem a transposição o mais cedo possível; e
d) Por meios improvisados – o Btl deve estar preparado para alcançar e explorar os pontos de transposição antes que o inimigo seja capaz de organizar a sua defesa. Esse tipo de ação frequentemente poderá exigir as transposições a vau, por balsas, barcaças, pelos diques, pontes distribuídas ou por qualquer outro meio de fortuna.

8.13.8.2.9 Posição de ataque – normalmente fica próxima ou junto à Z Reu final de material de engenharia. Os itinerários e planos de deslocamento, o local e a hora de encontro entre os comandos das frações subordinadas e o pessoal de engenharia, além das providências sobre guias, deverão ser considerados.

8.13.8.2.10 Carros de combate – definir a hora da transposição, a linha de encontro com os fuzileiros, se for o caso, seu provável emprego e os meios de transposição. Normalmente, os carros de combate, antes da transposição, realizam a base de fogos para minimizar a ação inimiga nos locais de travessia e, tão logo seja possível, realizam a transposição.

8.13.8.2.11 Segurança antiaérea – a neutralização das operações aéreas inimigas sobre a zona de transposição é de vital importância. O Esc Sp, normalmente, proporciona segurança antiaérea sobra a zona de transposição.

8.13.8.2.12 Emprego de viaturas motorizadas orgânicas do batalhão – caso não haja vau para essas viaturas, deve-se realizar pedidos oportunos ao Esc Sp para transformá-las à prova d’água. Plano de suprimentos:
a) classe I – ração R-2 até a conquista dos objetivos que caracterizam a C Pnt;
b) classe III – Vtr com tanques plenos para a transposição; e
c) classe V – P Rem A na margem inimiga, após a conquista dos objetivos da primeira linha.

8.13.8.2.13 Plano de evacuação – através dos elementos de saúde que prestam apoio cerrado as SU do Btl.

8.13.8.2.14 Comunicações e eletrônica – no âmbito do Btl e para a Bda.

8.13.8.2.15 PC do batalhão – o escalão avançado do PC, normalmente, faz a transposição na terceira vaga ou em vaga de retorno, enquanto o pessoal e o material remanescente fazem-no, o mais tardar, após a conquista do primeiro objetivo. Normalmente, o posto de comando desloca-se para a margem oposta na esteira da reserva. Em virtude das dificuldades de controle, é essencial a informação imediata da localização dos postos de comando de companhia.

8.13.8.2.16 Quadro de sincronização – tendo em vista a complexidade da operação, as dificuldades de coordenação e controle, de trânsito e o grande volume de apoios em meios e pessoal para a travessia, torna-se primordial a sincronização das ações durante o planejamento, no ensaio e na execução.

8.13.9 ORDENS

8.13.9.1 Com o intuito de proporcionar aos subordinados o máximo de tempo para o reconhecimento e o planejamento, o Cmt Btl transmite suas ordens preparatórias logo que possível. A ordem para transposição deve ser completa, específica e pormenorizada. Deverá incluir o deslocamento da Z Reu para a margem amiga, a transposição do curso de água e a conquista do objetivo inicial. No objetivo inicial, o Cmt Btl as complementa para o prosseguimento do ataque até o objetivo final se não pôde defini-las anteriormente.

8.13.10 EXECUÇÃO

8.13.10.1 Da zona de reunião para a posição de ataque – após a escolha da posição de ataque, cada SU ou fração que vai participar da transposição envia guias para fazer um reconhecimento diurno da sua posição de ataque e dos itinerários a serem utilizados para o deslocamento da Z Reu para aquela posição. Quando possível, as tropas fazem o deslocamento sob o controle do Btl, até que estejam próximas as suas posições de ataque. Para evitar confusão e perda de tempo na posição de ataque, as frações deslocam-se como um todo e serão divididas em equipes, uma para cada bote.

8.13.10.2 Da posição de ataque para o rio – ao chegarem à posição de ataque, as frações das primeiras vagas encontram os guias fornecidos pela engenharia e estes as conduzem até as suas embarcações ou aos outros meios de transposição designados. As equipes acompanhadas pelas guarnições dos botes são levadas por itinerários previamente balizados e protegidos, transportando seus botes de assalto até ao seu local de travessia. O deslocamento para o rio é regulado para que todas as embarcações da primeira vaga atinjam a margem amiga (LP), ao mesmo tempo (hora "H"), evitando o retardo de uma nova coordenação. Todos os itinerários apropriados que levem da posição de ataque ao rio devem ser utilizados para evitar congestionamento.

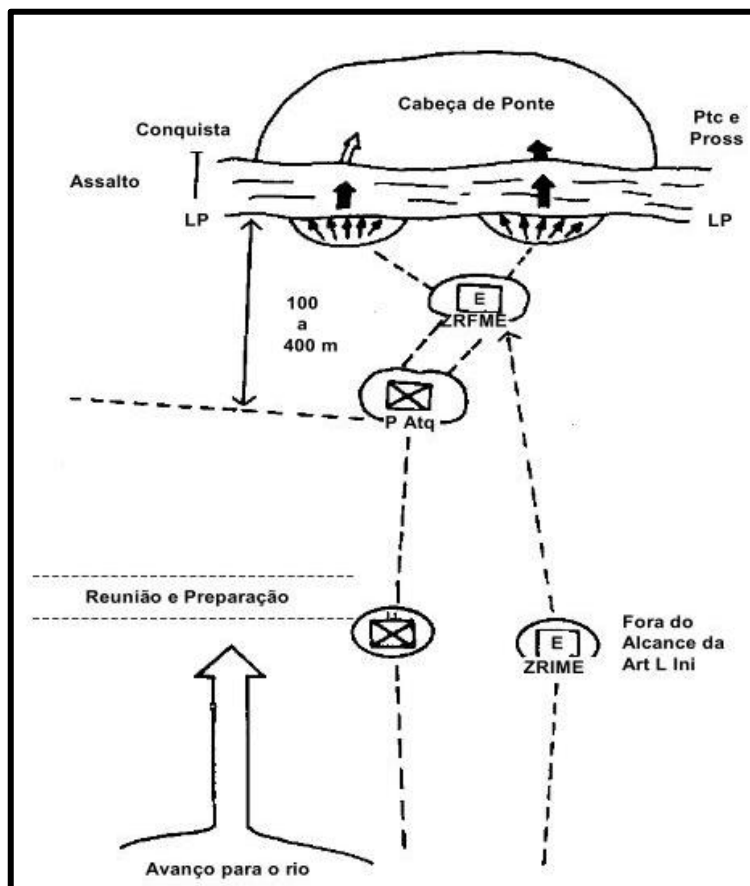


Fig 8-12 – Execução do ataque

8.13.10.3 Transposição do curso de água – as guarnições de engenharia são encarregadas da operação das embarcações durante a transposição. Nos escalões de ataque, o infante mais antigo a bordo é o responsável pela orientação de cada embarcação para seus pontos de desembarque. Se a embarcação não puder ser acionada com sua própria força motriz, as guarnições de engenharia e o pessoal de infantaria levam-nas através do rio com auxílio de remos. Cada embarcação inicia a transposição logo depois do embarque do pessoal e dirige-se à margem oposta, tão rapidamente quanto possível e pelo caminho mais curto. Nenhuma tentativa deve ser feita para manter uma formação qualquer no curso da transposição, embora devam ser mantidos os intervalos entre as embarcações.

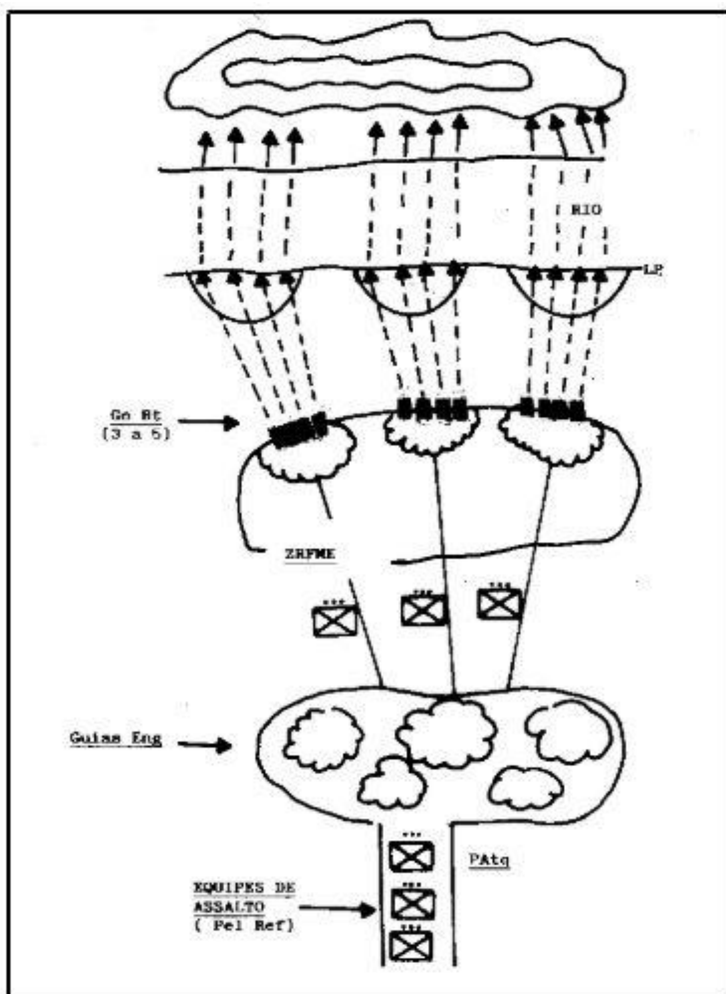


Fig 8-13 – Deslocamento da posição de ataque até o rio

8.13.10.4 Nenhum esforço deve ser feito para contrariar a força natural da correnteza, a menos que ela seja tão veloz que cause uma deriva apreciável dos locais de desembarque prescritos. Em tais casos, a necessidade de opor-se a esta correnteza é prevista pelo Cmt Btl e constarão de instruções específicas, incluídas na ordem de transposição do batalhão. A execução de tiros raramente é feita durante o dia e é proibida durante à noite. Ao chegarem à margem oposta, as tropas desembarcam com rapidez, desenvolvem-se e atacam. As guarnições de engenharia retornam com suas embarcações à margem amiga, imediatamente. Nas viagens subsequentes, o pessoal de engenharia é o responsável pela direção.

8.13.10.5 Ataque após a transposição – após a transposição, as equipes de assalto limpam a margem do rio e prosseguem para os seus objetivos. O fogo direto sobre os elementos que desembarcam na segunda margem, caso seja eficaz, deve ser neutralizado antes de qualquer reorganização das equipes de assalto. O prosseguimento é feito como num ataque normal, buscando-se conquistar os objetivos previstos e informando-se a ultrapassagem das linhas de controle que permitirão à engenharia realizar trabalhos técnicos no curso de água, dando condições para a transposição dos meios motorizados do Btl.

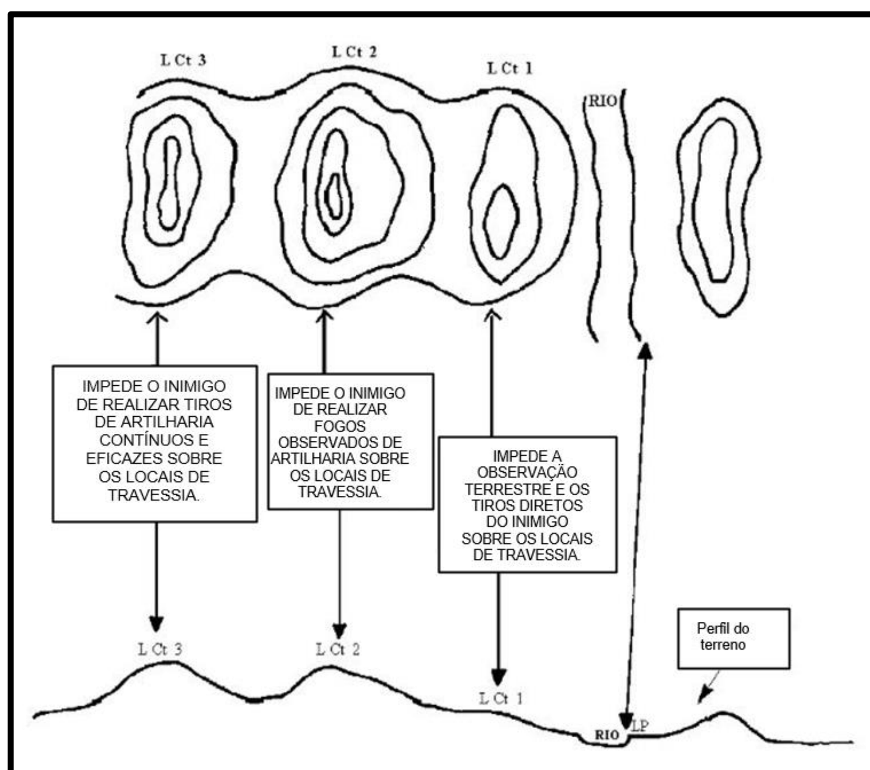


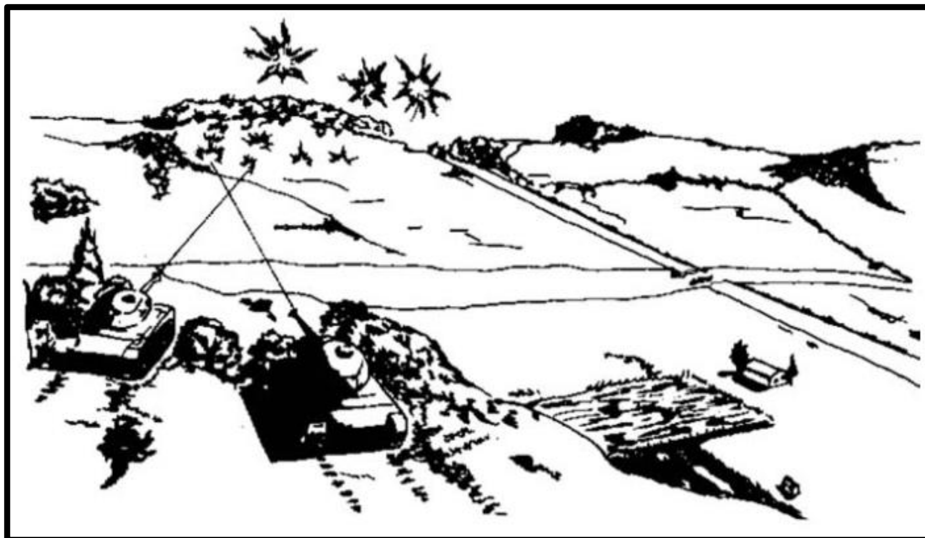
Fig 8-14 – Local das linhas de controle após a transposição

8.13.11 APOIO DE FOGO

8.13.11.1 Durante o planejamento do ataque, devem ser analisados, quanto ao apoio de fogo, os seguintes aspectos:

a) emprego do pelotão de morteiros – o pelotão de morteiros é empregado inicialmente na margem amiga, em ação de conjunto. Os observadores dos morteiros deslocam-se com os pelotões do escalão de ataque. Devem ser feitos planos para a transposição do pelotão de morteiros tão logo as portadas passem a operar. Após a transposição, o seu emprego é feito como em qualquer outro ataque;

b) a hora e processo de transposição do Pel AC e seu provável emprego após a transposição;
c) as missões dadas aos carros em reforço; e
d) a coordenação dos fogos de morteiros e de artilharia no plano de fogos de apoio – o emprego de fumaça e as providências para que o Pel Mrt Me e as turmas de ligação e de reconhecimento da artilharia façam a transposição o mais cedo possível.


Fig 8-15– Carros de combate em apoio à transposição

8.13.12 APOIO LOGÍSTICO

8.13.12.1 O apoio logístico será abordado no capítulo doze.

8.13.13 COMANDO E CONTROLE (C^2)

8.13.13.1 Antes da transposição, os rádios podem permanecer em silêncio para preservação do sigilo. Com a transposição das primeiras vagas, o silêncio rádio, normalmente, é suspenso. O rádio, nesta ocasião, torna-se o principal meio de comunicações entre o Cmt Btl e o escalão de ataque. Se necessário, a Bda pode fornecer ao Btl um reforço de rádios. As comunicações, tanto para frente como para a retaguarda, são mantidas inicialmente pelo rádio, meios visuais e mensageiros. Aviões de ligação podem ser empregados para as comunicações com a retaguarda. As linhas telefônicas, normalmente, são estendidas através do rio pelas passadeiras ou pontes e podem também ser estendidas por cima ou sob a água, a não ser que o rio apresente grande largura e forte correnteza. Aviões leves podem lançar fios neste tipo de operação.

8.13.14 EMPREGO DE HELICÓPTEROS

8.13.14.1 Os helicópteros poderão ser empregados nos diversos tipos de operações aeromóveis (combate, apoio ao combate ou logísticas). Entre outras missões, as frações de helicópteros poderão ser empregadas para conquistar posições à retaguarda do inimigo. Helicópteros de ataque poderão apoiar a transposição, batendo os carros inimigos que ameacem o escalão de ataque. Poderão, ainda, realizar reconhecimentos, transpor a reserva do batalhão e elementos de apoio de fogo (Mrt Me, Armt AC), transportar munição, transportar meios de engenharia para o curso de água e auxiliar na evacuação e no suprimento.

8.13.15 INFILTRAÇÃO TÁTICA

8.13.15.1 A infiltração tática, conjugada à operação de transposição, poderá ser realizada para neutralizar posições inimigas que interfiram perigosamente na transposição ou para isolar o inimigo do apoio de suas reservas.

8.14 OPERAÇÃO ANFÍBIA

8.14.1 O BI pode participar de operações anfíbias (Op Anf) como força de desembarque (ForDbq) para a conquista de uma cabeça de praia e permitir o lançamento de uma ofensiva terrestre. A força mais apta a esse tipo de operação é o corpo de fuzileiros navais.

8.14.2 A F Dbq deve ser integrada por elementos de Inf aptos ao combate a pé. A Inf Bld e mecanizada são, normalmente, empregadas para realizar desembarques em praias já asseguradas e, posteriormente, avançam no interior da área, com o fim de expandir a cabeça de praia. Uma vez em terra firme, a Inf combate empregando as mesmas TTP utilizados em qualquer operação terrestre comum.

8.14.3 Os manuais de campanha específicos do corpo de fuzileiros navais possuem maiores detalhes de planejamento e execução desse tipo de operação.

8.15 OPERAÇÃO RIBEIRINHA

8.15.1 As operações ribeirinhas são as realizadas em águas interiores e em áreas terrestres a elas adjacentes. Essas operações combinam meios da Marinha, do Exército e da F Ae.

8.15.2 Segundo o MC *A Infantaria nas Operações*, o BI realiza uma operação ribeirinha para obter e manter o controle de parte ou de toda uma área ribeirinha,

ou para negá-la ao inimigo. Exige, normalmente, o controle simultâneo das hidrovias selecionadas e respectivas margens.

8.15.3 O EM deve dar maior ênfase, durante o planejamento, nas características do terreno e nos meios necessários para o deslocamento fluvial. Nas áreas que apresentam grande áreas com cobertura florestal, como na Amazônia, a logística e o C² podem ser flexibilizados na análise de dados médios de planejamento.

8.15.4 As forças ribeirinhas são organizadas em função da missão, das características da região de operações, do inimigo, dos meios e do tempo disponível. A Inf de selva é a mais apta para a condução das operações ribeirinhas, pois pode utilizar meios orgânicos para realizar seus deslocamentos fluviais, sendo que as demais dependem de apoio da força naval para esses deslocamentos. Os seguintes manuais já abordam o planejamento e a execução das operações ribeirinhas:
a) MC *Operações Ribeirinhas*;
b) IP *Operações na Selva* e
c) IP *O Batalhão de Infantaria de Selva*.

8.16 OPERAÇÕES CONTRA DESEMBARQUE ANFÍBIO

8.16.1 Como descrito no MC *A Infantaria nas Operações*, O BI pode realizar uma operação contra desembarque anfíbio (Op C Dbq Anf), utilizando das mesmas TTP de uma defesa de área. É uma operação conjunta, executada por forças destinadas à defesa do litoral contra ações de desembarque anfíbio inimigo.

8.16.2 O Btl que realiza Op C Dbq Anf deve possuir meios que lhes adicionem outras características à sua natureza, sendo principalmente:
a) grande mobilidade para intervir no local onde o inimigo irá atuar, em tempo útil;
b) poder de combate suficiente para se contrapor ao invasor;
c) forte apoio de fogo; e
d) flexibilidade que lhe permita ajustar-se continuamente à situação.

8.16.3 As IP *Operações contra Desembarque Anfíbio* fornecem maiores detalhes de planejamento e execução dessas operações.

8.17 OPERAÇÕES DE ABERTURA DE BRECHA

8.17.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

8.17.1.1 Quando da execução das Op Ofs, o batalhão de infantaria poderá deparar-se com uma grande variedade de obstáculos artificiais e naturais, os

quais deverão ser, o mais rapidamente possível, ultrapassados para conservar a iniciativa e manter a impulsão do ataque.

8.17.1.2 Ao encontrar um obstáculo, haverá preferencialmente duas ações ou processos de ultrapassagem, aos quais o elemento atacante optará por executar: desbordá-lo ou executar uma operação de abertura de brechas.

8.17.1.3 Avançar sobre um obstáculo sem abrir passagens, o que seria uma terceira opção para o Cmt, deve ser encarado como uma situação extrema e, sempre que possível, deve ser evitada. Quando não dispuser de uma alternativa – tal quando estiver engajado decisivamente pelos fogos que batem o referido obstáculo –, avançar sobre ele servirá como meio de evitar ainda mais perdas em pessoal, o que ocorreria caso houvesse um retraimento ou permanência na posição.

8.17.1.4 Desbordar um obstáculo consiste em mudar fisicamente a direção do movimento, de modo a evitá-lo. Apesar de desejável, considera-se que, ressalvadas aquelas operações envolvendo movimentos apoiados em eixos – tais como a M Cmb ou o Apvt Exi –, raramente o batalhão conseguirá, no curso de Op Ofs, desbordar todos os obstáculos que se apresentam. Isso será particularmente verdadeiro quanto aos obstáculos de proteção local, pois, mesmo o emprego de formas de manobras táticas desbordantes, apenas evitará os obstáculos táticos do sistema de barreiras.

8.17.1.5 A operação de abertura de brechas é o emprego de TTP visando a projetar poder de combate para o outro lado de um obstáculo. É, em última análise, uma operação sincronizada envolvendo elementos de manobra e de apoio ao combate sob responsabilidade do comandante da arma-base. Sob vários aspectos, constitui uma das mais difíceis ações táticas entre as que poderão ser executadas pelo batalhão de infantaria.

8.17.1.6 É importante compreender que deparar-se inadvertidamente com obstáculos significa que o contato com o inimigo foi estabelecido, caso isso ainda não tenha efetivamente ocorrido por meio de outras formas (contato visual, fogos diretos, fogos indiretos, GE, aviação ou agentes químicos). A partir daí, portanto, todas as ações decorrentes devem ser executadas considerando esse aspecto.

8.17.1.7 Para efeito deste artigo, o termo “brecha” poderá significar indistintamente “trilha”, “brecha simples” ou “brecha dupla”.

8.17.2 PROCESSOS DE ULTRAPASSAGEM

8.17.2.1 Desbordamento do Obstáculo

8.17.2.1.1 Os obstáculos devem ser, sempre que possível, desbordados. Os efeitos dos fogos ajustados inimigos poderão ser minimizados e, apesar de um

eventual comprometimento do fator tempo, a preservação do poder de combate da unidade normalmente justificará a decisão.

8.17.2.1.2 Em se tratando de uma operação de movimento, a missão de reconhecer os limites laterais do obstáculo a ser desbordado caberá aos elementos mais avançados, sempre que possível, apoiados por elementos de engenharia.

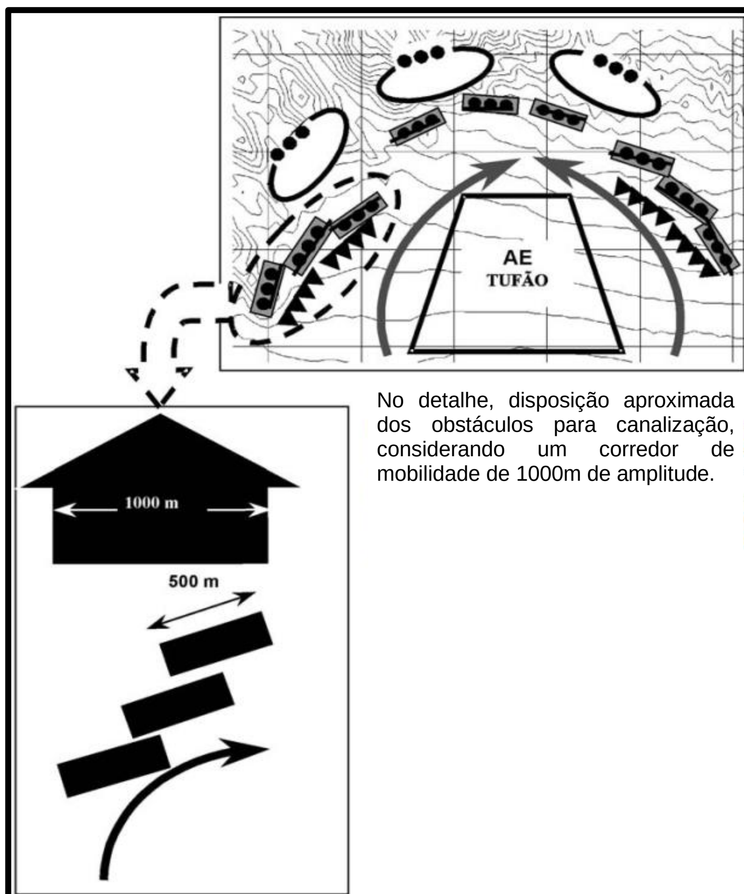


Fig 8-16 – Efeito de canalização proporcionado por obstáculos lançados à frente de uma AE

8.17.2.1.3 Durante um ataque coordenado, caso o batalhão estabeleça contato com um obstáculo, particularmente campos de minas, armadilhas, construções de arame ou destruições, deverá informar ao Esc Sp e imediatamente destacar uma ou mais frações de reconhecimento, se possível, integradas por elementos de engenharia. Esse reconhecimento deverá levantar as possibilidades de desbordar o obstáculo, considerando:

a) a natureza do terreno em que ele está estabelecido;

b) os itinerários para desbordamento;
c) a profundidade e comprimento (frente);
d) as prováveis posições de armas que batem o referido obstáculo; e
e) no caso de campo de minas, a localização do verdadeiro limite anterior e não do limite das minas esparsas à frente.

8.17.2.1.4 Ao decidir desbordar um obstáculo, o Cmt deve considerar a hipótese de estar agindo exatamente conforme a intenção do inimigo. Um exemplo típico é uma AE inimiga, no qual há o estabelecimento de obstáculos cuja finalidade é efetivamente canalizar o inimigo para o seu interior. A figura 8-18 ilustra, de maneira genérica, esse efeito de canalização proporcionado pelos obstáculos lançados à frente de uma AE, com uma ampliação que caracteriza, detalhadamente, a disposição dos referidos obstáculos, considerando um corredor de mobilidade de 1000 metros de amplitude.

8.17.2.1.5 O desbordamento de qualquer obstáculo, portanto, deve ser revestido do grau de cautela necessário à segurança do escalão de ataque ou dos elementos que o reconhecem, além de procurar ser realizado sob condições de pouca visibilidade e com a máxima preservação possível do sigilo. Entretanto, mesmo que o Cmt visualize a possibilidade de desbordar um obstáculo, elementos de reconhecimento visando a uma possível abertura de brechas devem ser, sempre que possível, lançados simultaneamente. Apesar da semelhança em termos de características a serem reconhecidas, os objetivos de ambos os reconhecimentos e a composição das forças normalmente serão distintos.

8.17.2.2 Operação de Abertura de Brechas em Obstáculos

8.17.2.2.1 As operações de abertura de brechas podem ser classificadas quanto a três aspectos apresentados a seguir.
a) Quanto ao planejamento:
- imediata; e
- coordenada.

b) Quanto ao sigilo:
- coberta; e
- descoberta.

c) Quanto ao tipo de obstáculo a ser reduzido:
- abertura em obstáculo tático; e
- abertura em obstáculo de proteção local (brecha de assalto).

8.17.2.2.2 A abertura imediata de brecha é aquela realizada em obstáculos táticos quando o batalhão se depara inadvertidamente com um obstáculo, a situação é pouco definida (localização dos obstáculos), o inimigo apresenta um fraco dispositivo defensivo e a impulsão do ataque deve ser mantida.

8.17.2.2.3 A abertura coordenada de brecha é aquela realizada em obstáculos táticos, quando há tempo suficiente, meios de engenharia adicionais e não é viável a execução de uma abertura do tipo imediata. Pode ocorrer também após uma tentativa malsucedida de execução de uma operação imediata.

8.17.2.2.4 A abertura coberta de brecha pode ser realizada indistintamente em obstáculos táticos ou de proteção local, quando o terreno e/ou condições limitadas de visibilidade favorecem a redução dos obstáculos sem que os trabalhos sejam descobertos pelo inimigo. Também são fatores que induzem à execução de uma abertura do tipo coberta:

a) quando uma infiltração tática exige, tanto quanto possível, um movimento não perceptível pelo inimigo;

b) quando as forças amigas não dispõem de (e não é necessário) um poder de combate esmagadoramente superior para viabilizar o trabalho de abertura (principalmente da força de apoio); e

c) quando a aplicação do princípio de guerra da surpresa é imprescindível.

8.17.2.2.5 A abertura de brecha de assalto é aquela realizada em obstáculos de proteção local, na fase final de um ataque, onde inimigo possui um sistema de obstáculos ao redor ou dentro das suas posições.

8.17.2.3 Ações básicas de abertura de brecha – conduzir uma operação de abertura de brechas requer a execução de cinco ações básicas indispensáveis para o seu sucesso: neutralização, obscurecimento, segurança, redução e assalto (NOSRA). A seguir, serão abordados os principais aspectos relacionados a cada uma delas.

8.17.2.3.1 Neutralização

a) Neutralizar o inimigo consiste em engajá-lo por fogos diretos e indiretos, evitando que seus sistemas de armas atuem eficazmente contra as forças encarregadas de realizar a abertura da brecha. Além disso, busca proporcionar as melhores condições de proteção para que, no prosseguimento, os elementos da força de assalto possam progredir através da brecha em direção aos seus objetivos.

b) Uma efetiva neutralização é primordial para o início e desenrolar de uma operação de abertura de brechas, sendo o gatilho a partir do qual todos os demais procedimentos ocorrerão.

c) O poder de combate a ser empregado dependerá do tipo e quantidade de armamento e munição disponíveis, além das prioridades atribuídas pelos elementos de apoio de fogo do Esc Sp. Para tanto, o Cmt deve planejar a aplicação de um volume de fogos que seja esmagadoramente superior àquele apresentado pelo inimigo e cujo objetivo primordial será retirar os fogos diretos sobre o local escolhido para a brecha.

d) Caso o batalhão receba elementos de carros de combate ou cavalaria mecanizada em reforço, é desejável que inclua no seu planejamento o emprego

do todo ou em parte desses meios nessa neutralização, ou seja, compondo a força de apoio.
e) O emprego dos fogos indiretos não deve também ser negligenciado, particularmente os de morteiro, cujo controle e desencadeamento estão a cargo do batalhão. Os planos de fogos, portanto, devem contemplar alvos a serem batidos pela artilharia e pelos morteiros durante essas ações de neutralização. Na realidade, devido à segurança inerente ao mascaramento dos tiros indiretos, é desejável que o Cmt explore ao máximo o efeito de neutralização proporcionado por estes fogos, antes de efetivamente empregar seus sistemas de armas de tiro tenso, cuja aquisição como alvos pelo inimigo é bem mais facilitada.
f) Rígidas e detalhadas medidas de coordenação de fogos serão estabelecidas, levando em conta a capacidade rápida e fácil de emassar, transportar e cessar fogos, minimizando o risco de fratricídio e possibilitando eficaz sincronização com as demais fases da operação. Essas medidas incluirão, entre outras:
- mensagens pré-estabelecidas;
- pontos de referência de alvos (PRA);
- sinais visuais, tais como artifícios pirotécnicos;
- setores de tiro;
- linhas de acionamento (“gatilhos”) dos diversos tipos de armamento; e
- áreas de fogo proibido (AFP) *etc.*

8.17.2.3.2 Obscurecimento
a) A ação de obscurecer o local de abertura da brecha tem por finalidade reduzir a capacidade do inimigo em adquirir alvos e aumentar a segurança da força de abertura de brechas, além de cobrir o movimento e desdobramento da força de assalto em direção aos seus objetivos.
b) Tecnicamente, o termo “obscurecimento” significa empregar agentes químicos (fumígenos) com vistas a atingir os efeitos acima descritos. Entretanto, do ponto de vista tático, também significa utilizar adequadamente o terreno, objetivando mascarar aquelas mesmas ações desencadeadas pelas forças de abertura de brechas e de assalto.
c) Normalmente, no escalão batalhão, além do uso de lançadores individuais (granadas de mão e de bocal), o emprego da fumaça com a finalidade genérica de obscurecimento poderá ser realizado mediante fogos de morteiro ou artilharia, bem como com lançadores de granadas veiculares (em caso de ser reforçado por elementos CC ou C Mec). Geradores de fumaça dos CC e dos apoios de Engenharia, além de outros artifícios pirotécnicos também poderão ser utilizados quando disponíveis, apesar de não serem os mais usuais no referido escalão.
d) Quando do planejamento do emprego de fumaça como ação de uma operação de abertura de brechas, o Cmt deverá observar, entre outros, os seguintes aspectos:
- finalidade do emprego de fumaça;
- a duração efetiva desejada da fumaça sobre o alvo;
- a localização e tamanho do alvo;

- o momento adequado para aplicar a fumaça sobre o alvo; e
- o critério de visibilidade que se deseja ser capaz de obter dentro da fumaça.

e) O obscurecimento deve ser cuidadosamente planejado para proporcionar máxima degradação da observação e dos fogos inimigos, mas, em contrapartida, preservar tanto quanto possível o C² e os fogos das nossas tropas. Encontrar esse equilíbrio é o aspecto mais sensível da execução dessa ação. Usualmente, a utilização adequada do terreno para mascarar as ações e, consequente, “obscurecê-las” perante o inimigo, será a única forma de obscurecimento que não acarretará quaisquer efeitos indesejáveis sobre as nossas tropas.
f) Para outras considerações acerca dos diferentes aspectos concernentes ao emprego de fumaça consultar os manuais *Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear* e *Brigada de Cavalaria Mecanizada*.

8.17.2.3.3 Segurança
a) O batalhão deve prover a segurança do local selecionado para a abertura da brecha, de modo a evitar interferência inimiga nos trabalhos de redução, apoiar o movimento da força de assalto e garantir a posse das passagens abertas.
b) A seleção da técnica a ser empregada para garantir a segurança dependerá da extensão e localização das defesas inimigas, bem como do seu grau de controle sobre o local da abertura. As ações de segurança são basicamente de dois tipos: segurança por meio de manobra ou segurança por meio de fogos.
c) Em geral, operações desencadeadas sobre obstáculos táticos possibilitarão uma segurança proporcionada por elementos de manobra, mediante uma efetiva conquista das posições inimigas que dominam o obstáculo ou que representem uma ameaça de interferência nas ações de redução. Nesse contexto, portanto, é desejável que posições defensivas e espaldões para armamento coletivo que exerçam comandamento – e que não possam ser adequadamente neutralizados por fogos – sejam conquistados antes do início dos trabalhos de redução, podendo-se então estabelecer posições de bloqueio sumárias. Prováveis zonas de reunião ou vias de acesso para contra-ataque inimigo também devem merecer especial atenção.
d) Em se tratando de obstáculos de proteção local, entretanto, o emprego desses elementos com vistas à conquista torna-se mais difícil devido à proximidade das posições inimigas mais fortemente defendidas. Nessa situação – e em quaisquer outras nas quais não se possa garantir a segurança diretamente por meio de elementos de manobra – o desejável é o estabelecimento de bases de fogos nas imediações do local selecionado para a abertura (inicialmente no lado mais próximo e, após a redução, no mais afastado do obstáculo), a partir das quais será proporcionada uma segurança aproximada por meio de fogos.

8.17.2.3.4 Redução
a) Reduzir um obstáculo é abrir passagens através dele, de modo a permitir que as forças atacantes prossigam no ataque.
b) O número e a largura das passagens (trilhas, brechas simples ou duplas) variam conforme a situação e o tipo de operação de abertura. Tais parâmetros devem permitir que a força de assalto possa cruzar o obstáculo e desdobrar-se

adequadamente para cumprir a sua missão. Em geral, as dosagens consideradas adequadas para tropas a pé são:

- ataque principal: uma trilha por pelotão de primeiro escalão; e
- ataque secundário: uma trilha por subunidade de primeiro escalão.

c) A distância entre as passagens abertas será função do inimigo, do terreno, da necessidade de dispersão, do planejamento dos fogos diretos da força de apoio, do C^2 e do adensamento de tropas visualizado para o local de abertura.
d) O Cmt deve também, sempre que o tempo disponível permitir, planejar a abertura de passagens adicionais (ou alternativas), incrementando o conjunto de medidas que visam a minimizar o risco de fratricídio.
e) As técnicas empregadas para a redução estarão condicionadas aos materiais disponíveis, os quais, em sua maioria, dependerão da natureza da tropa e dos reforços eventualmente recebidos. Sob essa ótica, o batalhão de infantaria contará, basicamente, com o apoio dos elementos de engenharia equipados com detectores de minas, bastões de sondagem, alicates e equipamentos portáteis de abertura de trilhas, tais como cargas explosivas lineares lançadas por foguetes, torpedo *Bangalore* ou similar. Poderá também receber, em reforço ou em apoio direto, elementos de carros de combate dotados de dispositivos de abertura ou viaturas blindadas especializadas de engenharia.
f) Caberá à força de abertura de brechas conduzir essa redução, a qual não poderá iniciar-se antes que as ações de neutralização, obscurecimento e segurança tenham sido efetivadas. Além de propriamente criar condições mínimas para o movimento da força de assalto, os elementos encarregados de reduzir os obstáculos também deverão balizar o local de passagem e assinalá-lo ao Cmt Btl, de modo a facilitar a sua imediata identificação pelas demais forças.
g) Dependendo da dosagem de engenharia em apoio ao batalhão, as ações de redução poderão estar ou não sob o comando de elementos de manobra. A completa remoção dos obstáculos será realizada pela engenharia dos escalões superiores, respeitando-se a característica de progressividade dos trabalhos. A ação de cerrar os equipamentos tracionados por viaturas dependerá da conquista dos objetivos que dominem o local de abertura. Esses materiais referem-se a feixes de tubos, equipamentos não portáteis para abertura de brechas em obstáculos, geradores de fumaça, viaturas lançadoras de pontes e outros.

8.17.2.3.5 Assalto
a) É a ação decisiva de uma operação de abertura de brecha, sendo também a fase final de um ataque.
b) Compreende o movimento da força de assalto através da passagem criada, quer em direção aos objetivos finais estabelecidos (brecha de assalto), quer para destruir o inimigo que possa interferir sobre o obstáculo aberto (brecha imediata e brecha coordenada).

8.17.2.4 Princípios das Operações de Abertura de Brechas

8.17.2.4.1 O sucesso de uma operação de abertura de brechas depende da observação de alguns princípios. São eles:
a) inteligência;
b) organização adequada das forças;
c) emprego da massa;
d) sincronização das ações; e
e) segurança.

8.17.2.5 Inteligência

8.17.2.5.1 O conhecimento do inimigo e de seus sistemas de proteção e contramobilidade são imprescindíveis para a realização de uma operação de abertura de brechas. Através da aplicação do PITCIC, o S-2 obterá uma estimativa tão próxima quanto possível da maneira pela qual o inimigo aplica seus meios de apoio à contramobilidade, bem como da doutrina e das técnicas por ele mais comumente empregadas.

8.17.2.5.2 A determinação de dados como o tipo, a localização e a orientação de obstáculos, existência de obstáculos de arame, intervalos e passagens no sistema de defesa, composição de campos de minas, tipos de minas empregadas, existência ou não de fossos anticarro, localização das armas de tiro tenso (incluindo caçadores), de postos de observação e de outros sensores são necessários à formulação das linhas de ação adequadas ao cumprimento da missão.

8.17.2.5.3 Particularmente importante para os elementos de engenharia são os tipos de minas e dispositivos de acionamento que o inimigo esteja empregando. Com base nesses dados, serão selecionadas as melhores técnicas para realizar a abertura e, ao mesmo tempo, para expor a força de abertura de brechas ao menor grau possível de risco.

8.17.2.5.4 Parcela considerável desses dados é extraída das próprias matrizes doutrinárias existentes no banco de dados sobre o inimigo, os quais serão disponibilizados ao batalhão pela GU enquadrante. Nesse aspecto, devido à insuficiência de meios de busca orgânicos, o batalhão realmente dependerá sobremaneira daquilo que puder ser fornecido pelo oficial de inteligência da Bda. Isso poderá ocorrer através do envio de um extrato do calco de restrições ao movimento – o que é o mais normal –, por meio de um calco específico, contendo apenas os obstáculos na A Op ou, ainda, através de relatórios de reconhecimento confeccionados por elementos de engenharia. Entretanto, isso não deve eximir o S-2 de efetivamente lançar seu esforço de busca.

8.17.2.5.5 Valendo-se da assessoria do oficial de engenharia que o batalhão venha a receber em apoio direto ou reforço, procederá a um aprimoramento dos

conhecimentos até então obtidos, quer focando aquilo que realmente interessa para a sua unidade, quer incluindo as demais necessidades de inteligência no plano de busca, sob a forma de elementos essenciais de inteligência (EEI). Patrulhas de reconhecimento, preferencialmente compostas por fuzileiros e elementos de engenharia, serão então lançadas para responder aos EEI formulados.

8.17.2.5.6 Para outras considerações acerca dos diferentes aspectos concernentes ao reconhecimento de obstáculos, consultar o MC *O Reconhecimento de Engenharia*.

8.17.2.6 Organização adequada das forças – as forças necessárias para desencadear uma operação de abertura de brechas possuem missões distintas e podem ser, assim, divididas:
a) força de apoio;
b) força de abertura de brecha; e
c) força de assalto.

8.17.2.6.1 Força de Apoio
a) Sua principal atribuição consiste em eliminar a capacidade do inimigo de interferir na operação, particularmente sobre o local selecionado para a brecha, devendo:
- isolar o local selecionado para abertura de brecha por meio de fogos e neutralizar os fogos inimigos que se encontram batendo o obstáculo;
- emassar fogos diretos e indiretos para fixar o inimigo e destruir quaisquer tropas ou sistemas de armas que possam afetar a força de abertura de brechas; e
- conduzir ações de obscurecimento, degradando a capacidade de observação e aquisição de alvos por parte do inimigo.

b) Visto que a neutralização do inimigo é crítica para o sucesso de uma operação de abertura de brechas, a força de apoio deve ser priorizada na distribuição dos meios de apoio de fogo, incluindo-se aí os CC ou C Mec eventualmente recebidos em reforço.
c) O S-2, com base nos dados disponíveis sobre o dispositivo, composição e valor das forças inimigas no local da brecha, fará uma estimativa que contemple as principais posições e sistemas de armas cujo alcance permitam ao inimigo influenciar as ações do batalhão por ocasião da abertura da brecha. Com base nesse conhecimento, o S-3 organizará a força de apoio de modo a dotá-la de um poder de combate suficientemente capaz de neutralizar aquelas ações.
d) O emprego de elementos de carros de combate ou de cavalaria mecanizada na força de apoio deve ser, sempre que possível, considerado como a melhor opção para o batalhão. A combinação desses elementos com os fuzileiros a pé permite grande flexibilidade e diversidade de sistemas de armas para a força de apoio. Devido ao seu considerável calibre, mobilidade, alcance e precisão, seus canhões poderão efetuar essa tarefa em excelentes condições, mantendo-se fora do alcance do armamento anticarro portátil inimigo e valendo-se da rápida

ocupação de posições desenfiadas. Os carros poderão, ainda, dependendo do tipo de fumígenos empregado, minimizar a degradação na sua aquisição de alvos através do emprego de equipamentos eletro-ópticos de pontaria, a despeito da degradação dos campos visuais gerados pelo acúmulo de poeira e fumaça (esta última resultante da ação de obscurecimento).

e) Os fogos indiretos poderão ser proporcionados pelos morteiros orgânicos dos pelotões e companhias de fuzileiros (em reforço ou apoio direto), enquanto os morteiros do batalhão o farão por meio de ação de conjunto, com clara prioridade para as ações de neutralização. A artilharia também apoiará essas ações da força de apoio, particularmente com fogos profundos e pelo emprego da fumaça (obscurecimento). Como consequência, é extremamente desejável que os observadores avançados desses sistemas de armas posicionem-se tão próximo quanto possível da força de apoio, ou que, caso isso não seja possível, estejam em estreita ligação com o Cmt da referida força.

f) Tendo em vista a importância crucial da(s) posição(ões) selecionada(s) como bases de fogos para a neutralização, o Cmt poderá selecioná-las como AFP (áreas de fogo proibido). Desse modo, reforçará as medidas preventivas de fratricídio e garantirá a integridade da força de apoio.

g) Os principais fatores que influem na composição da força de apoio são os seguintes:

- valor, dispositivo e composição do inimigo;
- características do plano de fogos (diretos e indiretos); e
- características do plano de obscurecimento e - tempo estimado para a abertura da brecha.

h) As ações da força de apoio serão executadas, em geral, por meio da ocupação de uma ou mais bases de fogos. Selecionadas previamente (durante o PITCIC), essas posições devem possuir, dentre outras características, muito bons campos de tiro tenso e itinerários desenfiados a partir da posição de assalto.

8.17.2.6.2 Força de Abertura de Brecha

a) A principal missão dessa força é criar as passagens que possibilitarão à força de assalto transpor o obstáculo e prosseguir no ataque em direção aos seus objetivos. É dela também a responsabilidade de balizar a brecha aberta e seus pontos de entrada e saída.

b) A força de abertura de brechas é essencialmente uma força composta por elementos de manobra e engenharia, cuja dosagem será função da disponibilidade alocada ao batalhão.

c) Com vistas a otimizar o emprego dos meios de engenharia à disposição do batalhão, a força de abertura de brechas pode ser composta por dois grupos:

- grupo de segurança – composto essencialmente por elementos de manobra, cujas missões são, a partir do estabelecimento de bases de fogos aproximadas: cooperar com a neutralização e obscurecimento do inimigo antes do início dos trabalhos de redução; efetuar a segurança do local de abertura no lado mais próximo do obstáculo a ser trabalhado, liberando os elementos encarregados de reduzi-lo; e, após a abertura e a partir do lado

mais afastado do obstáculo aberto, prover a segurança dos elementos da força de assalto contra eventuais contra-ataques ou fogos não suficientemente neutralizados.

- grupo de redução – composto principalmente por elementos de engenharia, reúne o pessoal, o material e o equipamento a serem empregados na abertura da brecha, devendo levar em consideração a dosagem necessária para compensar eventuais perdas ou baixas nesses trabalhos. Em geral, será complementado por elementos de manobra em condições de executar as tarefas de redução. Uma sequência lógica de tarefas a serem executadas pelo grupo de redução é a seguinte: identificar e reconhecer o obstáculo; selecionar o local exato para abrir a passagem; aproximar os meios de abertura; reduzir o obstáculo, tão logo o inimigo seja neutralizado; balizar a passagem e os pontos de entrada/saída; e informar a localização da(s) passagem(ens) aberta(s).

d) O emprego de elementos de carros de combate ou de cavalaria mecanizada na força de abertura de brechas – cuja disponibilidade será pouco provável, devido ao seu emprego prioritário pela força de apoio – acarretará considerável aumento do poder de combate, da velocidade e da segurança do trabalho de redução, caso os veículos possuam escavadores e rolos adaptados aos seus chassis. Tais equipamentos são mais comumente acoplados aos veículos de combate de engenharia (Figura 8-19).

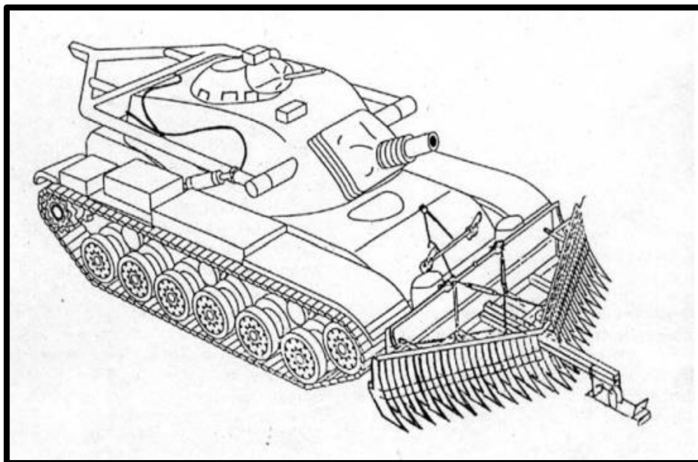


Fig 8-17 – Veículo de combate de engenharia equipado com “arado”

e) Os principais fatores que influem na composição da força de abertura de brechas são os seguintes:

- o número de passagens (trilhas/brechas) requeridas;
- o tipo de obstáculo;
- o terreno e as condições meteorológicas;
- os meios disponíveis, incluindo em torno de 1/3 de majoração nas necessidades de meios de engenharia para atender às estimativas de perdas;

- a situação do inimigo; e
- o grau de segurança necessário para o local de abertura.

f) O MC *Forças-Tarefas Blindadas* contempla detalhadamente as principais técnicas e condutas para abertura de passagens (trilhas e brechas) – incluindo características de emprego de dispositivos portáteis (do tipo torpedo *Bangalore*) –, bem como procedimentos relativos ao seu balizamento.

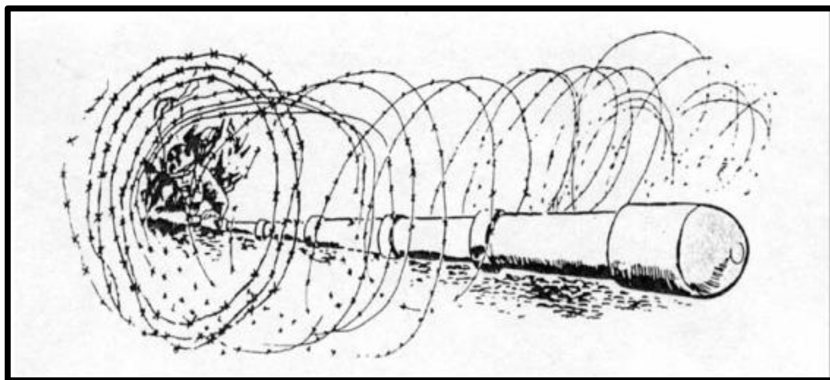


Fig 8-18 – Emprego de torpedo *Bangalore* pela força de abertura de brechas

8.17.2.6.3 Força de Assalto

a) Tem como missão principal cerrar para a conquista dos objetivos impostos ao batalhão, quer sejam estes orientados ao terreno, quer consistam em destruir o inimigo. Secundariamente, pode receber a missão de auxiliar na neutralização do inimigo durante os trabalhos de redução pela força de abertura de brechas.

b) A força de assalto é composta basicamente por elementos de manobra, podendo ser apoiada por elementos de engenharia necessários à limpeza das posições inimigas, particularmente o entrincheiramento típico das posições organizadas.

c) Caso a posição inimiga esteja fracamente defendida, a força de assalto pode receber a missão de operar também como força de abertura de brechas, sendo-lhe, então, alocados os meios de engenharia necessários. Isso simplifica o C², além de proporcionar um poder de combate mais imediato e oportuno para neutralização e segurança. Decidindo por esta linha de ação, entretanto, o Cmt não pode prescindir de atribuir-lhe um adequado poder de combate para que a brecha seja aberta com sucesso e os objetivos conquistados em sequência. Um prematuro ou exagerado emprego de meios na fase de abertura poderá comprometer as tarefas seguintes.

d) As mesmas considerações sobre a necessidade de medidas de coordenação de fogos – já apresentadas quando da abordagem do fundamento da neutralização – merecem ser ressaltadas novamente. Devido ao fato de que tanto a força de apoio como a força de abertura de brechas estarão desencadeando fogos quando o assalto estiver sendo iniciado, o risco de fratricídio será elevado caso essas medidas não sejam efetivamente planejadas, sincronizadas e ensaiadas. O momento mais crítico é aquele no qual, após o

início da progressão da força de assalto através da brecha e em direção aos seus objetivos, a força de apoio e demais sistemas de armas alongam, transportam ou mesmo suspendem seus fogos. A partir desse instante, a força de assalto assumirá o controle da neutralização até o cumprimento da sua missão.

e) Os principais fatores que influem na composição da força de assalto são:
- missão, finalidade e intenção do comandante;
- dispositivo, composição e valor do inimigo; e
- ações previstas na região de objetivos.

f) A tabela abaixo resume a relação existente entre a organização das forças e as ações desempenhadas por cada um de seus elementos, conforme apresentado no quadro a seguir.

Elemento	Ações
Força de apoio	- Neutralizar; e - obscurecer.
Força de abertura de brechas	- Neutralizar (apoio adicional à neutralização); - obscurecer (apoio adicional ao obscurecimento); - prover segurança (local); e - reduzir.
Força de assalto	- Assaltar; e - neutralizar (se necessário).

Quadro 8-1 – Forças de assalto e ações previstas

8.17.2.7 Emprego da Massa

8.17.2.7.1 Uma operação de abertura de brechas é conduzida de modo a concentrar a maioria de meios no local selecionado para o rompimento do obstáculo. Esse local deve, preferencialmente, coincidir com a porção mais fraca do dispositivo inimigo que defende apoiado nesse obstáculo. Caso essa porção mais fraca não consiga ser facilmente identificável, o batalhão buscará criá-la por meio da fixação da maioria de meios do inimigo pelo fogo, isolando, então, uma porção qualquer e direcionando a ela o grosso do seu ataque. Esse isolamento poderá ser efetuado mediante o uso judicioso do terreno, explorando dissociadores naturais no dispositivo inimigo, associado ao emprego de fumaça e barragens de morteiro e artilharia.

8.17.2.7.2 O princípio da massa em uma operação de abertura de brechas é caracterizado principalmente por meio da:

a) concentração dos meios de engenharia (pessoal e material) no local selecionado para a abertura das passagens, geralmente organizados como uma força específica para esse fim (força de abertura de brechas), permitindo o emprego de diferentes técnicas de redução; e

b) abertura de um número adequado de passagens (trilhas ou brechas), de modo a permitir uma rápida transposição e reorganização da força de assalto no outro lado do obstáculo.

8.17.2.7.3 A aplicação do princípio da massa fica mais bem caracterizada quando ocorre a seleção de um único ponto de abertura e a conquista sucessiva de objetivos. No entanto, a utilização de mais de um ponto de abertura e a conquista simultânea dos objetivos não descaracterizará a aplicação desse princípio. Esta última situação ocorrerá no contexto de manobras em área operacional do continente (AOC), quando eventualmente existirão corredores de mobilidade de companhia separados por até 2 km de distância, dependendo do apoio mútuo e C^2 disponíveis. Ocorrerá também quando, após analisar os fatores da decisão (missão, inimigo, terreno, meios e tempo – MITeMeTe), o batalhão optar por romper o dispositivo inimigo em dois ou mais pontos ao mesmo tempo, empregando as SU em operações de abertura independentes, embora sincronizadas. Bons exemplos seriam um inimigo debilmente disposto ou situações de pouca visibilidade, como a execução de uma abertura de brechas do tipo coberta: valendo-se da surpresa, as SU exerceriam pressão simultânea em toda a frente, degradando a capacidade de eficaz reação inimiga.

8.17.2.7.4 Particularmente, em se tratando de operações do tipo abertura coordenada (nas quais o inimigo bate, em boas condições, um obstáculo tático), o Cmt deve balancear criteriosamente as implicações de aplicar o princípio da massa durante o ataque, em detrimento de preservar meios para fazê-lo posteriormente, quando da abertura de brechas de assalto.

8.17.3.8 Sincronização das Ações

8.17.3.8.1 Operações de abertura de brechas necessitam de estreita sincronização das ações a serem realizadas (NOSRA) pelas forças de apoio, abertura de brechas e assalto. Uma sincronização precisa é fundamental para que a operação obtenha êxito, sendo que falhas nesse processo podem determinar perdas consideráveis à força envolvida, podendo inclusive tornar inviável a continuação da manobra ofensiva.

8.17.3.8.2 Uma operação desse tipo é complexa por natureza e o Cmt irá assegurar a sua sincronização através de:
a) detalhado planejamento;
b) claras instruções para os elementos subordinados;
c) eficaz de comando e controle (C^2); e
d) ensaios bem executados e pormenorizados.

8.17.3.8.3 Detalhado planejamento – quanto ao planejamento, o batalhão poderá executar uma operação de abertura de brechas imediata ou coordenada. Caso ele tenha identificado obstáculos ou a sua possibilidade antes de iniciar o movimento (clareza quanto à situação existente), haverá a possibilidade de se desenvolver um plano de abertura de brechas. Caso contrário, tendo a unidade

se deparado inadvertidamente com obstáculos durante a sua progressão, será executada uma operação imediata.

8.17.3.8.4 Operação Imediata

a) Operação imediata não significa, entretanto, improvisada ou não sincronizada: haverá a execução, dependendo de que elementos se depararam com o obstáculo, de ações imediatas que foram planejadas e ensaiadas. Geralmente essas ações serão realizadas na seguinte sequência:

- imediata informação ao Cmt;
- desdobramento de modo a proporcionar segurança aos demais elementos;
- rápido desencadeamento da neutralização e do obscurecimento;
- reconhecimento de itinerários que possibilitem retrair ou desbordar o obstáculo;
- reconhecimento das demais características do obstáculo; e
- caso o desbordamento seja inviável, início de uma abertura imediata de brecha.

b) Embora possível, a sincronização de uma operação imediata será consideravelmente mais sensível do que aquela em que houver um planejamento prévio mais completo. Estará baseada no exercício da iniciativa dos diversos elementos que, por sua vez, guiar-se-ão pelos ensaios calcados nas NGA da unidade. À semelhança de um ataque de oportunidade, serão conduzidos reconhecimentos sumários com vistas à decisão pelo tipo de abertura mais apropriado, ou mesmo pelo desbordamento ou retraimento.

c) Dificilmente o Cmt deixará surpreender-se completamente por obstáculos de proteção local, pois isso constitui fundamento doutrinário defensivo. Pequenas variações poderão ocorrer, mas o fato é que normalmente se poderá planejar antecipadamente uma operação de abertura do tipo brecha de assalto. Isso não será necessariamente verdadeiro, entretanto, quanto aos obstáculos táticos, impondo muitas vezes operações de abertura imediata.

8.17.3.8.5 Operação Coordenada

a) Em uma operação de abertura coordenada, será executado um planejamento inverso, o que significa planejar as ações conforme a sequência a seguir.

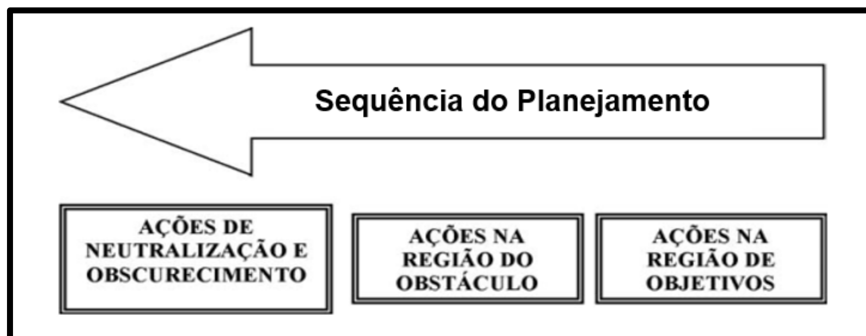


Fig 8-19 – Sequência do planejamento inverso para uma operação de abertura de brechas

b) Da análise da sequência para o planejamento, é possível identificar os desdobramentos decorrentes de cada uma das fases, conforme mostrado na figura a seguir.



Fig 8-20 – Análise da sequência de planejamento de uma operação de abertura de brecha

c) Uma operação de abertura de brechas coordenada poderá valer-se de uma importante ferramenta de auxílio ao trabalho do EM, à coordenação e ao acompanhamento da execução propriamente dita: a matriz de sincronização. Confeccionada nos mesmos moldes daquela convencionalmente feita para qualquer tipo de operação, o Cmt poderá decidir por:

- inserir as tarefas atinentes à abertura das brechas no contexto da operação ofensiva como um todo (por exemplo, no caso de uma brecha de assalto); e
- utilizar-se de uma matriz específica para as ações relativas a um determinado evento considerado crítico (no caso, a operação de abertura em si).

8.17.3.8.6 Claras instruções para os elementos subordinados – todos os elementos do batalhão devem ter uma clara compreensão de suas missões, das fases da operação e de seu papel em cada uma dessas fases. Uma matriz bem confeccionada auxiliará esse entendimento. Entretanto, é fundamental que cada indivíduo saiba o que representa a sua missão no contexto da operação como um todo. Para isso, com a maior clareza e simplicidade possíveis, o Cmt, o oficial de operações e os demais Cmt de subunidades e pelotões devem enfatizar as ações que serão executadas durante a operação de abertura de brechas, transmitindo a exata noção da importância de cada uma dessas ações e a sua correlação com a missão específica da fração.

8.17.3.8.7 Eficaz comando e controle (C²) – um C² eficaz pode ser implementado, entre outras providências, por meio de:
a) estabelecimento de medidas de coordenação e controle adequadas, principalmente afetas aos fogos diretos. Linhas e pontos de controle, posições de assalto, mensagens pré-estabelecidas e outros dispositivos de comunicação alternativos para o acompanhamento da manobra também deverão ser planejados;
b) adequada organização para o combate e distribuição de meios para a operação como um todo, de modo a evitar futuras transferências de frações ou materiais, particularmente de engenharia; e
c) correto posicionamento dos comandantes nos diversos escalões, durante a manobra, de modo a lhes permitir acompanhar, o mais cerradamente possível, as ações de seus elementos a cada instante.

8.17.3.8.8 Ensaios bem executados e pormenorizados – como em qualquer outra operação, a mais eficaz ferramenta de sincronização disponível para o Cmt é o ensaio. A complexidade inerente a uma operação de abertura de brechas faz com que ensaios em todos os níveis sejam essenciais. As SU deverão ensaiar as suas tarefas afetas, bem como seus papéis referentes ao apoio, redução e assalto. O ensaio, em suma, deverá focar a sincronização entre as funções de combate com vistas à execução das ações preconizadas para esse tipo de operação (NOSRA).

8.17.2.9 Segurança

8.17.2.9.1 Aplicar o princípio da segurança traduz-se na combinação de duas ou mais ações de modo a que elas, complementando-se mutuamente, possibilitem atingir a eficácia necessária à condução da operação. Entre essas ações, destacam-se:
a) a conquista, com vistas ao estabelecimento de posições de bloqueio sumárias, de posições que dominem um obstáculo tático ou que configurem ameaça de interferência nos trabalhos de redução e na progressão da força de assalto;
b) o emprego de elementos em bases de fogos próximas ao local de abertura, com vistas a garantir inicialmente a integridade dos elementos que reduzem o obstáculo e, em seguida, apoiar a progressão da força de assalto e assegurar a posse das passagens abertas;
c) a maciça neutralização do inimigo, por intermédio do estabelecimento de bases de fogos afastadas e, complementarmente, bases de fogos aproximadas;
d) uma significativa velocidade de execução dos trabalhos de abertura da brecha; e
e) uma eficaz ação de obscurecimento.

8.18 OPERAÇÃO EM AMBIENTE URBANO

8.18.1 Nos conflitos atuais, vê-se a constante presença do ambiente urbano, com suas características singulares.

8.18.2 Nos ambientes urbanos, estão inseridos elementos distintos que se interrelacionam de forma intensa, tais como: população, infraestruturas, terreno, meios de comunicação em massa, urbanização desordenada, organizações criminosas, entre outros.

8.18.3 O MC *Operação em Área Edificada*, terminologia alterada para Operação em Ambiente Urbano, destrincha todos os detalhes de planejamento e execução da defesa nesse ambiente operacional.

CAPÍTULO IX

AÇÕES COMUNS ÀS OPERAÇÕES TERRESTRES

9.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

9.1.1 O Btl pode realizar uma série de ações comuns no âmbito das operações terrestres.

9.1.2 Considerando o grau de coordenação que requerem e a sua abrangência, as ações que mais se enquadram no escopo das capacidades de um BI são:
a) reconhecimento, vigilância e segurança;
b) planejamento e coordenação do apoio de fogo;
c) substituição de unidades de combate;
d) cooperação civil-militar;
e) defesa química, biológica, radiológica e nuclear (DQBRN);
f) operações psicológicas;
g) guerra eletrônica;
h) defesa antiaérea; e
i) comunicação social.

9.2 RECONHECIMENTO, VIGILÂNCIA E SEGURANÇA

9.2.1 GENERALIDADES

9.2.1.1 O BI realiza as ações de reconhecimento, vigilância e segurança em todas as operações, sejam elas ofensivas, defensivas ou de coordenação e cooperação com as agências.

9.2.1.2 O reconhecimento, a vigilância e a segurança completam-se. Essas ações proporcionam a obtenção de dados sobre o inimigo e da região das operações, contribuindo para a proteção da tropa (ver MC *A Infantaria nas Operações*).

9.2.2 RECONHECIMENTO

9.2.2.1 O reconhecimento é uma ação comum em todas as operações básicas. O Btl realiza as ações de reconhecimento com o propósito de obter dados acerca do inimigo e da A Op, utilizando-se de seus elementos de reconhecimento orgânicos ou recebidos em reforço.

9.2.2.2 Os pelotões de exploradores orgânicos das tropas blindadas e mecanizadas são os elementos mais aptos para realizar ações de

reconhecimento. Os pelotões de reconhecimento das tropas Amv também possuem essa capacidade, porém com uma proteção e poder de fogo bastante restritos.

9.2.2.3 Os fundamentos e tipos de ações de reconhecimento podem ser consultados no MC *A Infantaria nas Operações*.

9.2.3 VIGILÂNCIA

9.2.3.1 Os mesmos elementos que realizam o reconhecimento e a segurança podem, também, realizar a vigilância, desde que recebam missão específica.

9.2.3.2 Sugere-se que sejam designadas áreas de segurança para cada fração responsável pela missão. Também podem ser usados meios eletrônicos, optrônicos, radares, satélites, drones, apoio aéreo e quaisquer outros meios que proporcionem segurança, furtividade e comunicação com o comando.

9.2.3.3 As formas e as missões de ações de vigilância podem ser consultadas no MC *A Infantaria nas Operações*.

9.2.4 SEGURANÇA

9.2.4.1 Segurança da Área de Retaguarda (SEGAR)

9.2.4.1.1 A segurança da área de retaguarda (SEGAR) compreende o conjunto de ações para proteger as instalações de retaguarda das incursões inimigas, dos bombardeios e das calamidades naturais. A defesa da área de retaguarda (DEFAR) normalmente não é executada pelas frações do Btl em sua própria Z Aç, por se tratar de uma operação de segurança planejada pelo Esc Sp.

9.2.4.1.2 No escalão Btl, não é preparado um plano específico para a segurança de área de retaguarda. Durante o planejamento da defesa, são estabelecidas medidas de segurança e posições defensivas em profundidade. Essas medidas de segurança são incluídas na ordem de operações. Além disso, as medidas de proteção da retaguarda são integradas no plano de barreiras, no plano de vigilância, no plano de apoio de fogo e no plano de patrulhas. A ocupação de posições pela unidade e a escolha de posições suplementares, bem como as medidas de segurança aproximada adotadas por todos os elementos subordinados, contribuem diretamente para a segurança da área de retaguarda.

9.2.4.1.3 Não é estabelecida uma força especial para a DEFAR. Os elementos da reserva do Btl recebem como uma de suas missões o fornecimento de forças para essa segurança, caso seja necessário. Quando ocorrer uma situação que exija o emprego de força contra um elemento inimigo localizado na área de retaguarda, a escolha do valor da força a ser empregada dependerá da situação tática e do valor e localização do elemento inimigo. A necessidade de atender às

missões principais da defesa impõem que nenhum Cmt SU seja designado comandante da força de DEFAR do Btl.

9.2.4.2 Ações contra Blindados

9.2.4.2.1 O planejamento para a DAC acha-se intimamente ligado ao planejamento de barreiras. Os obstáculos naturais e os campos de minas anticarro podem facilitar a destruição dos blindados, canalizando-os para as regiões batidas pelas armas AC. A DAC deve ser estabelecida em largura e em profundidade, em toda a área de defesa, englobando o emprego de todas as armas AC, inclusive as armas individuais, as minas AC, os CC, a artilharia e as armas QBRN. Deve ser dada particular atenção às VA de blindados que apresentam perigosa ameaça ao Btl. Entretanto, nenhuma região deve ser desprezada no planejamento da DAC, uma vez que as forças blindadas podem ser empregadas com êxito em terrenos aparentemente desfavoráveis.

9.2.4.2.2 A DAC deve ser planejada de modo que os blindados inimigos sejam batidos pelo fogo logo que fiquem dentro do alcance eficaz das armas de defesa. Deve ser preparada para separar os blindados inimigos da infantaria de acompanhamento e para destruí-los à frente da área de defesa. Se os blindados inimigos atingirem ou penetrarem a área de defesa, deve-se procurar canalizá-los para regiões onde sua destruição seja facilitada pela ação ofensiva de reservas blindadas e pelas armas AC e mísseis que ocupam as posições de aprofundamento. Quando são empregadas armas QBRN, a DAC destina-se a forçar os blindados inimigos a se emassarem de modo a constituírem um alvo compensador.

9.2.4.3 Defesa contra Ataque Aeroterrestre, Aeromóvel, Ações de Guerrilhas e Infiltrações

9.2.4.3.1 Devem ser tomadas medidas efetivas contra a ameaça de forças inimigas aeroterrestres e aeromóveis, de guerrilha e de infiltração, de modo que a unidade possa se concentrar na missão principal da defesa.

9.2.4.3.2 Deve ser estabelecido um sistema de alarme em toda a área do Btl, utilizando todos os elementos de segurança e de observação já instalados. Deve ser realizado um reconhecimento pormenorizado para localizar as prováveis zonas de lançamento e desembarque de forças inimigas. Quando necessário, podem ser empregadas patrulhas especiais, dispositivos de alarme, bloqueios de estradas e PO com equipamento de radar, quando disponível, para cobrir toda a área. Deve ser preparado um plano de iluminação e tomadas as medidas para prover segurança aos elementos logísticos e de comando na área.

9.2.4.3.3 Quando uma força inimiga se infiltrar na Z Aç do Btl, em função do seu valor, o Cmt poderá empregar parte ou toda a reserva para destruir o inimigo infiltrado. Fogos devem ser planejados para apoiar essa ação. Quando o Btl

estiver em reserva da Bda, deve estar preparado para desempenhar missões análogas na respectiva área.

9.2.4.4 Segurança dos Flancos

9.2.4.4.1 As informações sobre a situação nas áreas de defesa vizinhas são obtidas pelo pessoal de ligação e os observadores que mantém os flancos sob constante vigilância.

9.2.4.4.2 Os flancos expostos devem ser protegidos por elementos destacados para barrar as principais VA do inimigo. São, também, empregados obstáculos e destruições.

9.3 PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DO APOIO DE FOGO

9.3.1 As ações de planejamento e coordenação do apoio de fogo consistem em: levantamento de necessidades; aquisição, análise e seleção de alvos; emissão de pedidos de apoio de fogo; e indicação de meios para atuação.

9.3.2 O BI realiza o seu planejamento de fogos de modo a permitir:
a) o cumprimento das diretrizes de fogos emitidas pelo Esc Sp;
b) a realização de concentrações sobre os alvos, por parte ou pela totalidade dos meios disponíveis;
c) o desencadeamento simultâneo de fogo eficaz sobre mais de um alvo; e
d) modificações nos planos, de acordo com a situação.

9.3.3 Os assuntos atinentes ao Ap F serão tratados neste capítulo nove.

9.4 SUBSTITUIÇÃO

9.4.1 CONCEITO

9.4.1.1 Substituições são operações de combate realizadas por uma unidade, ou parte dela, quando assume a Z Aç ou a missão de outra unidade em qualquer missão de combate.

9.4.2 FINALIDADE

9.4.2.1 Quando as operações terrestres se prolongam durante períodos extensos, pode ser necessária a substituição periódica de unidades empregadas, para conservação do poder de combate, para a manutenção da eficiência combativa ou para reequipar, reinstruir e ensaiar as forças para operações futuras ou, ainda, mudar o ritmo da operação, aumentando a impulsão

em Op Ofs. O planejamento tático, normalmente, prevê substituições periódicas das tropas.

9.4.3 TIPOS DE OPERAÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO

9.4.3.1 São tipos de operações de substituição:
a) ultrapassagem;
b) acolhimento; e
c) substituição em posição.

9.4.4 CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

9.4.4.1 O ponto crítico de qualquer uma das operações de substituição é o momento em que há o emassamento de tropas. Essa vulnerabilidade deve ser reduzida com a realização de uma estreita coordenação de planos e cerrada cooperação entre as unidades que executam a substituição.

9.4.4.2 Os seguintes aspectos devem ser considerados no planejamento e na execução de todos os tipos de operações de substituição:
a) deve ser proporcionado tempo adequado para o planejamento e o reconhecimento;
b) devem ser expedidas ordens preparatórias o mais cedo possível;
c) os planos são minuciosos, simples e bem coordenados entre todos os escalões das unidades que substituem e das substituídas;
d) sempre que possível, as substituições são executadas em períodos de visibilidade reduzida;
e) os planos de dissimulação incluem todos as medidas praticáveis para assegurar o sigilo e a surpresa;
f) a substituição é executada no mais curto prazo possível;
g) são tomadas todas as precauções para reduzir a vulnerabilidade ao ataque inimigo durante a substituição;
h) as unidades que substituem e as substituídas mantêm ligações mútuas;
i) as unidades de apoio ao combate são substituídas em oportunidades diferentes das unidades de combate por elas apoiadas; e
j) a hora em que o comando passa do Cmt substituído para o Cmt substituto e as condições nas quais tal substituição deve processar-se, são estabelecidas entre os dois Cmt interessados ou determinados pelo comandante imediatamente superior.

9.4.4.3 Escolha do Tipo de Substituição antes do Ataque

9.4.4.3.1 Em operações, frequentemente, é necessário que seja realizada a substituição de uma unidade em contato. Tal substituição pode ser realizada através de uma substituição em posição ou por uma ultrapassagem.

9.4.4.3.2 A substituição em posição, antes do ataque, deve ser empregada quando:
a) há tempo disponível para sua realização;
b) o atacante tem necessidade de maior conhecimento do terreno e da situação do inimigo; e
c) a tropa substituída é necessária em outra área.

9.4.4.3.3 A ultrapassagem é preferida antes do ataque quando:
a) não há tempo suficiente para executar uma substituição em posição;
b) é planejada uma modificação importante na direção de ataque; e
c) é necessária a flexibilidade na escolha do dispositivo para ataque.

9.4.4.3.4 Em operações defensivas, os tipos de substituição normalmente utilizados são o acolhimento e a substituição em posição.

9.4.5 ULTRAPASSAGEM

9.4.5.1 Conceito

9.4.5.1.1 A ultrapassagem é uma operação que consiste na passagem de uma força que ataca através do dispositivo de outra que está em contato com o inimigo.

9.4.5.2 Finalidade

9.4.5.2.1 A ultrapassagem pode ser realizada com uma das seguintes finalidades:
a) manter a impulsão do ataque;
b) realizar uma mudança de direção de ataque;
c) explorar pontos fracos da posição do inimigo, por meio do emprego da reserva; e
d) iniciar uma ofensiva em frente onde havia estabilização.

9.4.5.3 Planejamento

9.4.5.3.1 A realização de uma ultrapassagem exige um contato cerrado entre os Cmt das unidades que participarão da operação. Nesse contato, é realizada uma reunião de planejamento para que sejam acertados todos os detalhes da operação.

9.4.5.3.2 Em todos os escalões, é realizada a troca de pessoal de ligação.

9.4.5.3.3 Deve haver uma estreita coordenação entre os Cmt da tropa ultrapassada e a que vai ultrapassar em relação aos seguintes aspectos:
a) troca de planos (inclusive o de comunicações) e informações;

b) medidas de segurança, visando a, principalmente, diminuir as vulnerabilidades nas horas de maior concentração de tropas, durante a ultrapassagem;
c) planejamento de reconhecimentos;
d) seleção das regiões de passagem – as regiões de passagem, em relação ao dispositivo da tropa em contato, levam em consideração os intervalos existentes entre as unidades em posição ou em seus flancos;
e) fornecimento de guias – a unidade que será ultrapassada deverá ceder guias capazes de mobiliar até os P Lib Pel da unidade que realizará a ultrapassagem;
f) deverá ser determinada a prioridade na utilização das estradas. Normalmente, esta prioridade é atribuída à unidade que ultrapassa;
g) o controle de trânsito, normalmente, será responsabilidade da tropa que é ultrapassada;
h) deverá haver uma estreita coordenação relativa ao apoio de fogo, pois este, normalmente, é realizado pela tropa ultrapassada, utilizando apenas seus meios de fogo indireto (pelotão de morteiro no escalão Btl):
- o pelotão de morteiro da unidade que ultrapassa, normalmente, só será empregado após a assunção do comando da Z Aç, isto se deve ao fato de se tentar evitar ao máximo a concentração desnecessária de tropas, pois os bons locais para entrada em posição, possivelmente, já estarão ocupados pelas instalações da unidade a ser ultrapassada; e
- normalmente, o apoio de fogo, não inclui as armas de tiro tenso da unidade a ser ultrapassada, em virtude das grandes dificuldades de coordenação e controle.

i) na hora de passagem de comando da Z Aç, normalmente, será a hora de ataque da unidade que ultrapassa, podendo ser ainda no momento do desencadeamento dos fogos de preparação ou a uma hora pré-determinada; e
j) abertura de brechas em campos de minas.

9.4.5.3.4 A ordem preparatória deve anteceder a operação com o máximo de prazo que permita o início dos preparativos. São elementos essenciais de uma ordem preparatória para uma ultrapassagem:
a) duração da operação, com respectivas horas de início e término;
b) assuntos a coordenar entre as tropas participantes;
c) escolha das regiões de passagem;
d) prioridade na utilização das estradas;
e) hora da passagem de comando da Z Aç; e
f) apoios a serem prestados e responsabilidades.

9.4.5.4 Execução

9.4.5.4.1 Os elementos da unidade ultrapassada permanecem em posição e apoiam o ataque até que seus fogos se tornem perigosos para a tropa atacante, ocasião em que devem ser retirados ou receber outra missão na região do ataque.

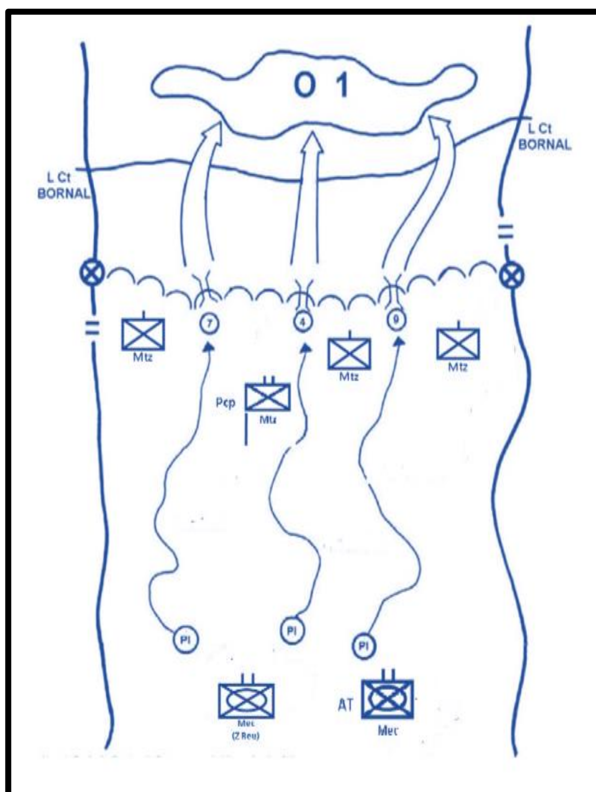


Fig 9-1 – Visualização do esquema de manobra de uma ultrapassagem

9.4.5.4.2 Os elementos da unidade que ultrapassa se deslocam durante os períodos de visibilidade reduzida, das posições de retaguarda (Z Reu) para transporem a LP na hora prevista.

9.4.5.4.3 Com o objetivo de reduzir a concentração de tropas, cálculos de marcha são realizados visando a que as unidades cheguem à LP na hora prevista, eliminando a necessidade de ocupação de posições de ataque.

9.4.5.4.4 As reservas da unidade em contato, podem ser deslocadas para Z Reu à retaguarda, imediatamente antes do início da ultrapassagem, também com o objetivo de reduzir a concentração de tropas na área durante a operação. Tal procedimento é prescrito, normalmente, pelo comando que ordena a ultrapassagem.

9.4.5.4.5 No escalão BI, podemos realizar uma comparação com a operação de ataque noturno, pois, na ultrapassagem, a tropa também percorrerá itinerários balizados, receberá guias, cedidos pela unidade ultrapassada, e utilizará como

uma das principais medidas de coordenação e controle os P Lib, que serão determinados até o escalão Pel.

9.4.5.4.6 Devido à complexidade da operação, devemos tentar simplificar ao máximo sua execução. Um procedimento é batizar os diversos itinerários a serem percorridos com o nome de cores, utilizando lanternas ou fitas, com as respectivas cores. Usa-se o mesmo artifício para balizar os locais de passagens.

9.4.5.4.7 No caso de a tropa que estiver realizando a ultrapassagem possuir blindados, estes devem permanecer na última posição coberta e abrigada, sem comprometer, com o ruído, o sigilo da operação. O momento em que os Bld cerrarão à frente, utilizando itinerários balizados, será definido de acordo com o processo a ser adotado para empregar o combinado Infantaria-CC.

9.4.5.4.8 A ultrapassagem é uma operação realizada quando for um meio para se obter um melhor resultado em uma ação principal subsequente, ou seja, o planejamento da ultrapassagem é dependente do planejamento da operação que se seguirá à ultrapassagem. Com isso, a maioria dos meios, durante a operação, não deve utilizar, necessariamente, os melhores locais de passagem. Considerar-se-á, para a escolha destes locais, a Z Aç do esforço principal na operação subsequente.

9.4.6 SUBSTITUIÇÃO EM POSIÇÃO

9.4.6.1 Conceito

9.4.6.1.1 A substituição em posição é uma operação de combate na qual uma unidade ou parte dela é substituída, em uma área, por outra unidade, após ordem do Esc Sp.

9.4.6.2 Finalidade

9.4.6.2.1 A substituição em posição será realizada com um dos objetivos a seguir.

a) Substituição para continuar a defesa:
  - homem por homem e arma por arma; e
  - a tropa que substitui utiliza o mesmo dispositivo da tropa substituída, realizando as alterações que julgar necessárias somente após a substituição estar concluída.

b) Substituição para continuar o ataque – será realizada por área e a tropa que substitui poderá realizar alterações no dispositivo mesmo antes da substituição estar concluída.

9.4.6.3 Planejamento e Execução

9.4.6.3.1 Na ordem de substituição do Esc Sp, constará o IT no qual a operação deve ser realizada, podendo, ainda, incluir a sequência de substituição a ser empregada. O planejamento deve estar alinhado aos aspectos a seguir.

a) IT da substituição. Normalmente, o comando enquadrante determinará os horários de início e término da substituição:
   - em uma só noite – aumenta a concentração de tropas na área e diminui a possibilidade de quebra do sigilo; e
   - em mais de uma noite – diminui a concentração de tropas na área e aumenta a possibilidade de quebra do sigilo.

b) Sequência da substituição:
   - da frente para a retaguarda quando a maioria dos meios estiver sendo empregada no LAADA; e
   - da retaguarda para frente quando a maioria de meios não estiver sendo empregada no LAADA.
   - Caso não seja especificada pelo Esc Sp, na determinação da sequência, ambos os comandantes devem considerar: a missão subsequente da unidade que substitui, o valor e a capacidade combativa da unidade que vai ser substituída, a possibilidade de o inimigo interferir, as características do terreno, a necessidade de variar o procedimento e a natureza e o valor dos elementos envolvidos na operação.

c) Sequência da substituição dos elementos em primeiro escalão:
   - simultaneamente – aumenta a concentração de tropas na área e diminui o período sob exposição ao fogo inimigo;
   - sucessivamente – diminui a concentração de tropas na área e aumenta o período sob exposição ao fogo inimigo; e
   - em uma situação em que três elementos são empregados à frente, a substituição poderá ser feita um a um ou simultaneamente. Nesse caso, deve-se evitar a substituição de elementos vizinhos ao mesmo tempo; será aconselhável substituir primeiro os elementos dos flancos e, posteriormente, o do centro ou vice-versa.

9.4.6.3.2 As substituições devem ser realizadas em períodos de visibilidade reduzida, normalmente à noite, isso com o objetivo de manter o sigilo da operação.

9.4.6.3.3 Por ser uma operação complexa, exige uma ampla coordenação entre os comandos das tropas (substituída e substituta), principalmente nos assuntos a seguir.

a) Troca de planos e informações:
   - plano de defesa ou ataque;
   - plano de apoio de fogo; e
   - plano de barreira, demais planos que estejam em vigor.

b) Reconhecimento:

- devem ser tomadas providências para o reconhecimento diurno do Cmt e EM e de todos os escalões que se fizerem necessários da unidade que substitui;
- os reconhecimentos incluem as posições de defesa, itinerários, Z Reu, posições de armas e instalações de serviço; e
- o reconhecimento aéreo deve ser feito pelos mesmos aviões ou helicópteros que atuam em proveito do elemento substituído.

c) Medidas de segurança – todo esforço deve ser feito para evitar revelar a operação ao inimigo:

- manutenção da fisionomia da frente pela tropa substituída (patrulhas, fogos, comunicações e outros);
- sistema de rádio da tropa substituta em silêncio;
- DAAe em alerta durante a substituição; e
- limitação dos efetivos para os reconhecimentos.

d) Itinerários de substituição – a exemplo das ultrapassagens, esses itinerários devem estar balizados e reconhecidos, existindo ainda a presença dos guias cedidos pela tropa substituída. O artifício de balizar os itinerários com cores, a exemplo da ultrapassagem, também é válido nas substituições.

e) A prioridade de utilização das estradas será da tropa substituta, e o controle de trânsito será de responsabilidade da tropa substituída.

f) A passagem de comando ocorrerá após a substituição completa dos elementos de primeiro escalão e quando também estiverem estabelecidos os sistemas de comunicações necessários. Até a passagem de comando, os elementos da unidade substituta, que já tiverem completado sua parte na operação, estarão sob controle operacional do Cmt da tropa substituída.

g) Caso venha a ocorrer qualquer situação de conduta, antes da passagem de comando, o Cmt da tropa substituída tem a responsabilidade de solucioná-la.

h) O planejamento de uma substituição é centralizado, enquanto sua execução é descentralizada, por este motivo, para êxito da Op, devem ser empregadas algumas medidas de coordenação e controle, como itinerários de substituição, P Lib Cia, P Lib Pel e Z Reu.

i) A unidade substituta, com auxílio de guias cedidos pela unidade a ser substituída, percorre os itinerários de substituição, previamente balizados. Ao serem atingidas as posições da tropa substituída, a substituição é realizada homem a homem.

j) Os itinerários poderão ser ordenados por sequência, a partir do último ponto de liberação, obedecendo a ordem de prioridade da substituição em todos os escalões.

k) Após a substituição, as tropas que saíram de posição retiram-se utilizando seus itinerários de retraimento, que podem ser os mesmos utilizados pela tropa que entrou em posição, e ocupam uma Z Reu preestabelecida.

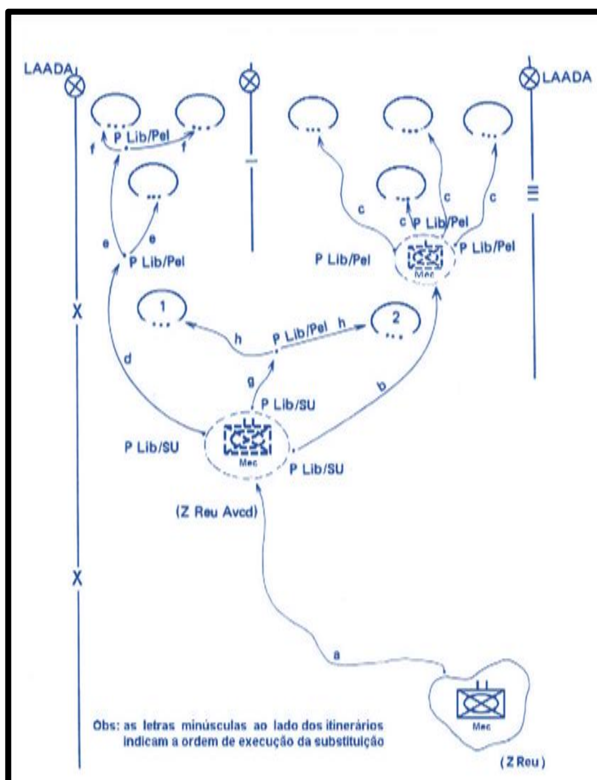


Fig 9-2 – Visualização do Eqm M de uma substituição em posição

9.4.6.3.4 Apoio de Fogo

a) No tocante ao apoio de fogo, continuará em vigor o plano de apoio de fogo da tropa substituída, sendo que a tropa que substitui poderá levantar novos alvos.

b) Normalmente, as unidades de apoio de fogo que serão substituídas permanecem em posição até que as unidades de primeiro escalão tenham sido substituídas.

c) Se houver posições de tiro suficientes, a unidade de apoio de fogo substituta pode escolher novas posições das quais as missões de tiro de uma unidade substituída possam ser cumpridas. Caso contrário, as unidades de apoio de fogo serão substituídas nas posições que ocupam, realizando-se a substituição fração por fração, para evitar o congestionamento.

d) Quando a substituição é feita em mais de uma noite, uma peça por SU entra em posição na primeira noite, com a finalidade de colher os dados de tiro.

e) O tempo disponível e outros fatores podem exigir a troca de certas armas e equipamentos. As dificuldades de uma correta ancoragem das armas à noite, os reparos das metralhadoras e placas-base dos morteiros devem ser permutados pelas unidades.

f) As armas coletivas podem ser trocadas se não puderem ser facilmente deslocadas ou quando não houver prejuízo para a eficácia do tiro. Se houver

permuta, ela deve ser feita arma por arma e sua execução de acordo com a ordem do Esc Sp.

9.4.6.3.5 Apoio logístico – as unidades envolvidas devem coordenar o seguinte:
a) transferência de suprimentos;
b) uso das instalações;
c) desdobramento dos órgãos de serviço;
d) uso dos meios de transporte; e
e) controle de trânsito.

9.4.7 ACOLHIMENTO

9.4.7.1 Generalidades

9.4.7.1.1 O acolhimento é uma operação na qual uma força que realiza um movimento retrógrado passa por meio da Z Aç de outra força que ocupa uma posição defensiva à retaguarda. O acolhimento perdura até que as forças que retraem se coloquem sob proteção dos fogos do elemento à retaguarda.

9.4.7.1.2 Essa operação é bastante empregada pelas forças de segurança em retraimento para a ADA.

9.4.7.1.3 As medidas são estabelecidas da mesma forma que na ultrapassagem, podendo-se considerar esta operação uma "ultrapassagem para retaguarda". Deve ser estabelecido um sistema de identificação mútua entre as tropas.

9.4.7.2 Planejamento e Execução

9.4.7.2.1 As operações de acolhimento, normalmente, ocorrem durante a realização de um movimento retrógrado. Nesse caso, seu planejamento está intimamente relacionado ao planejamento deste.

9.4.7.2.2 Por ser uma operação complexa, é necessário que haja uma coordenação de todos os detalhes da manobra. Normalmente, é realizada a troca de elementos de ligação em todos os escalões.

9.4.7.2.3 As áreas ou pontos selecionados para a passagem das tropas que retraem devem estar desocupadas, balizadas e localizadas entre os elementos das unidades em posição ou em seus flancos.

9.4.7.2.4 Os itinerários de retraimento, se possível, devem estar balizados, porém é importante lembrar que esse balizamento será feito visando a uma tropa que virá da mesma direção que o inimigo, fato este que obriga uma perfeita coordenação, de modo que seja usado um sistema de balizamento discreto e que este seja retirado, pela tropa que retrai, à medida que for sendo utilizado. Os itinerários podem ser balizados por fitas ou fios. A utilização de sinais luminosos

(lanternas) torna-se ineficaz em virtude de a direção de aproximação ser a mesma do inimigo.

9.4.7.2.5 Quando o retraimento for sem pressão do inimigo, podem ser planejadas linhas de controle e pontos de ligação na A Seg da tropa que realizará o acolhimento. Essas medidas visam a possibilitar que nos pontos de ligação sejam fornecidos guias para a unidade que realizará o retraimento.

9.4.7.2.6 Na hora prevista, elementos da força que retrai iniciam o deslocamento diretamente para retaguarda, dentro de sua Z Aç. Esses deslocamentos, preferencialmente, devem ser realizados durante os períodos de visibilidade reduzida.

9.4.7.2.7 O Cmt da força que retrai é responsável pela identificação do último elemento de sua tropa a passar através da unidade em posição.

9.4.7.2.8 Com o objetivo de reduzir a concentração de tropas durante o acolhimento, é conveniente retrair, em primeiro lugar, as unidades e instalações de Ap Log, a reserva e os elementos e instalações de C² não essenciais e, posteriormente, os elementos de combate e de outras forças em primeiro escalão.

9.4.7.2.9 A transferência de responsabilidade pela Z Aç deve ocorrer quando a unidade que retrai completa a passagem por uma determinada linha do terreno (linha de controle de fogo, LAADA ou linha de controle) ou a uma hora determinada.

9.4.7.2.10 Para o sucesso da operação, é necessária a utilização de algumas medidas de coordenação e controle, pela tropa que executa o retraimento, conforme a seguir.

a) Pontos de ligação

- Nesse tipo de operação, são designados pelo comando que enquadram unidades ou por combinação entre os Cmt envolvidos na operação.
- Para assegurar uma perfeita coordenação entre as duas unidades, um ponto de ligação principal e outro alternativo devem ser designados em cada setor de SU. Esses pontos são efetivados pelos elementos de ligação e são localizados dentro do alcance das armas do limite anterior da ADA e/ou posição de retardamento.
- Os elementos da ADA ou posição de retardamento enviam uma patrulha de ligação equipada com rádio e guias para o ponto de ligação.

b) Pontos de passagem

- Esses pontos são localizados no limite anterior da ADA ou posição de retardamento; e, por meio deles, as forças são acolhidas. Devem ser reconhecidos pelas forças que retraem.

- Os pontos de passagem são também empregados para proporcionar um meio de referenciar locais específicos e informações para o controle das unidades.
- Os guias das unidades que realizam o acolhimento, normalmente, encontrarão os elementos que executam o retraimento no ponto de ligação e os guiarão por meio dos pontos de passagem sobre o limite anterior da ADA ou posição de retardamento e, daí, para retaguarda da unidade.
- Essas ações são coordenadas pelos elementos de ligação das duas unidades.

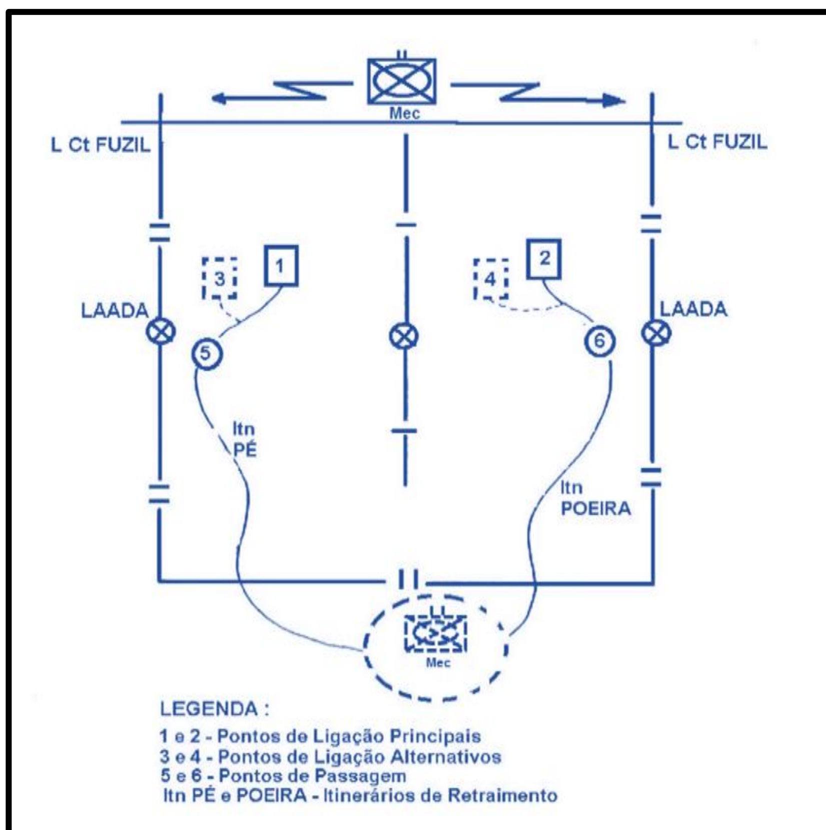


Fig 9-3 – BI Mec acolhido por uma unidade de combate

c) Itinerários de retraimento
- São caminhos designados por meio da posição à retaguarda e que facilitam um retraimento ordenado e contínuo.
- No interior da posição, é obrigatório que as tropas se mantenham sobre os itinerários prescritos.

d) Hora de passagem

- A hora da passagem é designada pelo Cmt que ordenou a operação. Horas específicas são designadas para cada SU.
- Um representante da unidade que retrai, com rádio, precede a unidade de marcha (UM) no ponto de passagem. Esses representantes informam à unidade o número de veículos que estão retraindo e a identificação do último veículo a retrair.

e) Sinais de reconhecimento

- São incluídos na ordem de operações e devem ter como base as instruções para a exploração das comunicações e eletrônica (IE Com Elt) e as NGA das unidades interessadas.
- Os sinais de reconhecimento são acertados pelas duas unidades. Normalmente, os sinais de reconhecimento cobrem tanto o retraimento diurno quanto o noturno.

9.5 COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR

9.5.1 Conforme o MC *A Infantaria nas Operações*, as ações de cooperação civil-militar (CIMIC) no nível tático devem seguir as diretrizes estabelecidas pelos assuntos civis que são normatizados nos níveis político e estratégico e destinam-se a atender aos interesses do Estado no TO/A Op, por intermédio de atores civis e militares.

9.5.2 Nesse contexto, o Btl pode realizar determinadas ações, tais como: distribuição de alimentos, segurança de comboios, segurança de obras de infraestrutura, apoio à administração civil e outras atividades junto à população local.

9.5.3 Mais detalhes sobre esse tipo de atividade, consultar o manual *Assuntos Civis*.

9.6 DEFESA QUÍMICA, BIOLÓGICA, RADIOLÓGICA E NUCLEAR

9.6.1 GENERALIDADES

9.6.1.1 A existência de arma de destruição em massa é uma ameaça potencial em diferentes áreas do mundo. Seu emprego está condicionado à capacidade de proteção, dos meios de disseminação dos agentes QBRN e às intenções de uso por parte do detentor.

9.6.1.2 O lançamento e a dispersão de agentes QBRN podem ser realizados por diversos meios, tais como: mísseis, foguetes, aeronaves, artilharia de campanha e aerossóis de difícil detecção.

9.6.1.3 Adicionalmente, existe o perigo potencial de acidentes, ações militares ou atentados terroristas sobre instalações industriais que usem materiais industriais tóxicos. Tais instalações normalmente se localizam em grandes centros urbanos, potencializando o risco sobre a população civil.

9.6.1.4 O MC *A Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear nas Operações* aborda o assunto com maior profundidade.

9.7 OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

9.7.1 As operações psicológicas são procedimentos técnicos especializados aplicáveis de forma sistematizada, desde a paz, para influenciar um público-alvo (PA) a manifestar comportamentos desejáveis, com o intuito final de apoiar a conquista de objetivos estabelecidos.

9.7.2 Um BI pode ser empregado em tarefas de menor complexidade técnica e sensibilidade, tais como a disseminação de produtos impressos, a difusão por alto-falantes de mensagens pré-gravadas, o apoio à medição da eficácia das ações e outras atividades no contexto de campanhas abertas.

9.7.3 Integrantes do BI poderão constituir equipes de operações psicológicas (Eq Op Psc), à medida que houver um volume significativo de encargos que justifiquem a dedicação exclusiva a essas rotinas e processos, apresentando estrutura simples e variável.

9.7.4 O MC *Operações Psicológicas* aborda o assunto com maior profundidade.

9.8 GUERRA ELETRÔNICA

9.8.1 GENERALIDADES

9.8.1.1 Conceitos

9.8.1.1.1 Guerra eletrônica (GE) – é o conjunto de ações que visam a assegurar o emprego eficiente das emissões eletromagnéticas próprias, ao mesmo tempo em que buscam impedir, dificultar ou tirar proveito das emissões inimigas. A GE possui três ramos, a saber:
a) medidas de apoio de guerra eletrônica (MAGE);
b) medidas de ataque eletrônico (MAE); e
c) medidas de proteção eletrônica (MPE).

9.8.1.1.2 As MAGE e MAE cabem à Cia GE, orgânica da divisão, visto que ela possui pessoal e material especializados para realizar as referidas ações. As MPE devem ser exaustivamente treinadas e executadas por todos os elementos

que utilizam ou são responsáveis pelo emprego de emissores eletromagnéticos. Todos devem estar conscientes de que um procedimento incorreto na manipulação desses emissores pode colocar em perigo a missão de sua força e, ainda, causar um aumento considerável do número de perdas (pessoal e material).

9.8.2 AÇÕES ABRANGIDAS PELAS MPE

9.8.2.1 Pelas Medidas Eletrônicas de Apoio (MEA)

9.8.2.1.1 Aquisição (Aqs) – é o processo de vigilância do espectro eletromagnético, identificação e exploração dos alvos eletrônicos hostis. Por meio da aquisição, são obtidos dados técnicos sobre o tráfego e sobre o conteúdo dos sinais de interesse.

9.8.2.1.2 Localização eletrônica (Loc Elt) – é o processo de determinação, por meios eletrônicos, da posição de uma fonte emissora de energia eletromagnética.

9.8.2.1.3 Análise (Anl) – é o processo de exame dos resultados obtidos pela aquisição e localização eletrônica com o objetivo de fornecer conhecimentos sobre alvos eletrônicos, necessários ao desenvolvimento imediato das operações de combate.

9.8.2.2 Pelas Contramedidas Eletrônicas (CME)

9.8.2.2.1 No Campo das Comunicações
a) Interferência (Interf) – caracteriza-se pela irradiação intencional de energia eletromagnética em frequência utilizada pelo oponente, com o propósito de impedir ou dificultar a recepção de emissões do seu interesse.
b) Dissimulação eletrônica (Dsml Elt) – é a irradiação ou reirradiação de energia eletromagnética, com o propósito de iludir o inimigo, seja pela interpretação errônea do conteúdo das emissões recebidas, seja induzindo falsas mensagens em seus sistemas eletrônicos. A Dsml Elt pode ser empregada sobre os sistemas de comunicações ou de MEA do inimigo.

9.8.2.2.2 No Campo das Não Comunicações
a) Bloqueio (Blq) – é a irradiação intencional, reirradiação ou reflexão de energia eletromagnética com a finalidade de reduzir ou anular a recepção do sinal dos equipamentos ou sistemas eletrônicos/eletro-ópticos em uso pelo oponente.
b) Despistamento (Dptt) – é a irradiação intencional, reirradiação, alteração, absorção ou reflexão da energia eletromagnética, com a finalidade de levar o oponente ao erro na interpretação do sinal interceptado ou ao mau uso dos dados recebidos pelos seus sensores.

9.8.2.2.3 As MPE compreendem as ações antimedidas eletrônicas de apoio (anti-MEA) e anticontramedidas eletrônicas (anti-CME), tanto no campo das comunicações como no campo das não comunicações.
a) Ações anti-MEA – são realizadas permanentemente e visam a negar ao oponente o sucesso na detecção, localização e análise de nossas emissões por meio de suas ações de MEA.
b) Ações anti-CME – empregadas quando as ações anti-MEA não surtem o efeito desejado, e/ou quando o oponente atua com ações de CME. Visam a anular ou diminuir a eficiência das CME realizadas pelo oponente.

9.8.2.2.4 A utilização de MPE torna-se imperiosa em todos os escalões de comando que empregam sistemas que se utilizam intencionalmente da emissão de energia eletromagnética. A responsabilidade pela aplicação das MPE é do Cmt, dos elementos encarregados do planejamento e dos operadores dos sistemas.

9.8.2.2.5 As MPE têm como objetivo impedir o inimigo de:
a) interceptar nossas transmissões eletromagnéticas;
b) localizar nossos emissores de energia eletromagnética;
c) obter informações por meio da análise dos nossos sinais;
d) interferir nos nossos sistemas eletrônicos; e
e) obter êxito em suas ações de dissimulação e despistamento.

9.8.2.2.6 Na aplicação das MPE, deve-se sempre buscar, em primeiro lugar, furtar-se às MEA do inimigo e, em segundo, evadir-se das CME tomadas. As ações anti-MEA são realizadas permanentemente e objetivam negar ao inimigo o sucesso na aquisição, localização e análise de nossas emissões. Caso nossas ações anti-MEA não sejam eficientes, o inimigo poderá realizar CME sobre nossos equipamentos. Nesse caso, poderemos realizar ações anti-CME e anular ou diminuir a eficiência das CME oponentes.

9.8.2.2.7 A moderna tecnologia permite incorporar aos equipamentos que se utilizam da transmissão e recepção da energia eletromagnética diferentes técnicas de proteção. O emprego de tais tecnologias, constituindo-se tanto em ações anti-MEA quanto anti-CME, representa um poderoso auxílio aos elementos encarregados de planejar os diferentes sistemas de transmissão. As tecnologias empregadas como MPE não excluem os procedimentos abordados nos próximos itens, mas os complementam. Todos os procedimentos a serem utilizados a fim de fugir à GE inimiga deverão estar previstos em NGA, IE Com Elt e instruções padrão de comunicações e eletrônica (IP Com Elt).

9.8.3 AÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS MPE NO CAMPO DAS COMUNICAÇÕES

9.8.3.1 Anti-MEA

9.9.3.1.1 São ações anti-MEA:
a) previsão de rotas alternativas para todas as ligações durante o planejamento dos sistemas de comunicações. As rotas alternativas devem permitir às forças amigas transmitir falsas mensagens naquelas em que o oponente já se mostrou presente;
b) não responder a falsas chamadas de indicativos (postos e redes) realizadas pelo oponente. Isso objetiva evitar que nossos postos-rádio sejam localizados pela GE inimiga;
c) desdobramento correto dos sistemas de comunicações, buscando um paralelismo em relação à LP/LC (ou LAADA) e a menor distância possível entre os transceptores;
d) emprego de retransmissores ou repetidores;
e) alteração constante no padrão das emissões (mudanças de indicativos, frequências, operadores, equipamentos e locais dos postos de transmissão);
f) utilização de mensagens preestabelecidas e pré-formatadas e de códigos de operação;
g) redução do número de mensagens transmitidas;
h) utilização da mínima potência necessária ao estabelecimento do enlace-rádio;
i) utilização de antenas direcionais; e
j) manutenção correta dos equipamentos transmissores, evitando causar alteração na assinatura eletrônica dos sinais por eles emitidos.

9.8.3.2 Anti-CME

9.8.3.2.1 São ações anti-CME:
a) reconhecimento da interferência inimiga, com a subsequente confecção de um relatório de interferência e dissimulação eletrônica;
b) operação mesmo sob interferência;
c) reconhecimento da dissimulação eletrônica inimiga;
d) emprego de retransmissores;
e) uso de rotas alternativas;
f) autenticação dos postos;
g) autenticação das mensagens; e
h) mudança de frequência.

9.8.4 AÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS MPE NO CAMPO DAS NÃO COMUNICAÇÕES

9.8.4.1 No campo das não comunicações, as ações abrangidas pelas MPE, a seguir descritas, estão muito relacionadas às tecnologias incorporadas aos respectivos equipamentos.

9.8.4.2 Anti-MEA

9.8.4.2.1 São ações Anti-MEA:
a) controle das emissões, evitando a irradiação de sistemas ativos que não sejam imprescindíveis ao cumprimento da missão. Esta ação pode ter um planejamento centralizado, pelo Esc Sp, que resulta na elaboração do plano de controle das irradiações eletromagnéticas de não comunicações (plano CIENC);
b) utilização da mínima potência necessária ao cumprimento da missão;
c) variação dos parâmetros do sinal emitido (frequência de operação, frequência de repetição e largura de pulso); e
d) previsão de constantes mudanças de posição dos emissores, com o emprego de emissores aos pares.

9.8.4.3 Anti-CME

9.8.4.3.1 São ações anti-CME:
a) o aumento da potência do ecorradar;
b) o uso de técnicas especiais de controle de varredura como o controle manual da antena, o acompanhamento cego, o acompanhamento passivo em ângulo, a orientação pelo bloqueio e a indicação da direção do bloqueio, além de executar a varredura apenas na recepção ou no processamento (monopulso), permitem que os meios de não comunicação continuem operando mesmo sob a ação de CME inimiga;
c) a diversidade de frequência de operação, de frequência de repetição de pulso (FRP), de largura de pulso (LP) e de polarização são recursos de MPE que devem ser sempre buscados;
d) a alteração dos parâmetros da nossa emissão em momentos críticos;
e) a discriminação do sinal de CME, também chamada de resistência à CME, que consiste em evitar que nossos sistemas sejam afetados por sinais introduzidos pela CME oponente;
f) para prevenir que sinais muitos fortes venham a saturar ou sobrecarregar o receptor-radar, existem várias formas de controle da sua sensibilidade; e
g) como último recurso anti-CME, quando nenhuma outra técnica de MPE for eficaz, podemos utilizar outro tipo de equipamento, substituindo, por exemplo, um radar de frequência mais baixa por outro de frequência mais alta.

9.9 DEFESA ANTIAÉREA

9.9.1 GENERALIDADES

9.9.1.1 Todos os elementos de Infantaria, em seus respectivos escalões, contribuem para o sistema de DAAe ao proceder constante vigilância do espaço aéreo subjacente à sua área de responsabilidade, provendo alerta oportuno sobre qualquer ação de vetores aéreos hostis.

9.9.2 MEDIDAS DE DEFESA ANTIAÉREA

9.9.2.1 As unidades de AAAe podem operar na área do Btl, sob o controle de um comando superior. Nesse caso, o Cmt Btl coordena a DAAe com o comando dessas unidades. Os fogos das armas individuais e coletivas orgânicas podem ser eficazmente empregados em coordenação com os das armas antiaéreas, para limitar a atividade aérea inimiga na área.

9.9.2.2 A autodefesa AAe consiste no emprego das armas orgânicas do Btl que podem ser particularmente eficazes contra os helicópteros e outras aeronaves de voo lento. Os setores de tiro atribuídos e as condições de emprego das armas do Btl devem ser coordenados pelo CCAF.

9.9.2.3 As medidas de autodefesa AAe podem ser as seguintes:
a) medidas passivas de proteção;
b) estabelecimento de um sistema de alarme; e
c) permissão às unidades para atirar em todas as aeronaves seguramente identificadas como inimigas, mesmo quando não realizem um ataque direto à unidade.

9.9.2.4 Essas medidas podem ser prescritas ou limitadas pelo Cmt da Bda. Os planos pormenorizados para o emprego da AAAe devem ser preparados pelos Cmt destas unidades, em coordenação com o coordenador de apoio de fogo.

9.9.2.5 O MC *Defesa Antiaérea nas Operações* aborda esse assunto com mais detalhes.

CAPÍTULO X

OPERAÇÕES EM AMBIENTES COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS

10.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

10.1.1 Neste capítulo, serão mencionadas as operações para as quais as unidades de infantaria deverão ter capacidade para atuar nas diferentes áreas estratégicas do território brasileiro, cumprindo ações de defesa externa.

10.1.2 Para fins de preparo e emprego da F Ter, os ambientes com características especiais estão divididos nos seguintes tipos:
a) ambiente operacional de selva;
b) ambiente operacional de pantanal;
c) ambiente operacional de caatinga; e
d) ambiente operacional de montanha.

10.2 OPERAÇÕES NA SELVA

10.2.1 As operações na selva caracterizam-se pela dificuldade de coordenação e controle e de movimento. Tais operações são, fundamentalmente, orientadas para a conquista ou defesa das localidades mais expressivas e de interesse do Esc Sp. Torna-se fundamental a adaptação da tropa às condições da selva, à instrução adequada aos diversos ambientes (principalmente, floresta, campos, localidades e vias fluviais) e à utilização de meios apropriados. As instruções provisórias *Operações na Selva* e *O Batalhão de Infantaria de Selva* abordam o assunto com maior profundidade.

10.3 OPERAÇÕES NO PANTANAL

10.3.1 Conforme descreve o MC *A Infantaria nas Operações*, as características das operações em ambiente de Pantanal são:
a) acentuada restrição ao movimento por modal rodoviário;
b) importância do controle das localidades;
c) prevalência dos meios aquáticos para deslocamentos;
d) dificuldade de manutenção do fluxo de apoio logístico;
e) emprego de pequenas frações;
f) ações táticas descentralizadas; e
g) importância do emprego de meios aéreos.

10.3.2 No ambiente de Pantanal, a Inf opera conforme o conceito operacional do Exército.

10.3.3 As características do terreno obrigam a realização de operações ribeirinhas, o que impõe a necessidade de utilizar meios fluviais próprios ou do apoio da Marinha do Brasil.

10.3.4 As tropas de Inf localizadas no Comando Militar do Oeste são as mais aptas a combater na região pantaneira. A adaptação do homem ao terreno, o material adequado às operações ribeirinhas, os armamentos e os equipamentos leves são as características principais das tropas de Inf que operam no Pantanal.

10.3.5 As demais tropas de Inf são aptas a realizar operações no Pantanal, desde que estejam aclimatadas e recebam o material necessário e o adestramento específico.

10.4 OPERAÇÕES NA CAATINGA

10.4.1 As operações em Caatinga são aquelas conduzidas, em ambiente como o que caracteriza o semiárido nordestino brasileiro. As condições de clima e vegetação, a pobreza da fauna e da flora e as características de ordem psicossocial das populações, conferem às operações em região de Caatinga certas peculiaridades.

10.4.2 As tropas mais aptas a atuarem nesse ambiente hostil são os BI localizados na região do semiárido nordestino, devido à adaptação ao clima e à vegetação, que lhes confere vantagem na utilização do terreno e das condições meteorológicas.

10.5 OPERAÇÕES NA MONTANHA

10.5.1 O COMBATE EM TERRENO MONTANHOSO

10.5.1.1 Generalidades

10.5.1.1.1 As montanhas são definidas como acidentes do terreno cujas cristas, geralmente, elevam-se a mais de 500 metros em relação às terras baixas adjacentes, apresentando por vezes encostas muito íngremes, penhascos, precipícios, desfiladeiros estreitos *etc.* Independente da altitude, qualquer terreno que apresente encostas íngremes pode exigir técnicas especiais de montanhismo para sua transposição e/ou utilização.

10.5.1.1.2 A doutrina militar de emprego de uma força em região montanhosa não difere, em sua essência, daquela preconizada para o terreno convencional. Ela sofre, entretanto, algumas adaptações que as características do ambiente operacional impõem.

10.5.1.1.3 O combate decisivo nas regiões montanhosas é travado nas partes mais altas do terreno, que têm comandamento sobre as vias de transporte, os passos e os desfiladeiros. O emprego de grandes efetivos fica restrito às operações realizadas nos vales, os quais são imprescindíveis para atender às necessidades de apoio logístico da tropa.

10.5.1.1.4 Maiores detalhes acerca das operações em montanha podem ser encontrados nos manuais de campanha *Operações* e *A Infantaria nas Operações*.

10.5.1.2 Características das Operações

10.5.1.2.1 As operações em regiões montanhosas, de uma maneira geral, apresentam as seguintes características:
a) operações lentas e desgastantes;
b) estradas e caminhos escassos, dificultando o movimento;
c) emprego de pequenos efetivos, tendo em vista a compartimentação do terreno e as dificuldades de ressuprimento;
d) grandes dificuldades para realizar o apoio logístico:
e) escassez de recursos locais;
f) necessidade de adoção de técnicas e equipamentos especiais;
g) condições meteorológicas instáveis e adversas; e
h) necessidade de aclimatação e adaptação da tropa.

10.5.2 MARCHAS EM MONTANHA

10.5.2.1 As marchas em terreno montanhoso caracterizam-se por um alongamento das colunas e a necessidade da adoção de medidas rígidas de segurança para se evitar emboscadas.

10.5.2.2 A unidade de marcha a ser empregada é a SU, sendo as distâncias entre as frações condicionadas pelo terreno e as condições de visibilidade. É fundamental que a escolha dos itinerários a percorrer seja feita levando-se em consideração tanto a facilidade de movimento quanto a segurança tática, sendo executado, sempre que possível, o reconhecimento prévio e a equipagem dos pontos críticos a ultrapassar.

10.5.2.3 Os deslocamentos noturnos são bastante dificultados, porém a tropa deve estar apta a executá-los, pois aumentam a segurança e o sigilo das operações. Algumas medidas podem ser tomadas para facilitar estes deslocamentos: reconhecimentos, balizamento de itinerários, emprego de guias e diminuição da distância entre os homens.

10.5.2.4 Os locais de estacionamento da tropa devem ser cuidadosamente selecionados. As áreas limitadas e o aumento do tempo de escoamento das colunas, normalmente, impõem que as companhias e, até mesmo pelotões,

estacionem separadamente em locais apropriados. Em geral, os estacionamentos de montanha são localizados em regiões dominantes, dotadas dos requisitos necessários à defesa circular e à defesa aérea. Deve ser dada importância para a seleção de locais que possibilitem o pouso de helicópteros para suprimento e evacuação.

10.5.2.5 O vigor físico, a higidez e a capacidade de suportar esforços físicos prolongados e de recuperar-se rapidamente são qualidades que o combatente de montanha deve ter para realizar, com êxito, um deslocamento neste ambiente operacional. Tal condicionamento físico somente pode ser alcançado por meio de marchas e escaladas frequentes, com a tropa equipada para o combate. O peso a conduzir, a altitude e as distâncias a vencer devem ser gradualmente aumentados, à medida que o combatente for se aclimatando.

10.5.2.6 Para maiores detalhes acerca do cálculo de marcha em ambiente operacional de montanha, orienta-se a consulta do MC *Marchas a Pé*.

10.5.3 OPERAÇÕES OFENSIVAS

10.5.3.1 Generalidades

10.5.3.1.1 As condições meteorológicas, pela importância que têm nas operações em montanha, devem ser devidamente consideradas no planejamento das Op Ofs. A noite e os períodos de reduzida visibilidade devem ser aproveitados ao máximo. Geralmente, as condições de visibilidade restrita serão especialmente úteis nas marchas para o combate, infiltrações, mudanças de posições, execução de ressuprimentos, remoção de obstáculos e ataques.

10.5.3.1.2 A recuperação de forças empenhadas nas operações em montanha e a modificação do dispositivo adotado constituem tarefas lentas e difíceis. Por esse motivo, o planejamento para o emprego das unidades deverá resultar de um detalhado estudo onde sejam consideradas todas as alternativas possíveis e as previsões de emprego futuro da força.

10.5.3.1.3 As previsões, tão importantes nas operações em montanha, têm um justo limite que deve ser respeitado. Não se pode incorrer no erro de estabelecer detalhes de execução que devam ficar a cargo dos Cmt subordinados. Essa tutela em regiões montanhosas é um procedimento perigoso, pois resulta em Cmt temerosos e incapazes de trabalhar por si só. O exercício da iniciativa pelos escalões subordinados é indispensável, cabendo aos Cmt, até o nível SU, emitirem claramente sua intenção aos comandantes subordinados, visto que o planejamento é conduzido de maneira centralizada, porém a execução é descentralizada.

10.5.3.2 Marcha para o Combate

10.5.3.2.1 No deslocamento por uma trilha estreita, a profundidade da coluna de um batalhão pode ter vários quilômetros e o tempo de escoamento consumir várias horas. O desdobramento deste dispositivo leva um tempo considerável. Na formação em coluna com tropas a pé, o tempo de reação é demorado e o controle difícil. Quando o terreno impõe a utilização das formações em coluna ou em linha, as distâncias e intervalos são reduzidos (formação cerrada) para aumentar o controle e a velocidade, devendo-se observar a segurança em todas as direções, a qual deve ser continuamente mantida.

10.5.3.2.2 Organização para a Marcha
a) A organização de uma M Cmb em terreno montanhoso não difere muito daquela empregada para um terreno convencional.
b) Quando se dispõe de mais de uma trilha para o deslocamento ou quando o contato é iminente, podem ser usadas colunas paralelas com a flancoguarda nas cristas e o grosso no vale. Em todos os casos, cada elemento separado do grosso deve ser capaz de combater isoladamente.

10.5.3.2.3 Seleção de objetivos – a seleção dos objetivos de marcha deve ser em função dos fatores da decisão, com uma consideração especial acerca do tempo disponível para o deslocamento.

10.5.3.2.4 Segurança
a) O terreno montanhoso oferece muitos lugares favoráveis à observação inimiga e à realização de emboscadas, exigindo que o Cmt dê ênfase especial às medidas de segurança. Pontos dominantes ou críticos devem ser ocupados, imediatamente, por destacamentos de segurança suficientemente fortes para defendê-los contra a ação de patrulhas de combate ou de reconhecimento inimigas ou, ainda, elementos infiltrados. Pode ser necessário neutralizar ou desbordar posições inimigas de difícil acesso, para que não impeçam a progressão do grosso. A neutralização da observação inimiga pode ser feita pelo uso de fumígenos e pelo fogo das armas. Esses meios são utilizados, também, para iludir o inimigo quanto à utilização de determinadas vias de acesso.
b) O movimento na linha de crista, onde algumas das melhores trilhas são encontradas, atrai o fogo da artilharia inimiga. Quando não existirem itinerários cobertos, a força desloca-se abaixo da crista topográfica com segurança no flanco e mantendo a observação sobre o vale.
c) Devido à escassez de trilhas e caminhos, é bem provável que o inimigo empregue minas e armadilhas neles, especial atenção deve ser dispensada à sua detecção e neutralização.
d) Nas paradas, cada GC providencia sua segurança e tira partido das cobertas e abrigos disponíveis. Durante a noite e em períodos de visibilidade restrita, a infiltração inimiga é um perigo constante. Medidas e equipamentos a serem empregados incluem: postos de observação e de escuta, patrulhas, sensores,

radares de vigilância, dispositivos de iluminação acionados por cordéis de tropeço e equipamentos de visão noturna.
e) A segurança de flanco é obtida pelo emprego de forças que ocupam terreno dominante nos flancos do grosso. As forças de segurança, cuja mobilidade seja limitada pelo movimento a pé, deslocam-se com antecedência em relação ao grosso. A quantidade e a composição dos elementos que cobrem os flancos variam em função do número de acidentes do terreno que devem ser ocupados, controlados ou patrulhados e da mobilidade das próprias forças. Os Cmt devem planejar o movimento dessas forças sem perder de vista as dificuldades que se lhe oporão. A frequente falta de estradas e/ou trilhas nos flancos do grosso limitam a atividade das flancoguardas a patrulhas de observação aérea ou patrulhas de combate transportadas por helicópteros. Porém, sempre que possível, empregam-se flancoguardas fortes em elementos terrestres.

10.5.3.2.5 Conduta da Marcha para o Combate
a) Quando o contato com o inimigo é iminente ou foi estabelecido, ou quando a atividade do inimigo aéreo dificulta o deslocamento diurno, a maioria das marchas é realizada à noite. As marchas noturnas em montanhas são difíceis, muitas vezes perigosas e excessivamente desgastantes, porém facilitam a obtenção de surpresa.
b) Uma vez estabelecido o contato, fica mais difícil manobrar as forças disponíveis. Caso existam reservas aeromóveis, elas podem ser empregadas para flanquear, isolar ou desbordar a posição inimiga, enquanto fogos indiretos, aviões e helicópteros de ataque são empregados contra ela. Entretanto, se não existirem meios aeromóveis, um ataque exclusivamente terrestre torna-se, então, necessário.
c) O deslocamento lateral entre elementos vizinhos é normalmente difícil ou impossível. Todo esforço deve ser feito para a manutenção, no mínimo, do contato visual. Têm grande importância a utilização de pontos e linhas de controle, o emprego de patrulhas de ligação e, até mesmo, o faseamento da operação, a fim de possibilitar a coordenação e o controle do deslocamento da força como um todo.

10.5.3.3 Reconhecimento em Força

10.5.3.3.1 Nas Op Ofs em terreno montanhoso, o reconhecimento em força deve ser cuidadosamente planejado, devido às dificuldades impostas pelo terreno ao movimento e ao perigo, sempre presente, da força que o executa ficar decisivamente engajada sob condições extremamente desfavoráveis. As informações necessárias devem ser obtidas, sempre que possível, por outros meios que impliquem menores riscos e desgastes.

10.5.3.4 Ataque

10.5.3.4.1 O combate decisivo em montanhas normalmente é travado nas alturas dominantes, acima dos vales ou dos passos existentes. Todo esforço

deve ser feito para se lutar de cima para baixo. O desbordamento e a infiltração, sempre que possível, são as formas de manobra preferidas.

10.5.3.4.2 O inimigo deve ser atacado onde for mais fraco. As posições fortemente defendidas devem ser isoladas e desbordadas por forças aeromóveis ou por meio de infiltrações. As instalações logísticas do inimigo são objetivos atrativos, uma vez que são vitais para as suas operações. Como os espaços disponíveis para o desdobramento dessas instalações são limitados, elas são mais facilmente localizadas e se tornam mais vulneráveis.

10.5.3.4.3 É essencial o reconhecimento meticuloso e contínuo. Os intervalos entre as posições defensivas são, normalmente, minados. Os campos de minas são mais irregulares do que em terreno comum. O inimigo normalmente ocupa as partes altas do terreno para retardar ou deter as forças atacantes. As posições são organizadas para a defesa em todas as direções e melhoradas tanto quanto o tempo permita.

10.5.3.4.4 O planejamento do apoio de fogo deve prever uma grande sincronização e coordenação de todos os meios disponíveis. O terreno compartimentado, condições meteorológicas adversas e visibilidade limitada não permitem que se confie em apenas um ou outro meio. Morteiros, artilharia de campanha, AAAe em missão de superfície, helicópteros de ataque, fogo de artilharia naval e aerotático se complementam, pela compensação das limitações inerentes a cada um imposta pelas condições do ambiente operacional.

10.5.3.4.5 As dificuldades de remuniciamento exigem um planejamento pormenorizado acerca da munição disponível para as operações. Processos especiais de suprimento e o emprego de munição para consumo imediato são algumas das medidas que podem ser adotadas para minorar este problema. É conveniente que seja sempre mantido um número de tiros em reserva, para ser usado somente por ordem do Cmt da unidade.

10.5.3.4.6 Conduta do Ataque
a) O ataque busca invalidar a defesa do inimigo, obrigando-o a abandonar as posições preparadas e a improvisar a luta em terreno aberto. A velocidade de progressão do ataque deve contrapor-se à possibilidade do inimigo de reagir. Peças de manobra que são detidas ou perdem a impulsão são substituídas em sua missão por peças de manobra que as ultrapassam ou desbordam para continuar o ataque. O escalão de ataque não faz a limpeza da Z Aç, a não ser que receba ordem para isso. Ele se dirige para objetivos profundos, desbordando posições inimigas difíceis de serem conquistadas.
b) Embora os ataques à noite e sob outras condições de visibilidade limitada, em terreno montanhoso, sejam de difícil execução e desgastantes, possuem muitas vantagens. Com a utilização dos modernos equipamentos de visão noturna, as operações tornaram-se mais exequíveis. Esse tipo de operação proporciona condições para a obtenção de surpresa e é realizada sempre que possível. Um

planejamento detalhado permite efetivo controle pelo Cmt e facilita a adoção de ações alternativas na eventualidade de uma ocorrência imprevista.
c) Em terreno montanhoso, o assalto normalmente inicia-se das últimas posições cobertas, as quais para serem alcançadas podem necessitar deslocamento por lanços, até que se chegue no alcance do lançamento de uma granada de mão. Os elementos de assalto deslocam-se rapidamente para o topo do objetivo. A permanência sob o alcance do lançamento de granadas de mão inimigas deve ser evitada. O uso de armas incendiárias, de fósforo branco e de granadas fumígenas são de grande utilidade para superar resistências inimigas durante o assalto final.
d) Para fazer face a um decréscimo na eficiência do tiro direto das armas terrestres, as unidades de infantaria utilizam ao máximo o tiro indireto e o apoio aéreo aproximado.
e) Os postos de comando cerram à frente para permitir controle.
f) Efetivo dos elementos avançados – muito embora os postos de comando fiquem próximos da LC, o desenfiamento e a proximidade das unidades de apoio e das reservas proporcionam-lhes proteção contra os fogos diretos do inimigo e contra infiltrações.

10.5.3.5 Aproveitamento do Êxito e Perseguição

10.5.3.5.1 Nas operações em montanhas, as seguintes considerações influenciam o emprego dos meios no Apvt Exi e na perseguição:
a) a necessidade de bater com fogos profundos as vias de escape do inimigo exige que os helicópteros sejam empregados para mudar a artilharia rapidamente de posição e deslocar os observadores avançados, superando, dessa forma, os obstáculos do terreno;
b) os CC são utilizados ao longo das estradas e das trilhas para manter o contato e atacar unidades inimigas que retraem;
c) as forças aeromóveis são empregadas em pontos de passagem obrigatória do inimigo;
d) o apoio aerotático, continuamente, ataca as colunas em retirada, especialmente nas pontes, nos passos e nos desfiladeiros; e
e) quando as reservas se deslocam a pé, elas devem seguir próximas do escalão de assalto, a fim de reduzir o tempo para o seu emprego.

10.5.3.6 Formas de Manobra na Ofensiva

10.5.3.6.1 Nas operações em montanhas, como em qualquer outra, o desbordamento é preferido em relação à penetração. Os pontos fortes da defesa, embora organizados para prover segurança em todas as direções, normalmente oferecem um ou mais flancos acessíveis e são vulneráveis a ataques procedentes de múltiplas direções.

10.5.3.6.2 Outra forma de manobra bastante empregada em terreno montanhoso é a infiltração. Isto se deve às características do terreno

montanhoso, tais como: formas abruptas do terreno, a existência de densa vegetação em alguns casos, a deficiente rede de estradas e as restrições impostas à visibilidade pelas mudanças repentinas das condições meteorológicas. Normalmente, são utilizadas várias faixas de infiltração, de modo a permitir o deslocamento do maior efetivo possível e no mais curto espaço de tempo.

Fig 10-1 – Equipagem de vias pelo ERS

10.5.3.6.3 A infiltração reveste-se das seguintes particularidades:

a) necessidade de reconhecimentos detalhados das faixas de infiltração por elementos especializados (guias de montanha), para verificar a necessidade da equipagem dos obstáculos a ultrapassar e definir o tipo e quantidade de equipamentos a empregar; e

b) caso exista a necessidade de ser realizada a equipagem de vias, o escalão de reconhecimento e segurança deverá possuir em sua constituição um grupo de escaladores habilitados para a equipagem delas (guias de corada e seus auxiliares), além de grupos de segurança de base e grupos de segurança de topo, para proporcionarem segurança aos escaladores e vias equipadas.

10.5.3.6.4 Fogos de neutralização de morteiros e artilharia são planejados ao longo de cada Fx Infl. Eles podem ser transportados a pedido das unidades avançadas ou a horário, conforme sequência estabelecida pelo elemento de apoio de fogo. Este último método elimina a necessidade de comunicações, que podem ser detectadas e comprometer todo o movimento.

10.5.3.7 Incursões

10.5.3.7.1 As incursões constituem parte essencial das operações em montanha. Elas são normalmente realizadas por tropas a pé ou aeromóveis. Essas operações são realizadas em horas e locais inesperados e buscam tirar proveito da escuridão e de outros períodos de visibilidade limitado. A surpresa é obtida pelo deslocamento em terreno que o inimigo considera impeditivo para tropa de qualquer natureza. Particularmente na fase do retraimento, é indispensável um adequado apoio de fogo à força que executa a incursão.

10.5.4 OPERAÇÕES DEFENSIVAS

10.5.4.1 Generalidades

10.5.4.1.1 O terreno montanhoso proporciona ao defensor excelentes observatórios e posições de bloqueio. Por isso, a luta nesse ambiente operacional é invariavelmente travada em busca do controle das regiões dominantes.

10.5.4.1.2 Cada posição no terreno deve ser organizada para atuar em face de ataques vindos de qualquer direção, por isso, o frequente uso de pontos fortes de pelotões e companhias. Não se deve abandonar as chamadas "rotas impossíveis" nas montanhas, pois não existem obstáculos intransponíveis para elementos tecnicamente bem capacitados. A confiança exagerada no valor natural do terreno pode resultar em surpresas de graves consequências.

10.5.4.1.3 O combate defensivo em terreno montanhoso confere ao defensor as seguintes vantagens:
a) a exploração do grande valor defensivo natural das posições em montanha, com comandamento de vistas e fogos sobre o atacante;
b) a organização do terreno, tendo em vista a melhoria de suas características defensivas;
c) a execução do tiro de posições estáticas; e
d) a facilidade relativa de movimentação dos meios, mediante a previsão de uma rede de trilhas que atenda às necessidades da força.

10.5.4.1.4 Por outro lado, a defensiva em montanha apresenta, entre outras, as seguintes desvantagens:
a) a compartimentação do terreno dificulta transportar prontamente os fogos das armas de apoio;
b) é frequentemente impossível obter fogos rasantes em terreno acidentado;
c) o terreno compartimentado e a existência de encostas matosas facilitam a aproximação do inimigo;
d) a dificuldade de escavar exige maior tempo para a preparação e a organização das posições;

e) a possibilidade de ser desbordado e isolado pelo inimigo, devido à compartimentação do terreno; e
f) a reduzida transitabilidade dificulta um rápido emprego das reservas, obrigando seu frequente desdobramento e sua localização nas regiões de provável emprego desde o início.

10.5.4.2 Considerações Durante o Planejamento

10.5.4.2.1 Dificuldade de emprego da reserva, como um todo, no contra-ataque.

10.5.4.2.2 Necessidade de conduzir a defesa em largas frentes, com profundidades, normalmente, reduzidas. Isso decorre dos amplos espaços que devem ser cobertos com efetivos reduzidos, da dificuldade de apoio mútuo e da possibilidade de o inimigo realizar a abordagem das posições pelo flanco ou pela retaguarda.

10.5.4.2.3 Essa defesa em larga frente obriga a execução de um minucioso estudo do terreno para selecionar as zonas ativas e os efetivos a empregar em cada uma delas.

10.5.4.2.4 Previsão de núcleos que barrem o acesso às regiões favoráveis ao desbordamento das posições defensivas principais.

10.5.4.3 Organização da Defesa

10.5.4.3.1 É a mesma da defesa em terreno convencional: A Seg, ADA e A Res.

10.5.4.3.2 Na ADA, a força pode adotar um dispositivo linear ou em profundidade.

10.5.4.3.3 Quando defendendo um vale em região montanhosa, os núcleos devem ser localizados nas alturas adjacentes e em profundidade, de modo a possibilitar bater o vale com fogo cruzado. Esse dispositivo se assemelha a um “V”, com o vértice no fundo do vale e a parte côncava voltada para o inimigo.

10.5.4.3.4 A defesa de um divisor de águas pode ser necessária, por exemplo, quando separa dois vales importantes. Uma força com esta missão pode instalar-se no seu sopé, na encosta ou na contraencosta, sendo a defesa na encosta a mais comum.

10.5.4.3.5 A defesa de um colo assemelha-se, em suas linhas gerais, à defesa de um desfiladeiro, de uma garganta ou de uma passagem entre duas formações rochosas; isto é, deve ocupar o fundo do colo e as alturas que o dominam.

10.5.4.3.6 O apoio mútuo torna-se extremamente difícil, bem como o recobrimento da observação, mesmo no escalão batalhão.

10.5.4.4 Localização das Instalações e Armas de Apoio

10.5.4.4.1 Em virtude do limitado espaço na A Rtgd, deve-se ter cuidado na seleção de posições para os elementos de apoio logístico e de apoio ao combate. Essas instalações são muito visadas pelo inimigo. Por isso, a necessidade de se evitar soluções ortodoxas na sua localização.

10.5.4.5 Condução da Defesa

10.5.4.5.1 As operações em montanha exigem que a defesa seja conduzida de forma agressiva. As patrulhas de combate devem ser empregadas para se infiltrar nas linhas inimigas e atacar postos de comando, eixos de suprimentos e instalações administrativas. Ações de inquietação devem ser executadas para forçar o inimigo a desviar forças para as missões de segurança, bem como para retardar e desorganizar seus preparativos para o ataque.

10.5.4.5.2 Em face das dificuldades de realização de movimentos, pequenas reservas devem ser localizadas junto às posições mais avançadas, prontas para executar contra-ataques imediatos.

10.5.4.5.3 A defesa é organizada de modo a cobrir todas as vias de acesso. Podem ser organizados pontos fortes de pelotão e companhia com apoio mútuo entre eles. Os espaços vazios devem ser cobertos com patrulhas, por sensores remotos e campos de minas. Os campos de minas devem ser cobertos por fogo. Os pontos fortes são organizados para a defesa em todas as direções e se utilizam tanto das encostas como das contraencostas. Como, normalmente, os ataques inimigos visam aos flancos e à retaguarda, o patrulhamento precisa também ser conduzido nestas áreas, para proporcionar um alerta oportuno e participar da destruição das forças de infiltração adversárias.

10.5.5 ASPECTOS COMUNS ÀS OPERAÇÕES EM MONTANHA

10.5.5.1 Emprego das Armas de Apoio

10.5.5.1.1 O emprego das armas de apoio reveste-se de algumas características especiais, sendo uma das mais marcantes a dificuldade para o remuniciamento.

10.5.5.1.2 Metralhadoras – o grande número de ângulos mortos dificulta a obtenção da rasância para o tiro das metralhadoras, porém essas armas têm um grande papel ao proporcionar o apoio mútuo perdido pela distância entre as frações, além de poder executar o tiro sobre a tropa.

10.5.5.1.3 Morteiros – são uma das principais armas empregadas nas operações em montanha devido à possibilidade de atirar em qualquer direção, à sua relativa facilidade de transporte e à execução do tiro mergulhante, o que permite atingir os ângulos mortos e à contraencosta das elevações. As limitações que esse tipo

de arma sofre incluem a alteração do comportamento da munição devido ao vento e ao ar rarefeito e à frequente redução no alcance pela utilização de grandes ângulos de tiro para evitar os obstáculos do terreno.

10.5.5.1.4 Canhões sem recuo e mísseis – podem ser empregados para reduzir posições inimigas fortificadas ou na DAC, devendo-se atentar para a área de sopro de cada arma.

10.5.5.2 Comando e Controle (C²)

10.5.5.2.1 Em regiões montanhosas, o Cmt deve dar às comunicações alta prioridade em seu planejamento e supervisão. Na maioria dos casos, as comunicações podem ser estabelecidas com o equipamento de comunicações orgânico dos batalhões de infantaria suplementado com o material necessário para retransmissão rádio.

10.5.5.2.2 O principal meio empregado é o rádio. As características do terreno, frequentemente, diminuem suas possibilidades, exigindo planos para meios alternativos, isto é, repetidores de rádio e sistema fio para assegurar comunicações contínuas. A instalação do sistema fio necessita de planejamento e execução cuidadosos a fim de assegurar a proteção do fio contra os elementos naturais e ações do inimigo, sendo este o meio mais empregado no interior das posições defensivas. O emprego de mensageiros depende, em grande parte, das condições do terreno e apresenta a desvantagem de ser bastante lento.

10.5.5.3 Apoio Logístico

10.5.5.3.1 Visando a aumentar a segurança do fluxo de apoio do escalão considerado, as diversas instalações devem ser desdobradas o mais à frente possível, respeitando-se as distâncias de segurança que a situação tática indicar.

10.5.5.3.2 Devido à grande vulnerabilidade que as instalações apresentam contra incursões terrestres e aéreas, consequência das limitadas possibilidades de dispersão, deve-se adotar o máximo de medidas de segurança ativas e passivas.

10.5.5.3.3 Logística – a obtenção de recursos é bastante dificultada em região de montanhas. Consequentemente, há uma dependência maior dos recursos oriundos de fora da zona de operações.

10.5.5.3.4 Suprimentos

a) O processo normal de distribuição é a distribuição na unidade, mas os processos especiais de suprimento podem ter grande emprego, particularmente o suprimento por via aérea. Em ação, normalmente, as tropas conduzem

somente o suprimento necessário ao consumo imediato, não devendo ser sobrecarregadas, a fim de não ter a sua capacidade de manobra reduzida.
b) Classe I – as rações operacionais, particularmente as que exijam pouca água para sua confecção, podem substituir a ração R1, porém deve-se buscar fornecer pelo menos uma refeição quente por dia. A disponibilidade de água varia bastante em função das condições locais. No caso da sua escassez, o fornecimento de água fica condicionado ao transporte de grandes quantidades em camburões, viaturas ou reboques cisterna.
c) Classe II – os utensílios de rancho, próprios para a montanha, são uma necessidade. Os coturnos utilizados em operações convencionais são adequados para as operações em montanha, porém, no caso de o terreno apresentar a necessidade de escaladas, as tropas devem ser dotadas de botas especiais. É recomendável que as mochilas e sacos de dormir permaneçam com o homem durante as operações, exceto para o assalto final a um objetivo.
d) Classe III – o transporte motorizado apresenta dificuldades derivadas do relevo e das condições climáticas. O fator de consumo de combustível aumenta sensivelmente.
e) Classe V – a munição destinada às armas de apoio pode ser transportada pelos fuzileiros, devendo-se observar a capacidade de transporte dos homens. As patrulhas de ressuprimento serão frequentemente necessárias.

10.5.5.3.5 Transporte
a) O transporte pode ser realizado por meio de viaturas, carregadores, animais e meios aéreos. Durante o dia, todas as viaturas devem se deslocar em coluna aberta ou por infiltração, a fim de reduzir a vulnerabilidade aos ataques aéreos.
b) Nas montanhas, o emprego de carregadores é indispensável quando a natureza do terreno ou a situação tática imponha, já que existem regiões em que os animais e outros meios de transporte não podem ser empregados. Deve-se prever, preparar e instruir homens para o exercício dessa função. A capacidade de carga dos carregadores será função da distância a percorrer e do terreno.
c) Por suas condições de força e flexibilidade, os animais de carga são um meio de transporte imprescindível nas unidades de montanha, já que são capazes de acompanhar o homem em quase todos os locais, transportando cargas de até 100 kg. Para o seu emprego, torna-se necessário condutores especializados, ração para os animais e apoio veterinário.
d) Os meios aéreos, particularmente os helicópteros, apresentam grandes vantagens em relação aos outros meios, mas sua utilização depende em grande parte das condições meteorológicas reinantes, devendo-se prever meios alternativos. Além disso, em regiões de grandes altitudes (particularmente acima de 4000 m), o emprego dos helicópteros torna-se bastante limitado devido à rarefação do ar, que provoca perda de sustentação, e ao agravamento das condições meteorológicas.

10.5.5.3.6 Saúde – o apoio de saúde é bastante crítico, tornando-se necessário o uso de macas adaptadas às condições do terreno. Frequentemente, os meios aéreos são os únicos a permitir a evacuação de casos graves. A instalação de

somente um posto de socorro muitas vezes pode não ser suficiente para o atendimento das necessidades. Além disso, a tropa deve possuir adestramento no uso de técnicas de resgate e evacuação em terreno montanhoso.

10.5.5.3.7 Manutenção – a execução desta atividade encontra dificuldades tanto na evacuação de material como na manutenção de terceiro escalão realizada pelos elementos de apoio direto, que não possuem a mobilidade necessária para este tipo de terreno. Crescem, pois, de importância, as manutenções de primeiro e segundo escalões.

10.5.5.3.8 Pessoal – em face do desgaste sofrido pelo homem nas operações em montanha, as atividades no campo do pessoal exigem redobrada atenção, particularmente as de moral e assistência ao pessoal.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

CAPÍTULO XI

APOIO AO COMBATE

11.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

11.1.1 Os fogos desencadeados por armas ou unidades em apoio, para auxiliar ou proteger uma unidade em combate, são chamados de apoio de fogo. Na guerra moderna, o apoio de fogo é uma das molas mestras do sucesso. É imperioso que o Cmt que dispõe desse meio utilize-o na plenitude. Um Cmt terá no apoio de fogo um valoroso recurso, se puder dispô-lo de forma coordenada. Como o apoio de fogo deve ser coordenado em todos os níveis, é importante que esse estudo seja complementado com os MC *Planejamento e Coordenação de Fogos* e *Companhia de Comando e Apoio*.

11.2 TERMOS COMUNS E DEFINIÇÕES

11.2.1 Fogo – é a execução de tiros com uma determinada finalidade tática.

11.2.2 Concentração – volume de fogo lançado sobre uma área limitada durante um espaço de tempo determinado. Área designada e numerada para referência futura como provável alvo.

11.2.3 Grupo de concentrações – são duas ou mais concentrações (alvos) próximas que devem ser batidas ao mesmo tempo.

11.2.4 Série de concentrações – é um número de concentrações e/ou grupos de concentrações planejado para apoiar determinada fase da manobra, por exemplo, um contra-ataque ou um assalto.

11.2.5 Preparação – é um sistema típico das Op Ofs, pré-planejado e intensivo de fogos para ser desencadeado em apoio a um ataque. Pode incluir os meios terrestres, aéreos e navais.

11.2.6 Contrapreparação – é um sistema típico das operações defensivas, pré-planejado e intensivo de fogos, lançado antes do início do ataque inimigo.

11.2.7 Barragem – é um sistema de tiros previsto de forma linear, destinado a proteger as tropas e instalações amigas, impedindo a progressão do inimigo para ou através das linhas ou áreas defensivas.

11.2.8 Plano de apoio de fogo (PAF) – é o documento elaborado pelo coordenador do apoio de fogo (CAF) do Btl, de acordo com as diretrizes do

comandante, para que haja completa coordenação e integração entre a manobra e o apoio de fogo. Fornece informações específicas no que lhe diz respeito.

11.2.9 Plano de fogos – é um documento específico referente a um meio de apoio de fogo que indica seu emprego. Podem existir os planos de fogos de artilharia (PFA), planos de fogos de morteiro (PF Mrt), plano de fogos navais (PF Nav) ou planos de fogos aéreos (PF Ae). Pode vir a ser um apêndice do PAF.

11.3 CLASSIFICAÇÃO DOS FOGOS

11.3.1 Os fogos de apoio são classificados de acordo com o efeito procurado, a forma, a observação e o grau de previsão entre outras classificações.

11.3.2 Quanto ao efeito procurado, temos os de regulação, neutralização, destruição, interdição, inquietação e outros efeitos (realizados com munição especial).

11.3.3 Quanto à forma, eles são concentrações, barragens e tiros por peça.

11.3.4 Quanto à observação, eles são observados ou não observados.

11.3.5 Quanto ao grau de previsão, podem ser previstos ou inopinados.

11.4 TIPOS DE MISSÕES TÁTICAS

11.4.1 Os tipos de missões táticas são:
a) ação de conjunto;
b) apoio direto;
c) reforço;
d) reforço de fogos; e
e) as definições para as missões táticas encontram-se no capítulo dez do manual *Companhia de Comando e Apoio*.

11.5 PRINCÍPIOS DE COORDENAÇÃO DO APOIO DE FOGO

11.5.1 Os princípios de coordenação do apoio de fogo são:
a) perfeita compreensão da intenção do Cmt;
b) redação coerente e precisa das diretrizes de fogos;
c) considerar todos os meios de apoio disponíveis;
d) fornecer o tipo de apoio desejado;
e) utilizar o meio mais eficaz;
f) utilizar o menor escalão capaz de executar o apoio;

g) coordenar com rapidez;
h) proporcionar segurança às tropas amigas;
i) utilizar um sistema comum de designação de alvos;
j) evitar duplicações desnecessárias;
k) coordenar em todos os escalões;
l) coordenar o emprego de agentes QBRN; e
m) as definições dos princípios encontram-se no manual *Planejamento e Coordenação de Fogos*.

11.6 MEDIDAS DE COORDENAÇÃO DE APOIO DE FOGO

11.6.1 As medidas de coordenação do apoio de fogo são:
a) linha de segurança de apoio de artilharia (LSAA);
b) linha de coordenação de apoio de fogo (LCAF);
c) área de fogo livre (AFL);
d) linha de coordenação de fogos (LCF);
e) área de coordenação de fogos (ACF);
f) área de fogo proibido (AFP); e
g) as definições para essas medidas de coordenação encontram-se no manual *Planejamento e Coordenação de Fogos*.

11.7 CENTRO DE COORDENAÇÃO DE APOIO DE FOGO

11.7.1 GENERALIDADES

11.7.1.1 É um órgão de operações no qual estão representados os elementos de apoio de fogo orgânicos ou em reforço.

11.7.1.2 O Centro de Coordenação de Apoio de Fogo (CCAF) proporciona emprego eficiente dos meios de apoio de fogo graças ao trabalho conjunto de seus membros para planejar e coordenar os fogos do Btl. Normalmente, localiza-se no PCP do Btl.

Composição do CCAF do Btl	
Integrante	**Função**
O Lig Art	1) Atuar como CAF no nível unidade. 2) Assessorar o Cmt U sobre as possibilidades e limitações da Art, bem como sobre o apoio que sua U, o Esc Sp de Art e os demais meios de Ap F podem prestar à U (Mrt, F Ae, F Nav *etc.*). 3) Assessorar o Cmt na elaboração da LAAC e das diretrizes de fogos. 4) Difundir, para os integrantes do CCAF e para os oficiais de fogos da subunidade (OFSU), as NGA de Plj F, as medidas de Coor Ap F já estabelecidas e as informações sobre o Ini.

	5) Introduzir missões de tiro nos planos (plano provisório de alvos de artilharia – PPAA e plano provisório de fogos de morteiro – PPFM) ou solicitá-las sobre alvos de interesse do Cmt U. 6) Solicitar o desencadeamento de alvos prioritários, podendo delegar essa atribuição para o OFSU. 7) Sugerir MCAF ao CCAF Bda na Z Aç da U. 8) Receber o posicionamento dos elementos mais avançados das SU dos OFSU a fim de propor, se for o caso, a atualização das medidas de Coor Ap F. 9) Elaborar o PPAA à U em Coor com o PPFM (remetido pela C Tir Mrt), remetendo-o para a C Tir do Grupo de Artilharia de Campanha (GAC).
Repr Pel Mrt	1) Assessorar o Cmt U e o O Lig Art sobre as possibilidades e limitações dos meios de Ap F orgânicos de sua U. 2) Confeccionar e atualizar (no recebimento do plano de fogos de artilharia – PFA) o plano de fogos de morteiro (PFM).
Equipe de Operações	1) Ajudar a manter o CCAF em funcionamento 24 horas. 2) Supervisionar a instalação e a operação dos equipamentos de comunicações, bem como a transmissão de mensagens e dados. 3) Auxiliar o O Lig a preparar os documentos de Ap F. 4) Supervisionar e controlar o trabalho dos cabos e soldados do CCAF. 5) Manter e atualizar a situação dos meios de Ap F, as listas de alvos e a ordem de batalha do Ini. 6) Controlar todo o trâmite e arquivo de documentos.
Equipe de Análise de Alvos	1) Efetuar a análise de alvos de acordo com as determinações contidas nas ordens de operações da unidade (O Op U) e no PAF Bda, propondo uma Prio e a maneira de se bater determinado alvo. 2) Comparar o resultado das missões com os efeitos desejados, propondo, se for o caso, a realização de uma nova missão de tiro.
S-3 do Ar da U	1) Assessorar o Cmt U sobre as possibilidades e limitações da força aerotática (FAT). 2) Elaborar o PF Ae a fim de remetê-lo ao CCAF/Bda.
Repr do Fogo Aéreo (GAA)	1) Assessorar o Cmt U, o O Lig Art e o S-3 do ar sobre as possibilidades e limitações do Ap F Ae. 2) Assessorar na distribuição dos guias aéreos avançados (GAA) de acordo com a manobra terrestre concebida. 3) Assessorar o S-3 do Ar na elaboração do PF Ae. 4) Guiar as aeronaves da FAT em missões pré-planejadas ou imediatas (SFC).

Quadro 11-1 – Composição do CCAF do Batalhão

11.7.2 FINALIDADES

11.1.2.1 Ver o manual *Planejamento e Coordenação de Fogos*.

11.7.3 FUNCIONAMENTO DO CCAF E COORDENAÇÃO DOS FOGOS

11.7.3.1 As Cia Fuz remetem, por meio dos OA, suas listas de alvos para o CCAF/Btl e C Tir Mrt (no caso de F Mrt). Os alvos dessas listas têm numeração própria da SU, diferente das NGA para designação de alvos.

11.7.3.2 No CCAF/Btl, o O Lig Art prepara o plano provisório de apoio de artilharia (PPAA) ao Btl, que é o resultado da coordenação, integração e consolidação das listas de alvos de Art recebidas dos OA com as necessidades de apoio de Art ao Btl. Durante a elaboração do plano, são eliminadas as duplicações e interferências de alvos de Art no âmbito do Btl. Simultaneamente, o Adj S-3 prepara e remete para a C Tir do Mrt o plano provisório de apoio de morteiro (PPAM), que contém as necessidades de apoio de Mrt do Btl. Ainda neste momento, os outros Elm do CCAF/Btl estão elaborando seus respectivos planos provisórios (Ap Ae, Ap Nav, químico *etc.*), para remeter ao CCAF/Bda, com as necessidades do Btl.

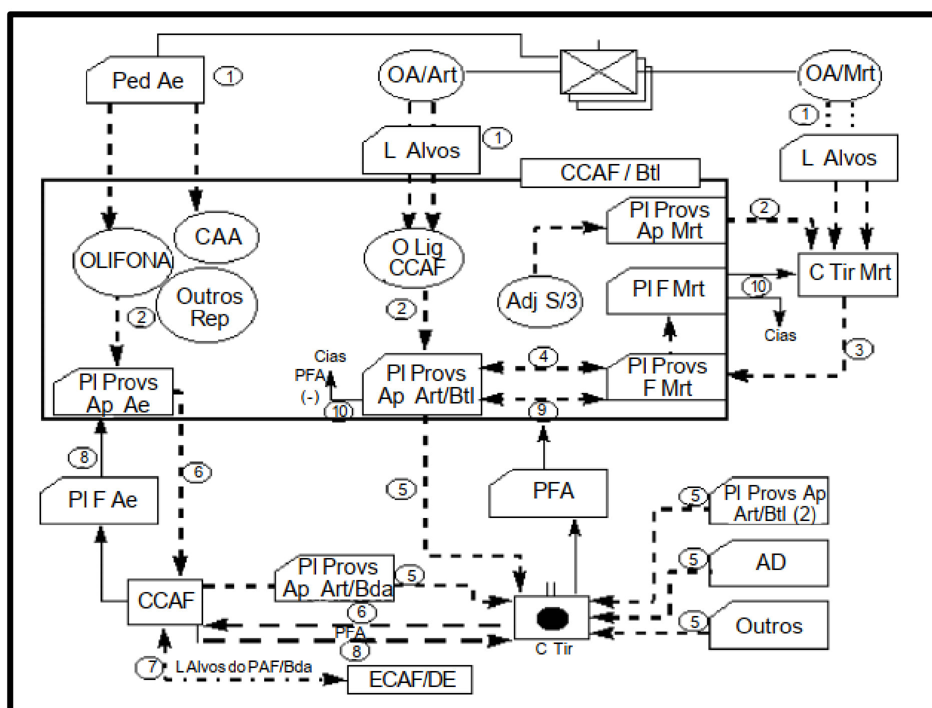


Fig 11-1 – Funcionamento do CCAF e coordenação de fogos

11.7.3.3 As Cia Fuz remetem, por meio dos OA, suas listas de alvos para o CCAF/Btl e C Tir Mrt (no caso de F Mrt). Os alvos dessas listas têm numeração própria da SU, diferente das NGA para designação de alvos.

11.7.3.4 No CCAF/Btl, o O Lig Art prepara o plano provisório de apoio de artilharia (PPAA) ao Btl, que é o resultado da coordenação, integração e consolidação das listas de alvos de Art recebidas dos OA com as necessidades de apoio de Art ao Btl. Durante a elaboração do plano, são eliminadas as duplicações e interferências de alvos de Art, no âmbito do Btl. Simultaneamente, o Adj S-3 prepara e remete para a C Tir do Mrt o plano provisório de apoio de morteiro (PPAM), que contém as necessidades de apoio de Mrt do Btl. Além disso, nesse momento, os outros Elm do CCAF/Btl estão elaborando seus respectivos planos provisórios (Ap Ae, Ap Nav, químico *etc.*), para remeter ao CCAF/Bda, com as necessidades do Btl.

11.7.3.5 Na C Tir Mrt, é preparado e remetido ao CCAF/Btl o plano provisório de fogos de morteiro (PPFM), que é resultado da coordenação, integração e consolidação das listas de alvos recebidas dos OA/Mrt e do PPAM. Durante a elaboração do plano, são eliminadas as duplicações e interferências de alvos de Mrt, no âmbito do Btl e poderão ser incluídas concentrações levantadas pela C Tir/Mrt.

11.7.3.6 No CCAF/Btl, é feita uma coordenação do PPFM com o PPAA, eliminando-se as duplicações e interferências. Nessa fase do planejamento, a supressão das concentrações de Art indica a aplicação do princípio de utilizar o menor escalão capaz de executar o apoio.

11.7.3.7 Terminada a coordenação anterior, o CCAF/Btl remete o PPAA para a C Tir/GAC e os outros planos para o CCAF/Bda. Ao mesmo tempo, no CCAF/Bda, o Cmt/GAC (CAF/Bda) prepara o PPAA/Bda, que contém as necessidades de Ap de Art à GU e o remete à C Tir/GAC. Na C Tir/GAC, é elaborado pelo S-3 do grupo o plano de fogos de artilharia (PFA), que resulta da coordenação, integração e consolidação dos PPAA dos Btl e da Bda. O PFA é remetido ao Cmt Bda para aprovação. Aprovado, o PFA retorna à C Tir/GAC e os outros Pl Ap para o CCAF/Btl.

11.7.3.8 Cópias do PFA são distribuídas aos O Lig Art nos CCAF/Btl que, de posse do plano, procedem da seguinte maneira:
a) comparam o PFA com o PPAA (elaborado, anteriormente, por ele), verificando se houve cancelamento, inclusão ou renumeração. As concentrações de Art canceladas são incluídas no PPFM (caso o Mrt tenha condições técnicas de bater);
b) atualizam o PPAA/Btl, que passa a ser o PFA/Btl, de onde retira extratos para as SU;

c) comparam o PFA com o PPFM, verificando se há coincidências com as concentrações incluídas na C Tir/GAC. Caso positivo, retira as de Mrt, aplicando o princípio de evitar a duplicação desnecessária;
d) atualizam o PPFM que passa a ser o PFM; e
e) enviam cópias do extrato do PFA e dos outros planos de apoio às SU e cópias do PFM são remetidas às SU e à C Tir Mrt.

11.8 DIRETRIZES DE FOGOS

11.8.1 GENERALIDADES

11.8.1.1 As diretrizes de fogos do Cmt tático são determinações do Cmt da Força transmitidas aos homens da função de combate Fogos, que irão orientar o planejamento do emprego dos meios de apoio de fogo disponíveis durante uma operação. Seu principal objetivo é assegurar que os meios de apoio de fogo atuem com eficiência, eficácia e de forma sincronizada com a função de combate Movimento e Manobra, contribuindo para a concretização da intenção do Cmt. Embora as Diretrizes de Fogos sejam dirigidas aos elementos de apoio de fogo, devem ser de conhecimento de todas as funções de combate.

11.8.2 CONFECÇÃO DAS DIRETRIZES DE FOGOS

11.8.2.1 As diretrizes de fogos começam a ser elaboradas durante a realização da análise da missão (exame de situação do Cmt tático), sendo aperfeiçoadas à medida que novas informações surjam. Para cada L Aç elaborada, existirá uma diretriz de fogos, que representará as ações que o apoio de fogo executará em proveito da manobra nas diferentes fases da operação.

11.8.2.2 As diretrizes de fogos devem ser divididas por fases para permitir:
a) a sincronização do emprego do apoio de fogo com a manobra;
b) a utilização organizada, eficaz e eficiente de todos os meios de fogo disponíveis; e
c) a redução dos riscos de fratricídio.

11.8.2.3 Há necessidade de que a coordenação e a sincronização sejam minuciosamente estabelecidas para reduzir ao mínimo o risco de fratricídio. Para tal, o Cmt tático, assessorado pelo CAF, realiza uma análise detalhada do inimigo e das linhas de ação formuladas durante o exame de situação, levantando o que é essencial para o apoio de fogo bater e obter o melhor efeito tático à manobra. Deste estudo, resultarão as tarefas essenciais do apoio de fogo (TEAF), a lista com os alvos altamente compensadores (AAC) do Cmt Bda e a matriz de execução do apoio de fogo (MEAF).

11.8.2.4 Como é uma orientação do Cmt da Força aos seus homens da função de combate Fogos, sendo também de interesse de todas as funções de combate,

as diretrizes de fogos devem compor o parágrafo “3. EXECUÇÃO”, alínea “a. Conceito da Operação”, número “2) Fogos”, e devem ser escriturados na forma de tarefas essenciais de apoio de fogo.

11.9 TAREFAS ESSENCIAIS DE APOIO DE FOGO

11.9.1 As tarefas essenciais de apoio de fogo (TEAF) são ações que os meios de apoio de fogo devem executar para apoiar eficientemente a manobra, definida pelo Cmt tático e seu CAF, durante o exame de situação, e caracterizam as ações imprescindíveis a serem realizadas pelos meios de Ap F de forma a possibilitar o cumprimento da missão do escalão considerado. Pode haver mais de uma TEAF por fase da manobra, bem como pode ocorrer de uma determinada fase não possuir uma TEAF.

11.9.2 Por ocasião da análise da missão no Btl, o O Lig Art (CAF), com base em sua análise e nas considerações do S-2 e do S-3, recomenda ao Cmt as tarefas essenciais e os propósitos para o apoio de fogo. O O Lig e o Cmt Btl devem concluir a respeito de “o quê” os fogos devem fazer para apoiar a operação. Quanto mais claramente o Cmt definir as tarefas no início, mais bem direcionado e efetivo será o planejamento dos fogos pelo O Lig.

11.9.3 Durante o desenrolar do Est Sit, o O Lig aperfeiçoa as TEAF e planeja o “como” (método) serão empregados os fogos. As TEAF poderão ser modificadas ou excluídas e outras poderão ser incluídas.

11.9.4 As TEAF devem ser redigidas de forma objetiva e prática, evitando-se abordar aspectos doutrinários ou genéricos. Elas podem ser redigidas de forma fracionada (por parágrafos) ou em um parágrafo único. Normalmente, cada TEAF pode ser definida em termos de tarefa, propósito, método e efeitos.

11.9.4.1 Tarefa – é descrição do efeito desejado dos fogos; é “o quê” os fogos devem fazer para apoiar determinada fase da operação, atuando decisivamente como multiplicador do poder de combate. É redigida em relação aos objetivos, formação e função do inimigo.

11.9.4.2 Propósito – é a finalidade (tática) que se quer atingir com a execução da tarefa; é o “para quê”.

11.9.4.3 Método – define “como” o apoio de fogo irá cumprir a missão. Deve conter as prioridades, a alocação (dos meios) e as restrições.

11.9.4.4 Efeitos – são os resultados esperados com o apoio realizado. Indica se a tarefa deve ser repetida ou não.

11.10 ALVOS ALTAMENTE COMPENSADORES

11.10.1 Durante o exame de situação, o S-2, colocando-se na condição de inimigo, levanta todas as informações possíveis sobre o inimigo, tais como: tropa em contato, tropas ECD reforçar, possibilidades e limitações, linhas de ação prováveis *etc.* De todos os aspectos levantados, o Of Intlg, sob a ótica do inimigo, relaciona os meios que são imprescindíveis à consecução dos objetivos da For Oponente.

11.10.2 O S-3, por sua vez, focaliza estes meios como alvos em potencial, cuja perda pelo inimigo pode trazer grande vantagem à força amiga. Esses alvos são relacionados em uma lista de alvos altamente compensadores, que deve ser integrada com a lista de alvos altamente compensadores da Bda.

11.10.3 Por ocasião do jogo da guerra (Anl L Aç opostas), o Of Intlg faz reagir seu estudo diante das hipóteses levantadas pelo Of Op. Neste momento, todos os aspectos relativos à manobra são aperfeiçoados e sincronizados, e a Lista de alvos altamente compensadores é submetida à aprovação do Cmt Btl.

11.11 ALVOS PRIORITÁRIOS

11.11.1 São alvos sobre os quais os fogos são imediatamente desencadeados quando o pedido de tiro é realizado. Cada unidade de tiro – UT (Bia O, Sec Mrt *etc.*) só pode ter um alvo prioritário a ela designado. A solicitação de fogo sobre um alvo prioritário faz com que a UT designada interrompa uma missão que esteja realizando para atender ao pedido.

11.11.2 Da mesma forma que ocorre para as barragens, o Cmt Btl pode, conforme sua concepção da manobra, distribuir alvos prioritários para que Elm Subrd planejem sua localização e os desencadeiem quando necessário.

11.12 MATRIZES DE SINCRONIZAÇÃO PARA O APOIO DE FOGO

11.12.1 GENERALIDADES

11.12.1.1 No que diz respeito ao apoio de fogo, mais particularmente voltado ao escalão Btl e seu Pel Mrt orgânico, existem dois tipos de matrizes: Matriz de Execução do Apoio de Fogo e Matriz de Sincronização do Pel Mrt.

11.12.2 MATRIZ DE EXECUÇÃO DO APOIO DE FOGO (MEAF)

11.12.2.1 Durante todo o exame de situação do Btl, o O Lig Art e o Adj S-3 (S-3 do ar) assessoram o Cmt Btl na elaboração do conceito dos fogos, lista de alvos

altamente compensadores, TEAF e, principalmente, realizam a sincronização dos fogos com a manobra a ser desenvolvida.

11.12.2.2 Essa sincronização, normalmente, é desenvolvida durante a fase da situação e linhas de ação, e o trabalho é aperfeiçoado por ocasião da análise das linhas de ação opostas, o "Jogo da guerra". Para tanto, o O Lig Art pode lançar mão de um artifício que permite realizar essa tarefa de modo eficiente e seguro e que permite, a qualquer momento, visualizar o andamento da manobra e o respectivo apoio de fogo a ser prestado a cada fase. Trata-se da matriz de execução do apoio de fogo.

11.12.2.3 Nesse documento, o O Lig Art lança todas as ações a serem desencadeadas pelos meios de apoio de fogo à disposição do Btl (Ap Ae, Art, apoio de fogo naval – AFN) dentro da sequência da manobra. Caso existam, poderão ser utilizadas as fases da manobra ou, então, poderá ser definido um faseamento lógico para o apoio de fogo. Como exemplo, podem ser lançadas as prioridades de fogos, distribuição de barragens e alvos prioritários cujo desencadeamento já esteja previsto, bem como os responsáveis, principal e secundário, pela ordem de execução (no exemplo os OA). Também podem constar informações a respeito de apoios aéreo e naval disponíveis, medidas de coordenação de apoio de fogo, organização para o combate e restrições a respeito do emprego de munições.

11.12.2.4 Durante o planejamento, é elaborada uma matriz para cada L Aç desenvolvida pelo S-3, momento em que o O Lig registra as necessidades de Ap F de acordo com a concepção da manobra desenvolvida. Por ocasião do "Jogo de Guerra", o O Lig aperfeiçoa o seu trabalho. Não existe uma forma definida para a matriz. O objetivo é que o O Lig tenha em mãos um documento de fácil confecção e consulta, que sincronize o fogo com a manobra e que possa, em qualquer momento do combate, facilitar a execução das ações.

11.12.2.5 A sincronização não termina com o final do planejamento, necessitando de refinamentos e ensaios. A organização da matriz tampouco deve limitar a execução, sendo necessário que os meios de apoio de fogo conservem a capacidade de apoiar eficazmente e com oportunidade as condutas de combate.

11.12.3 MATRIZ DE SINCRONIZAÇÃO DO PELOTÃO DE MORTEIRO

11.12.3.1 O Cmt Pel Mrt, de posse dos planejamentos do Btl e das Cia, prepara a matriz de sincronização do Pel Mrt. Nesta, estarão previstas todas as ações a serem desencadeadas pelo Pel a fim de apoiar cada fase da manobra segundo o que foi planejado pelo O Lig.

11.12.3.2 A matriz do Pel Mrt poderá conter informações a respeito de fogos a serem desencadeados (concentrações – Con já previstas), discriminando a UT

que irá apoiar, volume de fogo, tipo de Mun e momento de desencadeamento, dados de pontaria, momentos e itinerários das mudanças de posição previstas, regras a respeito de ocupação de posição (Ocp Pos) de troca e de meios, busca de alvos disponíveis *etc.* Em suma, a matriz deve conter, da forma mais detalhada possível, todas as ações e missões a serem cumpridas pelo Pel.

11.12.3.3 Cumpre lembrar que a matriz não é “mais um documento” a ser elaborado, mas, ao contrário, é uma forma do Cmt Pel acompanhar a situação de forma mais eficiente, consultando apenas um documento.

11.13 PLANO DE APOIO DE FOGO

11.13.1 O plano de apoio de fogo (PAF) é um plano coordenado e integrado para o emprego de todo o apoio de fogo disponível à unidade. É, em síntese, um documento que regula o emprego de todas as armas orgânicas, em reforço e de apoio, que apoiarão a ação.

11.13.2 O plano pode constar do corpo da ordem de operações ou se constituir em seu anexo. Deve incluir, conforme o caso, a prioridade de fogos e o tipo de missão tática do armamento.

11.13.3 Embora o Adj S-3 tenha a responsabilidade geral da coordenação e integração do PAF com a manobra, é o CAF que o elabora para a posterior assinatura do Cmt.

11.13.4 COMPOSIÇÃO DO PLANO

11.13.4.1 O plano é composto por:
a) plano de fogos de artilharia (PFA);
b) plano de fogos de morteiro (PFM);
c) plano de defesa anticarro (DAC);
d) plano de fogo aéreo (PF Ae);
e) plano de fogo naval (PF Nav); e
f) outros planos como, por exemplo, metralhadoras, químico e outros.

11.14 APOIO DE FOGO NA OFENSIVA

11.14.1 GENERALIDADES

11.14.1.1 Nas Op Ofs, os fogos de apoio são utilizados para auxiliar todas as fases do ataque.

11.14.1.2 Os fogos de preparação, não necessariamente, serão observados. A preparação pode iniciar antes, na hora ou após a hora "H", e continuar até ser

pedida sua suspensão pelos elementos de primeiro escalão ou até um tempo predeterminado. A decisão quanto à sua realização e duração é competência do Cmt da força, com base em vários fatores, tais como: quantidade de alvos, tempo de reação do inimigo, munição disponível e necessidade de surpresa.

11.14.1.3 Nas guerras de movimento, em regra, o ataque não é precedido de uma preparação, dada a falta de tempo necessário para conhecimento do inimigo e para a organização de um plano de fogos perfeitamente coordenado com a manobra da unidade apoiada. No entanto, é conveniente, nos últimos minutos que precedem a hora "H", intensificar os fogos que vinham sendo realizados com a finalidade de facilitar a tomada do dispositivo e o desembocar do ataque.

11.14.1.4 Quando um ataque tem diversas etapas na manobra, obtêm-se um flexível apoio de fogo por meio do estabelecimento de séries de concentrações. O desencadeamento se dará a pedido, num momento predeterminado ou em face de determinado evento.

11.14.1.5 Durante a execução do ataque, o maior vulto de fogos é o de tiros observados. Os transportes de tiro poderão ser rápidos e eficazes, desde que se planejem concentrações a serem utilizadas como pontos de referência e se mantenham atualizados seus dados quanto à correção. Os fogos para manutenção de um objetivo devem ser planejados antes de sua conquista e têm características defensivas para permitir a reorganização do escalão de ataque e a possível manutenção do terreno.

11.14.1.6 Durante o assalto, é extremamente importante que os fogos de apoio continuem caindo sobre as posições inimigas, enquanto as tropas cerram sobre o inimigo. Esses fogos devem ser suspensos ou transportados quando estiverem pondo em perigo a segurança do escalão de assalto. Geralmente, a artilharia e os morteiros transpõem seus fogos mais cedo que as armas de tiro tenso.

11.14.1.7 Após seu exame de situação, o Cmt poderá decidir por formar frações provisórias para o cumprimento de determinada missão, como, por exemplo, reunir as metralhadoras dos pelotões sob comando único (“pelotão de metralhadoras”).

11.14.2 EMPREGO DOS ÓRGÃOS DE APOIO

11.14.2.1 Artilharia – a artilharia de campanha, normalmente, proporciona o grosso do apoio de fogo ao elemento de manobra. O grupo em apoio geral deve estar preparado para bater toda a Z Aç do elemento apoiado.

11.14.2.2 Morteiro – tendo em vista a necessidade imposta pelo combate moderno de uma constante mudança de posição de tiro das Pç de Mrt, em maior ou menor grau, de acordo com a situação, negando ao inimigo a possibilidade

de bater as nossas posições, fica difícil conceber um Ap Mrt realizado de uma única posição de tiro durante toda ou parte da manobra do Btl. Dessa forma, o Mrt deverá realizar constantes mudanças de posição durante o desenrolar da manobra. A frequência com que irá mudar de posição irá variar de acordo com os fatores da decisão, principalmente: missão, inimigo e tempo. Não podendo deixar a decisão da escolha das posições totalmente sob responsabilidade do Cmt Pel ou Seç, sob o risco de uma interferência inadvertida na manobra do batalhão, o Cmt Btl, devidamente assessorado, irá designar uma região de procura de posições de Mrt (RPP/Mrt), uma elipse com 600 m de largura e 400 m de profundidade, dentro da qual o Cmt Pel poderá escolher livremente as suas posições (de muda ou suplementar), sempre se afastando, no mínimo, 200 m da posição anterior. Se necessário, o Cmt Btl poderá marcar RPP/Mrt futuras visando ao prosseguimento do combate.

11.14.2.3 A unidade de tiro do morteiro do Btl é a seção. Os morteiros são empregados, sempre que possível, em ação de conjunto. Quando a realização do apoio de fogo com o pelotão centralizado for impraticável, elementos do pelotão podem ser colocados em apoio direto ou reforço à vanguarda ou a uma Cia Fuz do Btl. O Btl reserva poderá ter seu morteiro empregado em reforço de fogos.

11.14.2.4 Os fogos de morteiro são empregados, particularmente, para destruir ou neutralizar as tropas e armas que ofereçam maior ameaça ao cumprimento da missão, bem como cegar a observação inimiga, a fim de proteger o desembocar do ataque.

11.14.2.5 A posição inicial de tiro e respectiva região de procura de posições são selecionadas tão à frente quanto forem necessárias para apoiar todas as fases da manobra de uma só RPP. Esta deve estar tão próxima da LP que possibilite batê-la e, em geral, se o terreno e a manobra permitirem, não deve estar mais distante que um terço do alcance máximo. Deve estar, sempre que possível, eixada com o ataque principal e em uma posição central em relação à manobra do Btl. Deve, ainda, estar à retaguarda da massa cobridora que lhe dê proteção, próximo a estradas ou a bons acessos que irão facilitar o ressuprimento e deslocamento e, se possível, próximo a PO. A região escolhida deverá possuir dimensões e terreno compatíveis com uma RPP/Mrt. As posições são ocupadas instantes antes do ataque, a fim de evitar a localização por parte do inimigo. Os fogos são planejados para apoiar todas as fases do ataque.

11.14.2.6 Os fogos são desencadeados de acordo com os planos. Os fogos a horário são desencadeados na ocasião prevista. A fim de completar as concentrações previstas, o pelotão tem que estar em condições de bater objetivos inopinados se solicitados.

11.14.2.7 O Cmt Pel mantém o seu exame de situação continuado. As posições de muda serão ocupadas quando o fogo inimigo tornar a posição principal

insustentável. Por outro lado, as posições suplementares serão ocupadas sempre que o pelotão tiver que cumprir missões que não possam ser cumpridas nas posições principal e de muda.

11.14.2.8 As mudanças de posição necessárias, pelo desenvolvimento da ação, devem ser feitas antes que o escalão de ataque ultrapasse seu alcance eficaz. Quando é necessário assegurar um fogo contínuo, o pelotão desloca-se por Seç ou por peça, à medida que o ritmo da operação ditar.

11.14.2.9 Outras considerações quanto ao emprego do morteiro orgânico da unidade podem ser encontradas no capítulo dez do MC *Companhia de Comando e Apoio*.

11.14.2.10 Armas Anticarro (AC)

11.14.2.10.1 As armas AC podem receber missão de apoio ou de proteção aos elementos atacantes contra viaturas blindadas inimigas. A forma de emprego irá variar de acordo com os fatores da decisão.

11.14.2.10.2 Quando a unidade ataca com um flanco descoberto, é normal atribuir-se a missão de ação de conjunto às armas AC.

11.14.2.10.3 Essas armas, normalmente, não participam dos fogos de preparação e, durante o ataque, qualquer que seja a forma de emprego, sua atuação é semelhante.

11.14.2.10.4 As armas AC poderão bater, também, posições de metralhadoras, pequenas fortificações, PO e outros alvos compensadores.

11.14.2.10.5 Outras considerações quanto ao emprego das armas AC da unidade podem ser encontradas no capítulo nove do MC *Companhia de Comando e Apoio*.

11.14.2.11 Metralhadora

11.14.2.11.1 Caso seja formada uma fração temporária:
a) o mais eficiente apoio obtém-se concentrando os tiros dessas armas sobre o objetivo. Durante o desenrolar das ações, os tiros devem ser concentrados, portanto, nos objetivos cuja neutralização favoreça o avanço;
b) a fração temporária executará tiros por cima da tropa ou nos seus intervalos. Esses tiros podem, ainda, visar à proteção dos flancos do escalão de ataque; e
c) suas posições devem ser elevadas, buscando melhorar o alcance e o domínio sobre as tropas inimigas.

11.14.2.12 Carros de Combate (CC)

11.14.2.12.1 Os CC são, essencialmente, elementos de manobra. Excepcionalmente, podem ser empregados como elemento de apoio de fogo. Neste caso, seu emprego é previsto no PAF e um representante da unidade de carros deve fazer parte do CCAF do Btl.

11.14.2.13 Outras Armas da Unidade

11.14.2.13.1 O Cmt poderá empregar as armas de sua reserva para auxiliar o escalão de ataque, quando dispuser de posições de tiro e alvos apropriados. Entretanto, deve ficar em condições de retirar as armas de ação com rapidez e devolvê-las com a dotação de munição orgânica completa, a tempo de serem empregadas.

11.14.2.13.2 As armas da reserva, quando utilizadas, devem ser empregadas para apoiar a fase inicial do ataque.

11.14.2.13.3 Também poderão ser empregados os canhões 30 mm das VBTP-MSR (UT 30), no caso de unidades mecanizadas, ou outros canhões similares.

11.14.3 PLANEJAMENTO

11.14.3.1 O batalhão planeja os fogos de todas as armas orgânicas, em reforço e para os demais meios de apoio de fogo disponíveis para apoiar todas as fases da manobra como um todo.

11.14.3.2 Serão relacionados alvos dentro da Z Aç e aqueles que, mesmo fora, possam vir a intervir na manobra. As regiões de aplicação de fogos serão aquelas onde tenham sido identificadas armas ou regiões suspeitas de as conterem, além dos observatórios. Somente um estudo acurado do terreno e das atitudes inimigas poderá indicar essas regiões, levando em conta que o defensor tem todo o interesse em dissimular ao máximo seu dispositivo.

11.14.3.3 Caso tenha sido prevista uma preparação, alvos devem ser selecionados para serem batidos nessa fase. Os fogos de apoio, após o desembocar do ataque, visam a regiões que contenham resistência inimiga, que podem estar, inclusive, em alvos já batidos na preparação.

11.14.3.4 Em regra, os fogos no ataque são desencadeados a pedido. No entanto, nos primeiros minutos da progressão, é possível prever fogos a horário sobre alvos de importância capital que não tenham sido batidos ou neutralizados durante a preparação. A previsão a horário, após a hora "H", deve ser para um curto espaço de tempo, dado os inconvenientes que esse processo pode trazer para a tropa atacante.

11.14.3.5 Após a conquista de objetivos, poderão ser previstas barragens e concentrações para atender, momentaneamente, à parada no objetivo. Em resumo:

FASES	FINALIDADES	ALVOS	EXECUÇÃO
1ª – Antes do ataque ou preparação	- Apoiar as ações da vanguarda e o desdobramento do grosso, após a marcha para o combate.	- A Au e AC; - Pos Org e Fort; - Mrt; - Armas em Prof e nos Fln; - PC, PO, Inst Com; - Z Reu; e - pontos críticos.	- Armas Org Btl; - armas individuais; e - artilharia.
	- Repelir o escalão de segurança inimigo.		- Armas Org Btl; - armas individuais; e - artilharia.
	- Manter a fisionomia da frente quando o Atq partir de situação Def.		- Armas Org Btl; - armas individuais; e - artilharia.
2ª – Preparação	- Facilitar o Dbq Atq: - neutralizando Art, Mrt, A Au e AC; - desorganizando Cmdo; - impedindo Mvt Res.	- A Au e AC; - Pos Org e Fort; - Mrt; - PC, PO, Inst Com; e - Res e suas VA.	- Morteiros; e - artilharia.
3ª – Durante a progressão	Facilitar a progressão do Esc Atq, destruindo ou neutralizando a resistência inimiga.	- Idem à 2ª fase.	- Armas Org Btl; - armas individuais; e - artilharia.
4ª – Durante as paradas nos objetivos	- Permitir a consolidação e reorganização; - proteger de C Atq; - preparar o prosseguimento.	- Z Reu; - VA; - Mrt; - Res; - Art; e - bases de fogos	- Armas Org Btl; - armas individuais; e - artilharia.

Quadro 11-2 – Fases da artilharia de campanha nas ações de ataque coordenado

11.15 APOIO DE FOGO NA DEFENSIVA

11.15.1 GENERALIDADES

11.15.1.1 “Na defesa, é o fogo que detém” – é a forma mais simples e elementar de se definir o combate defensivo e é, também, a mais verdadeira assertiva sobre o valor do apoio de fogo, integrando-o com a própria concepção de defesa. O sucesso da defesa depende, portanto, em grande parte, do cuidado com que os fogos são planejados, coordenados e desencadeados. As diversas unidades ou SU são responsáveis pelo planejamento e máxima coordenação de seus fogos, e cada plano de fogo deve ser coordenado com o elemento vizinho.

11.15.1.2 A coordenação inclui a escolha de posição para as armas, eficaz controle de tiro e planejamento de tiro sobre alvos prováveis, preparando o registro de dados sempre que o tempo permita. Essa coordenação será traduzida por um plano de apoio de fogo flexível que possibilite instantaneamente e sob qualquer condição de visibilidade desencadear concentrações em casos de ataques locais nos pontos mais sensíveis. Um conjunto de medidas referente às ligações e ao emprego das comunicações são complementos indispensáveis a um plano de apoio de fogo.

11.15.1.3 O plano de apoio de fogo deve permitir atirar sobre o inimigo, logo que possa observá-lo, sujeitá-lo a um volume crescente de fogo, à medida que se aproxima e destruí-lo ou repeli-lo por fogos no interior da posição defensiva, caso nela penetre. Desse modo, os fogos na defensiva dividem-se em:
a) fogos longínquos – que visam a dificultar a aproximação do inimigo, retardando, causando baixas, desorganizando, bem como a apoiar o escalão de segurança da unidade. São realizados além do PAC, no máximo alcance das armas;
b) fogos defensivos aproximados – que visam a impedir ou dificultar o ataque do inimigo, destruindo sua integridade, desorganizando seu comando e neutralizando seu apoio de fogo. São realizados entre o PAC e a posição de assalto, no alcance útil das armas. Caso o inimigo demonstre não conhecer nossas posições, as armas de tiro tenso podem deixar de atirar até que o inimigo chegue a uma posição favorável ao desencadeamento dos tiros. Agindo assim, obter-se-á surpresa;
c) fogos de proteção final – que visam a deter o ataque inimigo, impedindo o seu assalto e repelindo o escalão de ataque. São realizados imediatamente à frente dos núcleos de primeiro escalão; e
d) fogos no interior da posição – que visam a limitar e isolar as penetrações, impedir a consolidação e apoiar os contra-ataques.

11.15.1.4 O plano de apoio de fogo tem que ser elaborado, levando-se em consideração:
a) o terreno, isto é, as VA mais favoráveis à aproximação e ao prosseguimento do inimigo (a pé, motorizado ou blindado), os locais de instalações de seus PO, PC, Z Reu e locais de arma de apoio;

b) o local que se deseja deter o ataque inimigo, imediatamente à frente da área de defesa;
c) os fogos disponíveis (orgânicos, em reforço e em apoio); e
d) o plano de barreiras.

11.15.1.5 Na defensiva, a não ser no momento que precede o ataque, raramente teremos informes detalhados quanto à manobra do inimigo. Considerando que o planejamento é um processo contínuo, tão logo surja a necessidade de uma concentração, ela deve ser planejada. No interior da área de defesa, podem ser planejadas concentrações nos acidentes importantes do terreno, para possibilitar que seja barrada qualquer penetração inimiga.

11.15.1.6 A barragem é um tiro tipicamente defensivo, que difere da concentração no seu preparo. Aplica-se, peça por peça, correções individuais, destinadas a proporcionar uma barreira de fogo que impeça o movimento do inimigo através de linhas ou áreas defensivas. A cada fração de morteiro, bateria ou grupo, é atribuída uma barragem normal, podendo ser previstas barragens eventuais. Sempre que um elemento de apoio de fogo não estiver cumprido missão, deve permanecer apontado para sua barragem normal.

11.15.1.7 Semelhante às Op Ofs, também na defesa podem ser formadas frações provisórias (das armas de apoio) para o cumprimento de determinada missão.

11.15.2 EMPREGO DOS ÓRGÃOS DE APOIO

11.15.2.1 Artilharia

11.15.2.1.1 O apoio aproximado à área de defesa é a principal consideração na formulação do PFA. A coordenação entre os fogos de artilharia e o de outras armas inicia-se já na SU e realiza-se, principalmente, através do CCAF.

11.15.2.1.2 As barragens de Art disponíveis para o Btl são, normalmente, distribuídas para as SU. Cabe ao Cmt Cia de primeiro escalão localizar as barragens no terreno, considerando as VA que devem barrar e a localização dos seus elementos mais avançados.

11.15.2.2 Morteiro

11.15.2.2.1 As mesmas considerações quanto à RPP/Mrt são válidas para a defensiva.

11.15.2.2.2 A fração de Mrt é empregada de forma a dar o melhor apoio de fogo necessário aos elementos da unidade. Onde for possível, os morteiros são empregados em ação de conjunto para ter máxima flexibilidade. No entanto, as seções podem ser colocadas, quando necessário, em apoio direto aos elementos subordinados e, em último caso, em reforço.

11.15.2.2.3 Os fogos defensivos aproximados e os fogos de proteção final constituem a principal missão dos morteiros, que devem estar em condições de desencadeá-los, rapidamente, sob quaisquer condições de visibilidade. As barragens devem estar localizadas o mais próximo possível do LAADA, respeitando-se as margens de segurança características de cada arma de apoio.

11.15.2.2.4 O Cmt da unidade apoiada, normalmente, distribui as barragens disponíveis (inclusive das armas orgânicas) aos elementos subordinados, até o Esc SU.

11.15.2.2.5 A posição inicial de tiro, dentro da respectiva região de procura de posições, localiza-se na retaguarda da área de defesa, não só para dar-lhes melhor proteção, como principalmente para permitir o apoio a todas as fases do combate, inclusive o desencadeamento dos fogos no interior da posição. A posição de tiro do pelotão deve ficar a uma distância dos últimos núcleos de aprofundamento, que permita batê-los com a distância mínima de tiro e não devem ficar a mais da metade do alcance útil da arma. Sendo necessário priorizar, o Pel Mrt deverá estar em condições de realizar:
a) os fogos defensivos aproximados, visando a engajar o inimigo desde suas prováveis posições de ataque, os fogos de proteção final e os fogos no interior da posição, visando a limitar as PMA;
b) os fogos no interior da posição, visando a limitar as penetrações inimigas até a ruptura do Btl, onde ainda poderá ser possível o contra-ataque da U ou mesmo apoiar o contra-ataque do Esc Sp; e
c) os fogos no interior da posição, visando a bater até os últimos núcleos de aprofundamento do Btl.

11.15.2.2.6 O pelotão deve estar em uma posição central que lhe permita bater toda a frente do Btl. Em não havendo possibilidade de bater toda a frente de uma única posição, o Cmt Btl deverá priorizar a frente considerada como a mais importante no dispositivo defensivo do Btl. Deve ainda estar à retaguarda de massa cobridora que lhe dê proteção, próximo a estradas ou bons acessos que irão facilitar o ressuprimento e deslocamento e, se possível, próximo ao PO.

11.15.2.2.7 Posições iniciais avançadas (posições provisórias), inclusive à frente do LAADA, são previstas para a execução de fogos longínquos e apoio ao escalão de segurança.

11.15.2.2.8 A duração e o regime de tiros do morteiro dependem do efeito desejado. Na barragem, o fogo deve ser mantido enquanto perdurar a ameaça e deve cessar tão logo o inimigo consiga ultrapassá-la, ocasião em que os morteiros devem se preparar para o tiro no interior da posição. Nas concentrações, o fogo deve ser mantido até atingir o efeito desejado ou pelo espaço de tempo previsto no plano de fogos. O regime de tiro deve constar dos planos, sempre que necessário. Nas barragens, é normal o regime máximo nos primeiros minutos.

11.15.2.2.9 Outras considerações quanto ao emprego do morteiro orgânico da unidade podem ser encontradas no capítulo dez do MC *Companhia de Comando e Apoio*.

11.15.2.3 Armas Anticarro (AC)

11.15.2.3.1 A DAC não é uma missão apenas das unidades blindadas. Todas as tropas empenhadas em combate têm de estar prontas para missões desse tipo. A possibilidade de o inimigo empregar blindados no combate está sempre presente. Esse fato deve ser considerado pelos Cmt quando planejam a defesa contra blindados.

11.15.2.3.2 Um eficiente emprego de todas as armas AC deve ser parte de um plano que compreende ainda um sistema de alerta, o aproveitamento do terreno para proteção contra blindados inimigos, construção de obstáculos artificiais e o reforço dos naturais.

11.15.2.3.3 Um sistema de alerta contra blindados inimigos é uma das importantes partes de um plano de DAC e, portanto, um complemento indispensável ao plano de apoio de fogo. Convém salientar, aqui, a importância de as mensagens de alerta conterem a identificação dos blindados inimigos. Somente assim, poder-se-á desencadear o fogo preciso e necessário. Essas mensagens terão precedência sobre as outras.

11.15.2.3.4 A consideração sobre o terreno e sua influência no movimento de blindados, bem como as facilidades que apresenta para a instalação das armas AC devem ser altamente valorizadas. Mesmo os terrenos desfavoráveis podem permitir o movimento de blindados, porém o emprego de grandes unidades de blindados leva essas unidades a se concentrarem em pequenas áreas, o que facilita o emprego das armas AC.

11.15.2.3.5 A construção de obstáculos artificiais e o reforço dos naturais, como parte do planejamento de organização do terreno (plano de barreiras), vão facilitar e, por outro lado, impor missões de tiro às armas AC. Um entrosamento, o mais perfeito possível, entre o plano de barreiras e o plano de apoio de fogo é, portanto, indispensável ao sucesso da DAC.

11.15.2.3.6 A missão fundamental de todas as armas AC é a destruição de blindados inimigos. Entretanto, essa missão é cumprida com êxito somente quando as tropas da defesa estão protegidas contra o fogo desses blindados. O problema, então, é proteger as tropas contra os blindados e, ao mesmo tempo, evitar apresentar alvos fáceis aos mesmos blindados inimigos.

11.15.2.3.7 A missão principal das armas AC na defesa é a proteção imediata da área de defesa contra a atuação de blindados inimigos. Como missão secundária, as peças podem fazer tiros contra armas AC e outras armas

coletivas, bem como o tiro contra espaldões, casamatas e outros. No cumprimento de sua missão principal, as armas AC devem ser dispostas em profundidade e em condições de bater as prováveis VA, de preferência, em situação de flanqueamento.

11.15.2.3.8 Outras considerações quanto ao emprego das armas AC da unidade podem ser encontradas no MC *Companhia de Comando e Apoio*.

11.15.2.4 Metralhadora

11.15.2.4.1 Metralhadora no caso de formação de fração provisória – atentar para as considerações a seguir.
a) Será vantajoso o emprego das metralhadoras em primeiro escalão (sob controle do Btl), especialmente pela execução de tiro de flanqueamento e, particularmente, tendo em vista o seu maior efeito na linha de proteção final.
b) Linha de proteção final (LPF) é a linha em que as metralhadoras devem obter a máxima extensão de tiros rasantes à frente do LAADA. É a última linha em que se procura barrar a progressão do inimigo que transpõe a zona de barragem. É onde o fogo atinge o máximo de intensidade. Deve passar a uma distância mínima à frente da posição que impeça, ao inimigo, o emprego eficaz de suas granadas de mão.
c) Pelo exposto acima, conclui-se que é imperioso, na defesa de uma posição, a instalação das metralhadoras em regiões mais baixas, ao contrário da ofensiva onde se procura obter o máximo alcance.
d) As metralhadoras devem cooperar com seus fogos (LPF) nas barragens e flanqueamento na frente do vizinho, devendo o Cmt estabelecer ligação com esses vizinhos de forma a coordenar seus respectivos planos. As metralhadoras de uma unidade, podem mediante ligação de comando, ser instaladas na Z Aç da unidade vizinha, desde que isso traga mais vantagem e não prejudique a ação.
e) As metralhadoras do LAADA, principalmente a fim de não se revelarem prematuramente, atiram no inimigo, em princípio, quando este se acha a uma distância à frente da posição que permita um tiro altamente preciso. Durante a noite, essas metralhadoras devem ficar apontando na direção da linha de proteção final. Já as metralhadoras do aprofundamento, durante a noite, ocupam posições suplementares para executar tiros longínquos de inquietação ou interdição, para limitar penetrações e proteger os flancos.
f) As metralhadoras, normalmente realizam o tiro direto, mas podem realizar o tiro indireto que aumenta muito o alcance da arma e atende às necessidades dos fogos longínquos.
g) A cada peça pode ser atribuído um setor, e as armas são particularmente empregadas para bater objetivos, como pessoal desabrigado (sobretudo em formação cerrada ou em profundidade em relação ao eixo de tiro), armas automáticas ou anticarro, PO e outros. As frentes mais favoráveis às penetrações do inimigo e que não possam ser batidas por armas de tiro tenso devem ser selecionadas como partes a serem particularmente batidas pelos morteiros.

h) A proteção das metralhadoras é assegurada pelo aproveitamento do terreno (posição desenfiadas), pela camuflagem, pelo seu lugar no dispositivo (proteção de seus flancos) ou, ainda, atribuindo-lhes missões que não comportem tiro algum, antes do desencadeamento da barragem.
i) As metralhadoras podem participar da proteção antiaérea.

11.15.2.5 Armas da Reserva

11.15.2.5.1 As armas da reserva não ficam inativas. Não devem, entretanto, ser empregadas para reforçar ou apoiar as ações de defesa atirando no momento dos fogos de proteção final. Podem ser vantajosamente empregadas para execução de tiros longínquos e tiros no interior da posição. São, também, particularmente, aptas à proteção antiaérea. De qualquer forma, devem reverter à unidade, SU ou fração a tempo de serem empregadas nas missões a elas atribuídas. A localização dessas armas depende de exame de situação.

11.15.2.6 Carros de Combate

11.15.2.6.1 Os carros não devem perder a sua característica fundamental do elemento de manobra e são, por isso, particularmente, empregados em ações de contra-ataque, para o que, inicialmente, são conservados em reserva. Há situações, entretanto, em que poderão ser empregados, inicialmente, como elemento de apoio de fogo e de aprofundamento da DAC. De posições de desenfiamento de torre, cooperarão, então, na execução de fogos longínquos, defensivos aproximados ou de proteção final. O mais aconselhável emprego, se utilizado inicialmente, será no aprofundamento da DAC. Se mantidos inicialmente em reserva, o comando poderá dispor ainda das armas que deles desembarcam, para reforçar os fogos na ADA.

11.15.2.7 Planejamento

11.15.2.7.1 No planejamento, considerar os aspectos a seguir.
a) Elementos de primeiro escalão
- No planejamento de fogos para a defesa de uma posição, normalmente, os elementos de primeiro escalão selecionam alvos para as armas orgânicas e outras disponíveis no Esc Sp dentro de três regiões principais: entre o escalão de segurança do Esc Sp e o LAADA, no interior de sua própria área de defesa e em áreas fora de sua Z Aç, de onde o inimigo possa intervir na sua defesa.
- O planejamento de fogos para a defesa de uma posição obedece às mesmas prescrições estabelecidas para o ataque. Quando se trata de defender uma posição, sem ainda estar em contato com o inimigo, o problema apresenta facilidades, pois é possível percorrer o terreno por onde o inimigo progredirá e montará o seu ataque. Planos provisórios se constituirão de relação de possíveis regiões de aplicação de fogos para a execução oportuna. Caso o inimigo não se apresente exatamente nessas regiões, aquelas previsões servirão de referência para o desencadeamento de fogos no local e oportunidade desejados.

- As barragens recebidas do Esc Sp e as barragens das armas orgânicas são distribuídas convenientemente para os elementos subordinados de primeiro escalão (até o escalão SU), considerando a importância da região que defendem, bem como o número, natureza e valor das VA que devem barrar e particularmente o plano de barreiras. O Cmt SU localiza no terreno as barragens recebidas, completando-as com as barragens das armas orgânicas e coordenando-as com as linhas de proteção final das metralhadoras, se houver.
- A contrapreparação obedece às diretrizes baixadas pelo Cmt da manobra (elemento apoiado) e os alvos devem ser cuidadosamente selecionados para o desenvolvimento dos fogos nessa fase.

b) Escalão de segurança
- O elemento que constitui o escalão de segurança do Esc Sp planeja os fogos para apoiar suas ações. Normalmente, são selecionados alvos para os fogos longínquos sobre itinerários prováveis e possíveis Z Reu. Também são planejados os fogos para apoiar o retraimento do escalão de segurança, retardando, desorganizando e causando perdas ao inimigo.

c) Escalão reserva
- A esse escalão interessam os fogos executados no interior da posição, com a finalidade de limitar as penetrações e de apoiar os contra-ataques.

d) No caso de apoio de fogo aos contra-ataques, é estabelecido um plano de apoio distinto para cada hipótese. Esses planos, após coordenados pelo CCAF e aprovados pelo Cmt, constituem, reunidos, o plano de apoio aos contra-ataques.

e) Os planos de apoio aos contra-ataques são formulados sobre as hipóteses do inimigo e não há dúvida de que, se houver penetração na ADA, não haverá perfeita coincidência entre a situação geral e a planejada; no entanto, guardando flexibilidade no planejamento, os planos poderão ser rapidamente adaptados à situação que se apresentar.

FASES	FINALIDADES	ALVOS	EXECUÇÃO
1ª – Longínquos	- Frustrar a partir do Atq ou reduzir seu ímpeto. - Diminuir a eficácia da preparação. - Desorganizar Cmdo. - Restringir movimento.	- Z Reu; - PC, PO; - P Atq; - bases de fogos; e - artilharia.	- Artilharia; - morteiros; e - armas dos PAC.
2ª e 3ª – Def Aprx e proteção final	- Deter o Ini a frente do LAADA ou, pelo menos, reduzir seu ímpeto.	- Art e Mrt; e - alvos inopinados.	- Todas as armas disponíveis; e - artilharia.

3ª – No interior da posição	- Limitar e isolar Pntr. - Impedir consolidação. - Apoiar C Atq.	- Esc Atq Ini; - PC, PO; e - bases de fogos.	- Todas as armas disponíveis; e - artilharia.

Quadro 11-3 – Características da divisão de fogos nas operações defensivas

11.16 EXECUÇÃO E COORDENAÇÃO DE FOGOS

11.16.1 GENERALIDADES

11.16.1.1 Durante o combate, os pedidos de fogos podem ser enviados para o CCAF do escalão imediatamente superior ou diretamente ao órgão de apoio de fogo correspondente ao fogo desejado. O grosso dos pedidos de fogo deve ser feito diretamente ao órgão de apoio de fogo, por meio do respectivo representante (oficial de ligação ou observador avançado), a fim de garantir o rápido desencadeamento e não sobrecarregar as redes de comando. Tratando-se de fogo previsto, o pedido é feito pela simples referência de sua designação numérica no PAF. Os tiros inopinados, após atendidos, recebem uma designação numérica do órgão de apoio de fogo que os executou, podendo vir a ser incluído no plano de fogos do órgão considerado.

11.16.1.2 As missões de tiro são atribuídas ou solicitadas aos órgãos que possam desencadear o tiro pedido com maior eficácia, dentro do tempo exigido. Quando considerações, tais como, disponibilidade de munição, segurança tática e coordenação permitem, os meios mais econômicos de desencadeamento do tiro são empregados. Nos tiros previstos, todos esses fatores são considerados. Nos tiros inopinados, o tempo é, frequentemente, a única consideração. Os pedidos de um observador avançado para bater alvos inopinados são enviados diretamente ao seu próprio órgão de apoio de fogo. É desejável que esses pedidos sejam orientados pelo CCAF, de modo que o Cmt da unidade apoiada possa ser mantido informado dos pedidos feitos pelos elementos subordinados. Como essa orientação (devido ao volume de pedidos de fogos, urgência das necessidades e outros) não é exequível na maioria das vezes, o oficial de tiro de cada meio de apoio de fogo informa o CCAF sobre os pedidos diretamente recebidos e sua decisão de execução.

11.16.1.3 Em princípio, deve ser empregado o tipo de apoio de fogo solicitado, entretanto, no atendimento de um pedido, o CCAF pode propor a substituição de um meio de apoio, quando o armamento proposto for mais apropriado, por suas possibilidades ou disponibilidades de munição, para bater o alvo. Isso é raramente feito quando se trata de um pedido de tiro sobre alvo inopinado. O CCAF não nega, não substitui e nem interfere arbitrariamente nos meios de apoio de fogo. É um elemento, essencialmente, de coordenação.

11.16.1.4 A coordenação deve ser feita com rapidez e decisão no desencadeamento a alvos inopinados. Os fogos sobre tais alvos são realizados pelos meios mais eficazes disponíveis e de emprego mais imediato.

11.16.1.5 Frequentemente, será necessário o emprego de mais de um meio de apoio de fogo sobre um alvo, dependendo de seu tamanho e natureza. Contra um alvo móvel, tal como blindado, a artilharia deve ser empregada com mais frequência desde logo, muito embora a ação aérea seja mais eficaz.

11.16.1.6 Durante a conduta do combate, o CCAF mantém o Cmt informado sobre o apoio de fogo que está sendo empregado e o disponível para a intervenção na ação. O CCAF prevê as necessidades de fogos adicionais e os pede através do CCAF do escalão superior. Mantendo-se atualizado e, se possível, à frente dos planos do Cmt da unidade, o CCAF assegura continuidade do planejamento de apoio de fogo.

11.16.2 APOIO DE FOGO NAVAL

11.16.2.1 Ver o manual *Planejamento e Coordenação de Fogos*.

11.16.3 APOIO DE FOGO AEROTÁTICO

11.16.3.1 Ver o manual *Planejamento e Coordenação de Fogos*.

11.17 APOIO AÉREO

11.17.1 FORÇA AÉREA

11.17.1.1 Ver o manual de comando da aeronáutica MC *A 55-10 – Manual de Condução de Operações Aéreas*.

11.17.2 OPERAÇÕES AÉREAS

11.17.2.1 Conforme o manual doutrinário *Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira*, o poder aeroespacial é a projeção do poder nacional resultante da integração de todos os recursos de que a nação dispõe para a utilização do espaço aéreo e do espaço exterior, visando a conquistar e manter os objetivos nacionais. Quando se trata apenas dos recursos aéreos militares, usa-se o conceito de poder militar aeroespacial.

11.17.2.2 As operações aéreas podem ser classificadas como:
a) operações aeroestratégicas;
b) operações de defesa aérea; e
c) operações aerotáticas.

11.17.2.3 Todas essas operações desenvolvem-se, basicamente, em três níveis: o nível de operações aéreas, de tarefas operacionais e de missões específicas.

11.17.2.4 Tarefas operacionais são aquelas relacionadas por meio de um conjunto de missões específicas, em proveito da obtenção de condições favoráveis de combate, indispensáveis à condução das próprias operações aéreas e de superfície. As tarefas operacionais classificam-se em dois grandes grupos: as tarefas de combate e as de apoio ao combate.

11.17.2.5 As tarefas de combate são aquelas que terminam com o emprego do armamento num ataque a um objetivo e subdividem-se em superioridade aérea, interdição e apoio aéreo aproximado.

11.17.2.6 As tarefas de apoio ao combate são aquelas que não terminam com o emprego do armamento, mas proporcionam todo o suporte de informações e logístico, indispensáveis ao desenvolvimento das tarefas de combate. Estas subdividem-se em reconhecimento aéreo, transporte aéreo, ligação e observação, busca e resgate e outras. Todas as tarefas de combate e de apoio ao combate ainda se subdividem em missões específicas, conforme o quadro a seguir.

TAREFAS OPERACIONAIS		
CLASSIFICAÇÃO	**SUBDIVISÕES**	**MISSÕES**
TAREFAS DE COMBATE	**Superioridade Aérea**	- Ataque; - varredura; - interceptação; - patrulha aérea de combate; e - escolta.
	Interdição	- Escolta; - ataque; - reconhecimento armado; e - minagem aérea.
	Apoio Aéreo Aproximado	- Ataque; - cobertura;
TAREFAS DE APOIO AO COMBATE	**Reconhecimento Aéreo**	- Visual; - fotográfico; - infravermelho; - meteorológico; e - outros.
	Transporte Aéreo	- Operações aeroterrestre; - evacuação aeromédica; e - outras.

	Ligação e Observação	- Ligação; - observação; e - outras.
	Busca e Resgate	- Busca; - resgate; e - outras.

Quadro 11-4 – Características dos grupos de tarefas operacionais

11.17.2.7 O objetivo principal de qualquer operação aérea é a destruição ou neutralização do poder aeroespacial do inimigo. Esse conceito é importante porque é normal e até natural a existência de muitos pedidos de apoio aéreo, partindo das forças de superfície, principalmente no início das hostilidades. Deve ser entendido, porém, que o domínio do espaço aéreo é básico para se obter a liberdade de ação. Logo, nem todos os pedidos da força de superfície poderão ser sempre atendidos.

11.17.2.8 A tarefa de combate de apoio aéreo aproximado é uma das mais solicitadas pelas tropas terrestres, particularmente pelos batalhões de infantaria. Tal tarefa consiste no emprego da F Ae contra forças de superfície inimigas, em proveito direto das nossas tropas e em coordenação com o fogo e o movimento destas, quando não pudermos obter resultados desejados com nossos próprios meios.

11.17.2.9 O apoio aéreo aproximado só existirá quando o objetivo for hostil (já houver o atrito entre os contendores) ou potencialmente hostil (quando o atrito puder ocorrer em um futuro muito breve). A grande oportunidade dessa tarefa verifica-se nas situações dinâmicas, quando forças amigas procuram romper posições inimigas, como no Apvt Exi, ou, ainda, quando tentam impedir que o inimigo faça o mesmo às nossas forças.

11.17.2.10 A destruição e o efeito de choque obtidos por meio de ataques aéreos devem ser concomitantes com o esforço das forças de superfície, visando a quebrar a resistência do inimigo. Nesse aspecto, é muito importante a definição da área e do momento exato da ação de cada uma das forças. Para tal, o controle na área do alvo será exercido, na maioria das vezes, por um controlador aéreo avançado (CAA), que executará, além da coordenação com a unidade de superfície apoiada, o controle das aeronaves amigas durante o ataque.

11.17.2.11 Colabora com esta integração um eficiente sistema de comunicações e controle, seja da F Ae, seja da força de superfície. Tal sistema abrange todos os escalões de comando e age de forma plenamente integrada. Os oficiais de ligação, tanto da F Ae quanto da força de superfície, assessoram no planejamento e nas coordenações necessárias.

11.17.2.12 São alvos típicos das missões de apoio aéreo aproximado as posições de artilharia e morteiros inimigas, carros de combate e qualquer tipo de alvo que esteja causando algum dano às tropas amigas.

11.17.2.13 Um Cmt tático terrestre, em qualquer nível, deve ponderar bastante antes de solicitar uma missão de apoio aéreo aproximado sobre um alvo localizado entre a LC e a linha de segurança de apoio de artilharia (LSAA). Nessa área, todo o fogo de artilharia terá que ser interrompido por questão de segurança da aeronave.

11.17.2.14 O apoio aéreo aproximado possui as seguintes missões específicas:
a) ataque – missão na qual o objetivo é de tipo e localização conhecida. Normalmente, são missões de atendimento imediato; e
b) cobertura – é empregada para defender forças amigas contra-ataques de forças inimigas terrestres. Será utilizada quando for necessária uma rápida reação da nossa F Ae contra uma ação do inimigo. Caracteriza-se pelo sobrevoo das forças amigas por uma fração da nossa F Ae pronta para atacar ou contra-atacar uma ação terrestre inimiga.

11.17.2.15 Entre as tarefas de apoio ao combate, o Btl geralmente utiliza-se do reconhecimento aéreo, que visa a obter informações oportunas e atualizadas sobre o inimigo ou sobre o resultado de ataques realizados, e do transporte aéreo, que visa a deslocar, por via aérea, forças amigas ou cargas necessárias ao desenvolvimento das ações ou ao apoio às forças em operações.

11.17.2.16 Maiores esclarecimentos a respeito de apoio aéreo podem ser obtidos no MC *Planejamento e Coordenação de Fogos*.

11.17.3 PEDIDOS DE APOIO AÉREO

11.17.3.1 Os pedidos de apoio aéreo podem ter origem nos vários escalões da F Ter, desde as companhias de fuzileiros até o C Ex. As missões podem ser pré-planejadas, quando forem solicitadas e planejadas com a antecedência necessária, ou imediatas, quando forem solicitadas e executadas com premência de tempo. Tais pedidos são coordenados e consolidados em todos os escalões e encaminhados por meio de uma rede de comunicações própria.

11.17.3.2 Os pedidos de apoio aéreo, no escalão Btl, são desencadeados e consolidados pelo CCAF/Btl, sob a responsabilidade do S-3 do ar e dos elementos de apoio aerotático (EAAT). Posteriormente, são encaminhados aos Esc Sp.

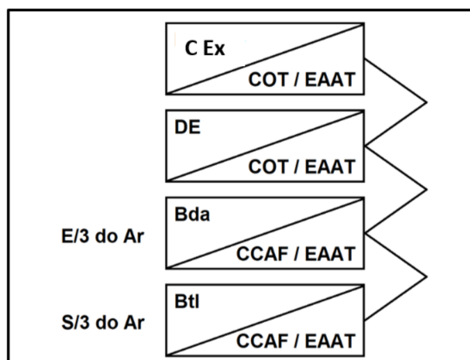


Fig 11-2 – Pedido de apoio aéreo

11.17.3.3 Atribuições do adjunto do S-3:
a) processar os pedidos de apoio aéreo aproximado e enviá-los ao Esc Sp;
b) preparar, em coordenação com o CCAF/Btl, os pedidos de missões aéreas pré-planejadas;
c) orientar os pedidos de missões imediatas originados nas SU;
d) ligar-se com o centro de apoio aéreo direto da FAT, por intermédio da DE, para apresentar pedidos de apoio aéreo imediato; e
e) coordenar, em ligação com o CCAF/Btl, o fogo das armas que possam atingir as aeronaves, de acordo com as regras estabelecidas pelos Esc Sp.

11.17.3.4 Comunicações – os meios de comunicações do Btl devem proporcionar:
a) ligação entre os elementos de superfície incumbidos do planejamento e da coordenação das operações aéreas;
b) encaminhamento dos pedidos de apoio aéreo;
c) ligação do CAA com as aeronaves; e
d) difusão dos relatórios dos resultados da missão aérea.

11.17.3.5 No planejamento das missões pré-planejadas, o Btl detecta a necessidade de bater um alvo além do alcance das suas armas e informa à Bda. Esta, não possuindo armamento orgânico com alcance suficiente, encaminha à DE, que fará a mesma avaliação e, se for o caso, solicitará ao C Ex, o qual elaborará o plano de fogo aéreo e o enviará ao centro de controle aerotático (CCAT) ou ao centro de operações aerotático (COAT).

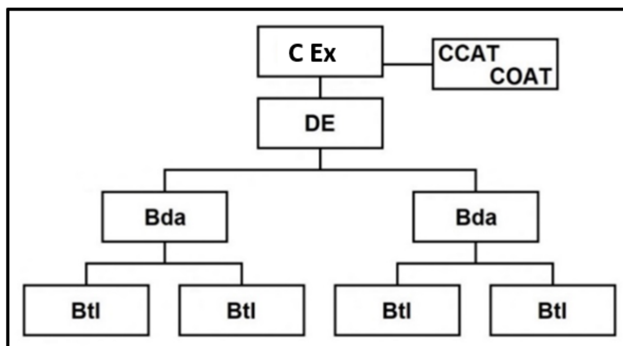


Fig 11-3 – Pedido de apoio aéreo planejado

11.17.3.6 A grande urgência das missões imediatas requer adaptações no sistema e o estabelecimento de redes-rádio específicas para tais pedidos. O batalhão solicita apoio diretamente à DE, enquanto a Bda permanece na escuta desse pedido. Se a Bda permanecer em silêncio, significa que o pedido está por ela aprovado. A DE, após receber e analisar o pedido, retransmite-o ao centro de apoio aéreo direto (CAAD).

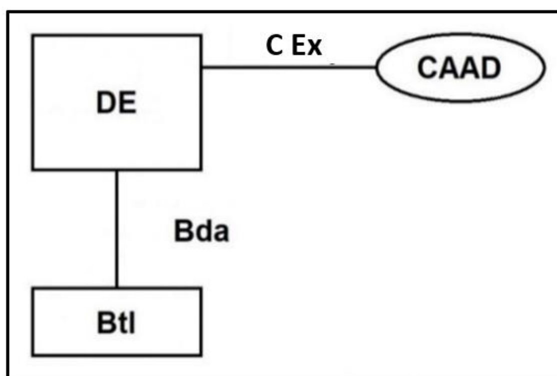


Fig 11-4 – Pedido de apoio aéreo imediato

11.17.4 AVIAÇÃO DO EXÉRCITO

11.17.4.1 O menor nível de planejamento das necessidades para o emprego dos meios aeromóveis é a DE. No centro de operações táticas da divisão de exército (COT/DE), quando surge a necessidade de empregar a Av Ex em conjunto com forças de superfície, tal grande comando já coloca à disposição da tropa os meios orgânicos necessários para cumprir a missão, geralmente sob controle operacional. Porém, se o BI tiver que solicitar algum meio dessa natureza, procederá de forma análoga ao parágrafo anterior.

11.18 COMUNICAÇÕES

11.18.1 GENERALIDADES

11.18.1.1 A seguir, são apresentados conceitos básicos atinentes às comunicações.
a) Ligação – é o conjunto de relações e/ou contatos estabelecidos por meios diversos, entre os diferentes elementos que participam de uma mesma ação, de modo a coordenar os esforços por eles despendidos, em benefício de um objetivo comum. O Cmt é o responsável não só pela coordenação das ações dos elementos sob seu comando, como também pela instalação, exploração e manutenção das comunicações de sua unidade e, ainda, pelo eficiente funcionamento como parte integrante do sistema do Esc Sp. A utilização correta dos meios de comunicações permite a ação eficiente do comando. A falta de um meio de comunicações não exime o Cmt da responsabilidade pela ligação.
b) Meios de transmissão – são os veículos que conduzem a informação levada de um ponto a outro. Eles podem ser de três tipos: ondas eletromagnéticas, meios físicos e mensageiro.
c) Meios de comunicações – são constituídos pelo pessoal, meios técnicos e procedimentos empregados para transmitir, emitir, receber e processar mensagens e informações, através de sinais sonoros, eletrônicos, escritos e imagens. Têm a finalidade de estabelecer a ligação entre dois ou mais elementos.

11.18.1.2 De acordo com as suas características, os meios de comunicações normalmente utilizados em um BI podem ser divididos em físicos, rádio, mensageiros, acústicos, visuais e diversos.

11.18.2 REGRAS BÁSICAS DE EMPREGO

11.18.2.1 O estabelecimento e o eficiente funcionamento das comunicações entre as unidades ou entre os elementos, são regulados pelas seguintes regras gerais:
a) a unidade ou o elemento superior é o responsável pelo estabelecimento e pela continuidade das comunicações com a unidade ou com o elemento subordinado, inclusive o que estiver em reforço;
b) uma unidade ou um elemento em apoio, pelo fogo ou não, é responsável pelo estabelecimento e pela continuidade das comunicações com a unidade ou com o elemento apoiado;
c) as comunicações laterais entre unidades ou entre elementos vizinhos são estabelecidas e mantidas tal como for determinado pelo comando superior a que ambos estiverem subordinados. Na ausência de instruções específicas, o Cmt da unidade do elemento da esquerda é o responsável pelo estabelecimento e pela continuidade das comunicações com o da direita; e
d) a eficiência das comunicações se alicerça na combinação judiciosa de dois fatores: segurança e rapidez.

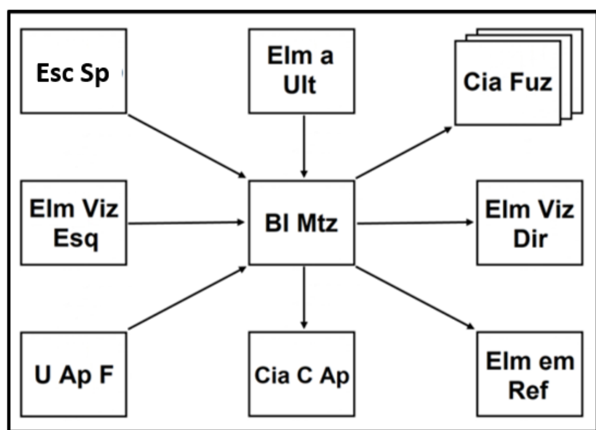


Fig 11-5 – Esquema representativo das ligações necessárias (a base de origem da seta indica o responsável pela ligação)

11.18.3 COMUNICAÇÕES NO BATALHÃO

11.18.3.1 Todo Cmt é responsável pelas comunicações de sua unidade. Com os elementos de comunicações de que dispõe, ele instala, explora e mantém as comunicações até o posto de comando de cada elemento imediatamente subordinado. Para obter as comunicações (planejamento e execução) até o PC das unidades e subordinadas, o Cmt conta com o oficial de comunicações e eletrônica.

11.18.3.2 Ao considerar os planos para qualquer operação, o Cmt consulta, normalmente, o oficial de comunicações e eletrônica para saber quais os meios de comunicações que podem ser empregados em cada plano proposto e avalia a proporção desses meios, assim como avalia o suprimento de material ou qualquer outro fator que interesse ao plano. Se o plano pode ser apoiado por comunicações suficientemente seguras, que garantam o grau de controle exigido para o êxito da missão, o Cmt deve considerar detidamente a conveniência de alterá-lo ou abandoná-lo.

11.18.3.3 Nenhum meio de comunicações existente no Btl é igualmente rápido, flexível e seguro. Por conseguinte, as comunicações são influenciadas pela natureza da operação em curso, permitindo que um sistema sobressaia em relação aos demais.

11.18.3.4 O emprego judicioso dos sistemas e a exploração em harmonia são os recursos que o O Com Elt dispõe para suprir o comando dos meios de comunicações necessários ao cumprimento da missão.

11.18.3.5 O emprego particular dos sistemas de comunicações nos diferentes tipos de operações será explorado nos capítulos correspondentes.

11.19 APOIO DE ENGENHARIA

11.19.1 Normalmente, o Ap Eng é prestado ao Btl por um pelotão de engenharia de combate (Pel E Cmb) sob a forma de apoio direto ou sob a situação de comando de reforço.

11.19.2 Os trabalhos executados pelo elemento de engenharia que apoia o batalhão são, normalmente, os que requeiram técnica e equipamentos especializados de engenharia, como, por exemplo: reconhecimentos especializados de engenharia, balizamento e melhoramento de pistas e vaus, abertura de trilhas e brechas, destruições, reforçamento de pontilhões e construção de alguns obstáculos.

11.19.3 O comandante da tropa de engenharia em apoio faz parte do EM especial do Btl, assessorando o Cmt Btl nos assuntos relacionados com a mobilidade, contramobilidade e proteção, mesmo em caso de trabalhos a serem executados pelos elementos da arma-base, como camuflagem, lançamento de obstáculos e estudo do terreno.

11.19.4 Os manuais *A Engenharia nas Operações* e *O Apoio de Engenharia no Escalão Brigada* relatam com maior amplitude as atividades de engenharia em operações.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

CAPÍTULO XII

LOGÍSTICA

12.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

12.1.1 Componentes do sistema logístico – o sistema exército abrange o sistema logístico que, por sua vez, é constituído de três subsistemas: comando logístico, logística organizacional e logística operacional.

12.1.2 O subsistema da logística operacional tem como objetivo prever e prover os meios em pessoal, material, serviços e construções em tempo de guerra, no teatro de operações (TO), realizando todas as atividades logísticas necessárias às operações da força terrestre (FT) e, em tempo de paz, preparando-se para tal fim.

12.1.3 As minúcias de cada subsistema são reguladas pelo manual *A Logística nas Operações*.

12.2 APOIO LOGÍSTICO

12.2.1 O Ap Log é o conjunto de atividades que visa a fornecer os recursos e serviços necessários às tropas orgânicas e em reforço, em quaisquer situações que possam se encontrar.

12.2.2 No âmbito do BI, existem cinco funções logísticas com suas respectivas tarefas, a saber:
a) suprimento – levantamento das necessidades, obtenção, controle e distribuição de todas as classes de suprimento;
b) transporte – deslocamento de pessoal, animal e/ou material sob cuidados especiais;
c) saúde – triagem, atendimento médico, evacuação, controle sanitário, medicina preventiva e outras. Visa à conservação do potencial humano da F Ter em operações;
d) manutenção – conservação, reparação e evacuação de material; e
e) recursos humanos – controle de efetivos, recompletamento, suprimento reembolsável, banho, lavanderia, sepultamento e serviço postal. As demais tarefas referentes ao pessoal (disciplina e justiça militar, moral e assuntos civis *etc.*), realizadas no TO, são integradas ao sistema comando, não fazendo parte do subsistema logística.

12.2.3 Para maiores informações relativas às funções logísticas, deve ser consultado o MC *A Logística nas Operações*.

12.3 LOGÍSTICA DO BATALHÃO DE INFANTARIA

12.3.1 GENERALIDADES

12.3.1.1 No nível unidade, o gerenciamento das atividades logísticas é orientado para os objetos e objetivos básicos da logística – o material e o homem. Assim, a logística divide-se em dois grandes ramos, a logística de material e a logística de pessoal. Essa divisão da logística tem por finalidade simplificar as estruturas organizacionais e os procedimentos logísticos, permitindo maior coordenação e controle do EM e maior eficiência no apoio prestado aos elementos em primeiro escalão.

12.3.1.2 A logística do pessoal, a cargo do S-1, engloba todas as atividades logísticas voltadas para o apoio aos efetivos:
a) recursos humanos – o controle do pessoal, o processamento dos recompletamento, o nivelamento dos efetivos, o controle das baixas, o moral da tropa e os serviços em campanha, banho, lavanderia, troca de fardamento, sepultamento, serviço postal *etc.*; e
b) saúde – o apoio prestado pelo Pel S e todas as tarefas, ações e procedimentos referentes à atividade de saúde realizados nessa fração, inclusive a evacuação de feridos (exceto Sup Cl VIII, a cargo do S-4).

12.3.1.3 A logística do material, a cargo do S-4, engloba todas as atividades logísticas centradas no material:
a) suprimento – pedidos, recebimentos, estocagem e distribuição às diversas frações ou locais onde serão processados ou consumidos;
b) manutenção – de todo o material (viaturas, armamento, comunicações, equipamentos diversos *etc.*), incluindo o processamento do suprimento de manutenção e a evacuação do material; e
c) transporte – controle dos meios para a realização dos deslocamentos da tropa, a distribuição de suprimentos (Sup), evacuação de material (Mnt) e de mortos (Pes).

12.3.1.4 O S-4 e o S-1, auxiliados pelos integrantes das 1ª e 4ª seções e por meio dos elementos da SU C Ap, planejam, coordenam, sincronizam e conduzem a manobra logística da unidade. A manobra logística é o conjunto dos planejamentos, procedimentos, métodos e ações realizadas a fim de possibilitar o apoio ao pessoal e ao material, perfeitamente integrados e sincronizados, no espaço e no tempo, à manobra operacional definida pelo Cmt U.

12.3.1.5 No nível unidade, sempre que possível, a manobra logística deve ser planejada e executada de modo que todas as atividades logísticas desenvolvidas pela CCAp sejam deslocadas em direção aos elementos de 1º escalão, de modo a liberar os Cmt SU para as atividades de combate, sobrecarregando-os o mínimo possível com preocupações logísticas e evitando que as SU se desloquem para a ATC ou ATE em busca de Ap Log. O S-1 e o S-4 devem atuar

de modo a colocar o suprimento, a manutenção, o apoio de saúde, rações e água no momento e no local (ATSU ou posições de 1º escalão) que fizerem remuniciamentos (Remn) necessários para apoiar as atividades de combate das SU.

12.3.1.6 Os encargos logísticos devem ser minimizados nas SU, tanto quanto possível, e colocados sob a responsabilidade e controle da unidade, permitindo que os comandantes de SU concentrem-se nas atividades de combate e no acompanhamento da situação tática.

12.3.2 RESPONSABILIDADES

12.3.2.1 O Cmt U é responsável pelo apoio logístico do BI. Ele deve assegurar-se de que o apoio logístico está sendo prestado não somente ao Btl, mas também a todos os elementos sob o seu controle operacional, em apoio ou em reforço.

12.3.2.2 O S-4 é o coordenador da manobra logística do Btl, integrando e sincronizando os planejamentos da logística do pessoal e do material à manobra e ao apoio ao combate. O S-4 deve antecipar-se às necessidades de apoio logístico, encaminhar os pedidos de apoio ao Esc Sp com oportunidade, fiscalizar o apoio que é prestado ao Btl, bem como planejar, coordenar e sincronizar toda a sua logística interna.

12.3.2.3 O S-1 e o S-4 são os assessores diretos do Cmt no que diz respeito às atividades logísticas: o S-1, nas atividades da logística do pessoal, e o S-4, nas atividades da logística do material. Eles são os responsáveis pelo planejamento logístico, controle e coordenação das atividades logísticas nos seus respectivos campos de atuação, de acordo com as ordens e diretrizes emanadas pelo Cmt Btl.

12.3.2.4 Os Cmt SU são responsáveis pelo Ap Log no âmbito das respectivas SU. Solicitam, controlam e coordenam a distribuição do suprimento, a manutenção de 1º escalão das viaturas e de todos os demais equipamentos, a manutenção de 1º escalão do armamento, o efetivo da SU e as atividades de evacuação de feridos e mortos planejadas e controladas pelo EM da U.

12.3.3 ELEMENTOS DE ESTADO-MAIOR

12.3.3.1 Os seguintes oficiais do EM e de assessoramento possuem os seguintes encargos e responsabilidades logísticas no Btl:
a) o S-4 é o assessor do Cmt para as atividades da logística do material e o coordenador da manobra logística da unidade;
b) o S-1 é o assessor do Cmt para as atividades da logística do pessoal;
c) o Cmt CCAp é o Cmt dos trens ou dos trens de estacionamento quando descentralizados; é Adj S-4 na execução da manobra logística;

d) SCmt CCAp é o auxiliar do Cmt CCAp e o Cmt dos trens de combate do Btl, quando descentralizados;
e) o Cmt Pel Sup é o oficial de munições;
f) o Cmt Pel Mnt Trnp é o oficial de manutenção;
g) o Cmt Pel Com é o oficial de comunicações;
h) o Cmt Pel S é o oficial de saúde; e
i) o Sub Cmt Pel Sup é o oficial aprovisionador.

12.3.3.2 Os principais deveres e atribuições desses oficiais constam no MC *Estado-Maior e Ordens*.

12.3.4 PELOTÃO DE SUPRIMENTO

12.3.4.1 O pelotão de suprimento é o principal órgão de Ap Log da unidade e sua organização inclui o pessoal e material necessários para executar no âmbito da unidade, as atividades de suprimento das classes I, II, IV, V (Mun), VI, VII e X.

12.3.4.2 Suas missões principais são:
a) receber e consolidar os pedidos de suprimento das SU e encaminhar os pedidos da unidade ao batalhão logístico (B Log) da Bda;
b) receber, controlar, estocar quando necessário, lotear e distribuir os suprimentos às SU; e
c) evacuar os mortos.

12.3.4.3 Normalmente, o pelotão instala e opera um posto de distribuição de suprimento classe I (P Distr Cl I), que executa, eventualmente, a distribuição dos suprimentos de produtos acabados das classes II, IV, VI, VII e X e um posto de distribuição de suprimento classe V (Mun) (P Remn) na ATE. Conforme a situação tática o exigir, poderá desdobrar um P Remn avançado na ATC.

12.3.4.4 As cozinhas de campanha, em princípio, permanecem centralizadas na ATE ou na ATC ou, excepcionalmente, descentralizadas nas ATSU.

12.3.5 PELOTÃO DE MANUTENÇÃO E TRANSPORTE

12.3.5.1 É o elemento encarregado de prestar apoio de manutenção orgânica de 1º escalão.

12.3.5.2 Suas missões compreendem:
a) executar a manutenção orgânica de 1º escalão nas viaturas e armamentos da unidade;
b) executar a evacuação de viaturas no âmbito da unidade;
c) cooperar na evacuação e coleta de salvados e material capturado;
d) em caso de necessidade, estabelecer e operar um posto de coleta de salvados (P Col Slv);

e) solicitar, controlar, estocar e, quando necessário, fornecer peças e conjuntos de reparação das classes V (Armt) e IX; e
f) instalar e operar o P Distr Cl III da unidade.

12.3.5.3 Para as atividades referentes à coleta e evacuação de salvados e material capturado, bem como o controle e a estocagem de peças e conjuntos de reparação das classes V (Armt) e IX, o batalhão normalmente receberá em reforço uma Seç L Mnt do B Log.

12.3.6 PELOTÃO DE SAÚDE

12.3.6.1 É organizado com pessoal, equipamento e meios de transporte necessários para proporcionar tratamento médico de urgência e evacuação de feridos, doentes e acidentados no âmbito da unidade.

12.3.6.2 São missões específicas do Pel S:
a) instalar e operar o PS do Btl;
b) preparar os doentes e feridos mais graves para evacuação e para a instalação de saúde do Esc Sp; e
c) solicitar, direto na instalação de saúde do Esc Sp, receber, estocar e distribuir a todos os elementos da unidade o suprimento de saúde, inclusive peças e conjuntos de reparação.

12.3.7 PELOTÃO DE COMUNICAÇÕES

12.3.7.1 O pelotão de comunicações, normalmente, desdobra-se na área do PCP, com a missão de proporcionar apoio de comunicações ao comando da unidade.

12.3.7.2 Suas missões logísticas compreendem:
a) executar a manutenção orgânica de 1º escalão do material de comunicações da unidade (exceto material criptográfico);
b) solicitar, receber, estocar e aplicar, de acordo com as necessidades, peças e conjuntos de reparação (Sup Cl VII de comunicações); e
c) evacuar, para o Esc Sp, o material de comunicações que necessite de manutenção além do 1º escalão.

12.3.8 OUTROS ELEMENTOS LIGADOS ÀS ATIVIDADES LOGÍSTICAS

12.3.8.1 Na SU, o seu SCmt é o principal assistente do Cmt SU no planejamento, coordenação e fiscalização da manobra logística da Cia ou da SU. É o responsável pelos pedidos de suprimentos de classe I, II e V, bem como de outros materiais necessários ao recompletamento da dotação da SU, supervisionando a distribuição desses suprimentos. Esse oficial também é o responsável pelas atividades de manutenção, saúde e pessoal. Essas atividades são exercidas sem prejuízo das atribuições táticas, tendo em vista que deve

permanecer em condições de substituir o Cmt SU. Os principais auxiliares e executantes do Ap Log na SU são:
a) o encarregado do material, que executa as atividades relacionadas à logística do material no âmbito da SU. Supervisiona o trabalho do furriel (Fur) no P Remn SU. Fiscaliza, orienta e controla as atividades das frações e elementos de manutenção e suprimento recebidos em apoio ou reforço pela SU;
b) o sargenteante, que desenvolve atividades relacionadas à logística do pessoal no âmbito da SU. É o encarregado de todas as atividades relacionadas ao controle de efetivos, evacuação de feridos. Fiscaliza, orienta e controla as atividades das frações e elementos de aprovisionamento e saúde recebidas em apoio ou reforço pela SU; e
c) o Fur, que é o encarregado do recebimento e transporte de todo o suprimento da SU. É o responsável pela evacuação dos mortos e pelo remuniciamento da SU, elaboração dos pedidos de munição e da operação do P Remn SU, auxiliado pelo ajudante de mecânico de armamento.

12.3.8.2 Nos pelotões, o seu Cmt é o responsável por providenciar os primeiros socorros a seus homens, evacuar os feridos o mais rapidamente possível e a identificação dos mortos de sua fração. Deve permanecer a par do nível de munição do pelotão e providenciar a tempo os pedidos de remuniciamento. Deve ter perfeito conhecimento, também, do estado do material e do armamento e solicitar o recompletamento da dotação logo que possível, esclarecendo se o material foi perdido, destruído ou encontra-se em mau estado. Solicita o suprimento de água sempre que necessário e, em operações defensivas, calcula e requisita o material de fortificação necessário para a organização do núcleo de defesa. No tocante às atividades de pessoal, o Cmt Pel deve dar especial atenção à manutenção da disciplina e moral da tropa, além do controle de efetivos. Em todas essas atividades, é auxiliado pelo sargento adjunto.

12.4 PLANEJAMENTO DA MANOBRA LOGÍSTICA

12.4.1 GENERALIDADES

12.4.1.1 O planejamento da manobra logística deve assegurar o Ap Log antes e durante todas as fases de uma operação. Esse planejamento deve ser realizado de forma coordenada com o planejamento tático e o dos apoios ao combate, sendo tão detalhado quanto o tempo disponível o permitir. O emprego de procedimentos padronizados e NGA deverão facilitar o trabalho dos oficiais do EM no planejamento logístico.

12.4.1.2 Os princípios que devem ser observados durante o planejamento da manobra logística são os seguintes:
a) as atividades logísticas devem antecipar-se às necessidades do elemento apoiado e ser desdobradas o mais à frente possível;

b) o apoio deve ser contínuo, utilizando-se imediatamente os meios disponíveis, conforme a situação tática o permitir;
c) o suprimento das diversas classes e recompletamento são conduzidos à frente pela unidade em direção aos elementos de 1º escalão;
d) o planejamento da manobra logística é uma atividade contínua. A coordenação entre o planejamento tático e os de apoio ao combate e logístico é essencial e deve enfocar todos os fatores que podem ter efeito significativo na missão tática;
e) a constante avaliação da situação tática e o levantamento das necessidades para as futuras operações são atividades críticas para o planejamento da manobra logística;
f) os elementos de 1º escalão devem ser aliviados ao máximo de seus encargos logísticos; e
g) devem ser conservadas reservas de suprimentos em todos os escalões.

12.4.2 APOIO ÀS OPERAÇÕES DE COMBATE

12.4.2.1 Para assegurar um efetivo apoio, os elementos envolvidos com o planejamento e execução da manobra logística devem ter perfeito conhecimento da intenção do Cmt e dos planejamentos táticos e de apoio ao combate. É de fundamental importância que eles saibam:
a) o que cada elemento apoiado irá fazer no cumprimento da missão;
b) onde cada elemento apoiado estará em cada fase e no final da missão; e
c) como os elementos apoiados cumprirão a missão.

12.4.2.2 Após analisar o conceito da operação, os planejadores da logística devem ser capazes de detalhar o apoio logístico que será necessário para a operação. Eles devem determinar:
a) quais atividades logísticas são necessárias;
b) que quantidade de suprimento será necessário; e
c) qual a prioridade de apoio por atividade e por SU.

12.4.2.3 Com base nas necessidades, as possibilidades da logística devem ser avaliadas nos seguintes aspectos:
a) quais recursos logísticos estão disponíveis (orgânicos, em apoio e das unidades vizinhas);
b) onde estão os recursos logísticos e as instalações logísticas do Esc Sp;
c) quando os recursos logísticos estarão disponíveis para elementos apoiados; e
d) como os recursos logísticos podem ser disponibilizados.

12.4.2.4 Com base nessa análise, o planejamento da manobra logística poderá ser desenvolvido, reagindo-se às disponibilidades.

12.4.3 ESTIMATIVA LOGÍSTICA NO BATALHÃO

12.4.3.1 A estimativa logística é uma análise dos fatores que podem afetar o cumprimento da missão traduzida sob forma de necessidade. Os planejadores logísticos utilizam-se dessa estimativa para a formulação de linhas de ação e para o planejamento da manobra logística em apoio às operações definidas pelo Cmt U. A chave para essa estimativa é a situação do suprimento disponível, particularmente das classes III, V (Mun) e IV (defensivas).

12.4.3.2 No nível unidade, raramente a estimativa logística constará de um documento escrito. O S-1 e o S-4 frequentemente irão formulá-la em termos que respondam às seguintes perguntas:
a) qual a situação atual da manutenção, dos suprimentos e dos transportes?
b) quanto e o que é necessário para apoiar a operação?
c) que tipo de apoio externo (Esc Sp) é necessário?
d) as necessidades poderão ser atendidas por meio do processo normal ou serão necessários outros processos de suprimento?
e) o que está faltando e qual a consequência dessa falta na operação?
f) que L Aç deverá ser apoiada?
g) onde estão os elementos a serem apoiados durante a operação?

12.5 TRENS

12.5.1 GENERALIDADES

12.5.1.1 O BI possui meios próprios, em pessoal e material, que se destinam ao desempenho das diversas atividades logísticas. Eventualmente, o Btl poderá receber do Esc Sp alguns elementos de apoio logístico, que se desdobrarão nas áreas de responsabilidade da unidade. Esses elementos são, normalmente, instalações de suprimento, equipes de manutenção, meios de transporte ou ambulâncias (Amb).

12.5.1.2 Trens, no BI, referem-se à designação genérica dada ao conjunto dos elementos em pessoal, viaturas e material destinados a proporcionar Ap Log a essa unidade. Eles podem ser empregados reunidos ou desdobrados em trens de combate (TC) e trens de estacionamento (TE). Esta última é a situação normal para o apoio às operações. Os trens do Btl fornecem apoio logístico às SU e aos elementos em reforço, particularmente no que se refere à manutenção orgânica, todas as classes de suprimento, posto de socorro (inclusive evacuação de feridos das SU), transporte de suprimento, evacuação do material danificado, capturado e salvado e registro e evacuação de mortos.

12.5.1.3 A CCAp possui elementos cujo emprego é feito, normalmente, de modo descentralizado, apoiando o batalhão nas atividades de Ap Log. Os trens da unidade são instalados, mobiliados e operados por essa SU.

12.5.1.4 Os elementos de Ap Log da CCAp são distribuídos, de acordo com suas atribuições específicas, nas áreas de trens do Btl. A responsabilidade de EM e a supervisão do emprego cabem ao S-4, auxiliado pelo Cmt Cia Cmdo Ap, que é também o adjunto do S-4 e Cmt dos trens de estacionamento da unidade.

12.5.1.5 A repartição dos meios de Ap Log entre os T Cmb e TE varia com a missão, a situação tática, o terreno, os meios disponíveis, as condições meteorológicas, considerações de tempo e espaço e a manobra logística planejada pela unidade.

12.5.1.6 A área de trens de combate (ATC) é a região da Z Aç da unidade onde são reunidos os elementos logísticos necessários a um apoio mais cerrado às SU. Os meios da ATC são organizados para prestar Ap Log imediato aos elementos empregados à frente, nas operações de combate.

12.5.1.7 A área de trens de estacionamento (ATE) é a região da A Rtgd da Bda onde são reunidos os TE da unidade e onde poderão desdobrar-se instalações de apoio recebidas do Esc Sp. Os TE compõem-se dos elementos de Ap Log não incluídos nos T Cmb. Geralmente, os TE serão integrados pela maioria dos meios do pelotão de suprimento e pelos elementos de manutenção e de saúde indispensáveis ao apoio dos próprios integrantes dos TE, tais como a seção leve (Seç L) de manutenção, recebida da Cia Log Mnt/B Log. De acordo com a situação, equipes dessa Seç poderão ser lançadas à frente, para assegurar o apoio cerrado às operações de combate.

12.5.1.8 Quando os trens da unidade permanecem reunidos, essa região de reunião denomina-se área de trens de unidade (AT).

12.5.1.9 Eventualmente, o Btl poderá desdobrar algumas instalações julgadas necessárias a partir de uma de suas AT (AT, ATC ou ATE), para melhor apoiar suas SU de 1º escalão, em uma determinada missão ou operação, estabelecendo pontos intermediários logísticos (PIL).

12.5.2 CONSTITUIÇÃO DOS TRENS DA UNIDADE

12.5.2.1 A finalidade dos trens do Btl é operacionalizar a execução das atividades logísticas do batalhão. Portanto, a composição dos T Cmb é variável, dependendo das conclusões do estudo dos fatores da decisão. Em princípio, integrarão os T Cmb a maioria dos meios de saúde e de manutenção do Btl e os elementos necessários para assegurar os suprimentos de classe III e V (Mun) às SU. Nas operações de grande mobilidade, tais como o Apvt Exi, é aconselhável colocar nos T Cmb o grosso dos elementos de Ap Log orgânicos, para evitar que o aumento das distâncias torne problemática a distribuição diária de suprimentos aos elementos de combate.

12.5.2.2 Composição Normal dos Trens do Btl

a) Trem de munição:

- operado pelo Gp Sup Cl V/Pel Sup; e
- composto por 04 VTNE 5 t, com reboque, sendo: 02 Vtr para munição geral, sendo 1 na ATC e 01 na ATE; 01 Vtr para munição de Mrt Me na ATE; e 01 Vtr para munição AC na ATC.

b) Trem de combustível:

- operado pelo Gp Sup/Pel Mnt Trnp – 01 VTE 5 t, cisterna de 6000 l.

c) Trem de manutenção:

- operado pela Seç Mnt/Pel Mnt Trnp;
- 01 VTNE 5 t, com reboque, utilizada para Mnt Armt; e
- 01 VTNE 5 t, com guincho, utilizada para Mnt Vtr – 01 VTE 5 t, socorro.

c) Trem de saúde:

- operado pelo Pel S;
- 03 VTE ambulância, ¾ t (01 por SU de 1º escalão); e
- 01 VTNE 5 t, com reboque, para transporte do pessoal e material do posto de socorro.

d) Trem de cozinha:

- operado pela Seç Ap Dto Sup Cl I/Pel Sup; e
- 04 VTNE 5 t, com VRE, cisterna de água de 1.500 l (1 por SU).

e) Trem de bagagem:

- controlado pelos Enc Mat das SU; e
- 04 VTNE 5 t, com reboque (01 por SU).

12.5.3 CONSTITUIÇÃO DOS TRENS

12.5.3.1 Trens de Combate (T Cmb)

12.5.3.1.1 Os T Cmb são organizados para prestar Ap Log imediato aos elementos empregados à frente nas operações de combate.

12.5.3.1.2 A composição dos T Cmb é variável, dependendo das conclusões do estudo dos fatores da decisão. Em princípio, integrarão os T Cmb a maioria dos meios de saúde e de manutenção do Btl e os elementos necessários para assegurar os suprimentos de classe III e V (Mun) às SU.

12.5.3.1.3 Nas operações de grande mobilidade, tais como o Apvt Exi, é aconselhável colocar nos T Cmb o grosso dos elementos de Ap Log orgânicos, para evitar que o aumento das distâncias torne problemática a distribuição diária de suprimentos aos elementos de combate.

12.5.3.2 Trens de Estacionamento (TE)

12.5.3.2.1 Os TE compõem-se dos elementos de Ap Log não incluídos nos T Cmb.

12.5.3.2.2 Geralmente, os TE serão integrados pela maioria dos meios do pelotão de suprimento e pelos elementos de manutenção e de saúde indispensáveis ao apoio dos próprios integrantes dos TE.

12.5.3.3 Trens das Companhias

12.5.3.3.1 Os trens das companhias fornecem Ap Log contínuo e cerrado às SU, instalando-se, para isso, numa área bem próxima do PC da SU, que se denomina área de trens de subunidade (ATSU), sendo constituídos pela Seç Cmdo, equipes das turmas de evacuação dadas em reforço, grupos de apoio direto de suprimento classe I dados em apoio, viaturas distribuídas e da própria SU e demais elementos recebidos em apoio ou reforço. Em algumas oportunidades, e no caso da SU se constituir na reserva do Btl, esses meios ou parte deles podem se desdobrar na ATC ou até mesmo na área de trens de estacionamento (ATE), de acordo com a análise dos fatores da decisão.

12.5.3.3.2 As SU desdobrarão, em suas ATSU, os seus meios logísticos de saúde (refúgio de feridos), suprimento classe V (posto de remuniciamento), cozinhas, quando descentralizadas, e A Estac de viaturas. Na logística da Cia, cada viatura carrega uma quantidade prescrita de rações, peças sobressalentes, camburões de água, vasilhames de combustível e de lubrificantes e parte da munição da dotação orgânica da unidade.

12.5.4 LOCALIZAÇÃO E DESLOCAMENTOS

12.5.4.1 Em todas as situações, os trens são localizados e se deslocam de modo a prestar apoio oportuno e adequado em suprimentos, evacuação e manutenção aos elementos de combate.

12.5.4.2 A localização dos trens é atribuição do S-4 que, no caso da ATE, mantém estreito entendimento com o E-4 da Bda. Para melhor atender à prestação do Ap Log, a análise da localização de uma área de trens deve considerar os fatores a seguir.

a) Manobra:

- apoio cerrado, por meio da avaliação da distância, medida por estrada até aos elementos a apoiar, considerando-se prioritária a Z Aç do elemento que realiza o esforço principal. Deve-se flexibilizar dependendo da distância máxima de apoio levantada no exame de situação;
- favorecimento do esforço da ação tática, pela visualização da posição relativa da área de trens em face do ataque principal, na ofensiva, ou da maioria de meios, na defensiva, considerada a malha viária existente, eixada, por estrada, com o esforço principal;
- continuidade do apoio, buscando a capacidade de apoiar a todos os elementos empregados até o fim da operação prevista, com o mínimo de mudanças de posição;

- distância máxima de apoio, medida por estrada, entre a ATE e a ATSU mais afastada, passando pela ATC. Quando a localização das ATSU não for definida, a referência será a LC ou o LAADA na Z Aç dos elementos mais afastados a apoiar. A distância máxima de apoio é função da velocidade e capacidade das viaturas disponíveis para apoiar os elementos de 1º escalão e a capacidade da unidade realizar o apoio necessário durante o dia e/ou à noite conforme o exame de situação. Normalmente, constará dos planos e ordens logísticas do Esc Sp; e
- interferência com a manobra, evitando dificultar ou impedir os deslocamentos das unidades em reserva e das unidades de apoio ao combate ou, ainda, restringir o espaço necessário ao desdobramento de instalações de comando e elementos em Z Reu.

b) Terreno:
- rede rodoviária compatível, buscando rotas com capacidade de tráfego que assegure ligações com o Esc Sp e elementos apoiados, e a disposição da malha viária, quando se refere à circulação no interior da área. Uma vez que o fácil acesso em todas as direções é a condição desejável, a disposição das estradas torna-se mais importante do que a sua quantidade ou qualidade;
- existência de construções, verificando a quantidade, tipo e disposição no terreno das construções existentes e passíveis de serem aproveitadas para melhorar a prestação do apoio;
- cobertas e abrigos, buscando aquelas regiões capazes de proporcionar ocultação e/ou proteção às instalações;
- obstáculos no interior da área, naturais ou artificiais, evitando que possuam essas características capazes de restringir ou impedir o movimento sobre uma via de circulação interna ou periférica, de dissociar uma parte da área ou de reduzir seu espaço aproveitável; e
- solo consistente e existência de água, permitindo boa transitabilidade interna da área, condições do solo para as instalações logísticas e existência de cursos de água, nascentes, lagos *etc.*

c) Segurança (segurança do fluxo):
- distância de apoio *versus* possibilidades do inimigo, sabendo que quanto maior for à distância a percorrer para proporcionar o apoio, maior será a possibilidade de intervenção do inimigo sobre o fluxo de forma direta ou indireta;
- pontos *críticos versus* possibilidades do inimigo, evitando pontos críticos, situado ao longo de uma via utilizada como eixo de suprimento e evacuação (E Sup Ev), que ofereçam ao inimigo a possibilidade de interferir no fluxo, levando à sua restrição ou interrupção;
- E Sup Ev *versus* possibilidades do inimigo, evitando que o E Sup Ev passe por regiões adequadas ao homizio de inimigo, pois será maior a necessidade de proteção dos comboios e de patrulhamento de estradas; e
- E Sup Ev *versus* flancos expostos, evitando que o E Sup Ev passe próximo de flancos expostos às penetrações inimigas, pois haverá ameaça à continuidade do fluxo de apoio.

d) Segurança das instalações:

- dispersão e apoio mútuo, buscando áreas com dimensões que permitam adequada e suficiente dispersão das instalações, sem prejuízo para o apoio mútuo requerido entre os elementos que se desdobram dentro da área de trens. Essas dimensões podem variar em função, principalmente, do terreno e dos meios a desdobrar;
- facilidade para a defesa, busca de terrenos que possuam características que facilitem a defesa do pessoal e das instalações, propiciada pela existência de elevações que permitam a instalação de postos de vigilância, de cursos de água obstáculos, onde os limites da referida área possam se apoiar ou a inexistência de faixas ou pontos favoráveis à infiltração inimiga;
- proximidade de tropa amiga, buscando a proximidade de forças em reserva, que estejam justapostas à região considerada ou dela tão próximas que permita incluí-la, total ou parcialmente, no seu dispositivo de segurança;
- flancos expostos ou protegidos buscar o afastamento da área em relação a flancos expostos à penetração do inimigo, ou de flanco não protegido seja por tropas vizinhas, seja por obstáculos de vulto; e
- distância de segurança, buscando áreas que possuam, em linha reta, uma distância, até a linha de contato (LAADA nas operações defensivas), que evite ter as instalações de Ap Log batidas pelos tiros das armas de tiro curvo da SU inimiga, no caso da ATC, e da unidade inimiga, no caso da ATE ou AT, e, se possível, de sua artilharia leve. Essa distância pode variar em função da natureza das operações, do material empregado pelo inimigo ou do risco admitido pelo Cmt. Quando em Op Ofs, deve ser considerado o armamento inimigo em questão, SU ou U, localizado na retaguarda do LAADA, na distância de um terço (1/3) de seu alcance de utilização. A partir daí, deve ser lançado seu alcance máximo à frente e, deste ponto, traça-se a distância de segurança. Quando em operações defensivas, deve ser considerado o armamento inimigo em questão, SU ou U, localizado na retaguarda da LC na distância igual ao seu alcance mínimo. A partir daí, deve ser lançado seu alcance máximo à frente e, deste ponto, traça-se a distância de segurança. A adoção da distância de segurança, ou não, é uma decisão de comando. O Cmt, diante do seu exame de situação, considerando fatores como terreno (transitabilidade e trafegabilidade através campo ou estrada) e meios (quantidade de viaturas disponíveis e existência de instalações a serem aproveitadas), entre outros, poderá locar suas AT mais à frente, privilegiando o apoio cerrado.

e) Situação logística:

- localização atual das instalações de apoio logísticos do Esc Sp, orientadas pelas ligações rodoviárias existentes;
- localização atual da AT, evitando mudanças constantes de posição, o que implica prejuízos às atividades logísticas e desgaste do pessoal e do material;
- localização atual das ATSU; e
- estrada principal de suprimento em uso e as previstas para serem usadas no prosseguimento das ações.

f) Outros aspectos – devem ser considerados na escolha de regiões para o desdobramento da AT: sigilo das operações, otimização do transporte, limitações dos meios de transporte, atitude da população, prazos, duração das operações, flexibilidade *etc.*

12.5.5 INSTALAÇÕES LOGÍSTICAS DAS ÁREAS DE TRENS

12.5.5.1 Para o funcionamento dos meios logísticos em campanha, há necessidade de dispô-los em locais adequados, resultando, assim, nas instalações logísticas. A tropa pode ser atendida nas diversas instalações, ou, então, o que é mais normal, os meios poderão ir à frente para servir à tropa, retirando do Cmt Cia preocupações com encargos logísticos. As instalações imprescindíveis ao sistema de apoio logístico de uma unidade dependem da natureza desta, dos meios de que é dotada e do tipo de operação que vai realizar. Essas instalações são as seguintes:
a) posto de distribuição é o local onde um determinado suprimento, obtido do Esc Sp, é fracionado para a entrega aos elementos subordinados;
b) posto de coleta é o local designado para a reunião de material, prisioneiros de guerra e mortos, a fim de processar-se a necessária evacuação;
c) posto de remuniciamento é onde acontece a distribuição de suprimento classe V (munição); e
d) posto de socorro é a instalação onde se recebe os feridos e doentes do campo de batalha, presta-lhes os socorros indispensáveis e os prepara para a evacuação, se for o caso.

12.5.5.2 A ATC localiza-se na Z Aç, sempre que possível, próximo ao PCP da unidade. Com os T Cmb desdobrados, as dimensões mínimas da ATC, diante da necessidade de dispersão das viaturas e instalações, são de 500x600 m. A ATC localiza-se, normalmente, na Z Aç da unidade. O local exato das instalações logísticas é escolhido pelo Cmt da ATC (SCmt da Cia C Ap), assessorado pelos responsáveis pelas instalações. As instalações desdobradas nessa área são as apresentadas a seguir.
a) Posto de remuniciamento avançado (P Remn A):
- é operado pelo grupo de suprimento classe V do pelotão de suprimento;
- localizado próximo do E Sup Ev/Btl e afastado de outras instalações, de acordo com o tipo e a quantidade de munição armazenada;
- coberto e abrigado para evitar danos às outras instalações; e
- possui condições para armazenamento de munição dentro das condições técnicas necessárias.

b) Posto de socorro (PS):
- é operado pelo grupo de triagem do Pel S;
- é o local onde se presta o primeiro atendimento médico; e
- localizado na orla anterior da ATC ou da AT, quando centralizada, em local de fácil acesso e de fácil localização.

c) Posto de coleta de mortos (P Col Mor):

- é operado por elementos do grupo do S-1 do pelotão de comando, auxiliados por elementos do grupo de suprimento classe V do pelotão de suprimento;
- é o local onde os mortos são preparados para a evacuação, juntamente com os despojos, e preparada a documentação relativa; e
- localizado próximo do posto de remuniciamento avançado, fora das vistas dos transeuntes e afastado das demais instalações.

d) Posto de distribuição de suprimento classe I (P Distr Cl I):

- é operado pela Seç de controle geral de suprimentos do pelotão de suprimento;
- localizado próximo e em posição central em relação às cozinhas, afastado do P Col Mor e em local de solo limpo e firme;
- sempre que possível, deverão ser aproveitadas edificações existentes; e
- nas Op Ofs, normalmente, estará localizado na ATE e nas operações defensivas na ATC.

e) Posto de distribuição de suprimento classe III (P Distr Cl III):

- é operado por elementos do grupo de suprimento do pelotão de manutenção e transporte;
- é o local onde são abastecidas as viaturas da unidade; e
- está afastado do posto de remuniciamento (P Remn), em local de fácil acesso e próximo à área de manutenção (A Mnt) e de estacionamento de viaturas. Poderá ser localizado na ATE. Normalmente, nas operações defensivas, localiza-se na ATE e nas Op Ofs na ATC.

f) Área de estacionamento e manutenção de viaturas e armamento:

- é operada pela Seç de manutenção do pelotão de manutenção e transporte;
- é o local onde é executada a manutenção de primeiro escalão e caso o batalhão tenha recebido uma Seç L de manutenção em reforço ou apoio direto, de primeiro e segundo escalões nas viaturas e armamentos da unidade;
- é o local onde são estacionadas as viaturas pertencentes aos elementos da ATC; e
- localizada em local amplo, coberto, de fácil acesso e de boa trafegabilidade.

g) Área de cozinha (A Coz):

- é operada pelos grupos de apoio direto de suprimento classe I da Seç de apoio direto de suprimento classe I do pelotão de suprimento;
- é o local onde são instaladas as cozinhas, quando centralizadas, e onde é preparada a alimentação;
- localizada em local coberto, próximo à fonte de água e distante do P Col Mor;
- localizada em áreas de consumo próximos às cozinhas, para os integrantes da ATC; e
- nas Op Ofs, normalmente, estará localizada na ATE e nas operações defensivas na ATC.

h) Outras instalações poderão se localizar na ATC, dependendo do exame de situação do S-4.

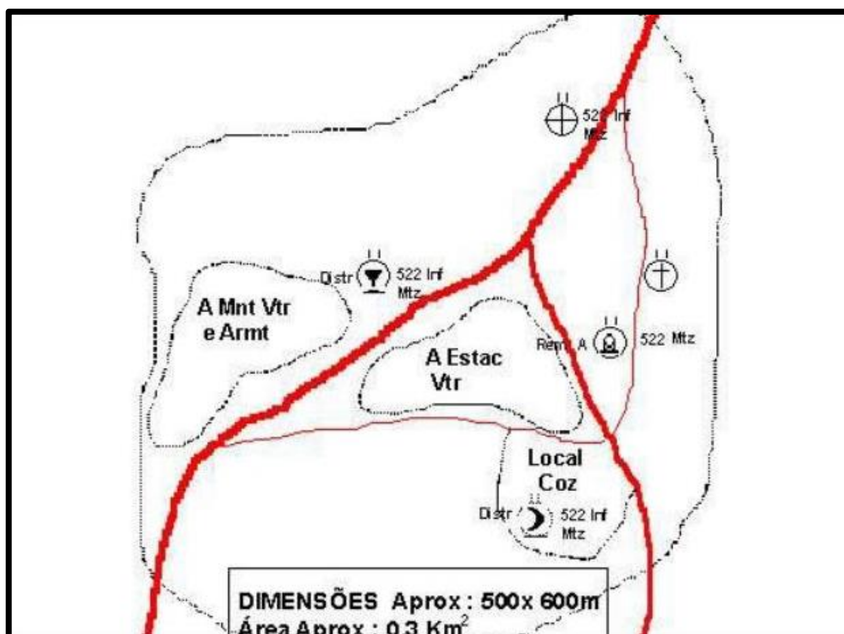


Fig 12-1 – Área de trens de combate

12.5.5.3 A ATE, normalmente, localiza-se na A Rtgd do Esc Sp, próxima da área de apoio logístico (A Ap Log) e fora desta. O local exato das instalações logísticas é escolhido pelo Cmt da ATE, assessorado pelos responsáveis pelas instalações. Em algumas situações, quando há necessidade de se adotar medidas de segurança mais acentuadas, os TE poderão localizar-se no interior da A Ap Log do Esc Sp ou numa S A Ap Log, ocupando, neste caso, sua orla anterior. Isto ocorrerá, comumente, nas operações defensivas. Para sua escolha, deve-se buscar a dispersão dos trens, com área de dimensões superiores a 600x1000 m e evitar áreas que estejam a uma distância inferior ao alcance das armas de tiro curvo orgânicas da unidade inimiga em contato. Normalmente são desdobradas na ATE as instalações a seguir.

a) Posto de remuniciamento recuado (P Remn R), que segue os mesmos preceitos relativos ao P Remn A.

b) Posto de coleta de salvados (P Col Slv):

- é operado pela Seç de manutenção do pelotão de manutenção e transporte;
- é o local onde é reunido o material salvado e capturado para posterior evacuação; e
- deve localizar-se próximo ao E Sup Ev e em local amplo.

c) Posto de distribuição de suprimento classe I (P Distr Cl I), que segue os mesmos preceitos relativos à sua localização na ATC.

d) Posto de distribuição de suprimento classe III (P Distr Cl III), que segue os mesmos preceitos relativos à sua localização na ATC.

e) Área de cozinhas (A Coz), que segue os mesmos preceitos relativos à sua localização na ATC.

f) Área de estacionamento de viaturas e de manutenção de armamento e viaturas:

- é operada por elementos Seç de manutenção do pelotão de manutenção e transporte e pela Seç L de manutenção do pelotão leve de manutenção da companhia logística de manutenção do batalhão logístico, caso seja recebida em apoio direto ou reforço;
- é o local onde é executada a manutenção de primeiro e segundo escalões nas viaturas e armamentos da unidade;
- localizada em local amplo, coberto, de fácil acesso e de boa transitabilidade; e
- é o local onde são estacionadas as viaturas da unidade.

g) Local de atendimento de feridos e doentes – é onde são prestados os primeiros socorros aos feridos e doentes das frações da CCAp que estiverem próximas e aos elementos da ATE.

h) Outras instalações poderão localizar-se na ATE, dependendo do exame de situação do S-4.

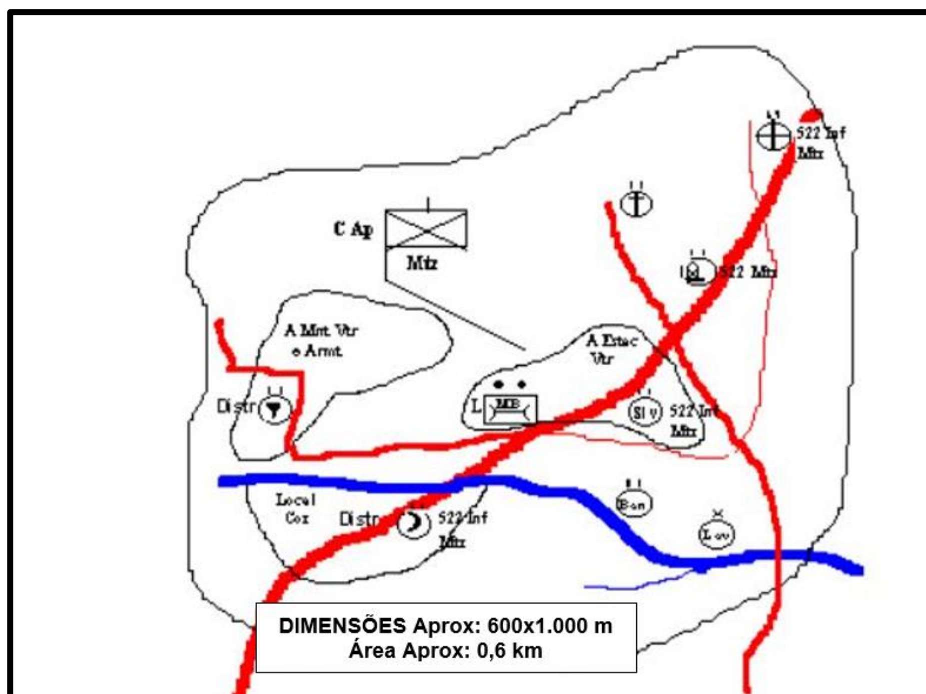


Fig 12-2 – Área de trens de estacionamento

12.5.5.4 O Btl poderá reunir seus meios em uma área de trens única (AT). Nesse caso, o desdobramento das instalações logísticas seguirá o previsto para ATE e ATC. Desse modo, haverá apenas um posto de remuniciamento, tomando-se o cuidado de não centralizar os meios em um único local, e apenas uma A Mnt de viatura e armamento e de estacionamento de viaturas.

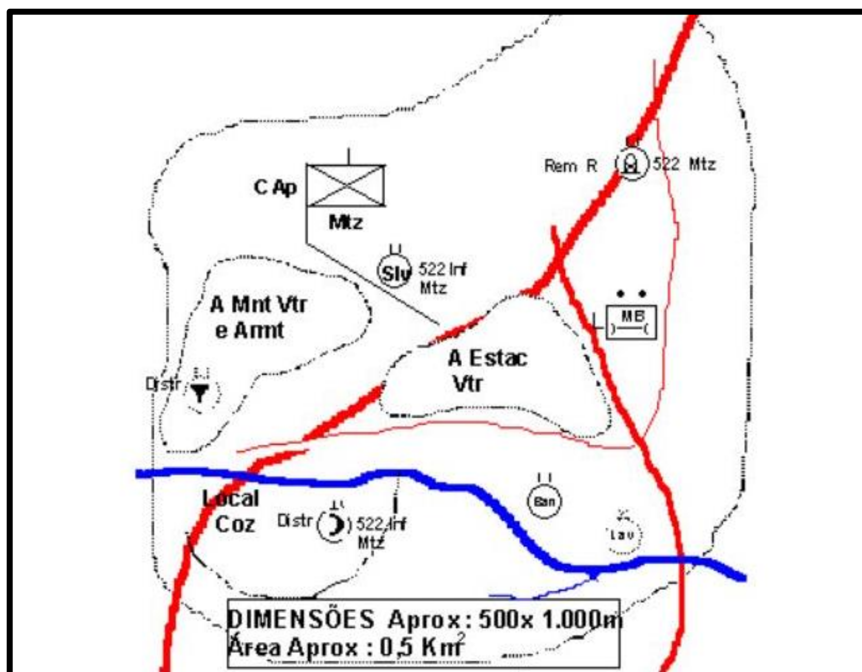


Fig 12-3 – Área de trens

12.5.5.5 O S-4 é o responsável, perante o Cmt, pelo controle dos trens da unidade. Ele estuda continuamente a situação, a fim de propor a oportunidade do deslocamento dos trens, de maneira a facilitar o apoio às operações. Após a decisão de realizar um deslocamento, o S-4, em coordenação com o S-3, aciona o reconhecimento dos itinerários e das novas áreas e expede a ordem de deslocamento, normalmente verbal. Em princípio, o Cmt dos TE é o Cmt da CCAp, e o dos T Cmb é o SCmt CCAp. A esses oficiais, caberá determinar a localização específica de cada elemento na respectiva AT, bem como a responsabilidade pela execução dos deslocamentos, o controle e a segurança dos trens. Quando reunidos, os trens do Btl ficarão sob o controle direto do próprio Cmt da CCAp.

12.5.5.6 A segurança dos trens de responsabilidade de seus Cmt, normalmente, será realizada pelos seus próprios elementos, utilizando-se dos princípios da defesa cabíveis. A segurança afastada, normalmente, é obtida pela localização dos trens próximos ou dentro do perímetro de segurança dos elementos de combate e da reserva.

12.5.5.7 Os trens das subunidades (TSU) são constituídos pelos elementos da Seç Cmdo, elementos de manutenção do Pel Mnt, turmas de evacuação do Pel S e turmas de aprovisionamento do Pel Sup, quando distribuídos em Ref ou Ap Dto. Parte dos TSU, não necessária ao apoio imediato às operações da SU,

pode desdobrar-se à retaguarda, na ATC ou ATE do Btl. As ATSU devem medir, no mínimo, 50x100 m, para permitir uma dispersão adequada e consta das seguintes instalações e áreas:
a) refúgio de feridos;
b) A Estac e Mnt de Vtr e Armt, se for o caso;
c) P Remn SU; e
d) cozinhas.

Esc	Inst de Ap Log NOME	LOCALIZAÇÃO	OBSERVAÇÕES
UNIDADE	P Col Mor	ATC	Próximo ao E Sup Ev e ao P Remn A.
	P Col Slv	ATE	Próximo ao E Sup Ev.
	P Distr Cl I	ATC ou ATE	Loc depende da situação tática e do funcionamento das cozinhas.
	P Distr Cl III	ATC ou ATE	Loc depende do tipo de Op.
	P Remn Avçd	ATC	Possui uma Vtr TNE, com Rbq, de Mun geral e uma Vtr TNE, com Rbq com Mun AC.
	P Remn Rcd	ATE	Possui uma Vtr TNE, com Rbq, de Mun geral e uma Vtr TNE, com Rbq com Mun Mrt Me.
	PC CCAp	ATE	Posição central.
	PS	ATC	Loc na entrada da ATC mais próxima das SU 1º Esc.
	P Ban	ATE	
	Cozinhas	ATC ou ATE	Quando centralizadas. Loc conforme a situação tática.
	A Mnt e Estac Vtr e Armt	ATC e ATE	
	Seç L Mnt	ATE	Rcb em Ref ou Ap Dto. Op de grande Mbld pode Loc na ATC.
SU	P Remn	AT/SU	
	Rfg Fer	AT/SU	Op por Elm Pel S.
	Coz	AT/SU	Rcb em Ref quando descentralizadas.
	Área Estac Vtr	AT/SU	

Quadro 12-1 – Quadro resumo das instalações das áreas de trens

12.6 EIXO DE SUPRIMENTO E EVACUAÇÃO

12.6.1 O eixo de suprimento e evacuação (E Sup Ev) é a estrada, caminho ou, eventualmente, uma direção, selecionada para unidade, por meio da qual deverá ser executado o grosso das atividades de suprimento e evacuação da sua responsabilidade.

12.6.2 O E Sup Ev se estende da ATE do Btl à ATSU que realiza o esforço principal, passando pela ATC. Ramifica-se, de acordo com as necessidades, para os demais elementos de primeiro escalão.

12.6.3 O Btl é responsável pela segurança do seu E Sup Ev.

12.6.4 No ataque, para evitar possível interrupção do Remn, pode ser fixado um eixo de Remn que indica o deslocamento previsto para os P Remn do Btl. O eixo de Remn pode coincidir como o E Sup Ev e, como este, ser balizado por uma estrada, caminho ou eventualmente uma direção.

12.7 PROCESSOS DE DISTRIBUIÇÃO DE SUPRIMENTOS

12.7.1 Os processos de distribuição normais são os de entrega na unidade e na instalação de suprimento.

12.7.1.1 No processo de entrega na unidade, a instalação provedora do Esc Sp supre, com seus meios, os elementos subordinados, entregando os suprimentos em suas instalações logísticas.

12.7.1.2 No processo de entrega na instalação de suprimento à unidade, com seus próprios meios, desloca-se para a instalação provedora do Esc Sp, a fim de apanhar o suprimento necessário.

12.7.2 Os processos especiais de distribuição de suprimento são reserva móvel, suprimento aéreo, comboio especial de suprimento e posto de suprimento móvel.

12.7.2.1 A reserva móvel consiste no suprimento necessário para uma determinada missão ou operação, acompanhando uma determinada unidade, SU ou até uma fração, embarcado em viaturas da instalação ou da unidade provedora. Normalmente é utilizado quando há falta de segurança no eixo de suprimento.

12.7.2.2 O suprimento aéreo consiste no transporte aéreo do suprimento que poderá ser lançado de paraquedas ou depositado no solo com o pouso das aeronaves.

12.7.2.3 O comboio especial de suprimento consiste no transporte do suprimento, executado com os meios da instalação ou da unidade provedora, até um ponto predeterminado, onde o suprimento será entregue.

12.7.2.4 O posto de suprimento móvel consiste no transporte de suprimento por meio de viaturas, com tambores e camburões, que acompanham as SU por lanços. Normalmente, é utilizado quando há possibilidade de interrupção do fluxo no eixo de suprimento.

12.7.2.5 Os processos de distribuição de suprimento poderão ser combinados, dependendo da manobra logística executada.

12.8 PONTO INTERMEDIÁRIO LOGÍSTICO

12.8.1 Pontos intermediários logísticos (PIL) são pontos de encontro entre os elementos apoiado e apoiador, previamente selecionados, eventualmente estabelecidos onde se realizam diversas atividades logísticas (principalmente suprimento e evacuação), visando a assegurar a continuidade do apoio em determinada operação por força de aumento da distância de apoio, existência de obstáculos ao fluxo ou quando a situação impuser.

12.8.2 A localização e a adoção eventual do PIL serão determinadas pelo S-4, com base no exame da situação tática e logística e na necessidade de segurança para a operação de suprimento planejada.

12.8.3 Em princípio, a manobra logística deverá estabelecer para o ponto intermediário logístico conforme a seguir.

a) As atividades logísticas a serem desenvolvidas, bem como desdobramento ou não de instalações logísticas.

b) Localização:

- o PIL deverá ser localizado entre as áreas de trens (ATE, ATC, ATSU), sempre que possível, em um ponto nítido na carta e no terreno;
- sua localização deverá ser feita em local de fácil acesso e com dimensões que permitam a necessária dispersão das viaturas e a realização das atividades logísticas determinadas;
- a localização do PIL deverá ser alterada, constantemente, para cada período de operações, a fim de dificultar a sua localização pelo inimigo; e
- deverá ser prevista a utilização de meios que facilitem a localização dos PIL (guias, P Ct, P Lig *etc.*).

c) Hora/horário:

- deverá ser estabelecida a hora de abertura do PIL ou a ordem para tal; e
- o S-4 poderá estabelecer, também, a hora ou horário que cada SU deverá chegar ao PIL ou uma hora única para todas as SU. A situação tática deverá determinar o processo a ser utilizado.

d) PIL alternativos para, caso a situação tática evolua ou a atuação do inimigo torne o local do PIL principal inseguro para as atividades logísticas, os meios e o efetivo envolvido possam ser transferidos para um local onde a operação possa ser realizada com segurança.

e) Coordenador da operação de pacotes logísticos (Pct Log) no PIL, que tem a autoridade para cancelar, transferir ou alterar a operação e modificar procedimentos e medidas de segurança previstas nas NGA ou na manobra logística, conforme a situação o exigir.

f) Segurança, quando as NGA do Btl não estabelecerem, deverão ser previstas, na manobra logística, as medidas de segurança e os procedimentos necessários para a proteção do PIL durante seu funcionamento.

12.9 PACOTES LOGÍSTICOS

12.9.1 Os pacotes logísticos (Pct Log) são o conjunto de suprimentos necessários, normalmente, a uma SU, fornecidos pelo escalão logístico enquadrante, para que a fração possa cumprir determinada missão. Esses pacotes são pré-embarcados, conforme a demanda das U em primeiro escalão, e podem utilizar viaturas repassadas pelos próprios elementos apoiados receptores do suprimento.

12.9.2 Os Pac Log poderão ser utilizados quando o BI Mtz estiver realizando operações de movimento (M Cmb, Mvt retrógrado *etc.*) ou quando uma SU estiver momentaneamente isolada (PAC, Op Amv *etc.*).

12.9.3 Os Pac Log são organizados no B Log mediante solicitação, padronizados por SU e por tipo de operação de combate.

12.9.4 O Cmt Pel Sup é o oficial encarregado do planejamento das operações de Pct Log, conforme as orientações recebidas do S-4. Ele coordena essas operações com o Cmt CCAp (coordenador das atividades no PIL). De posse das informações transmitidas pelas SU, contendo suas necessidades para a operação ou para a jornada seguinte, o Cmt Pel Sup introduz as modificações necessárias nos Pct Log padronizados, adequando-os às necessidades de cada SU.

12.9.5 A entrega dos Pct Log nas SU dependerá, em princípio, da situação tática e logística existente. Poderão ser entregues a qualquer hora, conforme a urgência e a necessidade. Para detalhes comuns acerca da organização de Pct Log consultar o manual *Forças-Tarefas Blindadas*.

12.10 PRÉ-POSICIONAMENTO DE SUPRIMENTOS

12.10.1 O procedimento de pré-posicionamento de suprimentos poderá ser utilizado, principalmente, na defensiva e nos movimentos retrógrados, conforme o exame de situação do S-4.

12.10.2 Os suprimentos necessários a determinada posição defensiva ou de retardamento de uma SU poderão ser preposicionados no campo de batalha, para agilizar o apoio logístico ou por medidas de segurança.

12.11 FUNÇÃO LOGÍSTICA DE SUPRIMENTO

12.11.1 GENERALIDADES

12.11.1.1 Suprimento é a atividade logística que trata da previsão e da provisão do material necessário às organizações e forças militares. O termo suprimento pode, também, ser empregado com o sentido geral de item, artigo ou material necessário para equipar, manter e operar uma organização militar.

12.11.1.2 Fluxo de suprimento é o processo cíclico que se inicia com o pedido de determinado artigo de suprimento e termina com sua distribuição ao usuário.

12.11.1.3 O Cmt Btl é o responsável pelo suprimento inicial e pelo recompletamento de todas as classes de suprimento para sua unidade, assim como pela sua distribuição.

12.11.1.4 Classes de suprimentos – no sistema de classificação militar, o material é grupado em dez classes de suprimento para fins de planejamento e de administração, que são os seguintes:
a) classe I – subsistência, incluindo ração animal e água;
b) classe II – material de intendência, englobando fardamento, equipamento, móveis, utensílios, material de acampamento, material de expediente, material de escritório e publicações. Inclui vestuário específico para defesa química, biológica, radiológica e nuclear (DQBRN);
c) classe III – combustíveis, óleos e lubrificantes (sólidos e a granel);
d) classe IV – construção, incluindo equipamentos e materiais de fortificação;
e) classe V – armamento e munição (inclusive DQBRN), incluindo explosivos, artifícios pirotécnicos e outros produtos relacionados;
f) classe VI – material de engenharia e cartografia;
g) classe VII – tecnologia da informação, comunicações, eletrônica e informática. Inclui equipamentos de imageamento e de transmissão de dados e voz;
h) classe VIII – saúde (humana e veterinária), inclusive sangue;
i) classe IX – motomecanização, aviação e naval. Inclui viaturas para DQBRN; e
j) classe X – materiais não incluídos nas demais classes, itens para o bem-estar do pessoal, artigos reembolsáveis e equipamentos (detecção e descontaminação) DQBRN.

12.11.1.5 As classes II, IV, V (armamento), VI, VII, IX e X possuem itens de suprimentos com características bem diversas: produtos acabados e peças e conjuntos de reparação, que são tratados de modo distinto.

12.11.1.6 Sempre que possível, é utilizado o processo de distribuição de suprimento na unidade. Entretanto, é frequente, também, a distribuição em instalação de suprimento, combinando-se assim o emprego dos meios de transporte do B Log e da unidade.

12.11.1.7 Eventualmente, em função das características da operação ou das condições da região de operações, o batalhão poderá receber os seus suprimentos através de processos especiais de distribuição de suprimento, como: comboio especial de suprimento, posto de suprimento móvel, reserva móvel e suprimento por via aérea. Maiores detalhes sobre os processos especiais de suprimento são encontrados no manual *A Logística nas Operações*.

12.11.2 SUPRIMENTO CLASSE I – MATERIAL DE SUBSISTÊNCIA

12.11.2.1 O consumo ocorre numa proporção quase invariável que não depende do terreno, das operações táticas em curso ou da atuação do inimigo. Essa uniformidade de consumo permite o estabelecimento e a distribuição de rações baseados simplesmente nos efetivos a alimentar.

12.11.2.2 Ração é a quantidade de alimentos necessária para manter um homem durante um dia.

12.11.2.3 O ciclo de ração é o período de 24 horas durante o qual a ração vai ser consumida. Em campanha começa, normalmente pelo jantar (do dia anterior), compreendendo as três refeições: jantar, desjejum e almoço. O ciclo, iniciando com a refeição do jantar, permite mais tempo para o loteamento, preparo e entrega do suprimento e maior segurança.

12.11.2.4 O intervalo de ração é o intervalo decorrido entre o pedido e o consumo do Sup Cl I. É fixado pela Bda, sendo que, para o Btl, o intervalo normal é de quatro ou cinco dias:

INTERVALO DE RAÇÃO			
Pedido	Rcb/Distr	Cns	Cns
D-3	D-2	D-1	D

Fig 12-4 – Modelo de um plano de busca do batalhão

12.11.2.5 Tipos de ração – as rações utilizadas pelas forças armadas apresentam-se sob as formas de rações operacionais a seguir.

a) Ração normal

- É constituída de alimentos perecíveis e não perecíveis, compreendendo gêneros em estado natural que devem ser preparados para o consumo.
- Destina-se a alimentar um homem em regime de trabalho continuado, por um período de 24 horas. É empregada sempre que a situação tática permitir a utilização de cozinha. É fornecida para o efetivo existente. Destina-se ao consumo imediato, podendo, excepcionalmente, ser estocada por quarenta e oito horas.

b) Ração coletiva de campanha

- É constituída por alimentos enlatados ou equivalentes. Sua composição é semelhante à da ração normal, sendo que os gêneros perecíveis são substituídos por outros previamente preparados e devidamente acondicionados. Destina-se a alimentar um efetivo determinado de homens durante 24 horas. Será consumida quando a situação tática não permitir a utilização da ração normal. Com a finalidade de se evitar a monotonia alimentar, seu consumo fica, em princípio, limitado a dez dias consecutivos. É fornecida para o efetivo existente.

c) Ração individual de combate

- É constituída de três refeições para um homem, acondicionadas separadamente, com grande prazo de validade. Será consumida em combate, deslocamentos e marchas, quando a situação tática não permitir a utilização das rações normais ou coletivas de campanha. Devido às suas características e com a finalidade de se evitar a monotonia alimentar, deve-se, em princípio, limitar o tempo de consumo da ração a três dias consecutivos. Compõe a reserva orgânica de suprimento classe I da Bda e, nesse caso, é fornecida de acordo com o efetivo previsto no QO da unidade. A ração individual de combate pode ser de vários tipos, adequando-se às condicionantes impostas pelo ambiente operacional onde será consumida.

d) Ração de equipagem

- A ração de equipagem é constituída de gêneros à semelhança da ração normal e destina-se a alimentar, em campanha, um número determinado de homens durante um período determinado de dias. Será empregada durante um período limitado, por pequeno grupo de homens atuando isoladamente, quando a situação tática não permitir o fornecimento de outras rações e for possível a utilização de meios de fortuna para a sua confecção.

e) Alimentação de emergência (AE)

- É constituída de uma refeição da ração individual de combate. Destina-se a alimentar um homem em emergência, de curta duração. Constitui-se na reserva individual do combatente, para o consumo mediante ordem. É fornecida para o efetivo existente.

12.11.2.6 Escalonamento das Rações

12.11.2.6.1 A distribuição das rações dentro da GU permite assegurar a alimentação da tropa por determinados períodos, quando por qualquer eventualidade, for interrompido o fluxo de suprimento.

12.11.2.6.2 É normal o homem manter consigo uma ração AE, que não faça parte da reserva orgânica.

12.11.2.6.3 Com a SU, U e B Log de acordo com o quadro que se segue.

Elm	Local	Ração	Quantidade
SU	Vtr	Operacional	Uma ração para o efetivo previsto da SU
U	Vtr Coz	R1 (normal)	2/3 a 1 2/3 para efetivo existente da SU
	Trens/U	Operacional	Uma ração para o efetivo previsto da U
B Log	Cia Log Sup	Operacional	Duas rações para o efetivo previsto da Bda

Quadro 12-2 – Quadro de distribuição de ração

12.11.2.7 Reserva Orgânica de Sup Cl I

12.11.2.7.1 É a quantidade de suprimento existente e não destinado ao consumo imediato. Pertence à Bda e é constituída de quatro rações operacionais.

12.11.2.7.2 O Btl e Cia não tem reserva orgânica, eles transportam parte da reserva da Bda.

12.11.2.7.3 As rações operacionais poderão ser consumidas sem autorização. Após o consumo, faz-se o pedido para recompletar a reserva orgânica.

12.11.2.7.4 Caso haja previsão de consumo, o Btl poderá solicitar suprimento extra antecipadamente (além da reserva orgânica).

12.11.2.8 Fluxo do Sup Cl I

12.11.2.8.1 Sempre que possível não haverá pedido de Classe I, pois o suprimento será automático, compreendendo as rações necessárias para o consumo imediato e se baseará no efetivo existente informado a partir do sumário diário de pessoal (SUDIPE).

12.11.2.8.2 O reajustamento do número de rações será regulado nos planos e ordens logísticas.

12.11.2.8.3 O Btl fará um pedido eventual nas seguintes situações:
a) necessidade de recomposição de sua reserva orgânica, quando for atingido um nível mínimo previsto nos planos e ordens de Ap Log;
b) necessidade de recomposição do número de AE;
c) quando o tipo de ração a ser consumida em cada uma das três refeições de um ciclo de ração não for a ração prevista;
d) quando o excesso de rações comprometer a capacidade de transporte ou a mobilidade; e
e) quando for julgado, por outras razões, estritamente necessário.

12.11.2.8.4 O Btl saberá o efetivo de cada uma das SU e terá conhecimento, antes delas, da situação tática prevista, o que ditará o tipo de ração a ser

consumida. Normalmente, durante o combate, as rações a serem consumidas pelos elementos de primeiro escalão serão as rações operacionais. A ração normal será consumida, sempre que possível, nas Z Reu ou nas situações estáticas do combate.

12.11.2.8.5 O pedido eventual de ração é preparado pelo Gp Sup/Pel Sup instalado no P Distr Cl I. O S-4 encaminha o pedido ao B Log, nele constando a unidade, a quantidade e o tipo de ração.

12.11.2.9 Distribuição

12.11.2.9.1 A distribuição normalmente se fará pelo processo de entrega na unidade (no P Distr Cl I/Btl), onde a Seç Ct Gp Sup/Pel Sup recebe, loteia e distribui às respectivas cozinhas para o preparo e posterior distribuição às SU para consumo.

12.11.2.9.2 As viaturas cozinhas poderão cerrar à frente para a distribuição às SU.

12.11.2.9.3 Dependendo da situação, podem ser combinados vários processos de distribuição.

12.11.2.10 Controle das Cozinhas

12.11.2.10.1 O controle das cozinhas compreende, em princípio, a supervisão do emprego dos equipamentos, do pessoal e das viaturas das cozinhas de campanha.

12.11.2.10.2 As cozinhas, normalmente, ficarão centralizadas sob o controle batalhão (na ATE, ATC ou AT/U) ou, excepcionalmente, descentralizadas sob o controle das SU (na AT/SU).

12.11.2.10.3 Fatores para a localização das cozinhas – para localizar as cozinhas na ATE, ATC, ATU ou na AT/SU considerar o seguinte:
a) de preferência, o mais próximo da tropa possível;
b) situação tática;
c) frente distribuída à unidade (maior – descentralizar);
d) existência de cobertas e abrigos;
e) rede de estradas (ruim – cozinha à frente);
f) possibilidade de utilização de viatura na distribuição das refeições;
g) observação e fogos do inimigo;
h) tipo de ração empregada; e
j considerações logísticas (indisponibilidade de viaturas, e/ou fogões – centralizar).

12.11.2.11 Controle pelo Btl – Centralizadas

12.11.2.11.1 São vantagens:
a) máxima flexibilidade e eficiência, facilitando a distribuição das rações (fogões juntos);
b) não há sobrecarga logística à SU (o Cmt fica atendo à parte tática);
c) maior segurança para o pessoal de rancho;
d) o Btl pode utilizar as viaturas cozinha para outros fins; e
e) o Of Aprv pode fiscalizar o funcionamento das cozinhas.

12.11.2.11.2 São desvantagens:
a) mais difícil preparar e difundir o plano de alimentação;
b) o alimento não é servido tão quente e, em consequência, nem com o melhor sabor possível; e
c) as SU não podem utilizar a Vtr cozinha para outros fins.

12.11.2.12 Controle pelas Companhias – Descentralizadas

12.11.2.12.1 É utilizado somente quando as companhias estiverem em operações descentralizadas, recebendo, então, os grupos de apoio direto de suprimento classe I em reforço.

12.11.2.13 Plano de alimentação – é um documento informal que reúne instruções, integrantes do plano de suprimento do Btl. Essas instruções, geralmente, são expedidas por meio de ordens fragmentárias, destinadas a fornecer informações relativas ao quando e como a alimentação será distribuída no âmbito da unidade.

12.11.2.14 Distribuição das Refeições

12.11.2.14.1 A distribuição das refeições e da água para consumo será em função da situação tática, podendo ser durante o dia ou durante a noite. Ambas são, geralmente, transportadas para os locais de rancho das companhias em viaturas com reboque. Em terrenos acidentados, equipes podem ser necessárias para o transporte a braço.

12.11.2.14.2 São processos de distribuição das refeições:
a) processo de entrega na SU – as refeições são levadas pelo batalhão até os locais de rancho das Cia.
b) processo de entrega no posto de distribuição de suprimento classe I (P Distr Cl I) – as SU recebem ordens de enviar suas viaturas aos trens de estacionamento para apanhar as refeições.
c) processo combinado – as viaturas das cozinhas levam as refeições até um ponto avançado, onde são baldeadas para as viaturas das companhias, que as levarão até os respectivos locais de rancho.

12.11.2.14.3 Muitas vezes, a situação tática não permitirá que um ou mais pelotões venham ao local de rancho da companhia. Quando isso ocorrer, as refeições serão levadas até as posições em viaturas ou por faxina de acordo com o plano de alimentação da SU.

12.11.2.14.4 O Cmt Cia escolhe o local de rancho de sua SU, procurando preencher os seguintes requisitos: oferecer conforto à tropa, ser acessível para viaturas, suficientemente espaçoso para permitir a dispersão da tropa, oferecer cobertas contra a observação inimiga e abrigo contra armas de tiro tenso. Esse local, por razões de segurança, deve estar próximo aos trens da SU.

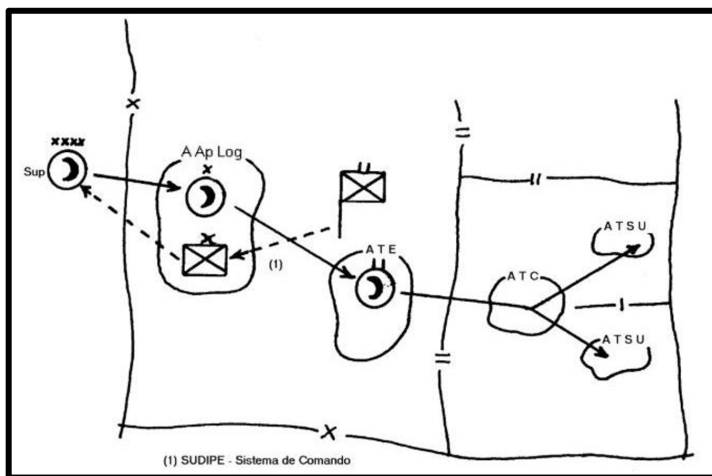


Fig 12-5 – Fluxo de suprimento classe I

12.11.2.15 Suprimento de Água (Sup Agu)

12.11.2.15.1 A água, sempre que possível, é obtida de fontes locais. A Cia Log Sup do B Log realiza o tratamento e distribuição da água aos consumidores (P Sup Agu).

12.11.2.15.2 É geralmente distribuída com as refeições, embora não seja Sup Cl I.

12.11.2.15.3 Se possível, um saco lister é instalado no local de rancho da SU, e a água é distribuída aos Pel em camburões de 20 litros.

12.11.3 SUPRIMENTO CLASSE II – MATERIAL DE INTENDÊNCIA

12.11.3.1 O suprimento classe II é composto por fardamento, equipamento individual, material de acampamento, material de rancho, material de alojamento e material de escritório.

12.11.3.2 Pedido

12.11.3.2.1 O pedido tem a finalidade de recompletamento e é feito sem formalidade das SU para o Btl.

12.11.3.2.2 O Pel Sup consolida os pedidos e encaminha ao B Log que o envia à instalação do Esc Sp que presta o apoio.

12.11.3.2.3 Tratando-se de emergência, o B Log poderá suprir o Btl imediatamente, fazendo uso da sua reserva orgânica.

12.11.3.3 Distribuição

12.11.3.3.1 O suprimento é enviado diretamente da instalação do Esc Sp que apoia (Gpt Log A) para o P Distr outras classes na A Ap Log/Bda.

12.11.3.3.2 Eventualmente, pode ser enviado diretamente do C Ex à unidade ou SU.

12.11.3.3.3 As viaturas da unidade que passarem pela A Ap Log/Bda poderão receber o Sup Cl II no P Distr outras classes.

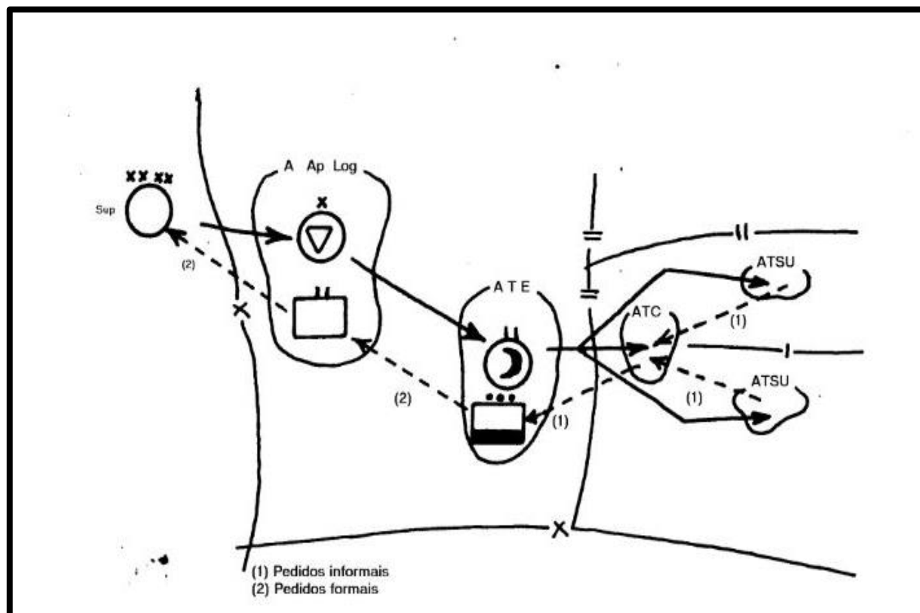


Fig 12-6 – Fluxo de suprimento das classes II, IV, VI e VII

12.11.4 SUPRIMENTO CLASSE III – COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS E LUBRIFICANTES

12.11.4.1 O P Distr Cl III do Btl é composto por uma ou mais viaturas cisterna, camburões e tonéis de combustível, vasilhames de óleos para motor, de engrenagens e de graxas lubrificantes.

12.11.4.2 O abastecimento das viaturas cisterna e dos camburões e tonéis deverão ser realizados por troca, visando à rapidez.

12.11.4.3 Durante o deslocamento da viatura cisterna, o P Distr Cl III funciona mediante utilização de camburões e tonéis colocados sobre as viaturas da unidade.

12.11.4.2 Abastecimento das Cozinhas

12.11.4.2.1 O abastecimento das cozinhas dar-se-á conforme descrito abaixo.
a) Quando o P Distr Cl III estiver na ATE, as cozinhas da ATE apanharão seu combustível na própria instalação. As cozinhas da ATC receberão o seu combustível na própria ATC, mediante troca de camburões ou tonéis recebidos da ATE.
b) Quando o P Distr Cl III estiver na ATC, as cozinhas da ATC apanharão seu combustível na própria instalação. As cozinhas da ATE receberão o seu combustível na própria ATE, mediante troca de camburões ou tonéis, aproveitando-se do deslocamento de outras viaturas para a ATC ou do Esc Sp.

12.11.4.2.2 Caso necessário, o Btl poderá calcular sua estimativa de consumo. Esse cálculo varia em função das unidades carburantes (UC), que é a quantidade de combustível correspondente ao consumo médio de 1 (uma) viatura ou de 1 (uma) fração ou unidade em um deslocamento de 100 km.

12.11.4.2.3 Para efeito de cálculo, deve-se levar em consideração o consumo correspondente ao deslocamento, ao aquecimento, ao suprimento e às cozinhas, orgânicos e das frações e SU em reforço, utilizando o formulário a seguir.
a) Deslocamento

$$\text{Cons (Estr)} = \frac{UC}{100} \times D \text{ (através de estrada)}$$

$$\text{Cons (Cmp)} = \frac{UC}{100} \times D \times 2{,}5 \text{ (através do campo ou de estradas desfavoráveis)}$$

Cons (Ref) = $\frac{UC}{100}$ x D x n (número de viaturas em reforço)

b) Aquecimento (deslocamento – Dslc no interior Estac, Rec, aquecimento – Aqc *etc.*)

Cons (Aqc) = $\frac{UC}{100}$ x 15 (só Vtr recebidas há mais de três horas)

c) Suprimentos (por jornada)

Cons (Sup) = $\frac{UC}{100}$ x 0,2 x DMS (0,2-20% Vtr são utilizadas nos Sup) (Distância média de suprimento = 2 x média aritmética das Dist Sup)

d) Para efeito de cálculo de consumo com suprimentos, é considerada a UC orgânica e em reforço. Se a unidade receber fração ou SU em reforço o valor da UC da SU ou fração recebida será computado. Se a unidade recebeu apenas viaturas em reforço, a UC destas não será computada.
e) A distância média de suprimento (DMS) pode ser calculada medindo-se as distâncias a serem percorridas entre as instalações logísticas que a unidade irá percorrer com suas viaturas.
f) O consumo das cozinhas é por jornada. É obtido multiplicando-se o consumo diário das cozinhas pelo número de cozinhas existentes, orgânicas e das SU recebidas em reforço.
g) O consumo total é traduzido pelo somatório dos consumos parciais e deverá ser calculado por tipo de combustível utilizado pela unidade.
h) O consumo com lubrificantes é de 2% do consumo (total), para óleo de motor, 10% do óleo de motor para o óleo para engrenagens e 10% do óleo de motor (em kg) para a graxa lubrificante.
i) Derrame, evaporação, quebra *etc.* não são levados em conta para o escalão unidade.
j) Aproximação – os resultados em combustível, óleos, graxas e lubrificantes serão aproximados para as unidades imediatamente superiores, sejam litros ou quilogramas.
k) Batalhão estacionado – quando o Btl estiver em Z Reu ou quando não realizar movimentos (sem estar em contato com o inimigo), a necessidade diária será única, eliminando-se todas as parcelas. O valor da necessidade será de 900 litros.

12.11.4.3 Fluxo Sup Cl III

12.11.4.3.1 Considerações sobre o fluxo de suprimento classe III.
a) Normalmente, toda viatura que entrar na AT ou na A Ap Log da Bda se dirige ao(s) P Distr Cl III, onde será reabastecida.

b) No âmbito do Btl, o suprimento é feito de maneira simples e funcional, toda viatura que entrar na AT onde estiver instalado o P Distr Cl III recompleta o tanque e enche seus camburões, operando com regime de tanque pleno.
c) Normalmente, o Btl não faz pedido de suprimento classe III. Este será distribuído pelo processo de distribuição na instalação de suprimento. O S-4 envia à Bda o relatório diário da situação, confeccionado pelo grupo de suprimento do pelotão de manutenção e transporte, que indica o combustível existente em sua cisterna.
d) Quando o nível de combustível da(s) cisterna(s) da unidade atingir o mínimo estabelecido, a Vtr cisterna será deslocada para o posto de distribuição de suprimento classe III, localizado na área de Ap Log da Bda, onde será reabastecida ou trocada por outra viatura cisterna cheia, retornando a seguir para a unidade.
e) Somente para operações de grande consumo ou quando determinado, o Btl faz cálculo de suas necessidades.
f) No que diz respeito a graxas e lubrificantes, ao esvaziar um ou mais recipientes de graxa e lubrificante, o grupo de suprimento, que opera o P Distr Cl III do Btl, envia-os ao P Distr Cl III da Bda, onde o ressuprimento é feito mediante a simples troca do recipiente vazio pelo cheio ou será informado ao Esc Sp para que este realize o ressuprimento por entrega na unidade, também por simples troca.

(1) Entrega de Sup Cl III - Camburões/Tonéis.
(2) Abastecimento de cisternas ou troca de viaturas cisterna.

Fig 12-7 – Fluxo de suprimentos classe III – processo de entrega na unidade

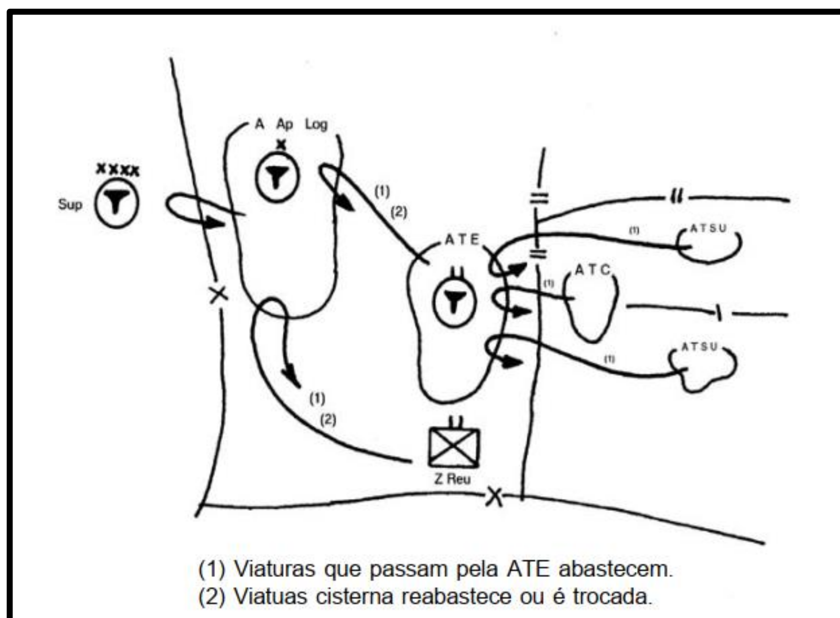


Fig 12-8 – Fluxo de Sup classe III – processo de entrega na instalação de Sup

12.11.4.3.2 Processos especiais utilizados na distribuição de suprimento classe III:

a) posto de suprimento móvel – as viaturas, com tambores e camburões, acompanham as SU por lanços; é utilizado quando há possibilidade de interrupção do fluxo no eixo de suprimento;

b) reserva móvel – uma viatura cisterna é passada em reforço ao batalhão; utilizada quando há falta de segurança no eixo; e

c) suprimento aéreo – o suprimento poderá ser lançado por paraquedas ou transportado por aeronaves até o local das SU.

12.11.5 SUPRIMENTO CLASSE IV – MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, CLASSE VI – MATERIAL DE ENGENHARIA E CARTOGRAFIA E CLASSE VII – MATERIAL DE COMUNICAÇÕES, ELETRÔNICA E INFORMÁTICA

12.11.5.1 Sobre o suprimento classe IV, VI e VII, considerar:

a) fluxo e distribuição idênticos ao Sup Cl II;

b) o material de fortificação é distribuído pelo processo de entrega na unidade;

c) o material de engenharia, normalmente, é recebido pelo Btl da Bda ou diretamente do C Ex, mediante planejamento antecipado das necessidades; e

d) normalmente, o Btl recebe da Bda ou diretamente do C Ex, mediante planejamento antecipado, o material que necessita da Cl VII.

12.11.6 SUPRIMENTO CLASSE V (MUN)

12.11.6.1 O Btl poderá desdobrar o posto de remuniciamento (P Remn) em P Remn R e P Remn A, em sua AT. No P Remn R, deverá ficar a maioria do suprimento Cl V (munição) da unidade. Poderá, ainda, utilizar a técnica especial de distribuição de suprimento estabelecendo um ou mais PIL.

12.11.6.2 Para a confecção do pedido formal de suprimento classe V (munição), são observadas a dotação orgânica, a munição necessária, a munição disponível e o consumo autorizado.

12.11.6.2.1 Dotação orgânica (DO) – é a quantidade de munição, expressa em tiros por arma, transportada por uma unidade e constante do QO. Inclui a munição conduzida pelos homens, pelas viaturas transporte de armas das SU e pelo trem de munição. A conservação do nível da dotação orgânica (DO) é a chave do Remn.
a) A munição é pedida, após consumida, para recompletar a DO, exceto a munição para consumo imediato.
b) A DO garante à unidade munição suficiente para iniciar o combate e sustentá-lo até que o Remn, que normalmente é diário, possa ser realizado.

12.11.6.2.2 Munição necessária – é a quantidade de munição expressa em tiros por arma, calculada como sendo necessária para consumo nos diferentes tipos de operação, durante 1 (um) dia. A estimativa é calculada pelo Esc Sp, com base nas tabelas existentes.

12.11.6.2.3 Munição disponível
a) É a quantidade de munição expressa em tiros, por arma e por dia, que o batalhão poderá receber para determinada operação, havendo Remn normal.
b) Se a quantidade de munição disponível for menor que a quantidade de munição necessária, o batalhão poderá impor restrições ao consumo, fixar quantidades diferentes para as SU ou solicitar um consumo autorizado.

12.11.6.2.4 Consumo autorizado – é a quantidade de munição expressa em tiros, por arma e por dia, cujo consumo é autorizado pela Bda quando a munição necessária for maior que a quantidade de munição disponível. O Esc Sp só autorizará consumo se tiver a certeza de recompor a DO sem prejudicar as operações futuras. Como o Remn normal só fornece a munição disponível, faz-se necessário um Remn complementar para completar os desfalques havidos na DO.

12.11.6.2.5 Munição para consumo imediato – é a quantidade de munição pedida antes de ser consumida, fornecida além da DO. Deve ser consumida nas 24 horas seguintes.

12.11.6.3 Fluxo de Sup Cl V (Mun)

12.11.6.3.1 O processo de distribuição de suprimento classe V (munição) no Btl será o de entrega na instalação de suprimento, cabendo ao Btl deslocar-se para a retaguarda para realizar seu recompletamento.

12.11.6.3.2 Processo de entrega na instalação de suprimento.

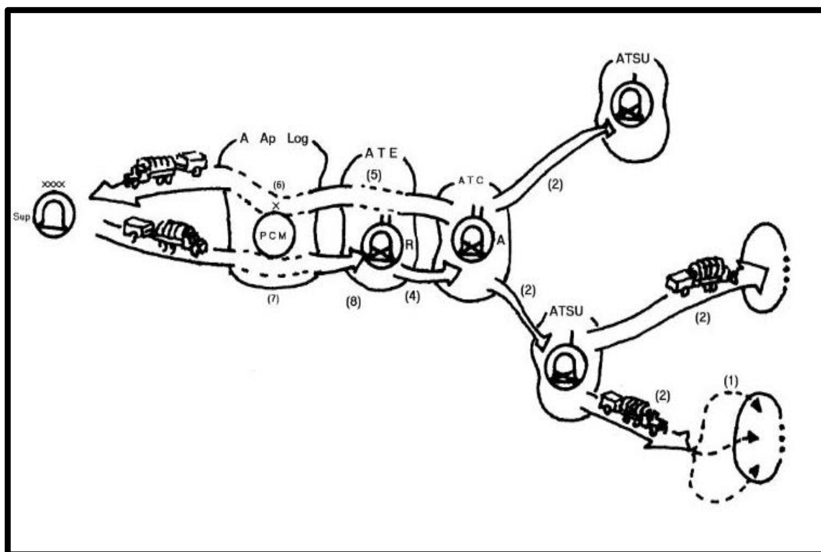


Fig 12-9 – Fluxo de Sup Cl V (Mun) – processo de entrega na instalação de suprimento

a) As companhias fazem um pedido informal ao P Remn A. Suas viaturas de transporte de arma se deslocam, então, ao P Remn A para apanhar a munição e, se for o caso, evacuar os mortos para o posto de coleta de mortos do batalhão (P Col Mor U) ou, ainda, as viaturas do trem de munição da unidade entregarão a munição nos postos de remuniciamento das companhias (P Remn/Cia), podendo, também, evacuar os mortos para o P Col Mor U, localizado na ATC. Para a distribuição do suprimento classe V (munição), pode-se utilizar, também, a técnica especial de estabelecimento de PIL, reduzindo, assim, as distâncias entre os P Remn da U e das SU.

b) Quando o nível de munição do P Remn A cai, chegando ao nível estabelecido pelo Esc Sp, sua viatura de munição desloca-se para o P Remn R, levando os mortos. No P Remn R, é confeccionado, pelo grupo de suprimento classe V do pelotão de suprimento, um pedido formal de munição, denominado ordem de transporte. De posse da ordem de transporte, a viatura desloca-se para o P Sup Cl V do Esc Sp.

c) Quando a viatura do P Remn A inicia seu deslocamento para o P Remn R, a viatura do P Remn R deixa parte da munição no P Remn R e desloca-se para o

P Remn A, a fim de recompletar seu nível de munição, lá permanecendo para dar continuidade ao fluxo de suprimento.
d) Em seu deslocamento para o P Sup Cl V do Esc Sp, a viatura do P Remn A passa pelo posto de controle de munição (PCM), na A Ap Log/Bda, às margens da estrada principal de suprimento (EPS), para que a Ordem de Transporte seja visada pelo oficial de munições da Bda, deixa os mortos no P Col Mor Bda e prossegue vazia para o P Sup Cl V. O visto na Ordem de Transporte permite à Bda controlar o consumo de suprimento classe V (munição) por parte dos batalhões.
e) No caso de o Btl instalar somente um P Remn, o P Col Mor U deverá localizar-se próximo àquela instalação.
f) Caso a ordem de transporte não seja completamente atendida, a viatura, antes de retornar para a ATE, deverá passar novamente pelo PCM da Bda, comunicando o fato.
g) Se necessário, o C Ex poderá instalar um posto de suprimento avançado (por exemplo, no Apvt Exi).

12.11.6.4 O Cmdo Log de mais alto nível no TO/A Op é o militar responsável pela execução dos assuntos mortuários (As Mor) e pela emissão das normas e diretrizes para que as ações da atividade de As Mor ocorram em atendimento às necessidades operacionais, bem como em atendimento a aspectos legais vigentes (nacionais ou internacionais).

12.11.6.5 O manual de ensino *Assuntos Mortuários em Campanha* aborda os assuntos mortuários com maior profundidade.

12.11.7 SUPRIMENTO CLASSE VI – MATERIAL DE ENGENHARIA E CARTOGRAFIA

12.11.7.1 As cartas e mapas são fornecidos pela Cia Log Sup. Normalmente, sua distribuição é feita por meio de listas de distribuição.

12.11.7.2 Cabe à Seç de inteligência do Btl estabelecer planos e normas para o material de cartografia, bem como coordená-lo e supervisioná-lo.

12.11.7.3 Artigos controlados e regulados – os pedidos de suprimento de qualquer classe de artigos regulados e controlados seguem os canais de comando para aprovação. Após aprovados pelo Cmt com autoridade para tal, o suprimento, no âmbito da Bda, é fornecido pelo B Log.

12.11.8 SUPRIMENTO CLASSE VIII – MATERIAL DE SAÚDE

12.11.8.1 As SU pedem o suprimento classe VIII ao PS/Btl, localizado na ATC, por meio de elementos do Pel S, sendo atendidas, sempre que possível. O PS recompleta seu estoque por meio de pedidos informais ao P Distr Cl VIII da Bda na A Ap Log/Bda. O P Distr Cl VIII/Bda atende aos pedidos da unidade e, por

sua vez, envia seu pedido para recompletamento de estoque ou os pedidos das unidades que não puderam ser atendidos à instalação de saúde do Esc Sp que presta o apoio.

12.11.8.2 A distribuição do Sup Cl VIII em combate não obedece a processos preestabelecidos. É feito informalmente através dos elementos de saúde. A troca do material é o processo utilizado normalmente pelos elementos de saúde para a distribuição do suprimento.

12.11.9 SUPRIMENTO CLASSE IX – MATERIAL DE MOTOMECANIZAÇÃO E CLASSE V (Armt)

12.11.9.1 As peças e conjuntos de reparação e os produtos acabados de grande vulto serão entregues diretamente na unidade solicitante, normalmente, mediante simples troca.

12.11.9.2 Os de pequeno vulto serão substituídos pela troca direta, mediante apresentação do material danificado, visando ao reaproveitamento de matéria prima.

12.11.9.3 A Seç L Mnt apoia o Btl com peças de seus estoques e faz um pedido ao P Distr MB existente na A Ap Log/Bda, operado pela Cia Log Mnt, recompletando seu estoque.

12.11.10 SUPRIMENTO CLASSE X – MATERIAL NÃO INCLUÍDO EM OUTRAS CLASSES

12.11.10.1 Os Sup de ajudância geral que consistem em impressos (exceto cartas e mapas) e publicações são pedidos pelos canais usuais (via S-1) ao Esc Sp ou diretamente às organizações que possam fornecê-los (exemplo: EGGCF).

12.11.10.2 Os manuais de campanha ou técnicos e publicações semelhantes podem ser fornecidos automaticamente às OM por iniciativa do Esc Sp.

12.12 SUPRIMENTO PARA A POPULAÇÃO CIVIL

12.12.1 Incluem os artigos destinados à manutenção das condições mínimas de vida, tais como: alimentos, medicamentos, roupas e os destinados à ajuda econômica.

12.12.2 A obtenção dos suprimentos para a população poderá ser feita por intermédio dos canais normais, quando se tratar de artigos consumidos pela F Ter. Entretanto, a sua distribuição deve ser feita por intermédio dos canais de assuntos civis.

12.13 FUNÇÃO LOGÍSTICA DE SAÚDE

12.13.1 GENERALIDADES

12.13.1.1 O atendimento médico adequado é uma responsabilidade do comando, em todos os escalões. Ele visa à conservação dos efetivos e à preservação da eficiência e do moral da tropa.

12.13.1.2 O apoio de saúde é planejado, coordenado e controlado pelo S-1, auxiliado pelo Cmt Pel S. Deve ser planejado e executado de modo a ajustar-se ao plano tático.

12.13.1.3 A unidade não tem encargos de hospitalização. Cabe ao serviço de saúde da unidade, representado pelo seu Pel S, realizar o tratamento médico de emergência e, quando necessário, a evacuação de feridos, doentes e acidentados, no âmbito da unidade.

12.13.1.4 O MC *Batalhão de Saúde* aborda o plano de emprego de Amb, como também o apoio de saúde nas operações com maior profundidade.

12.13.2 POSTO DE SOCORRO (PS)

12.13.2.1 É uma instalação para assistência aos feridos e doentes, estabelecida sob condições de combate pelo Pel S, por meio de seu grupo de triagem. Constitui o elo mais avançado da cadeia de evacuação do serviço de saúde. Do PS, o paciente é evacuado pelo pelotão de Amb do B Log da Bda diretamente para o posto de triagem (P Trg) da Bda ou para o posto cirúrgico móvel (P Cir Mv) que apoia a Bda.

12.13.2.2 O PS é constituído das seguintes instalações: recepção, admissão e troca de material, feridos leves, feridos graves, gaseados ou irradiados (quando for o caso), necrotério e evacuação e troca de material, que são instalados à medida que a situação o exigir.

12.13.2.3 Funções do posto de socorro (PS):
a) receber e fichar os pacientes;
b) examinar e classificar os pacientes, fazendo voltar ao serviço os considerados aptos e preparar, para a evacuação, os demais;
c) fazer o tratamento limitado ao necessário para salvar a vida ou um membro;
d) preparar, para a evacuação, os demais;
e) fazer a profilaxia e o tratamento inicial do choque; e
f) providenciar abrigo temporário para os feridos e doentes.

12.13.3 DESDOBRAMENTO DO APOIO DE SAÚDE NA UNIDADE

12.13.3.1 O Cmt do Pel S (oficial de saúde do batalhão) é o principal responsável pela execução do apoio de saúde no âmbito da unidade. Incumbe-lhe, por meio do S-1, o assessoramento ao comando sobre quaisquer problemas relacionados com a saúde, incluindo a higiene em campanha e a prevenção contra doenças.

12.13.3.2 O Pel S instala e opera na ATC o PS/Btl, que é a principal instalação logística de saúde da unidade.

12.13.3.3 As SU, quando necessário, estabelecem refúgios de feridos, instalações muito sumárias, situadas em locais abrigados, para os quais são conduzidos, se preciso for, os homens feridos.

12.13.3.4 Logo que a unidade entra em combate, ou mesmo antes, cada subunidade recebe, normalmente, uma turma de evacuação, composta de elementos de saúde que atuarão no tratamento de urgência e na evacuação de feridos.

12.13.3.5 Quando o PS se desloca, os feridos que não podem se locomover são deixados em grupos que serão recolhidos por elementos do B Log. Se necessário, um atendente da SU permanecerá com os feridos.

12.13.3.6 No decorrer do combate, pode ser necessário concentrar todos os meios de evacuação do pelotão para o atendimento de uma SU mais necessitada.

12.13.3.7 Quando o PS/Btl se desloca para ocupar nova posição, os feridos que não podem se locomover são deixados em grupos, em postos de recolhimento de indisponíveis (PRI), para recolhimento posterior pela companhia logística de saúde do batalhão logístico.

12.13.3.8 O PS/Btl é instalado na ATC. Na ATE, um atendente opera o local de atendimento de feridos e doentes, para prestar apoio de saúde aos elementos da respectiva área.

12.13.3.9 No desdobramento do Pel S, deve ser levada em consideração a possibilidade de evacuação aeromédica (EVAM). A EVAM é utilizada entre as instalações de saúde, entretanto, conforme as disponibilidades, pode ser utilizada para retirar o ferido que se encontra à frente para qualquer instalação de saúde à retaguarda. A possibilidade de emprego de helicóptero na EVAM condiciona a instalação do PS/Btl em local que permita a operação de aterragem da aeronave. Uma vez iniciada a operação e estando o sigilo quebrado, a EVAM se desenvolve normalmente, respeitadas suas limitações técnicas.

12.13.4 EMPREGO DOS ELEMENTOS DO PELOTÃO DE SAÚDE

12.13.4.1 O Pel S envia para as SU uma turma de evacuação, composta de um auxiliar de saúde, um atendente/padioleiro e um padioleiro/motorista numa Vtr Amb. Essas turmas se deslocam com os trens das SU, seguindo imediatamente à retaguarda dos elementos de combate.

12.13.4.2 Quando necessário, o S-1 poderá determinar que o Pel S apoie com mais de uma Tu Ev uma determinada SU ou reforce a Tu Ev distribuída com, no mínimo, mais um atendente, para operar o refúgio de feridos da SU. Os elementos restantes do pelotão exercem suas atividades no PS/Btl.

12.13.5 TRATAMENTO E EVACUAÇÃO DE FERIDOS

12.13.5.1 Cada Cia Fuz recebe, normalmente, quando estiver se preparando para o combate, uma turma de evacuação. O cabo atendente é encarregado de operar o refúgio de feridos da companhia, com os soldados padioleiros. Durante o combate, o padioleiro, designado para a Cia Fuz, acompanha a sua progressão.

12.13.5.2 Em caso de ferimento em combate, os primeiros socorros são prestados pelo companheiro mais próximo, ressalvadas as condições de combate. Para tanto, faz uso do curativo individual do ferido e, em seguida, sinaliza o local conforme o previsto na instrução de primeiros socorros, de modo a ser localizado posteriormente pelo padioleiro. O companheiro que prestou os primeiros socorros prossegue nas suas tarefas de combate.

12.13.5.3 O padioleiro cerra imediatamente e completa o atendimento de urgência. Os feridos que podem se locomover são encaminhados para o refúgio de feridos da companhia ou para o PS/Btl, conforme o caso. Caso o ferido não possa se locomover, o soldado padioleiro que se encontra no refúgio de feridos, cerra à frente e, juntamente com o padioleiro que já se encontrava com o ferido, evacua este para o refúgio de feridos da companhia.

12.13.5.4 No refúgio de feridos, o ferido é preparado para a evacuação, se esta for necessária. A evacuação dos feridos para o PS/Btl é feita pela turma de evacuação, a partir do refúgio de feridos, ou mesmo, diretamente do local em que o homem foi ferido. O PS/Btl é a primeira instalação da cadeia de evacuação onde existe atendimento médico. Nela, os pacientes são separados de acordo com o tipo e a gravidade dos respectivos casos.

12.13.5.5 Os feridos que puderem voltar ao combate, em curto prazo, são mantidos no PS/Btl ou nas suas proximidades, caso a situação tática o permita. Logo que aptos, retornam às suas SU. Aqueles que não tiverem condições de retornar à frente de combate são preparados para a evacuação, que será feita em Vtr Amb, a cargo do pelotão de Amb, da Cia Log Sau do B Log.

12.13.5.6 Para os feridos graves, poderá ser solicitada a EVAM. Para isso, normalmente, é utilizada a rede administrativa da Bda, podendo também, em caso de necessidade, ser utilizada a própria rede de comando.

12.14 FUNÇÃO LOGÍSTICA DE MANUTENÇÃO

12.14.1 GENERALIDADES

12.14.1.1 A manutenção é uma responsabilidade de comando. Os Cmt, em todos os escalões, são responsáveis pela manutenção adequada de todo o seu equipamento.

12.14.1.2 Essa responsabilidade inclui as providências para a pronta recuperação do material danificado ou em pane, visando ao seu retorno ao serviço o mais rapidamente possível.

12.14.1.3 Em princípio, a manutenção deve ser executada tão à frente quanto o permitirem a situação tática e a disponibilidade de tempo e recursos. Muitas vezes, é preferível a ida do pessoal de manutenção ao encontro do material a proceder em sentido inverso, reduzindo a necessidade de evacuação.

12.14.1.4 Todas as viaturas que retornarem da atividade de suprimento poderão evacuar o material que necessitar de manutenção do escalão ou da instalação logística superiores.

12.14.2 FUNCIONAMENTO DA MANUTENÇÃO

12.14.2.1 Material Motomecanizado

12.14.2.1.1 A manutenção na unidade é executada pelo:
a) motorista – elemento base da cadeia de manutenção, é responsável pela manutenção de primeiro escalão;
b) turma de manutenção de subunidade (Tu Mnt/Gp Log/Seç Cmdo) – realiza o levantamento das necessidades de manutenção de 1º escalão da SU, iniciando-a e localiza-se na AT/SU; e
c) Pel Mnt – normalmente desdobra na ATC sua maioria de meios e é o principal elemento de apoio de manutenção da unidade. Realiza a manutenção de 1º escalão que puder ser feita na Z Aç das SU. As viaturas que não puderem ser manutenidas nesse local serão evacuadas para a ATC, onde também é realizada a manutenção de 1º escalão.

12.14.2.1.2 Além dos meios orgânicos, a unidade, em princípio, conta com o apoio do Esc Sp proporcionado pela Cia Log Mnt do B Log que desdobra, normalmente, uma Seç L de manutenção, do Pel L Mnt, na ATE da unidade, a fim de prestar o apoio de 2º Esc de manutenção à unidade.

12.14.2.1.3 O Pel Mnt do batalhão e a Seç L de manutenção da Cia Log Mnt do B log poderão realizar a manutenção das viaturas no local. Tal procedimento é conveniente, sobretudo no caso de viaturas sobre lagartas, cuja evacuação se torna uma operação mais complexa.

12.14.2.1.4 Quando não conseguirem recuperar uma viatura indisponível, os diferentes elementos de manutenção, em princípio, solicitarão o auxílio do escalão imediatamente superior. Além dessa providência, o Pel Mnt poderá evacuar a viatura, se possível até o E Sup Ev da unidade, e a Seç L Mnt Ap Dto até a EPS da Bda.

12.14.2.2 Armamento e Instrumentos

12.14.2.2.1 A manutenção do armamento e dos instrumentos óticos e de direção de tiro (IODT) é executada na unidade pelo:
a) usuário do armamento/IODT ou guarnição – são os responsáveis pela manutenção de 1º escalão;
b) turma de manutenção (Tu Mnt) das SU – por meio do Cb Aj Mec Armt L, realiza a manutenção de 1º escalão do armamento e dos IODT, proporciona apoio à manutenção de 1º escalão dos pelotões, coordenando, assistindo e ampliando o trabalho das guarnições; e
c) Seç de manutenção de armamento (Seç Mnt/Pel Mnt) – apoia a execução da manutenção de 1º escalão do armamento leve realizada pelas subunidades e realiza a manutenção de 1º escalão do armamento pesado.

12.14.2.2.2 Além dos meios orgânicos, a unidade, normalmente, conta com o apoio do Esc Sp proporcionado pela Cia Log Mnt do B Log que desdobra uma Seç L de manutenção (Pel L Mnt) na ATE do batalhão, a fim de prestar o apoio de 2º Esc de manutenção à unidade.

12.14.2.3 Material de Comunicações

12.14.2.3.1 A manutenção do material de comunicações da unidade é feita pelos radio operadores e por elementos especializados do Pel Com que executam o 1º escalão.

12.14.2.3.2 Estes elementos poderão passar à disposição do Pel Mnt para a execução da manutenção do material eletrônico e de comunicações das viaturas.

12.14.2.3.3 Se for conveniente para a realização da manobra logística, o S-4, poderá centralizar a atividade de manutenção e suprimento do material de comunicações sob coordenação do oficial de manutenção do Btl.

12.14.2.3.4 Todo o material que necessite manutenção além do primeiro escalão é evacuado para a Cia Log Mnt do B Log.

12.14.2.4 Material de Saúde

12.14.2.4.1 O Pel S executa apenas a manutenção de 1º escalão.

12.14.2.4.2 Todo o material que necessitar manutenção de 1º escalão ou de escalões mais elevados e que não puder ser atendido pelo pessoal e ferramental disponível no Pel Mnt/Btl será evacuado para a Cia Log Sau/B Log, pelos canais de manutenção.

12.15 MATERIAL SALVADO E CAPTURADO

12.15.1 MATERIAL SALVADO

12.15.1.1 O material salvado constitui valiosa fonte de suprimento. A unidade é responsável pela evacuação de salvados para o posto de coleta de salvados da A Ap Log ou para o seu E Sup Ev. Nesse mister, pode ser auxiliada por elementos da Cia Log Mnt, particularmente, quando se tratar de material volumoso e/ou pesado.

12.15.1.2 O material salvado, quando evacuado pela unidade para o seu E Sup Ev, é coletado pela Cia Log Mnt e levado para o P Col Slv da A Ap Log.

12.15.1.3 Todo o material salvado que necessitar de apoio de manutenção é atendido, inicialmente e sempre que possível, por elementos da Seç L de manutenção, normalmente desdobrados na ATE da unidade. Se recuperado e mediante as normas em vigor, pode voltar à cadeia de suprimento, sendo entregue às unidades de origem ou àquelas que estiverem mais necessitadas. O que não puder ser reparado a nível unidade é evacuado para o P Col Slv da A Ap Log. Nessa instalação, o que for recuperado volta à cadeia de suprimento por meio do sistema de suprimento ou de manutenção da Bda. O que não puder ser aproveitado é evacuado pelo Esc Sp, caso seja compensadora tal evacuação.

12.15.2 MATERIAL CAPTURADO

12.15.2.1 Com o material capturado do inimigo, procede-se da mesma forma que para o material salvado, exceto no que se refere às amostras de materiais novos, que devem ser imediatamente encaminhadas, após o conhecimento do S-2, aos órgãos técnicos do Esc Sp.

12.15.2.2 Evacuação do Material Capturado

12.15.2.2.1 O material capturado é evacuado para o P Col Slv mais próximo, seja para o da unidade ou o da Bda.

12.15.2.2.2 Quando se der o recebimento em um P Col Slv de materiais com características desconhecidas ou modificadas, torna-se necessário informar, no mais curto prazo, ao S-2 do Btl, que deve entrar em contato com o E-2 da Bda quanto ao destino a ser dado ao referido material.

12.15.2.2.3 Munição e outros artigos cujo manuseio por pessoal não habilitado possa oferecer perigo não devem ser deslocados; devem ser mantidos sob vigilância, se praticável. O oficial de munições do Btl é notificado o mais cedo possível.

12.15.2.2.4 O material em condições de utilização pode ser distribuído por meio dos canais de suprimento, mediante aprovação do Cmt Bda. Equipamentos, combustíveis, lubrificantes e munições devem ser examinados e aprovados antes de serem utilizados.

12.15.2.2.5 Suprimentos de saúde são manuseados de acordo com a Convenção de Genebra, sendo entregues às instalações de saúde, para inspeção, antes de sua redistribuição ou uso. Esses suprimentos são de especial valor para uso pelos prisioneiros de guerra, no tratamento de seus doentes e feridos, bem como no atendimento de civis.

12.16 FUNÇÃO LOGÍSTICA DE TRANSPORTE

12.16.1 As atividades de transporte na unidade são de pequena monta, resumindo-se, praticamente, ao transporte de suprimentos, à evacuação de feridos (S-1) e ao controle da(s) coluna(s) de marcha da unidade.

12.16.2 No escalão unidade, o controle de trânsito é implementado pela sinalização das estradas e pelo controle sobre os comboios.

12.16.3 As responsabilidades quanto a transportes na unidade estão afetas ao S-4, no tocante à coordenação geral e ao planejamento e supervisão do transporte de suprimentos e evacuação de material. O Cmt da CCAp é o responsável pela execução dos transportes.

12.16.4 O S-3 é responsável pelo planejamento, controle e supervisão dos movimentos táticos, inclusive pela elaboração das ordens de marcha (O Op), devendo efetuar a necessária coordenação com o S-4.

12.17 FUNÇÃO LOGÍSTICA DE RECURSOS HUMANOS

12.17.1 GENERALIDADES

12.17.1.1 Recursos humanos é a função logística operacional que tem a seu cargo planejar, integrar e controlar as tarefas de controle de efetivos, recompletamento, sepultamento, suprimento reembolsável, serviço postal, banho, lavanderia. Tem por finalidade prever, prover e apoiar o pessoal, contribuindo para manter elevado o moral das forças terrestres em operações.

12.17.1.2 As demais atividades referentes a pessoal, como disciplina e justiça militar, repouso, recuperação, recreação, mão de obra, apoio religioso, finanças, prisioneiros de guerra e assuntos civis, realizadas no TO, não fazem parte da logística, embora sejam do sistema de pessoal ou do sistema de comando.

12.17.1.3 A importância do indivíduo para o Exército deve ser bem compreendida por todos os Cmt. Os cinco princípios básicos que se impõem para a eficiência da atividade de pessoal são: colocar o homem indicado na função apropriada, explorar as possibilidades do indivíduo (desenvolvendo-se pela instrução), estimular o desejo de produzir, assegurar o progresso profissional e utilizar o indivíduo inteiramente nas funções essenciais.

12.17.2 CONTROLE DE EFETIVOS

12.17.2.1 Para o controle de efetivos, é essencial a existência de um fluxo de informações sobre pessoal por meio de relatórios e o seu consequente registro em todos os escalões da F Ter no TO.

12.17.2.2 Os registros são indispensáveis ao S-1 para a elaboração dos relatórios determinados pelo Esc Sp, para a consolidação da experiência de combate da unidade, para a reunião de dados necessários aos exames de situação e ao planejamento de uma forma geral.

12.17.2.3 Na unidade, procura-se reduzir ao mínimo os registros, sem, contudo, omitir os realmente necessários. Entre estes, destacam-se os cadernos de trabalho, o diário da unidade, o quadro de necessidades de recompletamento, relatório periódico de pessoal, relatório de perdas, SUDIPE, mensagem diária de efetivo e o mapa da força.
a) A mensagem diária de efetivo é um documento elaborado pelas SU e elementos em reforço. Abrange um período de 24 horas. Deve conter as perdas, inclusões e movimentos de PG havidos no período.
b) O SUDIPE é um documento organizado com base nas mensagens diárias de efetivos com informações globais sobre o estado efetivo da unidade, diárias e acumuladas.
c) O mapa da força é um relatório da situação de pessoal para uma determinada atividade ou em um determinado momento, contém a discriminação do pessoal

orgânico e em reforço, discriminando o efetivo previsto, existente, os claros e os excessos. As SU os enviam ao S-1 que os consolida e, se for o caso, remete o mapa da força da unidade para o Esc Sp.
d) O diário da unidade é um documento protocolar no qual são resumidos, cronologicamente, os acontecimentos. Serve de base para a elaboração do Relatório de Comando que tem a forma de ofício; é enviado ao final do mês de atividade e consta de uma parte descritiva e uma conclusiva.
e) O caderno de trabalho do S-1 é um documento informal composto de folhas amovíveis onde constam todos os registros temporários dos dados de interesse para o S-1. As folhas caducas deverão ser eliminadas.
f) O relatório periódico de pessoal é um documento elaborado com periodicidade regulada pelo Esc Sp que é confeccionado com base no Sumário Diário de Pessoal.
g) O relatório de justiça e disciplina é um documento elaborado segundo as diretrizes do Esc Sp, que consolida todas as ocorrências disciplinares e os atos meritórios ocorridos em um período determinado.
h) O relatório de perdas é um documento que consolida as perdas ocorridas em um determinado período. Quando acompanhado do quadro de necessidades de recompletamento tem força de pedido de recompletamento.
i) O quadro de necessidade de recompletamento é um registro do S-1 que contém as necessidades em recompletamento do Btl, devendo especificar a função e a qualificação. É anexado ao relatório de perdas.

12.17.3 PERDAS

12.17.3.1 As perdas têm duplo interesse para o S-1 porque afetam o moral e a combatividade da tropa e ocasionam claros a preencher pelo recompletamento.

12.17.3.2 Perda é qualquer redução no efetivo provocada pela ação do inimigo, doença, acidente ou movimentação.

12.17.3.3 As perdas podem ser de combate, ocorridas em ação; fora de combate, ocorridas sem a ação direta do inimigo; e as perdas administrativas que englobam as demais perdas, como transferidos, presos disciplinares, desaparecidos, desertores e outras.

12.17.4 MILITARES EXTRAVIADOS E DESAPARECIDOS

12.17.4.1 Extraviado é o militar, encontrado na ZC, afastado de sua unidade sem autorização.

12.17.4.2 Desaparecido é o militar que passa a ausente de sua unidade, involuntariamente, por mais de 48 horas.

12.17.5 RECOMPLETAMENTO

12.17.5.1 No Btl, o pedido de recompletamento tem por base a abertura de claros e não a estimativa de perdas.

12.17.5.2 O S-1 é o responsável, perante seu Cmt, por todos os assuntos que dizem respeito ao recompletamento. A ele compete pedir, receber, providenciar alimentação, distribuir e encaminhar os recompletamentos que forem entregues à sua unidade.

12.17.5.3 Para calcular a distribuição dos efetivos a recompletar, o S-1 poderá utilizar os processos de igualar os claros, equitativo, proporcional aos claros ou a qualquer outro, segundo a diretriz do Cmt.

12.17.5.4 As oportunidades de recompletamento ideais serão quando a unidade ou a SU estiver em área de recuperação, em reserva ou em Z Reu.

12.17.5.5 O Esc Sp informará à unidade, com antecedência, a data, a hora, o local e o efetivo de recompletamento a ser recebido.

12.17.6 SEPULTAMENTO

12.17.6.1 As atividades de sepultamento atendem à dupla finalidade: preservar as condições sanitárias no campo de batalha e manter elevado o moral da tropa.

12.17.6.2 A pronta remoção dos cadáveres, amigos e inimigos, corresponde à primeira finalidade, enquanto a certeza de um tratamento cuidadoso e reverente aos que tombam na luta é fator importante para o moral dos soldados, no TO, e dos civis, na zona do interior.

12.17.6.3 Os mortos inimigos recebem tratamento idêntico aos das tropas amigas. Entretanto, não é permitido misturá-los.

12.17.6.4 No âmbito da unidade, o planejamento, a coordenação e a supervisão de todas as atividades relacionadas aos mortos cabem ao S-1.

12.17.6.5 Considerando sempre as diretrizes da Bda e entendendo-se com os demais membros do EM e os Cmt dos elementos subordinados, ele planeja a evacuação dos mortos.

12.17.6.6 As atividades de sepultamento, nesse escalão, compreendem a coleta dos mortos, a identificação e registro (nome, posto e graduação, número de registro, SU, hora e local da morte) e a evacuação até o P Col Mor/Bda, na A Ap Log Bda.

12.17.6.7 Normalmente, as próprias SU recolhem os mortos nas respectivas Z Aç e os evacuam para o posto de coleta do Btl. Quando a situação o exige, designam-se meios especiais para este fim.

12.17.6.8 No escalão unidade, um soldado morto deve ser identificado imediatamente por seu Cmt de grupo, adjunto de pelotão ou ainda pelo Cmt Pel. Tal identificação é sumária e consta do nome do soldado, função e identidade (constantes da placa de identificação). A seguir, o cadáver é evacuado, por seus companheiros ou por elementos da reserva, para um local próximo ao P Remn SU. Esse local deve estar oculto das vistas daqueles que transitam na área do P Remn. Se o pelotão não pode identificar o morto, o comando da SU deve providenciar sua identificação. Os mortos são evacuados para o P Col Mor/Btl, em princípio, pelas viaturas de suprimento classe V. Em nenhuma hipótese, os mortos devem ser evacuados em Amb ou Vtr que fazem o suprimento de Cl I.

12.17.6.9 O P Col Mor/Btl se situa nas proximidades do P Remn A ou P Remn do batalhão, em local oculto das vistas dos elementos que transitam na área. Este local é operado por elementos do grupo do S-1. Esses elementos registram os mortos em sua documentação e são encarregados, auxiliados por elementos do Gp Sup Cl V, de embalar os corpos ou prepará-los para a evacuação para o P Col Mor/Bda. Após registrados, os mortos são evacuados na primeira viatura de munição que retornar para a retaguarda após fazer o Remn.

12.17.6.10 A permanência dos mortos no âmbito do batalhão deve ser a mais curta possível. Todos os pertences e objetos que se encontram com o cadáver são evacuados com ele para o P Col M/ Bda. O armamento individual do morto é evacuado pela SU ou redistribuído caso necessário. Neste caso, o Cmdo SU apenas participa que deixa de evacuá-lo porque dele necessita para suprir claro de outro armamento destruído (ou perdido) por ação do inimigo.

12.17.7 ALIMENTAÇÃO

12.17.7.1 No nível unidade, a alimentação diz respeito às tarefas e aos processos realizados pela Seç de aprovisionamento do Pel Sup, sob controle do oficial aprovisionador. É o processamento do suprimento classe I após ter sido recebido pelas turmas de aprovisionamento. Sua distribuição será sempre em função da manobra logística. A alimentação requer grande atenção dos responsáveis pelo sistema de pessoal, pois tem forte influência no moral e desempenho da tropa.

12.17.8 SUPRIMENTO REEMBOLSÁVEL

12.17.8.1 Os artigos reembolsáveis, incluídos na Cl X, material de higiene, alimentos diversos, refrigerantes, revistas e outros itens que contribuem para o conforto individual são oferecidos por meio de cantinas móveis, deslocadas pelo C Ex para as A Ap Log das Bda e para as unidades.

12.17.8.2 Particularmente na ZC, quando se torna inviável o funcionamento de cantinas, pode ser autorizada a distribuição de determinados artigos essenciais, como parte das rações.

12.17.9 SERVIÇO POSTAL

12.17.9.1 No escalão unidade, esse serviço abrange a correspondência e a remessa de impressos, encomendas e valores.

12.17.10 BANHO E LAVANDERIA

12.17.10.1 O B Log instala e opera um posto de lavanderia (P Lav) e até dois postos de banho (P Ban) na A Ap Log, com meios próprios ou recebidos do Esc Sp. Eventualmente, poderá apoiar a unidade na ATE com um P Ban e um P Lav ou realizar o apoio de fardamento, por troca, através do fluxo de Sup Cl I.

12.17.10.2 Por ocasião do banho, o fardamento usado será trocado por outro limpo e em boas condições.

12.17.10.3 Cabe ao S-1 planejar e supervisionar a execução da atividade de banho. A frequência e a oportunidade desse apoio serão condicionadas pela situação tática e pela disponibilidade de material fornecido pelo Esc Sp.

12.17.10.4 A Cia Log Pes do B Log poderá instalar e operar um P Ban na A Ap Log, em complemento às atividades de banho realizadas pelas OM da Bda. Esse apoio de banho do B Log será controlado pelo E-1/Bda, que determinará em seu planejamento as condições de sua execução.

12.17.10.5 A Bda deverá distribuir às suas unidades subordinadas o planejamento do apoio de água tratada no B Log, para as atividades de banho das OM.

12.17.10.6 O Cmt Btl, o S-4 e o S-1 deverão sempre considerar, no planejamento logístico da unidade, que a atividade de banho é fator importante na manutenção das condições de higiene e do moral da tropa.

12.18 TAREFAS REFERENTES A PESSOAL INTEGRADAS AO SISTEMA COMANDO

12.18.1 GENERALIDADES

12.18.1.1 Embora não façam parte da função logística operacional, algumas tarefas referentes a pessoal, integradas ao sistema comando, são de grande interesse para a unidade.

12.18.2 JUSTIÇA E DISCIPLINA

12.18.2.1 Sob esse aspecto, a atividade de pessoal no Btl está particularmente ligada à manutenção de disciplina.

12.18.2.2 Compete especificamente ao S-1 informar ao Cmt tudo que possa influir no estado disciplinar e moral da tropa. São indícios comuns de afrouxamento da disciplina:
a) número excessivo de ausentes e desertores;
b) numerosos pedidos de transferência;
c) aumento dos crimes, em número e gravidade;
d) muitas prisões por violações às leis civis;
e) aumento do número de doenças sexualmente transmissíveis;
f) desleixo com o asseio pessoal e a limpeza dos alojamentos, viaturas e instalações;
g) descuido com o uniforme e a atitude militar; e
h) negligência no cumprimento de ordens e instruções.

12.18.2.3 Além de informar ao Cmt, o S-1 planeja medidas preventivas e corretivas para a manutenção da disciplina e supervisiona sua execução.

12.18.2.4 As medidas preventivas incentivam a obediência e o respeito à autoridade, eliminando causas reais ou potenciais de transgressão. Compreendem:
a) aplicação dos princípios de chefia e liderança em todos os escalões;
b) instrução oportuna sobre os direitos e deveres do soldado;
c) realização de cerimônias e festividades que desenvolvam o espírito militar, o espírito de corpo, a correção no uso dos uniformes e o sentimento do valor pessoal;
d) ajustamento das medidas disciplinares às condições locais;
e) orientação e conselhos adequados nas pequenas faltas que não sejam reincidências; e
f) atenção às reclamações do pessoal, apoiando-as quando justificadas.

12.18.2.5 As medidas repressivas e corretivas visam a coibir transgressões, quando falham as medidas preventivas. Compreendem o emprego de patrulhas com missão policial, a prisão de transgressores *etc.*

12.18.3 REPOUSO, RECUPERAÇÃO E RECREAÇÃO

12.18.3.1 Repouso, recuperação e recreação são tarefas da atividade de recursos humanos da função logística que tratam dos recursos humanos, individualmente ou por unidades, permitindo que se refaça do desgaste físico, mental e emocional provocado por longos períodos de combate, de trabalho extenuante e sob pressão. A execução bem dosada dessas tarefas contribui para a conservação do potencial humano.

12.18.3.2 São realizadas em três tipos de instalações: áreas de repouso, áreas de recuperação e centros de recreação. O Btl é usuário dessas instalações. O S-1, que é também o oficial do serviço especial da unidade e tem atribuições de organizar e superintender as atividades desportivas e recreativas, assessora o Cmt na concessão de licenças e permissões, particularmente, no que diz respeito ao aproveitamento dessas instalações.

12.18.3.3 Área de repouso é a área preparada, destinada a receber pessoal recentemente retirado de combate ou de serviços pesados, para fins de descanso. Em geral, as áreas de repouso para o pessoal de cada GU ou grande comando localizam-se nas respectivas áreas de retaguarda.
a) O comando de região militar (RM), por intermédio de sua(s) base(s) logística(s), pode instalar áreas de repouso para tropas na ZA.
b) As áreas de repouso podem localizar-se junto aos trens de estacionamento da unidade, o que tem a vantagem de dispensar providências administrativas especiais, como as que se referem a alojamento, rancho, suprimento e outras imprescindíveis quando a área de repouso fica isolada.
c) Quando as unidades estabelecem suas áreas de repouso, a responsabilidade pelo funcionamento cabe aos respectivos Cmt.
d) Uma área de repouso necessita principalmente de acomodações para rancho e alojamento, além disso, deve proporcionar condições para as atividades religiosas, de finanças e de serviços especiais.

12.18.3.4 Área de recuperação é a área destinada a receber unidades recentemente retiradas de combate ou serviços pesados, para fins de repouso, recompletamento dos claros, recuperação e reposição do material, além de preparação para emprego futuro. Pode localizar-se na ZC ou ZA, devendo ficar em posição central e junto a uma boa rede de estradas.
a) Na ZC, a responsabilidade pela organização e o funcionamento de áreas de recuperação cabe aos grandes comandos e às grandes unidades. Na ZA, a responsabilidade pela organização e funcionamento de áreas de recuperação cabe ao comando logístico do teatro de operações (CLTO), que se desincumbe dessas tarefas através das RM ou bases logísticas.
b) Deve ser enfatizado o máximo aproveitamento da mão de obra civil (habitantes do local) para o funcionamento das áreas de recuperação, devendo a supervisão ficar com elementos do Exército. Na ausência desses meios, as unidades que ocupam essas áreas auxiliam ou completam os quadros de efetivos normalmente designados para as áreas de recuperação.
c) Normalmente, o estabelecimento de uma área de recuperação exige algumas construções e a utilização de barracas fornecidas pelo comando responsável pelo seu funcionamento. Quando possível, as áreas escolhidas devem dispor de acantonamentos permanentes.
d) O transporte local, no interior de uma área de recuperação, é fornecido pelas unidades usuárias, utilizando os meios orgânicos, ou pelo escalão responsável pelo apoio.

e) A organização de uma área de recuperação pode compreender campos de instrução, a fim de facilitar a eficiente integração de recompletamentos e a revisão da instrução das unidades.
f) Os recursos de que dispõe uma área de recuperação típica são ranchos; instalações de saúde; áreas para recreação, divertimentos e atividades religiosas; e instalações para atividades de suprimento reembolsável, barbeiro, correio, banho, troca de roupas e finanças.

12.18.3.5 Centro de recreação é a instalação ou conjunto de instalações que funciona com o fim específico de proporcionar repouso e recreação a oficiais e praças em gozo de licenças.
a) Os centros de recreação são instalados em geral em hotéis de cidades ou em outras dependências e locais aprazíveis e a uma distância razoável da ZC.
b) Normalmente, o Cmt de RM é encarregado de estabelecer e supervisionar os centros de recreação.
c) Cabe ao Cmt do CLTO coordenar a atribuição de cotas para todas as forças terrestres no TO.

12.18.4 MÃO DE OBRA

12.18.4.1 No Btl são muito raras as atividades com respeito ao aproveitamento de civis. Porém, quando a Bda autorizar o emprego de mão de obra local, o S-1 representará o Cmt nas relações com os civis.

12.18.5 PRISIONEIROS DE GUERRA

12.18.5.1 O planejamento, a coordenação e a supervisão de tudo que se refere aos prisioneiros de guerra compete ao S-1. Sem perder de vista as diretrizes do Esc Sp e entendendo-se com os demais membros do EM e com os Cmt dos elementos subordinados, o S-1 planeja as ações que se seguem à captura dos prisioneiros até sua evacuação para o posto de coleta de prisioneiros de guerra da Bda (P Col PG/Bda). O mais cedo possível, após a captura, são os prisioneiros desarmados e grupados para evacuação, separando-se oficiais, graduados, desertores, civis e mulheres.

12.18.5.2 O tratamento a ser dispensado aos prisioneiros é regulado pela Convenção de Genebra de 1949 e seus protocolos adicionais. As principais prescrições, no que interessa ao Btl, são:
a) não se permitem atos de violência nem medidas de represália;
b) a pessoa e a honra dos prisioneiros devem ser respeitadas;
c) a evacuação deve ser pronta, para não expor os prisioneiros a perigos desnecessários;
d) nos interrogatórios, os prisioneiros apenas são obrigados a declarar nome, posto ou graduação, número de identidade e idade;
e) só se permite a discriminação baseada na consideração de posto ou graduação, condições físicas e mentais, qualificações profissionais e sexo;

f) o posto e a antiguidade dos oficiais devem ser convenientemente respeitados;
g) a alimentação dos prisioneiros será igual à alimentação das tropas amigas em valor nutritivo; e
h) os prisioneiros não podem ser empregados em trabalhos diretamente ligado às operações de guerra, particularmente no manuseio e no transporte de material para as unidades combatentes.

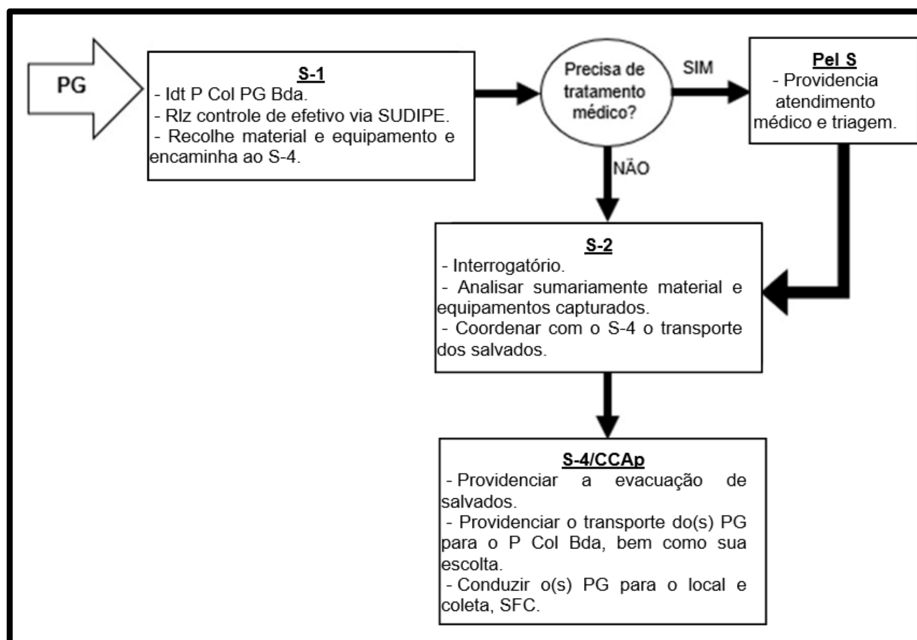


Fig 12-10 – Atribuições do S-1 e demais membros do EM em relação ao prisioneiro de guerra (PG)

12.18.5.3 As SU evacuam os PG até os locais de coleta da unidade, onde eles demoram o estritamente necessário para um ligeiro interrogatório sobre a situação tática. Durante essa evacuação, não se permite conversa, sendo também vedado distribuir-lhes alimentos, cigarros ou água antes do interrogatório, exceto se o intervalo entre a captura e o interrogatório se tornar muito grande. Esses locais de coleta consistem basicamente em instalações sumárias (barracas ou viaturas) localizadas no PCP do batalhão, nas quais os PG serão agrupados, respeitando-se as restrições impostas pela Convenção de Genebra e seus protocolos adicionais. A pé ou transportados, aproveitando viaturas ociosas ou integrantes do fluxo logístico normal, os prisioneiros são evacuados do PCP do Btl até o P Col PG/Bda. A responsabilidade por essa evacuação é do Pel PE/Bda, desde que haja efetivo disponível. Caso contrário, isso poderá ser efetuado por meio de fuzileiros armados, que constituirão uma guarda compatível com a escolta a ser executada.

12.18.5.4 No P Col PG/Bda, os PG passarão à responsabilidade do oficial de logística de pessoal (E-1) daquele escalão. Serão, então, submetidos aos especialistas de inteligência e assuntos civis, os quais, mediante o emprego de técnicas de entrevista, procurarão obter mais dados de interesse às operações.

12.18.5.5 No desempenho de suas atribuições referentes aos prisioneiros de guerra, o S-1 mantém as relações a seguir no âmbito do Btl.

12.19 APOIO LOGÍSTICO DURANTE AS OPERAÇÕES

12.19.1 BATALHÃO EM ZONA DE REUNIÃO

12.19.1.1 Quando o Btl estiver em Z Reu, normalmente, não desdobrará a ATC, desdobrando apenas a ATE ou uma área de trens única, próxima à A Ap Log. Todas em condições de serem deslocadas com rapidez.

12.19.1.2 Os pedidos e as necessidades de suprimento do Btl em Z Reu são de pequena monta, porém, o consumo de suprimento classe I, principalmente, permanece inalterado.

12.19.1.3 Os processos de suprimento são os mesmos já descritos nesse manual, bem como o desenvolvimento do fluxo logístico das diversas classes de suprimento.

12.19.1.4 O Btl deverá desdobrar as instalações logísticas da ATC julgadas necessárias, tal como o PS do Btl, segundo a disposição dos meios da unidade em sua Z Reu.

12.19.1.5 Quando o Btl estiver em Z Reu, normalmente, não receberá uma Seç L de manutenção do B Log, salvo se esse tiver uma missão futura específica e definida.

12.19.1.6 Os suprimentos e equipamentos (bem como seus instrumentos de controle) são inspecionados. Devem estar disponíveis, em boas condições e os estoques autorizados completos.

12.19.1.7 Manutenção – deve-se aproveitar ao máximo o tempo disponível nas Z Reu para executar os trabalhos de manutenção. Os motoristas e pessoal de manutenção devem ter em mente que uma vez deixada a Z Reu, as oportunidades para a execução adequada da manutenção serão limitadas. Todos os Cmt, as guarnições das viaturas e o pessoal de manutenção farão o máximo esforço possível para assegurar a eficiência operacional do equipamento, bem como para a execução dos reparos e inspeções que não puderem ser realizados convenientemente durante os períodos de combate. Todo o equipamento deverá ser inspecionado, limpo e deixado nas melhores

condições possíveis. O Cmt poderá solicitar auxílio do B Log. O material que a unidade não puder reparar será evacuado ou entregue, no próprio local, à Cia Log Mnt. Na Z Reu, a unidade procura centralizar seus meios para obter maior eficiência nos trabalhos.

12.19.2 OPERAÇÕES OFENSIVAS – MOVIMENTOS PREPARATÓRIOS

12.19.2.1 Medidas logísticas – todos os movimentos de tropa, táticos ou preparatórios exigem medidas logísticas. As medidas logísticas comuns a todos os tipos de movimento são:
a) organização da tropa em grupamentos e unidades de marcha para explorar ao máximo, os meios de transporte;
b) a embalagem, marcação e o carregamento do material;
c) a reunião da tropa, o deslocamento até o meio de transporte e a designação dos lugares dos homens;
d) as prescrições para alimentação, cuidados médicos e repouso; e
e) a reunião da tropa e de material no ponto de destino.

12.19.2.2 As NGA facilitam o cumprimento das medidas logísticas do movimento. O planejamento, a ordem para sua execução e a conduta da marcha ficarão sensivelmente facilitados pela adoção de NGA, baixadas pelo batalhão.

12.19.2.3 Marchas motorizadas – a CCAp mantém-se sobre rodas, operando suas instalações para prestar apoio ao Btl.

12.19.2.4 Organização da Coluna Motorizada

12.19.2.4.1 A organização da coluna motorizada ocorre conforme segue.
a) As viaturas são orientadas para um ponto de reunião de onde são deslocadas para a zona de embarque ou para o ponto de carregamento do material das companhias.
b) Para formação da coluna de marcha, o oficial de manutenção e transporte coordena as medidas necessárias para colocar em prática o planejamento do S-3, e as viaturas partem com a necessária antecedência da Z Dbq das companhias, a fim de podem passar no ponto inicial (PI) na hora prevista.

12.19.2.5 Controle da Coluna Motorizada

12.19.2.5.1 Elementos de manutenção e saúde podem ser distribuídos pelas unidades de marcha ou parte dela.

12.19.2.5.2 Postos de controle de trânsito podem ser instalados ao longo do itinerário para exigir a observância dos horários de marcha, transmitir ordens aos oficiais controladores e para controlar o trânsito.

12.19.2.6 Altos da Coluna Motorizada

12.19.2.6.1 Os altos podem ser feitos de acordo com as NGA que, normalmente, prescrevem o intervalo de tempo e a sua duração. Quando as condições exigem, os altos são feitos em locais previamente reconhecidos, onde as condições do terreno sejam favoráveis e as viaturas possam deslocar-se fora da estrada. Nessa oportunidade, os elementos de manutenção aproveitam para inspecionar as viaturas da coluna motorizada e realizar o reabastecimento se for o caso.

12.19.3 OPERAÇÕES OFENSIVAS – DURANTE AS MARCHAS PARA O COMBATE

12.19.3.1 O Ap Log sofrerá influência e deverá se adequar às seguintes características da operação:
a) incerteza sobre o desenvolvimento das operações;
b) evolução rápida da situação;
c) alongamento em profundidade do dispositivo; e
d) planejamento centralizado e execução descentralizada.

12.19.3.2 Na organização do Ap Log, deverá ser considerada a rede de estrada (afeta ao processo de Distr), a frente atribuída à unidade (E Prog, Itn marcha, Z Aç), a segurança e o dispositivo do Esc Sp.

12.19.3.3 Organização dos Trens do Btl Vanguarda

12.19.3.3.1 A organização dos trens do Btl do Btl Vanguarda se dá em:
a) trens de combate:
- trens de Mun – Ref com 1 Vtr 2 ½ t (Mrt P);
- trens de Mnt – Seç L Mnt/Cia MB;
- trens de Sau – as Vtr são centralizadas; e
- trens de Comb – situação normal;

b) trens de estacionamento:
- trens de Mun – Fica com apenas 1 Vtr de Mun Geral;
- trens de Mnt – Seç Mnt/Pel Mnt;
- trens de Coz – centralizados; e
- trens de bagagem – centralizados.

12.19.3.4 Os Btl de 2º escalão manterão seus trens em situação normal.

12.19.3.5 Posicionamento dos Trens

12.19.3.5.1 O posicionamento dos trens será em função da manobra do Esc Sp.
a) A Bda deslocando-se por um eixo – se o Btl passar a constituir a vanguarda, seus trens de combate se deslocarão com o grosso à retaguarda da reserva e os trens de estacionamento juntamente com o 2º escalão da Bda ocupando

regiões de destino sucessivas. Caso contrário, os trens de estacionamento permanecerão com os elementos de Ap Log Bda.
b) A Bda deslocando-se por dois eixos – se o Btl passar a constituir a vanguarda no eixo principal, o procedimento será idêntico ao executado com a Bda se deslocando por um único eixo. Caso o Btl seja a vanguarda do eixo secundário, os trens de combate se deslocarão com o grosso à retaguarda da reserva e os trens de estacionamento por lanços, ocupando posições escolhidas pelo Btl (S-4).
c) Caso o Btl se desloque por mais de um eixo, normalmente haverá uma divisão dos meios para atender aos dois eixos.
d) A organização dos trens depende principalmente do afastamento dos eixos, número de rocadas e da segurança. Em princípio, atender-se-á à seguinte distribuição dos meios:
- Seç L Mnt destaca equipes para o eixo secundário;
- Sau e Mun destacam viaturas para o eixo secundário; e
- Comb operado através de camburões no eixo secundário.

12.19.3.6 Peculiaridades do Ap Log – Suprimento

12.19.3.6.1 Classe I – predomina o uso das rações operacionais; contudo, deve-se aproveitar todas as oportunidades para consumo da ração R-1. As cozinhas estarão centralizadas nos trens de estacionamento. Quanto à água, há o aproveitamento de recursos locais/camburões das viaturas.

12.19.3.6.2 Classe III
a) No início do movimento, os tanques estarão plenos. O reabastecimento durante o deslocamento se dará por troca de camburões. O B Log, normalmente opera P Distr Cl III para apoiar as unidades bem à frente. Para os grandes deslocamentos, a unidade poderá receber viaturas cisternas em reforço.
b) Durante os altos, para o abastecimento das viaturas, é(são) utilizada(s) a(s) viaturas cisterna(s) do Pel Sup além de uma viatura para lubrificantes. Durante os altos, a viatura de lubrificantes percorrerá a coluna, entregando o lubrificante necessário a cada viatura da formação enquanto a(s) viatura(s) cisterna fará o abastecimento de combustível diretamente às viaturas ou poderá constituir um ponto de distribuição fixo.

12.19.3.6.3 Classe V (Mun) – o Btl pode receber munição para consumo imediato. As viaturas das subunidades aguardam à margem da estrada a passagem das viaturas dos P Remn. Excepcionalmente, saem da coluna e se dirigem para à retaguarda.

12.19.3.7 Peculiaridades do Ap Log – Transporte

12.19.3.7.1 O Btl levanta as necessidades de viaturas para atender à operação e solicita o reforço de meios à Bda.

12.19.3.8 Peculiaridades do Ap Log – Manutenção

12.19.3.8.1 É realizada somente a manutenção indispensável durante o deslocamento. Nos altos previstos, será normalmente processada de maneira similar à situação do batalhão em Z Reu. O material de difícil recuperação é deixado a cavaleiro do eixo para os elementos de manutenção que marcham juntamente com os trens da unidade.

12.19.3.8.2 Manutenção e Evacuação de Viaturas
a) Quando a ordem preparatória é recebida, as viaturas que não puderem ser reparadas antes da marcha são evacuadas para a unidade de apoio de manutenção, antes do deslocamento. Se o tempo não permitir a evacuação e se as viaturas não puderem ser movimentadas, sua localização e condições são informadas à unidade de apoio de manutenção (Cia Log Mnt do B Log da Bda).
b) O Pel Mnt marcha juntamente com os trens da unidade. As turmas de manutenção das SU deslocam-se junto às SU.
c) As viaturas indisponíveis são deslocadas para o lado da estrada, de modo a não interferir na passagem do restante da coluna para ser reparada ou evacuada pelo Pel Mnt. Se este não puder realizar o reparo ou evacuação, as viaturas sobre rodas são deixadas com seus motoristas e as sobre lagartas com mais um dos membros de suas guarnições, além dos seus motoristas. Neste caso, a localização e condições das viaturas são informadas à Cia Log Mnt do B Log ou Seç L Mnt que opera junto da U.

12.19.3.9 Peculiaridades do Ap Log – Saúde

12.19.3.9.1 O primeiro atendimento de saúde é feito ao longo dos eixos pelos atendentes das SU.

12.19.3.9.2 São montados pelo Pel S ao longo do eixo os PRI (posto de recolhimento de indisponíveis). Os feridos são evacuados para o PRI ou permanecem em locais visíveis para serem recolhidos pelo Pel S. Um PRI é como um PS ao longo do eixo. O Pel S tem capacidade de instalar dois ou mais PRI.

12.19.3.10 Peculiaridades do Ap Log – Coleta de Mortos

12.19.3.10.1 Os mortos são identificados e deixados à margem da estrada em local não visível.

12.19.3.10.2 O local é sinalizado e, quando da passagem do Gp/S-1 (TC), são registrados, preparados e assinalados para serem recolhidos pelo P Col M/Bda. Se for o caso, as viaturas de munição que retornarem vazias evacuam os mortos deixados ao longo do eixo.

12.19.3.11 Articulação e Desdobramento das Instalações

12.19.3.11.1 Organizadas de forma a atender, imediatamente, às necessidades de deslocamento.

12.19.3.11.2 Trens desembarcados o mínimo possível com sua "maioria de meios sobre rodas" até que a unidade atinja seus objetivos.

12.19.3.11.3 Processos especiais de suprimento são comuns na M Cmb e são adotados pelo Esc Sp.
a) Comboio especial de Sup – Esc Sp organiza seus meios de transporte e comboio para entregar o suprimento em uma região proposta pelo Btl.
b) Pelotão de suprimento móvel (P Sup Mv) – Esc Sp organiza e mantém com seus meios P Sup Mv em Vtr Dslc por lanços, ocupando a região proposta pelo Elm Ap.
c) Reserva móvel (Res Mv) – Esc Sp entrega ao Btl a Vtr com suprimento necessário ao apoio a operação.
d) Sup Ae – utilização do Trnp Ae para realizar o Sup; transposição de obstáculo de vulto; operações profundas; interdição ou redução da capacidade de tráfego nas estradas; inexistência de rede de estradas adequadas para suportar suprimento; e isolamento da tropa pela ação do inimigo ou imposição da manobra.

12.19.3.11.4 O Ap Log nas fases da M Cmb – durante o contato remoto na formação de coluna de marcha, os meios estarão reunidos na CCAp. Passando para contato pouco provável, na formação de coluna tática, estarão centralizados e organizados em T Cmb e TE. Por fim, na fase do contato iminente, na formação de marcha de aproximação os T Cmb e TE estarão descentralizados.

12.19.4 OPERAÇÕES OFENSIVAS – APOIO LOGÍSTICO NO ATAQUE COORDENADO

12.19.4.1 O Ap Log sofrerá influência e deverá se adequar às seguintes características da operação:
a) inimigo e necessidades relativamente definidos;
b) esforços concentrados;
c) concentração máxima de meios na direção decisiva; e
d) conquista de objetivos sucessivos e progressão em profundidade.

12.19.4.2 Durante o exame de situação, o S-4 realiza o levantamento das necessidades e das disponibilidades e o estabelecimento de restrições. Verifica as linhas de ação montadas pelo S-3, opina sobre o apoio logístico e, após a decisão, inicia o planejamento do apoio à operação.

12.19.4.3 Desdobramento dos Trens

12.19.4.3.1 A CCAp, atuando descentralizada, forma os T Cmb e TE do Btl.

12.19.4.3.2 O desdobramento deve atender às necessidades de:
a) apoiar o ataque com maior densidade na direção do ataque principal;
b) fornecer apoio mais à frente possível;
c) evitar o alongamento da distância de apoio; e
d) proporcionar segurança, evitando o desdobramento próximo a flancos expostos.

12.19.4.3.3 Normalmente, centralizam-se as cozinhas na ATC ou ATE, conforme as condições do terreno, situação tática, segurança e situação logística.

12.19.4.4 A organização dos trens normalmente é a seguinte:
a) área de trens de combate:
- P Remn A;
- P Col M;
- PS/Btl;
- P Distr Cl III; e
- área Mnt Vtr e Armt e Estac Vtr;

b) área de trens de estacionamento, normalmente localizada na A Rtgd da Bda e fora da A Ap Log ou em sua orla anterior:
- PC Cmt CCAp;
- local de atendimento de feridos e doentes;
- P Col Slv;
- P Remn R;
- P Distr Cl I;
- cozinhas; e
- área Mnt Vtr e Armt e Estac Vtr.

12.19.4.5 Suprimentos

12.19.4.5.1 A atividade de suprimento deverá atender, principalmente, às seguintes necessidades e peculiaridades: classe I – maior consumo de rações operacionais e de alimentações de emergência; classe III – aumento do consumo para atender à montagem do ataque, à evacuação, ao suprimento e ao prosseguimento das operações; classe V (Mun) – consumo elevado, principalmente quando houver preparação. O batalhão poderá fazer pedido de munição para consumo imediato para permitir ultrapassar a LP com sua dotação completa.

12.19.4.6 Saúde

12.19.4.6.1 A evacuação de pessoal em relação às outras operações aumenta consideravelmente em face do grande número de baixas.

12.19.4.6.2 Quando é realizada uma ultrapassagem de tropa amiga, o médico da unidade entra em ligação com o oficial de saúde da tropa ultrapassada, para que este receba as baixas das SU que realizam a ultrapassagem. Essa providência aumentará a velocidade de evacuação da Z Cmb para uma instalação de saúde e auxiliará o PS/Btl que realiza a ultrapassagem a manter a mobilidade.

12.19.4.7 Manutenção

12.19.4.7.1 A atividade de evacuação deverá atender ao grande desgaste do material e à rapidez na execução.

12.19.4.7.2 A atividade de evacuação deverá atender às seguintes peculiaridades: pessoal – aumento do número de baixas; material – P Col Slv na ATE, o material é recolhido ao P Col Slv/Bda pelo Btl, separados em munição, material pesado e diversos ou deixado no E Sup Ev e coletado pela Cia Log Mnt.

12.19.4.8 Transporte

12.19.4.8.1 Caso o Btl necessite, receberá do Esc Sp os meios adicionais para completar sua motorização.

12.19.4.9 Localização dos Trens

12.19.4.9.1 A localização dos trens do Btl leva em conta os fatores manobra, terreno, situação logística e segurança.

12.19.4.9.2 A distância mínima de segurança para localização dos trens do batalhão é calculada conforme o disposto no Anexo E deste manual.

12.19.4.9.2 Para os trens de combate não existe uma distância máxima pois devem ficar o mais à frente possível, de preferência, dentro do limite de retaguarda do Btl.

12.19.4.10 Deslocamento dos Trens

12.19.4.10.1 O S-4 planeja o deslocamento dos trens e seleciona locais inicial e subsequentes, itinerário de deslocamento e momento em que será feita a mudança das AT. Instalações podem ser fracionadas para cerrar durante o ataque. O movimento deverá ser oculto da observação inimiga.

12.19.4.10.2 Normalmente o deslocamento dos trens de combate estará condicionado à evolução tática da situação, seguindo de maneira geral a sequência da conquista dos objetivos e a progressão do batalhão, visando ao apoio logístico contínuo e cerrado.

12.19.4.10.3 Os trens de estacionamento apoiarão a manobra da posição inicial e deslocar-se-ão quando a situação exigir ou for favorável. A oportunidade para a mudança de posição, normalmente é após a conquista dos objetivos finais, ou tão logo ultrapasse a distância que possa comprometer o apoio logístico.

12.19.4.10.4 Particularidades do apoio logístico quando o batalhão é reforçado por blindados (CC ou C Mec) ou forma FT com suas peças de manobra:
a) a organização do B Log é modular e, portanto, pode reforçar outro B Log ou unidade da Bda ou até mesmo unidades de outra Bda, com elementos de manutenção, suprimento, transporte *etc.;*
b) os blindados, quando possível, fazem-se acompanhar por parte dos seus trens, ou equipe de manutenção e suprimento; e
c) o Esc Sp pode adotar um dos processos especiais de suprimento para atender às necessidades logísticas, particularmente as das Cl III e V (Mun).

12.19.5 OPERAÇÕES OFENSIVAS – APOIO LOGÍSTICO NO APROVEITAMENTO DO ÊXITO E PERSEGUIÇÃO

12.19.5.1 As ações desenvolvidas pelo apoio logístico no Apvt Exi e na perseguição desenvolvem-se à semelhança do estudo realizado para a M Cmb.

12.19.5.2 No Apvt Exi e na perseguição, os T Cmb deslocam-se com o batalhão e, normalmente, próximos ao fim da formação, onde se beneficiarão da segurança proporcionada pela localização entre os elementos avançados de combate e a retaguarda. Quando o Btl se engaja em combate, os T Cmb se deslocam para uma região que lhes proporcione cobertas, abrigos e certo grau de segurança diante da proximidade dos elementos de combate.

12.19.5.3 No Apvt Exi, as linhas de suprimento se tornam mais extensas. A superação dos problemas resultantes do fornecimento dos suprimentos a grandes distâncias exige um planejamento pormenorizado. O fornecimento de suprimento poderá tornar necessário um reforço adicional de viaturas de transporte do Esc Sp, bem como a utilização de meios aéreos. Poderá ser necessária uma proteção maior aos comboios de suprimento e trens.

12.19.5.4 Cada viatura deverá transportar um suprimento adicional de rações de combate, de acordo com as possibilidades.

12.19.5.5 O número de baixas de combate normalmente diminui, mas a distância para evacuação aumenta. Quando disponíveis, meios aéreos são utilizados para evacuação das baixas.

12.19.5.6 Durante o Apvt Exi, o Pel Mnt dirige seus esforços para executar pequenos reparos em maior número de viaturas. As viaturas que não puderem ser reparadas pelo Pel Mnt são rebocadas para a estrada principal de suprimento da Bda. Suas localizações e condições são informadas à Cia Log Mnt/B Log ou à Seç L Mnt em apoio à unidade.

12.19.6 OPERAÇÕES OFENSIVAS – APOIO LOGÍSTICO NO ATAQUE NOTURNO

12.19.6.1 As finalidades do ataque noturno dizem respeito a considerações táticas, muito pouco influenciando no planejamento do apoio logístico. A execução por parte dos componentes da CCAp se torna mais difícil pelas próprias características da operação, o que deve ser compensado com reconhecimentos diurnos.

12.19.6.2 O desdobramento dos trens do Btl, bem como o das instalações nas suas respectivas áreas (AT ou ATC e ATE), é semelhante ao realizado no ataque diurno.

12.19.7 OPERAÇÕES OFENSIVAS – APOIO LOGÍSTICO NO ATAQUE COM TRANSPOSIÇÃO DE CURSO DE ÁGUA

12.19.7.1 Generalidades

12.19.7.1.1 O planejamento para o apoio logístico a uma operação de ataque com transposição de curso de água é semelhante ao ataque normal. O principal fator a considerar é a existência do obstáculo que condiciona a execução do apoio.

12.19.7.1.2 Entre as características da transposição de curso de água que influem diretamente no planejamento do apoio logístico, destacam-se:
a) necessidade de grande quantidade de equipamento especializado;
b) C^2 dificultados; e
c) linhas de ação limitadas pelas condições de transposição.

12.19.7.1.3 O planejamento do S-4 deve dar ênfase ao apoio logístico durante a transposição, mesmo quando o escalão de assalto estiver separado das instalações de apoio, pelo rio obstáculo.

12.19.7.1.4 Os órgãos de apoio logístico devem estar o mais à frente possível para possibilitar o apoio ao batalhão sem necessidade de rearticulações.

12.19.7.1.5 O S-4 deve planejar o momento da travessia dos meios logísticos para assegurar o apoio contínuo ao Btl.

12.19.7.2 Planejamento

12.19.7.2.1 As operações de transposição de curso de água exigem considerações especiais sobre os suprimentos, sobre a evacuação de saúde e sobre o controle e utilização dos meios de transporte.

12.19.7.2.2 A unidade que executa a transposição, mediante ultrapassagem, deve utilizar-se, ao máximo, das instalações de apoio logístico da unidade ultrapassada.

12.19.7.2.3 A principal consideração na localização das instalações de apoio logístico é manter a sua capacidade em cumprir as missões.

12.19.7.2.4 Logo que a situação permita, os suprimentos são enviados para a segunda margem.

12.19.7.2.5 Inicialmente, os suprimentos são transportados através dos meios descontínuos, ou seja: botes, portadas, viaturas anfíbias e aeronaves. Assim que as pontes fiquem prontas, o apoio logístico, através da CCAp retoma o fluxo normal.

12.19.7.3 Desdobramento

12.19.7.3.1 Os trens do batalhão ao iniciar o ataque, já estarão constituídos em T Cmb e TE, se for o caso. A principal preocupação, nos momentos que antecedem ao ataque, é distribuir a máxima quantidade dos suprimentos ao batalhão, permitindo aos trens permanecer embarcados e em condições de transpor o rio.

12.19.7.4 Peculiaridades do Apoio Logístico

12.19.7.4.1 Suprimentos
a) Classe I – aos combatentes são distribuídas uma ou mais rações R/2 de reserva.
b) Classe III – todas as viaturas e respectivos camburões são abastecidos. O trem de combustível transpõe o rio com o último elemento do batalhão. Logo que a situação permita, é instalado um P Distr Cl III na cabeça de ponte.
c) Classe V (munição) – o Btl deve iniciar a operação com sua DO completa. Havendo previsão de preparação de fogos, o Btl deve solicitar munição para consumo imediato. Para assegurar uma quantidade suficiente de munição, todos os homens que não sejam do escalão de ataque levam consigo uma pesada carga de munição, sendo aliviados quando atingem a margem oposta. Um reforço de munição pode ser lançado pelo ar na margem inimiga. O Remn é feito a braço e tão logo a situação permita deve ser instalado um P Remn A na margem oposta.

12.19.7.4.2 Saúde
a) Na margem amiga, a evacuação se processa normalmente. Os homens feridos nos botes de assalto permanecem embarcados e são evacuados para a margem amiga. Os padioleiros acompanham suas companhias durante toda a operação. A Cia Log Sau da Bda reforça o Btl com padioleiros para a fase inicial da operação.

b) O posto de socorro transpõe o rio tão logo a situação permita, e por escalões. Turmas de padioleiros transpõem o rio à frente do PS, procuram os feridos na margem oposta, tratam de reuni-los e mantêm a ligação com as companhias do ataque.
c) A flexibilidade é de extrema importância no emprego do Pel S para permitir que, apesar das perdas em pessoal, possa ainda cumprir suas missões. O elemento avançado do PS faz transposição tão cedo quanto possível, sob comando de um médico e instala um PS. A eles vem juntar-se, mais tarde, o restante do PS que transpõe o rio com a reserva do batalhão.

12.19.7.5 Manutenção

12.19.7.5.1 A principal ênfase deve ser dada na fase de montagem da operação. A manutenção se processa normalmente após a transposição dos trens do Btl. Deve ser dada ênfase especial ao cumprimento dos planos de movimento e de controle e circulação de trânsito emitidos pelo Esc Sp.

12.19.8 OPERAÇÕES OFENSIVAS – APOIO LOGÍSTICO NO ASSALTO AEROMÓVEL

12.19.8.1 O apoio logístico ao assalto aeromóvel (Ass Amv) possui particularidades em relação às demais operações, tais como a extensão da linha de suprimento e o emprego de aeronaves como o principal meio de transporte além das linhas inimigas, necessitando haver maior flexibilidade para o planejamento, a fim de que ele seja eficiente.

12.19.8.2 Módulo logístico – nas situações em que o BI Amv realizar o assalto aeromóvel de forma independente, enquadrado ou não pela Bda Inf Amv, é normal que o batalhão seja reforçado por um módulo logístico, orgânico do batalhão logístico daquela GU. Esse módulo reforçará o batalhão tendo em vista, entre outras, as seguintes necessidades específicas:
a) obtenção de suprimento e preparação de cargas para a realização do suprimento aeromóvel e do transporte aeromóvel;
b) realização da evacuação aeromédica com pessoal e equipamento especializados; e
c) manutenção de materiais peculiares, particularmente armamento, motocicletas, meios de comunicações e optrônicos, que fazem parte da dotação do BI Amv e que não são normalmente encontrados em outras unidades.

12.19.8.3 Desdobramento Logístico

12.19.8.3.1 Durante a ocupação da zona de reunião, o apoio logístico ao BI Amv se processa da mesma forma que a qualquer outro batalhão de infantaria. Nessa fase, são completadas as dotações orgânicas e preparados os fardos e pacotes de suprimentos que serão deslocados para a área da operação, com escalão de

acompanhamento e apoio e durante as operações logísticas realizadas pelo escalão recuado.

12.19.8.3.2 No escalão de assalto, são conduzidos todos os meios de apoio logístico necessários para a conquista dos objetivos.

12.19.8.3.3 No escalão de acompanhamento e apoio, os meios de apoio logístico necessários ao imediato emprego na missão são conduzidos para a cabeça de ponte aeromóvel, a fim de manter o fluxo de apoio logístico e preservar a capacidade orgânica de 48 horas que a força de superfície deve possuir para durar na ação.

12.19.8.3.4 Enquanto não for interrompido o fluxo de apoio logístico, particularmente por ação do inimigo, o escalão recuado realizará o apoio logístico em proveito das forças que atuam na manutenção da cabeça de ponte aeromóvel. Essas forças receberão o suprimento necessário para completar o que foi consumido de modo que, ao ser cortado o fluxo de apoio, possua condições orgânicas de durar na ação por mais 48 horas.

12.19.8.4 Particularidades do Apoio Logístico

12.19.8.4.1 Quando não for possível dispor de viaturas no interior da cabeça de ponte aeromóvel, o processo de distribuição de suprimento diretamente na SU é o mais eficiente e adequado para se prestar o apoio à força de superfície desdobrada naquela região.

12.19.8.4.2 Zonas de desembarque deverão ser selecionadas de forma a facilitar a execução das atividades logísticas. Os suprimentos devem ser desembarcados o mais próximo possível dos seus lugares de utilização, e a evacuação deve ser realizada a partir do local mais próximo de onde ocorreu a situação que provocou o seu acionamento.

12.19.8.4.3 A evacuação será executada com apoio da força de helicópteros. Durante a conquista dos objetivos, as baixas ocorridas serão evacuadas nas vagas de retorno do escalão de acompanhamento e apoio. Durante a manutenção da cabeça de ponte aeromóvel, as baixas ocorridas serão evacuadas pelas aeronaves que executarem o apoio logístico a cargo do escalão recuado. Caso essas ações não sejam possíveis, as baixas serão evacuadas no final da missão, permanecendo nas instalações logísticas localizadas no interior da cabeça de ponte aeromóvel.

12.19.8.4.4 O recompletamento poderá ser executado enquanto existir o fluxo de apoio logístico entre a cabeça de ponte aeromóvel e o escalão recuado.

12.19.8.4.5 A obtenção, a armazenagem, a distribuição e o consumo de água potável são aspectos que merecem atenção especial no planejamento e na execução do apoio logístico para o assalto aeromóvel.

12.19.8.5 Apoio Logístico à Força de Helicópteros

12.19.8.5.1 O apoio logístico relativo aos itens e atividades comuns à força de superfície e à força de helicópteros poderá ser executado pelos elementos de apoio logístico da força de superfície.

12.19.8.5.2 O apoio logístico relativo aos itens e atividades específicos de aviação será executado pelos elementos de apoio logístico da Av Ex.

12.19.8.5.3 O MC *Operações Aeromóveis* trata, com detalhes, do apoio logístico à força de helicópteros.

12.19.9 OPERAÇÕES DEFENSIVAS – O Ap Log NA DEFESA DE ÁREA

12.19.9.1 O Ap Log sofrerá influência e deverá se adequar às características da operação: possibilidade de passar a uma ação ofensiva; manobra definida; frentes mais largas que nas Op Ofs; situação de relativa estabilidade; e aspectos dinâmicos da defesa.

12.19.9.2 Como consequência, o Ap Log normalmente atenderá às seguintes necessidades: máxima centralização dos meios; amplo desdobramento das instalações; maior segurança (dispersão); e flexibilidade para atender, rapidamente, a uma operação ofensiva.

12.19.9.3 Suprimentos

12.19.9.3.1 Classe I – consumo, sempre que possível de ração normal. Os núcleos de defesa poderão estocar a reserva orgânica de posse do Btl e água. O P Distr Cl I normalmente fica na ATC.

12.19.9.3.2 Classe II – consumo é normal, deve atender à necessidade da tropa (frio/chuva) devido à possibilidade de permanência por longo tempo na posição. O B Log poderá instalar um posto de lavanderia junto aos trens de estacionamento do Btl.

12.19.9.3.3 Classe III – o consumo será normalmente baixo, limitando-se, quase exclusivamente, às atividades de suprimento, patrulhas e cozinhas. O P Distr Cl III normalmente ficará na ATE.

12.19.9.3.4 Classe IV – o consumo de material para fortificações será elevado e normalmente recebido pelo processo de entrega na unidade ou até SU mediante um planejamento e pedido antecipado.

12.19.9.3.5 Classe V (M) – o consumo será elevado para a manutenção da posição defensiva, porém os núcleos de defesa poderão estocar alguma quantidade de munição.

12.19.9.4 Saúde

12.19.9.4.1 Normalmente, será facilitada devido à ocorrência de menos perdas.

12.19.9.5 Transportes

12.19.9.5.1 Será influenciado pelo alongamento das distâncias para o suprimento e evacuação e pelas prescrições emitidas pelo Esc Sp quanto à segurança (linha de escurecimento parcial (LEP), linha de escurecimento total (LET), restrições de movimento e outras).

12.19.9.6 As inspeções planejadas podem ser executadas sem prejuízo das atividades.

12.19.9.7 Pessoal

12.19.9.7.1 Deve-se zelar pela manutenção do moral da tropa executando-se sempre que possível as atividades de banho, lavanderia, suprimento reembolsável, serviço postal e vagas em centros de recreação, área de repouso e recuperação.

12.19.9.8 Desdobramento e Organização dos Trens

12.19.9.8.1 A CCAp, desdobrando seus meios, poderá formar os trens do Btl ou os trens de combate (T Cmb) e os trens de estacionamento (TE).

12.19.9.8.2 O desdobramento deve atender às necessidades de:
a) apoiar a defesa com maior densidade na região capital da defesa;
b) evitar congestionamento nas áreas avançadas;
c) reduzir a possibilidade de perda de elementos de apoio logístico como resultado de uma penetração inimiga; e
d) possibilitar segurança às instalações logísticas e manter o sigilo sobre sua localização.

12.19.9.8.3 As cozinhas podem se encontrar centralizadas na ATC ou descentralizadas nas áreas de trens das SU, conforme as condições do terreno, a distância entre os núcleos de defesa, a situação tática e a situação logística e o grau de organização do terreno. A existência de sapas e de caminhos desenfiados, que permitam levar a refeição quente aos homens que se encontram em posição, influencia a decisão sobre a localização das cozinhas. Sempre que possível, deve-se preferir a refeição quente (ração R1) pelos efeitos positivos que produzem sobre o moral da tropa. A oportunidade de centralizar ou

descentralizar as cozinhas será ditada pela situação tática, analisada em todos os seus aspectos pelo S-4, assessorado pelo oficial aprovisionador.

12.19.9.8.4 A organização dos trens do Btl na defesa de área obedece, em linhas gerais, à organização dos trens para o ataque, sofrendo as modificações impostas pelo terreno, situação tática, situação logística e segurança. A estabilidade da situação defensiva permite que as instalações logísticas sejam desdobradas completamente nas AT.

12.19.9.8.5 Organização da área de trens de combate (ATC):
a) área de manutenção de armamento e viaturas e de estacionamento de viaturas;
b) posto de remuniciamento avançado;
c) posto de coleta de mortos;
d) posto de socorro;
e) posto de distribuição de classe III; e
f) posto de distribuição de classe I e cozinhas.

12.19.9.8.6 O posto de distribuição de classe III (P Distr Cl III) poderá ser localizado na ATE, devido ao pequeno consumo de combustível nesse tipo de operação. Na ATC, junto aos elementos de manutenção de viaturas, poderão, na ausência do P Distr Cl III, ser mantidos alguns camburões de combustível, para recompletamento das viaturas que se dirigem à ATC.

12.19.9.8.7 Organização da ATE:
a) PC da CCAp e do Pel Sup;
b) posto de remuniciamento recuado;
c) local de atendimento de feridos e doentes;
d) posto de coleta de salvados;
e) área de manutenção de viaturas e armamento e estacionamento de viaturas, onde opera a Seç L Mnt/Pel L Mnt/Cia Log Mnt/ B Log; e
f) trens de bagagem.

12.19.9.9 Localização dos Trens

12.19.9.9.1 A localização dos trens leva em conta a manobra, o terreno, a situação logística e principalmente a segurança necessária à operação defensiva. Na defesa, os trens são localizados normalmente mais à retaguarda do que nas operações ofensivas. Isso evita o congestionamento nas áreas avançadas e reduz a probabilidade de perda de elementos de apoio logístico.

12.19.9.9.2 A distância mínima de segurança para a localização dos trens do Btl é calculada conforme o disposto no anexo E deste manual.

12.19.9.9.3 A essas distâncias, os trens conseguem, normalmente, furtarem-se dos fogos de morteiros médios e pesados inimigos, respectivamente.

12.19.9.9.4 Os T Cmb devem ser localizados preferencialmente dentro dos limites de retaguarda do batalhão, atrás do posto de comando e dos núcleos de aprofundamento, para não interferir na manobra.

12.19.9.9.5 Os TE localizam-se, normalmente, fora do limite de retaguarda do batalhão e em algumas ocasiões, devido à segurança e outras facilidades, na orla anterior da A Ap Log da Bda.

12.19.10 OPERAÇÕES DEFENSIVAS – APOIO LOGÍSTICO NA DEFESA MÓVEL

12.19.10.1 O planejamento logístico para a defesa móvel deverá prever métodos alternativos de suprimento e evacuação médica para assegurar um adequado apoio e evitar interferência com a manobra tática, bem como uma rápida manutenção e evacuação do equipamento. O Ap Log da F Seg, da força de fixação e da reserva deve adaptar-se tanto para operações defensivas como para ofensivas. São usados meios aéreos de suprimento e evacuação para completar os meios terrestres normais. São planejadas localizações alternativas, de onde os T Cmb possam apoiar a unidade, tanto em manobras ofensivas como defensivas.

12.19.10.2 Apoio logístico para a F Seg – o Ap Log para a F Seg é semelhante ao prestado a uma tropa numa ação retardadora. Os trens da unidade poderão ser aumentados de modo que possam transportar suprimentos adicionais, para a hipótese de a unidade ficar isolada pela ação do inimigo. Devem ser preparados planos para suprimento por meio de aeronaves. As baixas são normalmente evacuadas rapidamente.

12.19.10.3 Apoio logístico para a força de fixação – deverão ser elaborados planos pormenorizados para o Ap Log a cada posição defensiva, incluindo múltiplos eixos e meios alternativos de suprimento e evacuação. O Ap Log para os elementos da força de fixação é, essencialmente, o mesmo utilizado para uma defesa de área. Os T Cmb são reduzidos a elementos de manutenção e saúde. Viaturas com suprimentos classes III e V são colocadas nos TE, fora do alcance da artilharia leve inimiga.

12.19.10.4 Apoio logístico para a reserva – as viaturas socorro e Amb acompanham os elementos de manutenção durante as fases iniciais do contra-ataque. Estabilizada a situação, outros elementos dos T Cmb poder-se-ão deslocar para frente. Considerando que o contra-ataque é feito em alta velocidade, mas a uma distância relativamente pequena, a ação é frequentemente completada antes que o grosso dos trens da força de choque se desloque. O S-4 deverá ter planos minuciosos formulados e viaturas de suprimento em número suficiente para o ressuprimento das SU.

12.19.11 OPERAÇÕES DEFENSIVAS – APOIO LOGÍSTICO NA DEFESA CIRCULAR

12.19.11.1 As características da defesa circular, particularmente o espaço restrito para desdobramento dos meios logísticos, impõem a concentração e a centralização dos meios.

12.19.11.2 Os trens podem ficar reunidos em uma só AT sem prejuízo de uma mínima dispersão, necessária à segurança das instalações.

12.19.11.3 Na defesa circular, o suprimento é normalmente executado pelo ar. A seleção ou construção de locais de aterragem e de uma zona de lançamento é uma necessidade prioritária na preparação da posição. A proteção dos locais de aterragem e da ZL deve merecer atenção especial.

12.19.11.4 Tendo em vista que o suprimento aéreo é sensível às condições meteorológicas adversas e, frequentemente, é restringido pela ação do inimigo, o batalhão adota rigorosa disciplina de suprimento, objetivando à máxima economia, à estocagem de quantidades adequadas nos núcleos e nos abrigos de suprimento que devem ser construídos ou adaptados.

12.19.11.5 Sempre que possível deve ser utilizado o apoio de fogo das armas localizadas fora do perímetro, poupando a munição das armas de seu interior.

12.19.11.6 Os planos de suprimento devem considerar o emprego de cargas em fardos (cargas tipo), preparados com antecedência para maior rapidez de entrega. A elaboração das cargas deve obedecer ao critério de redução de volume e peso para facilitar a imediata distribuição e o transporte a braço para os abrigos ou núcleos de defesa.

12.19.12 OPERAÇÕES DEFENSIVAS – APOIO LOGÍSTICO NOS MOVIMENTOS DE RETRÓGRADO

12.19.12.1 Generalidades

12.19.12.1.1 O movimento retrógrado (Mov Rtg) é o tipo de operação defensiva onde uma tropa desloca-se para a retaguarda ou para longe do inimigo. Pode apresentar-se através das seguintes formas de manobra: retraimento, retirada e ação retardadora.

12.19.12.1.2 O planejamento de apoio logístico para um movimento retrógrado deve dispor sobre:
a) destino a ser dado aos suprimentos e equipamentos em excesso;
b) evacuação das viaturas danificadas e em pane;
c) execução do suprimento durante toda a operação;
d) evacuação das baixas; e

e) destruição dos suprimentos e equipamentos, exceto os de saúde (classe VIII), caso seja necessário; controle de trânsito; e controle de civis.

12.19.12.1.3 Deve ser feito todo o esforço para impedir que os suprimentos de qualquer espécie caiam em mãos do inimigo.

12.19.12.1.4 O principal aspecto a ressaltar na logística de pessoal é a manutenção do moral da tropa, devido à atitude, quase sempre imposta pela superioridade do inimigo.

12.19.12.1.5 O controle de civis está afeto à 3ª Seç, mas acarreta sérias implicações ao Ap Log. Uma operação retrógrada raramente pode ser realizada sem que a população civil seja envolvida na ação, assim o controle e a evacuação de civis devem ser considerados em todos os planos para um movimento retrógrado, a fim de evitar desordem e o congestionamento do trânsito.

12.19.12.1.6 O S-4 elabora o plano de destruição, auxiliado pelo Cmt da CCAp e pelo Cmt Pel Mnt Trnp. O plano de destruição contém instruções referentes ao que destruir e quando destruir os suprimentos, para que o inimigo não possa aproveitá-los. O Btl tem instrução e sabe como destruir cada tipo de suprimento. Em princípio, tudo que não for possível evacuar será destruído. No plano, deve ficar bem claro quem está autorizado a realizar a destruição e a partir de que momento deverá executá-la.

12.19.12.2 As operações retrógradas são caracterizadas pelo alto consumo de combustíveis e lubrificantes. A natureza da operação poderá exigir um consumo igualmente alto de munição. Os suprimentos de todas as classes são previamente colocados em posições determinadas de modo a assegurar um apoio contínuo aos elementos de combate, uma vez que o E Sup Ev é vulnerável a ataques do inimigo. O movimento das viaturas de suprimento é, normalmente, sob fogo do inimigo. Deve ser sempre considerada a possibilidade do Ap Log ser realizado por meio aéreo.

12.19.12.3 Desdobramento dos trens – os T Cmb devem ser compostos somente pelas instalações indispensáveis, sendo estas embarcadas. Os TE ficam com as demais instalações, procurando apoiar a operação de uma posição mais à retaguarda, para evitar constantes mudanças de posição e não interferir nas operações táticas.

12.19.12.4 Apoio Logístico na Ação Retardadora

12.19.12.4.1 Na ação retardadora, o controle e a segurança dos elementos do Ap Log são de vital importância. O planejamento da operação deverá prever um adequado Ap Log durante o deslocamento para cada posição de retardamento

e na sua ocupação. A composição dos T Cmb deverá ser reduzida somente às instalações necessárias.

12.19.12.4.2 O suprimento dos elementos de combate é executado imediatamente após sua chegada às novas posições de retardamento. Tão logo julgar conveniente, o S-4, ou seu representante, providenciam o movimento dos T Cmb para a retaguarda imediata da próxima posição de retardamento, de onde apoiarão eficientemente a operação.

12.19.12.4.3 Suprimento – é usada a estocagem de suprimento ao longo do itinerário pelo Esc Sp, evitando-se, porém, estocar em excesso:
a) classe I – as cozinhas devem estar centralizadas para proporcionar maior rapidez de movimento. O homem carrega, além de sua reserva individual, uma ração operacional (Res Org da Bda, de posse do Btl); se a situação permitir, deverá ser fornecida uma refeição normal ao combatente, quando da ocupação das posições subsequentes;
b) classe III – o consumo de combustível será elevado e as oportunidades para reabastecimento serão restritas, dessa forma, podem ser deixados tonéis com combustível ao longo do itinerário; e
c) classe V (M) – o consumo será elevado, poderá ser recebida munição especificamente destinada para a manutenção de determinada posição de retardamento (Mun para Cns Imdt), a fim de que o batalhão aborde uma posição mais à retaguarda com sua dotação completa. Poderão ser estabelecidos P Remn ao longo dos eixos ou na posição de retardamento.

12.19.12.4.4 Evacuação
a) A evacuação dos baixados segue o processo normal. O PS/Btl opera na área dos T Cmb podendo lançar PRI ao longo do itinerário e à retaguarda das posições de retardamento. Deve ser considerada a possibilidade de evacuação aeromédica. Para o início das operações, é interessante que as baixas existentes já tenham sido previamente evacuadas, devendo ser efetuadas por meio de Ev Aem as que porventura venham a ocorrer.
b) A evacuação de material seguirá o processo normal. O material que não puder ser evacuado, mesmo utilizando-se de quaisquer meios, deverão ser destruídos no local.

12.19.12.4.5 Transporte – as necessidades relativas ao transporte são avolumadas. Devem ser cumpridos os planos de circulação e controle de trânsito. Devem ser previstos itinerários alternativos caso ocorra, principalmente, interdição de itinerários por parte do inimigo, modificação da influência das condições meteorológicas, congestionamento dos itinerários principais.

12.19.12.4.6 Manutenção – deve ser realizada o mais à frente possível e é condicionada pelo fator tempo, devendo ser evacuado todo material que não puder ser manutenido no local. A Seç L Mnt, em apoio direto ao Btl, deve localizar-se na ATC ou onde estiverem a maioria das viaturas da unidade.

12.19.12.4.7 Pessoal – reveste-se de importância a manutenção do moral da tropa, imposta por uma superioridade do inimigo que avança sobre nossas posições. Torna-se, pois, importante a observação dos seguintes aspectos: liderança, disciplina rígida, pronta evacuação de baixas, controle de pessoal eficiente, planejamento prévio da operação, tropa informada das finalidades da operação e a presença dos Cmt de qualquer escalão junto à tropa.

12.19.12.4.8 Desdobramento e composição dos trens – o desdobramento dos trens é semelhante à defesa de área com a Seç L Mnt na ATC e o Pel Mnt Trnp na ATE. A maioria das instalações deve estar sobre rodas, desembarcando-se o mínimo indispensável, e as cozinhas estarão centralizadas. Deve-se evitar constantes mudanças, para isso, procura-se uma posição mais à retaguarda, que apoie mais de uma posição de retardamento. Deve ser utilizada a EVAM para os feridos. O P Distr I e o P Distr Cl III devem estar na ATC, devido ao grande consumo:
a) área de trens de combate (ATC) – PS, P Remn A, P Col Mor, P Distr Cl I e Coz, P Distr Cl III, Elm Mnt (Seç L Mnt); e
b) área de trens de estacionamento (ATE) – P Remn R, P Col Slv, Elm Mnt (Pel Mnt Trnp).

12.19.12.5 Apoio Logístico no Retraimento

12.19.12.5.1 O Ap Log no retraimento deve ser previsto para o grosso e para a F Seg em contato com inimigo. O Ap Log para o grosso é semelhante ao prestado para uma unidade realizando uma marcha para o combate. Para a F Seg ou destacamento de contato, é semelhante ao executado para a força numa ação retardadora, sendo destacado, para isso, um número mínimo de elementos de serviços. Os trens da unidade poderão ser reforçados de modo que possam transportar suprimentos adicionais para a hipótese de a unidade ficar isolada pela ação do inimigo.

12.19.12.5.2 A manutenção fica restrita a pequenos reparos sendo limitada pelo fator tempo. Sempre que possível o material deverá ser evacuado. Normalmente serão estabelecidos P Col Slv sucessivos, em profundidade, ao longo do E Sup Ev. Quando a captura do material aguardando reparação, nos P Col Slv, é iminente, este deverá ser destruído.

12.19.12.5.3 Deverá ser prevista a evacuação ou destruição dos excessos de suprimento e equipamento, exceto material médico, de modo a não comprometer o retraimento. Os equipamentos e suprimento de saúde não devem ser intencionalmente destruídos.

12.19.12.5.4 No retraimento, a existência ou não de pressão do inimigo, irá condicionar as atividades logísticas a serem realizadas. De maneira geral:
a) retraimento sem pressão – as instalações logísticas e as viaturas desnecessárias são as primeiras a se deslocar, o deslocamento, normalmente,

será por infiltração, durante o dia, desde que não comprometa o sigilo. Deverá ser prevista a transferência de suprimento para o destacamento de contato, permanecendo com este um PS reduzido, já que a EVAM pode ser limitada; e
b) retraimento sob pressão – as instalações logísticas e as viaturas desnecessárias são as primeiras a se deslocar, é evitado estocar suprimento em excesso. Os elementos de 1º escalão podem transferir suprimento para a F Seg ao serem acolhidos por esta. As baixas existentes devem ser evacuadas antes do início da operação, e as da F Seg deverão ser evacuadas por via aérea.

12.19.12.6 Apoio logístico na retirada – o Ap Log processa-se de forma semelhante à marcha para o combate nas fases de coluna tática e coluna de marcha.

12.19.13 OPERAÇÕES DEFENSIVAS – APOIO LOGÍSTICO NA SUBSTITUIÇÃO NA DEFESA

12.19.13.1 Generalidades

12.19.13.1.1 Uma substituição pode ser realizada tanto para continuar a defesa como para continuar o ataque. Em ambos os casos, haverá uma continuação da missão. Assim, na substituição em posição, o Ap Log é orientado para as ações táticas após a substituição.

12.19.13.1.2 A ordem de substituição na defesa, normalmente, prescreve horários e duração da operação, podendo incluir a sequência a ser adotada.

12.19.13.2 Peculiaridades do Ap Log

12.19.13.2.1 Entre outros aspectos de planejamento de uma substituição em posição, que deve ser coordenada, destacam-se quanto ao AP Log:
a) transferência de suprimento;
b) uso das instalações;
c) controle de refugiados;
d) desdobramento dos trens (T Cmb e TE);
e) uso dos meios de transporte;
f) evacuação; e
g) controle de trânsito.

12.19.13.2.2 O tempo disponível e outros fatores podem exigir que certas armas e equipamentos sejam trocados. Normalmente, são permutados pelas unidades os reparos de armas coletivas que necessitam ancoragem e as armas que não puderem ser facilmente transportadas. A unidade substituída deixa todo ou parte do suprimento de difícil transporte na posição.

12.19.13.2.3 O apoio prestado pelo Btl a ser substituído visa a, principalmente, permitir a continuidade do apoio logístico, sem acarretar profundas modificações no desdobramento e organização dos trens do Btl substituto.

12.20 APOIO LOGÍSTICO NAS OPERAÇÕES ESPECIAIS

12.20.1 CONTRAGUERRILHA RURAL – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

12.20.1.1 Entre os pontos de maior vulnerabilidade da força de guerrilha, destacam-se:
a) o suprimento de saúde e alimentos; e
b) o suprimento de armas e munição.

12.20.1.2 A força de guerrilha busca fazer das forças legais a sua melhor fonte de suprimentos. Em consequência, em todos os escalões, deve-se evitar:
a) manter estocados níveis muito elevados de suprimentos;
b) deslocar, sem proteção, comboios de suprimentos;
c) atribuir aos elementos da força de contraguerrilha meios em quantidade tal que lhes prejudique a mobilidade tática;
d) realizar entregas de suprimentos com regularidade fácil de ser verificada ou deduzida pelo inimigo; e
e) deslocar os meios de Ap Log sempre pelo mesmo itinerário.

12.20.1.3 As normas de Ap Log podem ser modificadas em virtude:
a) das longas distâncias entre unidades, SU e frações;
b) da diversidade e simultaneidade de missões;
c) da falta de segurança das instalações de suprimento e das vias de transporte; e
d) da possibilidade de prestar apoio à população, conforme determinação do Esc Sp.

12.20.1.4 As normas de suprimento, adaptadas de acordo com a natureza, características da área e tipo de operação a realizar, visam ao estabelecimento de níveis de segurança a serem mantidos no batalhão e companhia e de procedimentos para garantir o fluxo com segurança.

12.20.1.5 Os níveis de segurança permitem que uma interrupção no fluxo não ocasione sérios problemas às forças legais. O correto equacionamento das necessidades evitará que níveis elevados de suprimentos acarretem prejuízos à mobilidade das bases ou as tornem alvos compensadores para um ataque de vulto, por parte dos guerrilheiros.

12.20.1.6 Ênfase especial é dada à máxima utilização do suprimento aéreo dentro das disponibilidades e possibilidades das aeronaves. Para facilitar o

transporte de suprimentos enviados pelo ar, suas embalagens não devem exceder a capacidade de transporte de um homem.

12.20.1.7 As normas para o pedido de suprimento podem ser simplificadas pela utilização de mensagens preestabelecidas, segundo as IE Com.

12.20.1.8 A utilização de recursos locais pode aliviar o apoio a ser prestado às tropas. No entanto, deverá ser mínima a dependência da economia local para a previsão de suprimentos, a menos que a utilização desses recursos tenha por finalidade auxiliar ou promover o desenvolvimento econômico da área.

12.20.1.9 Muitas vezes, pode ser dada autorização para a aquisição de suprimentos classe I e outros, com pagamento em moeda corrente. O pagamento de material fornecido ou de serviços prestados pela população civil é feito com recibo e em nome da força de contraguerrilha.

12.20.1.10 Instrução especial, rigorosa fiscalização e ação de todos os comandos deverão enfatizar a importância da conservação, manutenção e segurança dos suprimentos para evitar o aproveitamento pela força de guerrilha.

12.20.2 CONTRAGUERRILHA RURAL – DESDOBRAMENTO DOS TRENS

12.20.2.1 Na contraguerrilha o Btl não desdobra seus trens em T Cmb e TE; normalmente os mantém junto às suas bases de combate. A A Ap Log/Bda também se localiza, em princípio, junto à base de combate da Bda. Tais medidas visam à segurança das instalações logísticas, que se constituem em alvos altamente compensadores para o inimigo.

12.20.3 CONTRAGUERRILHA RURAL – PECULIARIDADES DO APOIO LOGÍSTICO

12.20.3.1 Suprimento

12.20.3.1.1 As necessidades de suprimento podem ser maiores que as da guerra convencional em face das necessidades do apoio à população civil, insegurança das vias de transporte e ampla dispersão das forças e órgãos empregados. Deve ser preferida a distribuição na unidade. Todas as classes de suprimento devem ser levadas até o menor escalão possível. Por exemplo, a distribuição de suprimento para uma companhia não será feita somente aos elementos que se encontram na base, como também, diretamente aos seus pelotões em base de patrulha, quando possível.

a) Classe I

- As cozinhas funcionam normalmente descentralizadas com as SU em suas bases de combate. Assim, não serão necessárias várias viagens por dia transportando refeições prontas da base de combate de Btl para as SU. Os gêneros serão transportados em viagens periódicas, em dias

predeterminados. O suprimento aéreo tem larga utilização. Ao invés de diário, o pedido deve ser periódico, a fim de evitar a constância do fluxo, facilitar a organização do comboio, do suprimento aéreo e proporcionar maior segurança. O fornecimento diário poderá se limitar a alguns gêneros perecíveis.

- Conforme as características da área e a situação tática, a Bda poderá fornecer mais de uma ração R2 para o Btl, e este distribuir aos seus elementos. Salvo em área ou bases que ofereçam absoluta segurança, é desaconselhável a utilização de fogões de campanha e outros equipamentos de cozinha que reduzem a mobilidade das tropas. Haverá uso preponderante de rações de combate R2 por elementos que operam postos de segurança ou realizam patrulhamento. Nem sempre as unidades poderão se suprir nos P Sup de água e terão de recorrer à utilização de fontes locais, possivelmente contaminadas, nesse caso, a água deverá ser tratada pela unidade ou pelo próprio combatente.

b) Classe III

- Deve-se aproveitar todas as oportunidades para abastecimento das viaturas. Nesse tipo de operação, haverá largo emprego de camburões e tonéis de 200 litros.
- O transporte de camburões, em viaturas, deve ser protegido com a utilização de sacos de areia para minimizar o efeito de explosões em caso de emboscadas.

c) Classe V (munição) – todos os escalões devem se esforçar para o rápido recompletamento da DO. As SU são dotadas de uma quantidade de munição que lhes permite operar, sem necessidade de remuniciamento, por períodos relativamente longos. Se a atividade inimiga o permitir, o remuniciamento pode ser realizado pelas viaturas orgânicas do Btl, que assim transportam a munição até a SU. Caso este processo não possa ser realizado, o suprimento deverá ser aéreo, pelo menos no que diz respeito à munição cujo peso e sensibilidade o permitam.

12.20.3.2 Saúde

12.20.3.2.1 Nas operações de contraguerrilha, as grandes distâncias entre as instalações e a natureza semi-independente das operações dificultam o apoio de saúde e exigem, normalmente, o reforço desses elementos até as pequenas frações.

12.20.3.2.2 Em alguns casos, há necessidade de se estabelecer limite de capacidade de retenção e tratamento no PS do Btl.

12.20.3.2.3 Em face do problema das distâncias, uma grande ênfase deve ser dada à evacuação aeromédica que deverá ser feita diretamente da base de combate, onde se verificou a baixa, para o P Trg instalado na base de combate da Bda ou mesmo, conforme a situação, para a instalação de saúde do Esc Sp.

12.20.3.2.4 Além da instrução mais aprimorada de primeiros socorros, que deve ser ministrada a todos, convém designar em cada pelotão um cabo, um soldado ou mesmo um sargento-enfermeiro para prestar assistência imediata. Em cada grupo de combate, um soldado, sem renunciar a sua situação de combatente, deve possuir treinamento especial para atendimento mais esmerado aos feridos de seu GC. Assim, os seguintes procedimentos podem ser observados para facilitar o apoio de saúde nas operações contraguerrilha:
a) estabelecimento de pequenos PS, com possibilidade de retenção e tratamento nos postos de segurança, bases de combate e mesmo nos escalões mais baixos do que o normal;
b) largo emprego do transporte aéreo para deslocar os elementos de saúde onde se fizer necessário, diante do aumento inesperado de pacientes;
c) máximo emprego da evacuação aeromédica a horário e a pedido;
d) fornecimento de pequenas equipes de saúde para apoiar patrulhas;
e) instrução e emprego de praças de saúde para operar pequenas instalações de socorro com um mínimo de supervisão;
f) severa imposição de alto padrão de higiene;
g) rígida execução da instrução de primeiros socorros;
h) maior confiança no autossocorro e no socorro prestado pelo companheiro;
i) utilização de recursos locais, quando disponíveis e aceitáveis; e
j) prestação do apoio de saúde aos doentes e feridos civis da área, quando as condições operacionais o permitirem.

12.20.3.3 Manutenção

12.20.3.3.1 As manutenções são perfeitamente aplicáveis às normas de manutenção das operações regulares. Dá-se ênfase aos seguintes aspectos:
a) manutenção orgânica, particularmente a de 1º escalão;
b) emprego frequente de equipes especializadas, destacadas de encontro ao material, inclusive utilizando o meio aéreo disponível; e
c) reserva de suprimento classe IX, de maior índice de mortalidade, deve ser mantida em cada base de combate, até o escalão companhia.

12.20.3.4 Transporte

12.20.3.4.1 Quanto ao transporte, deve-se considerar duas condicionantes:
a) grandes distâncias a vencer; e
b) falta de segurança das vias de transporte, agravada com a precariedade da rede disponível nas prováveis áreas de operações.

12.20.3.4.2 Em face dessas condicionantes, devem ser estudadas as seguintes providências:
a) adequar os meios das unidades às missões, ao terreno e ao inimigo a enfrentar;
b) requisitar meios, recrutar carregadores e explorar as vias fluviais;
c) intensificar a instrução de combate dos motoristas;

d) guarnecer as viaturas com homens armados;
e) intensificar os reconhecimentos ou patrulhamentos dos itinerários; e
f) evitar o transporte noturno.

12.20.3.4.3 Na área vermelha, as viaturas deverão deslocar-se em comboios escoltados. Na área amarela, deverá haver em cada viatura pelo menos um guarda armado. Na área verde, as viaturas poderão deslocar-se com medidas de segurança normais.

12.20.3.4.4 O apoio proporcionado pelas aeronaves nas operações abrange, principalmente, o transporte aéreo de pessoal, suprimento e evacuação.

12.20.3.4.5 A deficiência das redes de estradas implica maior dependência do movimento aéreo; além dessa deficiência, as atividades das forças de guerrilha podem dar ênfase ao transporte de suprimento pelo ar.

12.20.3.4.6 As aeronaves fornecem um eficaz meio de transporte devido à:
a) sua velocidade;
b) relativa segurança contra o ataque terrestre; e
c) possibilidade de ultrapassar terrenos de difícil acesso, apesar das necessidades de campos e locais de aterragem e das limitações às condições atmosféricas adversas.

12.20.3.4.7 As condições meteorológicas, o terreno, a transitabilidade, a localização geográfica e a segurança podem impedir a utilização dos meios de transporte normais. Em tais circunstâncias, é aconselhável o emprego de animais de carga que estão capacitados a percorrer terrenos difíceis e acompanhar a coluna a pé, aliviando o pessoal da carga pesada.

12.20.3.4.8 Os animais a utilizar devem ser robustos, bem adestrados, equipados e se possível aclimatados ou do próprio local. Seus condutores devem saber como cuidar deles, dirigi-los e alimentá-los, bem como estar cientes de suas possibilidades e limitações.

12.20.3.5 Pessoal

12.20.3.5.1 Moral
a) É o aspecto fundamental e que deve demandar maior cuidado na preparação da tropa que irá enfrentar a guerrilha.
b) Trata-se de desenvolver a confiança dos homens em seus Cmt, em si próprios, na causa que defendem e o fortalecimento das convicções cívicas e religiosas.
c) Os programas de orientação, educação e recreação devem ser conduzidos em bases permanentes a fim de anular as pressões morais e psicológicas encontradas.

d) A prática de desportos em base de combate bem instalada e elevado padrão de higiene e disciplina contribuem para a manutenção do moral da tropa.

12.20.3.5.2 Pessoal Capturado – aos guerrilheiros não é atribuída e nem reconhecida a situação de prisioneiro de guerra, porque, se assim ocorrer, a força de guerrilha pode ser reconhecida como um governo de fato, alterando substancialmente sua situação legal. O guerrilheiro deve ser considerado como violador da lei ou como criminoso comum e classificado como pessoal capturado.

12.20.3.5.3 Sepultamento – é estabelecido um P Col Mor na base de combate do Btl para o recebimento, identificação e evacuação dos mortos. No caso de guerrilheiros mortos, devem ser tomados cuidados especiais a fim de evitar exploração pela imprensa.

12.20.4 Para o Ap Log às demais operações especiais, deverão ser consultados manuais específicos a essas operações.

12.21 TRABALHO DE COMANDO

12.21.1 GENERALIDADES

12.21.1.1 O S-1, o S-4 e seus adjuntos participam do trabalho de comando do Btl, particularmente, nas seguintes atividades:
a) realização de exames de situação;
b) elaboração de planos logísticos;
c) preparação e distribuição de ordens logísticas;
d) supervisão da execução das ordens logísticas; e
e) preparação de registros e relatórios.

12.21.1.2 O funcionamento dos meios logísticos, em apoio à operação da unidade, deve ser planejado desde o mais cedo possível. Logo que o Cmt tome a sua decisão, os oficiais do EM completam o planejamento e, daí por diante, mantêm-no sempre atualizado, sendo bastante pormenorizado e elaborado segundo os itens que se seguem:
a) decisão do Cmt da unidade;
b) situação tática;
c) situação logística; e
d) terreno sobre o qual a operação está conduzida.

12.21.1.3 A existência de NGA do Btl facilita o planejamento e a execução de todos os planos em todos os níveis. As NGA são um conjunto de instruções que o Cmt Btl estabelece como rotina, para regular as atividades táticas e logísticas que não variam sensivelmente de uma situação para outra. A finalidade básica da NGA é aliviar as ordens, das quais passam a constituir parte integrante. Geralmente, todos os oficiais do EM e especial participam da elaboração das NGA.

12.21.2 EXAME DE SITUAÇÃO

12.21.2.1 Para qualquer operação, os exames de situação de logística de pessoal e logística de material realizam-se continuamente, desde o recebimento da missão até o seu término. Os mementos são seguidos, em linhas gerais, pelos oficiais do EM. Entretanto, só, excepcionalmente, fazem-se estudos por escrito, geralmente o trabalho é todo mental. As condições das operações modernas exigem exames de situação imediatos, acurados e contínuos, feitos por meio de breves anotações e expostos oralmente com precisão. Quando escrito, devem ser breves. Os parágrafos e subparágrafos não aplicáveis ou cujo conteúdo já sejam de conhecimento do Cmt e dos oficiais do EM são omitidos. Os dados necessários para os exames são escolhidos de muitas fontes, destacando-se as ordens e informações dos Esc Sp, os entendimentos com os demais elementos de EM, as anotações contidas nos cadernos de trabalho, a experiência da unidade e as informações do Cmt da CCAp de suas frações.

12.21.3 EXAME DE SITUAÇÃO DE LOGÍSTICA DE PESSOAL

12.21.3.1 Considerações Preliminares

12.21.3.1.1 O S-1 participa do exame de situação do Cmt apresentando as considerações de pessoal que afetam as possíveis linhas de ação táticas, abordando principalmente a atual situação de pessoal.

12.21.3.1.2 O exame de situação de pessoal tem como base:
a) interpretação da missão procedida pelo Cmt Btl e sua DIPLAN;
b) as linhas de ação levantadas para o cumprimento da missão;
c) as informações contidas na ordem da Bda;
d) as ordens e informações colhidas com o E-1 da Bda;
e) os entendimentos com os elementos do EM do Btl;
f) as NGA do Btl e do Esc Sp; e
g) as anotações contidas nos cadernos de trabalho da 1ª Seç.

12.21.3.1.3 Levantadas as linhas de ação para o cumprimento da missão da unidade, o S-1 resume o seu exame de situação composto basicamente da análise, comparação e conclusões. Para maiores detalhes sobre confecção e memento do exame de situação de pessoal, deve-se consultar o MC *Estado-Maior e Ordens*.

12.21.4 EXAME DE SITUAÇÃO DE LOGÍSTICA DE MATERIAL

12.21.4.1 Considerações Preliminares

12.21.4.1.1 O S-4 participa do exame de situação do Cmt apresentando as considerações da logística de material que afetam as possíveis linhas de ação táticas, abordando principalmente a nossa situação de material.

12.21.4.1.2 O exame de situação de material tem como base:
a) a interpretação da missão procedida pelo Cmt Btl e sua DIPLAN;
b) as linhas de ação levantadas para o cumprimento da missão;
c) as informações contidas na ordem da Bda;
d) as ordens e informações colhidas com o E-4 da Bda;
e) os entendimentos com os elementos do EM do Btl;
f) as NGA do Btl e do Esc Sp; e
g) as anotações contidas nos cadernos de trabalho da 4ª Seç.

12.21.4.1.3 Levantadas as linhas de ação para o cumprimento da missão da unidade, o S-4 resume o seu exame de situação composto basicamente da análise, comparação e conclusões. Para maiores detalhes sobre confecção e memento do exame de situação de logística de material, deve-se consultar o MC *Estado-Maior e Ordens*.

12.21.5 PLANOS

12.21.5.1 Para facilitar a utilização dos auxiliares, o planejamento logístico do batalhão pode compreender os seguintes planos distintos:
a) plano de suprimento, preparado pelo S-4, assessorado pelo Cmt da Cia C Ap;
b) plano de saúde, preparado pelo oficial de saúde, sob supervisão do S-4;
c) plano de transporte, preparado pelo Cmt do Pel Mnt Trnp, sob supervisão do S-4;
d) plano de serviços, referente aos trens da unidade, preparado pelo S-4, assessorado pelo Cmt da CCAp;
e) plano de logística de pessoal, preparado pelo S-1 com a assistência de seus auxiliares;
f) plano de assuntos diversos, preparado pelo Cmt da CCAp, sob supervisão do S-4; e
g) plano de alimentação, confeccionado pelo S-4 com a assistência do oficial aprovisionador.

12.21.5.2 As informações constantes desses planos, parágrafos e subparágrafos são as mesmas de seus equivalentes em um plano de Ap Log, porém o grande número de informações disponíveis pode viabilizar a constituição de planos distintos.

12.21.5.3 A integração dos planos acima constitui o plano de Ap Log da unidade.

12.21.5.4 Em combate, muitas vezes, torna-se necessária a destruição de suprimentos e materiais, a fim de que não caiam em mãos inimigas. Para isso, o S-4 poderá confeccionar o plano de destruições, que deverá conter o que deve ser destruído, o quando destruir e a quem cabe a responsabilidade pela destruição.

12.21.5.5 Para maiores detalhes sobre a confecção do plano de apoio logístico seu memento e exemplo, deve-se consultar o MC *Estado-Maior e Ordens*.

12.21.6 ORDENS

12.21.6.1 O planejamento logístico, uma vez aprovado, é levado ao conhecimento da tropa mediante:
a) ordem logística;
b) quarto parágrafo da ordem de operações;
c) ordens fragmentárias logísticas; e
d) NGA.

12.21.6.2 Para maiores detalhes sobre a confecção das ordens acima, seus mementos e exemplos, devem ser consultados o MC *Estado-Maior e Ordens* e o anexo "B" deste manual.

12.21.7 REGISTROS

12.21.7.1 Os registros são indispensáveis ao S-1 e ao S-4, para a elaboração dos relatórios determinados pelo Esc Sp, para a consolidação da experiência de combate da unidade, para a reunião de dados necessários aos exames de situação e ao planejamento de forma geral.

12.21.7.2 No Btl, procura-se reduzir ao mínimo os registros, sem, contudo, omitir os realmente necessários. Entre estes, destacam-se os cadernos de trabalho e o diário da unidade.

12.21.7.3 Para maiores detalhes sobre a confecção dos registros acima, seus mementos e exemplos, deve-se consultar o MC *Estado-Maior e Ordens*.

12.21.8 RELATÓRIOS

12.21.8.1 O Btl envia ao Esc Sp o relatório de comando, além de outros que forem solicitados. Os relatórios de comando não têm modelo preestabelecido, ordinariamente, são apresentados sob forma de ofício, com duas partes distintas: uma descritiva das atividades mais importantes da unidade e a outra conclusiva, na qual são apresentadas, além das conclusões, as sugestões e propostas do comando.

12.21.8.2 Geralmente, o relatório do comando é enviado no fim de cada mês de atividade. É preparado pelos oficiais do EM, notadamente o S-1 e o S-4 com seus respectivos adjuntos.

12.21.8.3 O S-1 elabora, entre outros os relatórios periódicos de pessoal, o de disciplina e o de perdas.

12.21.8.4 As mensagens diárias de efetivos das SU e o sumário diário de pessoal do Btl, que se processam diariamente, fazem parte da rotina do Btl em qualquer situação.

12.21.8.5 Para maiores detalhes sobre a confecção dos relatórios acima, seus mementos e exemplos, deve-se consultar o MC *Estado-Maior e Ordens*.

12.22 ASSUNTOS CIVIS

12.22.1 GENERALIDADES

12.22.1.1 O campo dos assuntos civis compreende as funções assuntos de governo (As Gov) e cooperação civil-militar (CIMIC).

12.22.1.2 O BI poderá receber do Esc Sp especialistas em reforço para desenvolver atividades de assuntos civis.

12.22.1.3 As atividades e tarefas de assuntos civis são empregadas para assegurar a utilização máxima dos recursos locais, inclusive material, instalações e mão de obra, objetivando, também, a redução do perigo da subversão, espionagem e sabotagem por parte da população local, através de relação amistosa, tanto para com as autoridades como para com a população. A finalidade de operações de assuntos civis visa a, também, o mínimo de interferência da população local nas operações táticas.

12.22.2 FUNÇÕES DE ASSUNTOS CIVIS

12.22.2.1 ASSUNTOS DE GOVERNO – função de assuntos civis na qual, em uma situação de guerra ou de comoção interna, tem o papel de normatizar as relações entre o comandante militar e as forças a ele subordinadas com as autoridades governamentais (municipais, estaduais e/ou federais), por meio de relações institucionais desencadeadas desde o tempo de paz, para apoiar a população presente no TO/A Op, no que se refere à administração local, considerando as atividades governamentais, econômicas, de serviços públicos e especiais. As relações são normalmente estabelecidas nos níveis político, estratégico e operacional, mas suas ações estão presentes também no nível tático. Em missões de paz, são conduzidos pelo componente civil (*Civil Affairs Section*). São organizados em quatro tipos de atividades: governamentais, econômicas, de serviços públicos e especiais.

12.22.2.2 COOPERAÇÃO CIVIL MILITAR – função de assuntos civis que tem a responsabilidade de estabelecer, manter, influenciar ou de explorar as relações entre as forças militares, as agências e a população em uma área operacional. Contribui para atingir os objetivos militares e garantir um ambiente seguro e estável, de acordo com a natureza da missão. A CIMIC compreende ações

comunitárias e a coordenação com organizações não governamentais (ONG), organizações intergovernamentais (OIG), organizações privadas (OP) e, eventualmente, organizações governamentais (OG). As relações são normalmente estabelecidas nos níveis operacional e tático. A CIMIC é organizada em dois tipos de atividade: ação comunitária e coordenação com agências/população.

12.22.3 RESPONSABILIDADE

12.22.3.1 No escalão Btl, a confecção do subparágrafo assuntos civis do parágrafo 6º da ordem de operações é de responsabilidade do S-2.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

ANEXO A
MEMENTO DE EXAME DE SITUAÇÃO DO COMANDANTE TÁTICO

1. Anl Mis e Cnsd Prel
1.1 Recebimento da Missão
1) Retirada de dúvidas, Lig *etc.*
2) Quadro horário
3) Tarefas iniciais de Intlg e C Intlg
4) Orientações iniciais para o EM
Emissão da Ord Prep (O Alr Nº 1)
1.2 Est Mis (IEFASACoCoCoCoDi)
1) Intpr da Intenção e da Mis Esc Sp (2 níveis acima)
a) Missão e intenção do Cmt
b) Conceito da operação
c) Estado final desejado (EFD)
d) Premissas
2) Enunciado
- Do Prf 2º e 3º da O Op e do Clc Op do Esc Sp, O Par, O Frag, Ctt pessoais
3) Finalidade
4) Ações a Realizar
5) Sequência das Ações
6) Análise da Própria Missão
a) Idt Obj e Cndc do EFD
b) Contb Cndc do EFD Esc Sp
c) Rel Mis com o de outros Cmdo
7) Condições de Execução
a) Quadro horário (Plj/Op/Ini)
* Definição do ambiente operacional
* Idt Crtr Sgf do ambiente
b) Z Aç/área de influência e Intrs
* Avaliação do banco de dados
* Início da coleta e busca de dados
c) Rev P Dsml Tat Esc Sp
d) Condicionantes e riscos (GRO)
e) Facilidades e restrições
f) Meios recebidos e composição Prel
8) Cnsd Preliminares
a) Aspecto: conclusão fatores operacionais
b) Área de operações
c) Meios recebidos
d) Inimigo
e) Aprec Sum P Rel For em Pres
9) Considerações Civis (rápida análise)
10) Conclusão
- Prpta e Aprov novo enunciado

1ª Reu EM (*Briefing* do Est Mis Esc Sp)
1.3 Diretriz de Planejamento (no mínimo):
1) Novo enunciado (Quem? O quê? Quando? Onde? Para quê?)
2) Dados e conclusões da Anl Mis e considerações preliminares
3) EFD
4) Cronograma de trabalho
5) Intenção inicial do Cmt (facultativo)
6) Or EM e SubdPross Exm Sit
1.4 Plj Rec EM (caso seja executado)
Emissão da Ord Alr Nº 2

2. SITUAÇÃO E COMPREENSÃO
2.1 Cnsd que Afetam as Psb LA
1) Idt dos Efto Ambi sobre as Op
a) Ba Dd dos aspectos Conhc
b) **Est Cnsd Civ (*AECOPREC*)**
(1) **Á**rea
(2) **E**strutura
(3) **C**apacidades
(4) **O**rganizações
(5) **P**opulação
(6) **R**efugiados e deslocados
(7) **E**ventos
(8) **C**nds Civ Compl
c) **Est dos aspectos gerais do terreno**
(1) Elb Clc aspectos Ge Ter
(a) Vegetação
(b) Relevo
(c) Natureza do solo
(d) Hidrografia
(e) Obras de arte
(f) Localidades
(g) Vias de Trnp
d) **Est das Cndc Meteo**
(1) Elb Clc Efto Cndc Meteo
(a) Crepúsculo
(b) Fase da lua
(c) Temperatura (gradiente)
(d) Precipitações
(e) Nebulosidade
(f) Umidade (precipitação)
(g) Ventos
(h) Outros Elm
e) Produto Intg Ter – Cndc Meteo
- Elb Clc Rest Mov
f) **Idt dos Crdr Mbld, Acdt Cptl e VA**
- Elb Clc Crdr Mbld e VA
g) **Anl Ter (VA) – *OCOAEFRO***
(1) **O**bservação e C Tir
(2) **C**obertas e abrigos
(3) **O**bstáculo (DIP – DOC)
(4) **A**cidentes capitais
(5) **E**spaço para manobra
(6) **F**acilidade de Mov
(7) **R**ede viária
(8) **O**utros aspectos (Fx Infl *etc.*)
h) Comparação de VA
i) **Efto ambientais nas Op**
(1) Efto Ter-Op Mil (DIP/DOC)
(2) Efto Cndc Meteo Op Mil (TRAVEP)
(3) Efto Cnsd Civ (*AECOPREC*)
j) Rst Adms nas VA (na Def)
(1) Rg Blq junto ao LAADA
(2) Rg Blq Prof-Prm C Atq
(3) Rg Blq mais em Prof
(4) Traçado da PMA
(5) Grau Rst Admsl

2) Avaliação da Ameaça
a) Ba Dd sobre o Ini
b) **Atlz/criação de modelo da ameaça**.
(calcos/táticas/Idt AAV/AAC)
c) **Anl fatores Ord Bat Ini** (*DICOVAP*)
(1) **Di**spositivo
(2) **Co**mposição
(3) **V**alor (Tr Emph e ECD Ref)
(4) **A**tv Import, recentes e atuais
(5) **P**eculiaridades e Dfc (PIOLCP)
d) Elb Clc Sit Ini
3) Nossa Situação
a) Efetivo
b) Composição
c) Dispositivo
d) Situação logística
e) Moral
f) Instrução e adestramento
g) Ap Cmb
h) U Viz e interpostas
i) Deficiências
j) Cndc de tempo e espaço
(1) Dist e tempo de Perc
(2) Dur Provl da Op
k) Outras informações
4) Forças Amigas
5) CG e Vul Críticas (SFC)
- Cpcd Ctc, Reqs Ctc e Vul Ctc da própria Força e do Ini
6) Poder Relativo de Combate (2 Mdl)
a) Ftr comparação: F Cmb, C^2, Log e Ftr Tp e Dist (CPC – opõem-se)
b) Ftr comparação: Mov e Man, C^2, fogos, Ptç, Log, Ap Eng, Ter e Dspo (PRC)
c) Conclusão
(1) Csld do Ftr Sp Amg
(2) Desequilíbrio
(3) Reversão do Ftr Sp Ini
7) Conclusão Parcial
a) Aspectos relevantes das F Amg
b) Aspectos A Rspnl e da CPC
(1) NI (EEI)
(2) Ftr de força e fraqueza (FFF)
(3) Det In da adequação da própria força

2ª Reu EM (*Briefing* da Sit e sua Compreensão)
Emissão da Ord Alr Nr 3
3. Psb ini, LA e CONFRONTO
3.1 Idt das Capacidades da Ameaça
1) Enumeração (o quê? quando? onde? com que valor?)
2) Vulnerabilidades
3) Psb Ini com maior Pbld adoção
3.2 Det Possíveis LA da Ameaça (Intlg)
1) Prováveis Obj Amç ou Rg Blq
2) Provl EFD da Amç
2) LA Ini (integração)
a) **Mont LA (**Dout + Clc Rest Mov)
b) **Anl LA Ini** (Cpcd/Tp/risco/Vul/*etc.*)
c) Prio das LA Ini (Provl /Prgo)
d) Dtl das LA Ini (Clc/Dcri/AAV)
3) Csld LA + RIPI
- Elb Clc e matriz de eventos
3.3 Nossas LA
1) Elaboração das LA
a) Faseamento da operação
b) Definição de indicadores
c) Seleção de frentes
d) Seleção de alvos
e) Seleção de DTA
2) Conceito Sum de cada LA
3) Prova Prel de APA
4) Validação das LA
5) Elementos Essenciais
a) o quê: ações a realizar
b) quando: início da ação
c) onde: por e para onde
d) como: Dspo, esforço *etc.*
e) para que: finalidade
6) Na Def (processo das 5 fases)
a) Rst a ser adotada nas VA
b) P Cmb na ADA
c) P Cmb Res e sua Loc
d) P Cmb da F Seg e sua Loc
e) Ajustamento das LA
7) No Atq
a) Passos preliminares
(1) Seleção da frente
(2) Forma de manobra
(3) Objetivo decisivo
b) Sequência de montagem
(1) VA Atq Pcp
(2) VA Atq Seç
(3) Valor da Res
(4) Obj intermediário
(5) Regulação da Man
(6) Aç na Fr não selecionada
8) Mtg Eqm Man das LA
9) Risco de fratricídio
Briefing da LA (opcional)
3.4 Confronto das LA com Psb Ini
1) Aç que o Ini poderá Exec
2) Aç que serão Exec para Rlz LA
3) Interações entre LA e Psb Ini
3.5 Confronto Propriamente Dito
1) LA Nº 1 Ini X LA Nº___
a) P Cmb Nec Rpto Pos Tr Ini Emph
b) Jogo da Guerra (Mov)
- Z Reu – P Atq
- LP – Rpto Pos Tr Ini Emph
- Rupt Pos Ini – Obj
- Aç após Conq Obj Final
- Matriz de Sincronização (Reg)
2) LA Nº 2 Ini X LA Nº___
Observação: na Anl onde se visualiza o Cmb, procura-se:
- determinar resultados prováveis;
- introduzir aperfeiçoamentos;
- Compl: o quê, quando, onde e como;
- levantar Vtg e Dvtg;
- Sncz Aç no campo de batalha;
- considerar os Pcp guerra;
- Elb da matriz de sincronização (inicial); e
- Elb Clc de apoio à decisão (AOI + P Dcs).

3ª Reu EM (*Briefing* das Psb Ini, LA e Confronto)
4. COMPARAÇÃO DAS LA
4.1 Proc da Vtg e Dvtg das LA
1) LA Nº ___: Vtg e Dvtg
2) Conclusão: a melhor LA
Observação: procura-se julgar a importância das Vtg e Dvtg, e não apenas a preponderância quantitativa.
4.2 Proc Ftr Comp (*TeRaDiNoPri*)
1) **Te**rreno
2) **Ra**pidez
3) **Di**spositivo Ini
4) **No**sso dispositivo
5) **Pri**ncípios de guerra utilizados
6) Conclusão: a melhor LA
4.3 Produto ao Final da Fase
1) Vantagens e desvantagens
2) Prova final de APA
3) Matriz de decisão
4) Avl do mérito relativo das LA e Sel da LA para a decisão
5) Matriz de sincronização
Observação: o Cmt determina os fatores ou vantagens preponderantes (nosso dspo, Dspo Ini, nº baixas, Ter, GE *etc.*)

4ª Reu EM (*Briefing* da Comparação)
5. DECISÃO
5.1 Responder às Perguntas (Quem? O quê? Quando? Onde? Como? Para quê?)
5.2 Matriz de Sincronização
1) EFD
2) A Mis e a concepção da Man Cmt
3) Nec de suporte Log
4) Dtz de Com Soc, Op Psico, As Civ, Op Esp e condutas de Refu ou evacuados
5) Dtz confecção da Lista de Alvos

5ª Reu EM (Briefing da Decisão)
Emissão da Ord Alr Nº 4
6. Emi DO PLANO OU ORDEM
*Reunião de confirmação de ordens
- Desenvolvimento do Conceito da Op
- Elaboração dos Planos e Ordens
- Ordem de Operações e seus anexos

MEMENTO PARA EXAME DE SITUAÇÃO DE CONDUTA EM COMBATE

1. MISSÃO
a. Foi alterada?
b. Foi cumprida?
c. Como vem sendo cumprida?
- Concluir:
- o que foi Cump e o que falta Cump; e
- onde há mais facilidade para o prosseguimento/a Def é mais favorável.

2.TERRENO
a. Houve alguma modificação?
b. Prevalece o estudo anterior?
c. O que foi conquistado?
1) Na Ofs: para nossas forças.
2) Na Def: pelo Ini.
d. Foi aberta alguma nova via de acesso?
1) Na Ofs: para continuar a ação.
2) Na Def: para o prosseguimento do Ini e Dir do nosso C Atq.

3.TEMPO
a. Os Prz previstos estão sendo cumpridos?
b. Há necessidade de Sncz adicionais?
c. Há Cndc de impor maior rapidez à Man?

4. INIMIGO
a. Qual o Ini em Ctt?
1) Valor e Nat da Tr Emph e ECD Ref.
2) Prazos para o Ref.
3) Onde a situação é pior para o Ini.
4) Na Def, particularmente, o valor e a Nat do Ini no interior da penetração e quem pode imediatamente reforçar esses Elm.
b. Quais as Atv Ini no momento?
1) Na nossa frente e do vizinho.
2) Na Ofs, pode-se Mnt Pos ou se Prcs Ref.
3) Na Def, pode-se Pross ou necessita de Ref.
c. Quais as consequências das Aç Ini?
1) Na Ofs
a) Progredindo, ainda com impulsão.
b) Parando.
c) Detido.
d) Pode atuar em nosso flanco?
2) Na Def:
a) para onde Pross, em que direção e qual a melhor; e
b) onde terá de vencer mais Nu para atingir o Obj decisivo e quando poderá fazer a ação.
d. Possibilidades do Ini
1) Houve alteração?
2) Quais se concretizaram?
3) Quais as atuais?
4) Atenção para os Prz de Ref (hora da conduta e hora que o Ini foi assinalado pela última vez).

5. CONSIDERAÇÕES CIVIS
- Existem dados não analisados anteriormente?
- Como os dados (novos ou antigos) afetam a nova situação?

6. NOSSA SITUAÇÃO
a. Qual a situação dos nossos Elm?
1) Na Ofs
a) Progredindo ainda com impulsão.
b) Parando.
c) Detido.
e) Situação da reserva?
2) Na Def
a) Situação dos pressionados.
b) Nu absorvidos pelo Ini.
c) Concluir pela Ocp de Nu Aprf e/ou C Atq.
b. Qual a situação dos vizinhos?
- O que aconteceu? Reflexos nos flancos e consequências para nossa Man.
c. Qual a situação do nosso Ap F?
a) Pode influir?
b) Com quem está a Prio F? Manter ou alterar?
d. Qual Elm que poderemos dispor?
- Res Btl? Ref Esc Sp? Fogos? Loc e Prz Emp?
e. Linhas de ação
1) Quê? (**Intervir? Não intervir?**)
2) Quando? Onde? Como? Para quê?
3) Intervir: com fogos e/ou Res? Alterar Mdd de Coor e Ct?
f. Análise das LA opostas
1) Analisar mentalmente cada LA *versus* a LA que o Ini adotou em face da nossa Man inicial.
2) Idt quais LA podem proporcionar êxito e seus reflexos.
g. Comparação das nossas L A
1) Quanto ao terreno.
- A que melhor aproveita as V A, tomada do Dispo, facilidade de progressão, Dire mais curta *etc.*
2) Quanto ao dispositivo do Ini.
- Reflexos para a segurança da Man.
3) Quanto às possibilidades do Ini.
- Qual a LA mais vantajosa? Considerar particularmente o Ref Ini.
4) Quanto ao nosso dispositivo.
a) A Loc favorece a LA?
b) Prrm Utz nossos meios mais potentes?
c) Os meios são os mais aptos ao tipo da ação e compatíveis com as VA?
d) Qual a VA que apresenta maior Seg e sigilo na tomada do dispositivo?
e) Que meios permitem maior rapidez?
f) Que LA Prm Rcp a Res em curto Prz?

7.DECISÃO
a. Responder às perguntas:
1) Quem?
2) Quê?
3) Quando?
4) Onde?
5) Como?
6) Para quê?
Após as perguntas, acrescentar, na sequência:
7) Reserva
8) Prio F
b. Emissão da Ordem Fragmentária

ANEXO B

EXEMPLOS DE ORDENS DE OPERAÇÕES E ESQUEMAS DE MANOBRA

1 CONSIDERAÇÕES

1.1 Os exemplos de ordens e esquemas de manobra deste manual não devem ser tomados como regra absoluta de planejamento das operações. Cabe ressaltar que uma ordem de operações é um produto de um exame de situação completo, e os exemplos a seguir podem não se encaixar em outros problemas militares.

1.2 Os exemplos anexos devem ser utilizados como um guia para o planejador, visando a facilitar e acelerar apenas a fase de emissão de ordens do exame de situação, sem levar em consideração o planejamento realizado para os modelos a seguir.

2 EXEMPLO DE PARÁGRAFO 1º DE UMA ORDEM DE OPERAÇÕES

____
(Classificação Sigilosa)

(Não modifica ordens verbais)

Exemplar Nr 4 de 7 cópias
522º BI Mec
R Faz FORQUILHA
D - 1/1500
GB - 350

ORDEM DE OPERAÇÕES Nr 10
Ref: Crt SP, 1/20.000 - VILA D’OESTE

1. SITUAÇÃO
   a. <u>Forças inimigas</u>
      1) An A: Clc Dspo Ini.
      2) Têm caído tiros de Art 105 e 155 mm em toda a frente.
      3) Os trabalhos de OT foram iniciados na segunda parte da jornada de D - 3.
      4) A F Ae Vm tem realizado voos de reconhecimento sobre nossas posições.

5) Há indícios de que o Ini tem capacidade de Rlz Atv de MEA, MCE e MPE.

6) O inimigo pode:

a) defender, desde já, suas atuais posições, com 4 Pel Inf Mec apoiados por Mrt P, Art 105, 155 e meios aéreos disponíveis;

b) atacar, a qualquer momento, em qualquer parte da frente, com 4 Pel Inf Mec apoiados por Mrt P, Art 105, 155 e meios aéreos disponíveis;

c) continuar defendendo a região de Altu P Cot 495 (6579) – CASA ISOLADA (6578) com a 3ª (- 3º Pel Inf Mec)/431º RI Mec;

d) Atuar, a partir do estabelecimento do contato, em qualquer parte da frente, mediante incursão de pequenos efetivos;

e) Ref as Aç de Atq ou de Def na R SW de CASA ISOLADA (6578) e/ou na R W de P Cot 495 (6478) com todos ou parte dos seguintes Elm:

(1) 3ª (- 3º Pel Inf Mec)/431º RI Mec, na R P Cot 495 (6579), desde já;

(2) tropa de infantaria mecanizada, identificação e valor não confirmados, provavelmente o 433º RI Mec (- 1ª e 2ª Cia Fuz Mec), em Z Reu na R Altu E de COTA DA TORRE (6779), 20 minutos após o início de seu deslocamento motorizado;

(3) 1ª/433º RI Mec em Z Reu na R Altu P Cot 491 (6975), 25 minutos após o início do seu deslocamento motorizado;

(4) tropa de infantaria, valor, natureza e identificação não confirmados, provavelmente a 2ª/432º RI Mec na região de COTA DA PEDRA (6775), 35 minutos após o início do seu deslocamento motorizado;

(5) 01 RI Mec da 42ª Bda Inf Mec, identificação desconhecida, em Z Reu na R Altu SE de P Cot 502 (7080), 40 minutos após o início do seu deslocamento motorizado;

(6) unidade de CC, valor e identificação desconhecidos, em Z Reu na R Altu NE de COTA DA ÁRVORE (6781), 25 minutos após o início do seu deslocamento motorizado;

(7) Elm do 43º Esqd C Rec em local e prazo ignorado;

(8) dois RI Mec da 42ª Bda Inf Mec em Loc e prazos ignorados;

(9) 42º Esqd C Rec, em Z Reu na R Altu Faz DO BRUNO (7070), 35 minutos após o início do seu deslocamento motorizado; e

(10) 121º RC Rec, em Z Reu na R Altu SÍTIO FLORIDO (6889), 35 minutos após o início do seu deslocamento motorizado.

f) retrair, a qualquer momento, para E; e

g) retardar em suas atuais posições e, particularmente, na L Altu P Cot 495 (6579) – CASA ISOLADA (6578).

7) Linha de ação mais provável:

- defender, desde já, as linhas de alturas 450 NW – SE e 460 NW – SE Cor DA UVA (6478) com a 2ª Cia Inf Mec (+ 3º/3ª Cia Inf Mec), reforçada por elementos da 3ª (- 3º Pel Inf Mec)/431º RI Mec [em Z Reu na R Altu E P Cot 495 (6579)], que contra-atacam para restabelecer

posições a partir da R Altu E P Cot 495 na direção R Altu 450-NW Cor DA UVA ou a partir da R Altu E CASA ISOLADA (6578) na direção R Altu 450 SE Cor DA UVA.

8) Linha de ação mais perigosa

- Defender, desde já, as linhas de alturas 450 NW – SE e 460 NW – SE Cor DA UVA (6478) com a 2ª Cia Inf Mec (+3º/3ª Cia Inf Mec), reforçada por elementos do 3º Esqd C Rec [em Z Reu na R Altu P Cot 575 (6682)], que contra-atacam empregando meios blindados para restabelecer posições a partir da R Altu P Cot 575, na direção R Altu 450 NW Cor DA UVA, através da via de acesso de NE para NW (pouco adequada, porém não impeditiva para seu emprego), surpreendendo as nossas forças e depreciando significativamente o poder de combate da subunidade que mobilia aquela VA.

b. Forças amigas

1) A intenção do Cmt da 52º Bda Inf Mtz é, a fim de permitir o Pross da 12ª DE para E, eliminar as F Ini em sua área de influência, dominar as Altu que se debruçam sobre a Loc de VILA D'OESTE (6880), Rdv 24 (6480) e Rdv 49 (6980). Ao final de missão, tomar um Dspo que Psb Ap Ultr de nossas Tr com especial atenção às VA Ini que incidam nos nossos Obj finais por N e S [Rv 23 (6879)] e E pela Rdv 24, bem como controlar os acessos à Loc de VILA D'OESTE. A 52ª Bda Inf Mtz atacará para Conq e Mnt as Altu de COTA DA TORRE e COTA DA ÁRVORE.

2) A 15ª DE atacará ao S de nossa Z Aç.

3) O 521º BI Mec atacará ao N de nossa Z Aç.

4) Elm do 582º BI Mec/58ª Bda Inf Mec encontram-se em Ctt com o Ini e Ap Dbc do nosso Atq.

5) O 52º GAC 105 AR está em Ap G à Bda, com Prio F para o Btl.

6) A 2ª/122º BE Cmb está em Ap Spl Epfc à nossa Bda.

7) O 2º/52ª Cia E Cmb está em Ap Dto ao Btl.

8) A F Ae Conq e pode manter a Sp Ae na R Op.

c. Meios recebidos e retirados

1) Meios recebidos

- 2º/2º/52º RCC a partir de D – 1/0800.

2) Meios retirados

- Nenhum.

3 EXEMPLO DE UMA ORDEM DE OPERAÇÕES DE MARCHA PARA O COMBATE (PARÁGRAFOS 2º E 3º) E DE ESQUEMA DE MANOBRA

3.1 ORDEM DE OPERAÇÕES

____
(Classificação Sigilosa)
(Não modifica ordens verbais)

EXEMPLAR Nr__de___cópias
522º BI Mec
APUCARANA
D-1/1200
JNAP - 3

ORDEM DE OPERAÇÕES Nr 1
Ref: Crt PARANÁ, 1:50.000, Fl CAMPINAS BELAS, PRUDENTÓPOLIS

1. SITUAÇÃO
----

2. MISSÃO

a. Realizar uma M Cmb Mtz Cob, a partir de D-1/1400, como Vgd da Bda, na Dire APUCARANA – RESERVA – COXILHA NEGRA – CAMPINAS BELAS – IMBITUVA – (EIXO DE PROGRESSÃO AMARELO), até a L Ct ESTRIBO. Nesta R, ultrapassando Elm do 12º R C Mec, passar a realizar uma M Cmb descoberta para conquistar a região de Altu SE de IMBITUVA (4009). Desta R ficar ECD prosseguir para S ou de manter para apoiar uma ultrapassagem. Tudo com a finalidade de permitir à 52ª Bda Inf Mec a conquista das alturas SE de IMBITUVA e BARROCAS (4311).

b. A minha intenção é recalcar para S e destruir se possível o Ini ao longo do E Prog, atingir com rapidez e com o mínimo de baixas a região de Altu SE de IMBITUVA. Após a Conq do Obj imposto, adotar um dispositivo que impeça o Ini de reconquistá-lo, priorizando a vigilância sobre a Rdv 183. Caso prossiga como Vgd da Bda, empregar como Esc Cmb, uma SU que se encontrava em 2º Esc.

3. EXECUÇÃO

a. Conceito da operação

1) Manobra

a) O 522º BI Mec (+ 2º/2º/52ºRC Mec + 2º/52ª Cia E Cmb Mec) realizará uma M Cmb Mtz coberta, constituindo a Vgd da 52ª Bda Inf Mec no E Prog AMARELO em coluna de marcha até a R de COXILHA NEGRA, onde ocupará Z Reu, com a 3ª Cia Fuz Mec compondo o 1º grupamento e o 522º BI Mec (- 3ª Cia Fuz) compondo o 2º grupamento de marcha.

b) Em D/0500 prosseguirá o Mvt, em marcha de aproximação, com a FT 1 (1ª Cia Fuz Mec + 2º/2º/52º RC Mec + 2º/52ª Cia E Cmb Mec) constituindo o Esc Cmb, até a L Ct ESTRIBO. Nesta R, ultrapassando Elm do 12º R C Mec, passará a realizar uma M Cmb descoberta, com a FT 1 como Esc Cmb para conquistar a R de Altu SE IMBITUVA (4009) (O1). Desta região, ficará ECD prosseguir para o S ou manterá para apoiar uma ultrapassagem.

c) An B – Calco de Operações (omitido)

2) Fogos

a) Alvos de alta prioridade

----

b) Diretrizes ao apoio de fogo

(1) Prio F:

(a) até COXILHA NEGRA – 3ª Cia Fuz Mec; e

(b) após COXILHA NEGRA – FT 1.

(2) Prep

(3) Diretrizes de fogos

----

b. <u>1ª Cia Fuz</u>

1) A partir de COXILHA NEGRA, Mdt O:

a) ser Ref com o 2º/2º/52º RC Mec, passando a constituir a FT 1; e

b) ser Ref com o 2º/52ª Cia E Cmb Mec.

c. <u>2ª Cia Fuz</u>

1) A partir de COXILHA NEGRA, Mdt O:

a) ser Ref com a 2ª Seç AC/Pel AC/CCAp; e

b) reforçar o Pel C/CCAp com 1 GC.

d. <u>3ª Cia Fuz</u> (+ 1ª Seç AC/Pel AC/CCAp + 2º/ 52ª Cia E Cmb)

1) Ocupar uma P Bloq em COXILHA NEGRA.

2) A partir de COXILHA NEGRA, Mdt O:

a) perde a 1ª Seç AC/Pel AC/CCAp que reverte ao Ct do respectivo Pel; e

b) perde o 2º/52ª Cia E Cmb que integra a FT 1.

e. <u>2º/2º/52º RCC</u>

- A partir de COXILHA NEGRA, Ref a 1ª Cia Fuz, que passa a constituir a FT 1, Mdt O.

f. <u>Apoio de fogo</u>

1) Pel AC

a) Até COXILHA NEGRA:

(1) Pel AC (- 1ª Seç AC): Aç Cj; e

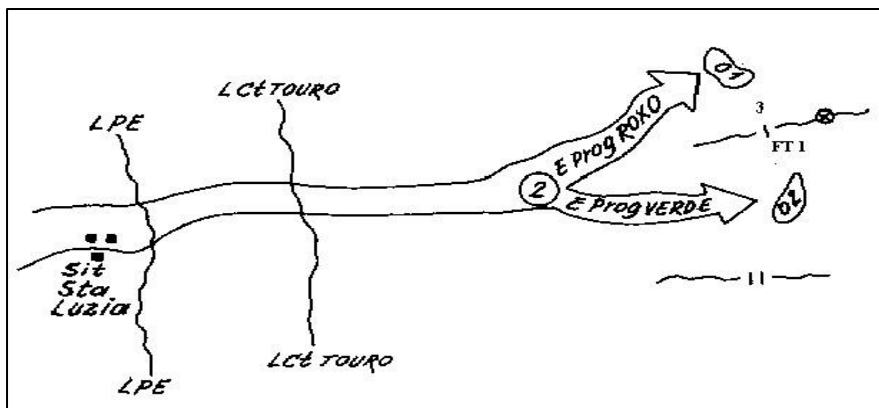
(2) Ref a 3ª Cia Fuz com a 1ª Seç AC.

b) A partir de COXILHA NEGRA:
(1) Pel AC (- 2ªSeç AC): Aç Cj; e
(2) Ref a 2ª Cia Fuz com a 2ª Seç AC.
2) Pel Mrt Me
a) Até COXILHA NEGRA: Aç Cj.
b) A partir de COXILHA NEGRA, Ap Dto à FT 1.
3) An C: PAF (omitido)

g. MCP
1) 2º/52ª Cia E Cmb.
2) Prover a mobilidade do Esc Rec.

h. CCAp
1) Pel C
a) Ser Ref pelo 2º/2º/2ª Cia Fuz em COXILHA NEGRA, Mdt O.
b) Constituir, Mdt O, um DSR (Tu Rec/Gp S-2 + 1 GC/2ª Cia Fuz).
i. Prescrições diversas
1) Condições de Mvt Elm coluna de marcha:
a) 3ª Cia Fuz – Cln aberta de marcha;
b) Elm Mec e C Mec até 24 km/h;
c) Os reforços deverão ser apresentados em D/0400, na R de COXILHA NEGRA, exceção feita aos Elm que Ref a 3ª Cia Fuz inicialmente;
d) As 2ª e 3ª Cia Fuz deverão ficar ECD destacar Fg ou DSR valor Pel Fuz Ref, Mdt O;
e) An D – Quadro de Movimento (omitido); e
f) EEI:
(1) O Ini atuará? Em que linhas, quando, com que valor?
(2) As F Irrg têm atuado ao longo dos eixos? Com que valor?

3.2 ESQUEMA DE MANOBRA DE MARCHA PARA O COMBATE



4 EXEMPLO DE UMA ORDEM DE OPERAÇÕES DE ATAQUE COORDENADO (PARÁGRAFOS 2º E 3º) E DE ESQUEMA DE MANOBRA

4.1 ORDEM DE OPERAÇÕES DE MANOBRA DE PENETRAÇÃO

____
(Classificação Sigilosa)
(Não modifica ordens verbais)

Exemplar Nr 5 de _____cópias.
522º BI Mec
R P Cot 479 (7911)
D-1/2000
DEW - 35

ORDEM DE OPERAÇÕES Nr 9
Ref: Crt SP, Esc 1:25.000, Fl FOZ DO Rib Sto ANTÔNIO – MAGDA

1. SITUAÇÃO

2. MISSÃO

a. Ultrapassando 1ª/562º BI Mec, atacar, em D/0530, na Dire P Cot 513(8116) – COTA REDONDA (8420), para conquistar a Altu de CANUDOS (8320) e COTA REDONDA, ficando ECD prosseguir para N-NE ou manter para apoiar uma ultrapassagem. Tudo com a finalidade de permitir a 52ª Bda Inf Mec a conquista da L Altu CANUDOS – COTA REDONDA – P Cot 535 (8519).

b. A intenção do Cmt Btl é, a fim de permitir que a 52ª Bda Inf Mec abra o prosseguimento da 12ª para o Norte, penetrar no dispositivo inimigo, procurando atingir COTA REDONDA no mais curto prazo, evitando o emprego da reserva blindada do inimigo em nossa Z Aç. Para tal, deve-se buscar manter, ao máximo, a impulsão e a potência do Atq Pcp. Se vier a prosseguir, pretendo empregar a 1ª Cia Fuz no Atq Pcp, constituindo uma FT.

3. EXECUÇÃO

a. <u>Conceito da Operação</u>

1) Manobra

a) O 522º BI Mec (522º BI Mec + 2º/2º/52º RC Mec), ultrapassando a 1ª/562º BI Mec, realizará um Atq de penetração na direção P Cot 513 – COTA REDONDA, com a FT 1 a SE, Rlz o Atq Pcp, para conquistar TALHADO (8318) (O2), e com a 2ª Cia Fuz a NW, para conquistar TAQUARA (8319) (O1). Após a conquista de 01 e 02 prosseguirá no Atq, na mesma Dire, com a FT 3 a SE, Rlz o Atq Pcp, para conquistar COTA REDONDA (O4) e com a 2ª Cia Fuz a NW para conquistar CANUDOS (O3). Em 03 e 04, ficará ECD prosseguir para N-NE ou manterá para apoiar uma ultrapassagem.

b) Anexo B – Calco de Operações

2) Fogos
a) Alvos de alta prioridade
....

b) Diretrizes ao apoio de fogo
(1) Prio F:
(a) até a Conq de O1 e O2: FT 1; e
(b) após a Conq de O1 e O2: FT 3.
(2) Haverá uma preparação entre D/0520 e D/0540.
(3) Diretrizes de fogos.
....

b. FT 1 (1ª Cia Fuz + 2º/2º/52º RC Mec)
1) Após a conquista de 01 – 02:
a) perde o 2º/2º/52º RC Mec, que Ref a 3ª Cia Fuz, a qual passará a constituir a FT 3, Mdt O;
b) Mnt para Ap Ultr da FT 3; e
c) passar à Res, Mdt O.

c. 2ª Cia Fuz

d. Apoio de fogo
1) Pel AC:
a) Pel (- 2ª Seç AC) em Aç Cj; e
b) 2ª Seç AC em Ap Dto à 2ª Cia Fuz.
2) Pel Mrt Me:
- Aç Cj.
3) An C: PAF (omitido).

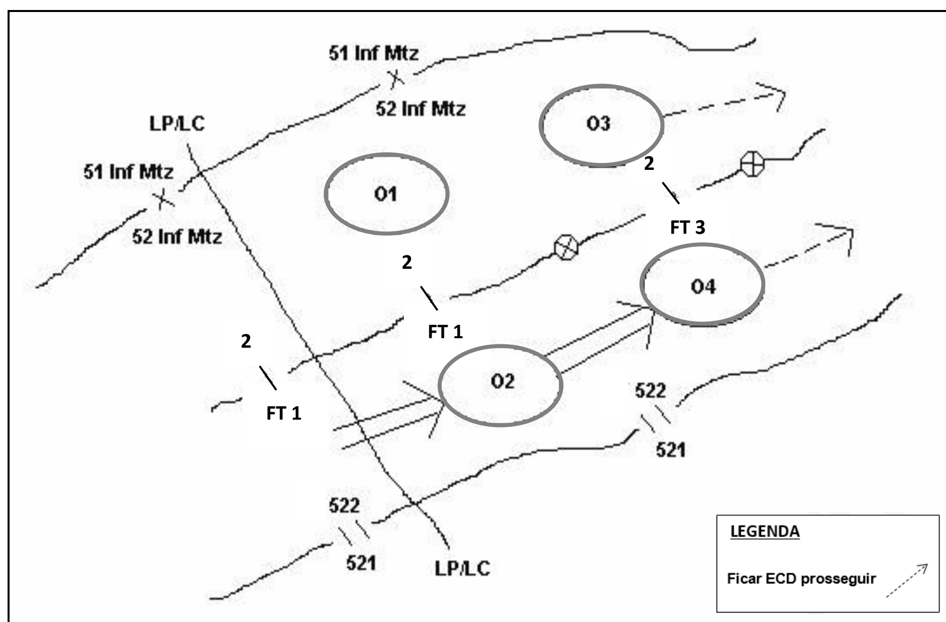
e. MCP
1) 2º/52ª Cia E Cmb.
2) Prover a mobilidade do Esc Atq.

f. Reserva
1) Até a Conq de 01 e 02:
- 3ª Cia Fuz.
2) Após a Conq de 01 e 02:
1) será Ref com o 2º/2º/52º RC Mec, constituindo a FT 3, Mdt O; e
2) Ultr a 1ª Cia Fuz.
3) Após a Conq de 01 e 02, Mdt O:
- 1ª Cia Fuz.

g. Prescrições diversas
1) A 1ª/562º BI Mec e seus Elm Ap apoiarão o desembocar do nosso ataque.
2) Mvt para a P Atq: An D (Q Mvt) (omitido).

3) Hora de assunção do comando da Z Aç: D/0520.
4) An E: Plano de Ultrapassagem.
5) EEI:
   a) É possível o emprego dos C Mec através do C Mna?
   b) A 2ª (- 1º Pel Fuz)/112º RI Mec e o 113º CC permanecem em Z Reu?
   c) Foi identificada alguma outra tropa inimiga, não constante do quadro de reforço, deslocando-se para a A Op?

4.2 ESQUEMA DE MANOBRA DE ATAQUE DE PENETRAÇÃO



5 ORDEM DE OPERAÇÕES DE MANOBRA DE DESBORDAMENTO COM EIXO DE PROGRESSÃO

5.1 ORDEM DE OPERAÇÕES

____
(Classificação Sigilosa)
(Não modifica ordens verbais)

EXEMPLAR Nr__de___cópias
422º BIB
APUCARANA
D-1/1200
JNAP - 3

ORDEM DE OPERAÇÕES Nr 1
Ref: Crt PARANÁ, 1:50.000, Fl CAMPINAS BELAS, PRUDENTÓPOLIS

1. SITUAÇÃO
----

2. MISSÃO

a. Ultrapassando a FT 423º RCC, atacar em D/1200 na direção P Cot 874 (0746) – P Cot 899 (0752) para conquistar R Altu P Cot 899 – P Cot 867 (0751). Nesta região, manter para apoiar a ultrapassagem da FT 423º RCC. Proteger-se em face do flanco NW. Tudo com a finalidade de permitir à 42ª Bda Bld o prosseguimento para o norte.

b. A intenção do Cmt da FT 422º BIB é: destruir o inimigo localizado na R P Cot 899 (0752); conquistar essa elevação, assegurando a livre utilização da Rdv 050, permitindo o prosseguimento da 42ª Bda Bld para o norte; ao final da missão, nosso dispositivo deverá estar com duas SU em 1º Esc, mantendo a R do P Cot 899 e P Cot 867.

3. EXECUÇÃO

a. <u>Conceito da operação</u>

1) Manobra

a) A FT 422º BIB [422º BIB (- 3ª Cia Fuz Bld + 2ª/421º BIB) + 2º/423º RCC + 2º/42º Esqd C Mec], ultrapassando a FT 423º RCC, realizará um ataque de desbordamento, na direção P Cot 874-P Cot 899 com a 2ª/421º BIB a E, realizando um ataque limitado em sua Z Aç, com a FT CC, em 1º escalão, realizando o Atq Pcp, pelo E Prog SAMPAIO e com a FT 1 em 2º escalão pelo E Prog SAMPAIO até o P Ct Nr1;

b) A partir do P Ct Nr 1 prosseguirá com a FT CC, realizando o Atq Pcp, pelo E Prog SAMPAIO, para conquistar R Altu P Cot 899 (0752) (O2) e com a FT 1 pelo E Prog ÁGUIA para conquistar R Altu P Cot 867 (0751) (O1).

c) Após a conquista de O1 e O2, manterá para apoiar a ultrapassagem da FT 423º RCC.

d) Proteger-se-á em face do flanco NW com a FT CC, a partir do P Ct Nr 1.

e) An B: calco de operações (omitido).

2) Fogos

a) Alvos de alta prioridade

....

b) Diretrizes ao apoio de fogo

(1) Prio F:

- FT CC

(2) Haverá uma intensificação de fogos de H-20 min a H.

(3) Diretrizes de fogos.

b. FT 1 [1ª Cia Fuz Bld (- 2º Pel Fuz Bld) + 1º/2º/423º RCC]

- Reforçar o 2º/423º RCC com o 2º Pel Fuz Bld, o qual passará a constituir a FT CC.

c. 2º/421º BIB

- Passar a reserva, Mdt O.

d. FT CC [2º (- 1º Pel CC) /423º RCC + 2º/1ª Cia Fuz Bld + 2º/2ª Cia Fuz Bld + 2º/42º Esqd C Mec]

1) Reforçar a 1ª Cia Fuz Bld com o 1º Pel CC, a qual passará a constituir a FT1; e

2) Proteger o flanco NW da FT 422º BIB com o 2º Pel C Mec, a partir do P Ct Nr 1.

e. Apoio de fogo

1) Pel AC:

a) Pel AC (- 1ª Seç) Aç Cj; e

b) 1ª Seç AC: Ap Dto à FT CC.

2) Pel Mrt P: Aç Cj.

3) na C: PAF (omitido).

f. MCP

- Prover a mobilidade da FT CC.

g. Reserva

1) Até a conquista de O1 e O2:

a) 2ª Cia Fuz Bld (- 2º Pel Fuz Bld); e

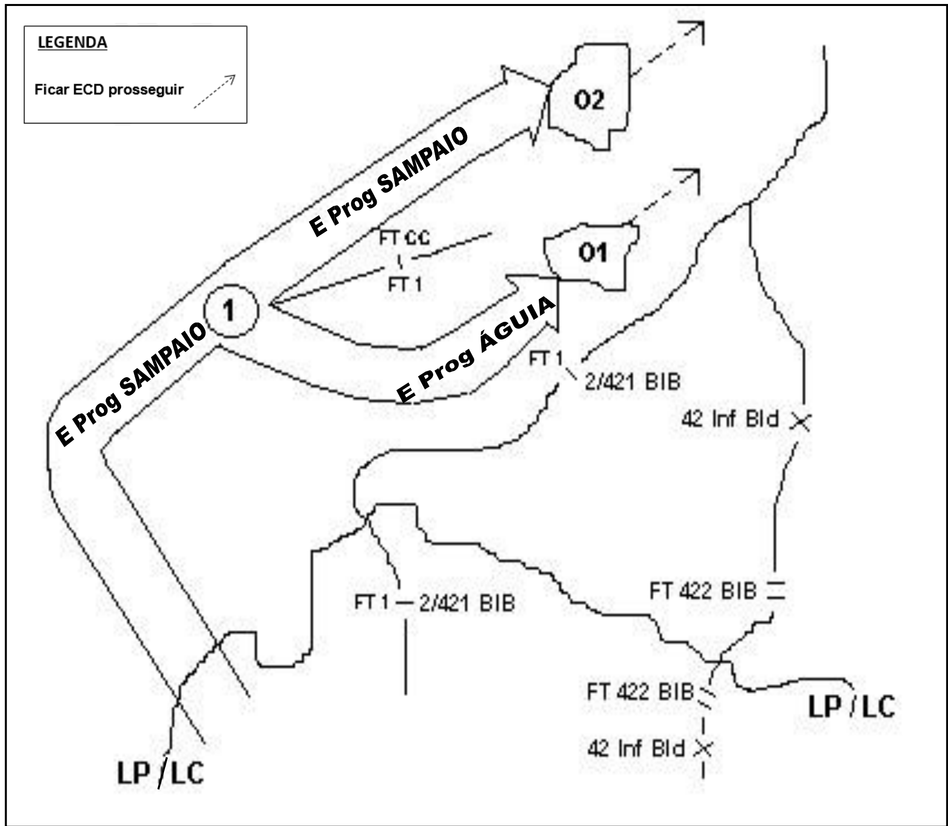
b) integrar a FT CC com o 2º Pel Fuz Bld.

2) Após a conquista de O1 e O2:

a) 2ª Cia Fuz Bld (- 2º Pel Fuz Bld); e

b) 2ª/421º BIB, Mdt O.

5.2 ESQUEMA DE MANOBRA DE ATAQUE DE DESBORDAMENTO COM EIXO DE PROGRESSÃO



6 ORDEM DE OPERAÇÕES DE MANOBRA DE DESBORDAMENTO SEM EIXO DE PROGRESSÃO E COM DEFASAGEM DE TEMPO NO ESCALÃO DE ATAQUE

6.1 ORDEM DE OPERAÇÕES

Exemplar Nr 4 de 7 cópias
FT 422º BIB
P Cot 567 (2868)
D-1/1000
CFG - 250

ORDEM DE OPERAÇÕES Nr 09
Ref: Crt SC – 1:25.000 – MORRO FLORIDO

1. SITUAÇÃO
....

2. MISSÃO
a. Ultrapassando elementos da FT 423º RCC atacar, em D/1200, na direção P Cot 874 (0746) – P Cot 899 (0752), para conquistar a região de alturas de P Cot 899 – P Cot 867 (0751). Nessa região, ficar ECD prosseguir para NE ou manter para apoiar uma ultrapassagem. Proteger-se em face do flanco NW. Tudo com a finalidade de permitir à 42ª Bda Bld o prosseguimento para o N.
b. Intenção do Cmt
A minha intenção com esta operação é liberar o eixo da Rdv 050 para o prosseguimento da 42ª Bda Bld, com o máximo de rapidez e o mínimo de baixas.

3. EXECUÇÃO
a. Conceito da operação
1) Manobra
a) A FT 422º BIB [422º BIB (- 3ª Cia Fuz Bld) + 2ª/421º BIB + 2º/423º RC + 2º/42º Esqd C Mec], ultrapassando elementos da FT 423º RCC, realizará um ataque de desbordamento na direção P Cot 874 – P Cot 899, com a 2ª/421º BIB a E, realizando um ataque limitado para fixar o inimigo em sua Z Aç e com a FT 1 ao centro, realizando um ataque limitado para conquistar a região de alturas de P Cot 867 (0751) (O1). Mdt O, prosseguirá com a FT CC a W, realizando o ataque principal, para conquistar a região de alturas de P Cot 899 (0752) (O2). Após a conquista de O1 e O2, ficará ECD prosseguir para NE ou manterá para apoiar uma ultrapassagem. Proteger-se-á em face do flanco NW com a FT CC.
b) An B: calco de operações (omitido).
2) Fogos
a) Alvos de alta prioridade
b) Diretrizes ao apoio de fogo

(1) Prio F:
(a) inicialmente FT 1; e
(b) Mdt O, FT CC.
(2) Haverá uma intensificação de fogos de H-20 min a H; e
(3) Diretrizes de fogos.

b. FT 1 [1ª Cia Fuz Bld (- 1º e 2º Pel Fuz Bld) + 1º/2º/423º RCC]
- Reforçar o 2º/423º RCC com o 1º e 2º Pel Fuz Bld, passando a constituir a FT CC.

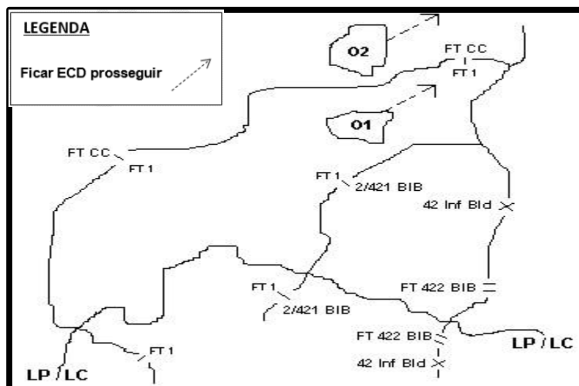
c. 2º/421º BIB
- Passar à reserva, Mdt O.

d. FT CC [2º (- 1º Pel CC)/423º RCC + 1º e 2º/1ª Cia Fuz Bld + 2º/42º Esqd C Mec]
1) Reforçar a 1ª Cia Fuz Bld com o 1º Pel CC, passando a constituir a FT1; e
2) Proteger o flanco NW com o 2º/42º Esqd C Mec.

e. Apoio de fogo
1) Pel AC: ação de conjunto.
2) Pel Mrt P: ação de conjunto.
3) An C: PAF (omitido).

f. Reserva
1) Até a conquista de O1 e O2:
- 2ª Cia Fuz Bld.
2) Após a conquista de O1 e O2:
a) 2ª Cia Fuz Bld; e
b) 2ª/421º BIB, Mdt O.

6.2 ESQUEMA DE MANOBRA DESBORDAMENTO SEM EIXO DE PROGRESSÃO



7 EXEMPLO DE ORDEM DE OPERAÇÕES DE INFILTRAÇÃO (PARÁGRAFOS 2º E 3º)

7.1 ORDEM DE OPERAÇÕES

Exemplar Nr 7 de 7 cópias
522º BI Mtz
R Faz 15 de OUTUBRO
D-4/0800
NR 747

ORDEM DE OPERAÇÕES Nr 01
Ref: Crt PR – 1:50.000 – FAZENDA MURIQUI

1. SITUAÇÃO
   ....

2. MISSÃO
   a. Ultr Elm da 53ª Bda Inf Mtz, Atc em D/0700 na Dire P Cot 744 (6460) – P Cot 784 (6765), para Conq R Altu P Cot 784 – P Cot 788(6865). Nestas Altu, ficar ECD Pross para NW ou Mnt para Ap uma Ultr. Tudo com a finalidade de permitir à 52ª Bda Inf Mtz a Conq das R Altu P Cot 757(6566) – P Cot 781(6666) – P Cot 784 – P Cot 788.
   b. Minha intenção é, com a finalidade de permitir à 52ª Bda Inf Mtz a Conq das R Altu P Cot 757(6566) – P Cot 781(6666) – P Cot 784 - P Cot 788, Conq R Obj impostos o quanto antes, visando a obter o Ct da R do nó rodoviário da Rdv 05 e Rdv 06, impedindo o envio de Ref Ini e abrindo o Pross para NW. Pretendo ainda que o Atq Ltda fixe a L ruptura Ini, proteja a Man da FT 521 e chame para si a atenção da FT Ini em Res, facilitando as ações do Esc Atq Infl.

3. EXECUÇÃO
   a. <u>Conceito da operação</u>
      1) Manobra
         a) O 522º BI Mtz (+ 2º/523º BI Mtz) Ultr Elm 53ª Bda Inf Mtz realizará um Atq de infiltração com a 1ª Cia Fuz através da Fx Infl SUCUPIRA, para Conq R Altu P Cot 788 (O2), e, com a 2ª Cia Fuz, através da Fx Infl BURITI, realizando o Atq Pcp, para Conq R Altu P Cot 784(O1). Atacará também com a 2º/523º BI Mtz para fixar o Ini em sua Z Aç, realizando um Atq Ltdo. Após a Conq de O1 e O2 ficará ECD Pross para NW ou manterá para Ap Ultr.
         b) Anexo B: Clc Op
      2) Fogos
         a) Alvos de alta prioridade
         b) Diretrizes ao apoio de fogo:
            (1) Prio F para a 2ª Cia Fuz;

(2) haverá uma Prep de D/0645 a D/0700; e
(3) diretrizes de fogos.

b. 1ª Cia Fuz

c. 2ª Cia Fuz
- Proteger-se em face do Fln NW para a Conq de O1.

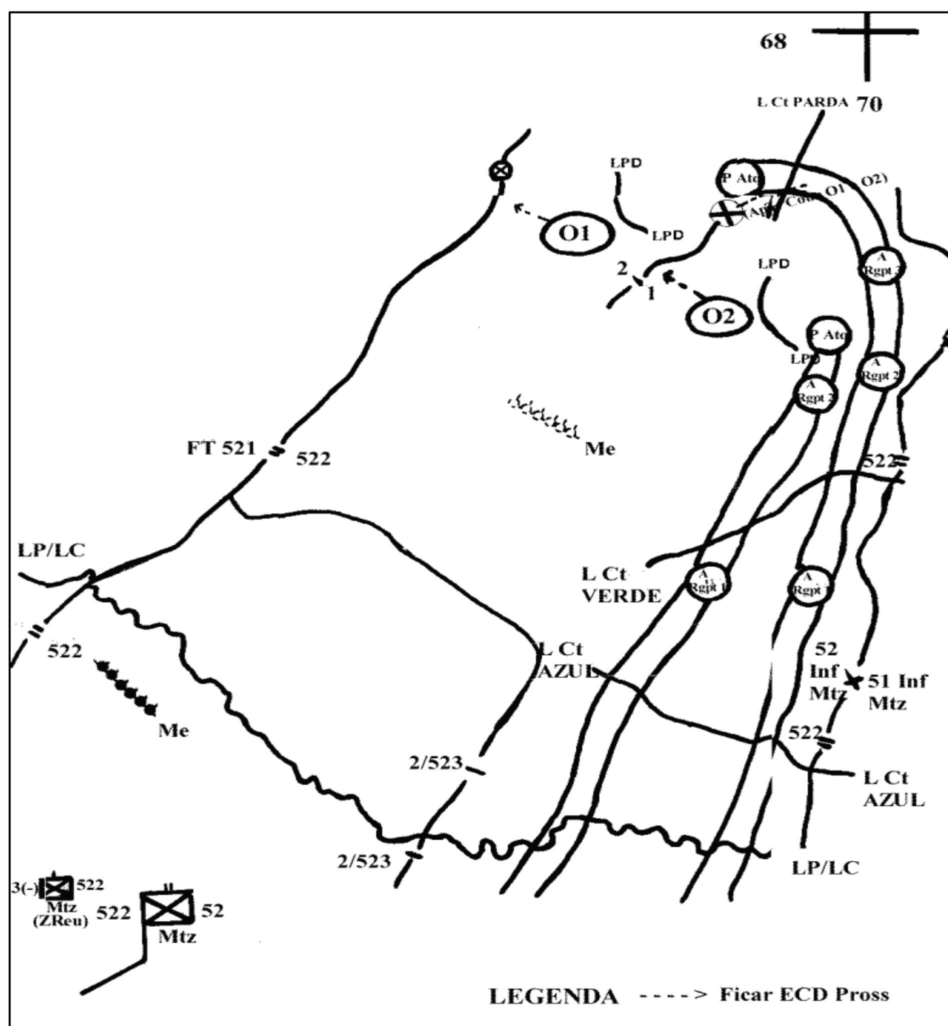
d. 2º/523º BI Mtz (+ 2º/3ª Cia Fuz)

e. Apoio de fogo
1) Pel AC:
a) 1ª Seç Msl em Ref à 1ª Cia Fuz; e
b) Pel AC (- 1ª Seç Msl) em Ref a 2ª Cia Fuz.
2) Pel Mrt Me: Aç Cj
3) Anexo C: PAF (omitido).

f. Reserva
1) 3ª Cia Fuz (- 2º Pel Fuz); e
2) Ref a 2ª/523º BI Mtz com o 2º Pel Fuz.

g. Prescrições diversas
1) As SU devem realizar a infiltração por escalões valor Pel Fuz a partir de D-1/2000.
2) As 1ª e 2ª Cia Fuz deverão constituir ERS valor dois GC, integrados por Elm do Pel Res e sob Cmdo do Cmt deste.
3) Os ERS deverão infiltrar-se a partir de D-2/2000.
4) No caso de quebra de sigilo, as SU deverão reagrupar-se na última A Ragpt e retornar para a P Atq nas L Amg se estiverem na A Ragpt 1, ou Pross para Conq Obj, Mdt O, se estiverem nas A Ragpt 2 ou 3.
5) Anexo D: Pl junção.
6) Anexo E: quadro de Mvt (omitido).
7) Anexo F: Pl Ultr (omitido).

7.2 ESQUEMA DE MANOBRA DE ATAQUE DE INFILTRAÇÃO



8 EXEMPLO DE UMA ORDEM DE OPERAÇÕES DE ATAQUE A LOCALIDADE (PARÁGRAFOS 2º E 3º) E DE ESQUEMA DE MANOBRA

8.1 EXEMPLO DE ORDEM DE OPERAÇÕES DE ISOLAMENTO

Exemplar Nr__ de __ cópias
511º BI Mec
R Faz ÁGUA BOA
D-1/1600
CFS-8

ORDEM DE OPERAÇÕES Nr 001
Ref: Crt Mil MG, Esc 1:25000 – Fl PRATA

1. SITUAÇÃO
....

2. MISSÃO

a. Ultr Elm 21ª Bda C Mec, Atc em D/0600 na Dire P Cot 692 (2267) – CAMPO DE POUSO (1661) para Conq as Altu que dominam os eixos de acesso à localidade de PRATA. Dessas Altu, isolar a localidade. Proteger-se em face dos flancos N e SW. Apoiar o investimento do 521º BI Mec, 522º BI Mec e 523º BI Mec. Ligar-se no P Lig Nr 1 com Elm do 522º BI Mec, Mdt O. Após a Conq de PRATA, substituir Elm da 52ª Bda Inf Mec, Mdt O, e manter a localidade. Tudo com a finalidade de permitir à 52ª Bda Inf Mec a Conq da Loc PRATA e Pross para SW.

b. A minha intenção é conquistar as R Altu que caracterizam os objetivos de isolamento até o final da jornada de D, destruindo o Ini que se encontra nessas alturas, adotando um dispositivo defensivo que impeça o reforço do Ini para a Loc.

3. EXECUÇÃO

a. Conceito da operação

1) Manobra

a) O 511º BI Mec (+ 1ª/512º BI Mec + 1º e 3º/52º Esqd C Mec + 1º/2º/51º RC Mec), Ultr Elm da 21ª Bda C Mec, atacará empregando a FT 1ª Cia Fuz, na Dire P Cot 692 (2267) – P Cot 699 (2065), realizando o Atq Pcp, para Conq sucessivamente a R P Cot 697 (1966) (O2) e R P Cot 699 (2065) (O1). A FT 2ª Cia Fuz, na Dire P Cot 692 – P Cot 725 (1868) – P Cot 731 (1564) – Altu CAMPO de POUSO (1661) para Conq a R Altu E CHÁCARA N S APARECIDA (O4), P Cot 731 (1564) (O6) e Altu P Cot 673 (1662) (O7) e P Cot 666 (1560) (O8). A 3ª Cia Fuz, na Dire P Cot 692 – P Cot 681 (1960), para Conq sucessivamente a R TORRE DE TV (2063) (O3) e R Altu P Cot 681 (1960) (O5). Destas Altu isolará a localidade. Apoiará o investimento do 521º, 522º e 523º BI Mec. Proteger-se-á em face dos flancos N e SW a cargo do 52º Esqd

C Mec e FT 2ª Cia Fuz, respectivamente. Ligar-se-á no P Lig Nr 1, com Elm do 522º BI Mec, Mdt O, por meio do Pel Exp. Após a Conq de PRATA, substituirá Elm 52ª Bda Inf Mec, Mdt O, e manterá a localidade.

b) na B: Calco Op – (calco Nr 5)

c) An C: Plano de Ultrapassagem ALFA – Iso (omitido)

d) An D: Plano de Ultrapassagem BRAVO – Invt (omitido)

e) An E: Plano de Substituição (omitido)

2) Fogos

a) Alvos de alta prioridade

b) Diretrizes ao apoio de fogo

c) Prio F

- FT 1ª Cia Fuz

d) Haverá uma preparação em D/0550 a D/0610.

e) Diretriz de Fogos

----

b. FT 1ª Cia Fuz (+ 1º/2º/51º RC Mec)

c. FT2ª Cia Fuz (+ 2º/1ª/512ª BI Mec + 3º/52º Esqd C Mec + 1ª Seç MAC/Pel AC)

1) Até a Conq dos Obj de isolamento, proteger-se em face da SW.

2) Após a Conq de O8 e Mdt O, perde o 3º/52º Esqd C Mec, que reverte ao Ct do 52º Esqd C Mec.

3) Ligar-se com Elm 522º BI Mtz no P Lig Nr 1, Mdt O.

d. 3ª Cia Fuz [+ Pel AC (- 1ª Seç MAC)]

e. 52º Esqd C Mec

- Proteger o flanco N.

f. Apoio de fogo

1) Pel AC:

a) Ref a FT 2ª Cia Fuz com a 1ª Seç MAC; e

b) Ref a 3ª Cia Fuz com o Pel AC (- 1ª Seç MAC).

2) Pel Mrt Me

- Aç Cj.

3) An F: PAF (omitido)

g. Reserva

1) Até Conq de O8

a) 1ª/ 512º BI Mec (- 2º Pel Fuz); e

b) Reforçar a 2ª Cia Fuz com o 2º Pel Fuz.

h. <u>Prescrições diversas</u>

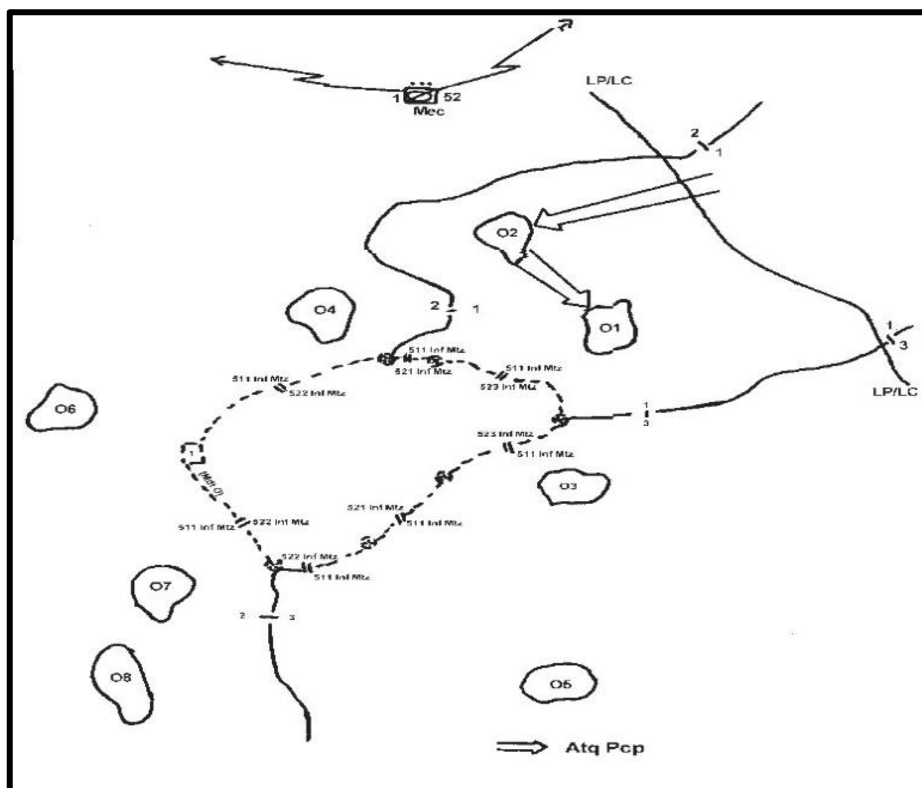
1) EEI

a) O Ini sabotou as Instalações essenciais da Loc?

b) Existe população civil na Loc? Qual sua atitude?

c) Existem depósitos de gêneros, material *etc*.? – Existem VA subterrâneas?

8.2 ESQUEMA DE MANOBRA DE ISOLAMENTO



8.3 ORDEM DE OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO

Exemplar Nr__ de __ cópias
522º BI Mec
R Faz SOURE
D/1600
LMEC-9

ORDEM DE OPERAÇÕES Nr 002
Ref: Crt Mil MG, Esc 1:25000 – Fl PRATA

1. SITUAÇÃO
....

2. MISSÃO
a. Ultr Elm 511º BI Mec, Invt em D+1/0600, na Dire P Cot 697 (1966) – LOTEAMENTO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA (1862) para Conq e Mnt a R BAIRRO CRUZEIRO DO SUL. Após ser Subst por Elm 511º BI Mec, Pross para SW, Mdt O. Ligar-se com Elm do 511º BI Mec no P Lig Nr 1. Tudo com a finalidade de cooperar com a 52ª Bda Inf Mec na Conq de PRATA e Pross para SW.
b. A minha intenção é atingir o bairro CRUZEIRO DO SUL o mais rápido possível, com o menor número possível de danos colaterais e com as instalações principais da localidade intactas, destruindo o Ini que se encontra no interior da localidade, estabelecendo um dispositivo para manter o Obj do Btl e ficando ECD prosseguir para SW.

3. EXECUÇÃO
a. Conceito da operação
1) Manobra
a) O 522º BI Mec (+ 2º/52º Esqd C Mec + 2º/2º/51º RC Mec), Ultr Elm 511º BI Mec, Invt em D+1/0600 sobre PRATA, na Dire P Cot 697 – LOTEAMENTO N S DE FÁTIMA, até a linha de Ct ALFA, com a FT 2ª Cia Fuz ao centro, Rlz o Atq Pcp, para Conq R W de CEMIG (O2), com a 1ª Cia Fuz a E, para Conq a R E de CEMIG (O1) e com o 2º/52ª Esqd C Mec a W. Manterá com 01 Pel Fuz da FT 2ª Cia Fuz (O2). Após a L Ct ALFA até a Linha de Ct BRAVO, o Btl Pross com a FT 1ª Cia Fuz a E, Rlz o Atq Pcp, para Conq e Mnt R PREFEITURA (O3), com a 2ª Cia Fuz ao centro e com o 2º/52º Esqd C Mec a W para Conq e Mnt R Bairro BELA VISTA (04). Após a linha de Ct Bravo, O Btl prosseguirá com a FT 1ª Cia Fuz a E, realizando o Atq Pcp, para Conq e Mnt R E de Bairro CRUZEIRO DO SUL (05) e com a 2ª Cia Fuz a W para Conq e Mnt R W de Bairro CRUZEIRO DO SUL (06). Ligar-se-á com Elm 511º BI Mec, no P Lig Nr 1 por meio do 2º/52º Esqd C Mec, Mdt O. Após o investimento ser substituído pelo 511º BI Mec, Pross para SW, Mdt O.

b) An B: Calco Op – (calco Nr 6)
c) An C: Plano de Ultrapassagem (omitido)
d) An D: Plano de Substituição (omitido)

2) Fogos
a) Alvos de alta prioridade
b) Diretrizes ao apoio de fogo
(1) Prio F
(a) Até L Ct ALFA: FT 2ª Cia Fuz; e
(b) Após a L Ct ALFA: FT 1ª Cia Fuz.
(2) Haverá uma preparação em D+1/0550 a D+1/0610.
(3) Diretriz de Fogos.
----

b. 1ª Cia Fuz [+ 1º/3ª Cia Fuz + Pel AC (- 1ª Seç AC)]
- Após a L Ct ALFA, será reforçada pelo 2º/2º/51º RC Mec, passando a constituir a FT 1.

c. FT 2ª Cia Fuz (+ 2º/3ª Cia Fuz + 2º/2º/51º RC Mec + 2ª Seç AC/Pel AC)
- Após a L Ct ALFA, perde o 2º/2º/51º RC Mec que reforça a 1ª Cia Fuz, que passa a constituir a FT 1.

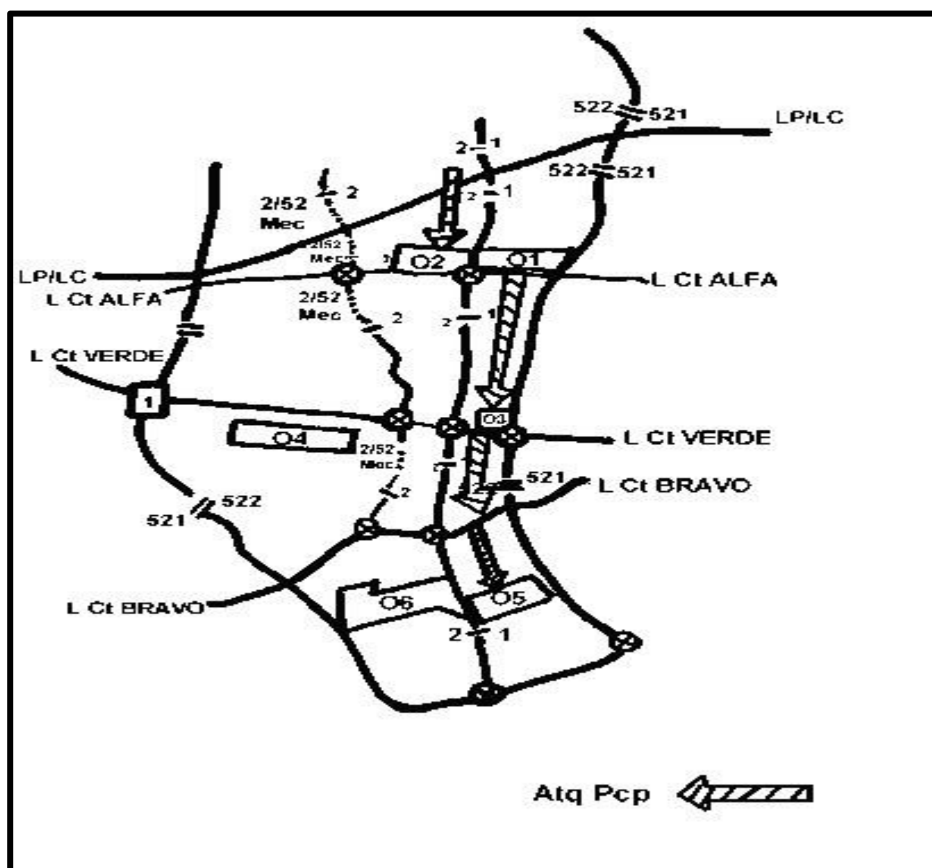
d. 2º/52º Esqd C Mec
1) Ligar-se com Elm 511º BI Mtz, no P Lig Nr 1.
2) Em O4, apoiar a manobra da 2ª Cia Fuz.

e. Apoio de fogo
1) Pel AC:
a) Ref a 1ª Cia Fuz; e
b) Ref a FT 2 com a 2ª Seç AC.
2) Pel Mrt Me
- Aç Cj
3) An E: PAF (omitido)

f. Reserva
1) 3ª Cia Fuz (- 1º e 2º Pel Fuz);
2) Reforçar a FT 2ª Cia Fuz com o 2º Pel Fuz; e
3) Reforçar a 1ª Cia Fuz com o 1º Pel Fuz.

g. Prescrições diversas
1) L Ct ALFA – Rua TIRADENTES;
2) L Ct VERDE – Av DOM PEDRO I;
3) L Ct BRAVO – Afluente ESTE do Cor da PRATA; e
4) Os Cmt SU deverão adotar providências necessárias de modo a evitar saques e violências contra Elm civis indefesos.

8.4 ESQUEMA DE MANOBRA DE INVESTIMENTO



9 EXEMPLO DE UMA ORDEM DE OPERAÇÕES DE APROVEITAMENTO DO ÊXITO (PARÁGRAFOS 2º E 3º)

9.1 ORDEM DE OPERAÇÕES

Exemplar Nr__ de __ cópias
422º BIB
R Faz PACHECO
D-1/0800
LMEC-5

ORDEM DE OPERAÇÕES Nr 001
Ref: Crt Mil SP, Esc 1:25000 – Fl CUMBUCO

1. SITUAÇÃO
....

2. MISSÃO
   a. Ultr Elm 51ª Bda Inf Mec, realizar um Apvt Exi, a partir de D/1030, na Dire G AMERICANA (6082) – ARARAS (5624), pelo E Prog BALA, como 2º Esc da 42ª Bda Bld até o P Ct Nr 1. A partir desta R, Pross pelo E Prog AFIR (em 1º Esc) para Conq a L Altu P Cot 701 (5222) – P Cot 696 (5222). Nesta R Altu, ficar ECD Pross para o N ou manter para Ap Ultr. Proteger-se em face do Fln W após a L Ct AZUL, Mdt O. Ligar-se com Elm da FT 423º RCC no P Lig Nr 4. Tudo com a finalidade de cooperar com a 42ª Bda Bld na Conq da L Altu P Cot 701 – P Cot 696 e L Altu P Cot 721 (5420) – P Cot 732 (5620).
   b. Minha intenção é ....

3. EXECUÇÃO
   a. <u>Conceito da operação</u>
      1) Manobra
         a) A FT 422º BIB [422º BIB (- 3ª Cia Fuz Bld) + 2º/423º RCC + 42º Esqd C Mec + 2º/2ª/42º BE Cmb Bld], Ultr Elm da 51ª Bda Inf Mec, realizará um Apvt Exi, pelo E Prog BALA, até o P Ct Nr 1, como 2º Esc da Bda.
         b) A partir desta R, Pross pelo E Prog AFIR com a FT CC em 1º Esc e a FT 1 em 2º Esc, até o P Ct Nr 7. A partir desse P Ct, Pross pelo E Prog AFIR com a FT CC em 1º Esc para Conq R Altu P Cot 696 (5222) (O2) e com a FT 1, também em 1º Esc, pelo E Prog CRUZ, para conquistar R Altu P Cot 701 (5222) (O1).
         c) Proteger-se-á com o 42º Esqd C Mec em face da W.
         d) Ligar-se-á no P Lig Nr 4 com o Pel Exp/CCAp.
         e) Após a Conq de O1 - O2, ficará ECD Pross para o N ou Mnt para Ap Ultr.
         f) An B: Calco de Op (Clc Nr 03).

2) Fogos

....

b. FT 1 [1ª Cia Fuz Bld (- 2º Pel Fuz Bld) + Pel AC (- 2ª Seç Msl AC)/Cia C Ap]

- Ref com o 2º Pel Fuz Bld o 2º/423º RCC, que passará a constituir a FT CC.

c. FT CC [2º/423º RCC + 2º/1ª Cia Fuz Bld + 2º/2ª Cia Fuz Bld + 2ª Seç Msl AC/Pel AC/CCAp]

d. 42º Esqd C Mec

- Proteger o flanco W.

e. Pel Exp/CCAp

- A partir do P Ct Nr 7, deslocar-se pelo E Prog CRUZ.

f. CCAp (- Pel Exp)

- Perde o Pel Exp que passa ao controle do Btl.

g. Apoio de fogo

1) Apoio de artilharia

a) Generalidades

b) Organização para o combate

(1) 1ª/122º GAC 155 AP em Ap Dto à FT 422º BIB: deslocar-se pelo E Prog BALA, na esteira do 2º/42º Esqd C Mec, até a L Ct AZUL. A partir dessa região, deslocar-se na esteira da FT CC.

(2) 1ª/12º GAAAe em Ap Dto à FT 422º BIB: articular-se no P Ct Nr 1.

2) Pel AC

a) Pel AC (- 2ª Seç Msl AC): Ref a FT 1

b) 2ª Seç Msl AC: Ref a FT CC

3) Pel Mrt P: Ref a FT1

4) An C: PAF (omitido)

h. 2º/ 2ª/ 42º BE Cmb Bld

- Deslocar-se na esteira da FT CC.

i. CCAp (- Pel Exp)

- Perde o Pel Exp que passa ao controle do Btl.

j. Reserva

1) 2ª Cia Fuz Bld (- 2º Pel Fuz Bld).

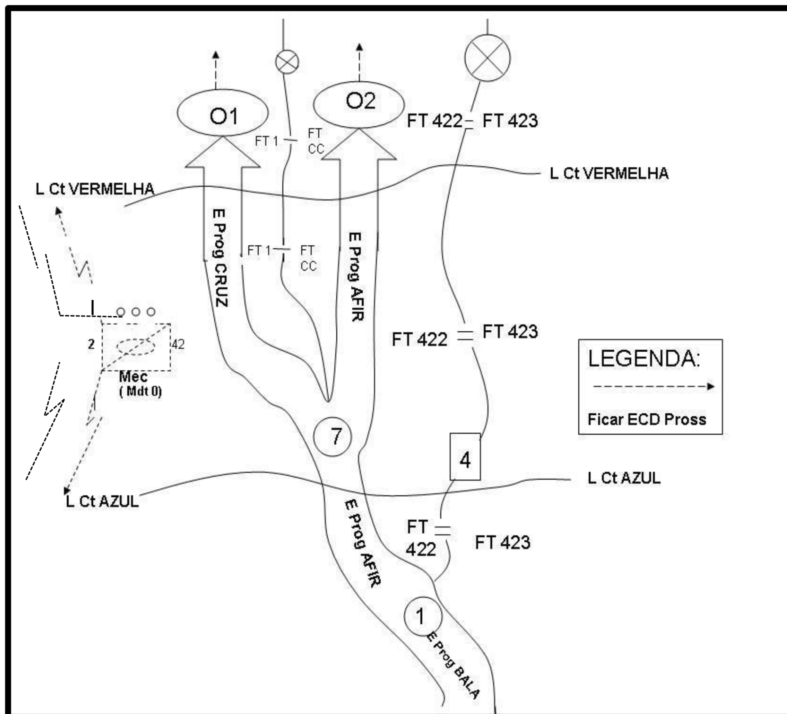
2) Integrar a FT CC com o 2º Pel Fuz Bld.

3) Ligar-se no P Lig Nr 4 com Elm da FT 423º RCC.

4) Deslocar-se na esteira do 2º/2ª/42º BE Cmb Bld.
5) Em final de missão, ocupará Z Reu na R SE Faz ÁGUA BOA (4822).

k. Prescrições diversas
- As SU deverão informar a abordagem e a ultrapassagem das L e Pt Ct.

9.2 ESQUEMA DE MANOBRA DE APROVEITAMENTO DO ÊXITO



10 EXEMPLO DE UMA ORDEM DE OPERAÇÕES ASSALTO AEROMÓVEL (PARÁGRAFOS 2º E 3º)

10.1 ORDEM DE OPERAÇÕES DE UM ASSALTO AEROMÓVEL (CONQUISTA E MANUTENÇÃO)

Exemplar Nr__ de __ cópias
FT Amv 311º BI Amv
R Faz ARAUCÁRIA (1056)
D-1/0700
MZK-118

ORDEM DE OPERAÇÕES Nr 03
Ref: Crt MG – 1:50000 – PRATA – MORRO SERRADINHO

1. SITUAÇÃO
....

2. MISSÃO
a. Atacar, realizando uma Op Ass Amv, a partir de D/0800, Mdt O, na Dire CAMPINA VERDE (fora da carta) – PRATA (1863), para Conq e Mnt a R Altu P Cot 672 (1561) – P Cot 673(1662) – P Cot 666 (1560). Estabelecer LRS (PAC). Realizar a junção com Elm da 42ª Bda Bld e Ap a sua Ultr. Tudo com a finalidade de permitir à 12ª DE impedir o acesso do Ini à Loc PRATA.
b. Minha intenção é..

3. EXECUÇÃO
a. Conceito da operação
1) Manobra
a) A FT Amv 311º BI Amv (311º BI Amv + 1º B Av Ex + 1ª/31º GAC L + 1ª/31ª Bia AAAe + 1º/31ª Cia E Cmb L) atacará, realizando uma Op Ass Amv, Mdt O, na Dire CAMPINA VERDE – PRATA, com a 1ª Cia Fuz L para Conq R Altu de P Cot 666 (1560) (O2), com a 2ª Cia Fuz L, realizando o Atq Pcp, para Conq a R Altu de P Cot 672 (1561) (O1) e com a 3ª Cia Fuz L para Conq R Altu P Cot 673 (1662) (O3). Após a Conq de 01, 02 e 03, manterá essa região com a 2ª Cia Fuz L a NW, a 1ª Cia Fuz L a W e a 3ª Cia Fuz L a E. Estabelecerá LRS (PAC) com o Pel Rec, a cargo do Btl, na L Altu P Cot 662 (1460) – 659 (1361) – 677 (1463) – 674 (1664) – P Cot 688 (1962) – P Cot 681 (1960) e P Cot 643 (1757), Mdt O. Ficará ECD aprofundar a Def nos Nu Nr 1 ou 2 com a Res. Realizará, com a 2ª Cia Fuz L, a junção com Elm da 42ª Bda Bld no P Jç Nr 1 e apoiará sua Ultr.
b) An B – Clc Op para a Conq da LC Pnt Ae (Z Aç FT Amv) (Calco Nr 2) (extrato).
c) An C – Clc de Op para a Mnt da LC Pnt Ae (Z Aç FT Amv) (Calco Nr 1) (extrato).

d) An D – Pl Op de junção (omitido).
e) An E – Pl resgate (omitido).
f) An F – Pl Ultr (omitido).

2) Fogos

a) Alvos de alta prioridade

b) Diretrizes ao Ap F

- Prio F

(1) Para Conq

- 2ª Cia Fuz L

(2) Para Mnt

- 2ª Cia Fuz L

b. 1º B Av Ex

1) Reforçar o Esc Avçd com Guias Amv e apoiar sua infiltração, a partir de D-1/2300.

2) Após o desembarque da F Spf, ficar ECD apoiá-la na destruição de F Ini que esteja dificultando ou impedindo a Conq dos objetivos dentro da L C Pnt Amv.

3) Rlz Op de Trnp Amv e evacuação aeromédica em benefício da FT Amv.

c. 1ª Cia Fuz L

d. 2ª Cia Fuz L

e. 3ª Cia Fuz L (- 3º Pel Fuz L)

- Perde o 3º Pel Fuz L, que passa ao Ct do Btl.

f. Pel Rec/CCAp

- Constituir o escalão avançado e infiltrar-se, com apoio do 1º B Av Ex, a partir de D-1/2300, ficando ECD operar as Z Dbq a partir de D/0800.

g. Apoio de fogo

1) Artilharia:

a) 1ª/31º GAC L em Ap G à FT 311º BI Amv; e

b) 1ª/31ª Bia AAAe em Ap G à FT 311º BI Amv.

- D AAe da 1ª/31º GAC L.

2) Pel AC:

a) Pel AC (- 1ª Seç AC): Ref a 2ª Cia Fuz L; e

b) 1ª Seç AC: Ref a 1ª Cia Fuz L.

3) Pel Mrt Me: Aç Cj.

4) An G: PAF (omitido).

h. 1º/31ª Cia E Cmb L

1) Prioridade dos trabalhos:

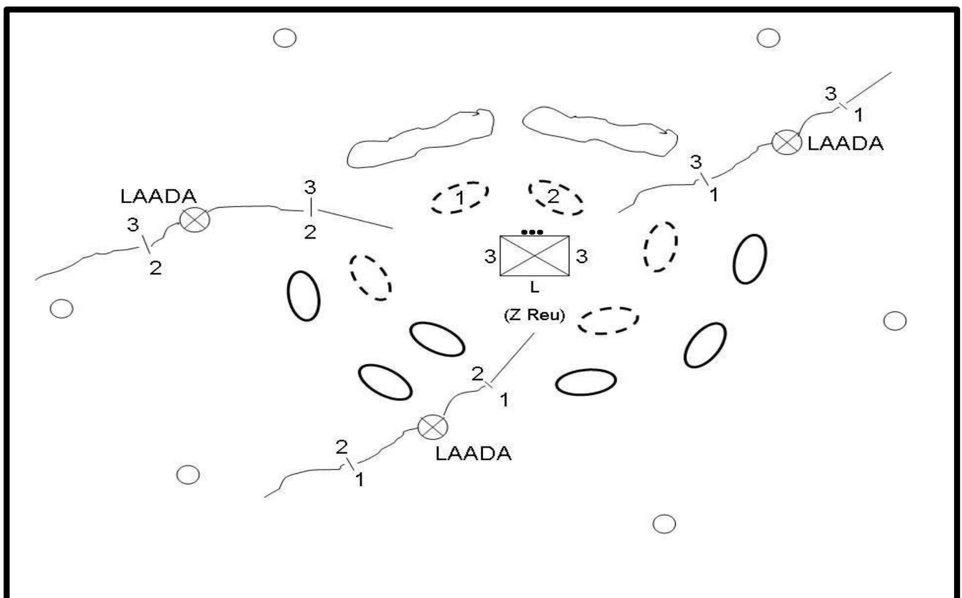
- apoio à contramobilidade na Z Aç da 2ª Cia Fuz L e 1ª Cia Fuz L, nessa ordem.

i. CCAp
- Após a Conq de 01, 02 e 03, perde o Pel Rec que passa ao Ct da FT Amv 311º BI Amv para estabelecer LRS, Mdt O.

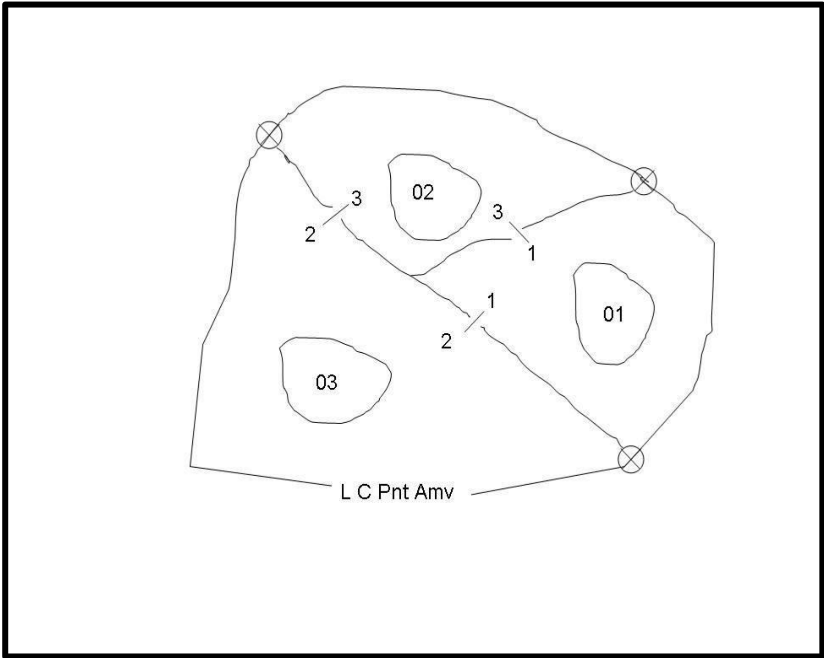
j. Reserva
1) Para a Conq:
   a) na C Pnt Amv:
      - 3º/3ª Cia Fuz L.
   b) Na Z Emb:
      (1) 1º/1ª Cia Fuz L;
      (2) 2º e 3º/2ª Cia Fuz L; e
      (3) 2º/3ª Cia Fuz L.
1) Para a Mnt:
   a) 3º/3ª Cia Fuz L;
   b) preparar os núcleos 1 e 2; e
   c) ficar ECD aprofundar a defesa nos Nu 1, 2 ou Enc E P Cot 570 (9610).

k. Prescrições diversas
1) An H: Pl Dbq
2) An I: Pl Mvt Ae (omitido)
3) An J: Pl carregamento (omitido)

10.2 ESQUEMA DE MANOBRA DA FASE DA MANUTENÇÃO



10.3 ESQUEMA DE MANOBRA DA FASE DA CONQUISTA



11 EXEMPLO DE UMA ORDEM DE OPERAÇÕES DE ASSALTO AEROTERRESTRE (PARÁGRAFOS 2º E 3º) E RESPECTIVO ESQUEMA DE MANOBRA

11.1 ORDEM DE OPERAÇÕES

Exemplar Nr__ de __ cópias
FT ALADA
R P Cot 556 (3648)
D-1/0900
PLF-320

ORDEM DE OPERAÇÕES Nr 06
Ref: Crt RJ – 1:25.000 – RIBEIRÃO TONINHO

1. SITUAÇÃO

....

2. MISSÃO

a. A fim de cooperar com a 30ª Bda Inf Pqdt no estabelecimento de uma cabeça de ponte aeromóvel na R SÃO MIGUEL (6020), realizar um assalto aeroterrestre em D/H para conquistar a região da ponte sobre a Rodovia FUNIL (6117) e manter a linha de cabeça de ponte aérea. Estabelecer PAC. Realizar a junção e ser substituída por elementos da 11ª Bda Bld.

b. Intenção do Cmt

Minha intenção com esta operação é evitar que qualquer força inimiga atinja a região a SW da ponte sobre a Rodovia FUNIL. Pretendo também evitar o engajamento decisivo, mobiliando os PAC com um poder de combate que force o inimigo a desdobrar-se prematuramente e o dissuada de suas intenções.

3. EXECUÇÃO

a. Conceito da operação

1) Manobra

a) A força-tarefa ALADA (31º BI Pqdt + 1º/1º Esqd C Pqdt + 1º/1ª Cia E Cmb Pqdt + 1ª/30ª GAC Pqdt) realizará um assalto aeroterrestre, desembarcando na zona de lançamento CONDOR (6318), com a 3ª Cia Fuz Pqdt pelo eixo de progressão PRATA, realizando a ação principal, para conquistar a região de alturas do P Cot 446 (5819) (02), com a 1ª Cia Fuz Pqdt pelo eixo de progressão MARROM, para conquistar a região de alturas do P Cot 454 (5917) (01) e com a 2ª Cia Fuz Pqdt pelo eixo de progressão GRENÁ, para conquistar a região de alturas do P Cot 449 (6219) (03).

b) Manterá a linha de cabeça de ponte aérea com a 3ª Cia Fuz Pqdt a W, a 1ª Cia Fuz Pqdt ao S e a 2ª Cia Fuz Pqdt ao N.

c) Estabelecerá PAC com 1 Pel Fuz Ref da 3ª Cia Fuz Pqdt nas regiões da Faz ALEGRIA (5718), P Cot 480 (5717) e LOTEAMENTO

(5817), com o 1 Pel Fuz Ref da 1ª Cia Fuz Pqdt na região de alturas de ALONGADA (5916) e com o 1º/1º Esqd C Pqdt em reforço à 2ª Cia Fuz Pqdt nas regiões de alturas do Morro do VOLVO (5921) e P Cot 450 (6220).

d) Realizará a junção com elementos da 11ª Bda Bld, por intermédio da 3ª Cia Fuz Pqdt.

e) Será substituída por elementos da 11ª Bda Bld.

f) An B – Calco da Conquista da Cabeça de Ponte Aérea.

g) An C – Calco de Manutenção da Cabeça de Ponte Aérea (omitido).

h) An D – Plano de Junção (omitido).

i) An E – Plano de Substituição (omitido).

2) Fogos

....

3) Barreiras

- An F: Plano de Barreiras (omitido).

....

b. <u>Prescrições diversas</u>

1) Plano de Embarque e Carregamento do Escalão de Assalto: An H (omitido).

2) Plano de Embarque e Carregamento do Escalão de Acompanhamento: An I (omitido).

3) Plano de Reorganização: An J (omitido).

4) EEI:

a) O inimigo atua na região da cabeça de ponte aérea? Qual o seu dispositivo? Composição? Valor?

b) Qual o estado da ponte sobre o Rio PIRATUNÃ (6118)?

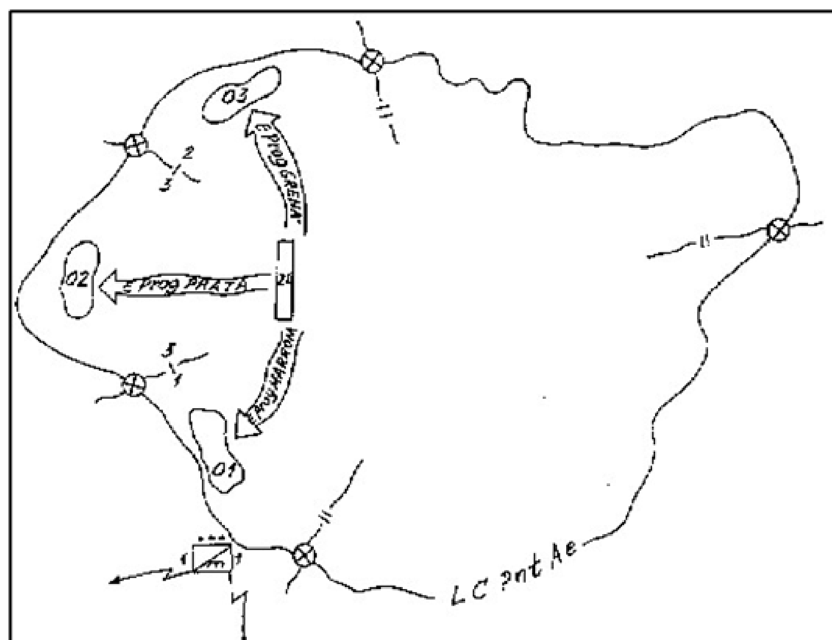
c) Existe algum obstáculo artificial na cabeça de ponte aérea? Localização e valor?

d) Existe população na cabeça de ponte aérea? Onde? Qual a sua atitude?

e) Quais as quantidades e tipos de viaturas disponíveis na cabeça de ponte aérea?

f) Existe alguma instalação que possa ser usada para fins logísticos (posto de saúde, posto de gasolina, galpões *etc.*) na cabeça de ponte aérea?

11.2 ESQUEMA DE MANOBRA



12 EXEMPLO DE UM PLANO DE JUNÇÃO (PARÁGRAFOS 2º, 3º E APÊNDICE “COMANDO E COMUNICAÇÕES”) E RESPECTIVO ESQUEMA DE MANOBRA

12.1 ORDEM DE OPERAÇÕES

Exemplar Nr__ de __ cópias
FT FALCÃO
R P Cot 544 (3022)
D-1/0900
BLB-320

PLANO DE JUNÇÃO
(Anexo D à O Op Nr 08)
Ref: Crt RJ – 1:25.000 – RIBEIRÃO CRISTAL

1. SITUAÇÃO
....

2. MISSÃO
a. Realizar a junção com elementos 10ª Bda C Bld no Ponto de Junção Nr 1 e apoiar a sua ultrapassagem. Tudo com a finalidade de permitir à 10ª Bda C Bld o prosseguimento para o S.
b. Intenção do Cmt
....

3. EXECUÇÃO
a. <u>Conceito da operação</u>
1) Manobra
a) A FT FALCÃO realizará a junção com elementos 10ª Bda C Bld empregando a 2ª Cia Fuz Pqdt no Ponto de Junção Nr 1. Ficará ECD realizar a junção no Ponto de Junção Nr 3, empregando também a 2ª Cia Fuz Pqdt. Após a junção, apoiará a ultrapassagem de elementos da 10ª Bda C Bld.
b) Apêndice 1 – Calco de Operações (omitido).
2) Fogos
....

12.2 APÊNDICE DE COMANDO E COMUNICAÇÕES

(RESERVADO)

Exemplar Nr 1 de 8 cópias
FT FALCÃO
R P Cot 544 (3022)
D-1/1030
BBK – 330

COMANDO E COMUNICAÇÕES
(Apêndice ao Anexo D – Plano de Junção à O Op Nr 08) Ref: Crt RJ – 1:25.000 – RIBEIRÃO CRISTAL

1. SITUAÇÃO
....

2. MISSÃO
a. Instalar, explorar e manter o sistema de comunicações para coordenação e controle da operação de junção entre a FT FALCÃO e a 10ª Bda C Bld.
b. A minha intenção é ....

3. EXECUÇÃO
a. Conceito da operação
O sistema de comunicações a ser instalado deverá prover ligações para manter o comando e controle das ações de junção entre a FT FALCÃO e a 10ª Bda C Bld, sendo assim constituído:
1) Sistema rádio:
a) Funcionamento das redes de junção
(1) Rede de Junção Nr 1 (Bda x Bda)
- Abre em D+1/0800 com a prescrição “rádio silêncio”. Passa a “rádio restrito” quando elementos da 10ª Bda C Bld atingirem a Linha de Controle BRANCA e transmitirem a mensagem código: “NA FINAL PARA O LANÇAMENTO”. “Rádio livre” Mdt O.
(2) Rede de Junção Nr 2 (U x U)
- Abre Mdt O, quando elementos da 10ª Bda C Bld atingirem a Linha de Controle BRANCA, com a prescrição “rádio silêncio”. Passa a “rádio restrito” quando elementos da 10ª Bda C Bld atingirem a Linha de Controle DIAMANTE e transmitirem a mensagem código “A RAMPA ABRIU”. “Rádio livre” Mdt O.
(3) Rede de Junção Nr 3 (SU X SU)
- Abre Mdt O, quando Elm da 10ª Bda C Bld atingirem a Linha de Controle DIAMANTE, com a prescrição “rádio silêncio”. Passa a “rádio restrito” quando elementos da 10ª Bda C Bld atingirem a Linha de Controle ÁGUIA, e transmitirem a mensagem código: “O AVIÃO LANÇOU”. “Rádio livre” Mdt O.

(4) Rede de Junção Nr 4 (Pel x Pel)
- Abre Mdt O, quando elementos da 10ª Bda C Bld atingirem a Linha de Controle ÁGUIA, com a prescrição “rádio silêncio”. Passa a “rádio restrito” quando atingirem a Linha de Controle ESTRELA e transmitirem a mensagem código. “A ÁGUIA POUSOU”. “Rádio livre” Mdt O.

(5) Rede de Junção Nr 5 (Controle de tiro)
- Abre Mdt O, quando elementos da 10ª Bda C Bld atingirem a Linha de Controle BRANCA, com a prescrição de “rádio restrito” e passa a “rádio livre” Mdt O.

2) Sistema físico
....

3) Outros meios
a) Todas as viaturas da 10ª Bda C Bld empregadas na junção deverão portar um painel AMARELO, com dimensões mínimas de 1,60 x 1,20, cobrindo a capota, com o objetivo de atender ao reconhecimento aéreo. Também deverão portar uma bandeirola amarela, nas dimensões mínimas de 0,50 m x 0,70 m, presa numa haste ou suporte, na lateral esquerda da viatura, para atender às necessidades de reconhecimento terrestre. Os CC e as VBTP também devem atender a essas exigências.
b) As viaturas da FT FALCÃO deverão portar painéis e bandeirolas nas dimensões e condições anteriores, entretanto na cor AZUL.

4) Recursos locais
a) Proibida a utilização de circuitos físicos locais.
b) Todo o material encontrado deverá ser recolhido ao Posto de Coleta de Material Salvado e Capturado da FT FALCÃO.

5) Guerra eletrônica
- Deve ser enfatizada, em todos os escalões de comunicações, a utilização de medidas de proteção eletrônica (MPE), com vistas a dificultar a obtenção de dados e a adoção de CME pelo inimigo.

4. LOGÍSTICA
....

5. COMANDO E COMUNICAÇÕES

a. <u>Índice das IE Com Elt</u>: 1-1 Op TRIDENTE.

b. <u>Postos de comando</u>
- FT FALCÃO: região de SAIBREIRA (5919).

c. <u>Eixos de comunicações</u>
- 30ª Bda Inf Pqdt: Rdv FLORA-QUATIS.

d. <u>Outras prescrições</u>

1) Proibida a escuta de estações de radiodifusão, exceto para elementos de busca.

2) Procedimentos nos postos de junção:

a) Diurnos

- O pelotão da força estacionária deverá instalar uma bandeirola AZUL a uma distância entre 400 e 600 m do ponto de junção, na direção da chegada do elemento da força de junção, em local bem visível. A bandeirola deverá ter dimensões mínimas de 0,70 m x 0,50 m. O Cmt da força de junção, ao atingir o local da bandeirola, designará um de seus militares para desembarcar, caso esteja motorizado, o qual, com auxílio dos braços, levantará uma bandeirola amarela nas mesmas dimensões anteriores, acima da cabeça, sinalizando várias vezes. Ao observar isso, o Cmt da força estacionária designará um de seus militares para sair de seu abrigo e executar, em local visível, o mesmo procedimento com uma bandeirola de cor branca. Após esses procedimentos, ocorrerá, então, a troca de senha e contrassenha.

b) Noturnos

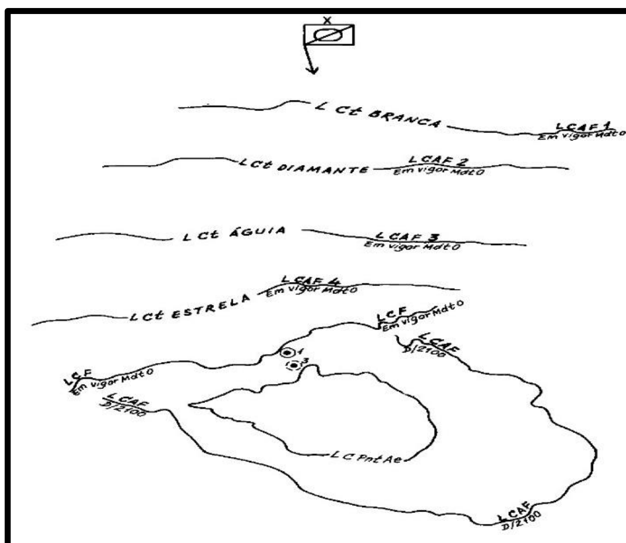
- O procedimento será idêntico ao diurno. As distâncias serão diminuídas, e as bandeirolas de sinalização serão substituídas pelos seguintes artifícios luminosos:

(1) Bandeirola azul – lanterna com filtro AZUL.

(2) Bandeirola amarela – lanterna com filtro AMARELO.

(3) Bandeirola branca – lanterna sem filtro.

12.3 ESQUEMA DE MANOBRA



13 ORDEM DE OPERAÇÕES DE DEFESA DE ÁREA

13.1 ORDEM DE OPERAÇÕES

Exemplar Nr 3 de 8 cópias
522º BI Mec
R Faz ICARAÍ (1056)
D–5/0700
RFC – 23

ORDEM DE OPERAÇÕES Nr 03
Ref: Crt MG – 1:50000 – PRATA – MORRO SERRADINHO

1. SITUAÇÃO
   ....

2. MISSÃO
   a. Defender, no corte do Arroio PAI PASSO (2486), a frente compreendida entre Sanga DOS SARAIVAS (2494), inclusive, e a Sanga DOS RODRIGUES (2490), exclusive. Estb PAC nas Altu de ÂNGELO FARACO (2692) – Altu S de P Cot 108 (2690). Aclh Elm da 53ª Bda Inf Mec que Ret em sua Z Aç. Tudo com a finalidade de impedir, em sua Z Aç, o acesso do Ini à L Altu N Estb SOBRADO (2094) – Altu P Cot 189 (2092) – P Cot 164 (1890) – P Cot 165 (2086).
   b. A minha intenção é manter o terreno a todo custo, não permitindo ao Ini a conquista das Altu de P Cot 182 (2292), ponto-chave da defesa, defender a Z Aç do Btl, priorizando as VA Ini provenientes da R Altu de ÂNGELO FARACO (2692), intensificando a DAC neste setor, negando-lhe a possibilidade de criar condições de acesso à estrada que demanda da R de INÁCIO DORNELES (1896). Caso o Ini penetre em nossa P Def e venha a submergir algum Nu Def, expulsá-lo e se possível destruí-lo no interior da ADA.

3. EXECUÇÃO
   a. Conceito da operação
      1) Manobra
         a) O 522º BI Mec (+ 2º/52º Esqd C Mec) realizará uma Def de área, com a 1ª Cia Fuz (+ 1º/3ª Cia Fuz) ao N, a 2ª Cia Fuz ao Centro e o 2º/3ª Cia Fuz ao Sul. Estabelecerá PAC nas L Altu de ÂNGELO FARACO – Altu S de P Cot 108 com o 2º/52º Esqd C Mec a cargo da FT 3. Acolherá Elm da 53ª Bda Inf Mec que Ret em sua Z Aç. Ficará ECD Aprf a defesa nos Nu de Nr 1 a 9.
         b) Anexo B: Calco de Op (omitido) (Extrato – Calco Nr 8)
      2) Fogos
         a) Alvos de alta prioridade
         b) Diretrizes ao apoio de fogo
            (1) Prioridade de fogos para a 1ª Cia Fuz.
            (2) Haverá uma contrapreparação de 30 min, Mdt O do Esc Sp.

(3) Diretrizes de Fogos.
....
(4) Distribuição das barragens
(a) 1ª Cia Fuz: – 1 Br N de GAC 155
(b) 1 Br N de GAC 105
(c) 2ª Cia Fuz: – 1 Br N de Mrt Me
(d) 1 Br E de Mrt Me
(e) 2º/3ª Cia Fuz: – 1 Br E de Mrt Me

3) Barreiras
a) Anexo C: Plano de barreiras (extrato)
....

b. <u>1ª Cia Fuz (+ 1º/ 3ª Cia Fuz)</u>
- Organizar um Nu Pel 1000 m NW R Altu SÃO JOSÉ do PAI PASSO (2492).

c. <u>2ª Cia Fuz</u>

d. <u>2º/ 3ª Cia Fuz</u>
- Vigiar em sua Z Aç.

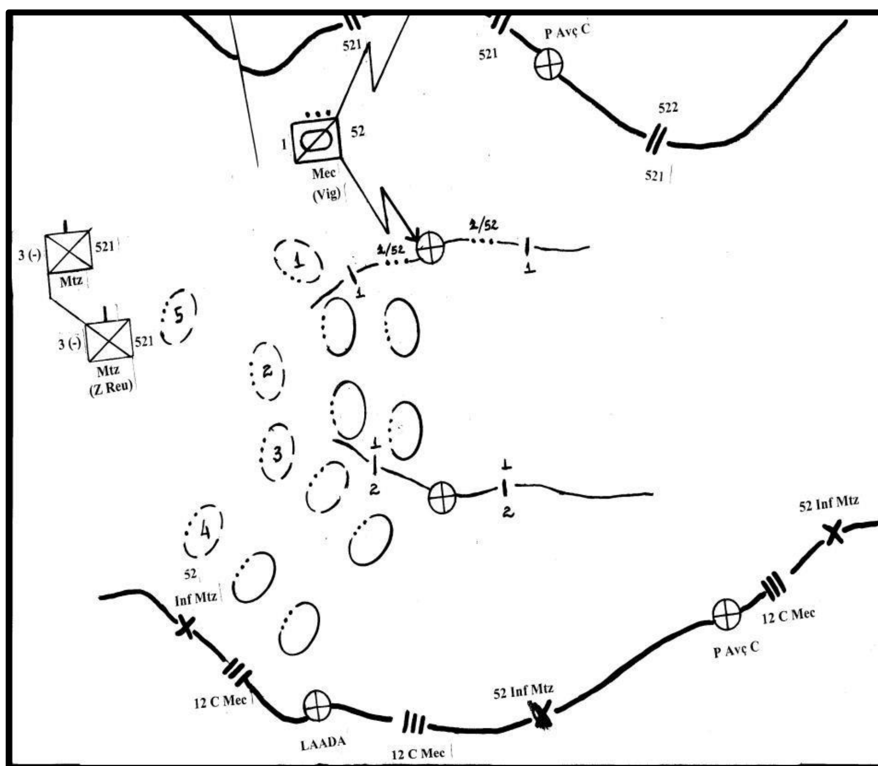
e. <u>Apoio de fogo</u>
1) Pel AC
- Ação de conjunto.
2) Pel Mrt Me
a) Ação de conjunto
b) 2ª Seç Mrt Me em Ap Dto à FT 3, para as ações no PAC.
3) Anexo D: PAF (omitido).

f. <u>Mobilidade, contramobilidade e proteção</u>
1) <u>2º/52ª Cia E Cmb</u>
- Priorizar a construção dos obstáculos de proteção local na Z Aç da 1ª Cia Fuz.

g. <u>Reserva</u>
1) FT 3 [3ª Cia Fuz (- 1º e 2º Pel Fuz) + 2º/52º Esqd C Mec]
- Ref a 1ª Cia Fuz com o 1º Pel Fuz.
- Perde o 2° Pel Fuz que passa ao Ct do Btl.
- Aprf a DAC ao longo da Rdv 022 com o 2º/52º Esqd C Mec.
- Organizar os Nu de 1 a 10.
- Ficar ECD Aprf Def nos Nu Nr 1 a 10.
- Estb PAC na L Altu de ÂNGELO FARACO – P Cot 108 com o 2º /52º Esqd C Mec.
- Ficar ECD cumprir missões de DEFAR do Btl.

h. Prescrições diversas
   1) Dispositivo pronto
      a) No PAC: D/0800.
      b) Na ADA: D/1400.
   2) Ret dos PAC: Mdt O.
   3) Os Elm de 1º Esc Aclh os Elm da 53ª Bda Inf Mtz e da FT 3 que Ret em suas Z Aç.
   4) Após o Dspo pronto, os Elm da ADA deverão lançar Pa de Lig entre seus Nu.
   5) An E – Plano de Acolhimento (omitido).

13.2 ESQUEMA DE MANOBRA



13.2.1 No esquema de manobra exemplificado acima, constam também as posições dos núcleos de pelotão da área de defesa avançada (ADA). Em geral, o S-3 disponibilizará aos comandantes de SU uma via do esquema de manobra – anexo à ordem de defesa – na qual esses núcleos da ADA não serão representados, em virtude de serem os próprios comandantes das SU os responsáveis pelo seu posicionamento no terreno. Entretanto, mesmo não sendo normal, essa “visualização da ADA” – aqui apresentada com um caráter

eminentemente didático – poderá mesmo vir a ser confeccionada pelo próprio S-3, sendo então repassada às SU para execução.

14 ORDEM DE OPERAÇÕES DE DEFESA ELÁSTICA

14.1 ORDEM DE OPERAÇÕES

Exemplar Nr 5 de 9 cópias
522º BI Mtz
R Faz TABUBA (1086)
2160800 Ago 02 ABC – 32

ORDEM DE OPERAÇÕES Nr 02
Ref: Crt MG – 1:50000 – JUIZ DE FORA

1. SITUAÇÃO
....

2. MISSÃO
a. Defender, no corte do rio BABILÔNIA (3203), a frente compreendida entre o Cor MATEIRO (2902), inclusive, e o Cor LAGEADO (3301), exclusive. Estabelecer PAC na L de Altu de P Cot 746 (3106) – P Cot 752 (3404). Acolher Elm da 21ª Bda C Mec que retraírem em sua Z Aç. Tudo com a finalidade de impedir, em sua Z Aç, o acesso do Ini a L de Altu de P Cot 771 (2798) – P Cot 772 (3298).
b. A minha intenção é não permitir que o Ini conquiste a L de Altu de P Cot 755 – P Cot 762, causar o máximo de destruição aos meios blindados Vm, aproveitando todas as oportunidades para o emprego das ações dinâmicas de defesa, não permitindo que o Ini prossiga em seu movimento para o S, através da Rdv 153.

3. EXECUÇÃO
a. <u>Conceito da operação</u>
1) Manobra
a) O 522º BI Mtz (+ 2º/2º/51º RCC + 2º/52º Esqd C Mec) realizará uma Def A, empregando a técnica especial de Def elástica na R Altu de P Cot 673 (3103), entre o Cor MATEIRO e o Cor FERREIRA, com a 1ª Cia Fuz a W e a 2ª Cia Fuz a E. Estabelecerá PAC na L de Altu de P Cot 746 – P Cot 752 com o 2º/52º Esqd C Mec a cargo da FT 3. Acolherá Elm da 21ª Bda C Mec que Ret em sua Z Aç. Ficará ECD Aprf a Def nos Nu de Nr 1 a 8.
b) An B: Calco de Op (omitido) (extrato)

2) Fogos
a) Alvos de alta prioridade

b) Diretrizes ao apoio de fogo
(1) Prio F para a 1ª Cia Fuz.
(2) Haverá uma contrapreparação de 30 min, Mdt O do Esc Sp.
(3) Diretrizes de fogos.
(a) Distribuição de barragens:
- 1ª Cia Fuz: 1 Br N de GAC e 1 Br E de GAC 155; e
- 2ª Cia Fuz: 1 Br N de Mrt Me e 1 Br E de Mrt Me.
3) Barreiras
- An C: plano de barreiras (omitido).

b. <u>1ª Cia Fuz (+ 1º e 2º/3ª Cia Fuz)</u>
- Org um Nu de Pel 900 m E de Faz Cor do MATEIRO (2902).

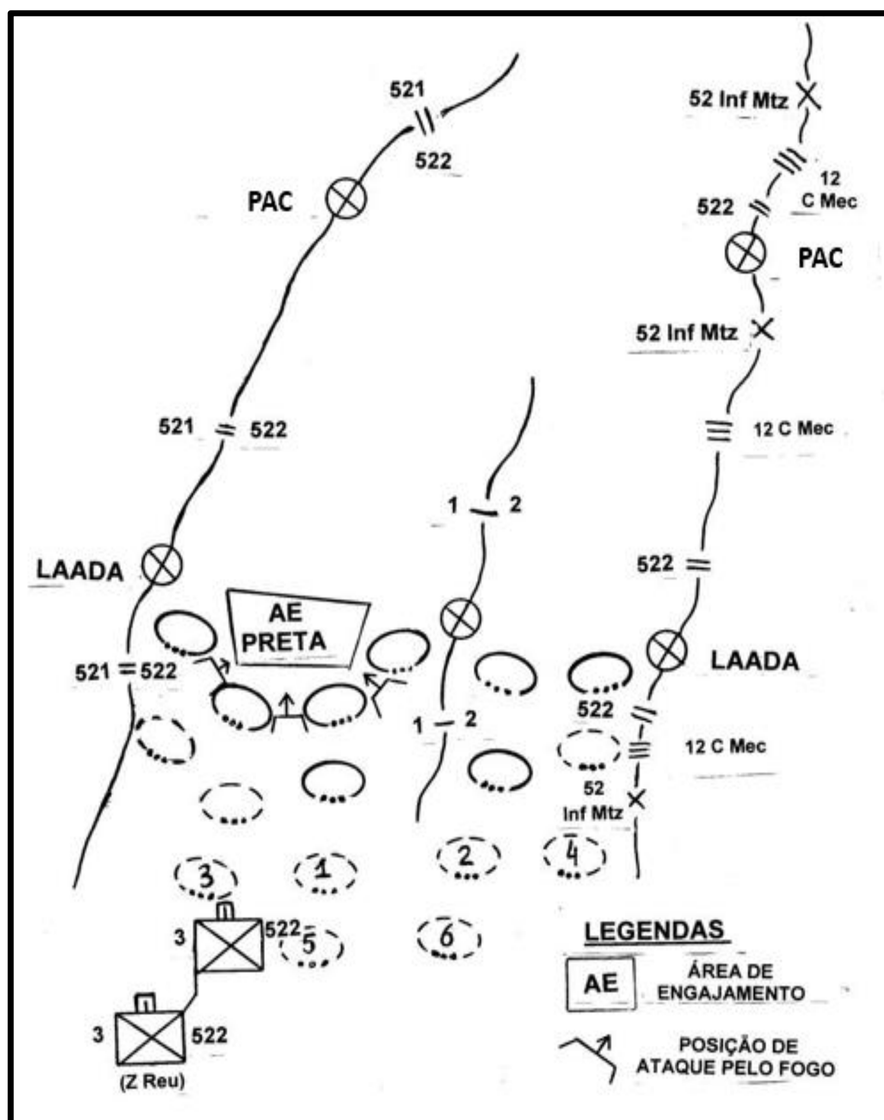
c. <u>2ª Cia Fuz</u>
- Org um Nu de Pel 1000 m SE de Faz BABILÔNIA do OSMAR (3102).

d. <u>Apoio de fogo</u>
1) Pel AC:
a) Pel AC (- 2ª Seç AC) em Ap Dto a 1ª Cia Fuz; e
b) 2ª Seç AC em Ap Dto à 2ª Cia Fuz.
2) Pel Mrt Me:
- Aç Cj
3) An D: PAF (omitido).

e. <u>Reserva</u>
1) FT 3 [3ª Cia Fuz (-1º e 2º Pel Fuz) + 2º/2º/51º RCC + 2º/52º Esqd C Mec].
2) Ref à 1ª Cia Fuz com o 1º e o 2º Pel Fuz.
3) Aprf a DAC com o 2º/2º/51º RCC e o 2º/52º Esqd C Mec.
4) Org os Nu de Nr 1 a 6.
5) Ficar ECD Aprf a Def nos Nu de Nr 1 a 6.

f. <u>Prescrições diversas</u>
1) Dispositivo Pronto
a) Nos PAC: 260800 Ago 02.
b) Na ADA: 261200 Ago 02.
2) Ret dos PAC: Mdt O.
3) Os Elm de 1º Esc Aclh os Elm da 21ª Bda C Mec e da FT 3 que Ret em sua Z Aç.

14.2 ESQUEMA DE MANOBRA DE DEFESA ELÁSTICA



15 ORDEM DE OPERAÇÕES DE DEFESA EM LOCALIDADE

15.1 ORDEM DE OPERAÇÕES

(RESERVADO)

Exemplar Nr 1 de 7 cópias
531º BI Mtz
R P Cot 500 (3676)
D/1300
AJC – 458

ORDEM DE OPERAÇÕES Nr 01
Ref: Crt SP – 1:25.000 – Carta PARAGUAÇU

1. SITUAÇÃO
----

2. MISSÃO

a. Defender a localidade de PARAGUAÇU PAULISTA (4420). Acolher Elm da 21ª Bda C Mec e do 12º RC Mec que retraírem em nossa Z Aç. Estabelecer P Avç nas R Altu de P Cot 512 (4218), P Cot 508 (4216), P Cot 496 (4818), P Cot 530 (4822) e P Cot 562 (4024). Tudo com a finalidade de permitir à 53ª Bda Inf Mtz a defesa de PARAGUAÇU PAULISTA e LUTÉCIA.

b. Minha intenção é...

3. EXECUÇÃO

a. <u>Conceito da operação</u>

1) Manobra

a) O 531º BI Mtz (+ 1ª/533º BIMtz + 1º/3º/51º RCC + 1ª/53º GAC 105 AR + 1º/53º Cia E Cmb) realizará uma Def da localidade DE PARAGUAÇU PAULISTA, com a 1ª Cia Fuz a S, a 2ª Cia Fuz ao L e a 1ª/533º BIMtz ao SW. Estabelecerá PAC nas R Altu de P Cot 512 (4218), P Cot 508 (4216), P Cot 496 (4818), P Cot 530 (4822) e P Cot 562 (4024). Acolherá Elm da 21ª Bda C Mec e do 12º RC Mec que Ret em sua Z Aç.

b) Anexo B: Calco de Op (omitido) (Extrato – Calco Nr 3).

2) Fogos

a) Alvos de alta prioridade

b) Diretrizes ao apoio de fogo

(1) Prioridade de fogos para a 1ª Cia Fuz.

(2) Haverá uma contrapreparação de 30 min.

(3) Diretrizes de Fogos.

(a) Distribuição das barragens

- 1ª Cia Fuz: 1 Br N de GAC 155, 1 Br E de GAC 105 e 1 Br N de Mrt Me

- 2ª Cia Fuz: 1 Br E de Mrt Me
- 1ª/533º BI Mtz: 1 Br E de Mrt Me

3) Barreiras
- Anexo C: Plano de barreiras (omitido)

b. 1ª Cia Fuz (+ 1º/3ª Cia Fuz)

c. 2ª Cia Fuz (+ 2º/3ª Cia Fuz)

d. 1ª/533º BI Mtz

e. Apoio de fogo
1) 1ª/53º GAC 105 AR – Ação de conjunto.
- Planejar fogos de interdição para as ações no PAC.
2) Pel AC:
a) ação de conjunto; e
b) 2ª Seç AC em Ap Dto à FT3, para as ações no PAC.
3) Pel Mrt Me:
a) ação de conjunto; e
b) 2ª Seç Mrt Me em Ap Dto à FT 3, para as ações no PC.
4) Anexo D: PAF (omitido)

f. MCP
1) 1º/53ª Cia E Cmb
- Priorizar a construção dos obstáculos de proteção local na Z Aç da 1ª Cia Fuz

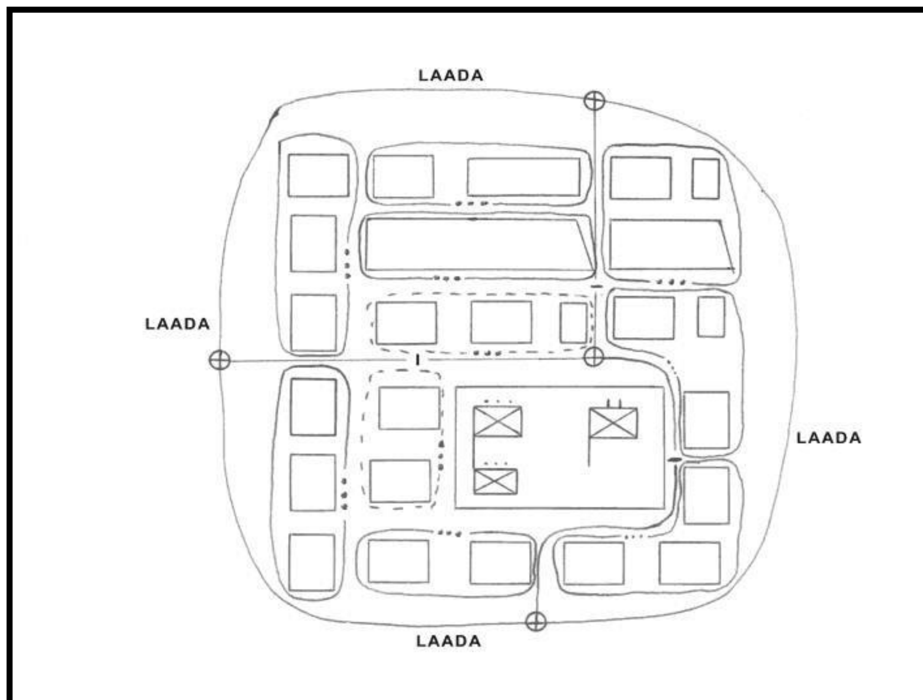
g. Reserva
1) FT 3 [3ª Cia Fuz (- 1º e 2º Pel Fuz) + 1º/3º/51º RCC] – Ref à 1ª Cia Fuz com o 1º Pel Fuz.
a) Ref à 2ª Cia Fuz com o 2º Pel Fuz – Aprf a DAC com o 1º/3º/51º RCC.
b) Planejar C Atq de restabelecimento do LAADA com prioridade para Z Aç da 1ª Cia Fuz.
c) Estabelecer P Avç nas R Altu de P Cot 512 (4218), P Cot 508 (4216), P Cot 496 (4818), P Cot 530 (4822) e P Cot 562 (4024).

h. Prescrições diversas
1) Dispositivo pronto:
a) no PAC: D-2/0600; e
b) na ADA: D-2/2000 2) Ret dos PAC: Mdt O.
2) Os Elm de 1º Esc Aclh os Elm do 12º RC Mec e 21ª Bda C Mec que Ret em nossa Z Aç.
3) EEI:
a) O Ini atuará no corte do Rio DO PEIXE? Quando? Qual a sua natureza e valor?

b) Com que valor o inimigo abordará PARAGUAÇU PAULISTA e LUTÉCIA.

4) An E – Plano de Acolhimento.

15.2 ESQUEMA DE MANOBRA DE DEFESA EM LOCALIDADE



16 EXEMPLO DE ORDEM DE OPERAÇÕES DE MOVIMENTOS RETRÓGRADOS (PARÁGRAFOS 2º E 3º)

16.1 ORDEM DE OPERAÇÕES DE AÇÃO RETARDADORA

Exemplar Nr 6 de 7 cópias
FT 422º BIB
R P Cot 486 (3672)
D-3/0800
ACF – 333

ORDEM DE OPERAÇÕES Nr 03
Ref: Crt PR – 1:50.000 – FAZENDA MURIQUI

1. SITUAÇÃO
....

2. MISSÃO

a. A fim de impedir que o inimigo aborde a linha dos PAG da 11ª DE (L Ct AZUL) antes de D+4/1800:

1) ocupar a PIR (L GUANABARA) a partir de D-2/0600;
2) realizar ações de C Rec a partir de D-1/0400, Mdt O;
3) acolher Elm do 42º Esqd C Mec que retraírem em sua Z Aç;
4) retardar o inimigo entre a PIR e a linha dos PAG, a partir de D/1200, Mdt O;
5) estabelecer Seg à frente da P2 e P3;
6) ligar-se com Elm da 21ª Bda C Mec nos P Lig Nr 1 e 2 e com Elm da FT 423º RCC no P Lig Nr 3;
7) retrair através de Elm 53ª Bda Inf Mtz (PAG/ 11ª DE); e
8) retirar-se para a R Faz LUIS ARANTES (fora da carta) através da 52ª Bda Inf Mec.

b. Minha intenção é impedir que o inimigo aborde a linha dos PAG/11ª DE, realizando uma Aç Rtrd que tenha como principais características o máximo emprego de ações ofensivas e o emprego judicioso de obstáculos. Deve-se buscar, ainda, a destruição de Elm de Rec e de engenharia inimigos. Em final de missão, a FT 422º BIB será acolhida por Elm 53ª Bda Inf Mec e integrará a Res do V C Ex.

3. EXECUÇÃO

a. <u>Conceito da operação</u>

1) Manobra

a) A FT 422º BIB (422º BIB + 2º/423º RCC + 2º/42ª BE Cmb Bld) realizará uma Aç Rtrd em Pos sucessivas, devendo ganhar 3,5 (três e meia) jornadas.

Para isso:

(1) ocupará a PIR (L GUANABARA) [L Alt de Cota 400 W Rib TOMAZÃO (1681)], devendo ganhar 1,5 (uma e meia) jornada, com a 1ª Cia Fuz Bld ao N, a FT 2 ao C e a 3ª Cia Fuz Bld ao S;

(2) realizará ações de C Rec a cargo da FT CC;

(3) acolherá Elm do 42º Esqd C Mec que Ret em sua Z Aç;

(4) estabelecerá Seg à frente da P2 e P3 a cargo dos elementos de 1º escalão;

(5) retardará o inimigo na:

(a) P2 (L ACRE) [L Altu S de SÃO JOÃO DO MARINHEIRO (0084) – P Cot 427 (9885) – P Cot 425 (9783) – P Cot 442 (9878) – P Cot 434 (9875) W Rib DO MARINHEIRO (0082)], devendo ganhar 1 jornada, com a FT 1 ao N, a 2ª Cia Fuz Bld ao C e a FT 3 ao S; e

(b) P3 (L SERGIPE) [L Altu a W de Rib PÁDUA DINIZ (8078)], devendo ganhar 1 jornada, com a 1ª Cia Fuz Bld ao N, a FT2 ao C e a 3ª Cia Fuz Bld ao S.

(6) ligar-se-á com:

(a) Elm da 21ª Bda C Mec no P Lig Nr 1 e 2 por intermédio da FT 3; e

(b) Elm FT 423º RCC no P Lig Nr 3 por intermédio da FT 1.

(7) retrairá através dos Elm 53ª Bda Inf Mtz (PAG/11ª DE); e

(8) retirar-se-á pelo Itn DELTA a partir da R P Cot 506 (6781) para a R de Faz LUÍS ARANTES (8481) através da 52ª Bda Inf Mec.

b) Anexo B: calco Op (Calco Nr 4).

2) Fogos

a) Alvos de alta prioridade

b) Diretrizes ao apoio de fogo

(1) Prio F:

(a) na PIR e P3, FT 2. Na P2, FT 1; e

(b) FT CC (Dst Rtrd), Mdt O.

(2) Diretrizes de fogos

b. <u>1ª Cia Fuz Bld (- 2º Pel Fuz Bld)</u>

1) Reforçar com o 2º Pel Fuz Bld o 2º/423º RCC, que passará a constituir a FT CC.

2) Na P2, Mdt O:

- será reforçada pelo 1º/2º/423º RCC, passando a constituir a FT 1.

3) Na P3, Mdt O:

- perderá o 1º/ 2º/423º RCC que reverterá à sua SU de origem.

4) Retirar-se-á pelo Itn ALFA até o P Lib Nr 4, pelo Itn BRAVO até a R P Cot 506 (6781) e pelo Itn DELTA até a R Faz LUÍS ARANTES (8481).

c. <u>FT 2 [2ª Cia Fuz Bld + 2º/2º/423º RCC]</u>

1) Na P2, perderá o 2º/2º/423º RCC que reforçará a 3ª Cia Fuz Bld que passará a constituir a FT 3, Mdt O.

2) Na P3, será reforçada com o 2º/2º/423º RCC, passando a constituir a FT 2, Mdt O.
3) Retirar-se-á pelo Itn BRAVO até a R P Cot 506 (6781) e pelo Itn DELTA até a R Faz LUÍS ARANTES.

d. 3ª Cia Fuz Bld
1) Na P2, será reforçada com o 2º/2º/423º RCC, passando a constituir a FT 3, Mdt O.
2) Na P3, perderá o 2º/2º/423º RCC, que reforçará a 2ª Cia Fuz Bld, a qual passará a constituir a FT 2, Mdt O.
3) Retirar-se-á pelo Itn CHARLIE até o P Tran Nr 1, pelo Itn BRAVO até a R P Cot 506 (6781) e pelo Itn DELTA até a R Faz LUÍS ARANTES.

e. Apoio de fogo
1) Pel AC.
2) Pel Mrt P.
3) Anexo D: PAF (omitido).

f. Engenharia.
- 2º/42ª BE Cmb Bld.

g. CCAp
1) Empregar o Pel Exp para realizar o monitoramento das RIPI.
2) Retirar-se-á pelo Itn BRAVO até a R P Cot 506 (6781) e pelo Itn DELTA até a R Faz LÁZARO ARANTES.

h. Reserva
1) FT CC [2º (- 2º Pel CC)/423º RCC + 2º/1ª Cia Fuz Bld).
2) Reforçar a 2ª Cia Fuz Bld com o 2º Pel CC, que passará a constituir a FT 2.
3) Realizar ações de C Rec a partir de D-1/0400, Mdt O.
4) Realizar o retardamento contínuo entre as P Rtrd.
5) Ap Ret, Aclh e Cob a Rda dos Elm 1º Esc na PIR.
6) Na P2, Mdt O:
- reforçará com o 3º Pel CC a 3ª Cia Fuz Bld que passará a constituir a FT 3.
7) Na P3, Mdt O:
- reassumirá o controle do 3º Pel CC;
- Ret através de Elm da 53ª Bda Inf Mtz; e
- retirar-se-á pelo Itn DELTA até a R Faz LUÍS ARANTES.

i. Prescrições diversas
1) Na PIR, os Elm 1º Esc deverão Aclh Elm do 42º Esqd C Mec e Elm FT CC que Ret em sua Z Aç.
2) Os Elm 1º Esc deverão ficar ECD realizar o retardamento contínuo em suas respectivas Z Aç.

3) Na P2 e na P3, os Elm 1º Esc deverão Aclh Elm dos Dst Rtrd que Ret em sua Z Aç.
4) Nas P Rtrd, os Elm de 1º Esc deverão Ret através de Elm da F Seg da FT 422º BIB, Mdt O.

16.2 ORDEM DE OPERAÇÕES DE RETRAIMENTO SOB PRESSÃO

(RESERVADO)

Exemplar Nr 7 de 7 cópias
522º BI Mec
R P Cot 496 (3676)
D/0800
ACC – 388

ORDEM DE OPERAÇÕES Nr 08
Ref: Crt PR – 1:50.000 – FAZENDA MURIQUI

1. SITUAÇÃO
....

2. MISSÃO
a. A fim de cooperar com a 52ª Bda Inf Mec na instalação de uma nova posição defensiva no corte do ribeirão SANTA RITA (5985):
1) retrair, a partir de D/1800, Mdt O, através da FT 523º BI Mec, para a região NE de córrego da PONTE (8485);
2) retirar-se, através da linha GUARUJÁ (força de segurança da DE), para a região da Fazenda SÃO PAULO (5981);
3) estabelecer PAC na linha de alturas de P Cot 474 (6283) – P Cot 495 (6580); e
4) defender, no corte do córrego DA CAPITUVA, a frente compreendida entre o córrego ao sul de córrego DO ALECRIM (5984), exclusive, e o córrego ao N de Fazenda PERNAMBUCANA (6277), inclusive.

b. Intenção do Cmt
....

3. EXECUÇÃO
a. Conceito da operação
1) Manobra
a) O 522º BI Mec (+ 2º/52º Esqd C Mec) realizará um retraimento sob pressão do inimigo, através da FT 523º BI Mec, para a região NE de córrego da PONTE (8485), com a 1ª Cia Fuz ao N e a 2ª Cia Fuz ao S.
b) Retirar-se-á pelo itinerário VERDE, através da linha GUARUJÁ (força de segurança da DE), para a R da Fazenda SÃO PAULO (5981).

c) Estabelecerá PAC na linha de alturas de P Cot 474 (6283) – P Cot 495 (6580), com a 3ª Cia Fuz, no valor de 1 (um) Pel Fuz Ref.
d) Defenderá, no corte do ribeirão SANTA RITA, com:
(1) a 1ª Cia Fuz ao norte, na frente compreendida entre..................
(2) a 2ª Cia Fuz ao sul, na frente compreendida entre......................
e) Anexo B: calco de operações (omitido).

2) Fogos
....

3) Guerra Eletrônica
....

b. <u>1ª Cia Fuz (+ 1º/3ª Cia Fuz)</u>
1) Retrair, por meio da FT 3, para a região a 1 km ao sul de Fazenda SANTO ANTÔNIO (8986), Mdt O.
2) Retirar-se, por meio da força de segurança da Bda pelo itinerário AZUL até o PC Tran Nr 1. A partir daí, retirar-se pelo itinerário VERDE até a Z Reu do Btl.
3) Na linha ÁGUIA, perder o 1º/3ª Cia Fuz, que reverte ao controle da 3ª Cia Fuz, Mdt O.

c. <u>2ª Cia Fuz</u>
1) Retrair através da FT 3, para a região da Faz SAUDADE (8882), Mdt O.
2) Retirar-se, por meio da força de segurança da Bda, pelo itinerário BRANCO até o PC Tran Nr 1. A partir daí, retirar-se pelo itinerário VERDE até a Z Reu Btl.

d. <u>Apoio de fogo</u>
1) Pel AC
- Integrar a FT 3 para as missões de força de segurança do Btl com a Seç Msl.
2) Pel Mrt Me
- Integrar a FT 3 para as missões de força de segurança do Btl.
3) An C: PAF (omitido).

e. <u>CCAp</u>
1) Integrar a FT 3 com a turma de reconhecimento.
2) Reconhecer os itinerários AZUL, BRANCO e VERDE.
3) Retirada do PC (- Gp Cmdo): a partir de D/1700, Mdt O.
4) Retirada dos TE: a partir de D/1200, Mdt O.
5) Retirada dos T Cmb (- Elm Sv): a partir de D/1500, Mdt O.
6) Operar o PC Tran Nr 1, Mdt O.

f. Reserva

1) FT 3 [3ª Cia Fuz (- 1º Pel Fuz) + 2ª/52º Esqd C Mec].

2) Constituir a força de segurança do Btl, ocupando a linha ÁGUIA, Mdt O.

3) Acolher, apoiar o retraimento e cobrir a retirada dos elementos de 1º escalão.

4) Após o acolhimento da 1ª Cia Fuz, reassumir o controle do 1º Pel Fuz, Mdt O.

5) Após ser acolhida na linha MARAMBAIA, perder o 2º/52º Esqd C Mec, que reverte ao controle do 52º Esqd C Mec, Mdt O.

6) Retrair, por meio da força de segurança da Bda, para a região de nascente do córrego da PONTE (8485), Mdt O.

7) Retirar-se, pelo itinerário BRANCO, até o PC Tran Nr 1 e, a partir daí, pelo itinerário VERDE até a Z Reu do Btl.

g. Prescrições diversas

1) O início do deslocamento a partir da Z Reu Btl dar-se-á logo após a chegada da 3ª Cia Fuz.

2) P Lib Nr 1 (Elm PAC): cruzamento (6380) entre a estrada 01 e a trilha que segue na direção NW.

3) P Lib Nr 2 (Elm da ADA): região da Faz SÃO PAULO (5981).

16.3 ORDEM DE OPERAÇÕES DE RETRAIMENTO SEM PRESSÃO

(RESERVADO)

Exemplar Nr 7 de 7 cópias
522º BI Mec
R P Cot 496 (3676)
D/0800
ACC – 388

ORDEM DE OPERAÇÕES Nr 08
Ref: Crt PR – 1:50.000 – FAZENDA MURIQUI

1. SITUAÇÃO

....

2. MISSÃO

a. A fim de cooperar com a 52ª Bda Inf Mec na instalação de uma nova posição defensiva no corte do ribeirão SANTA RITA (5985):

1) Retrair, a partir de D/1800, Mdt O, para a região ao S de Fazenda SANTO ANTÔNIO (8986).

2) Retirar-se, por meio da força de segurança da Bda (linha MARAMBAIA) e da linha de controle GUARUJÁ, para a região da Fazenda SÃO PAULO (5981).

3) Estabelecer PAC na nova posição defensiva, na linha de alturas de P Cot 474 (6283) – P Cot 495 (6580).
4) Defender, no corte do córrego DA CAPITUVA, a frente compreendida entre o córrego ao sul de córrego DO ALECRIM (5984), exclusive, e o córrego ao N de Fazenda PERNAMBUCANA (6277), inclusive.

b. Intenção do Cmt
....

3. EXECUÇÃO
a. Conceito da operação
1) Manobra
a) O 522º BI Mec (+ 2º/52º Esqd C Mec) realizará um retraimento sem pressão do inimigo para a região ao S de Fazenda SANTO ANTÔNIO com a 1ª Cia Fuz ao N e a 2ª Cia Fuz ao S.
b) Retirar-se-á pelo itinerário VERDE, por meio da força de segurança da Bda (linha MARAMBAIA) e da linha de controle GUARUJÁ, para a região da Fazenda SÃO PAULO (5981).
c) Estabelecerá PAC na linha de alturas de P Cot 474 (6283) – P Cot 495 (6580) com a 3ª Cia Fuz, no valor de 1 (um) Pel Fuz Ref.
d) Defenderá, no corte do ribeirão SANTA RITA, com:
(1) a 1ª Cia Fuz ao norte, na frente compreendida entre........................
(2) a 2ª Cia Fuz ao sul, na frente compreendida entre...........................
e) Anexo B: Calco de Operações (omitido).
2) Fogos
a) Alvos de alta prioridade
b) Diretrizes ao apoio de fogo
(1) Prioridade de fogos
(a) 2ª Cia Fuz.
(b) Destacamento de Contato, Mdt O.
c) Diretrizes de fogos
....

b. 1ª Cia Fuz (+ 1º/ 3ª Cia Fuz)
1) Retrair para a R de ravina ao S de córrego FELIPE (9185), Mdt O.
2) Retirar- se, a partir de D/1830, pelo itinerário ROXO, até o PC Tran Nr 1. A partir daí, retirar-se para a Z Reu do Btl.

c. 2ª Cia Fuz
1) Retrair para a R de ravina ao S de córrego ALEGRIA (8983), Mdt O.
2) Retirar-se, a partir de D/1830, pelo itinerário ROXO, até o PC Tran Nr 1. A partir daí, retirar-se para a Z Reu Btl.

d. Apoio de fogo
1) Pel AC
....

2) Pel Mrt Me
....
3) An C: PAF (omitido).

e. CCAp
1) Reconhecer os itinerários ROXO e VERDE.
2) Retirada do PC (- Gp Cmdo): a partir de D/1700, Mdt O.
3) Retirada dos TE: a partir de D/1200, Mdt O.
4) Retirada dos T Cmb (- Elm Sv): a partir de D/1500, Mdt O.
5) Operar o PC Tran Nr 1, Mdt O.

f. Reserva
1) FT 3 [3ª Cia Fuz (- 1º Pel Fuz) + 2º/52º Esqd C Mec]
2) Retrair para a região de Fazenda CAPITUVA (8984), Mdt O.
3) Após o acolhimento do Btl na linha MARAMBAIA, perder o 2º/52º Esqd C Mec, que reverte ao controle do 52º Esqd C Mec, Mdt O.
4) Retrair para a região de Fazenda CAPITUVA (8984), Mdt O.
5) Retirar-se, a partir de D/1820, pelo itinerário ROXO, até o PC Tran Nr 1. A partir daí, retirar-se para a Z Reu Btl.

g. Prescrições diversas
1) Destacamento de Contato
a) Cmt: SCmt Btl
b) Composição das Cia de 1º escalão:
(1) Cmt: Cmt Pel Ap;
(2) 1 GC por Pel Fuz;
(3) Gp Ap Pel Fuz;
(4) 2 Pç/Seç AC/Pel Ap; e
(5) Seç (- 1 Pç) Mrt Me/Pel Ap.
c) Composição da CCAp:
(1) Pel Mrt Me (- 1 Seç Mrt Me).
(2) Seç Msl/Pel AC.
(3) Elm Com.
d) Reserva
- 2º/52º Esqd C Mec.
2) P Lib Nr 1 (Elm PAC): cruzamento (6380) entre a estrada 01 e trilha que segue na direção NW.
3) P Lib Nr 2 (Elm da ADA): região da Fazenda SÃO PAULO (5981).

17 EXEMPLO DE PARÁGRAFO 4º DE UMA DE ORDEM DE OPERAÇÕES

17.1 PARÁGRAFO 4º DE UMA ORDEM DE OPERAÇÕES

4. LOGÍSTICA

a. Generalidades

1) Organização do apoio (*1)

a) 52º B Log desdobrado na R Faz AZUL (2739).

b) 2ª Seç L Mnt/Pel L Mnt/Cia Log Mnt/52º B Log em apoio direto ao 522º BI Mtz.

2) Desdobramento do apoio (*2)

a) Área de trens de combate (ATC)

(1) Localização:

(a) até a conquista de 01-02: R Enc S P Cot 552 (2750); e

(b) após a conquista de 01-02: R Enc S P Cot 573 (2752).

(2) Composição

- Posto de socorro, posto de coleta de mortos, posto de remuniciamento avançado, posto de distribuição de suprimento classe I, área de manutenção de viaturas, armamentos e Estac Vtr e cozinhas.

(3) Prescrições sobre deslocamentos e abertura

(a) Para a ocupação da ATC inicial, os trens devem cerrar à retaguarda do Btl.

(b) Para a ocupação da ATC subsequente cerrar, Mdt O, pelo itinerário da Rdv 01. O PS deverá ser Dslc em 2 escalões.

(c) Horário de abertura das instalações Log: a partir de D1/0600.

b) Área de trens de estacionamento (ATE)

(1) Localização

- R P Cot 504 (2849)

(2) Composição

- Posto de remuniciamento recuado, posto de coleta salvados, posto de distribuição de suprimento classe III, posto de comando da CCAp, local de atendimento de feridos e doentes, área de manutenção de viaturas, armamento e estacionamento de viaturas.

(3) Prescrições sobre deslocamento e abertura

(a) O grosso dos trens deverá deslocar-se em D-1/2230 à retaguarda do Btl. Em princípio, não mudará de posição.

(b) Horário de abertura das instalações logísticas a partir de D1/0600.

c) An F – calco de apoio logístico (omitido).

b. Suprimento (*3)

1) Classe I

a) Posto de entrega de suprimento classe I/Bda

(1) Na área de apoio logístico/52ª Bda Inf Mtz, na região da Fazenda AZUL.

(2) Aberto a partir de D-2/0600.

a) Processo de entrega:

- entrega na unidade.

c) Horário de entrega:

- a partir de 2100h

d) Controle das cozinhas:

- descentralizadas, passando ao controle do Btl a partir D1/1900, na região da Z Reu Btl.

e) Processo de entrega das refeições: entrega na SU

f) Distribuição das refeições

(1) Desjejum de D:

(a) local: Z Reu Btl;

(b) hora: entre D/0100 a D/0130; e

(c) ração R2-A: a ser consumida por todo o Btl.

(2) Almoço de D

- Ração R2-A: a ser consumida por todo o Btl.

(3) Jantar de D: a regular.

2) Classe III

a) P Distr Cl III/Bda.

(1) Na área de apoio logístico/52ª Bda Inf Mtz, na região da Fazenda AZUL (fora da carta).

(2) Aberto a partir de D-2/0600.

b) Processo de entrega:

- na instalação de suprimento.

c) Consumo de OD limitado a 6000 litros/dia.

d) Não há restrições quanto ao consumo de gasolina.

3) Classe V (munição)

a) 5150º Posto de suprimento classe V/C Ex:

(1) na região de MARA (fora da carta); e

(2) aberto a partir de D-3/0600.

b) Posto de controle de munição/52ª Bda Inf Mtz:

(1) na região da Faz AZUL; e

(2) aberto a partir de D-2/0600.

c) Eixo de remuniciamento/522º BI Mtz: Rdv 01.

d) Munição disponível para D.

(1) Mrt Me:

(a) 40 tiros por arma/dia; e

(b) está autorizado o consumo da munição necessária em D.

(1) Demais itens:

- a munição necessária.

e) Processo de entrega:
- na instalação de suprimento.
4) Classe VIII
- Não há restrições quanto ao suprimento de material de saúde durante a operação.
5) Classe IX
a) Sup crítico de conjunto de recuperação.
b) Não há restrições.

c. Transporte (*4)
1) Circulação e Controle de Trânsito
a) Posto de controle de trânsito Nr 1/52ª Bda Inf Mtz
b) Restrições
(1) Linha de escurecimento parcial
(2) Linha de escurecimento total
(3) Velocidades
(4) Prioridades de movimento: tropa, suprimento e evacuação.
2) Anexo G – Plano de circulação e controle de trânsito (omitido).
3) EPS/52ª Bda Inf Mtz: Rdv 02. (*5)
4) Eixo de suprimento e evacuação/522º BI Mtz: Rdv 01. (*5)

d. Saúde (*6)
1) Evacuação
a) Posto de triagem/Bda:
- na região da Fazenda AZUL (A Ap Log/52ª Bda Inf Mtz); e
- aberto a partir de D-2/0600.
b) Posto de socorro:
- na ATC.
2) Hospitalização
a) 5017º Posto Cirúrgico Móvel:
(1) na região da Fazenda AZUL (A Ap Log/52ª Bda Inf Mtz); e
(2) aberto a partir de D-2/0600.
b) 544º Hospital de Campanha:
(1) na R PENACHO (2112) (Grupamento Logístico Avançado); e
(2) aberto a partir de D-5/0600.

e. Manutenção (*7)
1) Prio Mnt (*8):
- armamento leve, armamento pesado, Vtr e instrumentos óticos.
2) Material salvado e capturado
a) Informar ao 52º B Log, diariamente, até 1900, sobre o material que tenha excedido às possibilidades de evacuação do Btl.
b) P Col Slv/Bda:
(1) na região da Fazenda AZUL (A Ap Log/52ª Bda Inf Mtz); e
(2) aberto a partir de D-2/0600.

f. <u>Recursos Humanos</u>

1) Controle de efetivos

a) Registros e relatórios:

- mensagem diária de efetivo para o S-1 até 1900 horas, com término de período às 1800.

2) Recompletamento

a) Pelotão de recompletamento/52ª Bda Inf Mtz:

- na R 2500 SE Faz AZUL (A Ap Log/52ª Bda Inf Mtz).

b) Recebimento do recompletamento

(1) Hora: D+1/1800

(2) Local

....

c) Distribuição do recompletamento

(1) Hora: D+1/1930

....

(2) Local

....

3) Mão de obra

- Autorizada a utilização de mão de obra local.

4) Repouso, recuperação e recreação

a) Repouso

....

b) Recuperação

....

c) Recreação

(1) 1ª Cia Fuz: 04 vagas

(2) 2ª Cia Fuz: 06 vagas

5) Suprimento reembolsável

- Cantina móvel na região da Fazenda AZUL (área de apoio logístico/ 52º Bda Inf Mtz)

6) Serviço Postal

- A ser regulado posteriormente pelo V C Ex.

7) Banho e lavanderia

- Posto de Banho: aberto entre D-1/1000 e D-1/1130 na região da Fazenda AZUL.

8) Sepultamento

a) Cemitério do Corpo de Exército:

(1) na R Faz JACU (fora da Crt) (Gpt Log R); e

(2) aberto a partir de D-5/0600.

b) Posto de coleta de mortos/52ª Bda Inf Mtz:

(3) na região da Fazenda AZUL (área de apoio logístico/52ª Bda Inf Mtz); e

(4) aberto a partir de D-2/0600.

c) Funcionamento conforme NGA Btl.

g. Diversos

1) Administração interna do Posto de Comando

a) Deslocamento conforme NGA.

b) Disposição interna a cargo do S-1.

2) Segurança de Área de Retaguarda (SEGAR)

- As viaturas empregadas em atividades de suprimento deverão conduzir uma guarda.

Legenda

(*1) Este item (Organização do apoio) deve conter a concepção geral do apoio logístico às operações, descrevendo a cadeia de apoio logístico e outros aspectos julgados necessários, tais como as formas de apoio, a vinculação de comando *etc*. Inclui-se aqui a citação (designação e localização) das OM de apoio logístico do escalão superior e, eventualmente, outras que tenham missão específica de apoio logístico ao escalão considerado.

(*2) Não será necessário citar as instalações logísticas do Btl e a hora de abertura no subparágrafo relativo a Suprimento (b.), caso sejam citadas neste item (Desdobramento do apoio).

(*3) Este subparágrafo (Suprimento) deve conter um item para cada classe de suprimento que apresente particularidades de interesse para o escalão considerado. Sempre que necessário, deverão ser descritos aqui, na respectiva classe de suprimento, o indicativo, a localização e o período de funcionamento dos postos de suprimento (P Sup) e dos postos de distribuição de suprimento (P Distr) de interesse para o Esc considerado. Nos itens desse subparágrafo, deverão ser mencionadas ainda eventuais alterações no processo de distribuição do suprimento.

(*4) Este subparágrafo conterá todas as prescrições relativas à circulação e ao controle de trânsito estabelecidas nos planos dos escalões superiores e que sejam de interesse do escalão considerado. Serão aqui também mencionados os dados referentes à utilização de meios de transporte, orgânicos ou não, bem como a citação da estrada principal de suprimento/Bda, do eixo de suprimento e evacuação/Btl e do eixo de remuniciamento/Btl.

(*5) As informações contidas nestes itens complementam o calco de apoio logístico.

(*6) Este subparágrafo deve conter um item para evacuação e outro para hospitalização. Informações sobre a localização, hora de abertura e fechamento das instalações de saúde desdobradas em proveito do escalão considerado, bem como a norma de evacuação, também serão aí anotadas.

Se necessário, descrever a cadeia de evacuação.

(*7) Este subparágrafo deve conter informações sobre o emprego dos meios orgânicos e em apoio direto, bem como sobre o apoio do escalão superior.

(*8) Retirada da ordem do escalão superior.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

ANEXO C

EXEMPLO DE MATRIZ DE SINCRONIZAÇÃO

EXEMPLO DE MATRIZ DE SINCRONIZAÇÃO – 522º BI Mtz no Atq Coor					
DADOS	**FASEAMENTO DA OPERAÇÃO**				
FASES	**Z Reu até a P Atq**	**P Atq até LP**	**LP até Conq 01-02**	**De 01-02 até a Conq 03-04**	**Consolidação e reorganização**
DATA/HORA DOS EVENTOS (PREVISÃO)	**D/0300 a D/0500**	**D/0500 a D/0530**	**D/0530 a D/0840**	**D/0840 a D/1100**	**A partir de D/1100**
SITUAÇÃO DO INIMIGO	- Atv de contrarreconhecimento. - Vigilância da P Def.	Fogos de C Prep	- F Def Aprx. - Quando o Esc Atq atingir o sopé de MONTE ALEGRE, Ini desencadeia F Ptç final. - Execução de F no interior da Pos e C Atq para restabelecimento da Pos a partir de Mvt CANUDOS e COTA PELADA.	- Ini Aprf em CANUDOS-COTA REDONDA. - Res da Bda Ini desloca-se para COTAS GÊMEAS F no interior da Pos para limitar Pntr.	- Res Bda Ini Aprf em COTAS GÊMEAS. - Ini Prep C Atq a partir de COTAS GÊMEAS.
INTELIGÊNCIA	- Dslc Elm Tu Rec para ocupar PO e monitorar RIPI 3 e 5.	- RIPI 3 e 5 começam a ser monitoradas.	- RIPI 3 e 5 indicam por onde o Ini emprega Res - Elm Tu Rec deslocam-se para monitorar RIPI 7 e 8.	- RIPI 7 indica Mvt Res Ini - RIPI 8 monitora VA de C Atq Ini a partir de COTAS GÊMEAS.	- Elm Tu Rec Dsloc para monitorar RIPI 9 e 10. - Patr Rec Elm 1º Esc Idt Pos Aprf Ini e condições Trsp Rio ALAMBARI.

MANOBRA	**1ª Cia Fuz**	- Dslc Cfe Q Mvt até P Lib Cia (Faz Sta TEREZINHA), onde Rcb guias do 1º/1º/211º RC Mec. - Horário no P Lib D/0330.	- Ut Itn balizados na mata ciliar do Corr TALHADO e abordar a LP nas R Pag dos C Mna.	- Após a Conq de O1 balizar Itn Ultr para 3ª Cia Fuz.	- Após Ultr passar à Res, Ocp Pos R Sítio SÃO JOSÉ.	- Após a Conq de O3-O4 Ocp Pos Enc S de CANUDOS.
	2ª Cia Fuz	- Dslc Cfe Q Mvt até P Lib Cia (Faz Sta TEREZINHA), onde Rcb guias do 1º/1º/211º RC Mec. - Horário no P Lib D/0345.	- Ut Itn balizados na mata ciliar do Corr TALHADO e abordar a LP nas R Psg dos C Mna.	- Abordar O2 pelo Fln N.	- Conq O3 antes do Atq Pcp atingir a L Ct FURACÃO.	- Balizar Itn para Ultr de Elm 42ª Bda Inf Bld.
	2º/52º/Esqd C Mec	- Dslc junto à 2ª Cia até P Ct 2.	- Ocp P Blq 1 às D/0515.	- Ptg o Fln E entre a LP e a L Ct ESTRELA.		- Ref 1ª/ Cia Fuz, devendo posicionar Seç VBR para bater VA C Atq vindo de COTA GÊMEA de N.
	3ª Cia Fuz **(Em Res até a Conq de O1-O2)**	- Z Reu em CAPÃO REDONDO.	- Dslc para Enc S de COLINA LONGA.	- Após a Conq de 01, Ultr 1ª Cia Fuz, passando a Rlz o Atq Pcp.	- Abordar o Ini pelo Fln S.	- Balizar Itn para Ultr de Elm 42ª Bda Inf Bld.
APOIO DE FOGO	**Mrt**	- Dslc Cfe Q Mvt até P Lib Cia (Faz Sta TEREZINHA).	F Prep: 0520 a 0540	- Prio F para 1ª Cia Fuz.	- Prio F para 3ª Cia Fuz.	- Na Csld de O3, ficar ECD desencadear barragem na VA de C

		- Pel Mrt Me em Pos na R de Faz MOMBAÇA às 0500, ECD executar F de cegar PO em MONTE ALEGRE para cobrir Dslc do Esc Atq.		- Quando o Esc Atq atingir a Pos assalto, alongar F para bater Aprf Ini. - Na Csld O1 ficar ECD desencadear barragem na VA de C Atq vindo de CANUDOS.	- Quando o Esc Atq atingir a Pos Assalto alongar F para bater Aprf Ini.	Atq vindo de COTA GÊMEA de S.
	Art	- Mnt F dos Elm Ctt (1ª/21º GAC Ap) para Mnt fisionomia da frente	F Prep: 0520 a 0540	- Prio F para 1ª Cia Fuz - Quando o Esc Atq atingir a Pos assalto, alongar F para bater Aprf Ini na Csld O2, ficar ECD desencadear barragem na VA de C Atq vindo de COTA PELADA.	- Prio F para 2ª Cia Fuz. - Quando o Esc Atq atingir a Pos Assalto alongar F para bater Aprf Ini.	- Na Csld de O4 ficar ECD desencadear barragem na VA de C Atq vindo de COTA GÊMEA de N.
	Armt AC	- 1ª Seç Msl AC Ap Dto 1ª Cia Fuz. - Pel AC (-) Dslc Cfe Q Mvt até P Lib Cia (Faz Sta TEREZINHA).	- Pel AC (-) em Pos Enc N COLINA LONGA às 0515.	- Após Conq de O1, Pel AC (-) em Pos Enc N de MONTE ALEGRE. - 1ª Seç Msl AC Ap Dto 3ª Cia Fuz.	- Após a Conq de O4, Pel AC (-) Ocp Pos em Enc N de CANUDOS.	- Na Csld Ocp Pos para bater VA de C Atq vindo de COTA GÊMEA de S.
Mbl, C Mbld e Ptç	**2º/ 52ª Cia E Cmb**	- 2º (-)/52ª Cia E Cmb Dslc junto à 1ª Cia Fuz. - 2º GE/2º/52ª Cia E Cmb Dslc junto à 2ª Cia Fuz.		- Auxiliar na redução dos Obt táticos e de Ptç local.	- Auxiliar na redução dos Obt táticos e de Ptç local.	- Elm Eng Ref Patr Rec no Rio ALAMBARI.

						- Lançamento de Obt com Prio para VA de N para barrar C Atq Ini.
Mbl, C Mbld e Ptç	**1ª/121º BE Cmb**	- Rec e Prep para abertura de trilhas nos C Mna próximos a LP. - Balizar Itn na mata ciliar do Corr TALHADO.	- Ao iniciar os F Prep, desencadear abertura de trilhas nos C Mna próximos a LP.	- Balizamento das R Psg e alargamento das trilhas.	---	---
DEFESA ANTIAÉREA	Medidas de autodefesa conforme previsão em NGA					
APOIO LOGÍSTICO	**ATC**	- Desd às 0400 em Enc S de P Cot 631. Instalações abertas a partir de 0400.	---	---	---	- Dslc para Enc S P Cot 595
	ATE	- Desd às 0400 em Faz CONCEIÇÃO. - Instalações abertas a partir de 0400.	---	---	---	- Dslc para Sítio DOM PEDRO
COMANDO E CONTROLE	**PCP e PCR**	- Abertura PCP (Sítio PEDREIRA): 0430. - PCR junto à ATC.	- PCT e PO na R P Cot 513.		- PO/Btl em Enc W de MONTE ALEGRE	- Dslc PCP para R Faz BANDEIRA
	Prescrições Rádio	Silêncio	Restrito	Livre	Livre	- Livre, passando a Restrito quando Estb Lig meio físico.
Dados essenciais à operação			Assunção da Z Aç em D/ 0400			

EXEMPLO DE MATRIZ DE SINCRONIZAÇÃO DE EVENTO CRÍTICO – ÁREA DE ENGAJAMENTO PRETA						
DADOS		**FASEAMENTO DA OPERAÇÃO**				
DATA/HORA DOS EVENTOS (PREVISÃO)		**H – 45 min**	**H – 30 min**	**H**	**H + 5 min**	**H + 30 min**
SITUAÇÃO DO INIMIGO		- Ini desdobra-se para o Atq com uma FT CC para Atc COLINA LONGA. - Esc Atc FT CC atinge linha de acionamento AZUL.	- Enfrentando pouca Rst em COLINA LONGA. - Ini Pntr na AE com o Esc Atq de uma FT CC. Tem seu Mvt canalizado/dissociado pelos Obt.	- O Esc Atq FT CC Ini atinge os Obt de fixação e tem sua progressão detida.	- Ini tenta se evadir da AE.	- Ini destruído no interior da AE.
INTELIGÊNCIA		- Elm FT 1 monitora RIPI 20 e Info Aprx Ini.	- Elm FT 1 monitora RIPI 23 e Info Pntr Ini na AE.	- Elm FT 1 monitoram RIPI 27 e Info que Ini atingiu linha de acionamento VERMELHA.	---	- RIPI 20 Info que Ini não mobilia a VA com Elm da Res.
MANOBRA	**FT 1**	- 1º/52º Esqd C Mec oferece apenas uma Rst inicial e retrai para COTA QUEIMADA.	- Executa fogos sobre FT CC Ini apenas com o 2º Pel Fuz. - 1º Pel Fuz detém o Ini à frente do LAADA.	- 2º Pel Fuz barra progressão Ini à frente da Pos 3º Pel Fuz e 1º/52º Esqd C Mec executam fogos sobre Ini na AE.		- 1º/52º Esqd C Mec reocupa núcleo do LAADA.
	FT 2	Detém o Ini em sua Z Aç à frente do LAADA.	- Detém o Ini em sua Z Aç à frente do LAADA. - Pel CC ocupa P Atq F BRAVO para atirar na AE.	- 3º/2ª Cia Fuz barra o Fln N da AE. - Pel CC desencadeia fogos no interior da AE entre PRA 7 e 8.		Pel CC retorna para Pos Aprf na Z Reu é da SU.
	FT CC (Reserva)	- Em Z Reu na ravina a W de COTA QUEIMADA.	- 1º Pel CC ocupa P Atq F ALFA. -2º Pel CC ocupa P Atq F CHARLIE.	- 1º Pel CC desencadeia fogos no interior da AE entre PRA 4 e 7. - 2º Pel CC desencadeia fogos no interior da AE entre PRA 2 e 4.		- Ocupa Z Reu na ravina a W de COTA QUEIMADA.

APOIO DE FOGO	**Mrt**	- Pel Mrt Me em Pos na R de faz SÃO SEBASTIÃO. - Engaja o Ini a partir da linha de acionamento AZUL.	---	- Suspende fogos no corredor de Aprx das Anv (zona de fogo proibido VERMELHA).	- Desencadeia Gp Com PRETA.	- Alonga fogos para frente do LAADA.
	Art	- Mnt F em toda a frente do Btl.	---	- Suspende fogos no corredor de Aprx das Anv (zona de fogo proibido VERMELHA).	- Desencadeia barragem BN4. - Desencadeia Gp Con PRETA.	- Alonga fogos para frente do LAADA.
	Armt AC	- Pel AC (-) Ref FT1. - 1ª Seç Msl AC Ap Dto FT 2.	- Pel AC (-) em Pos em COTA QUEIMADA.	- Pel AC (-) desencadeia fogos entre PRA 2 e 8.		- Pel AC (-) Ocp Pos em COLINA LONGA.
	Aéreo	- Ordem de alerta Nr 1.	- Dslc para P Reu ALADO.	- Início do Atq da F Hlcp.	- Término do Atq da F Hlcp.	- F Hlcp ECD atuar novamente na AE.
Mbl, C Mbld e Ptç	**2º/52ª Cia E Cmb**	- Pel ECD fechar Psg no Obt 17.	- Após Retrai do 1º/52º Esqd C Mec Pel fecha Psg no Obt 17.	- Pel E em Z Reu.	---	- Pel inicia reconstrução de Obt Ultr pelo Ini e lançamento de novos Obt à frente das Pos.
DEFESA ANTIAÉREA	Medidas de autodefesa conforme previsão em NGA.					
	---	---	---	---	- Suspende fogos no corredor de Aprx das Anv (zona de fogo proibido VERMELHA).	---

APOIO LOGÍSTICO	**ATC**	- Desdobrada em Enc S de P Cot 789.	---	---	---	- Verificar nível de estoque de Sup Cl V e recompletar se for o caso.
	ATE	- Desdobrada em Enc N de MORRO DOS CAVALOS.	---	---	---	---
COMANDO E CONTROLE	**PCP e PCR**	- Abertura PCP (Sítio PEDREIRA): 0430. - PCR junto à ATC.	- PCT e PO na R P Cot 802.		- PO/Btl em Enc W de P Cot 860.	- Dslc PCP para R Faz BANDEIRA.
	Prescrições Rádio	- Restrito. - Livre p/Elm Ctt.	Restrito	Livre p/ Elm Ctt.	Livre p/Elm Ctt.	- Livre, passando a Restrito quando reestabelecer Lig meio físico.
Dados essenciais à operação.			---			

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

ANEXO D

DOCUMENTOS DE OPERAÇÕES DE TRANSPOSIÇÃO DE CURSO DE ÁGUA

1 QUADRO DE NECESSIDADES

1.1 O quadro abaixo representa as necessidades em botes por fração. Visa a identificar a necessidade de botes por fração e subunidade para a transposição e auxilia na confecção do quadro de articulação. Esse quadro é confeccionado sem a preocupação de economizar botes, mantendo-se a integridade tática das frações.

FRAÇÃO	Nr de botes por Fração		
	Gp/Seç	Pel	SU
Cia Fuz			19
Seç C	1		
Pel Fuz		4	
Gp C	1		
GC	1		
Pel Ap		6	
Gp	1		
C	2		
Seç AC	2		
Seç Mrt 81			
Outras SU			

2 QUADRO DE ARTICULAÇÃO

2.1 A confecção do quadro varia em função do esquema de manobra, do número e da capacidade dos botes disponíveis e dos locais de travessia.

2.2 O S-3, auxiliado pelos comandantes de subunidades, é o responsável pela confecção do documento.

2.3 O grupo de comando do Btl desloca-se na vaga onde melhor possa exercer o comando e controle da operação.

VAGAS DE BOTES PRÓPRIOS	1ª VAGA (Total de botes)	Cia Fuz .... (Total de botes)	Cia Fuz .... (Total de botes)

	2ª VAGA (Total de botes)	.... (Total de botes)	.... (Total de botes)
VAGA DE RETORNO	(Total de botes)	Cia Fuz .... Total de botes)	Cia Cmdo Ap .... (Total de botes)
		Gp Cmdo BI .... (Total de botes)	
PORTADAS		As frações e Elm que não transpuserem o Rio Obt em botes.	

3 QUADRO-BASE PARA A TRAVESSIA

3.1 Divide-se em duas partes, a travessia em botes e a travessia em portadas. A divisão é feita discriminando-se quem embarca em qual meio de travessia.

3.1.1 TRAVESSIA EM BOTES

Vaga	Fração	Efetivo a embarcar	Discriminação por Bt	Nr Bt Nec	Observações
1ª	Cia Fuz				
	Cia Fuz				
2ª	Cia Fuz				
	Cia Fuz				
Retorno	Cmt Btl EM O Lig Art				
	Cia Cmdo Ap				
	Cia Fuz Res				

3.2 TRAVESSIA EM PORTADA

3.2.1 CONDICIONANTES

3.2.1.1 Ordem de embarque (sequência): as viaturas transporte de armamento e munição devem receber prioridade para a transposição.

3.2.1.2 Prescrições Diversas

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

ANEXO E

DIRETRIZES DE FOGOS

1 DIRETRIZ DE FOGOS NO ESCALÃO BATALHÃO PARA OPERAÇÕES OFENSIVAS

3. EXECUÇÃO

a. Conceito da Operação

1) Manobra

....

2) Fogos

a) Alvos de alta prioridade

b) Diretrizes ao apoio de fogo

3) Prioridade de Fogos

4) Preparação

5) Diretrizes de Fogos

a) Determino que sejam seguidas as diretrizes abaixo para o emprego do apoio de fogo:

(1) 1ª Fase: durante a preparação.

- Os Cmt SU deverão Info, após o término da preparação e sendo possível a verificação, os danos produzidos por esses fogos.

(2) 2ª Fase: até a Conq de O1 e O2.

(a) TEAF Nr 1

- Tarefa: retirar a capacidade de Obs do Ini sobre a LP/LC.

- Propósito: a fim de permitir os trabalhos de Eng na abertura de trilhas e brechas e possibilitar a transposição da LP/LC pelos Elm em 1º Esc, sem serem engajados por fogos diretos e/ou indiretos do Ini.

- Método: prioridade de fogos para a FT 1. Dscd Con Art CB 202 (Obs Art Prio/OA 2 Alt), Cortina de Fum 600 m x 15’, R P Cot 165 e P Cot 201, Mdt O e Con Art CB 203 (OA2 Prio / OA3 Alt), Fum 400 m x 30’, para cobrir os trabalhos de abertura de brechas na Z Aç da FT 1. O Pel Mrt ficará ECD desencadear a Br N AB 201, quando o inimigo ultrapassar a RIPI 3. LSAA2 em vigor Mdt O.

- Efeitos: observação inimiga neutralizada.

(b) TEAF Nr 2

- Tarefa: reduzir a capacidade do Ini empregar fogos de Art e Mrt atuando sobre os PO para condução de tiros.

- Propósito: a fim de facilitar a progressão dos Elm 1º Esc até a Conq dos Obj.
- Método: prioridade de fogos para a FT 1. Dscd Con Art CB 218, HE (OA4 Prio/OA5 Alt) Qdo FT 1 Ultr R P Cot 188. Alocadas 4 Sur F5 para esta fase; 2 sob Ct Bda e 2 sob Ct do Btl. AFP R Cemitério (3455).
- Efeitos: FT 1 Conq O1 e FT 2 Conq O2 com reduzidas baixas causadas por Art e Mrt.

(3) 3ª Fase: durante a consolidação de O1 e O2.

- Tarefa: impedir que as reservas Ini sejam empregadas em C Atq durante a consolidação dos Obj
- Propósito: a fim de possibilitar a consolidação dos Obj e a preparação para o prosseguimento da missão.
- Método: prioridade de fogos para a FT 1. A 1ª/121º GAC ficará ECD desencadear as Br N de Bia 105 mm AB 203 (OA4 Prio/OA5 Alt), sobre a VA que de Cota Suja conduz a O1 e Con AB 204 (OA 2 C 7-20 Prio / OA5 Alt). O Pel Mrt ficará ECD desencadear a Br N AB 303 sobre a VA que de Cota do Jamelão conduz a O2, se o inimigo ultrapassar a RIPI 5. AFP R Cemitério (3455). LSAA 4, em vigor Mdt O.
- Efeitos: FT 1 e FT 2 consolidam O1 e O2 e permanecem com P Cmb para prosseguir.

(4) 4ª Fase: até a Conq de O3 e O4.

2 DIRETRIZ DE FOGOS NO ESCALÃO BATALHÃO PARA OPERAÇÕES DEFENSIVAS

3. EXECUÇÃO
   a. Conceito da Operação
      1) Manobra
         ....

      2) Fogos
         a) Alvos de alta prioridade
            ....

         b) Diretrizes ao apoio de fogo
            - O objetivo global dos fogos é reduzir o poder de Cmb do Ini, concentrando fogos com oportunidade, visando a dificultar ao máximo a montagem do seu dispositivo de Atq, quebrando o seu espírito ofensivo. O Ap F deverá atender às diretrizes deste comando, que se dividem nas seguintes fases:
            (1) 1ª Fase – Até o retraimento dos PAC da Bda
               (a) Tarefa: retardar o Ini desde a L Altu balizada pelos P Cot 462 (2670), P Cot 411(2578) e P Cot 436(2582), obrigando-o a desdobrar-se prematuramente.
               (b) Propósito: desgastar o Ini e iludi-lo sobre nossa verdadeira Pos.
               (c) Método: reduzir a capacidade da Art e Mrt Ini de Dscd fogos precisos sobre nossas tropas. Nesta fase, nossos fogos deverão retardar o Ini desde a L Altu balizada pelos P Cot 462 (2670), P Cot 411(2578) e P Cot 436(2582), obrigando-o a desdobrar-se prematuramente. Art Bda realiza fogos de C Bia sobre Art e Mrt que estejam causando baixas em nossas tropas, Con BA 344, BA 436 e BA 244, Mdt autorização O Lig, se alvo com Loc confirmada. Alocadas 2 Sur F5 para esta fase, sob Ct Bda. Deve ser negada a observação do Ini sobre nossa P Def, crescendo de importância o uso de fumígenos.
               (d) Efeitos: Retardar o Ini sem perda P Cmb.
               (e) Prio F para a 3ª Cia Fuz Bld.
            (2) 2ª Fase – Na iminência do Atq Ini (C Prep)
               (a) Tarefa: frustrar o Atq do Ini a nossa Pos.
               (b) Propósito: impedir que o Ini ocupe a P Atq e desencadeie a preparação.
               (c) Método: desencadear F de C Prep de 20 minutos no momento oportuno. Se for o caso, apoiar a realização um C Atq de desorganização.
               (d) Efeitos: causar o máximo de perdas ao Ini, de forma a diminuir seu P Cmb para o Atq.
               (e) Prio F para a 3ª Cia Fuz Bld.

(3) 3ª Fase – Durante o Atq do Ini (P Atq ao LAADA)

(a) Tarefa: deter o Ini à Fr do LAADA.

(b) Propósito: impedir que o Ini Conq R que favoreçam seu avanço.

(c) Método: desencadear F de proteção final e de Art/Mrt a pedido.

(d) Efeitos: causar o Max de perdas ao Ini, de forma a impedir o seu avanço.

(e) Prio F para a 3ª Cia Fuz Bld.

3 MATRIZ DE EXECUÇÃO DE APOIO DE FOGO A UM BI

Rfr: Crt RS - Esc 1:50.000 - Fl Conçeição dos Ouros - Ed 1984					
FASE ou EVENTO	FASE 1	FASE 2	FASE 3 Da LP/LC até Conq O1/O2	FASE 4 De O1/O2 até L Ct COURAÇA	FASE 5 ...
Controle Bda			1 Surtida Ap Ae		
			Con AB 010 (OA1/OA2)		
FT 1			Con AB 108 (OA1)	Prio F Art →	→
				1 Surtida Ap Ae	
				Prio F Mrt Me →	→
				Con AB 104 (OA1)	
FT CC			Prio F Art	Br N 201 (OA2)	
			Prio F Mrt Me		
			Con AB 202 Fum (OA2)		
3ª Cia Fuz Bld			Reserva →	→	→

Org Cmb - 52º GAC em Ap G - 1ª/121º GAC em Ref - Pel Mrt em Aç Cj	**Mrt** - Pos Tir 2 (542443), Mdt O - Pos Tir 3 (558498), Mdt O	**Mun Dspo** - 1º dia: 150 Tpa - Prep: 50 Tpa - Demais: 90 Tpa
Mdd Coor Ap F - LSAA1, 150600Jun00 - LSAA 2, Mdt O - LCAF, 150600Jun00 - AFP - R Hospital Sta Lúcia	**Alvos Prio** Ver Ad 1, Apd 2, An D à O Op	**Diretrizes para Atq** - Bia Art – Min Reu 2 CC - Min 1 Pel Inf Mtz - Mrt – Min Pç A Au - Min 2 GC
Restrições Emp Mun - Nec Autz Bda para Com Art em Loc - Info Bda Dscd Com Fum	**Apoio Aéreo** - 2 Surtidas	**Prescrições Diversas**

4 LISTA DE ALVOS DE ALTA PRIORIDADE

FASE	Prio	Categoria	Descrição	Quando/Como/Restrições
---	1	Elm Rec, Obs e busca de alvos	PO1, PO2 e PO3.	- Con Art Cmp – Coor c/ Of Intlg e GE. - Apenas alvos estacionários.
	2	Manobra	- Elm C Mec (PAC).	- Con Mrt WP nas brechas(S). - Art Cmp – atacar c/ GE (N).
	3	Manobra	- Patr Rec Cmb da FT 1 que possam Obs ou engajar Op Aclh.	- Con Mrt – WP (S). - Art Cmp – DPICM (N).
	4	Ap Fogo	- Fogos dos Gp Ap G Ini e Gp AD Ini durante Aclh.	- Art Cmp (I) (N).
I	...	...	...	...
II	...	...	...	...
V	...	...	...	...

Legenda
Quando: (I) IMEDIATAMENTE, (C) CONFIRMADO, (P) PLANEJADO.
Como: (S) SUPRIMIR; (N) NEUTRALIZAR; (D) DESTRUIR; WP Fósforo Branco; (GE) INTERFERÊNCIA ou outra Aç Ofs de GE; e DPICM: Gr com submunições.

ANEXO F

PREVENÇÃO DE FRATRICÍDIO

1 GENERALIDADES

1.1 O fratricídio é tão antigo quanto a guerra. É um problema complexo que desafia soluções simples. O fratricídio pode ser definido amplamente como o emprego de armas amigas, com o intento de matar o inimigo, destruir seu equipamento ou suas instalações, que resulta em morte imprevista e não intencional ou dano a pessoal amigo.

1.2 Neste anexo, será enfocada a experiência de exércitos envolvidos em recentes operações de combate onde ocorreram situações de fratricídio. Com base nestas experiências, serão abordadas medidas e ações que buscam reduzir o risco de fratricídio durante operações de combate.

2 O RISCO DE FRATRICÍDIO NO COMBATE MODERNO

2.1 O campo de batalha moderno é mais letal que qualquer um da história conhecida. O ritmo das operações é muito rápido e a natureza não linear do campo de batalha cria desafios para o comando e controle das unidades.

2.2 A precisão e a letalidade das armas modernas tornaram possível o engajamento e a destruição de objetivos a grandes distâncias. Porém, ao mesmo tempo em que a tropa possui uma grande capacidade para adquirir alvos com equipamentos de imagem térmica e outros sistemas de visão sofisticados, ela ainda não tem condições de, com precisão, identificar esses alvos como amigo ou inimigo. Em consequência, forças amigas podem ser engajadas e destruídas sem intenção, em segundos, e sem que a tropa perceba seu engano.

2.3 Soma-se a isso o problema do obscurecimento do campo de batalha, em função da destruição de viaturas e da queima de combustível, peças de borracha, explosões de granadas, uso de fumígenos *etc.*, o que se torna um fator crítico sempre que equipamentos de visão térmica são empregados na localização e identificação de alvos. A chuva, a poeira, a névoa e a fumaça, também, degradam a capacidade de identificação, reduzindo a intensidade das imagens térmicas.

2.4 No campo de batalha moderno, a identificação visual não pode ser o critério de comprovação exclusivo de alvos em alcances superiores a 1.000 metros, sob o risco de a tropa se envolver em um incidente de fratricídio. O conhecimento da situação é a chave para se evitar esse tipo de incidente.

3 IDENTIFICAÇÃO DO RISCO DE FRATRICÍDIO E MEDIDAS PREVENTIVAS

3.1 A redução do risco de fratricídio começa durante a fase de planejamento de uma operação e continua ao longo de sua preparação e na execução, sendo que a sua identificação deve ser preocupação em todos os escalões, durante cada fase da operação. As possibilidades de sua ocorrência, identificadas pelo comando, devem ser comunicadas claramente à cadeia de comando, de forma que a taxa de risco da operação possa ser minimizada.

3.2 Serão abordadas, a seguir, considerações que influenciam a identificação do risco e algumas medidas que o comandante pode implementar para que o processo dessa identificação seja mais efetivo e possa impedir que os incidentes de fogo amigo aconteçam em sua unidade.

3.2.1 NA FASE DE PLANEJAMENTO

3.2.1.1 Quando o planejamento completo da operação é bem compreendido por todos os envolvidos, o risco de fratricídio é minimizado. As seguintes considerações indicarão ao comandante o potencial para fratricídio em uma determinada operação:
a) o esclarecimento da situação inimiga;
b) o esclarecimento da situação amiga;
c) a intenção clara do comandante;
d) a complexidade da operação; e
e) o tempo de planejamento disponível para cada escalão.

3.2.1.2 Os esquemas de manobra são as ferramentas básicas que os comandantes de todos os escalões utilizam para esclarecer a sua intenção. Esses documentos devem representar claramente o conceito da operação, utilizando convenções gráficas e medidas de coordenação e controle regulamentares, de forma que os subordinados possam compreendê-las corretamente. Como tal, os esquemas de manobra podem ser uma ferramenta muito útil na redução do risco de fratricídio.

3.2.2 NA FASE DE PREPARAÇÃO

3.2.2.1 Os seguintes fatores podem contribuir para aumentar o risco de fratricídio durante o processo de preparação:
a) quantidade e tipo de ensaios realizados;
b) nível de treinamento e de eficiência em combate das peças de manobra e de seus integrantes;
c) a existência de laços táticos e de relacionamento habitual entre as
d) subunidades e frações que realizarão a operação; e
e) a prontidão física (resistência) das tropas que realizarão a operação.

3.2.2.2 Reuniões de coordenação, de sincronização e ensaios são ferramentas primordiais na identificação e na redução do risco de fratricídio durante a fase de preparação. Os seguintes aspectos devem ser considerados:
a) utilizar ordens claras e concisas nas reuniões de coordenação, sincronização e nos ensaios, para assegurar que os subordinados identifiquem onde estão os riscos de fratricídio e o que fazer para reduzi-los ou eliminá-los;
b) realizar reuniões com os comandantes subordinados para assegurar que eles compreenderam a intenção do comandante da unidade. Destacar, durante as reuniões, as áreas onde poderão confundir-se e detalhar as partes que julgar complexas ou que possam gerar erros nos seus planejamentos;
c) a quantidade e os tipos de ensaio que a unidade conduzirá podem determinar a identificação, ou não, de riscos de fratricídio; e
d) os ensaios devem estender-se a todos os escalões de comando e envolver todos os elementos-chave da operação.

3.2.3 FASE DE EXECUÇÃO

3.2.3.1 Durante a execução da operação, a capacidade de rapidamente analisar o risco de fratricídio e intervir para impedi-lo são fundamentais para enfrentar situações imprevistas. Os seguintes fatores devem ser considerados na avaliação do risco de fratricídio após o início da operação:
a) visibilidade entre frações vizinhas;
b) nível de obscurecimento do campo de batalha;
c) habilidade ou inabilidade para identificar corretamente os alvos;
d) semelhanças e diferenças de equipamento, veículos e uniformes entre as forças amigas e o inimigo;
e) densidade de viaturas no campo de batalha; e
f) ritmo do combate.

3.2.3.2 O perfeito acompanhamento da situação do combate e a informação contínua da evolução dessa situação, para todos os escalões envolvidos na operação, é fator chave na redução do risco de fratricídio. Devem constar das NGA da unidade medidas para auxiliar os comandantes de todos os escalões nesse processo de acompanhamento da situação do combate. Essas medidas podem incluir:
a) permanente escuta da rede do escalão superior;
b) comunicação rádio entre subunidades e frações vizinhas;
c) conhecimento preciso da localização de todas as frações no campo de batalha; e
d) troca constante de elementos de ligação com as unidades vizinhas e o escalão superior e, entre o comando da unidade e os elementos empregados quando for o caso.

3.3 MEDIDAS PARA A REDUÇÃO DO RISCO DE FRATRICÍDIO

3.3.1 As medidas citadas abaixo proporcionam para a unidade um guia para a redução do risco de fratricídio. Elas não são medidas impositivas, nem se pretende que restrinjam a iniciativa dos comandantes. Devem ser aplicadas com base no exame da situação tática e nos fatores da decisão.

3.3.2 A redução do fratricídio passa, normalmente, pela aplicação das medidas básicas a seguir.

a) Identificar e avaliar o risco real de fratricídio durante o exame da situação. Esse risco deve ser expresso na ordem de operações e nas ordens fragmentárias.

b) Manter-se constantemente informado sobre a evolução da situação tática. Analisar o campo de batalha com informações reais e atualizadas: localização das peças de manobra, localização de áreas restritas (minas, obstáculos, fogos *etc.*), áreas contaminadas por agentes químicos (gás, fumaça *etc.*) e alterações nos fatores da decisão.

c) Assegurar a correta identificação dos alvos. A tropa deve ter perfeito conhecimento das características, assinaturas térmicas e silhuetas das viaturas blindadas e principais armamentos do inimigo e das forças amigas. É importante saber a que distância é possível a identificação correta das viaturas blindadas do inimigo, considerando o tipo de terreno e as condições climáticas.

d) Manter efetivo controle de fogo. Assegurar que os comandos de fogo das armas coletivas e das viaturas são precisos, concisos e claros. Incluir nas NGA da OM, como conduta obrigatória, que as guarnições de armas coletivas e das viaturas blindadas, quando não entenderem com clareza todo o comando de tiro, solicitem a repetição completa. Enfatizar a importância da cadeia de comando no processo de controle de fogo. Os atiradores das viaturas e das armas coletivas de tiro tenso devem ter o hábito de solicitar a confirmação do reconhecimento do alvo e a permissão para realizarem o tiro aos seus comandantes imediatos, antes de engajarem um alvo que presumam ser inimigo.

e) Estabelecer um clima de comando, em todos os níveis, que enfatize a prevenção de fratricídio. Determinar que as medidas de proteção contra o fratricídio sejam colocadas em prática, conforme previstas nas NGA. Assegurar que a execução das ordens seja supervisionada pelos comandantes de todos os escalões, os quais devem verificar, constantemente, se o desempenho individual e o das frações estão conforme a padronização da OM. Tal medida irá evitar que os efeitos do combate, a tensão emocional e o desgaste físico possam comprometer a segurança da tropa. Quanto menor a experiência de combate da unidade, maior atenção deve ser dada aos desvios de conduta por tensão emocional e fadiga de combate.

f) Procurar reconhecer os sinais de tensão do campo de batalha. Manter a coesão da unidade, atuando rápida e efetivamente para aliviar a tensão.

g) Programar instruções individuais, coletivas e para comandantes de frações sobre conscientização do risco de fratricídio, identificação e reconhecimento de alvos e disciplina de fogo.

h) Estabelecer um plano de operações simples, claro, sem ações deduzidas e coerente com as possibilidades da unidade e de suas subunidades.
i) Todas as ordens expedidas devem ser concisas e claras, evitando que o subordinado realize deduções sobre as ações a serem cumpridas.
j) Para simplificar a expedição de ordens, utilizar a NGA da OM. Periodicamente, determinar uma atualização das NGA, verificando sua coerência com a doutrina em vigor, se adota as normas, símbolos e convenções cartográficas regulamentares e se está de acordo com as ordens emanadas pelo escalão superior.
k) Fazer um esforço para que o comandante da unidade e seus subordinados tenham o máximo de tempo para planejamento.
l) Utilizar vocabulário corrente e de fácil entendimento pela tropa, terminologia correta e prevista na doutrina e medidas de coordenação e controle padronizadas.
m) Assegurar que todos os elementos-chave para as operações e todos os escalões envolvidos compreenderam corretamente a intenção do comandante e o planejamento expedido para a operação.
n) Verificar se o planejamento de emprego das comunicações está correto, claro e prevê uma duplicação dos meios de comunicações para emergências, principalmente, na ligação OA – O Lig – CCAF.
o) Planejar a localização do Posto de Comando Tático onde o comandante da unidade possa efetivamente intervir na condução do combate.
p) Designar e empregar oficiais/elementos de ligação, quando necessário para a condução da operação.
q) Estabelecer objetivos claros e coerentes para a tropa que deverá conquistá-los.
r) Planejar a realização de ensaios sempre que o tempo disponível o permitir.
s) Durante o combate, manter-se informado da localização correta de sua posição, de seus elementos subordinados e a dos elementos vizinhos. Manter o deslocamento tático de suas peças de manobra sempre sincronizado. No caso de desorientação durante o combate, solicitar imediatamente a ajuda de seus auxiliares ou de seu escalão superior.
t) Incluir sempre uma discussão de incidentes de fratricídio nas críticas após o combate, explorando as experiências de seus subordinados e colhendo ensinamentos para operações futuras.
u) Incluir o risco de fratricídio como fator chave na análise do terreno, durante o exame de situação.

3.4 ENFRENTANDO UM INCIDENTE DE FOGO AMIGO

3.4.1 A unidade, ou um de seus elementos, pode ser envolvida em um incidente de fogo amigo de vários modos: como vítima do fogo amigo, como elemento de disparo do fogo ou como um observador que intervém em um ataque de um elemento amigo em outro.

3.4.2 As seguintes medidas são recomendadas para a tropa que for vítima de fogo amigo:
a) reagir ao fogo até que ele seja reconhecido como fogo amigo;
cessar fogo;
b) executar ações imediatas para proteger os soldados e as viaturas;
c) utilizar os sinais convencionados para o reconhecimento visual, na direção da unidade que realiza os disparos, na tentativa de fazê-la cessar fogo; e
d) informar ao escalão superior:
- que sua tropa está recebendo fogo amigo;
- a localização e a direção dos veículos ou da tropa que realiza os disparos;
- se já foi identificada a unidade que está atirando.

3.4.3 Medidas a serem adotadas quando a tropa for engajada pelo fogo uma força amiga:
a) cessar fogo; e
b) informar o fato ao escalão superior:
- identificar a força amiga engajada (se a unidade não for identificada, informe o valor da unidade, o tipo de viatura *etc.*);
- a localização da sua tropa e a da força amiga engajada;
- a direção e distância dos elementos engajados;
- o tipo de fogo; e
- o efeito dos fogos nos alvos.

3.4.4 Ações recomendadas para uma força que observa um incidente de fogo amigo:
a) buscar cobertura e proteção para sua tropa;
b) usar o sinal de reconhecimento visual "cessar fogo", na direção da unidade que dispara; e
c) informar o fato ao Esc Sp:
- a identificação da força amiga comprometida (se a unidade não for identificada, informe o número e tipo de veículos *etc.*);
- a localização do incidente;
- a direção e distância da unidade engajada e da unidade que atira;
- o tipo de fogo;
- o efeito dos fogos no alvo; e
- providenciar ajuda se necessário (quando a sua tropa já estiver em segurança).

3.5 RESPONSABILIDADES DOS COMANDANTES

3.5.1 Em todas as situações que envolvem o risco de fratricídio e de fogo amigo, os comandantes devem estar preparados para entrar em ação imediatamente, a fim de prevenir vítimas como, também, danos ou destruição do equipamento. As seguintes ações são recomendadas em situações de fratricídio:
a) identificar o incidente e ordenar às partes envolvidas para cessar fogo;

b) avaliar a taxa de risco da situação rapidamente; e
c) identificar e implementar as medidas para impedir que o incidente se repita.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

ANEXO G

CASO ESQUEMÁTICO DE UMA OPERAÇÃO DE ABERTURA DE BRECHA

1 GENERALIDADES

1.1 A título de exemplo, será apresentado um caso esquemático de uma operação de abertura de brechas, ressaltando suas principais características, a organização para o combate e o emprego das peças de manobra.

2 CASO ESQUEMÁTICO

2.1 O Btl encontra-se realizando uma M Cmb descoberta, quando o seu GC Ponta se depara com obstáculos táticos e, ao mesmo tempo, é engajado por fogos ajustados realizados por tropa inimiga valor pelotão que se encontra posicionada nas regiões identificadas como O1 e O2.

2.2 O Cmt GC Ponta informa a situação ao seu Cmt Esc Rec que, por sua vez, informa ao seu Cmt Esc Cmb.

2.3 O Cmt Esc Cmb ocupa um PO e, verificando a impossibilidade de desbordar o obstáculo, identifica que o inimigo se apresenta mais fraco na parte da frente mais próxima de O1. O Cmt Esc Cmb repassa esses dados ao Cmt Btl e informa que irá atacar.

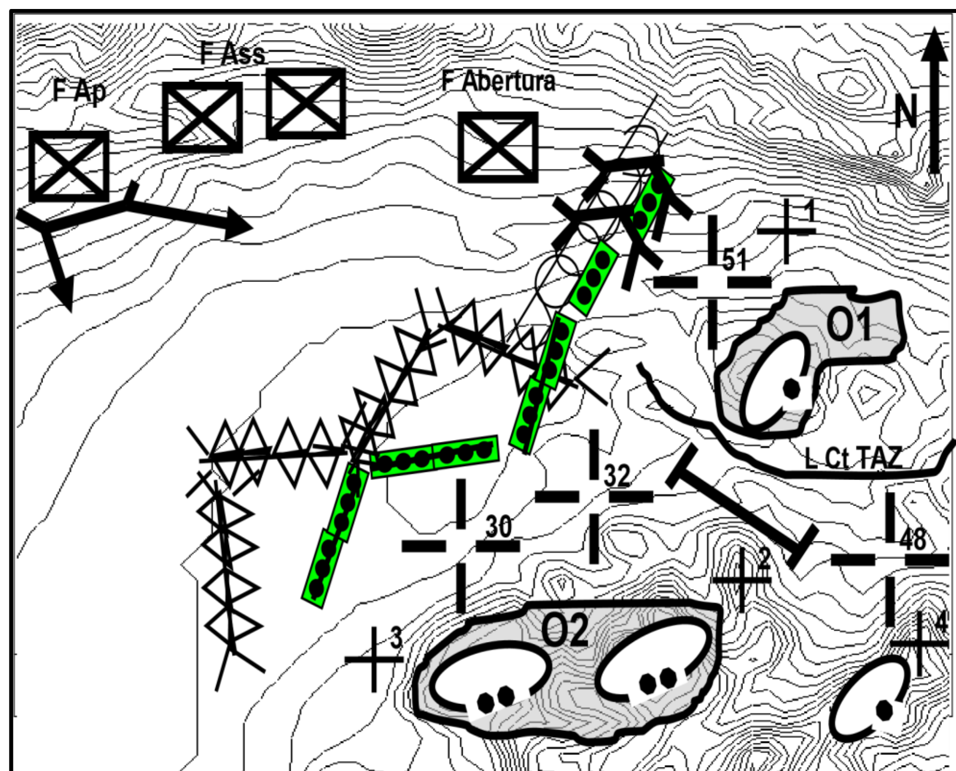
2.4 O Cmt Btl decide centralizar as ações e determina ao Cmt Esc Cmb que suste o seu ataque. Compreendendo que será necessária a execução de uma Op de abertura de brecha imediata, reorganiza o Btl conforme a NGA para este tipo de operação e passa a realizar com seu EM um rápido exame de situação.

2.5 O Cmt Btl seleciona a parte do dispositivo mais próxima de O1 como o ponto de ruptura onde a força de abertura de brechas executará suas tarefas. Para isso, determina que a força de apoio ocupe uma posição no terreno que possibilite a realização de uma base de fogos, que tenha por objetivo neutralizar o inimigo inicialmente em toda a frente (entre PRA 1 e 3). Essa neutralização será apoiada por uma barragem (a ser executada entre O1 e O2) e por concentrações de Art (AB 30, AB 32, AB 51 e AB 48) e Mrt (AH 1, AH 2, AH 3 e AH 4), empregando, em rajadas alternadas, munição autoexplosiva e fumígena visando ao obscurecimento.

2.6 Estando o inimigo neutralizado e sofrendo os efeitos do obscurecimento, a força de abertura de brechas se aproxima do obstáculo e inicia a sua redução. Uma vez tendo sido abertas as passagens em número suficiente para a

progressão de toda a força de assalto, a força de apoio transportará seus fogos, passando a bater apenas a região de O2 (entre PRA 2 e 3).

2.7 A força de abertura de brechas então estabelece uma base de fogos aproximada na extremidade oposta do obstáculo, garantindo a necessária segurança para a força de assalto que, após ultrapassar o obstáculo, progride na direção de O1 e O2 com o objetivo de destruir a tropa inimiga que ali se encontra. Ao atingir a L Ct TAZ, a F Ass Info Esc Sp. Nesse instante, a F Ap suspenderá seus fogos.



GLOSSÁRIO

PARTE I – ABREVIATURAS E SIGLAS

A

Abreviaturas/Siglas	Significado
A Coz	Área de Cozinha
A Mnt	Área de Manutenção
A Op	Área de Operações
A Ragpt	Área de Reagrupamento
A Res	Área de Reserva
A Rtgd	Área de Retaguarda
A Rspnl	Área de Responsabilidade
A Seg	Área de Segurança
AAAe	Artilharia Antiaérea
AAe	Antiaéreo
AC	Anticarro
Aç Cj	Ação Conjunta
Aç Rtrd	Ação Retardadora
Aclh	Acolhimento
ADA	Área de Defesa Avançada
Adj	Adjunto
Ae	Aéreo
AE	Área de Engajamento
AECOP	Área, Estrutura, Capacidade, Organização e Eventos
Aet	Aeroterrestre
Altn	Alternativo
Amb	Ambulância
Amv	Aeromóvel
Anv	Aeronave
AOC	Área Operacional Continental
Ap Cmb	Apoio ao Combate
Ap Dto	Apoio Direto
Ap F	Apoio de Fogo
Ap G	Apoio Geral
Ap Log	Apoio Logístico

Abreviaturas/Siglas	Significado
Ap Spl	Apoio Suplementar
Apvt Exi	Aproveitamento do Êxito
ARP	Aeronaves Remotamente Pilotadas
Art	Artilharia
Art Cmp	Artilharia de Campanha
AT	Área de Trens
ATC	Área de Trens de Combate
Atq	Ataque
Atq Coor	Ataque Coordenado
Atq Frt	Ataque Frontal
Atq Not	Ataque Noturno
Atq Oport	Ataque de Oportunidade
ATSU	Área de Trens da Subunidade
ATU	Área de Trens da Unidade
ATE	Área de Trens de Estacionamento
Aux	Auxiliar
Av	Aviação
Av Ex	Aviação do Exército
Adj S-3	Adjunto de Oficial de Operações
Ap Ge Eng	Apoio Geral de Engenharia
AOI	Áreas com Objetivos de Interesse
A Estac	Área de Estacionamento
Aç Rtrd	Ação Retardadora
Ap Eng	Apoio de Engenharia

B

Abreviaturas/Siglas	Significado
B Log	Batalhão Logístico
B Sau	Batalhão de Saúde
Bda	Brigada
Bda C Mec	Brigada de Cavalaria Mecanizada
BI	Batalhão de Infantaria
BI Mec	Batalhão de Infantaria Mecanizado
BI Mth	Batalhão de Infantaria de Montanha
BI Fron	Batalhão de Infantaria de Fronteira

Abreviaturas/Siglas	Significado
BIB	Batalhão de Infantaria Blindado
Bia AAAe	Bateria de Artilharia Antiaérea
BLB	Base Logística de Brigada
Bld	Blindada
BI Pqdt	Batalhão de Infantaria Paraquedista
BIS	Batalhão de Infantaria de Selva
BI Mtz	Batalhão de Infantaria Motorizado

C

Abreviaturas/Siglas	Significado
C Atq	Contra-Ataque
C Com Cmdo	Centro de Comunicações de Comando
C Dan	Controle de Danos
C Ex	Corpo de Exército
C Intlg	Contrainteligência
C Mbld	Contramobilidade
C Msg	Centro de Mensagens
C Rec	Contrarreconhecimento
C^2	Comando e Controle
CAA	Controlador Aéreo Avançado
CAA	Controlador Aéreo Avançado
CAAD	Centro de Apoio Aéreo Direto
CAF	Coordenador do Apoio de Fogo
Catg	Categoria
Cav (C)	Cavalaria
CC	Carros de Combate
CCAF	Centro de Coordenação de Apoio de Fogo
CCAp	Companhia de Comando e Apoio
Cçd	Caçadores
Cia E Cmb	Companhia de Engenharia de Combate
Cia Fuz	Companhia de Fuzileiros
Cia Fuz Bld	Companhia de Fuzileiros Blindados
Cia Intlg	Companhia de Inteligência
CIENC	Controle das Irradiações Eletromagnéticas de Não Comunicações
Cl	Classe

Abreviaturas/Siglas	Significado
Cmb	Combate
Cmdo	Comando
CME	Contramedidas Eletrônicas
Cmp	Campanha
Cmt	Comandante
Cmt Btl	Comandante do Batalhão
Cmt PCT	Comandante do Posto de Comando Tático
Cmt Pel Cmdo	Comandante do Pelotão de Comando
Cmt Pel Com	Comandante do Pelotão de Comunicação
Cmt U	Comandante da Unidade
COAT	Centro de Operações Aéreas do Teatro
Cob	Cobertura
Com	Comunicações
Com Soc	Comunicação Social
Coop	Cooperação
Coor	Coordenação
COT	Centro de Operações Táticas
COT	Centro de Operações Tático

D

Abreviaturas/Siglas	Significado
DAAe	Defesa Antiaérea
DAC	Defesa Anticarro
DE	Divisão do Exército
Def	Defesa
Def A	Defesa de Área
Def Mv	Defesa Móvel
DEI	Dispositivo Explosivo Improvisado
DO	Dotação Orgânica
Dsb	Desbordamento
Dsml	Dissimulação
DSR	Destacamento de Segurança e Reconhecimento
Desd	Desdobrado
DQBRN	Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear
Dsml Elt	Dissimulação Eletrônica

Abreviaturas/Siglas	Significado
DIPLAN	Diretriz de Planejamento

<u>E</u>

Abreviaturas/Siglas	Significado
E Prog	Eixo de Progressão
E Sup	Eixo de Suprimento
E Sup Ev	Eixo de Suprimento e Evacuação
EB	Exército Brasileiro
ECAT	Equipe de Controle Aerotático
ECD	Em Condições de
EEI	Elementos Essenciais de Inteligência
EFD	Estado Final Desejado
Elm	Elemento
Elm Ap	Elemento de Apoio
Elm Man	Elemento de Manobra
Elm Pel Com	Elemento do Pelotão de Comunicações
Elm Ref	Elemento de Reforço
EM	Estado-Maior
Enc Mat	Encarregado de Material
Eng	Engenharia
Eng Cmb	Engenharia de Combate
Env	Envolvimento
EPS	Entrada Principal de Suprimento
Eq Op Psc	Equipe de Operações Psicológicas
Esc Cmb	Escalão de Combate
Esc Rec	Escalão de Reconhecimento
Esc Sp	Escalão Superior
Esqd	Esquadrão
Esqd C Ap	Esquadrão de Comando e Apoio
Esqd C Mec	Esquadrão de Cavalaria Mecanizado
Esqd CC	Esquadrão de Carros de Combate
Exp	Explorador

F

Abreviaturas/Siglas	Significado
F	Fogo (somente em conjunto)
F Adv	Força Adversa
F Ae	Força Aérea
F Chq	Força de Choque
F Cob	Força de Cobertura
F Cob Avç	Força de Cobertura Avançada
F Cob Flc	Força de Cobertura de Flanco
F Cob Rtgd	Força de Cobertura de Retaguarda
F Ini	Força Inimiga
F Lig	Força de Ligação
F Ptç	Força de Proteção
F Ptç Flc	Força de Proteção de Flanco
F Ptg	Força Protegida
F Seg	Força de Segurança
F Seg A	Força de Segurança de Área
F Ter	Força Terrestre
F Vig	Força de Vigilância
FA	Força Armada
FAT	Força Aerotática
FDAR	Força de Defesa de Área de Retaguarda
Fg	Flancoguarda
Flc	Flanco
FT	Força-Tarefa
Fur	Furriel
Fuz	Fuzileiro
Fuz Mec	Fuzileiro Mecanizado
Fx Infl	Faixa de Infiltração
Fron	Fronteira
Fx N	Faixa Norte
Fx C	Faixa Central
Fx S	Faixa Sul
F Spf	Força de Superfície
F Helcp	Força de Helicóptero
FT Amv	Força-Tarefa Aeromóvel

G

Abreviaturas/Siglas	Significado
GAA	Guia Aéreo Avançado
GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
GC	Grupo de Combate
GE	Guerra Eletrônica
GItn	Grupo de Itinerário
Gp	Grupo
Gp Aprv	Grupo e Aprovisionamento
Gp Auto Def AAe	Grupo de Autodefesa Antiaéreo
Gp Com	Grupo de Comunicações
Gp Intlg	Grupo de Inteligência
Gp Log	Grupo Logístico
Gp Mnt	Grupo de Manutenção
Gp Sau	Grupo de Saúde
Gp Sup	Grupo de Suprimento
GPS	Sistema de Posicionamento Global (*Global Positioning System*)
Gpt Log	Grupamento Logístico
Gpt M	Grupamento de Marcha
Gu	Guarnecer, Guarnição
GVA	Garantia da Votação e Apuração

I

Abreviaturas/Siglas	Significado
IE Com	Instruções para a Exploração das Comunicações
IE Com Elt	Instruções para a Exploração das Comunicações e Eletrônica
Inf	Infantaria
Inf Bld	Infantaria Blindada
Inf Mtz	Infantaria Motorizada
Infl	Infiltração
Ini	Inimigo
Intlg	Inteligência
IP	Instruções Provisórias
IP Com	Instruções Padrão das Comunicações
IP Com Elt	Instrução Padrão de Comunicações e Eletrônica

Abreviaturas/Siglas	Significado
IRVA	Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos
IT	Intervalo de Tempo
Itn	Itinerário

L

Abreviaturas/Siglas	Significado
L (somente em conjunto)	Linha
L Aç	Linha de Ação
L Ct	Linha de Controle
L Seg	Linha de Segurança
LAADA	Limite Anterior da Área de Defesa Avançada
LC	Linha de Contato
LC Pnt Ae	Linha de Cabeça de Ponte Aérea
LE	Linha de Encontro
LEN	Localizador Eletrônico do Norte
Lig (L)	Ligar, Ligação
LIR	Equipamento de Luz Infravermelha (*Looking Infra Red*)
LLP	Linha Limite de Progressão
Loc	Local, Localização
Loc Ater	Local de Aterragem
Log	Logística
LP	Linha de Partida
LPD	Linha de Provável Desenvolvimento
LPE	Linha de Provável Encontro
LPH	Linha da Pior Hipótese
LSAA	Linha de Segurança de Apoio de Artilharia

M

Abreviaturas/Siglas	Significado
M Aprx	Marcha de Aproximação
M Cmb	Marcha para o Combate
M Tat	Marcha Tática
MAC	Míssil Anticarro
MAE	Medida de Ataque Eletrônico

Abreviaturas/Siglas	Significado
MAGE	Medida de Apoio de Guerra Eletrônica
Mbld	Mobilidade
MC	Manual de Campanha
Mdd Coor	Medidas de Coordenação
Mdd Coor F	Medidas de Coordenação de Fogos
Mdt O	Mediante Ordem
MEA	Medidas Eletrônicas de Apoio
Mec	Mecanizado
Mnt	Manutenção
Mov Rtg	Movimento Retrógrado
MP Ciber	Medida de Proteção Cibernética
MPE	Medida de Proteção Eletrônica
Mrt	Morteiro
Mrt L	Morteiro Leve
Mrt Me	Morteiro Médio
Mrt P	Morteiro Pesado
Msl	Míssil
Mth	Montanha
Mtz	Motorizada
Mun	Munição
Mv	Móvel

N

Abreviaturas/Siglas	Significado
N Com	Não Comunicações
NGA	Normas Gerais de Ação
NI	Necessidade de Inteligência
Not	Noturno
Nu Def	Núcleo de Defesa

O

Abreviaturas/Siglas	Significado
O Com	Oficial de Comunicações
O Com Elt	Oficial de Comunicações e Eletrônica
O Lig Art	Oficial de Ligação de Artilharia
O Op	Ordem de Operações

Abreviaturas/Siglas	Significado
O Prep	Ordem Preparatória
OA	Observador Avançado
OA Art	Observador Avançado de Artilharia
Obj	Objetivo
Obt	Obstáculo
OCCA	Operação de Cooperação e Coordenação com Agência
Ocp	Ocupar, Ocupação, Ocupante
Of Def AAe	Oficial de Defesa Antiaérea
Of Eng	Oficial de Engenharia
Ofs	Ofensiva
OLA	Oficial de Ligação Aérea
OM	Organização Militar
ONI	Outra Necessidade de Inteligência
Op	Operações
Op Compl	Operações Complementares
Op Compl Seg	Operação Complementar de Segurança
Op Def	Operação Defensiva
Op Ofs	Operação Ofensiva
Op Psc	Operações Psicológicas
Op Seg	Operação de Segurança
OT	Ordem Técnica

P

Abreviaturas/Siglas	Significado
P	Posto
P Atq	Posição de Ataque
P Atq F	Posição de Ataque pelo Fogo
P Avç	Posto Avançado
P Blq	Posição de Bloqueio
P Col Mor	Posto de Coleta de Mortos
P Col PG	Posto de Coleta de Prisioneiros de Guerra
P Ct	Posto de Controle
P Def	Posição Defensiva
P Distr	Posto de Distribuição

Abreviaturas/Siglas	Significado
P E Sup	Processo Especial de Suprimento
P Lib	Ponto de Liberação
P Lib SU	Pontos de Liberação da Subunidade
P Lig	Ponto de Ligação
P Remn	Posto de Remuniciamento
P Sen	Ponto Sensível
P Sup	Posto de Suprimento
P Trg	Posto de Triagem
P Vig	Posto de Vigilância
PAC	Posto Avançado de Combate
PAF	Plano de Apoio de Fogo
PAG	Posto Avançado Geral
PB	Pedidos de Busca
PBCE	Posto de Bloqueio e Controle de Estradas
PBCVU	Posto de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas
PC	Posto de Comando
PC Altn	Posto de Comando Alternativo
PCCT	Plano de Circulação e Controle de Trânsito
PCF	Ponto de Concentração de Feridos
PCP	Posto de Comando Principal
PCP	Posto de Controle de Penetração
PCT	Posto de Comando Tático
Pct Log	Pacote Logístico
PD	Ponto de Decisão
PE	Posto de Escuta
Pel	Pelotão
Pel AC	Pelotão Anticarro
Pel Ap	Pelotão de Apoio
Pel Ap F	Pelotão de Apoio de Fogo
Pel C Mec	Pelotão de Cavalaria Mecanizado
Pel Cmdo	Pelotão de Comando
Pel Cmdo Ap	Pelotão de Comando e Apoio
Pel Com	Pelotão de Comunicações
Pel E	Pelotão de Engenharia
Pel E Cmb	Pelotão de Engenharia de Combate

Abreviaturas/Siglas	Significado
Pel Eng	Pelotão de Engenharia
Pel Exp	Pelotão de Exploradores
Pel Fuz	Pelotão de Fuzileiros
Pel Mnt Trnp	Pelotão de Manutenção e Transporte
Pel Mrt	Pelotão de Morteiro
Pel Mrt Me	Pelotão de Morteiro Médio
Pel Mrt P	Pelotão de Morteiro Pesado
Pel Provs	Pelotão Provisório
Pel Rec	Pelotão de Reconhecimento
Pel S	Pelotão de Saúde
Pel Sup	Pelotão de Suprimento
PFA	Plano de Fogos de Artilharia
PFM	Plano de Fogos de Morteiro
PG	Prisioneiro de Guerra
PI	Pedido de Inteligência
PI	Ponto Inicial
PIR	Posição Inicial de Retardamento
PITCIC	Processo de Integração Terreno, Condições Meteorológicas, do Inimigo e Considerações Civis
PLD	Provável Linha de Desenvolvimento
Plj	Planejamento
Plj In	Planejamento Inicial
PMA	Penetração Máxima Admitida
Pnt	Ponte
Pntr	Penetração
PO	Posto de Observação
PPCOT	Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres
Pqdt	Paraquedista
Prio	Priorizar, Prioridade
Prio F	Prioridade de Fogos
Prog	Progressão
Prsg	Perseguição
PS	Posto de Socorro
PSE	Ponto de Segurança Estático
PSR	Posto de Socorro Regimental

Abreviaturas/Siglas	Significado
Ptç	Proteção

Q

Abreviaturas/Siglas	Significado
QBRN	Químico, Biológico, Radiológico e Nuclear
Q Mov	Quadro de Movimento
QO	Quadro de Organização
QC	Quadro de Cargos
QCP	Quadro de Cargos Previstos

R

Abreviaturas/Siglas	Significado
R	Região
R Dstn	Região de Destino
R Op	Rede de Operações
RC Mec	Regimento de Cavalaria Mecanizado
RE	Regras de Engajamento
Rec	Reconhecimento
Rec F	Reconhecimento em Força
Ref	Reforçar, Reforço
Res	Reservar
Ret	Retraimento
Rgt	Regimento
Rgt Ini	Regimento Inimigo
RIPI	Região de Interesse para a Inteligência
RM	Região Militar
RVT	Radar de Vigilância Terrestre

S

Abreviaturas/Siglas	Significado
S Vig	Sistema de Vigilância
S-1	Oficial de Pessoal
S-2	Oficial de Inteligência
S-3	Oficial de Operações e Instrução
S-4	Oficial de Logística
Sau	Saúde

Abreviaturas/Siglas	Significado
SC²	Sistema de Comando e Controle
SCmt	Subcomandante
SCmt Btl	Subcomandante do Batalhão
Seç	Seção
Seç Cçd	Seção de Caçadores
Seç Cmdo	Seção de Comando
Seç L	Seção Leve
Seç MAC	Seção de Mísseis Anticarro
Seg	Segurança
SEGAR	Segurança da Área de Retaguarda
SIDOMT	Sistema de Doutrina Militar Terrestre
SIPLEx	Sistema de Planejamento do Exército
Sl	Selva
St	Setores
SU	Subunidade
SUDIPE	Sumário Diário de Pessoal
Sup	Suprimento

T

Abreviaturas/Siglas	Significado
TEAF	Tarefas Essenciais para o Apoio de Fogo
Ter	Terra, Terreno, Terrestre, Território, Territorial
TO	Teatro de Operações
Trab Ptç	Trabalho de Proteção
TSU	Trens da Subunidade
TTP	Táticas, Técnicas e Procedimentos
Tu	Turma
Tu Aprov	Turma de Aprovisionamento
Tu ARP	Turma de Aeronave Remotamente Pilotada
Tu Cçd	Turma de Caçadores
Tu Cmdo	Turma de Comando
Tu Com	Turma de Comunicações
Tu Coor	Turma de Coordenação
Tu Ev	Turma de Evacuação
Tu Mnt	Turma de Manutenção

Abreviaturas/Siglas	Significado
Tu Pes	Turma de Pessoal
Tu Rec	Turma de Reconhecimento
Tu Sau	Turma de Saúde
Tu Sup	Turma de Suprimento
Tu Tran	Turma de Trânsito
Tu Trig	Turma de Triagem
Tu Vig Ter	Turma de Vigilância Terrestre

U

Abreviaturas/Siglas	Significado
U	Unidade
Ultr	Ultrapassagem, Ultrapassar
UM	Unidade de Marcha

V

Abreviaturas/Siglas	Significado
VA	Via de Acesso
VB	Viatura Blindada
VBC Fuz	Viatura Blindada de Combate de Fuzileiros
VBE	Viatura Blindada Especial
VBE L Pnt	Viatura Blindada Especial Lança-Ponte
VBMT-Rec	Viatura Blindada Multitarefa de Reconhecimento
VBR	Viatura Blindada de Reconhecimento
VBTP	Viatura Blindada de Transporte Pessoal
Vgd	Vanguarda
Vig	Vigilância
Vig Ter	Vigilância Terrestre
Vtr	Viatura

Z

Abreviaturas/Siglas	Significado
Z Aç	Zona de Ação
Z Dbq	Zona de Desembarque
Z Estac	Zona de Estacionamento
Z Reu	Zona de Reunião
ZA	Zona de Administração

Abreviaturas/Siglas	Significado
ZC	Zona de Combate
ZL	Zona de Lançamento
ZPH	Zona de Pouso de Helicópteros

REFERÊNCIAS

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Lista de Tarefas Funcionais**. EB70-MC-10.341. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2016.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Planejamento e Emprego da Inteligência Militar**. EB70-MC-10.307. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2016.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **A Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear nas Operações**. EB70-MC-10.234. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Defesa Antiaérea nas Operações**. EB70-MC-10.235. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações**. EB70-MC-10.223. 5. ed. Brasília, DF: COTER, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações Aeroterrestres**. EB70-MC-10.217. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações de Paz**. EB70-MC-10.209. 3. ed. Brasília, DF: COTER, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações Especiais**. EB70-MC-10.212. 3. ed. Brasília, DF: COTER, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações Ofensivas e Defensivas**. EB70-MC-10.202. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações na Selva**. EB70-MC-10.210. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2023.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Planejamento e Coordenação de Fogos**. EB70-MC-10.346. 3. ed. Brasília, DF: COTER, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Posto de Segurança Estático**. EB70-CI-11.407. 2. ed. Brasília, DF: COTER, 2017.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **A Cavalaria nas Operações**. EB70-MC-10.222. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2018.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **A Engenharia nas Operações**. EB70-MC-10.237. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2018.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **A Infantaria nas Operações**. EB70-MC-10.228. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2018.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações de Garantia da Lei e da Ordem**. EB70-MC-10.242. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2018.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operação em Área Edificada**. EB70-MC-10.303. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2018.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **A Logística nas Operações**. EB70-MC-10.216. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2019.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Batalhão de Infantaria Mecanizado**. EB70-MC-10.306. Edição experimental. Brasília, DF: COTER, 2019.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Brigada de Cavalaria Mecanizada**. EB70-MC-10.309. 3. ed. Brasília, DF: COTER, 2019.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Brigadas de Infantaria**. EB70-MC-10.334. 1.ed. Brasília: COTER, 2023.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Marchas a Pé**. EB70-MC-10.304. 3. ed. Brasília, DF: COTER, 2019.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações de Informação**. EB20-MC-10.213. 2. ed. Brasília, DF: COTER, 2019.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Forças-Tarefas Blindadas**. EB70-MC-10.355. 4. ed. Brasília, DF: COTER, 2020.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres**. EB70-MC-10.211. 2. Ed. Brasília, DF: COTER, 2020.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Regimento de Cavalaria Mecanizado**. EB70-MC-10.354. 3. Ed. Brasília, DF: COTER, 2020.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Assuntos Civis**. EB70-MC-10.251. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2021.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações Psicológicas**. EB70-MC-10.230. 5. ed. Brasília, DF: COTER, 2021.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Pelotão de Cavalaria Mecanizado**. EB70-CI-11.457. 1. Ed. Brasília, DF: COTER, 2021.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Batalhão de Saúde**. EB70-MC-10.351. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2022.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações Aeromóveis**. EB70-MC-10.218. 2. Ed. Brasília, DF: COTER, 2022.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Subunidade Anticarro**. EB70-MC-10.323. Edição experimental. Brasília, DF: COTER, 2022.

BRASIL. Exército. Comando do Exército**. Instruções Gerais para as Publicações Padronizadas do Exército**. EB10-IG-01.002. 1. ed. Brasília, DF: C Ex, 2011.

BRASIL. Exército. Departamento de Educação e Cultura do Exército. **Assuntos Mortuários em Campanha**. EB60-ME-22.402. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: DECEx, 2018.

BRASIL. Exército. Departamento de Educação e Cultura do Exército. **Trabalho de Comando**. EB60-ME-13.301. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: DECEx, 2019.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Companhia de Fuzileiros**. C 7-10. 5. ed. Brasília, DF: EME, 1973.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.** C 2-36. 1. ed. Brasília, DF: EME, 1982.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **O Apoio de Engenharia no Escalão Brigada**. C 5-10. 2. ed. Brasília, DF: EME, 2000.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Abreviaturas, Símbolos e Convenções Cartográficas**. C 21-30. 4. ed. Brasília, DF: EME, 2002.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Companhia de Comando e Apoio**. C 7-15. 3 ed. Brasília, DF: EME, 2002.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Batalhões de Infantaria**. C 7-20. 3. ed. Brasília, DF: EME, 2003.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Estado-Maior e Ordens**. C 101-5. 2. ed. Brasília, DF: EME, 2003. v. 1 e 2.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Operações em Ambiente Interagências**. EB20-MC-10.201. 1. ed**.** Brasília, DF: EME, 2013.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Catálogo de Capacidades do Exército 2015 - 2035**. EB20-C-07.001. Brasília, DF: EME, 2015.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Movimento e Manobra**. EB20-MC-10.203. 1. ed. Brasília, DF: EME, 2015.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Comunicação Social**. EB20-MF-03.103. 2. ed. Brasília, DF: EME, 2017.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Glossário de Termos e Expressões para Uso no Exército**. EB20-MF-03.109. 5. ed. Brasília, DF: EME, 2018.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Doutrina Militar Terrestre (DMT)**. EB20-MF-10.102. 3. ed. Brasília, DF: EME, 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Manual de Condução das Operações Aéreas**. MCA 55-10. Rio de Janeiro, RJ: Comando da Aeronáutica, 2009.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas**. MD33-M-02. 4. ed. Brasília, DF: MD, 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. MD35-G-01. 5. ed. Brasília, DF: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira**. DCA 1-1. Rio de Janeiro, RJ: Comando da Aeronáutica, 2020. v. 1.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de Operações Conjuntas**. MD30-M-01. 2. ed. Brasília, DF: MD, 2020.

Brasil. Ministério da Defesa. **Operações Ribeirinhas**. MD 33-M-15. 1. ed. Brasília, DF: MD, 2020.

BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. **Operações de Transposição de Cursos de Água**. C 31-60. 2. ed. Brasília, DF: EME, 1996.

BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. **Batalhão de Infantaria Leve**. IP 7-35. 1. ed. Brasília, DF: EME, 1996.

BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. **Batalhão de Infantaria de Selva**. IP 72-20. 1. ed. Brasília, DF: EME, 1997.

BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. **O Reconhecimento de Engenharia**. C 5-36. 2. ed. Brasília, DF: EME, 1997.

BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. **Operações contra Desembarque Anfíbio**. IP 31-10. 2. ed. Brasília, DF: EME, 1998.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES
CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO
Brasília, DF, 1º de dezembro de 2023
www.cdoutex.eb.mil.br